

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 221

---

OUTUBRO - DEZEMBRO

1953

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possin, sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1952-1953

---

*Presidente Perpétuo*

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

*1.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

*2.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. ALFREDO VALLADÃO

*3.º Vice-Presidente*

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHEIRO

*1.º Secretário*

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

*2.º Secretário*

DR. LEOPOLDO ANTÔNIO FEIJÓ BITTENCOURT

*Orador*

DR. PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT

*Tesoureiro*

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 221

OUTUBRO - DEZEMBRO

1953

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possin, sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954



Digitized by the Internet Archive  
in 2024



## À MARGEM DE UMA POLÍTICA (1850)-1852)

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

### I — NO RIO DE JANEIRO

#### I

As guerras têm os seus lances ostensivos, diplomáticos e guerreiros. Com êles se estilizam os capítulos da história. Porém não é tudo. O campo de ação de toda política internacional é sempre mais vasto, principalmente em profundidade. São camadas, por assim dizer, que se sobrepõem umas às outras, em vários planos diferentes, que se combatem, desde as notas diplomáticas, medidas de salão, feitas de propósito para serem vistas, até as traças urdidas por desconhecidas personagens, no silêncio e no segredo do anonimato. Os interesses, que se entrecrocavam, em geral, são grandes. E, como é natural, levam consigo a todos. Capitalistas, poetas, jornalistas, comerciantes, pintores, seguem, maquinalmente, os políticos, os diplomatas e os guerreiros, no preparo do lance.

É este um aspecto infalível de todas as guerras. Difícil porém, de se apanhar, pois nos aparece sempre tão longínquo, que a custo podemos fixar-lhe a ação, sempre escondida, ou reproduzir-lhe a fala, apenas balbuciada. Muito antes de a guerra deflagrar, isto é, muito antes de os dois planos ostensivos, diplomático e guerreiro, virem à tona, já este outro, o mais profundo, se movimenta, recruta o seu pessoal, vigia os passos dos contrários, interferindo em suas ações, delimitando-as, não só pela espionagem, imperceptível no início, mas ainda pelos jornais, lançando a confusão e a insegurança, e, finalmente, tentando a sabotagem, a desmoralização e a discórdia. Forças subterrâneas, invisíveis, intrometem-se nos atos ostensivos, retardando-os, embaralhando-os e, às vezes, anulando-os inteiramente.

O campo por que se estende é vastíssimo. Nem sempre coincide com os outros. Muitas vezes o encontramos na Europa, em se tratando de guerra na América. Muda também com rapidez,

e, quase sempre, se faz sentir concomitantemente em vários pontos, distantes um do outro. Por mais modesta que seja a guerra, estas cenas aparecem e se multiplicam de maneira imprevisível. Se as esmiuçarmos, vamos encontrar, representando importantes papéis, personagens pacatas, que não supúnhamos capazes de se intrometerem em tais lances, e que, no entanto, são levadas, pelas circunstâncias, a proceder como verdadeiros soldados, corajosos, destemidos, em luta de vida ou morte.

Na guerra contra o ditador Rosas, de Buenos Aires, este aspecto é apenas visível. O que conseguimos destrinçar, infelizmente, foi muito pouco. Dá, porém, para se ter uma idéia de como se movimentou este plano, paralelamente aos outros dois. Não se limitou a guerra aos lances diplomáticos e guerreiros, foi muito além na propaganda desenfreada e na espionagem não só no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu, mas ainda em Londres e Paris.

O General Rosas foi um dos políticos americanos que mais se projetaram além do círculo de sua influência. Nos anos de poder granjeou inúmeros inimigos, porém o número de amigos e admiradores, que conquistou, foi muito maior. No Brasil, graças à habilidade de D. Tomaz Guido, não era pequeno este número. Simpatizantes de Rosas e amigos do General Guido, encontramos tanto conservadores, como Vasconcelos e Olinda, quanto os contrários, como Aureliano e Saturnino.

Em determinado momento desfrutou o General Rosas de incomparável prestígio entre os brasileiros, que viam no argentino, ao desemperrar a sua espada contra a França, o defensor da independência americana, contrapondo-se às agressões das potências européias. Em 1840, antes de D. Tomaz Guido voltar ao Brasil como representante do ditador, já ressumava, de simples anúncio de jornal, o prestígio de Rosas. Durante a permanência do Almirante Baudin no Rio de Janeiro, reuniram-se os franceses em casa de *Monsieur Riédy* e aí combinaram de festejar o patrício com um jantar. Espalhou-se a notícia pela cidade. E, antes de se realizar a comezaina, trazia *O Despertador*, de 11 de agosto de 1840, um anúncio, em que não só se glosava a «bela idéia» do jantar ao almirante, «que tanto serviço fez à França contra a América», mas também se suscitava o convite aos brasileiros para que subscrevessem determinada importância, «para a compra de uma espada, que deve ser oferecida ao ilustre General Rosas, magnânimo e corajoso defensor da liberdade americana». A história do jantar a Baudin e da espada a Rosas continuou ainda nos números de 12 e 14 de agosto de 1840, de *O Despertador*; porém, dela, o que nos fica, é a certeza de que o ditador argentino



obteve, entre os fluminenses de então, o prestígio de um Grande Americano.

Em geral eram os amigos do governador de Buenos Aires pessoas de influência. Em Paris, por exemplo, o Ministro Rosales, do Chile, era admirador do argentino, a quem ajudava na medida do possível. Um dos objetivos da missão Ponte Ribeiro às Repúblicas do Pacífico, em março de 1851, foi, justamente, o de verificar se a ação de Rosales, em Paris, era consequência de simpatias pessoais ou, ao contrário, de ordens do seu governo. Portugal, por sua vez, tinha em 1846, no Rio de Janeiro, um diplomata partidário intransigente do *Herói do Deserto*. Ponte Ribeiro, que os distinguia ao longe, por experiência própria, em carta de 2 de maio, dizia ao desembargador Rodrigo da Silva Ponte: «O encarregado de negócios de Portugal, *el señor Leite*, foi repreendido pelo seu governo por ser trombeteiro de Rosas; e vai mandado para o Paraguai reconhecer a independência daquela República. Muito lhe valerão os serviços que tem feito a Rosas para este lhe dar agora livre passagem pelo Paraná e boas recomendações para seguir a *su nuevo destino*». Porém negou-lhe o ditador passagem e o Senhor Leite, não obstante os serviços prestados, não chegou a Assunção (1).

Southern e Gore, ministros ingleses em Buenos Aires e Montevideú, eram tão rosistas quanto qualquer furioso federal. O comportamento do primeiro, ao ser transferido para o Rio de Janeiro, igualou-se a de um perfeito agente de Rosas, já comunicando-se com o Ministro Arana, a prestar-lhe conta dos passos que dava em favor do amigo argentino, já recebendo dinheiro de Rosas, para custear-lhe a ação subversiva no Brasil (2). Por isso a habilidade da diplomacia e a força da esquadra da poderosíssima Grã-Bretanha, a partir de 1850, estiveram assestadas contra os inimigos do ditador.

Havia ainda outros casos de rosismo. No Brasil, um deles era o de oficiais de marinha casados com *blanquillas*. Prevalencia a opinião da mulher ou da família. E o marido, por comodidade ou amor, seguia a política da mulher. O contrário acontecia com Belzú, presidente da Bolívia. Era rosista, não por simpatia, mas por temor. Rosas guardava-lhe os inimigos. E isto bastou para que o boliviano acertasse o passo com o poderoso vizinho (3).

O Império contrabalançava, na Europa, o prestígio de Rosas, por intermédio das legações de Londres e Paris e da boa vontade da diplomacia austríaca. Na América do Sul, eram as legações de Montevideú e Assunção, chefiadas por Silva Pontes e Bellegarde, e a missão especial às Repúblicas do Pacífico, confiada a Ponte Ribeiro, que contrarrestavam os ataques rosistas.

## II

Enquanto no Rio de Janeiro, manteve D. Tomaz Guido, Ministro da Confederação Argentina, cerrada espionagem. Até no Ministério dos Negócios Estrangeiros exercia segura vigilância. Vangloriava-se êle de tudo isso junto do Ministro Arana, escrevendo-lhe: «com um fanatismo, sem dúvida imprudente, não cessei de pôr em movimento ministros, senadores, conselheiros, diplomatas, altos funcionários, pessoas do paço, e quanto pude fazer servir à causa do meu govêrno» (4). A ação do argentino obrigou o ministro brasileiro, Paulino de Souza, a um trabalho insano, a ponto de transformar a própria casa em verdadeiro anexo da Secretaria de Estado, a fim de lhe despistar a espionagem. Aí, ajudado apenas pelo oficial-maior Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja, fazia Paulino, pessoalmente, todo o serviço relativo ao Rio da Prata, no maior sigilo. Para a secretaria iam apenas os ostensivos. As confidenciais e secretíssimas, não só as destinadas a Silva Pontes, em Montevidéu, e a Bellegarde, em Assunção, mas ainda as endereçadas a Pimenta Bueno, na presidência do Rio Grande do Sul, e às legações da Europa, referentes ao Rio da Prata, eram minutadas pelo ministro, que, também, as passava a limpo.

Para que lhe não bispasse o General Guido uma só vírgula dessa correspondência, ficava Paulino até de madrugada a escrever: «É quase uma hora da noite», dizia êle a Silva Ponte, em maio de 1850, «tenho andado a escrever até agora e estou caindo de cansaço e sono». Era de preferência à noite que trabalhava. Não raramente lhe chegava a correspondência tarde, já quando, normalmente, todos dormiam. Assim, referindo-se a certos ofícios de Pontes, dizia-lhe: «Recebi-os às 10 horas da noite...» Outra vez, sobre a correspondência vinda de Montevidéu com a notícia da vitória de Caseros, escrevia Paulino: «Recebi a correspondência do *Prince* antes de ontem à noite, mandeia-a para Petrópolis ao Imperador. Recebia-a, devolvida, ontem à meia-noite. Não tenho tempo para nada, tendo além disso o paquete da Europa a despachar» (5). Das minutas e originais das cartas de Paulino, que se conservam ainda hoje, podemos avaliar-lhe o trabalho. Tenho, por exemplo, a minuta da secretíssima de 20 de agôsto de 1850, em que se reporta ao empréstimo destinado ao govêrno da Praça, escrita em papel almaço (6). O original, enviado a Silva Pontes, que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty, foi também escrito no mesmo tipo de papel, com a seguinte nota final: «Escrevo neste papel para maior comodidade minha. Desculpe a sem cerimônia de ami-



go» (7). Junto a esta confidencial remeteu Paulino cópia de proposta formulada por D. Andrés Lamas, para novo empréstimo. É esta cópia também original de Paulino, que, assim, nem as cópias deixava a seus auxiliares, por se referirem a documentos inteiramente secretos. Fazia êle, ao mesmo tempo, as vêzes do moderno dactilógrafo, do auxiliar de confiança e do ministro, que era. Em maio de 1850 confessava a Pimenta Bueno : «Há certas coisas que não convém dizer antecipadamente em papéis que ficam na secretaria» (8).

Pereira da Silva, contemporâneo das lutas contra Rosas e muito chegado ao ministro brasileiro, referiu-se em um dos seus livros ao procedimento de Paulino, evitando que lhe devassasse Guido os planos e a maneira como os executava. «Em sua casa», reportava-se Pereira da Silva à residência de Paulino, na Rua dos Inválidos nº 58, «e por sua letra, redigia pois e copiava o que escrevia e recomendava aos seus agentes no Uruguai e Paraguai. Misteriosa e acauteladamente enviava suas notas e ordens por secretos agentes e nunca pelo correio. Guardava as cópias em um cofre particular, estabelecido no seu gabinete de trabalho. Escapava portanto à policia que sabia exercida por D. Tomaz Guido. Nada ia para a repartição, nada sabia nenhum empregado da secretaria» (9).

Tudo quanto asseverou aí Pereira da Silva se comprova com a vastíssima correspondência do ministro. Sômente dois meses depois da partida de Guido, de dezembro de 1850 em diante, é que se encontram minutas redigidas por Paulino, mas passadas a limpo pelo official-maior Azambuja. Assim mesmo, na primeira, explicava a Silva Pontes que, por doente, não pudera passar a limpo a minuta da carta, nem rever a cópia. Mas justificava-se assim : «Mandei-a copiar pelo meu official-maior, que é de tôda a confiança e segrêdo» (10).

Não era apenas na Côrte que se devia esguardar o segrêdo, senão, principalmente, em Montevidéu. Aí era encarregado de negócios o Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, homem talhado para missão, não só pela inteligência, mas ainda pela meticulosidade que punha em tudo quanto lhe passava pelas mãos. Embora o soubesse ponderado e cauteloso, não deixava Paulino, ao enviar-lhe comunicação mais secreta, de lembrar : «Recomendo-lhe tenha esta carta secretíssima e que a inutilize se reaar que pode cair em outras mãos» (11). Outra vez, dando conhecimento a Silva Pontes do que escrevera ao Presidente López, dizia-lhe : «Queime a carta depois de a haver lido» (12).

O cuidado de preservar o sigilo do lance era primordial em Paulino. «Isto é um segrêdo que confio a V. Excia.», comunicava êle a Pontes certos fatos, depois de lhe falar sôbre as relações do Império com o Paraguai (13). Mas não se limitava a cautela

aos negócios, senão também a determinados indivíduos, que se apresentavam como conhecedores de todos os pensamentos do governo imperial, a fim de obterem vantagens em possíveis empréstimos ao governo de Montevidéu. Um dêles foi o Barão de Buschental, casado com brasileira, que se inculcava agente do Império, e pretendia, exacerbando as rixas entre o Ministro Herrera y Obes e o Cônsul francês Dervoise, melhorar os juros e as condições de um empréstimo. Ao saber das façanhas do barão em Montevidéu, escrevia Paulino a Silva Pontes: «Tenha V. Excia. o maior cuidado com êsse Buschental, que é homem perigoso, e desminta as suas asserções de que é conhecedor dos mais íntimos pensamentos do governo imperial, do qual se diz agente. Dá-me cuidado a ida dêsse israelita a essa cidade, mas não podia evitá-la» (14).

Com a remessa da correspondência havia necessidade de igual cautela. Neste particular não se restringiram as medidas de precaução à estada do General Guido ao Brasil. Foram muito além. As confidenciais, quando mais secretas, seguiam unicamente em navios brasileiros, entregues ao comandante ou a oficiais, que se responsabilizavam pelo sigilo. Na falta de portador de confiança, preferiam atrasar a correspondência, prometendo, em rápido bilhete, enviar a notícia ou ordem, de importância, quando a saída de navio brasileiro lhes permitisse. Assim é que Paulino escrevia a Silva Pontes, em 29 de novembro de 1850: «Como não me fio em navios ingleses, lembrado das doutrinas de Lorde Palmerston a respeito do segredo das cartas, e tendo de sair no 1º do próximo mês navios nossos para aí, para então guardo uma resposta larga à sua confidencial e secretíssima de 23 p. p.» (15). Ponte adiou também o envio de notícias; uma vez por cautela, outra por se não fiar do *Rifleman* (16).

Foram o *Golfinho* e o *Paquete do Sul*, dois navios brasileiros, que se incumbiram do transporte de quase tôdas as confidenciais e secretíssimas entre o Rio de Janeiro e Montevidéu. Tornaram-se populares. Tanto na correspondência de Paulino com Silva Pontes e com Lamas, quanto na de Lamas com Herrera y Obes, é frequente a menção dos dois navios. O próprio imperador, em outubro de 1851, esperou confiante a chegada do *Paquete do Sul*, com a notícia oficial da queda de Oribe: «Daqui a algumas horas», escrevia êle a Paulino, «poderemos receber notícias verdadeiras pelo *Paquete do Sul*...» (17). Às vêzes, não davam os dois vapores, sôzinhos, conta do serviço, principalmente durante os meses de abril e maio de 1851, em que se discutiu o acôrdo com o General Urquiza. A correspondência crescia. E além disso se tornava mais urgente. Então se aproveitava Paulino das pessoas de confiança e amigas, que partiam para Montevidéu. O futuro









Visconde de Mauá, ao deixar o Rio de Janeiro, pelo *Esk*, entre 12 a 14 de junho de 1851, levava a confidencial e secreta do ministro, datada de 11 do mesmo mês, para ser entregue a Silva Pontes (18).

### III

Ao lado da espionagem exercida, principalmente, na última fase da luta, manteve D. Tomás Guido, às expensas da legação argentina, um jornal na Côrte, intitulado *O Americano*, que subsistiu por alguns anos. Quem, despercebido, abrisse o jornal, tinha impressão exata de se achar em Buenos Aires, a entreter-se com um dos muitos panegiristas de D. Juan Manuel de Rosas, com toda a chusma de zumbaias, de correspondência oficial, lá da Argentina, de um sem número de pontos de exclamações e dos remelosos vivas e morras do estilo federal. Tinha o General Guido veleidades de fomentar a opinião pública brasileira. E isso o declarara ao Ministro Arana, explicando-se de não ter feito determinada coisa, nos termos em que lhe fôra ordenada pelo ditador. E o não fizera, afirmava êle, defendendo-se, porque o Ministro Paulino podia mudar de opinião, não só pela réplica da legação argentina, «senão também pela força da opinião pública, que eu fomentava pela imprensa e por minhas relações» (19).

De fato, apenas as mazelas de Rosas preocupavam *O Americano*. Ignorava a existência das nossas rixas internas. Não se interessava pela política local. Os problemas brasileiros esperavam os redatores de *O Americano*, somente quando diziam respeito ao ditador. Em compensação, todas as tricas, todas as brigas e todas as desavenças de Rosas, *O Americano* sabia, estampava em suas colunas espalhafatosamente, remoia em novos artigos, esmiudava, defendia, descompunha, à valentona, como se aquêles enredos, provocados pelo *Herói do Deserto*, fôsem as coisas mais importantes do mundo. Já não era apenas a defesa de atos praticados pelo *Herói*, senão a sua glorificação, que fazia *O Americano*. Explorou com inteligência D. Tomaz Guido a liberdade da imprensa, que existia entre nós, como dogma intangível. E o que hoje em dia seria inadmissível, então se verificou: da defesa de Rosas passou o jornal da Côrte, sucursal daqueles portenhos, dirigidos por Pedro de Ángelis, a achincalhar o governo imperial, os ministros e a política, que era inteiramente contrária ao ditador. Assim foi o governo brasileiro atacado, em sua própria capital, por um jornal mantido pela potência inimiga, interessada em lhe enfraquecer e desmoralizar a ação.

Porém os homens daquela época, imbuídos de certas fórmulas estereotipadas, preferiam respeitar a liberdade da imprensa, por

mais estrafalária que se ela apresentasse, embora tivessem no preparo do lance trabalho dobrado. Para Honório Hermeto, isso era prova de que o governo brasileiro estava sólidamente firmado na opinião do povo, pois só instituições fortemente arraigadas «podiam tolerar os desvazios da imprensa, mesmo durante a crise de uma guerra externa». E Duarte da Ponte Ribeiro, comentando a atividade do jornal rosista, em carta a Silva Pontes, de 3 de março de 1848, escrevia-lhe: «Não lhe quero falar do *amigo Rosas*, a não ser para dizer-lhe que *O Americano*, jornal pago por aquêle e impresso nesta Côrte, está advogando a revolução republicana». E, ao terminar, exclamava: «Que singular país é o nosso!!!» (20). William A. Harris, observador e inteligente encarregado de negócios dos Estados Unidos em Buenos Aires, verificou, um pouco surpreso, a liberdade da imprensa no Brasil e o partido que de tal situação tirava o General Guido em proveito do ditador. A 5 de outubro de 1850, já finda a discussão com D. Tomaz, que acabara no rompimento e consequente partida para o Rio da Prata, escrevia Harris a Daniel Webster, secretário de Estado: «This Government, talking advantage of the constitutional freedom of the press in Brazil, has long since had he control of one of the Brazilian papers, called the *O Americano*, published in Rio de Janeiro. This paper, it is well known, is actually edited by the Argentine Minister General Thomas Guido. In that paper of the 10th. of august, he set forth the grounds of complant and quarrel, which this government has again that of Brazil. These are arranged under thirteen separate heads. They have been republished in the official paper here...» (21).

Os números de *O Americano*, existentes na Biblioteca Nacional, de 1847 a 1851, são típicos, nitidamente *federais*, já pelos dengosos salamaleques ao ditador, já pelas grosseiras injúrias aos *selvagens unitários*. Aqui se republicavam os artigos dos jornais rosistas de Buenos Aires, e lá os artigos de *O Americano*. O número, a que se referiu Mr. Harris, 300, de sábado, 10 de agosto de 1850, traz um artigo intitulado: «O Brasil», em que, à guisa de resposta ao jornal dêste nome, desenrolava tôdas as rixas do *Herói do Deserto* contra o Império. Por julgá-lo notável ou para maior difusão, foi o artigo reproduzido no número seguinte, de 14 de agosto.

Em 1847 era *O Americano* impresso na Tipografia Brasiliense, na Rua do Sabão nº 117, de F. M. Ferreira. Pouco depois, o encargo da impressão passou para a *Tipografia Filantrópica*, instalada na Rua do Lavradio nº 44. Nesta tipografia se fixou o jornal. Só em outubro de 1849 é que se transferiram tipografia e jornal para o número 27 da mesma rua. Já se achava a tipografia preparada para a impressão de livros e de outros jornais.







O *Artista*, por exemplo, imprimia-se no mesmo estabelecimento. Êste devera ter prosperado muito, econômicamente, depois de conjugar os seus destinos com o do *Grande Americano*; por intermédio da legação argentina. A 10 de outubro de 1849, anunciava O *Americano*, no seu número 214, a próxima publicação do livro de Lamartine, *Rafael*, traduzido para o português. Do anúncio se vê a ligação, senão sujeição da tipografia a D. Tomaz Guido. Em letras garrafais se lê o seguinte : «Anúncio, com tôda a brevidade sairá à luz a versão portugûsa por D. Carlos Guido y Spano, da excelente obra de Mr. Lamartine : RAFAEL, Páginas da Juventude. Subscreve-se nesta tipografia e nas lojas de costume. Preço para o subscritor 3\$000».

É interessante êste anúncio. Temos um dos mais notáveis poetas franceses, traduzido por um outro argentino, em língua portugûsa, e isso na capital do Brasil. Mostra-nos também, e é o que nos interessa agora, a íntima ligação de Guido y Spano ao jornal de seu pai, e a possibilidade de êste escrever o português com facilidade, senão com perfeição, tanto que se abalçou a traduzir Lamartine. Esta tradução de Guido y Spano foi posta à venda em dezembro de 1849. O *Americano* anunciava o *Rafael*, em português, ao preço de 3\$000, na *Tipografia Filantrópica* (22).

Por mais algum tempo continuou a Tipografia Filantrópica a seguir a sorte do jornal rosista. Em fins de 1850 ou começo de 1851, os dois se mudaram para a Rua da Assemblêia n° 30. Outra tipografia, de Teixeira e Souza, também se interessava pelas subscrições do jornal. Porém não deviam ser muitas. Um anônimo nos revela o seguinte, em carta estampada no *Jornal do Comércio*, de 16 de julho de 1850 : «Eu nunca leio o jornal argentino que se publica nesta Côrte sob o especioso título de O *Americano*, e sei que isso sucede a todo o mundo, apesar de ser êle distribuído gratuitamente». (*Correspondência*).

#### IV

Com o rompimento das relações diplomáticas, em outubro de 1850, e a retirada do General Guido para Buenos Aires, O *Americano* sossegou. Mas, por pouco tempo. A 26 de fevereiro de 1851 reapareceu, publicado na mesma Tipografia Filantrópica e ainda no mesmo local : Rua da Assemblêia n° 30. O *Brasil*, no seu número de 15 de março, já se referia à reaparição do jornal rosista, com o seguinte esclarecimento : O *Americano*, que depois da partida do General Guido suspendera a sua publicação, reapareceu com o mesmo espírito e no mesmo sentido que dantes, quando defendia com fanatismo contra o Brasil a causa do ditador de Buenos Aires» (23). Nessa nova fase viveu êle alguns meses.

tendo obtido certo renome, principalmente com um artigo que teve a honra de ser transcrito pelo *O Mercantil*, jornal êste que a ligação britânica inspirava na defesa dos atos de Mr. Hudson e de Lorde Palmerston na repressão do tráfico. «*O Mercantil* há poucos dias», dizia ainda *O Brasil*, «deu aos seus leitores na *parte política* dois artigos transcritos de *O Americano*, periódico escrito em sentido infenso aos interesses do Brasil, estipendiado pelo ditador de Buenos Aires» (24).

A vida de *O Americano* continuou, mesmo depois da partida de Guido, economicamente ligada à política de Rosas. E tão íntima permaneceu a ligação que, para sabermos do desaparecimento definitivo do jornal, temos de voltar a falar do ilustre diplomata argentino.

Ao sair do Rio de Janeiro, deixara D. Tomaz Guido uma comissão encarregada de atizar, por todos os meios, inclusive pela imprensa, o descrédito da política contrária ao General Rosas. De notícia recebida de certo correspondente de Buenos Aires, comunicava Silva Pontes a Paulino, a 7 de outubro de 1850 : «Por via da casa do Sr. Reid se pôs à disposição de Guido a quantia de cinco mil onças. Reid fêz fortuna armando corsários contra nós, durante a última guerra do sul. Não duvido de que faça êle parte da comissão que D. Tomaz deve deixar aí organizada antes de partir» (25). Incumbira-se Rosas, por intermédio de Guido, do setor central, ou seja, da espionagem no Rio de Janeiro, enquanto Oribe vigiava o Rio Grande do Sul, por intermédio de Aguirre, principalmente. O correspondente de Buenos Aires, sempre bem informado, noticiava a 29 de agosto de 1850 : «Oribe escreveu a Rosas com data de 23, e diz que Aguirre lhe repete que naquela província (Rio Grande do Sul) continuam preparativos de guerra; que o mesmo Presidente (Pimenta Bueno) chama e reúne a todos emigrados orientais e argentinos; que os trata muito bem; e que o Coronel Hornos já tem comando» (26). Segundo o mesmo correspondente intencionava Rosas entulhar o Brasil de novos espões e os seus mares de piratas. Em carta de Buenos Aires, de 8 de setembro, segredava êle a respeito dêsses planos do governador : «Sei que muitos estrangeiros estão preparados para servir-lhes de espias, de emissários e de comissionados no Brasil. Sei que dará patentes de corso. Não posso nomear hoje as pessoas» (27).

Tôdas estas notícias vinham, principalmente, por via de Montevideu. Quem as remetia era o Desembargador Silva Pontes, que, certa vez, depois de dizer que a comissão deixada por D. Tomaz era tôda composta de estrangeiros, indagava de Paulino : «Servirá a nossa policia para mais alguma coisa do que para perseguir ladrões ratoneiros?» (28). A comissão, no en-







tanto, não trabalhou muito à vontade. Em meados de 1851, temos notícia da partida de notável poeta argentino, Carlos Guido y Spano, cujo procedimento não era muito ortodoxo. Continuara Guido y Spano no Rio de Janeiro, depois da partida de sua família, na opinião de *O Americano*, «por interesses particulares». Esses interesses eram, certamente, os que o prendiam ao jornal fundado por seu pai, e que o levaram à direção, como era natural, de *O Americano*, na sua segunda fase. A meu ver desde os tempos, em que traduziu *Rafael*, vinha êle escrevendo os principais artigos. Com a partida do General Guido, passou a ser o único responsável pelo jornal, financeiramente. Mas as relações dêste e da tipografia com o poeta eram íntimas, havia já alguns anos, como vimos do anúncio do seu livro.

Sabia Guido y Spano o português suficientemente para a tradução e composição de livros e artigos. De discussão que teve *O Americano* com o *Iris*, de Castilho, sôbre um artigo em que êste defendera o General Rivera, encontramos na resposta do redator do jornal rosista rastro indelével do espanhol em construções desta ordem: «Há sido D. Frutuoso Rivera...». «E si hemos sido...» (29). Ora isso é português acastanhulado, que faz supor a existência do redator de fala castelhana, mesmo que se não referisse o anônimo do *Jornal do Comércio* a «redator castelhano». No entanto, era hábil e inteligente o articulista. Poderíamos atribuir os artigos, até setembro de 1850, ao próprio D. Tomaz, quem, por certo, até o nome do jornal inspirou, mas preferimos, antes, apontar o seu filho Guido y Spano como principal redator do jornal, já pela facilidade em escrever a língua, já por ter o jornal continuado no mesmo estilo, depois da partida do General Guido, com os mesmos «há sido últimamente objeto» e «estas questões hão sido desenvolvidas» (30).

Porém, com o rompimento das relações diplomáticas, passou o govêrno imperial a vigiar mais severamente a atividade de certos indivíduos. A 17 de novembro, respondendo Paulino à pergunta de Silva Pontes sôbre a polícia, dizia-lhe: «Continua-se a ter tôda a vigilância para descobrir a comissão que Guido devia deixar, e esteja V. Excia. certo de que não a deixaremos trabalhar à vontade. Já há tempo que o Pimenta Bueno estava autorizado para fazer sair Aguirre do Rio Grande, e foi depois ordem terminante para isso» (31).

Guido y Spano conseguiu permanecer no seu pôsto por mais alguns meses. E, como acontecera a seu ilustre pai, fêz êle também o possível para continuar no Brasil. A 4 de julho, intimava-o o govêrno imperial, pela segunda vez, a deixar o Império no prazo de quinze dias (32). *O Americano*, como era natural, esperneou, xingou, protestou naquelas mesmas letras, com que anos antes

fizera o anúncio da obra de Lamartine, traduzida por Carlos Guido y Spano (33). Não conseguiu sustar a partida do argentino. Este, na verdade, era principalmente poeta. E, talvez, por despedida, é que fizesse inspirados versos ao Rio de Janeiro, com o expressivo final:

«Longe de ti, saudoso, não olvido,  
que contigo ficou minha alma e dorme  
à sombra de teus rústicos palmares» (34).

Na autobiografia que escreveu, apenas se recordou Guido y Spano, ao referir-se à sua saída do Rio de Janeiro em 1851, dos artigos que publicou no *Correio Mercantil*, «de acuerdo con algunas entidades de la oposición», artigos estes que teriam formado um bom opúsculo, e de que os redatores de *O Mercantil* puseram à sua disposição o jornal, instigando-o a que escrevesse contra o governo. Esqueceu-se, porém, de *O Americano*, o qual nem uma só vez mencionou. No entanto todo o seu prestígio jornalístico nascia de *O Americano*, de onde saíam os seus artigos para serem republicados nos outros, conforme revelou *O Brasil*. Estas confissões do argentino, no entanto, justificam o ato do governo brasileiro, pois era dos mais exdrúxulos o procedimento de um filho do General Guido, ministro de Rosas no Brasil, e que se achava no Império, unicamente, pelo fato de ser filho do ministro, com veleidades a chefe de oposição ao governo brasileiro. E isso tentara ele depois da retirada de seu pai, depois do rompimento das relações, e de ser notória a atividade da comissão, deixada pelo General Guido, com o principal objeto de insuflar a revolta. Era de se indagar o seguinte: se, no momento em que se retirou Ponte Ribeiro de Buenos Aires, em 1843, de relações rompidas com o ditador, deixasse o filho, que o acompanhava, como dono de um jornal, escrevendo todos os dias um artigo contra Rosas e com veleidades a chefiar os unitários, o que teria acontecido? É coisa impossível de se conceber num regime como foi o de Rosas. Porém era o que pretendia Guido y Spano fazer no Brasil. É verdade que se referiu, freqüentemente, à liberdade que existia no Império, dizendo: «no sabe lo que es paz quien no haya habitado la ilustrada, la bela capital del Brasil... Governado el Imperio bajo la influencia de un Príncipe que ha sido comparado a Vespasiano y Marco Aurelio goza como ninguna región del continente las ventajas de las instituciones libres...» Investiui, contudo, contra o ato do chefe de Polícia, que era o futuro Bom Retiro, que o fêz sair do Império, como se lôra o culpado aquêlê que cumpriu a ordem. Na verdade o culpado foi o próprio Guido y Spano, que soube reconhecer e apreciar a liberdade, mas não quis respeitá-la, tentando turbá-la ou, ao menos, suplantá-la por

que tem ao empregador do emprego do escravo: a segunda é que os braços livres não ficam quando livres procurados para a substituição dos escravos.

Uma não todos os trabalhos que se fazem d'estas condições é satisfatória, pois nem todos os novos escravos, tendo que lidar a questão da abolição de escravatura no Brasil, inclinam-se na prática à supressão dos direitos de entrada, que pagava esta espécie de moeda-litra, e tenderam a dever por meio do imposto reutilizar no thesouro aquilo que lhe foi tirado dos direitos de importação. Não é preciso entrar em muitos pormenores para se pensar que a primeira condição não longe de ser satisfatória, basta observarmos o empunho com que se preferem os escravos aos poucos livres que se querem sujeitar a qualquer serviço.

Os publicistas que pretendiam demonstrar aos particulares a desvantagem do emprego dos braços escravos pela razão muito justa de que quem trabalha e consome por conta de outrem, trata de trabalhar o menos e consumir o mais que pode, não conseguiram pelo que diz respeito ao pay desgrahado em que este desmaio de organização social é admitido. Por pouco que produzam um escravo, como a consequência sua desvantagem do seu emprego para um particular é somente regulada pela relação entre o valor do producto final, e o valor dos meios consumidos para alcançá-lo, seguem-se que, em quanto esta relação for favorável, não ha razão para que um particular, que não está encarregado de dirigir o pay, e que naturalmente custa a empregador que o pay perca quando elle lucra facilmente, de não empregar seus capitais em escravos, e de fazer não d'estes como meios de produzir. É bem evidente que uma nação que, para alcançar o mesmo producto que as outras, se vê na necessidade de empregar um pessoal duplo ou simplesmente maior, está longe de uma condição prospera e feliz; mas que importa isto ao particular que só se ao emprego do escravo um rendimento medio de 30 a 30 por %, para seus capitais, como acontece no Brasil, muito mais quando a quasi totalidade da industria do pay está em mãos de estrangeiros que, supposto queiram muito bem ao Brasil, muito menos queiram a si proprios, e, com toda a razão, não estão dispostos a sacrificar seus interesses presentes ao futuro de um pay com que os seus naturaes parecem muito pouco se importar? Os illustres publicistas a quem me refiro não se lembrarão talvez de que a mesma existência da escravatura, violando os costumes, tende a inutilizar os braços livres e por consequencia a excluir os de qualquer concorrência; podendo mesmo estabelecer que, dada a escravatura, é absolutamente impossivel fazer supplançar pelos braços livres com meios ordinarios.

Um escravo no Brasil ganha quanto menos, isto é no caso de não ter officio algum: 400 rs. annos (ao menos assim se pagavam os serventes das obras publicas na Bahia), o seu valor medio, agora que elles estão mais caros, é de 4000000 rs. Ora suppondo que elle dá unicamente 300 dias de trabalho no anno, vem a ganhar para seu Senhor 1200 rs. isto é, 30 por %. Este é o caso menos favoravel, vejamos o que succede ma-

is frequentemente: este mesmo escravo, que representa o capital de 4000 rs., em pouco tempo, se o Senhor o sabe empregar, pode estar feito um mão peixeiro ou carpina ganhando diariamente 18 rs., como vemos todos os dias; oumente com o accrescimento de despoja do apprendizado que não montaria a mais de cem mil rs. Res pois o capital de 5000 rs. produzindo 3000 rs., isto é, 60 por %, ha aqui a considerar certos contras, que concorrem a attenuar esse rendimento: 1.º, o escravo pode morrer e consequentemente perder-se o capital; 2.º, pode estar omittido dias de mais durante o anno; 3.º, come e veste-se. Por fim de mais 65 dias fériados ou escravos durante o anno, da se aquilo que nunca se realisa, porem porem não se lembra que dentro dos domingos internamente livres a seus escravos, e muito menos os que lhes concedem dias santos; portanto ali tem tempo sufficiente para estar doente.

Nos sabemos qão pouco consomem os novos escravos com vestido e alimento, um adultiano 500 rs. para cada um por anno, terenos no 1.º caso, que é o menos favoravel, os 4200 rs. reduzidos a 70, isto é a 17 por %, e no 2.º caso os 3000 rs. reduzidos a 230, isto é, a 20 por %.

Ora um capital que produce entre nos 42 por %, ao longo ja não está mal empregado; mas quem devida acentuado a rentar 17 por %, e 50 por 1.º expõe-se unicamente ao risco da morte do escravo, risco da morte do escravo, risco cuja probabilidade elle pode diminuir com o trato, e com a escolha e exame do escravo quando o compra? A vista d'estas vantagens que influencia pode ter o imposto de 25 rs. por cabeça no anno para a preferencia dos braços livres?

Não é menos facil convencer-se da falta de braços livres que concorram com os escravos ao trabalho. Quando o imposto fosse bastante forte para dar lugar a preferencia aos braços livres, a falta d'estes seria o primeiro embaraço com que teria de lutar o empregador; os jornaes subiram logo pela demanda a um preço exorbitante, o que bem depressa neutralizaria a influencia do imposto e tornaria a preferencia em favor dos braços escravos, resultando em ultima analyse a vantagem contra a produção do pay, e nada mais. Nas obras publicas da Bahia, onde só se admittem escravos entre os serventes, quando não apparecem livres, observa-se que quando o pessoal é um pouco numeroso o numero de escravos é muito maior, a quasi totalidade dos livres se compõe de africanos libertos. Nos officios especiaes ou algum recurso fica aquella repartição quando tem de empregar um pessoal um pouco numeroso: a admittão dos escravos sendo absolutamente prohibida, e muito poucos os concurrentes livres, não lhe restando por consequente a liberdade da escolha, vê-se na necessidade de pagar jornaes extremamente fortes em relação a habilidade do operario, e ainda assim muitas vezes tem de recorrer a suas obras a uma marcha lenta, que quasi sempre é prejudicial a economia.

## POST-SCRIPT.

O SR. CARLOS GUIDO Y SPANO.

Tivamos feito proposito de nada dizer a respeito da intimação feita pelo policia ao Sr. Carlos Guido y Spano para se retirar do Imperio, até que de todo terminasse o facto, para sobre elle podermos com imparcialidade proceder a uma analyse minuciosa, dar a devida consideração ao procedimento tanto do Sr. chefe de policia, como do intimado, e deixar ao publico a conclusão logica que racionalmente se pode tirar dos principios apresentatos, e narradas com tanta verdade quanto é digna de fé e pessoa de quem, em contenda, tivemos o prazer de ouvir.

Ninguém ignora que este estrangeiro, residente ha muito tempo no Rio de Janeiro, foi sempre acolhido nas sociedades da primeira plana com as distincções de que é digno não só pela sua conducta exemplar, e pela sua instrucção, como pela afabilidade natural que tantas sympathias lhe tem granjeado, precedendo de fallar na consideração que sobre elle podesse reflectir pela posição de ministro de uma nação estrangeira, que occupou entre nós seu pai, o general Guido.

Retirando-se deste côrte este diplomata pelos motivos geralmente sabidos, o dos quaes muitas vezes temos tratado, ficou nesta cidade seu filho o Sr. Carlos Guido y Spano forçado, segundo nos consta, por intercessões particulares: e quer durante a residência de seu pai, quer depois delli, cunhou onton que este Sr. se houvesse deliziado da digna conducta, que sempre teve por norma.

Não obstante, porém, o bom conceito em que é tido geralmente pelas pessoas que o conhecem, parecem ao governo imperial conveniente a retirada deste estrangeiro para fora do Imperio, e para este fim foi elle chamado a policia por um escripto que em sua casa deixou um official de justiça, ao empregado policial, dizendo que S. Ex.ª desajaz conversar com elle; parecendo ao Sr. Guido este chamado pouco conforme não só as regras de civildade, como a boa regularidade do serviço de uma repartição publica, dirigio-se por escripto ao Sr. chefe de policia, accusando a recepção desse bilhete, e rogando com delicadeza a S. Ex.ª de o informar da verdade de tal chamada, e pedindo hora, e lugar para n'ella segundamente comparecer.





aquela liberdade rosista, de *cintillos* e *mashorcas*. Asseverou ignorar o delito praticado, alegando que o Senhor Couto, «de partibularia catadura», não lhe deu satisfação, detendo-o no quartel dos «Permanentes» e fazendo-o sair do Rio de Janeiro às duas horas. Mas acrescentou : «Alli (no Rio de Janeiro) los *ukasses*, los golpes de autoridad, las alcaldadas, no tienen como en otros puntos de América el privilegio de estar perpetuamente a la moda». Apontou a sua retirada como exceção a esta regra. A exceção, porém, não existiu. Basta que se leia o artigo publicado em *O Americano*, de 23 de agosto de 1851, para que se veja ter sido outro o procedimento do Chefe de Polícia, chamando o argentino, já pela terceira vez, para o convidar a retirar-se do Império. Não o atendeu Guido y Spano, escrevendo-lhe uma carta, intimando que se lhe marcasse audiência para o dia seguinte. Com isso, está visto, não era possível deixar de se fazer o que diz Guido y Spano que fez com êle o Chefe de Polícia. Nem tampouco o delito era desconhecido. A liberdade no Império era tanta que confundiu Guido y Spano a sua qualidade de estrangeiro, não arraigado ao país, pois sua permanência no Brasil se justificava em virtude do cargo oficial que seu pai ocupava, com a qualidade de brasileiro, capaz de fazer oposição ao governo do seu país. Daí a incompatibilidade de permanência de Guido y Spano no Brasil (35).

A vida de *O Americano*, depois da partida do poeta, foi de mal a pior até definhar-se inteiramente. Em outubro de 1851 a Tipografia Filantrópica mudava-se da Rua da Assembléia nº 30 para o sobrado da Rua de São Pedro nº 92. A 15 desse mesmo mês de outubro, saía o último número do jornal, que fôra em seu tempo uma verdadeira excrescência. Revivera pelas suas colunas aquêlo tipo, tão bem descrito por G. Le Nôtre, do derrotista, a criar fantasmas, a vitaminizar inimigos e a apoucar o governo do seu próprio país, no meio de um conflito externo e da guerra, que se lhe seguiu. Mas não foi caso único. *O Mercantil*, segundo D. Andrés Lamas, defendia interesses ingleses. *O Monarquista*, de outubro de 1850 em diante, passou a viver sob a proteção do mesmo Lamas (36). *O Noticiador*, cujo primeiro número apareceu no domingo, 16 de setembro de 1849, devia de se inspirar, no tocante à política do Rio da Prata, junto ao General Guido. Êste jornal viveu pouco tempo. Era impresso em tipografia própria, localizada na Rua da Alfândega nº 126, pela firma Rosário & Cia. A suspeita, que temos de o dedo de Guido se ter intrometido em *O Noticiador*, nasce da maneira por que êle se apresentou. Em artigo, estampado logo no primeiro número, à guisa de programa, depois de falar na defesa da liberdade, diz o redator que o jornal

aceitaria colaborações, desde que não fôsem anti-liberais, e acrescenta, definindo a sua posição na luta do Rio da Prata, numa perfeita profissão de fé: «nós também como americanos que somos, e que sabemos honrar êste sublime nome, consagramos algumas linhas em prol da causa a mais justíssima que com dedono têm sustentado, sustentam e sustentarão os dois governos legais da República Oriental e Argentina, contra a onimosa e pérfida intervenção estrangeira». «Só alguém iniciado na técnica rosista poderia usar desta expressão típica: *onimosa e pérfida intervenção estrangeira*. E, sòmente inspirado nas afirmativas do General Guido, poderia asseverar, com tanta segurança, que Rosas e Oribe sustentariam a luta contra as intervenções (37).

## V

Em Montevidéu ficara Silva Pontes atento às comunicações do correspondente de Buenos Aires. O primeiro caso que appareceu, depois de dispersa a comissão, foi o de outro argentino, de família aparentada à de Rosas, que, segundo aviso, se dirigia para o norte do Brasil, com a incumbência de promover revoluções.

Tratava-se de Adolfo Mansilla. Dizia Pontes, segundo soubera, pretestava Mansilla seguir para Londres, a fim de assistir à exposição, mas que, antes, faria uma viagem ao norte do Império, para «entender-se com os agitadores do Brasil, e talvez ministrar-lhes alguns meios de tentar algum movimento». A comunicação terminava com a remessa dos sinais do argentino, para o caso de se entender «que êste indivíduo é digno da atenção da policia». Os sinais de Mansilla, remetidos a Silva Pontes e por êste ao ministro brasileiro, eram: «Estatura ordinária — rosto e nariz compridos — cabelos castanhos — olhos azuis — bigode e suíça, que passa debaixo do queixo de um lado para o outro. — Fala um pouco francês. Costuma trajar à moda. Tem presença e maneiras agradáveis. É sobrinho do General Mansilla casado com D. Agostinha Rosas, irmã do Governador de Buenos Aires» (38).

Alguns anos mais tarde, já depois de vencidas as dificuldades e de Rosas ter deixado a América, lembrava-se Paulino ainda do General Guido e do trabalho que lhe dera. A Paranhos, que lhe escrevera de Montevidéu sôbre o diplomata argentino e da maneira por que se recordava êle do Ministro Paulino, êste lhe recomendava dissesse a D. Tomaz: «Peço que lhe dê lembranças minhas e lhe diga que não me esqueço dêle, apesar das más horas que me fêz passar e do trabalho que me deu» (39).

## II — EM BUENOS AIRES

### I

Não necessitou o govêrno imperial de instituir comissões, como fizera Rosas, ou de se utilizar do cônsul, que ainda mantinha em Buenos Aires, para obter minuciosas informações do inimigo. Ali, naquela cidade, havia misteriosa personagem, que mandava, desinteressadamente, por intermédio de pessoas residentes em Montevidéu, notícias importantes das atividades de Palermo. Recebia Paulino até cópias de cartas de Oribe a Rosas, sem se dar o trabalho de procurá-las. Ao remeter o extrato de uma daquelas cartas, ponderava Silva Pontes : «Parece estranho à primeira vista que se possam fazer extratos da correspondência destas personagens». Mas afirmava não ter sido a primeira vez que acontecia semelhante coisa. E prosseguia no esclarecimento : «Não vi, portanto, a carta : mas veio isto pelo mesmo caminho por que tem vindo algumas notícias, e até documentos importantes como aconteceu com a convenção Leprédour, que se imprimiu aqui clandestinamente, e se mandou para a França em grande número de exemplares de maneira que mal teria o govêrno da França lido as proposições da convenção, quando as fôlhas francesas publicaram e analisaram o teor delas» (40).

O «sabido correspondente», como designaram Paulino e Pontes a incôgnita personagem, que escrevia de Buenos Aires com desembaraço e conhecimento de causa, foi uma dessas incoerências admissíveis sômente numa ditadura nos moldes da que instituiu Rosas. Era um espião por patriotismo, que conseguira intrrometer-se no mais íntimo da administração do seu país apenas para lhe devassar o segredo. A ação dessa incrível personagem foi constante e intensa. Bisbilhotou tudo. Não ficou nas cartas de Oribe, estendeu muito além as suas pesquisas e tão intensamente, que talvez não existisse enrêdo, por emaranhado que fôsse, na administração rosista, de que não tivesse espiolhado as minúcias e a elas se não referisse pormenorizadamente. E isso não fazia por curiosidade leviana de saber e depois se pavonear de seu imenso prestígio. Não, nêle, tudo era cálculo. Bispava as notícias com o fim único e exclusivo, de contá-las aos inimigos de Rosas. E contá-las em segredo, a murmurar baixinho em suas cartas, que apareciam misteriosas em Montevidéu, como misterioso era o missivista. Semelhante façanha não chegou a atrair suspeitas sôbre o autor, que pôde subsistir a tôdas perseguições e matanças da *mashorca*, sem sofrer um simples arranhão.

Respondia também a perguntas. De certa feita indagou Paulino ao Desembargador Silva Pontes : «Não haverá aí alguma suspeita de que Rosas se esteja entendendo com Lopes, engodado com a suspensão da invasão e com a navegação e saída pelo Paraguai ?» Pouco depois, lhe respondia Silva Pontes com a palavra autorizada do *sabido correspondente*. «Foi cumprida a ordem de V. Excia. para averiguar se Rosas procura iludir a Lopes com promessas de consentir na livre navegação dos rios», iniciava o diplomata a resposta, acrescentando : «Na inclusa tradução de uma carta reservada de Buenos Aires com data de 14 do corrente (novembro de 1850), ofereço à consideração de V. Excia. o resultado das indicadas averiguações». Na carta dizia o correspondente, em resposta à pergunta do ministro brasileiro : «Rosas não fez, nem pensou fazer proposição alguma ao Paraguai. Os que andam nisso são Urquiza e Virasoro» (41).

Não lhe escapavam as conversas, por particulares que fôsem. Assim é que lobrigou na íntegra as palavras de Guido a D. Felipe Arana, logo depois de o primeiro chegar a Buenos Aires, de volta do Rio de Janeiro. E, imediatamente, contou o correspondente, não só o que aconselhara Guido no sentido de modificar a política imperial, mas ainda no de afastar Paulino do Ministério, como responsável pela política infensa ao ditador. Não se tratava, portanto, de simples noticiário, senão de inteligente devassa da ditadura rosista. E isso o fazia êle em estilo nervoso, apressado, conciso, para quem um segundo significava muita coisa, pois tanto podia ser o de uma informação essencial, quanto o de ir à degola.

Silva Pontes acreditava piamente nas informações de tão estranha procedência. «Merece atenção esta carta», dizia o desembargador, «por ser do punho do mesmo correspondente, que por vêzes nos tem ministrado informações certas e importantes». Paulino apreciava também a série de notícias do incógnito argentino e insistia com Pontes: «Rogo-lhe que continue a mandar-me a importante correspondência de Buenos Aires». E confiava de tal modo nas informações, quando se referiam às atividades de Palermo, que uma das últimas notas, que dirigiu a Guido, o fez depois de saber do ânimo belicoso do General Rosas, por uma carta do sabido correspondente (42).

Interessantíssima se nos afigura, ainda hoje, aquela correspondência. O que dela existe no Arquivo do Visconde do Uruguai, que é parte mínima, bastaria para uma história dos últimos anos do *Herói do Deserto* no poder : história viva, contada por quem, como observava Paulino, jogara a segurança do próprio pescoço em troca daquelas revelações. Os principais momentos do Rio da Prata foram, então, segredados, rapidamente, como em confissão-



nário, ou notados em diário muito íntimo e particular. Não confiava muito nos inimigos de Rosas, ao menos no princípio da contenda. Ao contrário, acreditava muito mais na arte mágica do grande feiticeiro, que se preparava para a guerra, enquanto os outros blasonavam de façanhas irrealizáveis. «Rosas», garantia o correspondente, em agosto de 1850, «prossegue fazendo preparar armamentos, vestuário e munições de guerra em grande quantidade». No mês seguinte notícias semelhantes continuavam a figurar na carta do amigo incógnito: «Rosas manda vir da Europa artilharia de mar e guerra». E como se não bastassem êstes avisos sobre as forças rosistas, aditava, em outubro do mesmo ano: «Cada dia se trabalha no Trem de Guerra e no Arsenal de Marinha, com mais atividade. É fora de dúvida que Rosas romperá, e sem demora. Conhece e sabe que o Brasil não está pronto, quer êle aprontar-se antes, e geralmente se crê que assim há de acontecer» (43).

Desejava ardentemente o desconhecido portenho a queda de Rosas. Mas, no íntimo, temia-o pelo seu poder metafísico, e esperava resignado, a cada momento, o castigo, que merecia, pelas revelações enviadas de Palermo aos imundos selvagens unitários e seus pérfidos aliados. Êste sentimento, misto de horror, repulsa e respeito, positivava-se, na correspondência, ao mencionar o nome do ditador. Nos passos comuns aparecia o Rosas de todos os dias. «Rosas não está disposto a ceder ao Brasil», escrevia o missivista, normalmente. Porém, desde que o nomeasse num fato mais importante, o apelido mudava, como, se em conversa, modificasse a intonação de voz a proferir o nome tabu, obrigatoriamente transmudado. Assim, em se referindo ao aniversário do governador, já não era Rosas, sim o *Patrão*, quem fazia anos. Mas, se se reportasse às iras do *Grande Americano*, não era mais o homem que os avisos do sabido correspondente revelavam, senão a fera em tôda a sua crueza. «O Tigre continua a bramar», dizia êle em surdina: ou então: «Caimacan está furioso». Não deixava, contudo, de declinar o verdadeiro título, que se atribuía a Rosas, quando o assunto exigia: «Não pude saber a opinião do Supremo Chefe». Isto dizia êle depois de contar um sêgrêdo mais difícil de surpreender. E ainda o indicava, em determinadas circunstâncias, por um têrmo genérico, mas não menos expressivo: «O homem redobra de vigilância» (44).

## II

É de lamentar que se não tenha, até hoje, publicado essa interessante correspondência, que muito aclararia o final da ditadura, principalmente, com um sem conto de curiosos pormenores, pois até

os saídos, que Rosas possuía nos bancos e no tesouro, esmerilhou o correspondente, com cuidado. E contou tostão por tostão das economias rosistas, num trecho de carta, assim redigido :

«Tem no Banco dos 2.500,000 pesos das mensalidades, que lhe concederam, durante o bloqueio e dois meses depois .....	17.500,000
Na tesouraria .....	28.300,000
Na Caixa de Amortização .....	5.500,000
Na Caixa de Depósitos (em metal 1.873) em papel .....	683,000
	<hr/>
	51.983,000

A emissão é de 105.000.000. Tem pois em caixa quase a metade; e este é o principal motivo da baixa das onças» (45).

O mesmo fez o extraordinário missivista no tocante ao número de soldados do ditador, não só dos existentes em Buenos Aires, senão daqueles que engrossavam as hostes de Oribe. Para isso não se contentou de informações, mas esquadrinhou as folhas de pagamento, de onde extraiu a relação que mandou (46). Seria impossível pretender coisa mais secreta. Mas, assim mesmo, conseguia captar até conversas e zangas do próprio Rosas.

Se exatas e completas as notícias de Buenos Aires e da *esclarecida política* do ditador, eram, em contraposição, inteiramente fantasiosas as informações procedentes do Rio de Janeiro, que, remetidas pelo inglês Reid, cônsul argentino, devolvia o sabido correspondente ao lugar de origem. Assim é que, ao reexportar uma comunicação de Reid, escrevia o misterioso argentino: «O Sr. Reid, cônsul no Rio de Janeiro, escreve pelo paquete, dizendo que sabe pelo ministro inglês (era ainda Hudson) que o plano do Brasil é apoderar-se de uma parte do território oriental, e que propôs à França que um chefe francês mande as forças navais francesas e brasileiras, e um chefe brasileiro o exército de terra em união com o Paraguai: mas que o Brasil não se moverá enquanto a França não se resolva» (47). Com estas notícias tinha o ministro Paulino perfeita visão do panorama platino. De um lado via que a espionagem de Rosas (Reid & Cia.) não lhe devassara os planos; porque, do contrário, bem diferentes seriam as comunicações do chefe dos espias. Do outro lado, verificava o ministro a exatidão das notícias remetidas pelo sabido correspondente, desde que se reportassem a Rosas, a Oribe ou a Urquiza. Isso o ajudou muito, principalmente na dosagem dos seus lances. E fez com que pudesse ir até o fim, sem pressa, movimentando todos à sua hora, como se estivesse num inocente jogo de xadrez. É verdade que não compartilhava

o correspondente dessa calma. Fazia o possível para apressar o Brasil. «O Brasil anda muito devagar», dizia êle em setembro de 1850. «Não quero exagerar nem assustar, mas se não andam prontos, caro lhes há de custar» (48). Mal sabia êle que, em grande parte, eram as suas revelações que faziam com que se não apressasse o brasileiro, mas, sim, assegurasse a certeza do lance.

Devera ser das piores a situação do amigo incógnito. O risco, que corria a sua vida, persistia constante. Por isso tinha êle pressa e indagava: «Não se descuide o Brasil. Não está pronto ainda? Tão poucos meios tem que não acaba de preparar-se?» (49). Era, no entanto, com discrição que fazia as suas perguntas, e auxiliando, dentro de suas possibilidades, de maneira eficiente e corajosa. Nem mesmo doente deixava de encher folhas de papel com as notícias costumeiras. Apenas, nestas condições, se contentava com as que os outros lhe levavam a casa, impossibilitado de ir colhê-las pessoalmente. «Como há dias que estou doente», dizia a misteriosa personagem, a 11 de dezembro de 1850, «e não tenho podido sair, direi a você o que me contam» (50). E recontou várias novidades.

Tanto Paulino quanto Pontes reconheciam a situação melindrosa do argentino, a zombar dos esbirros da *mashorca*. Não era de supor pudesse perdurar por muito tempo aquela situação, impunemente. O próprio correspondente tinha nítida consciência do perigo, que aumentava com o evoluer dos acontecimentos. No final apenas sussurrava a notícia, dizendo: «debaixo do sêgrêdo mais estrito». E, a cochichar outra informação, acrescentava: «Não desprezem êstes avisos» (51). Silva Pontes acabou por chamar o correspondente de «amigo de ordinário bem informado» e «amigo incógnito de Buenos Aires». Paulino, por sua vez, temeu a sorte desta personagem, que tomara a si, voluntariamente, o desempenho de obscuro papel, mas importante e difícil, na luta contra o ditador. E sôbre o intrépido incógnito confessava o ministro, com franqueza: «O sabido correspondente, no qual muito acredito, torna-se cada vez mais credor do nosso reconhecimento, muito principalmente porque arrisca o pescoço» (52). E de fato o arriscava, tanto que numa das últimas informações anotava Pontes: «Estas notícias são dadas com a maior cautela. Se a sorte do correspondente foi sempre arriscada, muito mais perigosa se faz nas atuais circunstâncias» (53).

As comunicações do argentino, retransmitidas por Silva Pontes, dão a correspondência do diplomata brasileiro um tom de mistério, de sêgrêdo e de mêdo, que devera de espertar sentimento muito semelhante ao que sentiríamos, durante a última guerra, a captar as ondas de estação de rádio clandestina. Já de

si interessante aquela correspondência, muito mais se torna com o zumbir contínuo de cochichos, enredos e ameaças, que se multiplicam até o fim. «Rosas», afirmava, por exemplo, o correspondente, em outubro de 1851, «Rosas está muito moderado. Isto não admira. No perigo sempre o foi; e as grandes degolações só têm lugar quando êle triunfa». E Silva Pontes, enviando o extrato da carta, em que vinha essa notícia, dizia: «Na policia e no teatro tinham aparecido alguns pasquins contra Rosas e dando vivas a Urquiza». Segundo o correspondente, o Tigre estava tão aturdido com os acontecimentos que tinha perdido o seu costumado atrevimento e ousadia; e os satélites só cogitavam meios de ver como conservariam no terremoto o fruto da sua rapina. Na valiosa opinião do occulto correspondente, se Urquiza não se apressa, talvez alguém se lhe adiante e Rosas caia antes de êle chegar» (54).

### III

O sabido correspondente guardou até o fim o seu mistério. Todos lhe ignoraram o nome, inclusive as pessoas, a quem as cartas eram endereçadas. Silva Pontes, por sua vez, na longa correspondência com Paulino, nunca denominou os intermediários, que lhe revelavam em Montevideu as notícias do correspondente. Talvez por medo de os comprometer ou, então, por saber que D. Andrés Lamas recebia comunicações da mesma fonte que as dêle. Era de presumir dissesse Lamas a Paulino o nome dos emigrados argentinos, que, em Montevideu, recebiam as cartas de Buenos Aires (55).

Antes de indagarmos quem era o sabido correspondente, vamos ver como conseguia Silva Pontes obter informações de tão misteriosa procedência. Quando, há alguns anos, tivemos oportunidade de escrever sobre as atividades do sabido correspondente deixamos de lado indagações desta natureza, por nos parecer que o trabalho, que então fazíamos, não se prestava a minúcias tais. Tínhamos, de carta de Silva Pontes, a seguinte pista: «A carta, cuja tradução remeto inclusa», dizia êle a Paulino, «veio de boa origem, por isso me dei ao trabalho de traduzi-la, pôsto que uma parte das notícias aí referidas encontrará V. Excia. no *Comercio del Plata*» (56). Se as notícias eram utilizadas pelo *Comercio del Plata*, natural devesse Pontes as comunicações aos redatores dêsse jornal. Tanto mais que, em outra carta, referindo-se a certo segredo, do qual tivera D. Nepunuceno Madero conhecimento, Silva Pontes, atenuando o fato, afirmava: «Madero pelo seu caráter sisudo e também por interêssse no bom êxito da causa não fará alarde do segredo que possui: e não conviria que êle se julgasse



Reservada

Mmo Sr. D. Silva Pontes.

Comproyuna que no tendré tiempo para ver á S. S. como lo deseaba, sin como la liberas de dirigirla la presente, creyendo que su asunto puede imponer á S. S.

En el Spider, avisé á Guiso á Rosas que aun no habia recibido respuesta del gobierno brasilero; pero que temi certesa de que este, al responderle, le negaria toda satisfaccion.

Rosas estraña que Guiso no haya en su virtud cumplido la orden de responder, y se le denunciaba la respuesta, y por ellos, dice que es traicion.

Ahora le va en el Spider nueva orden para que, si en el momento no se le dan las completas satisfacciones reclamadas, o le denuncian la respuesta, pida el pasaporte y se retire.

Con fecha 20 de Julio, en Montevideo, Aguirre, agente de Urbe en Rio Grande, ofrecio á Urbe diciendole que allí la opinion comun, los preparativos que se veian, y palabras proferidas públicamente por el Presidente de la Junta Urbea, indicaban que los aprestos eran para una guerra contra Urbe y Rosas. Habiendo Urbe participado esto á Rosas, le va ahora orden á Guiso, para que, presentando al gobierno brasilero la nota de Aguirre, le exija



una pronta declaración del objeto que tenga la  
reunión de fuerzas en Rio Grande, y de si es  
cierto el insubordinado proceder del Presidente; y si  
no fuere satisfecho, pida su pasaporte.

Fengo el gusto de recomendar de S. S.  
act. y humilde servicio  
q. s. m. b.



J<sup>n</sup>  
Valentín Alsina

Hc  
Agto 17-

Advierto a S. S. que esto nadie lo sabe aquí  
ni aun el gobierno: pero hoy lo escribo al Sr.  
Lamas, y tambien a Francia e Inglaterra.





pessoa de pouca ou nenhuma confiança para nós, pois que isto podia influir nos meios e vias por que mais de uma vez tem chegado ao meu conhecimento noticia de não pequena importância» (57).

Esta conclusão se confirmou inteiramente de outros documentos, que tive ocasião de examinar ultimamente. E os redactores do *Comercio del Plata*, que davam as comunicações do correspondente incógnito a Silva Pontes, foram D. João Nepunuceno Madero e D. Valentin Alsina, com os quais manteve o diplomata as melhores relações. Com Alsina, ao menos desde 1848, se dava Silva Pontes. Tanto assim que, como se vê de diário particular do desembargador, em 1.º de dezembro de 1851, a José Feliciano de Castello e a Varnhagen «uma tradução que Alsina fez da obra de Chitty».

Ao chegar Honório Hermeto em Montevidéu, enfronhou-se também no segredo do correspondente. E, como os outros, passou a crer no que elle dizia, a ponto de se referir ao «crédito que merecem as comunicações do sobredito correspondente» (58). No começo de Maio de 1851, Silva Pontes teve Honório certo escúpulo de mostrar ao plenipotenciário tôdas as comunicações, que lhe davam de Buenos Aires. Assim, em dezembro de 1851, remetendo cópia de importantes revelações sobre os *blancos*, esclarecia o desembargador que o amigo, que lhas fornecera, o autorizara a «fazer ciente a V. Excia. unicamente, de quanto se encontra no referido extrato». Mas era inadmissivel ignorasse Honório Hermeto aquêles avisos, sempre utilissimos. A fim de modificar semelhante situação, nascida do excesso do zelo de Pontes, escreveu-lhe Paulino: «Parece-me que o Sr. Honório não teve conhecimento das noticias que contém o tal extrato, o que é mau, tanto ele como V. Excia. não devem ignorar coisa alguma que possa influir na marcha e direcção dos negócios... Peço-lhe porém que lhe comunique sempre tôdas essas noticias por maior que seja o segredo» (59).

Assim entrou Honório Hermeto no segredo do sabido correspondente. E certa vez, escrevendo ao Almirante Grenfell, disse, sem ambages, o nome de um dos intermediários: «foi confidencialmente comunicado por D. Nepunuceno Madero, editor do jornal *Comercio del Plata*, um trecho de carta do acreditado correspondente de Buenos Aires» (60).

Fácil, com indicação tão precisa, foi encontrar no arquivo de Silva Pontes, não só as comunicações de Madero, mas também uma de D. Valentin Alsina, recebidas do correspondente de Buenos Aires, e confrontá-las com as traduções de Silva Pontes, remetidas a Paulino.

De Alsina existe apenas a seguinte carta, datada de 17 de agosto de 1850, que comprova inteiramente aquela conclusão: «Ilmo. Sôr da Silva Pontes. Conociendo que no tendré tiempo por ver á S. S. como lo deseaba, me tomo la libertad de dirijirle la presente, creyendo que su asunto puede importar á S. S. — En el *Spider*, avisó Guido a Rosas que aun no habia recebido respuesta del Gobierno brasileiro; pero que tenia certeza de que este, al responder, le negará toda satisfacción. Rosas extraña que Guido no haya en su virtud cumplido la órden de retirarse, si se le demoraba la respuesta, y por ella, dice que es *traidor*. Ahora le va en el *Spider* nueva órden para que, si *en el momento* no se le dan las completas satisfacciones reclamadas, ó le demueran la respuesta, pida el pasaporte y se retire. Con fecha de 20 de Julio. Dn. Atanasio Aguirre, ajente de Oribe en Rio Grande, ofició á Oribe diciendole que allí la opinión común, los preparativos que se veian, y las palabras proferidas por el Presidente Pimenta Bueno, indicaban que los aprestos eran para una guerra contra Oribe y Rosas. Habiendo Oribe participado esto á Rosas, le va ahora orden á Guido, para que, apresentando al Gobierno brasileiro la nota de Aguirre, le exija *una pronta declaración* del objeto que tenga la reunión de fuerzas en Rio Grande, y si es cierto *el insultante proceder* del Presidente; y si no fuera satisfecho pida su pasaporte. Tengo el gusto de repetirme de S. S. attº y humilde servidor — Q. S. M. B. — Valentin Alsina — S/C ago. 17 — Adivierto á S. S. que esto nadie lo sabe aquí, ni aun el Gobierno: pero hoy lo escribo al Sôr Lamas, y tambien á Francia é Inglaterra» (51).

Em geral remetia Silva Pontes as notícias do correspondente, devidamente traduzidas, em anexo às suas confidenciais. Outras vêzes as incluía no próprio texto da carta, dando-lhes então o seu jeito, sem as desfigurar, no entanto. As novidades, que lhe transmitiu Alsina, repetiu-as Silva Pontes no dia 18 de agosto, com uma indicação a mais, ou seja, a data da carta do sabido correspondente. «Por carta escrita de Buenos Aires, com data de 14 do corrente», comunicava êle a Paulino, «diz-se que pelo *Spider* escreveu D. Tomaz Guido, participando que ainda não tinha recebido contestação às suas últimas reclamações, e que não esperava que tal contestação lhe fôsse dada em termos satisfatórios». Depois de concluir as noticias sôbre Guido e de referir, com vivacidade, o que se lhe contara sôbre as atividades de Aguirre, acrescentava Pontes, por sua vez, a validar as informações: «Tudo quanto levo exposto veio ao meu conhecimento pelo mesmo caminho pelo qual tenho mais de uma vez recebido



notícias e informações exatas» (62). O caminho, pois, era sempre o mesmo.

De D. Nepunuceno Madero encontrei vários comunicados a Pontes, sendo que muitos são simples bilhetes, sem assinaturas. Presumo que tanto Madero quanto Alsina somente remettessem as notícias por escrito, quando não podiam encontrar-se pessoalmente com o diplomata brasileiro, para que este copiasse e traduzisse as cartas do correspondente, escolhendo-lhes os passos mais interessantes ao Império. O próprio Alsina, na carta transcrita, dizia: «Conociendo que no tendré tiempo por ver á S. S como lo deseaba, me tomo la libertad de dirijirle la presente».

Em abril de 1851, enviava D. Nepunuceno Madero um bilhete a Silva Pontes, com as seguintes notícias do correspondente: «Buenos Aires 8 abril. — Confidencial. — Aun no ha contestado el Gobernador á las reclamaciones de Southern... Toda su atención está hoy sobre Urquiza. Se ha mandado prender á los hijos de este y al clerico Alvarez, que se doctoró aqui... y hoy estan fuera de alcance de las uñas del tigre...» Esta comunicação era cópia exata da recebida de Buenos Aires, bem como a seguinte: «Mayo 28. — El 15 se recibieron aqui (Buenos Aires) las comunicaciones de Urquiza (sita del 1º de Mayo). Ellas no han sorprendido al Gobernador pero lo han puesto furioso...» É ainda do amigo incógnito, copiado por Madero, este aviso: «A Urquiza que no se fie mucho de los Chefes y oficiales que se presentan á él...» Parece-me que as relações de Silva Pontes com D. Nepunuceno Madero foram mais intimas do que com o Dr. Alsina. Isso presumo do seguinte passo de uma carta, em que lhe dizia Madero: «El Sr. Lessa habrá dicho a V. la confusión en que está toda mi casa por la llegada de Justita y de sus niños, mi hermano y los suyos: apenas tengo donde poner estas cuatros letras...» A Justita, a que se elle referia, devera ser a viúva de D. Florêncio Varela. Porém não fôra para descrever a cena pinturesca dêsse lar de emigrados, a acolher uma segunda geração de *selvajes unitarios*, louca e traidora, o que motivara a carta; mas, sim, para recontar as notícias recebidas do sabido correspondente. Por isso continuava Madero esta carta, de 29 de junho de 1851, dizendo: «Mi correspondencia por el *Esk* no contiene mucho más de la que ha publicado sino es el repetirme la resolución de Rosas y Oribe á sostenerse hasta el ultimo momento: por el amigo me asegura que si el Brasil y Urquiza obran pronto y firme el poder de Rosas y Oribe desaparecerá bien pronto» (63).

Conscienciosamente reproduzia Silva Pontes as notícias, uma a uma. As de 8 de abril encontram-se na confidencial de 12, assim: «Acêrca das coisas de Buenos Aires tenho diante de mim

cópia da carta do sabido correspondente de 8 do corrente. Traduzida a carta, diz em resumo o seguinte: «Ainda não respondeu o governador às reclamações de Southern, nem às notas sobre os negócios do Brasil, nem parece disposto a fazê-lo. Tôda a sua atenção está hoje concentrada em Urquiza...» Noticiava as informações de 28 de maio a 30 do mesmo mês: «No dia 15 foram conhecidos aqui os atos de Urquiza do dia 1º. Não causaram estranheza ao governador; mas puseram-no furioso». E a 30 de junho enviava o conteúdo da carta de Madero, datada de 29: «Tenho presente um extrato da última carta do sabido correspondente de Buenos Aires: e neste extrato, feito ontem de carta recebida pelo *Flambart*, no dia antecedente, o que encontro de mais importante é o seguinte: «Se o Brasil e Urquiza obram com prontidão e firmeza, o poder de Rosas e Oribe está por terra» (64).

Estas notícias são pequenas amostras da multidão de revelações notáveis, informações exatas, mas também de um sem conto de boatos, que o sabido correspondente mandava de Buenos Aires para Montevidéu, por quase todos os navios, que daquele pôrto aproavam à praça sitiada. Aí Alsina e Madero retiravam aquelas, cuja publicação lhes interessava, e as que diziam respeito ao Império e ao poderio de Rosas entregavam-nas ao diplomata brasileiro, que, rápido, as remetia para o Rio de Janeiro. Às vezes iam as notícias com o pedido de as revelar ao interessado, como, por exemplo, a denunciar o premeditado assassinio de Urquiza, dizia o correspondente: «É necessário fazer-lhe aviso» (65).

#### IV

Não era apenas pelo sabido correspondente que tinha Silva Pontes notícias de Buenos Aires. Outro missivista figura também nas confidenciais do brasileiro, embora raramente e sem o prestígio do outro. Tratava-se, segundo Pontes, de pessoa séria, mas não experimentada no serviço (66). Por sua vez, o sabido correspondente tinha outros meios de comunicação com o ministro Paulino, sem ser por intermédio de Pontes, via Alsina e Madero. Sabia-o Silva Pontes e, em certo momento, depois das informações de sempre, dizia ao ministro: «Mas, para que me canso em dar a V. Exa. notícias de Buenos Aires? Segundo dali se refere, tem correspondência direta e freqüente com uma grande personagem argentina certo indivíduo, que a não terá, se o caso é certo, sem pleno conhecimento de V. Exa.; e por essa via será V. Exa. muito melhor informado» (67). Dêste passo se conclui que um brasileiro (certo indivíduo) e um argentino (uma grande personagem) se correspondiam, diretamente, sobre aquêles mesmos



Mi estimado Sr. Pontes

El Sr. Lusa habla otra

vez de la Conferencia en que está toda mi casa  
p<sup>o</sup> la dignidad de Pontes y de su casa, mi hijo y los dos  
que apenas tengo donde poner estas cuatro letras.

Me corresponde p<sup>o</sup> por el Sr. Lusa decirme muchos  
más de lo que he publicado. Pero es el repetirme  
la resolución de Rosas y Ordoñez a sostenerse hasta el  
último momento, p<sup>o</sup> el Ordoñez me asegura que si el  
Brasil y Uruguay obran pronto y firme el poder  
de Rosas y Ordoñez desaparecerá bien pronto, por  
que las fuerzas que Rosas reúne no son buenas  
ni tienen entusiasmo ya por él. Me han  
lo ha contestado Rosales ni los g<sup>o</sup> de la Rioja  
y San Luis, pero que se demoran las operas lo  
tendrán que hacer, como Corroza, que no quería  
como solo declaró al Sr. Lusa antes de irse p<sup>o</sup> allá.

Que Rosas desea reunir los representantes de todos  
los p<sup>o</sup> p<sup>o</sup> formar una Convención, y que ella  
le sirva p<sup>o</sup> dar abg<sup>o</sup> a los de legalidad absoluta.  
Que Landa representa a Jujuy y Tucumán, Urquiza  
a Salta, Villanueva a Mendoza, y se espera otro  
p<sup>o</sup> Sr. F. Que el g<sup>o</sup> de Mendoza le avisó  
a Rosas que formen vigilantes que pongan

Carta de D. Nepumuceno Madero a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, de  
29 de junho de 1851, com notícias remetidas, de Buenos-Aires, pelo sabido  
correspondente





no puede evitar el que los impresos que deman-  
da Sarmiento imitan de prob.<sup>a</sup> la misma  
que se hace en todas las de Orya con gran  
facilidad allí p.<sup>a</sup> que heci menos vigilancia.  
Que el Nuncio viene bien disgustado, p.<sup>a</sup> nada  
ha obtenido de Roma, que si lo pudiesen aqui  
y <sup>no</sup> tubiese alg.<sup>a</sup> representantes que mantuviese bien  
en bon. <sup>de</sup> y Santos rio, lo haria, lo que seria  
util y haria mal a Roma. Que es cierta la  
orden alos jueces de Para en la Ciudad y Cam-  
paina para remitirle a Roma y un p.<sup>a</sup> de  
y que su objeto es hacer todos los humil.  
que pueda p.<sup>a</sup> el Gto.

Que la Prudencia escribio por alflambart  
con Lesure, que Grenfell iba p.<sup>a</sup> al Drugg  
pero que el no podia ni debia poner oba-  
culo. Que avia a Southam la misma, p.<sup>a</sup>  
viendole que solo habia aviado ya i Orya.

Que los Cartas al Balcar se por el proyecto  
manifestaban la seguridad de la aproba-  
cion del tratado de Prudencia, y que la misma  
seria mas o menos de Inglaterra.

Que en Rio Taul.<sup>o</sup> el que habia comprado  
para Roma la ultima remera de p.<sup>a</sup> de  
p.<sup>a</sup> de <sup>de</sup> en P. franc.<sup>o</sup> Soma, que avia  
se deca Nuntio y ahora con afanti de  
Roma p.<sup>a</sup> alg.<sup>a</sup> compras, para con P.<sup>a</sup> de.

Creo que no he olvidado nada, lo  
demas esta en la Carta del Cam.<sup>o</sup> de



Se Enterados. no he tenido cartas  
Los conoçere en apuro  
J. F. de B.

N. Madero

1.º junio 29.



Carta de D. Nepunuceno Madero, de 29/6/851 (3.ª página e última)





temas das cartas do sabido correspondente. Mas quem era êste indivíduo?

Pareceu-me a mim, desde o começo, por inúmeras razões, longas de expor e, agora, já desnecessárias, que o brasileiro, a quem se referia Silva Pontes, só podia ser Duarte da Ponte Ribeiro. Até a maneira por que se designava o brasileiro: certo indivíduo, corroborava a minha suspeita, pois, havia pouco tempo, brigaram os dois e ainda que continuassem a corresponder-se, Silva Pontes conservou sempre a malquerença, nascida da briga, que justificava aquela determinação indelicada. Porém não encontrei a prova documental, nem no Arquivo do Visconde do Uruguai, nem no Arquivo Particular de Pontes Ribeiro, que examinei com cuidado. Havia, no entanto, a indicação seguinte, no *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil*: «Duarte da Ponte Ribeiro. Ofício enviando extrato de uma carta *sobre coisas do Prata*» (68). Êste extrato não podia deixar de trazer notícias do gênero das remetidas pelo sabido correspondente, ou seja, no caso de Ponte Ribeiro, notícias enviadas pela *grande personagem argentina*. De fato foi o que encontrei no documento. É um bilhete de Ponte Ribeiro a Paulino, dizendo-lhe: «Ilmo. Exmo. Sr. — Envio a V. Excia. o incluso extrato de uma carta vinda no *Rifleman*, apesar de conhecer o que êle contém, pouco mais ou menos, o que V. Excia. sabe por outro conduto. De V. Excia. — Muito atento Vor. e criado — Duarte da Ponte Ribeiro. — Novembro 4, 1850».

Duarte sabia, portanto, que Paulino recebia notícias idênticas, «por outro conduto». Assim, não era por intermédio de Madero e Alsina, que êle, Duarte, as recebia. Os dois argentinos enviavam extratos de cartas do correspondente, para o Rio de Janeiro, a Lamas e a Paulino (a êste por intermédio de Silva Pontes), e para Europa. Agora, a correspondência com Ponte Ribeiro devera vir, diretamente, de Buenos Aires. Porque, se fôra procedente de Madero e Alsina, não escreveria Silva Pontes: «com uma grande personagem argentina», mas, como era costume, com «emigrados aqui residentes», nem tampouco se reportaria à «correspondência direta e freqüente». Mas, se as cartas de um e outro não percorriam o mesmo caminho, a origem do noticiário era a mesma. Hêre o *sabido correspondente* o mesmo indivíduo também apelidado *uma grande personagem argentina*, ou fôssem pessoas diferentes, as fontes das informações eram as mesmas.

Vamos, para melhor comprovação, confrontar as notícias de Silva Pontes com as de Duarte. A carta, que êste extratou a 4 de novembro de 1850, não traz a data em que foi expedida de Buenos Aires. Diz Duarte, no bilhete a Paulino, ter vindo pelo

*Rifleman*, que aportara à Guanabara no dia 3. É ainda de se notar que êste noticiário chegou às mãos do ministro depois do remetido por Silva Pontes, tanto assim que já o conhecia Paulino, por outro conduto (69). Silva Pontes remeteu as notícias a Paulino, em confidencial de 24 de outubro. Do extrato que juntou, consta a data da carta do sabido correspondente: «Extrato de uma carta escrita de Buenos Aires, aos 21 de outubro de 1850». É quase certo ter chegado êste extrato pelo mesmo navio inglês *Rifleman* no dia 3 de novembro (70).

Como já apontei, as notícias tinham a mesma procedência. Eram as mesmas. Há, no entanto, alguma coisa que as diferencia, que me levou à conclusão de que o extrato de Silva Pontes e o de Duarte da Ponte Ribeiro foram extraídos de cartas diferentes, embora provavelmente escritas pelo mesmo missivista. Na de Duarte o assunto principal, o primeiro em ordem, é o que diz respeito à desavença existente entre Rosas e Urquiza. Aliás interessantíssima síntese das rixas entre os dois generais. O assunto, que se segue a êste, ainda que não figure como secundário, vem, no entanto, em segundo lugar; é referente ao que disse Guido a Arana, logo ao chegar a Buenos Aires, sobre a política externa do Império. Na carta que extratou Silva Pontes, o principal é justamente a conversa de D. Tomaz com o Ministro Arana. No tocante às brigas de Urquiza e Rosas se encontram apenas algumas frases, ainda que expressivas.

Assim se descreveu, no extrato feito por Duarte da Ponte Ribeiro, a desavença dos governadores argentinos: «Como V. sabe o governador de Entre-Rios tem uma influência decisiva sobre Virasoro, governador de Corrientes. Urquiza odeia a Rosas como ninguém, e Rosas paga-lhe com igual carinho, mas um e outro se temem, e um e outro se desejam destruir. Rosas, contudo, o mais vaidoso, ou julgando-se em melhor posição, negou-se sempre a muitas exigências, algumas bem justas de Urquiza. Por exemplo, não permitiu que a Entre-Rios vão navios estrangeiros, nem que dali saíam para o ultramar. Não concede também que passem metais para Entre-Rios. Urquiza não só é governador senão também o primeiro negociante de sua Província, e as negativas de Rosas não só o humilham como governador, senão que o prejudicam enormemente como negociante. Você sabe que quando esteve aqui Deffaudis mandou Urquiza um agente a Montevidéu para obter segurança de que a França o apoiaria. O barão não pôde dar-lhe, e tudo ficou em conversação (71). Ficou desde

então muito mal com Rosas, mas como já disse, nenhum se atreveu a romper, e proclamam-se cada qual mais Federal. Agora viu a atitude que toma o Brasil; crê que os Tratados Leprédour não serão aceitos (Rosas não lhos comunicou) e quer preparar-se. Como Rosas o apura para que marche sôbre o Paraguai, e êle não quer partir por temer, entre outras coisas, que Rosas lhe meta a revolução em casa, tem estado embalando-o com pedidos, que o outro tem satisfeito, ainda que com demora e de má vontade. Não sabendo mais o que pedir exigiu cavalos, e, entretanto, sem dizer palavra a Rosas, convidou Virasoro para uma conferência na fronteira, a qual se verificou no dia 23 passado (72). Nela concordaram que se o Brasil rompesse formalmente e vissem fatos, suspenderiam as duas províncias a autorização dada a Rosas para dirigir as relações exteriores, e se declarariam neutrais na luta; mas que se o Brasil não rompesse, continuariam como até hoje unidas e fazendo boa cara a Rosas, mas sem se comprometerem. Sei tudo isto pela pessoa que V. sabe, e que é segura, mas ela mesmo me diz: «devo acrescentar que, bem que tudo isto seja positivo, e que pareceria natural que dando o Brasil segurança a Urquiza de que se êle e Virasoro rompessem com Rosas os auxiliaria, Urquiza rejeitará a proposta, pois é muito desconfiado e não tem a melhor opinião do Brasil, isto é, duvida que os brasileiros se batam. Sua convicção é que o Brasil entrará se a França o ajudar, senão se limitará a defender-se como puder no caso de Rosas o atacar. Está porém também convencido de que Rosas não fará senão gritar, e que o Brasil vendo que êle nada fará deitará a dormir. Rosas soube desta conferência e está furioso. Isto o contraria muito em seus planos, porque sem Urquiza nada pode fazer; veremos por onde arrebenta».

Este trecho, longuíssimo do extrato de Ponte Ribeiro, foi reduzido no de Silva Pontes às seguintes frases: «Rosas está inquieto e furioso contra Urquiza, porque sabe que teve êste duas conferências com Virasoro, e nenhum dêles lhe deu parte de tal. Parece que nessas conferências se tinham tratado de cessar os poderes concedidos a Rosas para representar a Confederação nas relações exteriores, e de não tomar parte na guerra do Brasil» (73).

O extrato de Duarte é, além de muito mais minucioso, mais interessante. Refere-se a uma outra pessoa, que devera de informar o missivista das novidades transmitidas. Quem seria? Qual a posição do sabido correspondente na carta extratada por Duarte? Seria o missivista ou seria a pessoa que o informara das conferências e resoluções de Urquiza e Virasoro? Êste informante é que devera conhecer os segredos de Palermo, pois, como dizia o autor da carta, era seguro nas suas informações.



Vamos agora confrontar o outro trecho das duas cartas, referentes às conversações de Guido com Arana, sobre a política externa do Brasil. Na primeira coluna se encontra o que escreveu Duarte e na segunda o que comunicou Silva Pontes:

«Guido foi a casa de Arana logo que chegou. Disse estar persuadido que o ministério brasileiro está dividido; supposto Paulino triunfasse na questão dos passaportes, nunca poderia decidir o Ministério a favor da guerra; que o que mais temia era o estado do Rio Grande, pois que era mui possível comprometer-se ali o Govêrno.

«Que trabalhava sem descanso, havia dois anos, para evitar um rompimento por julgar que ao Govêrno Argentino não convinha uma guerra com o Brasil; que lhe parecia que aquilo que melhor resultado podia dar era trabalhar por todos os meios para mudar o Ministério, ou ao menos modificá-lo fazendo sair o Paulino, porque dado êsse caso estava certo de que o resto do Gabinete faria tudo para evitar a guerra, e para conter o ardor da gente do Rio Grande. Guido disse mais que sentia muito os gritos que se tinham dado contra o imperador, e a maneira por que dêle se tinha falado na Sala, acrescentando: «O imperador em nada se mete, é homem muito pacífico».

«Guido disse a Arana que o ministério brasileiro está dividido, e que segundo êle pensava, está mui distante de declarar a guerra; mas temia que o estado da Província do Rio Grande do Sul precipitasse os acontecimentos, pois sabia que ali se trabalhava por fazer de pronto uma invasão no Estado Oriental, dirigida pelo Barão de Jacuí.

«No entender de Guido, se isso não pode evitar-se, as conseqüências podem ser muito más para o Restaurador. Conveio nisso Arana; e tanto mais quanto Urquiza tomava não bom aspecto, segundo êle mesmo Arana o disse em muito segredo.

Guido acrescentou que é necessário *couste que couste* evitar que os Riograndenses rompam as hostilidades, e derribar o ministério do Brasil, ou pelo menos modificá-lo, fazendo sair o Sr. Paulino».

Assim, ainda nesta descrição, excede o extrato de Ponte Ribeiro, em movimento e interêsse, ao de Silva Pontes. Porém êste acrescentava outras notícias, também importantes, por se referirem aos armamentos que fazia o general Rosas. E as que enviava o desembargador eram freqüentes. Das cartas a Duarte apenas êste extrato encontrei. Porém não deviam ter continuado por muito tempo. No comêço de 1851 embarcou o diplomata para o Pacífico. Enquanto Silva Pontes remeteu as notícias do sabido correspondente até as vésperas de Caseros.

## V

Quem teria sido o correspondente, sabido e corajoso, que tantos serviços prestou, anônimamente, sem solicitar a mínima retribuição, e a todo momento expondo o pescoço à lâmina vingativa da *mashorca*?

Podemos, agora, destrinçar o mistério do amigo portenho, depois de o ter identificado com o correspondente de Madero e Alsina, recorrendo ao excelente livro de Leóncio Gianello, intitulado *Forêncio Varela*. Aí, ao tratar da organização do *Comercio del Plata*, pelo seu fundador, descreve o ilustre historiador argentino a atividade do sabido correspondente, desde os primórdios daquele jornal, como informante verídico e sensacional. Cita Gianello o seguinte passo de Isidoro Maria, sobre o correspondente de Buenos Aires do *Comercio del Plata*: «Conservó el incógnito de tal modo, que jamás pudieron descubrirlo las pesquisas de Rosas, ni conocer Varela al oficioso, verídico y perseverante autor de correspondencias, que revelaba lo más secreto de la diplomacia y de la administración rosista...» (74).

O nome da misteriosa personagem dá-nos Gianello: «Este arriesgado corresponsal que en Buenos Aires sumida y amortajada de temores tenia el *Comercio del Plata* era don Pedro Duval». Em seguida a individuar melhor o incógnito correspondente, transcreve o seguinte trecho de Antônio Zinny: «Don Pedro Duval, empleado del Banco, cuyo nombre pudo mantenerse oculto durante la época de Rosas, prestó al diario de Varela servicios de gran importancia con peligro de su vida si hubiera sido descubierto. Este corresponsal le daba sobre los negocios más secretos de la administración y aun sobre el mismo interior de la de Rosas noticias exatas y sorprendentes que hasta se podía creer que era el mismo Rosas que las dictaba para mofarse de sus ministros y funcionarios» (75).

Mais outro escritor, citado também por Gianello, debuxou o retrato do sabido correspondente, salientando, sobre aqueles traços delineados por Zinny, outros não menos interessantes: «Duval — escreveu José Arturo Scotto — tuvo el arte de obtener de algún individuo muy cercano a la persona del dictador la clave de una parte principal de las medidas administrativas, diplomaticas y militares rodeadas de impenetrable misterio. Ni este publicista (Varela) ni nadie conocieron el audaz y diligente amigo de Buenos Aires. Este nunca reveló, ni aun en el seno de su familia, el origen de las noticias emanadas del gabinete de Rosas, que concentraba en sus manos todo el mecanismo de los negocios publicos» (76).

Atrás de Duval, como apontou Scotto, devera de existir alguém, muito chegado à pessoa do ditador, que lhe dava as informações. Isso é o que se conclui não só da correspondência do incógnito amigo, extratada por Silva Pontes, mas também do que deixou escapar na carta de Duarte, quando diz: «Sei tudo isso pela pessoa que V. sabe, e que é segura...» Havia, portanto,

uma terceira pessoa, conhecida de Duarte ou de quem a carta, extratada por Duarte, fôra endereçada. Esta terceira pessoa procurava o sabido correspondente, para lhe cochichar as novidades, mesmo quando êste, por doente, se achava impossibilitado de sair de casa. Porém, quando bom, captava êle, por si só, as notícias remetidas. De uma feita, escreveu: «Ouvi parte da informação dada pelo que foi encarregado de percorrer tôda a campanha para tomar nota das cavalhadas» (77). Isso comprova a presença do correspondente, não só no lugar, senão também no momento em que a informação fôra transmitida à pessoa interessada.

Esta última notícia, ao menos, êle a obtivera, diretamente, sem auxílio de outrem. Mas, em geral, as pesquisas eram feitas por intermédio de uma pessoa bem conhecida, talvez a *grande personagem argentina*, a que se referiu Silva Pontes. Isso, porém, o não inibia de se informar sôbre um sem conto de coisas com outras várias personagens, não menos importantes. Gianello, ao colocar êste problema, depois de citar Zinny, escreve: «Quien daba los datos? se pregunta a continuación Zinny, y dice: «el doctor Lorenzo Torres? lo dudamos; talvez don Pablo de Santillán» (78).

Não conheço Pablo de Santillán e não acredito que fôsse Lorenzo Torres. Êste não daria, por certo, informes importantes sôbre os *blancos*, depois da queda de Oribe, que interessavam sômente ao Brasil. Referiu-se o sabido correspondente algumas vêzes a Lorenzo Torres, mas sempre em companhia de Baldomero Garcia. E dessas notícias não se pode inferir tivesse o primeiro ligações mais íntimas com o oculto missivista do que o outro. Em outubro de 1850, por duas vêzes o correspondente falou de Lorenzo Torres. Logo nos primeiros dias do mês, escreveu: «Informam que Rosas chamou os deputados D. Lorenzo Torres, D. Baldomero Garcia e outros, e lhes indicou os pontos sôbre que deviam discutir com relação ao Brasil». A 10 repete esta mesma notícia, de que Rosas chamara a Palermo Lorenzo Torres, Baldomero Garcia e o cura Moreno. Notícias semelhantes se redizem até o fim da ditadura. Ainda a 15 de dezembro de 1851, avisara o correspondente do seguinte: «Ontem esteve Gore com o governador pelo espaço de hora e meia mais ou menos. Não pude saber o objeto da conferência, mas sim sei que logo que Mr. Gore se retirou, mandou o governador chamar para hoje às 3 o Doutor Lorenzo Torres, Baldomero Garcia e Dalmácio Vélez» (79).

Poderiam estas notícias confirmar, ainda que fracamente, a hipótese de Lorenzo Torres, se não tivesse o incógnito amigo mencionado Baldomero Garcia em outras confidências muito mais particulares, que nos leva a crer ter sido êste quem forneceu tôdas aquelas em que figura o Dr. Lorenzo Torres ao lado dêle,

max 114

*Irene Linn Sur?*



Envio a V<sup>te</sup> o incluso extracto de humoralidade  
venda no Reflexion, apesar de conhecer  
que elle contém, pouco mais ou menos,  
o que V<sup>te</sup> sabe por outras conductas.

24-

Meute attente V. <sup>re</sup> loiras.

November 4-1850

Quarte de Ponte Ribon

*Carta de Duarte da Ponte Ribeiro a Paulino, de 4/11/850, e o extrato da carta vinda pelo Rifleman*







Como V. sabe, o governador de Entre-Rios  
em - tem a influencia decisiva sobre  
V. o Visor Governador de Corrientes.

Hogues odeia a Rosas como ninguém,  
e Rosas paga-lhe com iguaes coisinhas, ma-  
hum e outros vilmente, e hum e outro  
se deseja destruir. Rosas, com tudo, o  
mais vaidoso, ou julgou-se em melhor  
posição, por se ter por a muitos experien-  
cias, ologos, bem justos, de Hogues. Ro-  
sas, pelo, não permitiu que em Entre-Rios  
viessem novos estrangeiros, nem que ali  
se fosse para o cultivo da terra. Não concede  
tão bem que pensem meter para Entre-  
Rios. Hogues não se dá por governador senão  
tão bem o primeiro, referente da sua  
provincia, e as regras de Rosas não se o  
hum, mas como Governador de Rosas, que  
o propudiam enormemente como regem  
ta. V. sabe que quando elles aqui diffan-  
dis mandou Hogues hum Agente a  
Montevideo para obter segurança de que ex-  
traia o opio. (Rosas não pôde  
por-lha, e tudo ficou em concesso.)  
Sua dade então muito mal com Rosas,  
mas como já disse, nenhum se atreveu  
a dar per, e proclamou-se o que se  
mais se deu. Agora eis a attitud  
que tem o Brasil, cre que o Brasil  
1. Poder não tem a estes Rosas, mas  
comunicar-se a seguir por se

Com Rosas, o que se quer que se faça



sobre o Porquey, e elle não quer partir por temer, entre outros coizes, que Rosas lhe mettia a revólver em cima, bem cediado e embolando-a com pedida, que o outro tem satisfeito, ainda que com demora e de má vontade. Mas sabendo mais que pedir vigia cavallo, e entre tanto, sem dizer palavra a Rosas, convidou Virasoro para huma conferencia na Portim, a que se verificou no dia 23 do passado. Nella conferencia disse que se o Brasil não pede formalmente a victim facto, suspenderão as duas Províncias a autoridade dada a Rosas, para dirigir os villosos exércitos, e a declaração de guerra, na falta, mas que se o Brasil não rompede, continuaria como até hoje vindo e fazendo boa com Rosas, mas não se comprometterem. He tudo isto pela pessoa que V. sabe, e que he seguro, mas ella mesma me diz: Devo acrescentar que, bem que tudo isto he positivo, e que porveria natural, que dando o Brasil luzes a Urquiza de que se elle e Virasoro compemem com Rosas, os auxiliares, Urquiza registara a proposta, pois he muito desconfiado, e não tem a melhor opinião do Brasil, isto he, olhada que os Brasileiros se batem. Sua convicção he que o Brasil interior se a França o ajudar, não, se limitaria a defender-se como poder no caso de Rosas e outros. Isto porum terribem conven











شماره ۱۰۰

<sup>4</sup>  
A l'écrit de mon maître assistant de la marine. 1860  
Les uns et les autres de 1860

[illegible]





Quando não se encontra a correspondência de Buenos Aires  
colhe-se a de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der. Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der. Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der. Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der. Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der. Este é o primeiro número de Buenos Aires, e o primeiro  
número de São Paulo, e assim se continua a correspon-  
der.

Segunda página da carta do sabido correspondente de Buenos-Aires



D. Baldomero Garcia. Assim é que assevera o correspondente: «Baldomero Garcia escreve para Montevideu a seu irmão o Coronel Carmelo Garcia, que venha imediatamente, e veja se pode trazer alguns». Em outra ocasião confirma esta notícia: «Informei a você também das cartas que Baldomero Garcia e outros recebem daí...» (80). Eram, sem dúvida, revelações mais íntimas, principalmente ao demonstrar que estava a par dos assuntos da correspondência entre os dois irmãos.

Não me admiraria se atrás de D. Pedro Duval, empregado de banco, se embiocasse um D. Felipe Arana ou um Pedro de Angelis, derreados ambos ao pêso do poder a que se abrigaram, mais por comodidade e medo do que por convicção ou entusiasmo. De Angelis teve sempre assinalada propensão em se cartear com inúmeras personagens, a noticiar fatos parecidíssimos com os constantes das revelações do correspondente de Buenos Aires. No período de 1854 a 1855, durante o govêrno do General Flores, escreveu a Paulino interessantes cartas sôbre indivíduos e coisas do Uruguai. Estas cartas se assemelham muito, pelas minúcias e mordacidade, às do amigo incôgnito. É de salientar que Pedro de Angelis assim procedia maquinalmente, como se fôsse de sua própria natureza essa necessidade de se transmudar em noticiário de jornal, ao mesmo tempo que atraíçoa o General Rosas, por segurança e temor, a prever-lhe o fim (81).

Ainda que italiano, bem podia ser de Angelis a grande personagem argentina, que se correspondia com Duarte da Ponte Ribeiro. Não era de se estranhar o qualificativo, uma vez que a atividade, que exercia, o conglobava com o todo rosista, justificando a sua inclusão entre os argentinos. Era, então, em Buenos Aires uma das pessoas importantes, que os estrangeiros procuravam, infalivelmente. Em 1848, o americano Samuel Greene Arnold visitou-o, descrevendo-o assim: «É intérprete do govêrno, e um homem muito feio, culto, obsequioso e cortês» (82). Ponte Ribeiro, durante a sua estada em Buenos Aires, em 1842 e 43, teve certa intimidade com o napolitano. Mostrou-lhe êste a sua notável livraria; vendeu-lhe documentos raros sôbre o Brasil, que havia adquirido do espólio de Sá e Faria, falecido no exílio, e, finalmente, ao cair a ditadura, passou a cartear-se com o brasileiro, no tom de velhos conhecidos. Assim é muito possível o dedo de Pedro de Angelis na correspondência com Duarte. Fôsse êle a pessoa que escreveu a carta e o sabido correspondente a pessoa, a quem o missivista fez alusão, ou fôsse o contrário, o certo é, a meu ver, que de Angelis estava ali ou, então, rondava por muito perto.



Mas, se foi de Angelis um dos que informaram o sabido correspondente, arrependeu-se amarguradamente o napolitano. Anos depois se recordaria saudoso do tempo, em que o General Rosas mandava pagar-lhe três mil piastras fortes pelo trabalho sobre o Estreito de Magalhães, enquanto o imperador do Brasil lhe dava a esmola de 25 onças ouro, pelo trabalho sobre a navegação do Amazonas. «Rosas, qui n'était pas l'Empereur», suspirava êle, «me fit payer trois mil piastres fortes, pour la memoire que j'écrivis sur la question du detroit de Magellan...» (83).

## VI

Na última fase da ditadura desmerecera D. Felipe Arana a confiança de Rosas. Isso foi o inglês Southern quem revelou a Paulino (84). Como explicar êste fato? Possivelmente com a atividade do correspondente a selapar-lhe os segredos da administração. Não estava a incógnita personagem perto de Rosas? Não estava ao lado do ditador, a esgueirar-lhe até cartas de Oribe? «Oribe escreveu a Rosas», dizia com freqüência o correspondente, repetindo a seguir o conteúdo da carta. «Oribe escreve de officio ao governador» ou «Oribe escreveu a Rosas, mostrando-se muito irritado contra Leprédour», são preâmbulos de interessantes revelações (85). As negociações de Leprédour foram inteiramente devassadas pelo sabido correspondente. De tal sorte se achava êle senhor daquelas negociações, que chegava a pre-nunciar os passos do almirante francês. E tudo quanto afirmava neste particular acontecia fatalmente (86).

Quem lhe daria tantas e tão secretas e particularizadas notícias? Para mim, a mesma pessoa que lhe mostrava até minutas de cartas de Rosas a Oribe. Uma dessas minutas, que o amigo incógnito leu, era resposta a uma carta de Oribe sobre o General Urquiza. Nessa resposta avisava o *Herói do Deserto* o seu pupilo oriental de que «chegado o momento, não só terão de silvar balas, mas também há de *luzir o punhal*». Contando desembaraçadamente tudo isso, o correspondente acrescentava: «O pobre Arana tremeu de susto ao ler a minuta desta carta». Ora, se quem escreveu êste trecho conhecia pormenores tão íntimos do camarista e ministro, é que dêle recebia as confidências ou, então, andava muito próximo a D. Felipe Arana, pois, sobre o tremer de susto, lhe viu também a inquietação: «Arana se mostra muito inquieto com o aspecto das coisas» (87).

Mas não ficou aí a intimidade do sabido correspondente com Arana. Além do medo, susto e inquietação, bispou-lhe ainda a indecisão. Torrens, agente rosista em Corrientes, escrevera a Arana

sôbre os irmãos Virasoro, no momento em que êstes se desligavam de Rosas. Concluindo a notícia, comentava o amigo incógnito: «Arana estava até ontem indeciso sôbre dar a Rosas esta carta, temendo o mau humor com que êste se acha. Porém que remédio terá, senão fazê-lo» (88). Antes, portanto, de Rosas conhecer a notícia, já a lobrigara o correspondente e isso por intermédio de Arana.

As ordens transmitidas pelo General Rosas a D. Tomaz Guido, quando êste se achava ainda no Rio de Janeiro, foram esmiudadas pelo extraordinário correspondente. Não só sabia êle o que escrevia o diplomata argentino ao seu govêrno, mas também o que lhe ordenava Rosas. Às vêzes, tinha o General Guido ciência do que lhe determinava o governador pelo mesmo navio que o Ministro Paulino recebia comunicação da ordem, por intermédio do amigo de Buenos Aires (89). O ministro inglês não podia abrir a boca, a segredar aos ouvidos do colega argentino, que o não ouvisse o correspondente. Perscrutava êste até diálogos entre os dois, indicando se o inglês estava contente ou amuado, ao inocular o cochicho. Em fins de fevereiro de 1851, escrevia o incógnito: «Southern mostrou a Arana a correspondência de Lorde Palmerston». Um mês depois se espriava sôbre aquelas duas personagens, assim: «Você sabe que eu tinha previsto, quando em outubro último lhe fiz aviso das conversações que tinha tido com Arana o velho do Southern. Pois bem. Chegou o *Eolo*; e poucas horas depois se apresentou o tal Southern mui contente a participar a Arana que o Ministro Palmerston tinha dado ordens a Hudson por êste paquete para que declarasse ao govêrno do Brasil da maneira a mais formal de que o govêrno de S.M. Britânica não consentirá no rompimento de hostilidades entre o Brasil e a Confederação Argentina...» (90).

O contentamento de Southern fôra consequência da intromissão de Palmerston, forjicada de Buenos Aires. Porém, meses depois, a desilusão da esperançada intervenção demudou a alegria em desânimo. Assim é que sabemos, pelas informações do correspondente, que «Mr. Southern comunicou a Arana» o conteúdo dos officios recebidos pelo *Prince*, desautorizando a ingerência inglesa nas questões entre o Brasil e Oribe. «Escusado é dizer», pilheriava o informante, ao terminar a notícia, «o bom humor que haverá em Palermo com todos êstes incidentes. Mr. Southern está tão abtido como êles» (91).

Há ainda um diálogo entre Southern e Arana, repetido pelo sabido correspondente, que convence ou de estar êle ao lado dos dois ministros, ou de lhe ter Arana reconstituído a conversa, palavra por palavra. Na tradução para o português, feita por

Silva Pontes, consta o seguinte: «Southern disse a Arana que Gore lhe fará aviso de quanto possa ter lugar em Montevideu e de quanto possa saber das operações dos brasileiros. A isto respondeu que Rosas e Oribe também tinham agentes em Montevideu. Indicou Southern que seria talvez conveniente que Mr. Gore conhecesse os tais agentes. Replicou Arana que o dono do segredo é o governador» (92). Com semelhante revelação, de perguntas e respostas, é de se concluir que o correspondente fôsse a própria sombra de Arana. Porém há mais ainda. Vimos no tocante às conversações de Guido com Arana, que mal acabava de falar D. Tomaz já o sabido correspondente corria a recontar-lhe as palavras, com requinte de minúcias. Mas, dos passos que transcrevi, figura Arana como comparsa nas cenas descritas, isto é, como terceira pessoa em relação ao missivista. Assim é o camarista focado na versão de Silva Pontes: «Guido disse a Arana...» E, assim, os retrata a carta, extratada por Duarte: «Guido foi a casa de Arana...» Tempos depois, no entanto, em estirada carta sobre a política do Império e armamentos que adquiriria, o sabido correspondente — a quem desta vez indicava Silva Pontes por um dos «raríssimos argentinos que não incumbiram a Rosas de pensar por êle» — voltou a falar das conversações de Guido com Arana. Porém, agora, somente Guido aparece na terceira pessoa. Arana desaparece da cena. E a maneira um tanto impessoal de se determinar o autor deixa entrever que as revelações de D. Tomaz Guido foram feitas ao próprio missivista, que se confunde neste passo com Arana, na mais perfeita simbiose. Assim é que escrevia o sabido correspondente em meados de novembro de 1850: «Veremos o que sai de tantos preparativos: eu pela minha parte não espero grande coisa: e se devo dar crédito às informações de Guido, muito menos. Guido assegura do modo mais positivo que nas Câmaras brasileiras há grande oposição à guerra; que o mesmo acontece por parte dos muitos fazendeiros ricos e comerciantes influentes; que também existe, e mui viva, no Gabinete, pois que os ministros da Guerra e do Império se opõem decididamente a ela; e acrescenta que este último (o Sr. Visconde de Monte Alegre) tem grande influência no ânimo do imperador, o qual segundo a opinião de Guido não tem propensão para a guerra. Assegura Guido além disso, que ainda quando no Gabinete dominassem as opiniões do Sr. Paulino, o imperador não consentiria em romper as hostilidades antes de conhecer a resolução que adota a França (93).

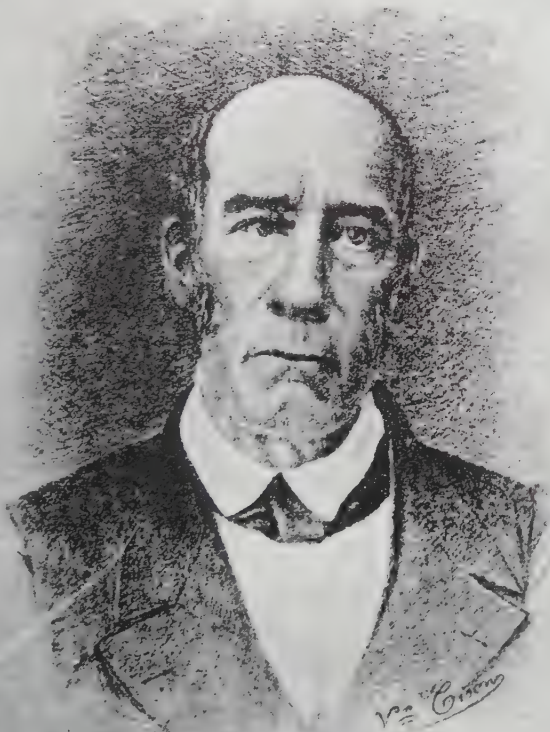
Neste passo, portanto, dizia o correspondente: «se devo dar crédito às informações de Guido». Ora, segundo o mesmo correspondente, em outra carta, estas informações foram prestadas a

# LA ILUSTRACION ARGENTINA

AÑO VI

BUENOS AIRES ABRIL 13 DE 1896

Nº. 10



Don Pedro Duval

EL MISTERIOSO CORRESPONSAL DEL "COMERCIO DEL PLATA" EN LA ÉPOCA DEL TIRANO ROSAS

D. Pedro Duval, o sabido correspondente de Buenos-Aires das cartas do ministro Paulino e de Silva Pontes. Reprodução tirada da coleção da senhora D. Eliza Peña (Buenos-Aires), por intermédio dos Senhores Dr. Carlos Alberto Pueyrredon e Walter Alexander de Azevedo





Arana, pessoalmente, pelo General Guido. Logo, já não era a sombra de Arana, senão o próprio Arana, que se encarnava naquella incógnita personagem.

Não era apenas o jeito de Pedro de Angelis, a maldizer de todos e de tudo; nem, tampouco a sombra ou a encarnação de D. Felipe Arana, nos seus menores movimentos; nem mesmo as pequenas confidências de D. Baldomero Garcia, que o sabido correspondente imitava, personificava ou captava. O homem era de excepcional habilidade, pois era todos êles, sem entretanto, ser nenhum, especificamente. De Ximeno, de Reyes e de Sosa obteve informações quase tão importantes quanto as que bispava de Arana. Neste particular nem Manuelita escapou. O correspondente, no mínimo por duas vêzes, devassou-lhe as cartas, que recebia dos argentinos incorporados ao exército de Oribe (94). E tão secretas eram tôdas as informações e exatas as notícias, no tocante às personagens de Palermo, que se nos afiguram inacreditáveis. Rosas não o faria com tanta precisão, nem com tanta graça.

É de se notar que o sabido correspondente ficou ao lado de tôdas aquelas personagens, senão do próprio ditador, até o fim. Ainda em janeiro de 1852, bisbilhotava êle uma carta de Mr. Southern. E escrevia para Montevideu: «Southern escreve a Rosas com data de 13 (janeiro), e lhe diz que nada tem conseguido por ser tarde, tendo gasto as 1.300 onças que recebeu; e que continuaria os seus esforços para o que era mister mais dinheiro, porém que devia à verdade dizer-lhe que não tinha esperanças de bom resultado, que suas aberturas tinham sido repelidas» (95).

Nas vésperas de Caseros continuava o correspondente com a mesma curiosidade de sempre. Por isso será êle quem descreverá a última festa de Buenos Aires a D. Juan Manuel de Rosas, bem como a primeira vez que o *ilustre americano* sentiu de perto o perigo que o ameaçava. A festa foi em regozijo pela defecção da malfadada divisão Aquino do exército comandado pelo General Urquiza, que se aproximava de Buenos Aires. Em carta de 20 de janeiro descrevia o correspondente as cenas, a que se assistira, forçosamente. «Na madrugada de 17», dizia êle, «acordamos ao som de salvas de artilharia; a cidade se embandeirou federalmente; à noite houve serenatas; os músicos militares e a filarmônica se reuniram na Polícia, e dali foram acompanhados de uma grande concorrência, que para isso foi convocada ou convidada, para a casa do governador, onde foi recebida pela filha dêste, e obsequiada com refrescos; ali havia bastantes senhoras, e Mr. Gore esteve também durante a reunião! Subiram foguetes; os músicos percorreram algumas ruas; deram-se vivas e morras da ordenação com freqüência; e entre êstes ao *pérfido Governo do Brasil*.»

Referia-se a outra notícia ao navio brasileiro *Afonso*, que a 19 de janeiro, depois de percorrer as costas buenarenses, atracou bem defronte ao poderoso ditador. No *Afonso* iam Caxias e Grenfell. O correspondente noticiava a façanha assim: «Ontem de manhã (19 de janeiro) entrou em balizas exteriores o vapor *D. Afonso* com o Almirante Grenfell; fundeou perto da corveta espanhola; foi saudado pelo brigue francês de guerra e pela corveta sueca; os navios estrangeiros mandaram ali seus escaleres, menos o vapor inglês *Locust*, talvez por estar em balizas interiores. Soube-se que a bordo do dito vapor estava o Sr. Conde de Caxias e o Comandante Lucas Moreno. Logo que apareceu aquêl vapor entrando em balizas, aparelhou a esquadra argentina; porém permaneceu fundeada» (96).

O que talvez ignorasse o sabido correspondente é que fôra êle o causador da ida de Caxias e Grenfell, a bordo do *Afonso*, do outro lado do estuário, e que, antes de deixar Buenos Aires, salvaram três argentinos, que fugiam à vingança da *mashorca*.

Dias depois caía Rosas e o sabido correspondente desaparecia, misteriosamente, como aparecera.

#### NOTAS

(1) Carta in Arquivo Particular de Silva Pontes, in A. H. I. Sobre Rosales in Instruções de Paulino José Soares de Sousa a Duarte da Ponte Ribeiro, de 1-3-851, in A. V. U.

(2) Confidenciais de Silva Pontes a Paulino, de 28-1-852 (in A. V. U.) e de Paulino a Honório, de 30-12-851 e 10-1-852 (in *Missão Especial do Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão*, minutas do ministro (A.H.I.).

(3) Carta de Ponte Ribeiro a Paulino, de Chuquisaca, 27-12-851 (in A.H.I.).

(4) Nota de Guido a Arana, de 28-9-850, in *Documentos Oficiais sobre os Negócios do Rio da Prata*, pág. 173 (Rio de Janeiro, Tip. Universal de Laemmert, 1851).

(5) Carta de Paulino a Silva Pontes, de 5-5-851, in Arq. Part. Silva Pontes, e confidenciais de 22-7-851 e 12-2-852, in *Despachos Reservados e Confidenciais, de 1849-852* (A.H.I.).

(6) In A.V.U.

(7) *Despachos Reservados e Confidenciais*, cit.

(8) Carta de 6-5-850, in *Despachos Reservados*, fls. 81 (49-50, nº 9, A.H.I.).

(9) *Os Ditadores da América*, págs. 210 e 211, apud Álvaro Paulino Soares de Souza, *Três Brasileiros Ilustres*, pág. 62 (Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1923).

(10) Conf. de 16-12-850, *post-scriptum* (*Despachos Reservados e Confidenciais*, cit.).

(11) Minuta da conf. de 9-9-850, in A.V.U.

(12) Conf. de 11-3-851. Reproduzo a fotocópia dessa confidencial no trabalho: *O General Urquiza e o Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 206, 1950.

(13) Carta citada de 5-5-851.

(14) Conf. cit., de 16-12-850, e José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 285 a 287 (Companhia Editora Nacional, 1944).

(15) Minuta in A.V.U.

(16) Confs. de 27-1 e 5-4-851 (A.V.U.).

(17) In A.V.U.

(18) Paulino, Conf. de 16-6-851 (*Despachos Reservados e Confidenciais*, cit.)

(19) Nota citada do General Guido, de 28-9-850, in *Documentos Oficiais*, cit., pág. 172.

(20) Honório conf., 4-3-852, in *Missão Especial*, cit., e Duarte, in *Arq. Part. Silva Pontes*.

(21) William R. Manning, *Diplomatic Correspondence of the United States — Inter-American Affairs, 1831-1860 etc.*, Vol. 1, Argentina, Doc. 229, pág. 504.

(22) Guido y Spano escreveu o seguinte: *Pero mi ensayo capital fue la traducción del Rafael de Lamartine al portugués, precedido de estudio critico sobre sus confidencias. Era sin duda una novedad el ver a un argentino escribiendo corrientemente en el idioma de Camôens. Alcancé el mejor exito. Recebi de la prensa felicitaciones calurosas*. (*Poesias Escogidas — Autobiografía*, pág. 176 — El Ateneo, Buenos Aires, 1929).

(23) *El Paraguay Independiente*, ao saber da partida de Guido, comentava: «No deja de ser probable el cese del periodico *O Americano* con la retirada del ministro que lo publicava en el Janeiro, deprimiendo al Brasil, y al Paraguay». (Nº 98, de 23-11-850).

(24) Nº de 13-3-1851.

(25) In A.V.U.

(26) Anexo à conf. de Pontes, de 7-9-850, in A.V.U.

(27) *Ibid.*, de 14-9-850.

(28) Conf. de 7-10-850, in A.V.U.

(29) Nº 110, de 7-10-849.

(30) Em *O Americano*, de 10-9-849, cuja primeira página reproduzo na gravura 1, vê-se um: «Hemos tratado...» (3.º periodo da 2ª coluna). E nº 322, de 26-10-850.

(31) Conf. de 17-11-850, in *Despachos Reservados e Confidenciais*, cit.

(32) *Crônica dos gloriosos e memoráveis acontecimentos que tiveram lugar na cruzada da aliança americana contra a opressão das Repúblicas do Prata*, pág. 134 (Biblioteca Nacional).

(33) Vide gravuras 2 e 5 (4ª página, nº 214, de 10-10-849, e 3ª página, nº 372, de 23-8-51).

(34) Tradução do professor Silvio Júlio, in *Petrópolis em 1948*. O original in Guido y Spano, *op. cit.*, págs. 63 e 64.

(35) Guido y Spano, *op. cit.*, págs. 171 a 178.



(36) Carta de 2-10-850, in *Correspondencia del Doctor Manuel Herrera y Obes — Diplomacia de Defensa de Montevideo*, t. III, pág. 117, e carta de 23, págs. 134 e 137. (Est. Gráfico A. de Martino, Buenos Aires, 1915).

(37) O *Noticiador*, exemplares existentes na Biblioteca Nacional. No catálogo manuscrito de Galvão (Biblioteca Nacional) se encontram apenas os elementos constantes do próprio jornal: «Noticiador (o), 1849, propriedade de Rosario & Cia. — publicado em todos os dias úteis, dedicado à defesa da liberdade, de 31 x 21 cent. e 4 fls. de 2 col. — Tipografia de O Noticiador: Rosario & Cia., Rua da Alfândega, 126».

(38) Res. n° 11, de 10-6-851, in *Legação em Montevideu, Reservado, 1851-1852* (A.H.I.).

(39) José Antônio Soares de Souza, *Um Diplomata do Império*, pág. 199 (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1952).

(40) Conf. de 18-5-850, in A.V.U.

(41) Paulino, Conf. de 14-10-850; Pontes, Conf. de 18-11-850, e carta anexa do correspondente, de 14-11-850 (A.V.U.).

(42) Pontes, Conf. de 7-9-850 (A.V.U.) e Paulino, Confs., de 16 de dezembro de 1850, *cit.*, e de 9-9-850 (A.V.U.).

(43) Silva Pontes, Confs. de 7 e 14-9 e 16-10-850 (A.V.U.).

(44) *Ibid.*, de 14-9 e 17-12-850 e 30-3 e 18-12-851 (A.V.U.).

(45) *Ibid.*, de 14-9-850, *cit.*

(46) *Ibid.*, de 24-10-850 (A.V.U.).

(47) *Ibid.*, de 18-11-850, *cit.*

(48) *Ibid.*, de 14-9-850, *cit.*

(49) *Ibid.*, de 14-9-850, *cit.*

(50) *Ibid.*, de 17-12-850, *cit.*

(51) *Ibid.*, de 18-12-851, *cit.*, e *Diário Reservado*, dia 29-11-851 (A.V.U.).

(52) Conf. de 15-6-851 (A.V.U.).

(53) Conf. de 28-1-852 (A.V.U.).

(54) Conf. de 27-10-851 (*Legação Imperial em Montevideu, cit.*).

(55) Carta de D. Valentin Alsina, de 17-8-850, in Arq. Hist. do Itamarati.

(56) Conf. de 17-12-850, *cit.*

(57) Conf. de 13-8-850 (A.V.U.).

(58) Ofício Reservado a Grenfell, de 7-1-852 (A.H.I., 420-4-122).

(59) Silva Pontes, Conf. de 18-12-851, e Paulino, Conf. de 9-1-852 (A.V.U.).

(60) Ofício citado em nota 58.

(61) In A.H.I., 420-4-122. Esta carta deveria estar arquivada no Arq. Part. de Silva Pontes. (*Vide gravura 6*).

(62) Conf. de 18-8-850 (A.V.U.).

(63) In Arq. Part. Silva Pontes (A.H.I.). (*Vide gravura 7*).

(64) Conf. de 12-4 e 30-6-851 (A.V.U.) e 30-5-851 (*Legação Imperial em Montevideu, cit.*).

(65) Conf. de 13-1-851, extrato anexo de 25-2-851 (A.V.U.).

(66) Conf. de 25-2-851 (A.V.U.).

(67) Conf. de 22-5-850 (A.V.U.).

(68) Maço CXIV, doc. n.º 5.668, de 4-11-850. *Inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, no Castelo d'Eu, em França*. trabalho de Alberto Rangel, auxiliado por Miguel Calógeras, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. LIV, 1932, pág. 515. (Vide gravura 8). A possibilidade de reproduzir este documento, devo-a a Alcindo Sodré, que me mandou a fotocópia do original, existente no Museu Imperial de Petrópolis. Mal sabia eu que, pouco depois, escutaria pelo rádio, num domingo de março, para mim já de tristeza e saudades, a notícia da morte daquele bom amigo e uma das inteligências mais brilhantes da sua geração.

(69) O *Jornal do Comércio*, de 5-11-850, no movimento do pórto, dá o *Rifleman* como entrado a 4, e tendo transportado os passageiros: guarda-marinha brasileiro Antônio da Silva Teixeira, com officios para o govêrno, o argentino Anastácio Montes Oca e o alemão Leopoldino Diederichsen. Comandou o navio o Tenente Hetchings, que substituiu o Tenente Branch, que se atirara ao mar no dia 12-10-850. O *Rifleman*, porém, não chegou a 4, mas a 3 de novembro, com 10 dias de viagem. O próprio *Jornal do Comércio*, de 4-11-850 (n.º 302) se incumbiu de retificar o seu engano, pois, ao publicar as notícias chegadas, dizia: «Entrou ontem do Rio da Prata o vapor de guerra inglês *Rifleman*...» As cartas recebidas eram, até 21 de outubro, de Buenos Aires, e as de Montevidéu até 24. As notícias publicadas pelo *Jornal do Comércio* foram as constantes da tradução de Ponte Ribeiro.

(70) Coincide a data da confidencial de Silva Pontes, que é de 24-10-850, com a indicada pelo *Jornal do Comércio* para as cartas recebidas de Montevidéu. Paulino tê-la-ia recebido a 3-11, antes da extratada por Ponte Ribeiro, que somente a leu no dia seguinte. A confidencial de Silva Pontes, se veio pelo *Rifleman*, como penso, teria sido trazida pelo guarda-marinha Antônio da Silva Teixeira. E a extratada por Ponte Ribeiro, quem a teria conduzido?

(71) Este trecho do sabido correspondente é a resposta ao seguinte passo de León Rebollo Paz: «Con el Brasil o sin él, entonces, la empresa de Urquiza estava resuelta». (*Historia de la Organización Nacional*, pág. 37, Librería del Plata S. R. L., Buenos Aires, 1951). Se a França, em 1846, desse a Urquiza as possibilidades, que pedia, para combater Rosas, e se Urquiza conseguisse então a fácil vitória que mais tarde obteve, hoje o Sr. Rebollo Paz, por certo, escreveria: «Com a França ou sem ela, então, a empresa de Urquiza estava resolvida». Porém semelhante afirmativa seria tão errada como a que acima transcrevi, referente ao Brasil. A empresa em 1850 estava tão resolvida quanto em 1846. Em 1846 resolvera Urquiza a empresa com o auxílio da França. Sem este auxílio a empresa não se realizou. Durante anos teve Urquiza, depois desta tentativa francesa, de aguentar o amigo Rosas, sem se insurgir contra ele, pois sabia Urquiza que não podia, sozinho, correr os riscos da luta. Só quando apareceu o Brasil é que voltou Urquiza a cogitar novamente na empresa, da mesma forma por que havia cogitado em 1846, ou seja, com o auxílio de alguém que pudesse contrapor-se a Rosas. Assim, em 1851, sem o auxílio do Brasil, não se teria arriscado Urquiza, como se não arriscara, em 1846, sem o auxílio da França. (Adolfo Saldías refere-se a tentativa de Urquiza, de se aliar à França, in *Rosas y el Brasil*, págs. 53 e 54 Biblos Editorial, Buenos Aires).

(72) O desconhecimento ou desprezo de fonte de informações importantes, como são as cartas do sabido correspondente, levou o Sr. León Rebollo Paz a escrever: «Efectivamente, el 6 de octubre de 1850 se encuentran en la ciudad de Concordia ambos gobernantes» (*Op. cit.*, pág. 19). E, em nota, acrescenta ter existido dúvida sobre a data exata do encontro, sendo

que Cárcano, Martín Ruiz Moreno e Beverina afirmam ter sido a 22 de setembro; enquanto Sarobe e Valério Bonastre, o dia 2 de outubro, e Jorge Newton, 6 de outubro. Optou Rebollo Paz por esta última data, tendo em vista as comprovações de A. P. Castro (*Op. cit.*, págs. 19 e 20, nota 4). Esta data, no entanto, não me parece possível, pois, em carta de Entre-Rios, justamente de 6 de outubro, já escreviam a Silva Pontes sobre as conferências havidas entre Urquiza e Virasoro, como coisa passada, das quais já anunciavam os resultados. (Conf. de 21-10-850). O sabido correspondente, fixando a data de 23 de setembro, andou acertadamente, porque afirmou o que lera ou soubera, possivelmente, de carta de um correspondente de Rosas em Corrientes, de nome Torrens. *El Paraguay Independiente*, no seu número 100, de 28-12-850, confirma o dia 23 de setembro, escrevendo: «convidió (Urquiza) al Gobernador de Corrientes Virasoro, para una conferencia en la frontera, que tuvo lugar en el día 23 Setiembre». O mesmo, mais ou menos, já havia estampado o nosso *Jornal do Comércio*, de 4-11-850. Assim, Cárcano, Beverina e Martín Ruiz Moreno estão mais próximos da verdade, senão também com a verdade, porque, do extrato de Silva Pontes, se verifica que Urquiza e Virasoro tiveram duas conferências. Comprovada uma delas a 23 de setembro, é bem possível se verificasse outra a 22, pois as duas se realizaram na mesma ocasião.

(73) *In* A.V.U.

(74) *Apud* Leoncio Gianello, *Florencio Varela* (Editorial Guillermo Kraft Ltda., Buenos Aires, 1948), pág. 400.

(75) *Ibid.*, pág. 401.

(76) *Ibid.*, pág. 401, nota 33.

(77) Silva Pontes, Conf. de 30-3-851 (A.V.U.).

(78) *Op cit.*, pág. 401.

(79) Silva Pontes, Confs., de 16 e 17-10-850 e 18-12-851 (A.V.U.).

(80) *Ibid.*, Conf. de 18-12-851 e *Diário Reservado*, dia 29-11-851, *in* Conf. de 5-12-851 (A.V.U.).

(81) Também se correspondeu de Angelis, de 1837 a 41, com o cavalheiro Wellenstein, cônsul da Rússia no Rio de Janeiro. Deu-nos o Professor Jaime Cortesão, além de notável esboço da complexa psicologia do napolitano, resumo desta correspondência, apontando-lhe interessante característica, que vem a ser a «perfeita consciência dos perigos temerosos, que incorria». A mesma característica se encontra na correspondência do sabido correspondente. (*Manuscritos da Coleção de Angelis, I, Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* (1549-1640), *Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão*, págs. 21 e segs. da *Introdução*. Sobre a correspondência de Pedro de Angelis, *vide*: Jaime Cortesão, *Introdução, cit.*, págs. 40 e segs., 100 a 104, e José Antônio Soares de Souza, *A Vida do Visconde do Uruguai*, págs. 451 a 453 e 573. Quando no Rio de Janeiro, em 1853, fez de Angelis o contrário do que se habituara, remetendo daqui notícias a D. Florentino Castellanos, em Montevidéu. As cartas foram publicadas, por Juan E. Pivel Devoto, *in Anuario de Historia Argentina*, 1940, págs. 371 a 382.

(82) *Viaje por América del Sur*, 1847-1848, pág. 141 (Emecé Editores, S.A., Buenos Aires).

(83) Carta de 3-9-855, *in* Arq. Part. de Ponte Ribeiro (A.H.I.).

(84) Conf. de 10-1-852, de Paulino a Honório (*Despachos Reservados e Confidenciais, cit.*).

(85) Silva Pontes, Confs. de 7-9-850, 8-5 e 17-5-851 (A.V.U.).

(86) *Ibid.*, de 18 e 22-5, 22-6 e 24-8-850 (A.V.U.).

(87) *Ibid.*, de 17-5-851, *cit.*

(88) *Ibid.*, de 18-11-850 (A.V.U.).

(89) O sabido correspondente, a 14-8-850, avisava para Montevidéu da resposta de Rosas a comunicações de Guido, recebidas pelo *Spider*. Em resumo, ordenava Rosas que, se *en el momento*, não se dessem as satisfações solicitadas, pedisse Guido o passaporte. Paulino soube dêste aviso por conf. de Pontes, de 18-8-850, vinda pelo mesmo *Spider*, na sua viagem de regresso, conforme se vê da Conf. de Pontes, de 24-8-850. Ao remeter Paulino a nota de 4-9-850, a Guido, já tinha recebido a comunicação, tanto escreveu a Pontes: «Tinha a resposta pronta (a Guido) e resolvi-me a mandá-la, depois que recebi as notícias que V. Exa. me dá...» (Conf. secretíssima, 9-9-850). As ordens de Rosas a Guido vieram também pelo *Spider* com as notícias do sabido correspondente, chegando às mãos de Guido a 30-8-850, como êle o declarou em nota a Arana, de 29-9-850 (*in Documentos Oficiais*, *cit.*, pág. 175). As confs. citadas *in* A.V.U.

(90) Silva Pontes, Confs. de 1-3- e 30-3-851 (A.V.U.).

(91) *Ibid.*, de 5-9-851 (A.V.U.).

(92) *Ibid.*, de 17-5-851, *cit.*

(93) *Ibid.*, de 21-11-850 (A.V.U.).

(94) *Ibid.*, de 13-8 e 5-9-851 (A.V.U.).

(95) *Ibid.*, de 28-1-852 (A.V.U.).

(96) Silva Pontes, *Diário Reservado*, dia 25-1-852, anexo à Conf. de 4-2-852, *in* *Legação Imperial em Montevidéu*, *cit.*

# CURSO CAPISTRANO DE ABREU

## ABERTURA DO CURSO

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

João Capistrano de Abreu, um dos mais ilustres historiadores brasileiros, por temperamento e também por certas circunstâncias de sua vida, não apreciava as relações sociais, reduzindo o seu mundo ao lar e à convivência de seus amigos fraternais.

Quando se fundou a Academia Brasileira de Letras, convidado para dela fazer parte, respondeu não gostar de sociedades e que já pertencia a uma bastante aborrecida e para a qual ingressara sem ter sido consultado: a sociedade humana.

Entretanto Capistrano de Abreu fêz parte durante quarenta anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Aceito sócio correspondente na sessão de 19 de outubro de 1887 foi sucessivamente eleito sócio efetivo, sócio honorário, e em 1917 sócio benemérito.

Capistrano freqüentava assiduamente a biblioteca e os arquivos do nosso sodalício. É que além do precioso manancial nêles existentes, aqui se encontrava com Mestre Vieira Fazenda, e com um dos seus mais diletos amigos: Rodolfo Garcia, um e outro bibliotecários do Instituto Histórico.

Um incidente na vida tranqüila da nossa associação diz bem da personalidade do eminente escritor. Capistrano não era cuidadoso com os seus livros, nem tão pouco com as notas pacientes e exaustivamente tomadas nas pesquisas que fazia no Instituto e na Biblioteca Nacional. Não raro depois de horas de trabalho êle, descuidado, perdia as notas que fainosamente colhera.

Certa vez o grande historiador retirou do arquivo do Instituto Histórico alguns manuscritos sem deixar a documentação adequada. O sócio César Marques precisando de um dêles reclamou, em sessão, a devolução do códice. Capistrano silenciou a resposta. César Marques na sessão de 25 de dezembro de 1912, reclamou novamente e com energia a restituição dos manuscritos. Foi preciso a intervenção de Henrique Raffard, 1º Secretário, informando que a devolução era impraticável porque Capistrano



havia perdido os manuscritos... O incidente não agastou aos membros da sociedade que pouco depois, em 1917, por proposta do saudoso Max Fleiuss. conferiram ao mestre, pela publicação do ensaio sôbre a língua dos Caxinauás, a medalha de ouro D. Pedro II, com que o Instituto Histórico costuma galardoar obras de maior valor sôbre assuntos de que êle se ocupa.

Nesta casa Capistrano de Abreu encontrou ambiente para trabalhar. Nela colheu farta documentação para os notáveis estudos que publicou. É pois natural que, por ocasião da comemoração do primeiro centenário do seu nascimento, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realize, no salão nobre, um curso em tôrno da figura de Capistrano de Abreu, no qual alguns sócios dos mais ilustres darão eruditas lições de História Pátria.

Está aberto o curso Capistrano de Abreu.

A aula de apresentação será feita pelo Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto e uma das mais eminentes figuras da cultura nacional.

Tem a palavra o Sr. Pedro Calmon.

## A VIDA DE CAPISTRANO DE ABREU (\*)

RODRIGO OCTAVIO FILHO

### I

Capistrano de Abreu, homem simples, modestíssimo, alheio e hostil a quaisquer manifestações da vaidade, foi inimigo de expansões inúteis e de posições de relêvo ou mando. Fora da família e de alguns amigos, viveu, sôzinho, entre alfarrábios. Ao morrer, deixou, apenas, alguns livros e uma saudade que se vai transferindo, por herança, dos que o conheceram para os que nunca o viram.

Creio que foi em uma página do *Monge de Cister*, que li o conhecido conceito : debaixo dos pés de cada geração, dormem as cinzas de muitas gerações que a precederam. E a pena de Machado de Assis, filosófica e objetiva, escreveu que é com os suspiros de uma geração que se amassam as esperanças de outra.

Bem haja êste Instituto no cumprimento do dever que se impôs. Aqui, vive-se a hora presente, registram-se os acontecimentos do dia, glorificam-se os homens que pela ação, e pela inteligência, escrevem a história que vamos vivendo. Eis por que lhe é possível revolver as cinzas do passado e ouvir o eco dos suspiros de esperanças daqueles que, em tempos idos, viveram e escreveram a nossa história.

Poucos anos faz, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro trouxe ao palco da atualidade, a vida e a obra de Joaquim Nabuco e de Rui Barbosa, para que sôbre elas meditasse a desarvorada mocidade de nossa terra. E hoje, aqui estamos inaugurando o «Curso Capistrano de Abreu», cuja vida estudiosa o transformou em figura lendária da cultura brasileira.

Se vivo fôsse, completaria um século de existência, pois nasceu em 23 de outubro de 1853, no sítio Columinjuba, próximo

---

(\*) Aula inaugural do «Curso Capistrano de Abreu», proferida no Instituto Histórico, em 2 de setembro de 1953.

à povoação de Maranguape, nas fraldas da serra do mesmo nome, na província do Ceará, filho legítimo do agricultor e major da Guarda Nacional Jerônimo de Abreu e de sua mulher Antônia da Mota Abreu.

Para falar de tão grande homem, assusta-se-me o espírito. É que tenho na memória a pergunta de Cícero: qual o orador que no momento de falar não sente um certo arrepio pelos cabelos e uma frieza nas extremidades?

Por outro lado, conservada a natural distância, lembrarei que Lacordaire fazendo o panegirico do bemaventurado Fournier, santo de nossos dias, canonizado em 14 de fevereiro de 1893, acentuou a dificuldade de discernir, desde logo, o verdadeiro caráter da figura cujos traços fisionômicos não nos é difficil recompor.

É o que comigo acontece, no momento em que pretendo falar sobre o homem que foi João Capistrano de Abreu.

Desde já, arriscarei uma definição: a biografia de Capistrano de Abreu pode ser resumida em uma fase: um homem que estudou.

Mas não foi coisa fácil o que elegeu como matéria de estudo, embora a inteligência lhe facilitasse a tarefa. A inteligência, porém, não era o único requisito necessário ao alvo a que atingiu. Não fôsse dotado de incrível paciência e não teria realizado a obra que nos legou. A paciência de Capistrano de Abreu foi a redoma que lhe permitiu o isolamento necessário à realização de uma obra de pesquisa histórica inigualável em nosso país. E isso, porque grande a carência de documentos básicos. Era preciso procurá-los, aqui e alhures. E nesse mister se esgotou a vida de Capistrano.

De posse do documento almejado e encontrado, Capistrano estudava-lhe a autenticidade, o interesse histórico, a conexão com outros documentos já achados; e uma vez copiado e gravado em sua privilegiada memória, dêle não mais se esquecia e dêle partia para novas pesquisas, novos estudos, novas interpretações e novas afirmações, o que lhe permitiu construir a obra que lhe engalanou a existência, dando-lhe a láurea de ser o maior historiador brasileiro.

Desta tribuna vai ela ser estudada, em todos os seus aspectos, por especialistas de alto teor. E ao término dêste curso, nosso espanto aumentará ante a evidência da grandiosidade e da importância da obra de Capistrano de Abreu, toda ela objetiva, clara, convincente, essencial e bem alicerçada, nada tendo de parecido com as habituais compilações ou exposições ligeiras de

fatos, datas e acontecimentos do passado. Ao contrário. Impossível encontrar-se obra mais sólida, mais honesta, mais erudita. Ela é o produto direto do estudo pessoal do mestre, cujas conclusões revelam a verdade histórica.

A nós, nesta aula inaugural, cabe missão diversa : falar do homem que foi Capistrano de Abreu, e da vida que viveu.

Conheci-o, pessoalmente. Era eu menino quando meu pai, que era seu amigo, levou-me a visitá-lo para que eu visse de perto o grande homem, que me deixou estranha e esquisita impressão. Mais gordo do que magro, nem alto, nem baixo, mal vestido, dando a impressão de que o paletó e as calças lhe despencavam pelo corpo; uma gravata preta de laço feito, esfiapada a ultrapassar o colarinho; barba crescida, esgrouviada, e a cabeleira com evidente saudade de um pente e da tesoura de um figaro amigo; sério e sorridente ao mesmo tempo, falava baixo e sonora era a sua voz; dois olhos pequenos, semicerrados, também olhavam com enternecimento e candura.

Pude aproximar-me dêste homem excepcional, explorar-lhe a erudição aberta a tôdas as impressões e curiosidades: homem que tudo sabia, tudo esclarecia, e que irradiava daquele invólucro quase de maltrapilho, um mundo de sabedoria, de ternura e de afetividade.

Não eram muitos os inimigos ou desafetos de Capistrano. No entanto, estranhas eram suas atitudes e chocante a originalidade do seu modo de ser e de viver. Êle é que tinha algumas ojerizas e antipatias. Exemplo : alinhavava razões para não gostar de Tiradentes. Rui Barbosa, também não lhe era simpático. Em carta ao seu amigo Rodrigo Otávio, datada de 3 de julho de 1910, escreveu : «Foi ontem reconhecido o Hermes, sem barulho. Creio que a coisa não dará mais de si. No meu entender, o Rui saiu diminuído da luta. Outros pensam o contrário : que nunca se julgou mais gênio do que agora é a convicção do candidato civilista».

Homem original era Capistrano. Certa vez, passeando com meu pai em uma das ruas centrais de Ribeirão Preto o encontramos. Mal o pudemos reconhecer: estava de barba feita, escanhoada e de cabelos cortados. Percebendo o nosso espanto, disse : — é que eu faço a barba duas vêzes por ano, no dia do meu aniversário e no carnaval...

Estávamos, realmente, em um dia de Momo; e enquanto um grupo de foliões, perto de nós, saltava e cantava, fomos seguindo ao lado de Capistrano, que depois de nos apresentar a um pequeno índio, seu companheiro de viagem, disse-nos que vinha de longe, de bem longe, do sertão ignorado, onde andara se

aperfeiçoando no estudo da língua e dos costumes de vida do jovem selvagem seu amigo. Bem me lembro que foi nessa ocasião que Capistrano contou a meu pai as dificuldades que tivera de vencer e como conseguira estudar *Rãtxa hu-niku-i* a língua dos Caxinauás do Rio Ibuacu, afluente do Muru, Prefeitura de Tarauacá, publicado em segunda edição pela Sociedade Capistrano de Abreu, com emendas do autor e um estudo crítico do Professor Theodor Kuch-Brueberg.

Mas, nem esta nem qualquer outra obra de Capistrano cabe-me aqui comentar. É tarefa dos que me precederem nesta tribuna. E se eu o tentasse fazer, estou certo que veria todos os meus pacientes ouvintes de cara enrugada — *bo-txó-mi*, como diria algum Caxinauá, que aqui estivesse a ouvir-me.

Focalizemos, agora, a figura de Capistrano. Antônio Sales retratou-o com fidelidade: «Desconfiado e afetivo, modesto e ao mesmo tempo autoritário, ora meigo, rispido até a impolidez, intolerante com muitas coisas e tolerante com outras, pessimista e capaz de fanatizar-se por uma pessoa ou por uma idéia, Capistrano é um problema psicológico impossível de se decifrar».

Este excelente retrato de Capistrano, que fui colher no utilíssimo livro que sobre ele acaba de publicar o Sr. Pedro Gomes de Matos, livro cheio de fiéis informações sobre a difícil personalidade do grande historiador, ficará completo e acabado, se juntarmos a ele, este outro caricatural mas exato, que Américo Facó, poeta há pouco tempo falecido, emoldurou nos quatorze versos de um soneto, publicado pela primeira vez, em 1911, com o pseudônimo de *Os três Mosqueteiros*:

*«Olhos semi-cerrados de quem poupa  
A luz dos próprios olhos... Indolente!  
Cabelos, barba de esfiapada estôpa  
Para trás, para os lados, para a frente.  
Uns ares filosóficos de gente  
A que a vida vai de vento em pópa:  
Liga mais ao passado que ao presente  
E liga à vida como liga à roupa.  
Calçado sem tacão, chapéu sem aba.  
Pobre, com experiência de usurário  
E ao mesmo tempo, de morubixaba;  
Tal êste é o Capistrano, o bem amado,  
Velho erudito, vivo dicionário  
Da História Pátria, mal encadernado...»*

Ora, êsse Capistrano que para Humberto de Campos foi a inteligência mais aguda e pronta que as letras brasileiras já ti-



veram a seu serviço, e que para Silvio Romero foi o maior erudito em assuntos brasileiros, sobrepujando Varnhagen, João Lisboa, Joaquim Caetano, Silva Paranhos e Cândido Mendes, foi ainda, como bem salientou o Sr. Alceu Amoroso Lima, o criador, entre nós, do que se pode chamar a história radicular, isto é, aquela que procura as fôlhas nas raízes e não as raízes nas fôlhas.

Lembra ainda o autor dos *Estudos* que há homens cuja obra excede do seu autor. E cita como exemplo, Machado de Assis, que como criador desaparece diante da criação, recolhe-se ao segundo plano, ficando por trás da cortina. A obra supera em interesse a vida do autor. «São estrêlas que se apagam para brilhar».

Pelo que se sabe e se ouve — comenta ainda Alceu Amoroso Lima — havia em Capistrano de Abreu uma coexistência de características contraditórias, que não surpreende de certo a quem sabe que o ser humano é a própria contradição em carne e osso, mas que nêle atingia a um contraste realmente excepcional. «Pois havia nêle o mais despreconcebido dos historiadores e o mais preconcebido dos homens».

Em outras palavras : «Sendo o mais pessoal dos homens foi o mais impessoal dos historiadores. O mais realista de todos os nossos historiadores. Aquêlê que possuiu como nenhum outro o faro do fato, o senso incomparável do concreto».

Estas considerações gerais, Alceu Amoroso Lima as faz a propósito da 2ª edição dos *Capítulos de História Colonial* (1500-1800) — onde Capistrano surge em nossa historiografia com orientação inteiramente original «uma vez que abandonando tôda generalidade, tôda síntese precipitada, tôda especulação vaga, como era tanto de agrado nosso, foi deliberadamente às raízes e fez-nos assistir assim, passo a passo ao mistério de nossa formação primitiva».

Por isso, não podemos deixar de concordar : quem quizer assistir ao nascimento do Brasil deve ler êsse livro do grande historiador.

## II

Para completar os traços fisionômicos e morais de Capistrano de Abreu, é preciso que fale alguém de sua maior intimidade, amigo de quarenta e três anos de convívio sem interrupção, e que, orgulhosamente, o tinha como mestre: Pandiá Calógeras, homem de Estado, grande espírito, humanista, historiador, escritor, amigo de seus amigos, capaz de julgar fatos e homens, honestamente, com imparcialidade e justiça.

De Capistrano, dizia Calógeras, não era possível ser meio amigo, apenas. E na conferência que desta tribuna pronunciou em setembro de 1927, o descreve com as qualidades e defeitos que lhe eram marcas da personalidade: rude em sua terrível franqueza; hostil ao pedantismo: inimigo declarado da futilidade e da vaidade, detestava a hipocrisia e os hipócritas. Por outro lado, não sabia o que era inveja ou bajulação, e não compreendia como o seu incomparável saber pudesse suscitar a admiração do país inteiro.

Conta Calógeras que um grupo de amigos de Capistrano resolveu, por motivo de seus setenta anos, prestar-lhe uma homenagem. Ao ter notícia da idéia, Capistrano ficou indignado e a eles escreveu o seguinte: «Segundo sou informado trama-se para meu próximo aniversário uma patuleia ou coisa pior e mais ridícula se fôr possível. Aos meus amigos previno que considero a tração como profundamente inamistosa. Não poderei manter relações com quem assim tenta desmoralizar-me».

Não era, pois, fácil chegar-se ao coração de Capistrano, diz Calógeras, que acrescenta: era necessário possuir muito tato, muita persistência, qualidades reais de persuasão e de sinceridade para convencer aquêle desconfiado tapuia transplantado para o meio civilizado (*Res Nostra...* pág. 3).

Uma vez, porém, vencidas as inúmeras barreiras, entrados na confiança e na estima do mestre era surpreendente a transformação: «Desaparecia o desalinho no trajar. Não mais se via a confusão dos livros empilhados pelo chão, na mesa de trabalho, por todo o quarto. Aclarava-se e ampliava-se este. Todo o interesse ia concentrar-se na irradiação de luz mental que emanava da frente larga dêsse beneditino das letras».

Testemunha da maneira de trabalhar de Capistrano, Calógeras lembra que ele estudava e interpretava textos espanhóis, latinos, alemães, holandeses, italianos e ingleses. Sua inteligência, não agasalhava dogmas de nenhuma origem. Só exigia que lhe oferecessem idéias e sinceridade de convicções.

Todos os que o conheceram atestam que era prazer intelectual ouvir-lhe a palestra, principalmente quando divergia do interlocutor. Brotava-lhe em palavras fáceis a erudição. Trazia ao debate reminiscências e intercalava-as com pilhérias, principalmente nortistas. Intensa e segura lhe era a argumentação. E Calógeras, lembrando-se das conversas do amigo evoca: — Assistente mudo e extasiado, era uma festa do espírito ter-se a ventura de presenciar justas dessa ordem no correr de afetuosas e inspiradas conversas com outros beneméritos do pensamento nacional: Rio Branco, amigo e admirador de Capistrano, que sem limites lhe

retribuía os sentimentos; Joaquim Nabuco, na fase preliminar da missão de Roma, no preparo dos documentos brasileiros sôbre o conflito lindeiro com a Guiana Inglêsa; Martim Francisco, amigo constante e inseparável, com o qual vivia em desacôrdo turrão, a quem tanto queria, e que, lembro eu, foi assunto dos interessantes artigos publicados pelo Sr. Afonso Taunay, no *Jornal do Comércio*, em 1937. (*Res Nostra...* pág. 4).

Extremamente afetuoso, Capistrano de Abreu, cujo aspecto rebarbativo tão mal impressionava os que só de longe o conheciam, adotava, como sua, a família de seus amigos. Recordo-me do que se passou em nossa casa, e como eram quase diárias as visitas que fazia às famílias de seus grandes amigos Aguiar Moreira, Otávio Sousa Leão, Francisco Sá e outros.

Em Capistrano de Abreu, as aparências eram um perpétuo engano. Poucos o conheceram bem. Por isso poucos sabiam que aquêlê corpo malajambrado era o guarda de um boníssimo coração.

Vou dar uma prova transcrevendo pequeno trecho de uma carta de Capistrano a meu pai, escrita de Santa Rita de Passa Quatro, e datada de 6 de janeiro de 1896. Bem sabemos da amizade que ligava Capistrano de Abreu a Raul Pompéia. Fôra, dizem, um dos revisores do *Ateneu*. O suicídio de Pompéia abalara-o profundamente, dominando-o aquela natural covardia que nos maltrata o coração diante das tragédias que nos são familiares.

Foi então que Capistrano escreveu a Rodrigo Otávio : «Não imagina você com que desânimo encaro a possibilidade de um encontro com a família de Pompéia! Por maiores que fôssem os motivos, quer me parecer que êle bem podia ter poupado tal golpe a sua mãe, que nestes últimos dez anos tem passado por tantos golpes».

Esta carta, também tem o fêcho — *bien à vous* — que tanto caracteriza a sua correspondência mais íntima.

### III

Na alma do jovem cearense, que nunca estudou para fazer exames, mas, apenas, para saber o que queria e precisava saber, brotava, pouco a pouco, a vocação do escritor. De junho a agosto de 1874, tinha êle 21 anos, publicou no *Maranguapense*, pequeno jornal noticioso, comercial e literário de sua terra natal, seus primeiros trabalhos de crítica : os perfis de Casimiro de Abreu e de Junqueira Aires. Nestes escritos iniciais, o jovem escritor já se afirmava pela segurança do estilo e do pensamento. Foram êstes dois estudos os pontos de partida da grande obra que vai ser por outros estudada desta tribuna. Obra que

tem grandeza e unidade. Obra que reflete o trabalho paciente e consciente de um escritor que não perdeu tempo com fantasias. Tôdas as suas páginas são documentos, fruto honesto de um estudo honesto.

A verdade é que Capistrano necessitava de um palco mais amplo para a expansão de suas ambições de estudioso. E em 1875, vem para o Rio de Janeiro, e seu primeiro emprêgo foi na Livraria Garnier, como encarregado de enviar aos jornais notas sôbre os livros editados pela casa.

Pouco tempo depois inscreveu-se em concurso aberto para oficial da Biblioteca Nacional, sendo classificado e nomeado. A Biblioteca era então dirigida pelo Barão de Ramiz Galvão, e funcionava em velho casarão da Rua do Passeio. É fácil imaginar o que seria a nossa biblioteca sob a orientação de Ramiz Galvão, homem culto, helenista e humanista dos maiores que tem tido o nosso país.

Capistrano não poderia encontrar melhor ambiente para trabalhar. Ramiz planejava a Exposição de História e Geografia do Brasil, memorável acontecimento, inaugurado no dia 2 de dezembro de 1881, aniversário do imperador, e da qual resultou um catálogo de ricos e raros manuscritos, estampas, medalhas, moedas e notas em geral, de interêsse e utilidade ao estudo da história pátria.

Trabalhando na Biblioteca, Capistrano fêz grandes amigos: Ramiz Galvão, Vale Cabral, Batista Caetano, Constâncio Alves, Aurélio Lopes de Sousa. Ao deixar de ser funcionário da Biblioteca, onde foi substituído por João Ribeiro, Capistrano continuou a freqüentá-la, nela fazendo a base de seus grandes estudos, dando início às suas primeiras investigações históricas, até hoje válidas e insuperadas.

Dessa época são, também, seus trabalhos literários sôbre José de Alencar, Raul Pompéia e Camões, bem como a monografia *O Brasil no Século XVI*, onde se aprofundou em estudos sôbre o nosso litoral. Nesse trabalho, pondera Fernando Raja Gabaglia, êle pôs em evidência, pela primeira vez a figura histórica de D. Nuno Manuel, apenas a florada por Varnhagen e chegou, à luz dos melhores processos críticos e exames de fontes, à conclusão de que André Gonçalves e não Gaspar Lemos ou Nuno Manuel fôra o Comandante da primeira expedição de 1501 a 1502 e de que a Armada do último datava de 1503 a 1515. Já, então, Capistrano se consagrara historiador modelar e se apaixonara pelo estudo e interpretação de documentos históricos.



Informa o Professor Gabaglia, que são ainda desta fase a publicação do «Tratado de Fernão Cardim», «Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes. Adoração e Cerimônias», editados pela *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, da qual Capistrano foi durante algum tempo repórter e colaborador.

Desde então dedicou-se à divulgação e aos comentários do manuscrito da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, oferecido à Biblioteca Nacional por João Martins Ribeiro, conhecido alfarrabista, manuscrito encontrado no espólio do Marquês de Olinda.

#### IV

O Professor Raja Gabaglia, em conferência da série *Os nossos grandes mortos*, promovida pelo Ministro Gustavo Capanema, e realizada em 26 de novembro de 1937, fez uma excelente resenha da vida de Capistrano de Abreu. Em sua simplicidade, ela é, como estamos vendo, magnífico exemplo de trabalho, de abnegação e de devotamento à ciência, e destituída de complicações ou arabescos. E de outro modo não podia ser a de quem viveu com tanta humildade.

Não encontramos na vida do grande historiador gestos ou atos fulgurantes. Podemos, no entanto, classificá-la de heróica, uma vez que de heroísmo é a ação beneditina de quem se divorcia dos prazeres fugazes, para viver, obscura e deliberadamente, uma vida fradesca de estudo e de meditação. Não é vida alegre a vida nos arquivos; e penoso é alguém passar o tempo a decifrar a escrita difícil de documentos históricos, e deles tirar, como fez Capistrano, um novo roteiro para o estudo da História do Brasil.

São do erudito José Honório Rodrigues estas justas observações: «Não é atôa que o maior historiador brasileiro, não pela contribuição material mas pela agudeza e capacidade crítica, tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos de nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas e singulares. Sua periodização não é só objetiva, empiricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica. As construções periódicas passam a ser mais autônomas e completamente libertadas do esquematismo ou da simples distribuição da matéria. Pela primeira vez se põe em relêvo as formas e os motivos fundamentais econômico-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre êsses fundamentos e as superestruturas ideais, para então, estudar as várias conexões culturais». (*Teoria da História do Brasil*, pág. 72).



O mesmo historiador em seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil*, lembra ainda que Capistrano de Abreu conhecia como ninguém as deficiências e as necessidades de nossa historiografia, isto é, sabia que pouco se poderia fazer enquanto novas fontes não fôsses dominadas e divulgadas. Daí a segurança com que, desde o início de seus trabalhos, dirigiu daqui pesquisas na Europa (pág. 129).

Como consôlo ou recompensa de seus estudos, tinha o mestre a alegria de ensinar, de esclarecer, de transmitir e divulgar a palavra verdadeira da História. Foi um homem que se impunha deveres a si mesmo, com o único intuito de cumpri-los.

Como viveu Capistrano? Que influências atuaram em seu destino? Como se preparou para a luta e para o trabalho? Seus pais tiveram quatorze filhos — seis mulheres e oito homens, sendo Capistrano o mais velho.

Foi no pequeno torrão em que nasceu, que estudou as primeiras letras. Luís Mendes, morador no lugar denominado Ladeira Grande, pequeno povoado distante dois quilômetros de Columinjuba, ensinou-lhe as primeiras letras. Em seguida, em Fortaleza, durante três anos, foi aluno do Colégio de Educandos, dirigido pelo Padre Antônio Nogueira da Braveza. Estudou ainda no Ateneu Cearense e no Seminário Episcopal do Ceará, onde, em 1865, matriculou-se juntamente com aquêlê que iria ter seu nome conhecido no Brasil inteiro, o célebre e celebrado vigário de Joazeiro, Padre Cícero Romão Batista.

Informa Pedro Gomes de Matos — que no livro de matrícula do Seminário, há a seu respeito a seguinte referência: «Em julho de 1866 foi aconselhado ao pai do referido aluno que o retirasse por algum tempo, a fim de o emendar de sua preguiça e vaidade».

Realmente, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1865 e janeiro, fevereiro e março de 1866, as notas de comportamento de Capistrano são, respectivamente: sofrível, sofrível, sofrível, medíocre, sofrível e má... E inferiores eram, também, as notas nas matérias do curso.

Houve mesmo quem recolhesse de uma conversa com o Reitor do Seminário, Padre Pedro Chevalier, esta observação: «Eu tenho medo que êsse menino não venha ainda a fazer muito mal à Igreja».

Enganava-se o padre reitor: o ateísmo de Capistrano, era para uso próprio, e jamais desrespeitou o modo de pensar alheio. Anteriormente, o Padre Braveza já advertira, em carta o pai de Capistrano de que «A comadre tem se descuidado muito

da educação cristã do João, que nem sequer sabe fazer o sinal da cruz».

Realmente, Capistrano era uma criança estranha e diferente fazedora de versos que deviam arrepiar os cabelos dos pais e dos mestres :

*«Sou filho do calor, odeio o frio,*

*Não tenho medo do diabo, nem de santos».*

Indiferente aos mistérios da morte, saltava à noite os muros do cemitério, e quando estas e outras travessuras se excediam, o pai lhe infligia cacetíssimo castigo : separar os grãos misturados de um litro de milho e de um litro de feijão. No entanto, era menino que gostava de ficar, depois do banho no açude, horas seguidas em lugares calmos, contemplando a natureza, a conversar com seus pensamentos, e nos momentos em que não queria estudar, montava a cavalo e ia ao sítio «São Luís», do Coronel Tito Nunes de Melo, de cuja filha, Naninha, era namorado. (V. Pedro Gomes de Matos, págs. 41-42).

Rodolfo Teófilo, que com Paula Ney, Guilherme Studart e Domingos Olímpio, foi colega de Capistrano no Ateneu Cearense, retrata-o em suas reminiscências, como verdadeiro *cabeça-chata*, uma exceção entre os colegas, «sempre pelos cantos, isolado, mal-amanhado, desasseado e lendo, sempre lendo. Nunca tinha nota má nas lições, mas era castigado por falta de asseio». Apesar de seus doze anos era sonhador e vivia alheio de tudo e de todos. Para fazer preparatórios mandaram-no para o Recife, onde Rodolfo Teófilo o encontrou novamente, lendo, lendo sempre, e sem ligar a mínima importância ao estudo dos ditos preparatórios. Passava os dias e as noites nas livrarias e nas bibliotecas. Resultado: não fez um só exame.

O pai, sabedor da vadiação do filho, que se atritara com o seu correspondente, no Recife, mandou buscá-lo e pô-lo na enxada. Foi grande o sofrimento de Capistrano, que só tinha as noites livres para ler.

José de Alencar foi quem o salvou da vida injusta. Do encontro que teve com o menino esquisitão ficou-lhe uma grande impressão. Era incrível como já sabia coisas aquela quase criança. Fizeram-se amigos, e juntos embarcaram para o Rio. Em crônica transcrita por Pedro Gomes de Matos, Leôncio Corrêa, lembrando a vida carioca nos fins do século passado e princípios do atual, descreve um sujeito curioso que freqüentemente estava à porta da Farmácia Werneck, na Rua dos Ourives, perto da Rua do Ouvidor. Era Capistrano de Abreu, amigo do conhecido e tradicional farmacêutico Dr. Vicente Werneck. E dêle o cronista diz o seguinte : «Aqui chegando, Capistrano — sublime selvagem

— buscava orientar-se. Dera um salto no escuro. E os recursos materiais minguando... Anônimo, perdido na grande massa, inadaptável às farsas sociais, sem protetor poderoso, que iria fazer?

A morte de seu grande amigo José de Alencar foi-lhe, ainda, a oportunidade. Ferreira de Araújo pedia a Machado de Assis que escrevesse para a *Gazeta de Notícias* o necrológio do grande romancista. À noite, quando Machado encontrou-se na redação com Ferreira de Araújo, este entregou-lhe para ler umas tiras de papel e disse: Trouxe-me este trabalho um Peri de paletó surrado e cabelos em desalinho. Nada lhe posso dizer da cor dos olhos, porque durante os rápidos instantes que aqui permaneceu trouxe-o velados pela impenetrável cortina de umas pálpebras preguiçosas. Disse-me, apenas, que era cearense e admirador de José de Alencar. E deixou-me nas mãos, num gesto brusco, este pedaço de papel, com a respectiva residência. Um tipo original, originalíssimo, seu Machado».

Machado de Assis, depois de ler o artigo, que era de Capistrano, disse apenas: é admirável. E rasgou, com calma, o que lhe fôra encomendado por Ferreira de Araújo.

Mas como a vida não estaciona, Capistrano continuou a viver na Capital do Império freqüentando alguns amigos cearenses, como o Cônego Braveza, que fôra seu diretor no Colégio de Educandos, o comerciante Paulino Nunes de Melo e o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, Visconde de Jaguaribe, Desembargador removido da Relação do Recife para a do Rio, em cuja casa Capistrano residiu durante algum tempo.

Já vimos, pois, que Capistrano, no Rio de Janeiro, depois de empregado na Livraria Garnier, foi funcionário da Biblioteca Nacional, e redator da *Gazeta de Notícias*, onde revezava com Machado de Assis na crítica de livros, e se relacionou com a mocidade literária da época: Artur Azevedo, Luís Delfino, Valentin Magalhães, Adelino Fontoura, Aluísio Azevedo, Luís Murat, Silvestre Lima, Raul Pompéia, Raimundo Correia, Rodrigo Otávio e outros.

Sem ser ambicioso, pretendia ser mais alguma coisa, para a qual tinha credenciais: professor.

Aos 27 anos de idade, entregue de corpo e alma aos estudos de sua predileção, Capistrano de Abreu, inscreveu-se no concurso aberto para preenchimento da vaga da cadeira de Corografia e História do Brasil, no Imperial Colégio de Pedro II. Era esta, recorda Fernando Raja Gabaglia, a cátedra das coisas nacionais, que pertencera a Joaquim Manuel de Macedo, romancista e his-

toriador, cuja «Corografia do Brasil», inspirada em Aires de Casal «foi por longos anos, como a de Pompeu e, depois, a de Moreira Pinto, modelo de Geografia à antiga, isto é, carregada de nomenclatura e ainda sem aquela feição científica que caracteriza a moderna geografia». Era pois, a cadeira almejada por Capistrano a mais importante, não só por sua missão educativa, mas principalmente, «pela necessidade que se impunha, em país ainda pouco estudado como o nosso, de fornecer à mocidade conhecimentos seguros sôbre a terra e o homem».

O concurso foi disputadíssimo, tendo Capistrano como competidores, alguns colegas de valor: Feliciano Pinheiro Bittencourt, Evaristo Nunes Pires, João Franklin da Silveira Távora e João Maria da Gama Berquó, sendo êste último o professor interino. A tese de Capistrano — «Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI» — hoje obra clássica, valeu-lhe a vitória.

A mim cabe aqui, apenas, registrá-la, pois outros virão salientar-lhe a novidade como estudo no gênero, uma vez que «ao par da exposição elegante, havia síntese, havia conclusões, havia originalidade, havia bibliografia».

Classificado em primeiro lugar, Capistrano inicia uma nova vida: o de professor oficial, cargo exercido até a reforma Eptácio Pessoa, que reuniu, em uma só cadeira, a História do Brasil à História geral. Nesse momento Capistrano de Abreu foi pôsto em disponibilidade, pois recusou-se a assumir a nova cadeira «por se julgar apenas especialista em História e Geografia pátrias. Era dêsse feitio a sinceridade cultural de Capistrano.

Para ser um grande professor, faltavam-lhe dotes oratórios. Falava baixo, e durante tôda a vida nunca teve o menor arroubo de eloquência. Dominava, porém, os alunos, pela erudição e pela bondade. Não era, nunca foi um mero prelecionador ou — como acentua Gabaglia — um simples apurador, mais ou menos mecanizado, de provas, testes ou sabatinas. Foi um mestre na acepção mais alta do vacábulo. Centro de irradiação cultural e chefe de escola. Renovou, por completo, o ensino da História do Brasil, abrindo veredas desconhecidas à corografia, à lingüística, indígena, aos estudos aborígenes, e ao *folk-lore*.

Pôsto em disponibilidade, Capistrano de Abreu não mudou de vida. Sem obrigação de dar aulas, era maior o tempo de que dispunha para estudar. Nunca o visitei, que o não encontrasse de livro nas mãos. E em geral dizia o que estava lendo, fazia comentários, tirava conclusões, esquecido de que tinha em frente, apenas, dois estudantes de direito, o filho Abril e eu...



E o quarto em que Capistrano trabalhava? Que calamidade! Nêle vivia, sentado na rêde, de dolman cáqui e descalço. Pouco se levantava. Mas quando isso acontecia, a tragédia estava em encontrar o par de chinelos, perdido pelo chão, naquele chão que não via vassoura ou pano molhado, coalhado de jornais velhos e revistas, livros grandes e pequenos, garrafas vazias e tudo mais que possa imaginar um espirito criador de coisas incríveis, indescritíveis e estaparfúrdias!

## V

Procuremos agora condensar uma das páginas mais emotivas do livro de Pedro Gomes de Matos — a que êle intitulou — o inesperado.

Desleixado no trajar e de aparente pouca sensibilidade, mal proporcionado embora fisicamente forte — enamorou-se Capistrano de uma sua aluna, linda figurinha de realce na sociedade carioca, filha do Almirante baiano Inácio Joaquim da Fonseca e de D. Adélia Josefina de Castro Fonseca, senhora de grandes dotes intelectuais, autora do livro de versos *Ecos d'Alem*, elogiado por Gonçalves Dias, que a apelidou de *Sapho Cristã*.

Chamava-se Maria José de Castro Fonseca. A princípio não correspondeu aos amores de Capistrano. Antônio Sales achou isso perfeitamente natural — pois «ver seu traje e penetrar nos seus aposentos, era ter imediatamente a compreensão de sua incapacidade para a ordem, para o apuro, para o conforto».

A verdade é que Maria José deixou-se vencer pela inteligência do professor, descobrindo-lhe a bondade inata e as delicadezas do coração. Frágil mariposa, foi atraída pela luz... Casaram-se em março de 1881. E foram felizes durante dez anos.

A morte da espôsa, em 1891, e a morte do Abril, foram os dois golpes mais rudes da existência de Capistrano. Vi-o depois da morte do filho. Seus olhos não brilhavam mais. Ficou mais relaxado no trajar e mais curvado ficou o seu corpo deselegante. Falava tão baixo que quase não se lhe ouvia a voz. A sensibilidade humana não escolhe envólucros para se agasalhar. Ela atua no coração humano com aquela desenvoltura com que as crianças brincam de cabra-cega...

## VI

A excentricidade involuntária dêste grande homem, que nunca foi artificial, fêz com que em tórno de sua vida e de sua pessoa fôsem criadas algumas lendas e um amplo anedotário, por vêzes pouco amável.



Foi, no entanto, Capistrano de Abreu, fértil provocador de episódios em que o seu espírito e a sua malícia agiam com naturalidade, o que levou Afrânio Peixoto a dizer: — se homem de letras, e não de ciências, teria sido um ogre humorístico, à Swift.

Capistrano tinha horror às aglomerações. E sistematicamente recusava-se a pertencer a qualquer associação ou instituição. Pertenceu, apenas, a este Instituto que hoje comemora o primeiro centenário do nascimento, lembrando-lhe a vida e a obra.

Um episódio verdadeiro caracteriza-lhe o modo de ser. Convidado por Machado de Assis, para ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, recusou o convite, alegando: infelizmente já pertenço a uma sociedade, a sociedade humana. E se a ela pertenço é porque, para dela fazer parte, não fui consultado.

Em artigo publicado na revista *Carioca*, José Valdez Correia, citado por Pedro Gomes de Matos, escreveu que o anedotário de Capistrano é quase um privativo de seus íntimos, dos que lograram a rara felicidade de conviver com o grande esquisitão. «Daí ser pouco conhecido, não ter o mesmo cunho popular de outros, como, por exemplo, o de Emilio de Menezes, em nome de quem se contam coisas possivelmente menos verídicas. Capistrano era um erradio. Se não chegara a ser insociável, passava suas relações pelo crivo de uma rigorosa seleção. E só os privilegiados, os que lhe infundiam afinidades intelectuais, morais ou afetivas — só estes desfrutavam a honra de privar com êle, admirar de perto as facetas de seu espírito».

Interessantíssimo é o artigo de José Valdez Correia, não só pela simplicidade com que tudo conta, como, por exemplo, a sua decepção ao defrontar-se com o patricio ilustre, «velho, de calças cáqui, calçando chinelos de pano, com uma toalha enrolada no pescoço, como quem vai para o banho».

Mas as histórias sobre Capistrano são inúmeras. Entre muitas contam a seguinte: relaxadíssimo no vestir-se, certa vez ia Capistrano, lendo, num bonde da Jardim Botânico, quando foi advertido, pelo cobrador, de que não podia viajar sem gravata. Sem levantar os olhos do livro, fez um vago gesto em torno do pescoço e respondeu: Procure-a que deve estar por aí... É que a gravata, frouxa e mal posta, corra para trás, escondendo-se na gola do casaco... .

Pinto do Carmo, autor da melhor bibliografia de Capistrano, também publicou na revista *Vamos Ler*, alguns fatos e aspectos pitorescos da vida e do temperamento do historiador.

Conta êle que estando Capistrano gravemente enfermo, recebeu a visita do Dr. Felício dos Santos, católico praticante e íntimo amigo do rebelde livre pensador. Delicadamente o Dr. Felício insinuou o bem que lhe faria receber os Santos Sacramentos.

Capistrano, com leve sorriso, respondeu, pensando em sua filha Honorina, espôsa de Cristo : Ora Felício, eu sou mais amigo de Jesus do que você. Nós somos íntimos... Pois se êle é meu genro !

Em 1924, por ocasião do quarto centenário do nascimento de Camões, Afrânio Peixoto andava preocupado com a comemoração, que seria abrilhantada com a inauguração, na Universidade de Lisboa, da cadeira de Estudos Camonianos.

Encontrando-se com Afrânio, Capistrano o interpela :

— Diga-me, Afrânio, por que anda você a perder tanto tempo com o Camões ?

— Mas, Capistrano, reage Afrânio — não se perde tempo com Camões. Até você já o provou. Já fala de São Camões. Agora mesmo o fazem rei e já escreveram : «el-rei Camões».

— É verdade, retrucou o malicioso Capistrano, em terra de cego quem tem um olho é rei...

Contam ainda que Capistrano, que era espiritualista, foi a casa de um alfaiate seu amigo e lhe entregou um pequeno embrulho com três botões. E um tanto sério, perguntou : Poderia o Senhor fazer-me o grande favor de pregar um paletó nestes botões ?

Um escritor, seu amigo, e que catou e registrou em seu livro *Vultos do Meu Caminho*, uma série de curiosidades, foi o saudoso Dr. Paulo José Pires Brandão, que comumente se encontrava com o sábio historiador na grande chácara da Gávea, de propriedade de seu avô, o Conselheiro Ferreira Viana, onde Capistrano se deliciava com os banhos de cachoeira.

Conta êle o seguinte : Nasceu num dia 21 de abril, na chácara, um bezerro, filho de um touro alemão de pura raça. Discutia-se qual o nome a dar ao bezerro. Diz Capistrano : «Se fôsse vitela, ficava para dar leite; sendo macho está destinado desde já ao cutelo e à morte. Logo, além de ser irmão de infortúnio do mártir da liberdade, ao menos honremos a data de hoje, chamando-o, Tiradentes».

Certa feita Capistrano contou ao Dr. Paulo Pires Brandão, que com êle tinha a máxima liberdade, o seguinte episódio : nas estações da estrada de ferro, no interior de Minas, os telegrafistas quando não têm o que fazer, levam conversando uns com os outros pelo telégrafo, e assim as novidades num instante se espalham

por Minas inteira. Os jornais tinham publicado a história de um homem que no interior de Minas, tendo dado uma surra e espo-  
reado a própria mãe, por êste fato virara bicho, ficando com o  
corpo todo coberto de pêlos e berrando como se fôsse um irra-  
cional. Capistrano então disse a um dos telegrafistas : «Você, em  
conversa, conte pelo telégrafo que amanhã, no trem tal, que para  
nesta estação, vem um homem que virou bicho».

Foi um acontecimento. Veio gente de tôda a parte ver o  
homem que virara bicho. Foi então que o Dr. Paulo Pires  
Brandão disse a Capistrano : Imagine se você vem nesse trem.  
E Capistrano, talvez um pouco sentido, retrucou : Só se fôsse  
pelas barbas, porque eu não sou tão feio assim !

E ao oferecer ao amigo um retrato, o fêz com a seguinte de-  
dicatória : «Ao Paulo amigo, aí vai o retrato do macaco beleza».

Estamos mesmo a crer que o bom Capistrano de Abreu não  
se julgava tão feio e tão deselegante como aos outros parecia.  
É que nós homens, nunca nos conhecemos bem... E a prova  
está em êle, o homem da mais malajambrada indumentária, sempre  
de roupa velha e pouco escovada, cujos botões do paletó nunca  
combinavam com as respectivas casas, vendo um instantâneo  
seu em um jornal ilustrado, exclamou: Que horror ! olhem a  
minha calça como está feia, tôda enrugada. E foi logo à Casa  
Colombo e comprou outras calças.

Tinha ainda Capistrano de Abreu verdadeiro horror a tôda  
a criatura que escrevesse Brasil com Z.

— Tenho horror àquela mulher...

— Por que ?

— Ela só escreve Brasil com Z.

Certa vez um amigo encontrou-o muito abatido e triste.

— De que se trata Capistrano ?

— Ora, acabo de descobrir que a mãe de Frei Vicente do  
Salvador, cuja obra eu ando revendo com tanto carinho, não era  
uma mulher honesta. Ela não devia agir assim. Devia lembrar-se  
do filho ilustre. Eu sou tão seu amigo. Essa descoberta me aca-  
brunhou...

— Para terminar estas pequenas histórias, que, embora pito-  
rescas, mostram uma das mais curiosas facetas do espírito e do  
temperamento de Capistrano, vou lembrar aqui a mais conhecida  
de tôdas.

Capistrano era patriota. Sofria com a desorganização política  
e administrativa que no Brasil, não é de hoje, mas parece, foi de  
todos os tempos. E por essa desordem culpava os homens respon-  
sáveis, os políticos, os mandões e os ambiciosos.

Conversando num grupo em que se comentava a lamentável situação do país, Capistrano saiu-se com esta :

— Pois meus amigos, se eu fôsse govêrno, se eu tivesse, por alguns instantes, uma mínima parcela de poder, resolveria em definitivo a situação brasileira, com dois artigos de um pequeno decreto, que seria o seguinte :

Art. 1º De hoje em diante os brasileiros passam a ter vergonha.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Mais tarde, Capistrano confessou que êste seu decreto não seria suficiente para solucionar os problemas nacionais, uma vez que o mal principal estava em que as leis não eram cumpridas. Achava pois necessário que se promulgasse um outro decreto que tornasse obrigatório a aplicação das leis existentes...

## VII

Até aqui, temos procurado ressaltar o perfil daquele que foi o maior exemplo do autodidata. E que por seu esforço pessoal tornou-se, no Brasil, mestre etnógrafo, antropólogo e conhecedor da lingüística brasileira; geógrafo e naturalista, filólogo e humanista; e, mais do que tudo isso, como laurel de uma vida sem brilhos estêreis, um grande homem de bem.

Dizem que o esquisitão que êle foi serviu de modelo à figura principal do «Coruja», de Aloisio Azevedo. Dessa mistura de esquisitices individuais, surge, como luz perene, o espírito que domina e não decepçiona. Uma lição que espanta, mas que consola : o domínio do espírito e da inteligência, sôbre as ridicularias mesquinhas da vida.

Bem sei que não pude definir como queria êste homem (sábio, que parecia bruxo e santo), que foi o maior dos historiadores brasileiros, e de quem Vicente Licínio Cardoso disse que ao contrário de outros, sem ser apóstolo, foi apenas e tão sômente «êle mesmo». Sem títulos, aposentado desde cedo do magistério, — acrescenta o autor dos *Pensamentos Americanos*, êle recusou, galhardamente, as vaidades comuns da vida tão afoitamente apetecidas pelas inteligências fáceis, temerosas por isso mesmo de alimentos mais robustos, ou mais sólidos do espírito. «Sem cargos êle atravessou a vida numa boemia intelectual admirável, pelo desprezo com que soube evitar o contacto com mediocridades barulhentas e bem fornidas de títulos» (págs. 238).

Pobre e sem vaidades, nada tendo de material para oferecer, conseguiu o milagre de transformar aquêle porão úmido e hu-



milde, baixo e desarrumado, em que viveu os últimos anos de sua vida — triste albergue de seu corpo e de seus livros, naquilo que Vicente Licínio Cardoso chamou de «um dos salões mais brilhantes e notáveis que o Brasil tem possuído».

«Era o presente vivo, vivíssimo pelo vigor alacre de seu espírito, a fazer lembrar a cada instante, na despreocupação completa das exterioridades da vida, o passado, os séculos dos claustros, das renúncias e dos sacrifícios religiosos» (págs. 239).

Capistrano de Abreu viveu 74 anos. Nascido em Columinjuba, em 23 de outubro de 1853, faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1927.

Vejamos como foi que êle se acabou.

## VIII

Capistrano foi um homem que gozou de boa saúde. Descuidado de sua pessoa, enfrentou com galhardia tempos bons e tempos maus. Quando adoentado, raramente se queixava. Daí a surpresa dos parentes e amigos, com o seu abatimento físico. A côr e os olhos denunciavam doença. Sintomas alarmantes confirmaram o diagnóstico do Dr. Machado Portela, que não ocultou a seriedade e os perigos da moléstia: bronco-pneumonia. A idade avançada e uma antiga miocardite, só permitiam um triste prognóstico. Como o doente não melhorasse e lhe aumentassem os sofrimentos provocados pela dispnéia, seguiram-se as conferências médicas com os grandes da profissão: Miguel Couto, Agenor Pôrto, Moreira da Fonseca, Murtinho Nobre. Chegava-se àquele momento em que a natureza é a mais forte... A hora da luta inútil. Ao combate desigual...

«Não me sinto bem», era a única resposta de Capistrano aos que se interessavam pela saúde. Sentado na rêde, que fôra companhia de tôda a sua vida, Capistrano sofria e sentia que a morte estava perto. Mas não se queixava. Por duas vêzes fui visitá-lo, na companhia de meu pai. Era triste, era muito triste, aquêle porão da Travessa Honorina. Ainda o vejo na sua desordem e na sua tristeza. A pouca luz ambiente dava ao semblante de meia dúzia de homens e de mulheres — que silenciosos e de cabeça baixa esperavam o momento último daquele grande homem, os contornos estáticos de figuras de tragédia. Vinte e quatro horas antes do minuto final, Calógeras leva o Padre Leonel Franca a visitar o amigo, e Capistrano sorri. De seus lábios, porém o sacerdote ilustre só ouviu fracas palavras sôbre um irmão de ordem: o Padre Madureira, autor da obra, *A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus*. E nada mais. Às cinco horas e vinte e cinco minutos do dia seguinte, 13 de agosto de 1927,



Capistrano fechou para sempre os seus pequenos olhos. Registra Pedro Gomes de Matos que cinco pessoas lhe assistiram a morte: seus filhos Adriano e Matilde, sua nora Amnêris Moreira de Abreu, seu genro Dr. Aprigio Nogueira e seu amigo Colombo Portela.

Capistrano tinha horror a pompas e ostentações. Quisera entêrr-o de última classe e cova rasa. Esta sua derradeira vontade não pôde ser cumprida. Capistrano foi ficar, para a eternidade, junto ao filho querido, felecido de gripe, em 1918, o «Abril», meu amigo, meu colega de turma, meu companheiro de estudos.

Calógeras descreve-lhe o entêrr-o: «Sem concêrto, sem premeditação, sem siquer se ter nisto pensado, a humílisma cerimônia se transformou em apoteose ao amigo, ao sábio, ao justo, ao bom!...

Quinze dias estivera doente e relativamente pouca gente havia sabido do combate travado com a pacificadora das lutas humanas. Ainda assim eram contínuas as visitas. Não desenchia o porão paupérrimo onde se ia finando, entre seus constantes amigos — homens livres — êsse gigante da inteligência e da bondade».

«... e pelas ruas desfilou estranho préstito. Centenas de pessoas de tôdas as gerações, de ambos os sexos, unidos na mesma mágoa, no mesmo luto e no mesmo respeito, olhos rasos de lágrimas, foram carregando à mão, revezando-se, o esquife de pobre em que repousava o grande brasileiro».

Naquela tarde triste, com ameaças de tempestade no céu — registrou Humberto de Campos — «o cortejo fúnebre desceu do Largo dos Leões para a Rua Voluntários da Pátria. No préstito mortuário, compungidos, alguns com os olhos úmidos, deputados, senadores, ministros, ex-ministros, banqueiros, acadêmicos, embaixadores».

Mas não era só essa gente excelsa que acompanhava o entêrr-o de Capistrano. Junto ao caixão seguiam também muitos amigos sem renome ou glória, discípulos silenciosos, e dois índios tristes, índios que êle trouxera da selva e que educara como filhos.

Rodolfo Garcia, junto ao túmulo, disse-lhe o adeus dêste Instituto, do qual fôra membro desde 1887. Em sua oração Rodolfo repetiu as mesmas palavras que Capistrano pronunciara em 1878, por ocasião da morte de Varnhagen: — A pátria traja de luto pela morte de seu historiador — morte irreparável, pois que a constância, o fervor e o desinterêsse que o caracterizavam, difficilmente se hão de ver reunidos no mesmo indivíduo.

Após o entêrr-o, inúmeras foram as homenagens imediatas prestadas ao grande morto. Na Academia Brasileira, falaram Rodrigo Otávio, Afonso Celso e Coelho Neto. No Parlamento foram ouvidas as vozes de João Tomé, Adolfo Bergamini, Manuel

Vilaboim, Matos Peixoto, Berbert de Castro, Augusto de Lima, Basilio de Magalhães, Assis Brasil e outros. Êste Instituto prestou-lhe as homenagens que merecia.

Não precisou Capistrano esperar que os anos passassem para que fôsse louvado e glorificado. Grande em vida continuou grande depois de morto. Êste homem que, segundo João Ribeiro desconcertava mas nunca aborrecia, e que «parecia um índio que houvesse perfurado a civilização e subido à tona da nossa cultura com arco e flexa, semi-nu e indomável», é apontado como dos primeiros entre os primeiros grandes homens brasileiros.

E o que é mais preciso para engrandecer uma criatura, do que o soneto com que Honorina de Abreu, Soror Maria José de Jesus, monja abadessa do convento das Carmelitas Descalças, filha de Capistrano, lhe dedicou :

*«Fôste tu caro Pai, que do seio Eterno  
Me arrancaste e trouxeste a êste mundo, a esta vida...  
Quando eu desabroxei — qual flor recém-nascida  
O sol que me aqueceu foi teu amor tão terno.  
Teu sangue é o sangue meu... Teu trabalho paterno  
Ganha-me o pão com que eu cresci e fui nutrida.  
Ah! quanto te custei!... quanta dor, quanta lida,  
Desde teu quente estio até teu frio inverno!  
E agora, dá-me a mão... É noite. Vem comigo!  
Vem, que eu te levarei a Jesus, teu amigo,  
Que te espera saudoso... Oh! dize-me que sim!  
Foste meu pai e eu tua mãe serei agora...  
Dar-te-ei a eterna luz de que me deste a aurora,  
Dar-te-ei — por esta vida — a vida que é sem fim.*

Para quem foi um cético, para quem foi um sábio, para quem foi um bom, maior bênção não podia esperar, nem receber.

## CAPISTRANO DE ABREU — HISTORIADOR (\*)

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Capistrano de Abreu — Historiador, assunto de nossa reunião de hoje, pode-se dizer que abrange todo Capistrano. Não que êle se houvesse circunscrito, nos seus estudos, ao domínio da história. Seus trabalhos em outras províncias do conhecimento, na Geografia, na Etnografia, na Linguística, bastariam para a consagração de seu nome e para a glória de seu centenário de nascimento. Mas foi, de certo, na história, que êle conquistou seus mais refulgentes lauréis. Podemos dizer, ainda mais precisamente, que Capistrano de Abreu viveu dentro da História. Suas outras atividades científicas aparecem, sem prejuízo do merecimento da obra realizada, como se fôssem excursões, vilegiaturas, digressões de um espírito fascinado pelos assuntos históricos. Chegamos, às vêzes, a pensar que êsses graves assuntos, a Geografia, a Etnografia, a Linguística, foram o seu descanso, as horas de lazer e de recreação dessa inteligência, que não conheceu outra alegria, nem teve outro ideal que a alegria e o ideal do trabalho ininterrupto. Por isso, os estudos de Geografia, de Etnografia, de Linguística, vão surgindo à margem dos escritos e das pesquisas históricas, que tomam tôda sua vida, que constituem o assunto quase exclusivo de suas conversas, o centro das grandes amizades que cultivou, a obsessão de sua copiosa correspondência.

E o que mais nos surpreende, na formação dêsse culto, ou na preparação dos elementos, com que Capistrano se dedicaria aos assuntos históricos, não é tanto o auto-didatismo. Tôda a gente, no Brasil, para fazer alguma coisa, tem que ser mais ou menos auto-didata, quando a verdade é que os cursos secundários, e as próprias escolas superiores, nem sempre habilitam a redigir alguma coisa, com uma correção elementar. Mas o que nos espanta, em Capistrano de Abreu, é que tenha podido ser tão extensa, e quase que se diria, tão bem ordenada, sua for-

---

(\*) Conferência realizada em 9-9-1953.

mação cultural, dadas as condições de seus primeiros estudos e a escassez de recursos, nos lugares em que surgiu sua vocação de historiador.

Já vimos, através da excelente conferência do Sr. Rodrigo Otávio Filho, que sua aprendizagem foi precária e insuficiente. Um curso primário iniciado com o mestre escola Luis Mendes, no povoado de Ladeira Grande, a dois quilômetros de seu torrão natal de Columinjuba. Uma fase, não muito prolongada, no Colégio de Educandos, do Padre Braveza, e no Ateneu Cearense. Com menos de doze anos se matricula no Seminário Episcopal do Ceará, onde não deve ter passado de dois anos sua presença. De 1869 a 1871 vêmo-lo no Recife, a estudar preparatórios, que não chega a concluir. Regressa ao Ceará com 18 anos, fechados seus caminhos para os diplomas de curso superior. Não completou, como se diria em linguagem de hoje, nem o curso colegial, e as notas que ia obtendo não abonavam sua aplicação às disciplinas do currículo secundário. Mas seus condiscípulos já se impressionavam com a sua atitude e, sobretudo, com a sua curiosidade de leitor maníaco. Um dos companheiros do Ateneu Cearense, aquêle que viria a ser o benemérito Rodolfo Teófilo, o descreve sempre dedicado à leitura, mesmo nas excursões dos alunos aos sítios dos arredores de Fortaleza. Enquanto os colegas brincavam e corriam, Capistrano de Abreu, deitado de bruços, na areia do morro do Coroaá, não desviava a vista do livro que havia levado. Do que se passou no Recife, ainda Rodolfo Teófilo contaria que o havia encontrado despreocupado dos deveres escolares, passando os dias nas livrarias e as noites nas bibliotecas, a ler, sempre a ler. Nem exemplos de amigos cearenses, nem admoestações o afastavam dêsse interêsse absorvente pelos livros, que ia devorando ao acaso dos encontros, ou ao sabor da curiosidade, sem continuidade e sem método.

Há a impressão de que, de regresso ao Ceará, foi mal recebido pelo pai, que o castigou severamente e o obrigou ao trabalho de campo. Não excludo o castigo, que seria explicável, mas não deve ter sido tão prolongado quanto se diz. A zanga dos pais amolece na convivência com os filhos e acaba em tolerância, quando não em estímulo, na aceitação fácil das piores realidades. E baseio minha suposição numa evidência: os quatro anos que Capistrano de Abreu vive no Ceará, depois do período do Recife, são exatamente aquêles em que inicia sua atividade intelectual. Incorpora-se, em 1872, a uma associação literária e científica, que se funda em Fortaleza, com a presença de alguns jovens de invulgar inteligência, como Rocha Lima, Tomaz Pompeu, Xilderico de Faria, Araripe Júnior e outros. Era a famosa «Academia



Francesa», do Ceará, como a denominavam os seus componentes, com um senso de «humour», a que os adversários nem sempre souberam fazer justiça.

Dos dois anos aproximados, passados no Recife, não deixou Capistrano de Abreu maior informação, nem parece que tenham decidido de sua vocação de historiador. Já se podia considerar encerrada, quando êle chegou a Pernambuco, a fase poética da Escola do Recife, com a partida de Castro Alves. Iniciava-se o período que Silvio Romero denomina «crítico-filosófico», com a publicação, desde 1868, dos primeiros ensaios do estudante Tobias Barreto, em defesa das idéias do positivismo europeu, ou melhor, se considerarmos o feitio do polemista sergipano, *contra* os postulados tomistas e a filosofia espiritualista em geral. Não se sabe que impressão êsses debates deixaram no «cascabulho» cearense. Pode-se afirmar, todavia, que se não se estabeleceu influência direta da escola do Recife, nem por isso deixou ela de chegar à inteligência de Capistrano de Abreu, escolhendo outros caminhos, que iriam encontrar um Capistrano mais amadurecido para essa espécie de cogitações. A Academia fundada em Fortaleza, agitava as idéias, que vinham repontando no jornalismo pernambucano, através da famosa polêmica de Abreu e Lima e Pinto de Campos, e, sobretudo, dos artigos que Tobias Barreto começava a publicar a respeito de temas filosóficos. «Devemos ver nessa orientação dos espíritos — proclama o cearense Clóvis Beviláqua — uma repercussão do movimento intelectual do Recife». Silvio Romero, depois de acentuar que Araripe Júnior não havia dado «sinal de vida» até 1869 ou 1870, e que o mesmo acontecera a Capistrano «que não tugi nem mugiu durante todo aquêlê mesmo 70, por êle passado inteiro em Pernambuco», acrescenta que foi preciso «que Rocha Lima, testemunha de nossas lutas em 1871 e 1872, voltando ao Ceará, sua pátria, estimulasse os dois tardígrados, já ali também retirados».

Nas conferências da Escola Popular, em Fortaleza, algumas a cargo de Capistrano de Abreu, eram citados Augusto Comte, Buckle, Taine, Spencer, Darwin, autores que também aparecem nos primeiros ensaios de Capistrano de Abreu, escritos nessa época, embora a respeito de temas literários, como os perfis de Casimiro de Abreu e Junqueira Freire e o estudo da Literatura Brasileira Contemporânea.

Todavia, ainda não estamos diante do historiador, nem seria de esperar que essas tendências o levassem diretamente para os estudos históricos. O mais provável é que o conduzissem à sociologia, para a descoberta de leis gerais. Não obstante, influíram nêlê decisivamente e, de certo modo, concorreram para a sua vocação de historiador.



## A VOCAÇÃO DE HISTORIADOR

No livro que acaba de publicar, a respeito de Capistrano de Abreu, estampa o Sr. Pedro Gomes de Matos um retrato do Coronel Joaquim José de Sousa Sombra, a quem, escreve êle na legenda da gravura, «Capistrano teria oferecido um exemplar de sua tese, com a seguinte dedicatória — «Ao Coronel Sombra, que me fez historiador».

O fato, desde que comprovado com a apresentação da tese, ou com a explicação da origem da referência, seria muito interessante. O Coronel Sombra era uma personalidade de relêvo. Tomara parte nas lutas para a pacificação de Sobral, fôra juiz de paz, presidente de Câmara, deputado provincial e chefe indiscutível de Maranguape, terra em que nasceu Capistrano de Abreu e da qual Sombra se tornara patrono, benfeitor e seu primeiro intendente, na criação do têrmo da cidade, em 1869. Era amigo dedicadíssimo do Senador Alencar e continuara ao lado do filho, num exemplo de fidelidade, que não é rara nessas terras de homens austeros e desinteressados. Conta o Barão de Studart que «a intimidade de Sombra com José de Alencar inspirou a êste a produção de seu primeiro romance, conforme êle próprio afirma em sua auto-biografia literária — *Como e por que sou romancista*». Sombra havia sido, por determinação e vontade do Senador Alencar, um dos próceres da sedição do Exu, um dos conspiradores de Pajeú de Flores e sugerira a José de Alencar que descrevesse, num romance, episódios ocorridos nessa sublevação. «A idéia, confirma José de Alencar, foi aceita com fervor». Nada conservara, entretanto, dessas primícias literárias: «lancei-as ao vento, como palhiço, que eram, da primeira copa».

A ser exata a versão da influência do Coronel Sombra no espírito de Capistrano de Abreu, para lhe infundir o gôsto pelos estudos históricos, estaríamos diante de um fato relevante, e que viria associar o nome dêsse cearense à vida e à glória das duas maiores figuras de sua terra.

Restaria, apenas, apurar de que modo influira êle na vocação de Capistrano de Abreu. Teria exaltado o interêsse, ou a necessidade dos estudos históricos? Teria sido o aplacador das iras paternas, depois do regresso do Recife, quando voltava o estudante com as mãos vãs de preparatórios? Ou lhe valera de padrinho junto de José de Alencar, para que apoiasse e facilitasse a vinda de Capistrano de Abreu para o Rio de Janeiro?

De um modo, ou de outro, o Coronel Sombra encontraria terreno favorável para a sua pregação. Em carta a José Veríssimo, confessara Capistrano de Abreu, em 1914:

«Quando pensei em consagrar-me à história do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará»...

Em 1917, voltaria êle a dizer, de forma ainda mais explicita, em carta para João Lúcio de Azevedo:

«Tenho presente a primeira vez, em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo convívio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz».

O livro de Agassiz mostraria a Capistrano de Abreu o mundo de coisas a descobrir, na terra inexplorada, nem poderia haver nada mais sugestivo que os capítulos iniciais da história do vale amazônico. As observações do casal, no curso de toda a longa viagem, mostrariam o que vinha escapando à historiografia tradicional, na vida e nos costumes da população. Taine e Buckle abriam-lhe perspectivas no domínio histórico, fazendo-lhe sentir o que poderia ser um estudo orientado para a interação entre a natureza, as sociedades, o momento e a criatura humana. A crítica de Buckle à história e às deficiências da formação do historiador, ou à orientação que presidia à compilação dos fatos «imprópriamente qualificados como história», na frase de Augusto Comte; o confronto entre o progresso verificado nas ciências naturais e a deficiência dos métodos rotineiros, que continuavam a conduzir os estudos históricos, tudo colaborava para deixar, no espírito de leitores atentos, a impressão de que havia outro mundo a explorar, outro mundo como aquele que acabava de fascinar a inteligência de Agassiz.

As simplificações de Taine, na procura da «qualité maitresse», de que derivavam, ou deviam derivar, todos os fenômenos do suceder histórico, deslumbravam o jovem escritor de Maranguape, que já as aplicara, com extraordinária sagacidade, aos seus primeiros ensaios de crítica literária. Mas transportado para a história êsse mesmo critério, ou essa mesma preocupação, haveria uma imensidade de coisas a rever, a reexaminar, com o interesse acrescido pela necessidade de fazer êsse novo estudo à luz das

ciências naturais, que pudessem instruir e corroborar o exame da influência da raça, do meio e do momento.

Os nomes, que o acaso das leituras aproximara, vieram revelar, no espírito de Capistrano de Abreu, seu interesse profundo pelas ciências naturais. Na companhia delas é que êle desejava iniciar suas viagens a êsse domínio, que a historiografia tradicional pretendia ver apenas através de alguns critérios políticos, ou sociais, que deixavam de parte um número infinito de fatos, em que se podia sentir melhor a intensidade da vida e, sobretudo, a presença da criatura humana.

## PARTIDA PARA O RIO

É justamente nessa fase de sua formação espiritual que êle embarca para o Rio. Capistrano não tem mais de 22 anos. A variedade de suas leituras não fôra obstáculo a que se ordenassem, na sua inteligência, alguns conhecimentos fundamentais. Sem quase ter frequentado escolas — semelhante, nesse aspecto, a Buckle, que uma natureza enfermiça, também desviara de cursos regulares — lia com facilidade o francês, o italiano, o espanhol e o inglês. Trouxera, também, o latim do Seminário. Repor-tando-se a êsses tempos, que eram ainda de preparação, contaria êle, mais tarde:

«Aqui no Rio, só fiz duas aquisições: saber alemão o bastante para lê-lo na rêde, sem estar me levantando a cada instante, para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus, Peschel e Ratzel, compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil».

As necessidades da vida o obrigam a um trabalho fora de sua vocação. Emprega-se na *Gazeta de Notícias* e na Livraria Garnier. Mas em 1879, quatro anos depois de sua chegada ao Rio, firma seu destino de historiador, conquistando, por concurso, um lugar na Biblioteca Nacional. Mário de Alencar atribuiu ao «acaso de um emprêgo a preferência do gênero literário, em que teria de usá-las; a prática da paleografia e diplomática, que são conhecimentos obrigatórios na Biblioteca Nacional, a consulta e catalogação de manuscritos, quase todos brasileiros, e a atmosfera brasileira formada naquela casa pelos preparativos e realização da exposição de História do Brasil, foram os fatores da especialização do estudo e trabalho de Capistrano de Abreu» — conclui Mário de Alencar.

A conquista do cargo por meio de concurso, como José Veríssimo já nos havia informado, invalida parte da informação,

sem prejudicar a realidade e a significação das influências assinaladas. A vocação já existia e levava Capistrano de Abreu a poupar horas de seu trabalho quotidiano, para adquirir conhecimentos, que as provas lhe exigiam e nas quais iria ter, como julgador supremo, a figura austera de Ramiz Galvão. Ainda por meio de concurso, conquista Capistrano de Abreu, em 1883, a cadeira de Corografia e História do Brasil, no Colégio Pedro II. Desde 1881 vinha ensinando história no Colégio Aquino.

O lugar no Pedro II o obriga a afastar-se do cargo na Biblioteca Nacional, o que deve ter feito a contragosto, numa das raras transigências de sua vida com o interesse material. Não é de crer que o professorado o seduzisse, nem procurou a êle voltar, depois de posto em disponibilidade. Mas a Biblioteca Nacional era, verdadeiramente, sua casa, aquela que êle buscava independente de cargos e de remuneração. Ninguém lhe conheceu melhor as coleções de livros e os códices manuscritos; ninguém o superou no seu serviço, sobretudo quando liberto de deveres funcionais. E sem sair do Brasil, Capistrano de Abreu tinha, na memória, uma espécie de catálogo, ou de guia dos arquivos estrangeiros, sobretudo os de Portugal. Impressiona, na sua correspondência, verificar que êle sabe onde devem estar os documentos de que precisa. Escreve, daqui, aos amigos portugueses, oferecendo-lhes roteiros precisos e minuciosos, como se acabasse de regressar de longas estadias nesses países e de prolongado manuseio de suas coleções de documentos.

Sua autoridade de historiador se forma rapidamente. Os estudos para o concurso do Pedro II, sob o título — *Descobrimento do Brasil. Seu desenvolvimento no século XVI* — trouxeram contribuições, que José Veríssimo assim realçava:

«Li tôdas essas teses. Com exceção da do Sr. Capistrano de Abreu, eram bons resumos do que estava em Varnhagen e em outras obras vulgares, sem nenhuma novidade, nem de pensamento. Ao contrário dessas, e do que são aqui, por via de regra, as teses de concurso, onde os estudos próprios e a originalidade brilham geralmente pela ausência, a do Sr. Abreu se distinguia por aquelas duas raras qualidades».

Silvio Romero reconhece, no comentário às teses de Capistrano de Abreu, que «o critério histórico se revela no moço cearense firme e destro». Fala, também, na «penetração verdadeiramente notável do autor» e acrescenta: «A teoria spenceriana fornece a filosofia histórica do autor. O capítulo sôbre a evolução,



mostrando o desdobramento primitivo na família, na religião, nas indústrias e profissões, nas vias de transporte, no governo e na literatura, é muito resumido, infelizmente, mas revela intuição do assunto».

### OS ESCRITOS DE CAPISTRANO DE ABREU

Apesar dêsses louvores, e da autoridade de quem os subcrevia, o certo é que as teses de concurso, para o Colégio Pedro II, não deram a medida do conhecimento histórico de Capistrano de Abreu. Muito mais significativos eram, sob êsse aspecto, os dois artigos excelentes, publicados em 1878, a respeito de Francisco Adolfo Varnhagen, e nos quais transborda, sob a emoção da perda do historiador, um entusiasmo, que era bem uma confissão de pesquisador, que já penetrara a fundo nos problemas de nossa história e podia, assim, fazer justiça ao também prodigioso antecessor.

Não tem ainda Capistrano de Abreu grandes livros publicados. Sua obra se dispersa nos jornais, em revistas, quando não se extravia, na desordem de sua vida, ou na sua despreocupação total pela publicidade e pelo renome, desprezando, como desprezava, as vaidades do ofício e não sabendo resistir à curiosidade e ao interesse do estudo e da leitura. Quando, já depois de sua morte, a Sociedade Capistrano de Abreu quiz lhe publicar a obra, teve que destinar três volumes aos *Ensaio e Estudos de Crítica e História*, um volume às teses de concursos e a outros trabalhos, reunidos sob o título de *O Descobrimento do Brasil*: houve ainda um volume para os *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, um para a *Língua dos Caxinauás*, outro, finalmente, para os *Capítulos de História Colonial*. Ao todo sete volumes, na maior parte de estudos esparsos, apanhados aqui e ali, e revelando, quase todos, a pressa de quem precisava atender à urgência de algum prazo. Pode-se dizer que escreveu forçado por alguma circunstância externa, uma comemoração, a que não queria faltar, algum compromisso, de que não pudesse fugir. Seu melhor livro — *Capítulos de História Colonial* — atendia a uma encomenda do Centro Industrial do Brasil, o que não obistou que fôsse um livro notabilíssimo, não apenas pelas apreciações originais, como pela quantidade imensa de informações acumuladas, e diria melhor — comprimidas. José Veríssimo considerou-o «a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata, que poderíamos desejar da nossa evolução histórica naquele período». Calógeras, que era também autoridade nesses assuntos, disse que os *Capítulos de História Colonial* já são, e cada vez mais constituirão, modelo



de orientação honesta, de beleza literária e de crítica construtiva». Mário de Alencar escreveu que esse livro «ainda não é a História; é, porém, mais do que tudo anteriormente feito por ele: é já o alicerce da sua construção, são as paredes mestras do arcabouço acabado. Tudo sólido e duradouro, como a verdade concreta. É uma visão de conjunto de quem já não caminha por atalhos; conhece-os todos, palmo a palmo; percorreu a estrada real, demoradamente, e disse o que viu». Conclui: «É um livro de mestre, para mestres».

Não apenas para mestres. É um livro não somente acessível a todos, como um livro que a todos inebria, com a sua beleza literária, com o imprevisto de suas observações, e, sobretudo, pelo seu profundo interesse humano. Não é mais a relação de fatos, a narrativa de episódios, a luta, muitas vezes estéril, entre governantes e governados. O que os *Capítulos* nos trazem é a criatura humana que viveu nesse largo período colonial, com os seus problemas, as suas dificuldades, a sua inquietação, com a humildade de seus ofícios e tarefas, com as incompatibilidades entre as raças que se chocam e se diluem na mestiçagem, com a luta de todos os minutos contra uma natureza agressiva, à força de exuberante.

Mostra-nos o que era a vida rural, recorda a extinção das primeiras tentativas de indústria, lembra a precariedade dos ofícios mecânicos, sem freguesia, sob a concorrência da escravatura, dispersos os operários e, por isso mesmo, sem condições, ou meios, para uma organização profissional, que também não aparecia nas outras classes. O que nos relata da ausência de vida social, do desinteresse pelas questões públicas, as dúvidas que externa sobre a fragilidade de nossa consciência nacional, dão a medida do historiador, da altura de seu pensamento e da profundidade de suas sínteses. Procura resumir todas as suas impressões em poucas linhas, que condensem a experiência desses três séculos. Escreve então:

«Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis, em suma, ao que se reduziu a obra de três séculos».

## A PRESENÇA DO MOÇO DE MARANGUAPE

Sente-se, nessas páginas, ainda a presença do moço de Maranguape, quero dizer a impressão de suas leituras daquela época, Buckle, Taine, Augusto Comte, Agassiz, que lhe atraíram a atenção para aspectos da vida, que antes poderiam ter sido considerados abaixo da dignidade de um livro de história. Há muita coisa reveladora de Capistrano de Abreu, naquele trecho de artigo, quando escreve, a respeito de Varnhagen:

«Acrece, enfim, que espírito introspectante, natureza subjetiva, determinada antes por impulsos íntimos que influências extrínsecas, Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessa — o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta de espírito plástico e simpático — eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A História do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente».

E ainda dizia:

«É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que, nos últimos anos, se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, êle não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem êle as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito, de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores recipocamente. Êle poderia excavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos; compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem conseguia».

Não conheço nada mais preciso e mais informativo que êsses trechos, para indicação da concepção de história de Capistrano de Abreu. O trecho final dos *Capítulos de História Colonial* pretende, assim, valer pelas duas ou três leis, a que êle se reporta. Mas quem o examinar, concluirá que é mais uma síntese de fatos,

do que regras para a regência do suceder histórico, como desejavam, ou pretendiam, os positivistas. De resto, da obra histórica de Capistrano de Abreu se poderia dizer o mesmo que êle argüia a Varnhagen: que se preocupara demasiadamente com a excavação de documentos e a verificação de sua autenticidade, do que com as generalizações que os abrangessem e explicassem. Mais histórias do que História, como várias vezes lhe disseram.

Daí se pode inferir que uma coisa é falar em filosofia da história, ou em métodos e leis de historiografia, e outra coisa é aplicá-las nos assuntos estudados. O que se vê comumente é que os generalizadores de ofício não costumam pesquisar e que os pesquisadores, quando entregues à sua faina, esquecem a preocupação das grandes leis normativas da vida das sociedades. Embora tenhamos também que reconhecer que não faltam sínteses magistrais, na obra de Capistrano de Abreu. A questão é procurá-las, ou deixar que apareçam.

Mas há também a considerar que essa maneira de agir do historiador, tão perto ainda de suas leituras de Buckle, vem confirmar aquêlê conceito, de que nos fala Leslie Stephen, a de que a influência de Buckle não se fizera sentir na obtenção de novos resultados nas ciências históricas, mas viera popularizar a crença na possibilidade de aplicação de métodos científicos ao tratamento dos assuntos históricos. Observara Collingwood que a historiografia do século XIX aceitara a primeira parte do programa positivista, embora houvesse declinado da segunda, que era o descobrimento das leis. Poder-se-ia recordar o episódio atribuído a Ranke e de que nos dá notícia o livro de Gooch. Censurado pelo fato de não revelar grande interesse filosófico e histórico — a Capistrano também averbaram de ausência de lastro filosófico — Ranke respondia, sorrindo, que fôra precisamente isso o que o conduzira à História.

O que acontecia com o nosso historiador era um pouco diferente. Não desdenhava as construções doutrinárias e vimos que exaltava os benefícios da Sociologia. É verdade que mais tarde êle poria em dúvida essa convicção, numa carta, em que se referia a um artigo de Rui Barbosa, que êle havia lido ainda no Ceará e que lhe deixara boa impressão, o que de resto não era freqüente nêlê, em relação aos trabalhos do orador baiano. Procurando explicar os motivos dessa quase exceção, que a êle próprio surpreendia, observava que no tal artigo «senti reflexos do modo de discutir de Stuart Mill, Spencer e Buckle, que naquele tempo lia muito, sem entender; hoje, não os entendo, nem leio». Dizia isso em 1919, mas o certo é que sua obra histórica foi construída, na sua parte principal, mais perto dessas leituras e dessas influ-

ências, nem o tom da carta parece livre de alguma intenção irônica, tanto de seu feitio. Não me parece contestável que Capistrano de Abreu desejasse a construção de sínteses amplas e compreensivas, que êsses mestres de mocidade, e seus comentários a Varnhagen, apontavam como o verdadeiro interesse da história. Mas quando êle, com o seu espírito adestrado pelo conhecimento das ciências naturais, com os métodos aperfeiçoados pela historiografia do século XIX, com o rigor de análise e a segurança de interpretação, que permitira aos mestres germânicos a restauração da história romana, ou da história medieval, quando êle, assim armado cavaleiro, para os misteres da historiografia, se encontrou com os fatos e a documentação de nosso passado, é que se tornou mais viva aquela impressão, que já se revelara nos artigos sobre Varnhagen: a de que não havia nada mais temerário do que procurar levantar, sobre bases assim precárias e discutíveis, construções definitivas.

### O EQUILÍBRIO ENTRE OS SILENCIOSOS E OS TAGARELAS

Nessa altura, o entusiasta, que nos primeiros artigos a respeito de Varnhagen, em 1878, considerara possível a tarefa generalizadora, «cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro», já havia mudado de parecer, como já o revela, quatro anos mais tarde, na segunda série de artigos a respeito do mesmo Varnhagen. Os quatro anos de estudo na Biblioteca Nacional, em contacto com as suas coleções e os seus manuscritos, influram poderosamente no seu espírito e na sua orientação de historiador. O conhecimento da historiografia do século XIX, o aperfeiçoamento dos métodos de investigação, a afinação de suas qualidades pessoais para a função de pesquisa e de crítica, a revisão da obra de Varnhagen, para as anotações da 3ª edição, haviam revelado as falhas, de certo naturais, no esforço ciclópico do historiador paulista. Em 1920, Capistrano de Abreu já podia escrever a João Lúcio de Azevedo:

«A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiada».

Por mais restrições que se pretenda fazer a essa obsessão da documentação e da verificação — e estão aí os reparos tão vivos de Toynbee, ou as observações agudas de Ortega y Gasset, a respeito da super-estimação da técnica e da necessidade de lhe



antepor outra técnica, de grau mais elevado, qual seja a ontologia da realidade histórica, o estudo *a priori* de sua estrutura essencial, o certo é que sem êsse esforço de documentação, a história acaba sendo aquêlê trabalho de tesoura e cola, vivamente verberado no livro póstumo de Collingwood, tão conforme, nesse ponto, com a sátira de Voltaire a respeito do Abbé Trublet.

Embora também a pesquisa não seja evidentemente tudo. Os franceses costumam dizer que «l'outil certes, ne fait pas la science». Sabemos o uso que as personagens do romance de Flaubert, Bouvard et Pécuchet, fizeram das regras do *Cours d'études historiques* de Daunou.

Nas ciências naturais, ninguém se atreveria à sustentação de hipóteses, ou doutrinas, antes da verificação minuciosa dos fatos que as apoiassem. Como podemos entender, na ciência histórica, tão falível, ou tão sujeita a fatores perturbadores, a construção de teorias — que a tanto haviam de equivaler as explicações — sem a segurança das provas, que as elucidassem, ou fundamentassem? Era o que havia de sentir Capistrano de Abreu, exigente, nesse particular, como quem mais o fôsse. Não perdoava os livros escritos às pressas, sem o cuidado ou o escrúpulo da investigação e da crítica. A um historiador, censura o fato de estar sendo pago a tanto por página, o que o levava a estender as suas narrativas. A Pereira da Silva, que um roceiro apontava, segundo Oliveira Lima, como sendo o nosso «historiador oficial», Capistrano de Abreu averba de ser um cicerone tão descuidado e infiel, que não merecia fê. Melo Moraes, para êle, não passava de um colecionador. E nenhuma afeição o detêm nessa magistratura inflexível em que reponta a rudeza sagrada do sábio. Do próprio Calógeras, a quem estimava profundamente e a cujos méritos não regateava louvores, dirá, com a precisão de sempre: — «Muito estudo, muito material, pouca nitidez. Trabalha com demasiada rapidez, dez a vinte páginas por dia». Livros assim, no seu entender, por mais valor que tivessem os escritores, não chegavam a cristalizar-se.

De Capistrano de Abreu nunca se poderia dizer o mesmo. Fizeram-lhe, freqüentemente, a crítica oposta, a de que se dispersava em notas e apreciações, quando deveria compor livros mais ordenados. E aos que assim o interpelavam, respondia tranqüilo na sua consciênciã e na sua probidade de historiador:

— A galinha não ajunta os ovos que vai pondo.

Conta João Ribeiro que uma vez lhe havia perguntado por que não lia menos e não escrevia mais. Respondeu-lhe Capistrano que havia já quem escrevesse de mais, lendo muito menos. «Senti



o remoque, comenta João Ribeiro, que não vinha a mim, reconhecendo a necessidade de equilíbrio entre os tagarelas e os silenciosos. Nesse tempo, eu escrevia pouco. Contudo, lastimo que ele não quisesse escrever tôda a nossa história e só ele poderia fazê-lo com autoridade. Fez, todavia muito».

## HISTÓRIA PARA UMA FASE DE TRANSIÇÃO

E se não fez mais, se não chegou à elaboração de uma História Geral, não podemos desprezar os motivos que alegou. Na segunda série dos artigos a respeito de Varnhagen, mostrara Capistrano de Abreu o trabalho formidável realizado pelo historiador, num país, como o nosso, de arquivos devastados e de monografias alinhavadas precipitadamente. Varnhagen, lembrava êle, achou-se na situação descrita por Alexandre Herculano: «teve de fazer quase tudo, e para tanto não são as forças de um indivíduo». É por isso, acrescentava, que pensamos, como Lisboa, que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora, o que se precisa é de monografias conscienciosas». Aponta as lacunas ainda existentes, a falta de uma história das sesmarias, das municipalidades, dos bandeirantes, dos jesuítas, ou das minas. «No Brasil, escreve Capistrano, não precisamos de história, precisamos de documentos, uns 80 volumes como os da *Revista do Instituto*», espécie de Monumenta Brasiliæ Histórica, sugestão, ou reflexo, dos escritores germânicos.

Na sua correspondência, volta a essas impressões, em 1916 — quase 25 anos depois dêsses artigos — para explicar por que motivo aceitou o convite de um livreiro, que lhe propunha fazer uma edição anotada de Varnhagen:

«Aceitei em princípio, porque, com os documentos mais ou menos conhecidos, não se pode fazer obra inteiramente nova e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar êste período de transição».

Não se contentaria com o esforço de re-elaboração dos fatos, restrito à documentação conhecida e às interpretações já preparadas. Não ignorava, de certo, que a história é uma re-criação. Como nos mostra Benedetto Croce, a história, que se chama, ou se pretende chamar não contemporânea, ou passada, é também contemporânea e não difere da outra em coisa alguma. Só um interesse da hora presente nos inspira, ou nos orienta, no estudo das coisas passadas, a menos que os historiadores pudessem vir consignados à categoria ibseniana dos «revenants». Mesmo

assim não é possível abstrair ou desprezar o documento, o que vale dizer a autenticidade, ou a expressão do testemunho. O historiador que assim procedesse se equipararia ao jornalista, que não soubesse escolher seus informantes, ou ao juiz, que não estivesse prevenido para apurar a exatidão dos depoimentos. No caso de Capistrano esses problemas se agravavam, pelo fato de haver conhecido, no exame detido da obra de Varnhagen, a precariedade de muitas de suas afirmações, não obstante o alto mérito e a indiscutida probidade do investigador. Varnhagen, diz êle, era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes concluo de modo diferente dêle; outras, noto que êle deixa o substancial para apegar-se ao acessório».

Essa necessidade de revisão das fontes era um traço de seu temperamento, de sua formação ou, mais precisamente, de sua personalidade, que se não contentava com as impressões e as críticas estranhas. Era o que êle próprio classificaria como impossibilidade «de beber no cano, podendo beber na fonte».

Essa atitude não revela apenas prudência, ou uma desconfiança instintiva; ela indica, também, seus escrúpulos de homem de bem e sua perfeita devoção à verdade. Nesse particular, torna-se cada vez mais exigente e parece-lhe tão precário, ou insatisfatório, o que êle próprio acaba de escrever, que não resiste à confissão desalentada: «Quando faço alguma coisa, sinto, diante do produto, impressão que deve assemelhar-se à da parturiente diante das secundinas: alívio e nojo».

## FREI VICENTE DO SALVADOR

Nem se limitou Capistrano de Abreu aos escritos que elaborou. Na crítica de restituição e de procedência, na eurística, na hermenêutica, haveria muito o que dizer de sua contribuição para a nossa história. Esse é, porém, o tema de outra conferência, a cargo de um espírito «sumamente competente», para usar, em relação ao conferencista, Sr. José Honório Rodrigues, a classificação que Rio-Branco empregara em relação a Capistrano de Abreu.

Mesmo assim, numa conferência a respeito de Capistrano — Historiador, não poderia omitir um episódio, que muito esclarece seu feitio de pesquisador e sua paixão pelo esclarecimento de nosso passado. Refiro-me ao caso do manuscrito de Frei Vicente do Salvador.

Era ao tempo dos trabalhos preparatórios para a Exposição de História, que a Biblioteca Nacional deveria inaugurar a 2 de dezembro de 1881, comemorando o aniversário do imperador. Capistrano de Abreu era, a esse tempo, funcionário da Biblioteca e

nos vai contar como, poucos dias antes da inauguração, tiveram, todos os que ali trabalhavam, a mais agradável das surpresas.

«Tínhamos bem presentes, diz êle, as poucas linhas de Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana e os trechos de Jaboatão no Novo Orbe Seráfico Brasileiro, relativos a Frei Vicente do Salvador e sua obra; sabíamos do exemplar de sua história, folheada por Varnhagen, quase adolescente ainda, na Biblioteca das Necessidades, em Lisboa e sumido ainda hoje; conhecíamos o capítulo avulso descoberto por João Francisco Lisboa na Torre do Tombo, identificado e impresso por Varnhagen em 1858, na Revista Trimestral do Instituto Histórico. Depois da última data, nem a obra, nem o nome do autor emergiam mais do mistério».

Como lhe chegou, afinal, êsse códice precioso? Capistrano nos conta, numa das cartas: «Um dia, disse êle, entrou-nos pela casa a dentro. Foi adquirido em leilão por um alfarrabista, que por êle pediu 200\$ a um amator de livros. Êste dispunha e dispõe de numerário, mas regateou e o livreiro ofereceu-o gratis à Biblioteca. Ainda existe êste benemérito; de vez em quando vou visitá-lo na rua General Câmara».

Chamava-se João Martins Ribeiro, o alfarrabista. Das impressões que sentiu Capistrano diante do manuscrito, dirá êle a João Lúcio de Azevedo:

«A impressão que lhe deixará Frei Vicente não pode ser igual à minha, pegado de supetão, folheando um livro, de cuja existência não tinha certeza. Revivi a emoção do humanista da renascença, diante de um códice ressuscitado da antiguidade».

O achado não era tudo. Impunha-se divulgar o precioso manuscrito, o que não dependia apenas de Capistrano, nem do alfarrabista generoso. Ramiz Galvão não estava mais na direção da Biblioteca e seu sucessor não se convencia da necessidade, ou conveniência, daquela divulgação. Aí Capistrano se obstina e faz questão de publicar o códice, aos poucos, no *Diário Oficial*, guardando a composição para o livro futuro. Mas como iniciar a divulgação, se o diretor da Biblioteca não lhes dá a autorização indispensável?

Capistrano não se intimida, nem recua. Sabe que existem manuscritos em Portugal e escreve a Lino de Assunção, para que contrate alguém e lhe remeta cópia do códice da Torre do

Tombo. E quem vai pagar o copista? O próprio Capistrano, associado a Vale Cabral. Tiram de seus ordenados, isto é, dos magros recursos de suas famílias, o suficiente para essas remessas regulares, mais fáceis, apesar de tudo, naquele tempo, quando ainda não havia Cexim. A 23 de julho de 1885 chegam os primeiros cadernos da cópia encomendada e Capistrano não perde tempo. Entrega-as de imediato no *Diário Oficial*. Três capítulos foram assim divulgados, sem demora e sem intervalo, o que não impedia que várias pessoas fôsem ainda «amolá-lo» — a expressão é dele — pedindo a continuação da publicação. Capistrano comenta, sem poder esconder o júbilo:

«Bilontas! exclama êle. Esperaram 259 anos e não querem agora esperar o intervalo de um a outro paquete».

A manobra, que faria lembrar Caxias na marcha com que flanqueou as fortalezas paraguaias, obrigara o diretor da Biblioteca à rendição. Em 1889, no volume 13 dos *Anais*, divulgava-se finalmente todo o manuscrito. Confrontando mais tarde as duas cópias, reeditaria Capistrano a obra de Frei Vicente do Salvador, ajuntando-lhe *Prolegômenos*, em que condensava um saber minucioso e profundo, revestido, muitas vêzes, pelo rigor das sínteses, como pela acumulação de conhecimentos, da feição de verdadeiros esquemas preciosos e insuperáveis no saber e na autoridade.

Desde o momento do achado do manuscrito, em 1881, até a edição de 1918, Frei Vicente do Salvador é o assunto mais constante da correspondência de Capistrano de Abreu com Lino de Assunção e com João Lúcio de Azevedo. Pela constância da preocupação, quase da obsessão, pode-se dizer que a intimidade entre Frei Vicente e Capistrano durou perto de quarenta anos.

## CARDIM, ANTONIL E AS CARTAS JESUÍTICAS

Outra preocupação de Capistrano de Abreu foi a edição das obras do Padre Fernão Cardim, cujo exemplar eborense conseguiu que Paulo Prado mandasse copiar e cuja autoria soube restabelecer, de maneira irrefutável, concluindo, assim, quanto à publicação dos manuscritos, tarefa iniciada por Varnhagen.

Pertence ainda a Capistrano de Abreu a iniciativa para a reedição dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, identificando-lhe o autor em Ambrósio Fernandes Brandão, que seria o «Brandônio» da narração.

Função decisiva lhe coube, também, na descoberta, crítica e divulgação das Cartas Jesuíticas, que Varnhagen não chegara a decifrar de todo.



Na periodização de nossa história, Capistrano de Abreu, como nos mostra o Sr. José Honório Rodrigues, soube «pôr em relêvo as formas e os motivos fundamentais econômico-sociológicos de cada período individual», deixando «em aberto as relações de comportamento entre êsses fundamentos e as super-estruturas ideais».

Por fim — para não citar outros méritos e outros benefícios de sua ação — coube também a Capistrano de Abreu decifrar o criptograma, com que um provincial dos jesuítas, João Antônio Andreoni, se ocultara sob o nome de André João Antonil, autor da famosa *Cultura e Opulência do Brasil*, que figura entre os livros mais notáveis para o conhecimento de nossa terra, em fins do século XVII. Em carta a Afonso de Taunay, êle conta o acaso da descoberta e acrescenta uma nota pitoresca, que convém recordar.

«Um dia, conta Capistrano, trabalhava na Biblioteca Nacional, a poucos metros de Cabral, quando me veio a lembrança. Levantei-me, disse a Cabral: V. vai morrer de inveja. Fui ao Baker, procurei S. V. Andreoni: lá estava o bicho! Cabral e eu celebramos condignamente o sucesso, ou jantando juntos, ou tomando cerveja no Passeio Público até as horas de fechar».

Noutra carta, precisará êle: — «perdêmo-nos em cerveja marca barbante e conversas sem fim, até que os guardas nos despediram». Limitamo-nos a alguns aspectos, os que nos pareceram mais destacados, dessa atividade de Capistrano. Vê-se, pelo que apontamos, que os jesuítas não tiveram maior entusiasta, nem mais lúcido defensor, que êsse espírito trancado ao sentimento religioso, que êsse agnóstico tranqüilo, que fazia questão de acentuar que não era ateu, mas nem por isso permitia que se reduzissem as distâncias, que o separavam da fé católica. Pode-se dizer que se deve ao historiador cearense, além da recuperação de tantos trabalhos de jesuítas, o reconhecimento público da benevolência dos Nóbregas e dos Anchieta. Os filhos de Santo Inácio souberam compreender essa influência e corresponderam a essa justiça, que lhes vinha sem interêsse e sem subordinação espiritual. Narra Capistrano que foi visitá-los. «Precisava consultar os *Monumenta Historica*, que a Biblioteca Nacional não possui. Receberam-me como um príncipe, ou um embaixador. Boa gente! Afinal, que é que lhes lançam em rosto? Ter inventado o americanismo, antes dos yankees».



## O CASO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Como explicar, entretanto, que êsse agnóstico irreductível soubesse fazer assim justiça aos jesuitas, e não se mostrasse compreensivo diante da Inconfidência Mineiro, que chegou a omitir nos *Capítulos de História Colonial*?

Capistrano censurara a Varnhagen a severidade e a prevenção, com que encarara os pródromos de nossa emancipação política e os ensaios de afirmação nacional. «Para êle, dizia, a Conjuração Mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conspiração baiana de João de Deus um cataclisma, de que rende graças à Providência por nos ter livrado; a Revolução Pernambucana de 1817 uma grande calamidade, um crime, em que só tomaram parte homens de inteligência estreita, ou de caráter pouco elevado». Apesar dessas palavras, êle parece também incorrer na mesma crítica, que formula contra o autor da *História Geral* e da *História da Independência*. Segundo o Sr. Taunay, Capistrano explicara a Martim Francisco que não fôra voluntária a omissão da Inconfidência nos *Capítulos de História Colonial*, mas resultara da pressa, ou do açodamento, com que tivera de concluir o trabalho, em cima do prazo da encomenda.

Seria aceitável essa explicação, se nos próprios *Capítulos*, na parte em que deveria aparecer o episódio da Inconfidência, não houvesse escrito Capistrano os trechos que lá se encontram. Refere que um outro leitor de livro estrangeiro podia falar, naquela época, isto é, em fins do período colonial, na possibilidade da independência futura, mas que não se inquiria «o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas concretas. Preferiam divagar sôbre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu». E conclui: — «Sempre a mesma mandriice intelectual de Bequimão e dos Mascates!»

Não havia, apenas, omissão da Inconfidência. O caso era mais sério e revelava antes uma crítica que um esquecimento. Podia ser justo o reparo, mas não levava em conta aquêlê complexo colonial, que êle próprio soubera destacar de maneira tão lúcida. Nem as revoluções podem ser arquitetadas e executadas com essa eficiência desejada. São antes explosões, ou protestos, em que geralmente se pensa mais naquilo que se pretende corrigir que nas tarefas de construção. Nem por isso serão menos dignos de estudo e admiração os que se expuseram aos riscos dos levantes e lhes sofreram os castigos, revelando inconformidade que, por si só, já era merecimento.

Temos aí uma prova de que os historiadores melhor aparelhados para a sua missão, nem sempre conseguem fugir à tirania de seus sentimentos pessoais. O que inspirava a Varnhagen era uma excessiva fidelidade à coroa e à família real. Mas o que ditava as páginas, ou forçava as omissões de Capistrano, era uma antipatia incoercível a tudo que há de incoerência e de anárquico nos movimentos coletivos, o que se poderia classificar como a sua hostilidade à praça pública. Nem por isso, quando há tantas qualidades para compensação, deixarão de merecer homenagens êsses historiadores, pois que êsses defeitos, examinados de perto, acabam parecendo que são menos dêles que da própria contingência humana.

### ESPÍRITO GREGÁRIO

Outro aspecto do historiador, a ser salientado, é seu espírito gregário, o sentido do trabalho de grupo. É certo que se fala muito na misantropia de Capistrano de Abreu, citando-se-lhe a resposta famosa, quando convidado, pelos fundadores da Academia de Letras, para se incorporar à ilustre companhia, retrucara: «Basta-me pertencer à sociedade humana, para a qual não fui convidado».

Aqui mesmo, neste Instituto Histórico, poder-se-ia ter impressão de sua insociabilidade. Eleito para o quadro de sócios efetivos de 1887, elevado a sócio honorário em 1913, não parece ter tomado maior interêsse pelas reuniões e trabalhos desta casa. Em escrito recente, o Sr. Rollie Popino recorda que, nos quarenta anos, em que Capistrano de Abreu esteve no Instituto Histórico, só publicou dois artigos sob os auspícios dêste sodalício, ao passo que Varnhagen, em 33 anos de sócio, figurou na Revista com uma contribuição de 32 artigos.

Mas é preciso considerar que o que Capistrano de Abreu detestava não era o convívio humano, mas sim o cerimonial das entidades mais ou menos solenes, as convenções e o ritual da vida associativa. E vamos convir em que tinha, para isso, razões atendíveis. Se, apesar de tãda a despreocupação de seu vestuário e da desordem de sua vida, como já se observou, o grotesco não o atingiu, qual teria sido, porém, o efeito de sua presença em ambientes adversos a essa liberdade de indumentária? Quem consegue imaginá-lo de fardão acadêmico, com o chapéu de dois bicos e o espadim de punho de madrepêrola?

Mas inferir dessa animadversão ao cerimonial e ao convencional uma tendência misantrópica, seria profundamente falso. Ninguém cultivou maior número de amizades, que o acompa-

nharam fiéis e devotadas, até que a morte-as viesse interromper. Não sei de ninguém que encontrasse maior facilidade que Capistrano de Abreu, para as longas estadias na casa dos amigos, como fazia com Domingos Jaguaribe, Martim Francisco, Paulo Prado, Assis Brasil. Excetuadas, porém, duas ou três amizades, tudo o mais se articulava em tórno dos interesses históricos, quando êle exercia uma função, que não era tanto de mestre, como sobretudo a de animador. Calógeras exaltou êsse trabalho proficuo, dizendo num precioso depoimento:

«Nunca houve prodigalidade mais fabulosa que a dos tesouros mentais de Capistrano. Êsses, nem sequer reservava aos afeiçoados. Bastava consultar e pedir; como no Evangelho, batia-se à porta e esta se abria. E eram livros próprios emprestados; outros que ia buscar para transmitir ao postulante; trabalhos inéditos entregues sem reserva. Interessava-se pela obra iniciada. Pedia provas para rever. Guiava pesquisas. Seu nome nem sempre era citado: exigia mesmo que o occultassem. Incomparável suscitador de energias, mudava em ouro de lei quanto seu talento privilegiado tocava. Promoveu indagações. Foi pai espiritual de série imensa de esforços mentais de discípulos inúmeros».

Detesta, por isso mesmo, os que considera egoistas, os que silenciam quanto às fontes em que se abeberaram, os que escondem, ou negam documentos, quando outros dêles precisavam. O próprio Barão de Studart, seu condiscipulo do Ateneu Cearense, seu amigo, pesquisador eminente, cujos altos méritos nunca deixara de exaltar, incorre, certa feita, na sua censura, quando esquece documentos, que poderiam vir esclarecer problemas suscitados em tórno da figura de Antonil. Varnhagen também não lhe conquista louvores, quando cala as fontes utilizadas. De Melo Moraes nem é bom falar. E a propósito de todos êsses, que inclui no grupo dos «clandestinos», seu espírito sarcástico lhe sugere a história, que narra, certa vez, na sua correspondência:

«Contou-me alguém que indo visitar certo historiador — e ainda o conheci, falei-lhe algumas vezes — encontrou-o queimando papéis. Que é isso, Dr.? perguntou-lhe. — Documentos, quem quiser lê-los, há de vir aos meus livros».

Misantropia, tudo isso? Evidentemente não. Prefiro classificá-lo entre os homens profundamente gregários, nem sei de quem

procurasse melhor acompanhar e servir aos amigos. Por isso, quando a morte sacrificia alguém de sua intimidade, sai do âmago de seu coração essa exclamação sombria: — «Quanta coisa já está morta para mim!» E acrescenta, de certo que muito tarde: — «Os jesuítas tinham razão: nada de amigos íntimos».

### CAPISTRANO HISTORIADOR

Eis aí o Capistrano de Abreu — Historiador. Quando lhe acompanhamos de perto a vida, quando lhe seguimos as preocupações e a atividade espiritual, é que podemos sentir sua fidelidade à História, que não foi, para êle, uma ocupação, dessas que enchem o tempo, nem uma evasão, dessas, muito usadas, que são como biombos para dissimular realidades mediocres. Não, em Capistrano de Abreu a História foi uma paixão absorvente.

Sentimos essa verdade em tôda a sua obra, mas ainda mais vigorosamente na sua correspondência, quando vemos como se misturam os assuntos, os históricos e os afetivos, e como se cruzam e se reúnem criaturas, ou personagens, que os séculos acreditavam separar. O mundo de Capistrano de Abreu era assim formado de uns e de outros, dos filhos, dos amigos, como também dessas figuras que êle seguiu anos e anos, Nóbrega, Anchieta, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador, Andreoni, Claude d'Abbeville, Varnhagen e tantos outros. Há também, nessas figuras, os íntimos, as personagens de sua afeição, como os outros, mais distantes, as relações de cerimônia, as de simples cumprimento, como dizia Voltaire, e ainda o grupo negativo, aquêles com quem êle não conseguia se entender, os antipáticos, os desprezados e até mesmo os inimigos pessoais. Sim, porque também os havia, tanto num domínio, como no outro, em relação aos vivos e em relação aos mortos, embora não ache muito preciso falar em mortos, num caso em que Capistrano os considerava às vêzes mais vivos que as outras pessoas, que o visitavam e o prezavam, ou que o combatiam ou desdenhavam. Mas se fôssemos procurar as razões dessas antipatias, ou dessas amizades, no presente, ou no passado, verificaríamos que ainda aí continuaria, no espírito do historiador, a confusão ou a identidade dos dois planos. O que Capistrano de Abreu detesta nos vivos não é o mal que lhe hajam feito, ou a desestima que lhe manifestem. Não sente essas farpas, não chega a aperceber-se delas. O que êle combate, e o que podemos dizer que odeia, é a falta de sinceridade na apreciação, é a leviandade na crítica, é a improbidade no trabalho. Como o que êle abomina, nas personagens históricas, é a hipocrisia, a deslealdade, a concussão, a covardia. No fundo, não admite



manifestações que afeiem a História, que a desnaturem, ou que a conspurquem, como não tolera, nos vivos, os desserviços à historiografia.

Já na antipatia, há prevenções nem sempre explicáveis. Coisa curiosa, nesse homem quase selvático, indomável, rebelde, afrontando convenções sociais com indiferença e desdem, coisa curiosa, dizia eu, a má vontade com que encara a ação dos que se batem pelas liberdades públicas. Não que seja sempre a favor dos governos. No plano do presente, como no plano histórico, há estas distas que êle exalta, outros a que condena e fustiga. Mas tudo que lhe pareça, como hoje dizemos, populismo, lhe soa falso, como se fôsse insincero, quando há que distinguir entre o populismo de cálculo e o outro feito de permeabilidade natural ao sentimento, ou aos impulsos das coletividades. A má vontade, com que Capistrano encara Rui Barbosa, só se equipara às restrições, com que acompanha o Padre Antônio Vieira, talvez o único jesuíta, que lhe não consegue conquistar a afeição, por lhe parecer, como êle diz, «uma mentalidade restrita e macerada na lógica formal». No fundo, há em Capistrano uma aversão natural contra a oratória, que lhe parece mais artifício do que ação, mais teatro do que propriamente alma. Mas ainda mesmo nessa manifestação, o que o guia é um aspecto da paixão de historiador: o horror às aparências, a procura obstinada das realidades.

Nessa mistura de planos — o histórico e o da vida presente — succede, às vezes, que êle declara haver encontrado algum velho conhecido. Pensaríeis, de imediato, em algum condiscipulo dos educandários cearenses ou dos cursos de preparatórios do Recife. E vemos surgir Bruzo de Espinosa, capitão de entradas no século XVI! Por isso, na sua correspondência, há trechos assim: — «Tenho tido um incômodo aborrecido. De repente, à hora do almoço, sinto-me mal! deito-me, vem febre, delírio... amanhã bom. Acho que o Valdez confundiu o 3º volume das Denúncias...»

A anedota, recordada pelo Sr. Rodrigo Otávio Filho, e na qual se mostrava o desgosto de Capistrano de Abreu, ao saber do mau procedimento da mãe de Frei Vicente do Salvador, tem, assim, sua explicação natural. Não houve ninguém que tivesse convivido mais com o historiador cearense que o autor daquelle manuscrito, que entrara Biblioteca a dentro, nas vésperas da Exposição de história.

Essa mesma história, que lhe deu tantos amigos, sobretudo nos séculos XVI e XVII, servia-lhe, também, de consolação, na hora difficil, em que perde o filho estremecido, êsse Abril, de



quem êle fala numa carta sóbria, que se diria escrita pelo Conselheiro Aires. Recorda a figura do filho, a alegria de uma convivência insubstituível, as qualidades que o distinguiam, para realçar o vazio que deixava. «De mim, direi apenas que volto desencourado». E passa, no parágrafo seguinte, aos assuntos históricos, comunicando que está remetendo livros e documentos, que João Lúcio de Azevedo lhe pedira...

Por êsse tempo, começa a visitá-lo a idéia da morte, em que êle não enxerga senão a interrupção de seus trabalhos, sobretudo dêsse gosto pela leitura, que é ainda o mesmo daqueles tempos das excursões ao morro do Corotá. Com o pitoresco de sua linguagem, dirá Capistrano: «Antes de ir ver o capim crescer pela raiz, desejaria passar os olhos pela papelada de Pernambuco», reportando-se a Consultas do Conselho Ultramarino, de fins do século XVII.

Numa das últimas cartas de 1927 — ano de sua morte — não fala no seu estado de saúde. Refere-se ao aparecimento das primeiras folhas do *Diário de Pero Lopes de Sousa* e à publicação do livro de Calógeras, a respeito de nossa política exterior. Conta que o livro de Tobias Monteiro chegou e está à venda. Tobias Monteiro manifesta seu desejo de que Capistrano escreva alguma coisa, para comentário da obra que acabava de publicar. Escusa-se o cearense, explicando: — «Dei por mim Calógeras. Escreverei mais tarde, se sobreviver a Pero Lopes».

Sobreviveu a Pero Lopes, pois que o *Diário da Navegação*, com as excelentes anotações de seu discípulo Eugênio de Castro, concluiu sua impressão, como se lê no volume, a 11 de junho de 1927. Capistrano prefaciava o volume, por intimação de Paulo Prado.

Assim até os últimos momentos de sua vida. Na véspera da morte, a visita do Padre Leonel da Franca lhe dá oportunidade para recordar o Padre Madureira e a ação de seus amigos jesuítas. A voz já é débil, velada; em seguida, será o grande silêncio.

Por isso vos dizia que Capistrano — Historiador era, a bem dizer, todo Capistrano. A História foi tudo para êle, trabalho e divertimento, cadeia e evasão, tormento e consôlo, preocupação e alegria. Ela é que lhe encheu os dias de isolamento e viuvez; que lhe escolheu os amigos, que lhe ditou as cartas mais íntimas. Ela, ainda, a benfeitora tranqüila, que guardou o seu nome para a posteridade e nos foi buscar, a todos nós, em nossas casas, para esta homenagem à sua memória.

De Varnhagen historiador, escreveu Capistrano de Abreu que a sua figura se destacava «do meio dos contemporâneos, com

a estatura elevada, com a fisionomia dura, com os olhos em que cintila o sentimento de superioridade, empunhando a férula do decurião: — Mãos a bolos! Mãos a bolos! É preciso dar, e reconhecer nêlo o Mestre».

De Capistrano se poderá dizer que não é menor a autoridade, nem menos apreciável a contribuição deixada para o esclarecimento de nossa história. É preciso reconhecer que êle, e Varnhagen, continuam a ser os mestres por excelência, pela segurança do trabalho realizado, como pela documentação descoberta, revista, criticada. Sòmente que não imaginamos Capistrano na atitude em que êle viu o Visconde de Porto Seguro, de férula em punho, a exigir Mãos a bolos! Mãos a bolos!

Capistrano de Abreu é infinitamente mais humano. Todavia, não esperemos dêle nenhuma indulgência com o êrro, com a leviandade, com a superficialidade dos estudos. Sua indignação seria a mesma de Varnhagen, embora pudesse preferir, em lugar da férula do centurião, a vivacidade de um comentário contundente, ou o sarcasmo pitoresco e viril, o sarcasmo que será sempre, em nossa historiografia, o sinal característico de seu gênio, o sulco profundo dêsse homem que parecia ter trazido, do fundo do sítio de Columinjuba, as revoltas e os protestos dêsse Nordeste curtido pelos sofrimentos.

## CAPISTRANO DE ABREU E A INTERPRE- TAÇÃO DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

Sr. Presidente,

Stuart Mill definiu muito bem aquilo que chamou *a sensação possível duma sensação*. Dizia o pensador inglês que nunca tinha estado em Calcutá; mas pelo que lhe haviam contado e pelo que havia lido sobre essa cidade da Índia, bem como pelas estampas que representavam seus vários aspectos, fazia da mesma uma idéia mais ou menos verdadeira. Acode-me esta consideração filosófica ao espírito, ao recordar que, antes de conhecer pessoalmente Capistrano de Abreu, cujo centenário estamos comemorando, já o conhecia mais ou menos como de verdade era, tinha de sua pessoa a sensação possível duma sensação, pelo retrato falado que dêle me faziam no meu ambiente familiar, desde a mais tenra idade. Poucas figuras cearenses afastadas do Ceará foram mais íntimas da minha infância e da minha adolescência.

Desde os mais verdes anos, quando ia nas férias à velha e tranqüila cidade do Maranguape, antiga aldeia potiguar aninhada no sopé de alta serra verde, para tomar os cavalos que, através do desfiladeiro da Craussanga, entre ela e a serra da Taquara, me levariam ao sertão dos Ratos, banhado pelo rio Ceará, ou, quando ali freqüentava a casa do vigário, meu primo, o Padre Vicente Salazar da Cunha, que me batizara, ou, ainda, quando passava dias na povoação da Jubaia e visitava a casa dos Paulos, na do Trapiá, avistava à distância, batido da luz intensa, surgindo do solo agreste, coberto de vegetação, o serrote do Columinjuba, do Caboclinho Amarelo, em cujas cercanias ficava a velha casa rural onde nascera Capistrano de Abreu. Aquela paisagem, que nitidamente conservo na memória e ainda o ano passado revi com agradável emoção, apresentava-se à minha alma juvenil e ansiosa por desferir o vôo longe da terra natal, em busca de ilusões hoje desfeitas, marcada com um sinete especial pela frase que muitas vezes me repetiam :

— Ali nasceu Capistrano de Abreu !

Falava-se em minha casa constantemente no Padre Braveza que o batizara, nas famílias maranguapenses suas contemporâneas e nas suas próprias esquisitices, glosadas e comentadas a cada passo. De 1875 a 1880, mais ou menos, formara-se em Fortaleza um grupo de moços estudiosos e cultos, que escreviam, poetavam e filosofavam, em tórno de um peregrino talento cedo roubado à vida, Antônio da Rocha Lima, sol dêsse pequeno sistema planetário. Tomara o nome algo pretensioso de Academia Francesa do Ceará e foi o próprio Capistrano quem o descreveria mais tarde em uma bela página literária. Dêle fizera parte com Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, Araripe Júnior, João Lopes, Santos Melo, Xilderico de Faria, Felino Barroso e outros. O último era meu pai e daí o escutar eu desde a idade de razão, entre as quatro paredes do velho sobrado onde fui criado, relatos e reminiscências sôbre Capistrano de Abreu e os demais companheiros da célebre tertúlia.

Conheci intimamente alguns dos homens dêsse tempo e dessa roda, sobretudo meu pai e seu compadre, meu padrinho, o Coronel Antônio Leal de Miranda, que morou conosco algum tempo num sítio que possuíamos no bairro do Benfica, em Fortaleza. Eu ficava horas seguidas em silêncio, como devia pelo respeito aos mais velhos, ouvindo os dois, que eram amigos de infância, parolarem sôbre fatos, coisas e pessoas do passado. Enquanto falavam, eu sonhava na vastidão do meu mundo interior. Meu padrinho evocava cenas e episódios da guerra do Paraguai, que fizera desde o início em Concórdia até cair ferido no estrado da ponte de Itororô, fazendo desfilar ante meus olhos Caxias, Osório, Pôrto Alegre e Sampaio. Meu pai relembrava suas remotas aventuras pelo Jaguaribe e o Cariri, à frente dum destacamento, prendendo cangaceiros, suas viagens ao Rio de Janeiro de antanho e as duas vêzes em que beijara respeitosamente em São Cristóvão a mão de Sua Majestade o Imperador, ou narrava o triste fim de Rocha Lima, que êle acompanhara como um irmão mais velho, referindo-se com saudades aos outros companheiros da Academia, sobretudo o poeta Xilderico, já falecido, e Capistrano de Abreu.

No decurso dessas e de outras palestras, ali ou no velho sobrado, a que compareciam uma vez por outra Rodolfo Teófilo, Joaquim Feijó, Teodoro Nunes, Raimundo Ribeiro, o Desembargador Paulino Nogueira, João Brígido dos Santos, o menino ou o rapaz que as assistia calado foi tomando conhecimento com o mundo e colhendo material para o juízo a formar na idade madura sôbre a geração a que tôdas essas pessoas pertenciam. Elas estavam impregnadas daquelas idéias de livre exame e racionalismo, impulsionadas pela Enciclopédia e vitoriosas com a



Revolução Francesa, da qual, segundo o próprio testemunho pessoal de Capistrano, meu pai falava com os arroubos dum Camilo Desmoulins. As idéias de Comte, de Spencer e de Taine haviam acabado de desnortear êsses espíritos, quebrando nêles as molduras católicas tradicionais e hereditárias, embora sem de todo as poderem suprimir, de modo que os deixaram numa terrível confusão mental, da qual nem êles próprios se davam conta. Era necessário observar de fora, sem paixão, as suas palavras e os seus atos, para se sentir como nêles a cada passo se acentuavam todos êsses contrastes. Sem a compreensão do que tenha sido essa geração da análise e da dúvida, mesmo algumas vezes da negação, não é possível medir com perfeita exatidão a alma e a obra dum de seus mais legítimos representantes, como o foi, sem dúvida, Capistrano de Abreu.

A par dêsse racionalismo, que levava muitas vezes ao positivismo ou ao materialismo puro, senão ao ateísmo integral, atuavam nessas almas os fatôres da raça, as heranças, os atavismos, os complexos formados no meio familiar ou social, os dados e categorias adquiridos pelo contactos e adensados no subconsciente. Todavia, sem exceção, uma virtude sobrenadava nesse caos espiritual, provinda naturalmente dos velhos troncos lusos, cujas raízes se aprofundavam na Idade Média, o culto da honra pessoal, gerando as mais altas virtudes morais. Êsses homens poderiam não acreditar em Deus; criam, porém, na própria dignidade. Isso os tornava incapazes duma ação vil ou indigna, lhes dava o contentamento com o pouco que tinham, o desprezo das honrarias, dos postos e sobretudo do dinheiro, o supersticioso respeito à palavra empenhada. E daí um verdadeiro descaso quanto às exterioridades, ao trajar e ao convívio social, produzindo uma espécie de boemia e mesmo de preguiça contemplativa e romântica, que acabava inutilizando em ócios e conversas fiadas talentos de primeira ordem e primorosas culturas. A análise produzia a dúvida e a dúvida incapacitava para a síntese. A êsses homens a voz geral denominava por isso *filósofos*. Poderiam todos proclamar como o Cyrano de Bergerac de Edmond Rostand: *C'est moralement que j'ai mes élégances*.

Lembro-me sempre de certa feita em que presenciei meu pai e meu padrinho, embalando-se nas rêdes da alpendrada do sítio e discreateando sôbre a delícia do não fazer nada, do *dolce far niente*. Era o elogio da preguiça a que estava assistindo. Para se não dar ao trabalho siquer de pôr o pé fora da rêde, a fim de balançá-la, meu padrinho usava uma vara comprida de castão acolchoado para não doer na mão. Anos mais tarde, quando Virgílio Brígido, no Rio de Janeiro, e Paulo Prado, em São Paulo, me pintavam Capistrano deitado numa rêde a embalar-se e a ler



dias inteiros, eu via com os olhos do espírito uma cena a que por demais estava pessoalmente acostumado.

Assim, pois, o Capistrano de Abreu que vim encontrar na capital da República, quando a ela cheguei com vinte e um anos incompletos, seivoso, alegre e decidido a conquistar meu lugar ao sol, era já meu velho conhecido e não me causou a menor surpresa ou decepção. Não esperava outro homem. Trouxe-lhe uma carta de recomendação escrita por meu pai e cansei-me de procurá-lo, sem nunca o achar, na rua de Santa Luzia, onde, então, morava. Mostraram-mo uma tarde, quando já tinha desistido de entregá-la e nem sabia mesmo o fim que levara, saindo dum café do Largo da Carioca em companhia do Senador Francisco Sá. Meses após, fui-lhe apresentado. Eu já escrevia no *Jornal do Comércio* e mereci-lhe um rápido apêto de mão com um mais rápido: — Como vai seu pai, menino? Nada mais. Sòmente depois que publiquei *Terra de Sol*, que êle elogiou, passou a dispensar-me certa consideração. Estivemos juntos um dia em casa de Paulo Prado, em São Paulo, por volta de 1918. De então por diante ficamos amigos.

Estou a recordar neste instante a sua figura física. Roupas escuras e usadas, roupa branca serzida, mas ambas muito limpas. Gravata preta ao Deus dará. As mangas do casaco meio curtas. Bolsos enchumachados de papéis. Andar ligeiro e um tanto pendido para diante. Estatura regular. Tronco robusto. Cabeça chata de cearense. Rosto largo, de maçãs salientes e olhos miúdos, quase fechados à luz. Os cabelos grisalhos e esgrouviados. Bigode e barba sem trato. Bôca larga e franca. Gestos rápidos, ligeiramente trêmulos. Essa imagem leva-me à cata de outras razões do seu temperamento original que sobremaneira influíram em sua obra, tanto quanto aquelas que já tive ocasião de apontar sobre sua formação espiritual, senão ainda mais.

Descendente, como quase todos os membros das velhas e grandes famílias povoadoras da Capitania do Ceará Grande, de troncos pernambucanos, seu sangue provinha, como as feições nos dizem, de gente do Reino com alguma remota mistura indígena, o que soia acontecer no início da colonização nordestina. Dentro de sua alma, pois, se defrontavam forças européias e forças telúricas, as que vieram de além mar e as que subiam do próprio meio, travava-se mais uma vez o choque inicial entre o luso e o índio, com ausência absoluta do elemento africano posterior. E é isso o que vemos refletir-se em toda a sua exteriorização como cultor da história e da antropologia pátria: a paixão pelo documento que elucida a ação portuguesa na descoberta, conquista, catequese e manutenção da terra, e a inclinação para a etnologia indígena, o estudo de suas manifestações na língua e nas lendas,

quer dizer no pensamento de seus indivíduos. Para o primeiro estudo, Capistrano empoeirava-se nos arquivos, remexia as velhas e bolorentas papeladas, caçava com afinho o documento escrito. Para o segundo, arranjava o indígena vivo — Caxinauá ou Bacairi, metia-o dentro de casa, arrancava-lhe pacientemente os segredos do idioma, as revelações do folclore e o perfume das lendas, tratava-o como o documento humano precioso e único de que podia dispor.

Até Capistrano de Abreu, a nossa história fôra crônica, anais, relatório. Fôra uma história sêca, árida, sem humanidade. Com êle se torna análise viva e documentada da ação do descobridor e colonizador e das reações dos descobertos e colonizados. O Brasil para êle cifrava-se, portanto, naquelas épocas em que se processaram êsses fenômenos. É o Brasil cabralino do século XVI e o Brasil que amanhece com açúcar e ouro do século XVII. O que veio mais tarde não lhe interessava. Desde quando êsse choque inicial se abrandou e se adivinharam nos horizontes do tempo as auroras nativistas que levariam à independência, êle as ignorou ou mesmo as desprezou. O que escreveu é a prova provada do que afirmamos : *O descobrimento do Brasil pelos portugueses, Caminhos antigos e povoamento. Capítulos de História Colonial, O Brasil no século XVI, A Indústria Brasileira no século XVI, O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI, Introdução ao Pequeno Tratado dos Princípios e Origens dos Índios do Brasil*, do Padre Fernão Cardim, *Introdução ao Tratado da Terra do Brasil e à História da Província de Santa Cruz*, de Gandavo e Frei Vicente do Salvador. Além disso, *A língua dos Caxinauás*. E não se gabava, como é notório, de haver escrito sôbre o século da mineração sem uma referência ao menos a Tiradentes ?

Para isso, com a paixão da verdade, remontava às fontes escritas, do mesmo modo que, na Etnologia e na Antropologia, recorria às fontes faladas. Escrevia com notável segurança, sem a menor preocupação literária, mas numa pureza, simplicidade e limpidez de linguagem que é o maior e o mais difícil dos estilos. Admirador da ação do Jesuíta, que defendera, da escravidão e da cobiça os seus ancestrs índios, condenava as bandeiras aventureiras e rapinantes que haviam devastado as missões nas fronteiras do sul, embora o acréscimo de território que para nós conquistaram. E foi o primeiro a introduzir na História do Brasil, até êle flutuante e amorfa, um vivo sentido de periodização.

Por que, então, êsse estudioso consciente, êsse analista culto, êsse narrador seguro não escreveu a monumental História do Brasil que era licito dêle se poder esperar ? Responda José Veríssimo, o mais imparcial e atilado de nossos críticos : A His-

tória do Brasil, analítica e completa, como todos desejávamos que êle a houvesse escrito, e como só êle contemporâneamente a poderia fazer, não a escreveu, não a escreverá jamais, o Sr. Capistrano de Abreu. Não lho reprochemos, senão como uma homenagem à sua capacidade de o fazer, e mostra de pesar de não a termos. Dessa obra êle fêz justamente o mais difícil — aquilo de que tentei dar neste desalinhavado e incompleto estudo uma imperfeita noção. E se não nos deu aquela História qual a imaginávamos, deu-nos nestes seus Capítulos de História Colonial a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica naquele período. Não tenho, infelizmente, espaço para dizer dela mais longamente, como eu quisera e ela muito merece, mas me não despeço de ainda ter ocasião de o fazer».

José Verissimo viu bem que êle não *escreveria jamais*, isto é, vivesse quantos anos vivesse, aquela História do Brasil *analítica e completa*, que todos desejaríamos. Isso por absoluta incapacidade de seu espírito, não intelectual, mas funcional. Capistrano mergulhara nos estudos históricos não para tirar dêles ensinamentos, vulgarização, glória, a perfeição duma obra completa, mas pela avidez de saber, de fartar sua curiosidade peculiar, própria, de se sentir senhor, para gáudio seu, dos segredos do passado. Realizava um gôsto, um prazer pessoal, que transmitia alegre aos raros de sua privança. Não havia no seu espírito a menor preocupação com o grande público. Proclamava-se a contra gôsto membro da sociedade humana. Individualista consumado, aprazia-lhe mais do que tudo fugir do meio atordoante do Rio de Janeiro, recolher-se à bucólica paz duma fazenda ou retiro fluminense, paulista ou mineiro, para se enterrar semanas a fio no gôzo da leitura! Bastavam-lhe uma sóbria alimentação, o silêncio e uma rêde. O elogio da preguiça que ouvi a sua geração fazer no meu Ceará... Foi assim o precursor do *slogan* pôsto em curso pela gíria atual: sombra e água fresca. E teve, por isso com o talento, tudo aquilo que basta a desarmar a inveja.

Tudo quanto saiu de suas mãos em matéria de etnologia e história foi perfeito, porém fragmentado e esparso, porque sua alma boêmia, analista e paradoxal, rebelde a qualquer disciplina corporal ou mental, embora conhecesse os métodos, a ordem, os planos preconcebidos e definidos, a êles se não submetia, porque a contrariavam. Dentro dela entrebatiam-se, além das idéias contraditórias do seu século, o XIX, os choques do europeu e do indígena dêste lado do Atlântico, Europa e América, Portugal e Brasil — Pindorama ou Brasil — Santa Cruz, que a fazia oscilar como um pêndulo, entre dois pontos extremos: o Brasil dos séculos XVI e XVII, Brasil das navegações, conquistas, lutas,

fundações, catequeses, penetrações, invasões, povoamentos, formação, e o pensamento da terra, as expressões indígenas, sobretudo aquelas mais ignoradas ou mais desconhecidas do que as tupis.

Como ninguém, êle sentiu o que foi em nosso país, de início, essa «população indefinida, sem afinidade de espírito, nem de religião», cuja fusão sômente com o tempo se iria processando na paz étnica de Siegfried, através de fortes reviravoltas e contrastes. «Examinando superficialmente o povo, escreveu, discriminaram-se logo três raças irreductíveis, oriunda cada qual de continentes diversos, cuja aproximação nada favorecia... A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça... Em suma, dominavam fôrças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade... Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral pelos meados do século XVII...».

A guerra holandesa e outras circunstâncias, em verdade, criaram aos poucos a milagrosa unidade brasileira, a que serviram de base o municipalismo tradicional e a cristianização realizada pelo jesuíta, bem como a herança da velha coesão natural portuguesa em face duma Espanha eternamente pluralizada em centrifugações religiosas, políticas e sociais, repetido na América Espanhola em relação à América Portuguesa.

Via e sentia Capistrano na história nacional os choques do seu próprio subconsciente. Tivesse êle uma formação filosófica menos superficial e mais metódica, e poderia contemplar no desenvolvimento de nossa perspectiva histórica uma sucessão de teses e de antíteses, visando no futuro uma síntese fatal e poderosa. Êsses períodos contraditórios de dispersão e unificação sob vários signos e ao sabor de idéias diversas se alternam na verdade de maneira impressionante : a dispersão que êle assinalou nos primeiros tempos e que sentimos até administrativamente na divisão do Brasil em Capitanias, sucederá a centralização do Governo Geral com Tomé de Sousa, Duarte da Costa e Mem de Sá; aos assaltos de franceses e holandeses, metendo cunhas exóticas no território brasileiro, ao sul e ao norte — Guanabara, Pernambuco, Maranhão, responderão a união da gente da Bahia, do Espírito Santo e de São Vicente para a expulsão dos primeiros, e a esplêndida colaboração das três raças na epopéia vitoriosa contra os últimos; à divisão do país em Estado do Brasil e Estado do Maranhão, às reações nativistas contra o estanco maranhense, contra Emboabas e Mascates, agitando as populações, sobrevirá o Vice-Reinado, logo seguido do Reino Unido; virão as Juntas Governativas desunindo a nação de extremo a extremo e logo se seguirá a Independência com o Império Centralizador; a Regência



será a anarquia centrífuga e o Segundo Reinado a grande obra de unificação brasileira com o gênio dos seus estadistas e a espada vitoriosa de Caxias; a República dos Estados Unidos do Brasil estabelecerá nova fórmula de disparidades e dispersão, a que o Estado Novo dará a resposta unitária com a queima simbólica de bandeiras e símbolos estaduais na praça pública. O futuro verá a síntese final, o Grande Brasil Cristão com que todos sonhamos.

Para Capistrano de Abreu, o Brasil estava contido no amor que êle dedicava pela curiosidade e pelo estudo às duas principais fontes formadoras da pátria — o português e o índio, de vez que o africano é de muito menor importância e limitada influência. A essas duas grandes humanidades se prendia seu luminoso espírito. Elas palpitam em tôda a obra solar do notável filho de minha terra natal. Sua interpretação do Brasil nelas se radica e dela haure a seiva que perpetuará no futuro as belas páginas que nos legou.

Entende um de seus biógrafos, o Sr. Pedro Gomes de Matos, que «o sentimento de nacionalismo é uma das características da obra de Capistrano. Característica que faltou a alguns historiadores, inclusive Varnhagen. No capítulo «Guerras Flamengas», do seu aludido livro, após referir-se a todos os sucessos da ocupação holandesa e analisar as vantagens que indiretamente lucrou o Brasil, sob alguns pontos de vista, com a invasão estrangeira, Capistrano tem verdadeiras palavras de exaltação à vitória da insurreição pernambucana, escrevendo :

«Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os diversos elementos étnicos. Vencedores dos flamengos, que tinham vencido espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo e um povo de heróis».

«Realmente, o feito realizado em Tabocas, formidável, estupefaciente, significava mais do que uma vitória. Mais do que uma resposta à altura àqueles que, ao rebentar do movimento, afirmavam não passar a revolta de estulta *bravata de gente desmiolada*. Significava, como se lê em *O Príncipe de Nassau*, «alguma coisa mais alta : êles eram um símbolo. Êles significavam, na sua solidariedade épica, a Pátria nova que despontava.

Eles eram o Brasil que nascia. Ali estava o Português. Ali estava o Negro. Ali estava o Bugre. Ali estavam as Três Raças. Ali estavam no momento do perigo, unidos pelo mesmo assomo bravio, os três sangues que iam se caldear ao sol dos trópicos, que iam se fundir, neste rude laboratório da América para formarem um dia a nacionalidade nova».

«Pouco importa, como pretende Euclides da Cunha, que apenas o contraste do meio ressaltasse, no norte, as figuras dos nossos heróis. Que a luta contra o batavo não tivesse *objetivo certo*. Que, em campos distintos, nítidos, diferentes, acampassem os índios de Camarão, os negros de Henrique Dias e os lusitanos de Vieira. Sobrevinda a paz, vimos, com efeito, no drama de Palmares e na perseguição movida aos silvícolas em tôda a orla dos sertões, que sem maior consistência foi a convergência, a aproximação das três raças formadoras da nacionalidade. Decerto a solda era imperfeita, superficial, mas já era um princípio de solda. Era a afirmação do sentimento nativista entre os brasileiros tão bem sentido e compreendido por Capistrano, quando escreveu:

«Os triunfos colhidos em guerra contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da Metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além mar».

«O sentimento nacionalista de Capistrano não se reflete somente em passagens como essa da sua obra, palpitantes de vida e patriotismo, mas ainda, nas menores manifestações do seu sentir. Em momentos de irritação, era pessimista, malsinava a raça e, sobretudo, o tempo empregado no estudo do povo brasileiro que não *sabia em evolução ou dissolução*. Daí o imprecisar: «Isso vale a pena para um Tácito ou um Juvenal, mas estou apartado tanto dessas naturezas».

Nem sempre estou de acôrdo com as considerações aqui acima expendidas. Todavia estou com a conclusão do autor, que decorre daquelas em que, com razão, afirma o nacionalismo de Capistrano de Abreu:

«Genuinamente brasileira foi a sua vida e o é a sua obra».

Ao que acrescentaremos, porque assim o foi a sua alma, reflexo dos choques e contrachocos que através do tempo e do espaço têm vindo formando a do próprio Brasil.

Sr. Presidente,

Há muitos anos, entrando certa manhã numa venda humilde à margem do rio Coaçu, na primitiva estrada real de Mecejana ao Aquiraz, no Ceará, deparei sôbre o balcão, servindo de pêso aos papéis de embrulho, um belo machado de pedra pulida. Tomei-o nas mãos e perguntei ao vendeiro :

— Onde o encontrou ?

Respondeu-me :

— Cavando uma cacimba junto ao rio. É uma *pedra de corisco*. Caiu do céu com um raio, enterrou-se no chão sete braças e levou sete anos até chegar onde a achei, subindo uma braça por ano.

Eu sorri da explicação folclórica e nada disse. Relembro agora, depois de tanto tempo, o episódio para uma comparação final. As obras de valor são como as pedras de corisco da tradição popular. Por mais enterradas que estejam pelo silêncio dos ignorantes, a falta de interêsse dos editores, o materialismo ou a indiferença dos contemporâneos, a cada ano que se vai mais cresce o seu valor e um dia volvem à superfície, tão perfeitas como eram quando as lançou ao mundo o raio da inspiração e do talento. Enquanto isso, os livros apregoados pelas igrejinhas de elogio mútuo ou aclamados pelas manias momentâneas, êsses jamais terão fôrça para se libertar do lixo das idades sôbre êles acumulado. Assim, a posteridade sabe fazer justiça. É essa justiça que estamos prestando a Capistrano de Abreu, nas comemorações do centenário de seu nascimento no distante e humilde rincão da terra cearense, que a êle deve o seu renome atual.

## CAPISTRANO DE ABREU E A CULTURA NACIONAL (\*)

MUCIO LEÃO

### A FIGURA DE UM ESCRITOR

Capistrano de Abreu faleceu há menos de 30 anos. Muitos de nós conheceram-no pessoalmente, trataram-no, ouviram as suas palavras, que ora eram desabridas e azedas, ora como que se envolviam em gentileza e carinho. Muitos outros, que não tiveram a felicidade de aproximar-se dêlé, viram-nos passar nas ruas, contemplaram, interessados, aquêlé homem estranhíssimo que não se preocupava com a posição da gravata no pescoço nem com a perfeição do vinco da calça, aquela criatura inverossímil que perambulava neste mundo como se estivesse passeando em algum satélite de Algol.

Tal era a aparência física daquele original velho, cujo reino não seria, de forma nenhuma, um reino terreno.

Essa impressão de estranheza, de inesperado, que Capistrano de Abreu transmitia com o seu simples aspecto pessoal, contribuía para multiplicar os ditos, os comentários, as anedotas que em tórno dêlé se forjavam. Em sua vida já se contavam episódios. já se referiam palavras suas, que valiam como sínteses de tóda uma psicologia. E de tal maneira se multiplicaram êsses ditos, essas historietas, que hoje é difícil, quando procuramos reconstituir a exata figura do historiador e do crítico, encontrar, em sua pureza, o verdadeiro retrato de Capistrano de Abreu. Nesse emaranhado de pequenos fatos graciosos, de pequenas malícias e pequenas caricaturas, o nosso grande homem aparece como um ser fabuloso e quase mítico, um misto de sábio e de enfeitiçador, um Diógenes em seu tonel, um Fausto em seu laboratório — que sei eu? E dêlé se apossou o humorismo fácil dos epigramistas, como o vemos em certo soneto pitoresco de Américo Facó, como o vemos naquele feroz epitáfio atribuído a Emílio de Menezes.

---

(\*) Conferência pronunciada no Instituto Histórico, em 30-9-53.



## TEMPOS DE ADOLESCÊNCIA

É no Ceará, nos seus tempos de adolescente e de rapaz, que Capistrano dá as primeiras demonstrações de suas maravilhosas aptidões de espírito. É êle, a êsse tempo, sem dúvida, um péssimo estudante. Pedro Gomes de Matos oferece-nos preciosa informação acêrca da vida de Capistrano no Seminário Episcopal do Ceará, casa em que, em 1865, foi êle colega de Cícero Romão Batista, o futuro ídolo dos sertões cearenses.

Suas notas ali são francamente desabonadoras, são dessas que enchem de indignação a alma do pai menos severo. Vejamos algumas delas. Em latim êle oscila entre o medíocre e o sofrível; em português é sempre medíocre; em música vai do medíocre para o mau. Só em aritmética, em catecismo e na saúde consegue a nota boa...

Tal exposição de incapacidade se prolonga até meados de 1866, quando a direção do Seminário, desanimando de ensinar qualquer coisa a aluno de tão pêtreas defesas, aconselha o pai que retire o menino do estabelecimento, a fim de emendá-lo «de sua preguiça e vadiação».

Imaginem-se as conseqüências de tal conselho!

O velho Jerônimo de Abreu, senhor de Columinjuba e pai de Capistrano, era, ao que diz a tradição, um dos homens mais duros do duríssimo Brasil daqueles tempos. Senhor de muitos escravos, era o terror de todos êles. Quando um negro se mostrava preguiçoso e mau, a ameaça de um castigo detestável lhe era feita: «Negro ordinário, vou te mandar para o Major Jerônimo!» Bastavam essas poucas palavras mágicas para emendar o mais insolente e incorrigível escravo.

Recebendo na fazenda o filho relapso, o major botou-o na enxada. O velho Barreto, pai de Fausto Barreto, contou que ô viu certa vez prêso ao tronco em que se castigavam os cativos, com o corpo lanhado de chicotadas... Pagava, assim, por ordem do pai implacável, o pecado de uma blasfêmia dita contra um sacerdote...

Mas já a êsse tempo vemos Capistrano envolvendo-se em suas primeiras lendas. Era êle, então, naturalmente, o que foi todo o resto da vida: um grande amigo da natureza, um apaixonado dos rios e das árvores. Compreendemos que o seu maior prazer fôsse tomar de um livro, retirar-se para a solidão de um parque ou de um jardim, e ali meditar sôbre as palavras de um autor querido. É uma felicidade simples, que todos nós, os que, como Capistrano, amamos a leitura e a natureza, de vez em quando nos damos. Pois a fantasia dos admiradores do escritor aproveitou-se dessa mínima circunstância, e à conta dela correm coisas sin-

gulares. Leio, em um dos mais carinhosos biógrafos de Capistrano, que êste, em menino, pegava dos seus livros e dos seus cadernos de estudo e, com êles na mão, subia para a fronde de uma árvore, onde, entre os galhos, ia deitar-se, para então ler, estudar e tomar notas. — É abusar demais dos direitos da fantasia.

### A «ACADEMIA FRANCESA»

É dessa época a fundação da «Academia Francesa», uma das raras instituições literárias de que o esquivo Capistrano consentiu em fazer parte, tomando a iniciativa de alguns trabalhos.

Essa Academia — sorriamos, como o fazia Rocha Lima, ao pitoresco humorismo do seu título — existiu de 1873 a 1875, e reuniu um grupo de rapazes de talento: Tomás Pompeu, João Lopes, Xilderico de Faria, Felino Barroso, Amaro Cavalcanti... Alguns nomes, entre os que pertenceram a êsse cenáculo, ressaltam ainda hoje, com esplêndido brilho, nos anais literários do Brasil: o do nosso Capistrano de Abreu, o de Araripe Júnior, o de Rocha Lima.

Araripe Júnior é, já o sabeis, o crítico das anotações mais sutis, o ensaista que achamos sempre informado de tudo, o analista de almas de *Miss Kate*. Era também um adolescente naquele tempo, e, como o mostra Capistrano, «encobria com a máscara de Falstaff a alma dolorida de René». Ia partir para o Recife, a fim de concluir seus estudos jurídicos; e dali viria para o Rio de Janeiro realizar uma formosa carreira literária.

O grande líder, o verdadeiro mentor da «Academia Francesa», parece ter sido, entretanto, Rocha Lima. Capistrano, que tanto o amou, mostra-o atormentado por todos os problemas, ansioso de cultura, possuído daquela sêde demoníaca de estudo, a sêde sagrada que quando se apossa de um homem nunca mais se extingue. «Aos 23 anos de idade (diz-nos o biógrafo) Raimundo Antônio da Rocha Lima era para todos nós o penhor do futuro auspicioso, o emblema de esperanças palpitantes, o sol que imaginávamos a irradiar em breve de sua província por todo êste continente». Assim nos pinta Capistrano a figura radiosa do amigo.

Tantas esperanças malograram-se em flor. Doente no corpo, alanceado na alma por grandes amarguras — a morte de uma irmã muito querida, a tristeza de não ter conhecido o pai, filho póstumo que era; devorado, além do mais, pela obsessão dos estudos, e pela angústia filosófica... — Rocha Lima caminhou vertiginosamente para um breve aniquilamento. Faleceu com pouco mais de vinte anos — um pouco mais velho do que Al-

vares de Azevedo ou Casimiro de Abreu, um pouco mais moço do que Castro Alves. Sua obra foi, mais tarde, recolhida em um volume que recebeu o título de *Crítica e Literatura*, e que appareceu acompanhado de um comovido prefácio de Capistrano de Abreu.

## PERÍODO DO RECIFE

Em 1869, Capistrano de Abreu vai para o Recife, e ali fica, aparentemente fazendo os estudos de preparatórios, durante dois anos. É um período breve, mas que tem muita importância para os que estudam a vida do escritor. Reunem-se em Pernambuco, nesse momento, poetas, ensaistas, críticos, historiadores, filósofos, romancistas, que se chamam Tobias Barreto, Araripe Júnior, Luís Guimarães Júnior, João Batista Regueira Costa (todos diplomados pela Faculdade de Direito em 1869); Joaquim Nabuco, José Mariano, Gaspar de Drummond, José Vicente Meira de Vasconcelos, Sancho de Barros Pimentel, Ulisses Viana (formados em 1870); e mais Santa Helena Magno, Plínio de Lima, Eduardo Ramos, Lacerda de Almeida, Martinho Garcez, Tomás Pompeu, Xilderico de Faria, Celso de Magalhães, Domingos Olímpio, Silvio Romero.

Dizer alguns dos nomes citados acima é frisar uma longa aspiração de transformações gerais no país — transformações nas idéias, transformações na filosofia, na literatura e na politica... Tudo no Recife desses belos dias é uma palpitação de seiva nova, um incontido impulso à quebra de ídolos caducos, à criação de novos ídolos resplandescentes... A crônica da velha Faculdade revela, por exemplo, naquele período, vários atos de insubordinação de alunos contra lentes: em 1870 é o bacharel Manuel Pedro Cardoso Vieira que se mostra irreverente diante do professor Autran, o que motiva a suspensão do aluno por dois anos... em 1871 são os estudantes Durval Menezes Fraga e Vicente do Espírito Santo que desacatam os Professores João Tomé e Menezes de Drummond.

Estava-se nas vésperas do concurso de Silvio Romero, do concurso em que o mais insolente dos candidatos flagelou toda uma congregação, declarando-lhe a absoluta incapacidade e decretando a morte da Metafísica...

Capistrano de Abreu, vivendo nas repúblicas dos estudantes, trabalhando no jornalismo da cidade, contando os melhores amigos no círculo dos alunos da Faculdade de Direito, hauriu a cultura que constituía a atmosfera mental da provincia pernambucana. No estudo que dedicou a Rocha Lima, elle mostra o critico de vinte anos (também naquela ocasião estudante da Fa-

culdade do Recife) oscilando, no terreno filosófico, entre as correntes do espiritualismo e as do materialismo, e impregnando-se das doutrinas de Taine, de Vacherot, de Buckle, de Comte, de Spencer, e apaixonando-se pelos assuntos da alta erudição religiosa; mostra-nos, enfim, Rocha Lima realizando a evolução crítica e filosófica que será a sua própria evolução. Note-se, por exemplo, que os estudos críticos de Capistrano de Abreu, nessa época da mocidade, estão repletos de citações de Buckle e de Taine, e principalmente das de Comte e de Spencer.

### CAPISTRANO E SÍLVIO ROMERO

De que já no Recife dêsse tempo êle determinava a fixação de certas preferências e de certas opiniões temos a melhor prova em uma página de Silvio Romero. Surgira o impetuoso sergipano com uma série de vivíssimos artigos, os quais, segundo testemunha Araripe Júnior, causaram no Recife escândalo e terror. «Operou-se o mesmo que numa reunião popular, quando um homem avança brandindo uma lâmina afiada».

Muitos anos depois, referindo-se à atmosfera de escândalo que então o cercou, depõe Silvio que o responsável por essa impressão era Capistrano de Abreu. E confirma que o conhece desde aquêles tempos de mocidade, confirma-o nas seguintes palavras: «Eu não tinha motivo algum para ter atenções especiais com o Sr. Capistrano de Abreu. Tinha sido sempre um *cabrion* que me molestara constantemente. Conhecera-o desde 1870. Sempre sebooso, esquisitão, língua terrível na maledicência soturna, vivia, a meia voz, ferindo tôda a gente. Quando, em março daquele ano publiquei o meu primeiro artigo de crítica, *A Poesia dos Últimos Harpejos*, de Santa Helena Magno, o trêfego e maldoso cearense, ao que fui imediatamente informado, cobriu-me dos mais feios xingamentos nas palestras da estudantada com que morava». Diga-se, de passagem, que Silvio Romero suspeita de que aquela má vontade e aquela perfidia, que para êle mostra Capistrano de Abreu nos dias do Recife continuam a ser as mesmas no Rio de Janeiro... «Não é só! — observa êle nas *Minhas contradições*, livro de que extraí as linhas citadas acima. Tôdas as anedotas, tôdas as aleivosias, perfidamente espalhadas no Rio de Janeiro, de trinta anos a esta parte, a meu respeito e de meus amigos do Recife, têm partido daquele demônio. Conheço-as de longe. Não era de esperar outra coisa do tortuoso ente com que Raul Pompeia, Urbano Duarte, Araripe Júnior e Francisco Alves foram forçados a romper relações».

Registre-se aqui (uma vez que tratamos de Silvio Romero e do grupo do Recife) que foi a Capistrano de Abreu que coube



encontrar o nome de batismo da escola poética que naquele grupo se gerou : foi êle quem os reuniu a todos, sob o bem achado nome de *Condoreiros*...

## SIGNIFICAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA

Reflexo dos estudos de Capistrano no Recife pode ser considerada a conferência que êle pronunciou em Fortaleza em 1875 sobre *A Literatura Brasileira Contemporânea*. O enunciado do tema parece prometer uma série de perfis de poetas e de prosadores. A Conferência, porém, encerra mais do que isso. Capistrano, nessa página quase de adolescente, faz uma análise que êle chama *quantitativa* da literatura brasileira, fixando as questões do clima, da alimentação e do solo, e relacionando com o problema da criação literária os fenômenos físicos da respiração, da combustão, das secreções, da alimentação. É êle um dos primeiros críticos que no Brasil anunciam o valor da contribuição do folclore na evolução da literatura culta, um dos primeiros que exaltam o encanto dos contos populares. E ao lado dos contos populares, procura valorizar como é preciso outros elementos da criação coletiva — a música, por exemplo, a música e a dança.

## ATIVIDADES NO RIO DE JANEIRO

Pelos meados da década de 70, Capistrano de Abreu vem fixar-se no Rio de Janeiro. E não tarda a se encontrar na *Gazeta de Notícias*.

Era, parece, na revisão dessa fôlha que exercia sua atividade, quando ocorreu o falecimento de José de Alencar. Conta-se que Ferreira de Araújo dera a Machado de Assis o encargo de redigir a nota necrológica sobre o romancista cearense, tarefa de que o autor de *Helena* se desincumbira em sua própria casa ou na repartição. Chegando à redação da *Gazeta* com o seu trabalho pronto, Machado de Assis foi informado por Ferreira de Araújo de que já ali existia um necrológio de José de Alencar, uma nota que lhe entregara, havia pouco, «um Peri de palitô surrado e cabelos em desalinho», que se declarara cearense e amigo do escritor falecido... Que Machado de Assis examinasse se a tal nota valia alguma coisa... Leu-a Machado e, declarando-a ótima, rasgara o artigo que levava consigo... A nota assim aprovada era da autoria de Capistrano de Abreu.

É na *Gazeta de Notícias* que Capistrano vai assistir, já com o seu olhar curioso de historiador e de maldizente, à evolução dos dois grandes movimentos da nossa história no século passado — o da Abolição e o da República. Não era jornalista de campanhas

e adivinhamos que, se teve simpatia pelas duas idéias, em nenhuma delas se empenhou apaixonado, como tantos outros o fizeram.

Muito mais tarde, referindo-se ao 15 de novembro, costumava dizer com a sua malícia bem humorada: «Quem proclamou a República no Brasil fui eu». E quando lhe perguntavam como ou porque, êle explicava que no dia 15 de novembro os partidários da República, Deodoro e Benjamin à frente, não haviam chegado à consequência extrema de suas idéias; vacilavam todos, parecendo querer apenas a mudança de um ministério... Fôra êle, Capistrano quem então redigira, por sua própria conta, um cartaz anunciando ao povo a proclamação da República, cartaz êsse que, colocado na porta da *Gazeta de Notícias*, causara enorme sensação, induzindo os responsáveis pelo movimento a chegarem até a mudança do regime...

Se não é exata essa versão dos fatos, é pelo menos bem verossímil. Há coisas que, sendo muito mais insignificantes do que o cartaz de um jornal, têm determinado acontecimentos de transcendental importância histórica.

## UM LUGAR NA BIBLIOTECA NACIONAL

Mas um jornal era pouco para aquela sede insaciável de saber, que dominava Capistrano de Abreu. E o jovem trata de encontrar outro lugar que esteja mais de acôrdo com as suas aspirações íntimas. Encontra-o na Biblioteca Nacional, para onde entra em virtude de concurso.

Aquela vai ser, de então, em diante, a sua casa. Ali já encontra, ou encontrará depois, outros eruditos, tão modestos e tão puros quanto êle próprio, — um Ramiz Galvão, um Vale Cabral, um Constâncio Alves — colaboradores ou simplesmente animadores de seus exaustivos estudos.

Homem de poucos livros em casa, êle é o grande freqüentador da Biblioteca. Tem uma mesa especial para os seus estudos, e para êles precisa quase de uma sala inteira. Senta-se à sua cadeira, manda descer rumas de volumes, e começa a lê-los. Como é muito míope, lê com os olhos em cima das páginas, com o nariz cheirando as letras. E tudo o que lhe merece atenção vai transferindo para o papel, como nota. Ao fim da noite (há um horário especial para êle, que está sempre fora dos regulamentos) existem laudas numerosas traçadas pelo seu lápis. Quase sempre êle se lembra de que deve dobrar aquelas laudas e metê-las no bolso... Não raro, porém, esquece-se disso, e as larga no mesmo lugar em que as redigiu. Algumas ficarão dentro das páginas dos livros consultados, ficarão ali esquecidas, mortas talvez para sempre, ou à espera de que neste planeta venha a florescer um

dia um novo Capistrano que as encontre... Outras ficam jogadas em cima da mesa... Para essas últimas, diz-se que a direção da Biblioteca determinou passasse a existir uma caixa especial destinada a Capistrano de Abreu.

## UM CONCURSO NO PEDRO II

Alguns anos depois de ter chegado ao Rio, Capistrano fez um concurso para o Imperial Colégio de D. Pedro II. É dessa ocasião que Karl von Koseritz nos dá uma impressão tão viva.

A cadeira em disputa era a de História Nacional e Capistrano se apresenta como candidato com uma tese sobre o descobrimento do Brasil.

Passava das 10 horas quando o Imperador chegou ao Colégio, de casaca e ostentando uma placa do Cruzeiro. Também os professores vestiam casaca e muitos deles exibiam solenes condecorações.

Entrando na sala, D. Pedro II sentou-se no meio da mesa dos examinadores, tendo à direita Bandeira Filho, que era o Diretor Geral da Instrução, e à esquerda o Conselheiro Carmo, que era o reitor do Colégio. Aos lados desses figurões tomaram lugar os dois examinadores, que eram Matoso Maia e Moreira de Azevedo; bem como Silvio Romero.

Capistrano de Abreu entrou na sala, sentou-se a uma pequena mesa, e então começou esse bárbaro espetáculo que é uma defesa de tese. Ouçamos aqui, pelo que ela tem de pitoresco, a palavra do escritor alemão: «Foi um verdadeiro exemplo de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto, com êle se chocavam e se comprometiam a cada momento. Êles faziam as mais extraordinárias, e por vêzes mesmo tôlas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores. O candidato bateu-os em tôda a linha e brilhou realmente à custa dos argüidores. Cada um deles examinou desta forma nada menos que satisfatória, cerca de meia hora, e assim que a hora tinha corrido, o Imperador deu o sinal para cessar a brincadeira cruel».

Os outros candidatos são João Maria da Gama Berquó, Feliciano Pinheiro Bittencourt, Evaristo Nunes Pires e João Franklin da Silveira Távora. Dêstes, um se tornou grande nome do nosso romance regional — é justamente o último, o autor do *Cabeleira*, o autor do *Lourenço*, o opugnador de José de Alencar, o criador da tese da Literatura do Norte.

Silvio Romero, no mesmo capítulo que acima já citei, transmite-nos uma impressão acêrca dêsse concurso. Capistrano enfrentava um candidato fortíssimo — Gama Berquó — já provisoriamente professor, e que tinha por si a simpatia de grande parte da congregação, a começar pelo mais venerando e prestigioso dos lentes do tempo, o Barão de Tautphoeus. Foi em tal circunstância que Silvio deliberou pôr-se em campo em favor de Capistrano. E o trabalho que desenvolveu resultou utilíssimo, pois o seu candidato obteve a primeira classificação e logo a nomeação.

Mais tarde Silvio se arrepende de ter daquela maneira defendido a pretensão de Capistrano... E é assim que o crítico da *História da Literatura* nos mostra na cátedra o autor do *Descobrimento do Brasil*: «Antipático, sem o dom da palavra, indolente, sem a menor dose de força sugestiva, não fez um só discípulo». A isso poderia risonhamente responder Capistrano que se não fez discípulos na cátedra os fez às dezenas no terreno mais amplo da cultura...

## CONTRIBUIÇÃO À CULTURA

Esse homem espantoso agitou a revolveu tôda a cultura nacional. Sua contribuição é magnífica no terreno da geografia, da etnografia, da antropologia, da lingüística, do folclore; é sem igual no terreno da história.

Do muito que fez no campo dos estudos etnográficos, restam documentos muito importantes, como, por exemplo, êste *Rã-txa hu-ni-ku-i*, no qual foram reunidos, com a gramática, os textos e os vocábulos dos Caxinauás.

Para realizar os seus trabalho de etnologia indígena, que paciência infinita houve de possuir o sábio!

Das remotas selvas acreanas trouxera-lhe um amigo, Luís Sombra, dois índios. E Capistrano, em meses e anos de uma curiosidade incessante, conseguiu extrair a êsses dois selvagens tudo o que constitua informação sôbre a língua ou os costumes dêles. Conta-se que um dêsses selvagens, depois de ser submetido durante dois ou três dias à curiosidade de Capistrano, caíra num mutismo absoluto. Em vão Capistrano implorava que êle voltasse a falar, a revelar de novo as palavras de sua língua... Afinal aquêles lábios trancados consentiram em se abrir novamente, mas abriram-se para dizer apenas estas palavras de quem se encontra saudososo das liberdades da tribo distante: Qué mué.

De outra feita (contou-me o Sr. Manuel Mota, primo e sobrinho de Capistrano, aquêlê que durante vinte e três anos foi o companheiro de casa e de quarto do escritor), de outra feita, a coisa poderia ter sido bem mais grave... Submetera Capistrano



um dos seus índios a um interrogatório implacável que durara semanas e semanas. Por fim, o pobre rapaz — chamava-se Mongoi — já não tinha mais nada a dizer sôbre a sua gente nem sôbre o seu mundo distante e primitivo. Capistrano, entretanto, continuava insaciável, querendo saber coisas e coisas... Em determinado momento Mongoi perdeu de todo a paciência, exaltou-se até a fúria, e avançou, com as mãos transformadas em garras, na direção do pescoço do sábio. A intervenção de Manuel Mota impediu que tivéssemos a contar mais essa vítima da ciência.

## JULGAMENTOS SÔBRE HISTORIADORES

Mais importante do que a contribuição que nos deu no terreno da etnografia e da lingüística, foi sem dúvida a contribuição que nos deu no terreno da história. Chegou êle em uma hora já adiantada dos nossos estudos históricos, depois de Varnhagen. E, contudo, tendo tido como mestre um erudito de tal porte, teve a arte de pôr na verdadeira luz fatos e individuos que continuavam fora de foco.

Por maior que seja o aprêço que tem por Varnhagen (e é enorme) seu senso crítico permanece livre, e seus olhos enxergam os enganos, as confusões, os erros do autor da *História Geral do Brasil*. Varnhagen, diz êle em certa página, *Varnhagen aboliu a história...*

E enumera os absurdos que pôde recolher na *História Geral*: os «solecismos históricos», cometidos no estudo da questão de Américo Vespúcio; certa citação sibilinamente feita do *Brasil Histórico* de Melo Moraes, título que na *História Geral* aparece reduzido a essa abreviação absurda: Br. H.; certa referência a Pereira da Silva, em que o nome do desventurado historiôgrafo fôra reduzido apenas às iniciais...

Capistrano poderia ter ido talvez um pouco mais longe nessa relação de absurdos, chegando até ao maior e mais injusto dêles: a maneira como o historiador trata da revolução pernambucana de 1817. É o movimento de idéias mais puro e mais alto, entre todos os que em qualquer tempo se registraram no Brasil. E como o vê o Visconde? Em uma análise dura, desprovida de qualquer laivo de simpatia, com o gesto de alguém que contrafeito tem de tratar de um assunto que interessa a patifes e a salteadores... É com estas palavras, que valem como uma condenação sumária, que êle inicia seu estudo: «É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fôra permitido passar sôbre êle um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar...»

Discordando dessa apreciação, outro discípulo de Varnhagen, tão amigo da memória do mestre quanto o próprio Capistrano (e eu me reporto a Rodolfo Garcia) punha em destaque a injustiça do conceito, fazendo a observação de que ao julgamento do autor da *História Geral do Brasil* se contrapunha o julgamento de Oliveira Lima, para o qual a rebelião pernambucana de 1817 era «a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções».

A liberdade de apreciação de Capistrano na crítica de Varnhagen é realmente grande: e êle nos faz ver que houve dois escritores que poderiam ter feito a história do Brasil melhor do que o grande autor: seriam Joaquim Caetano, «com sua perspicácia maravilhosa, com sua lucidez de espírito, com seu gôsto de minúcias, com seu estilo-álgebra, com seu saber inverossimil»; e João Francisco Lisboa, «com seu modo abundante, com sua ironia ácida, com sua pungência doentia, com seu pessimismo previdente, com a intuição que fervilhava em suas páginas» (\*).

Outros historiadores brasileiros, ou que trataram do Brasil, lhe merecem também o entusiasmo: um Southey, cuja *História do Brasil*, «como forma, como concepção, como intuição», lhe parece superior à de Varnhagen; um Cândido Mendes, que, no que seja conhecimento do nosso século XVI, lhe parece que pode ser comparado a Varnhagen, mas comparado «com vantagem e de longe».

A outros autores êle não regateia seu aplauso ou ao menos sua solidariedade: a Alfredo de Carvalho, a quem saúda pelo aparecimento das *Notas Dominicais* de Tollenare; a Irineu Joffily, de quem prefacia com tanto carinho as *Notas sobre a Paraíba*; a Alberto Rangel, de quem estuda com tanto desenvolvimento o *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*; a Martim Francisco, de quem anuncia como *já quase escrito*, um livro sobre a família dos Andradas. Onde se encontrarão êsses preciosos originais?

## JULGAMENTOS POLÍTICOS

Êsses são julgamentos sobre historiadores. Mas Capistrano é grande juiz também no terreno político.

Há figuras históricas que êle ama, que êle adora; existem as que êle detesta. Existem também aquelas que êle envolve em uma luz nuançada, luz que é a de uma simpatia de que não está ausente a malícia... Por D. Pedro II, por exemplo, teve evidente simpatia. Entretanto, a propósito da demissão de Honório

---

(\*) . *Ensaio e Estudos*, primeira série, pág. 201.

Hermeto da chefia do gabinete, conta-nos que, naquele tempo, o prestígio do mordomo Paulo Barbosa da Silva era tamanho que nas rodas mais chegadas ao paço se dizia à bôca pequena — *Paulo primeiro, Pedro segundo*.

Um Honório Hermeto lhe merece admiração, e igualmente a merecem, pelo menos uma admiração relativa, um Caxias, um Sales Torres Homem, um Hipólito da Costa.

Em compensação outros figurões lhe despertam a ojeriza mais pronunciada. Estão nesta chave quase todos os revolucionários, pelo menos os revolucionários brasileiros. E há mesmo quem diga que o principal escopo que êle teve, ao escrever os seus *Capítulos da História Colonial Brasileira*, foi a demonstração prática da tese de que é possível redigir uma história do nosso país sem se tomar conhecimento da figura de Tiradentes.

### JULGAMENTOS LITERÁRIOS

Essa galeria de julgamentos se enriquece sobremaneira quando do terreno da história ou da política passamos para o terreno literário. Critico de atividade relativamente intensa, Capistrano de Abreu deixou-nos juízos e opiniões que merecem atenção.

Dêsses juízos alguns são, tanto quanto pudemos julgar, definitivos. São aquêles em que o sábio, o crítico, o exegeta deixou fixados ou esclarecidos vultos e fatos até então incertos de nossa história literária: a solução do problema da autoria do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, o esclarecimento do mistério de Antonil, a redução de Bento Teixeira às suas verdadeiras proporções, o achado de Fr. Vicente do Salvador.

Ao lado dêsses amplos trabalhos, colocarei outros: os juízos sôbre Anchieta, sôbre Pero Lopes de Sousa, sôbre Fernão Cardim, sôbre Antônio José; e em geral as opiniões sôbre tôda a nossa literatura nos séculos coloniais.

### JULGAMENTOS SÔBRE CONTEMPORÂNEOS

Lembrei aí uma galeria de retratos do passado. Mas nos livros de Capistrano de Abreu encontramos também uma galeria de retratos de contemporâneos — e alguns dêles recortados na mais graciosa côr e sob a mais graciosa luz... Porei em destaque certa comparação que êle traça entre Raul Pompeia e Aluísio Azevedo, na qual existem estas linhas: «Em minha opinião, Aluísio Azevedo e Raul Pompeia serão os dois maiores romancistas da nova geração. Ambos têm muitos pontos de contacto, e as suas obras nos detalhes hão por vêzes, talvez freqüentemente,

de coincidir. Mas Pompeia é e ficará sempre um pouco menino. Aluísio foi e sempre será um homem».

Gosto, nesse trecho, sobretudo da anotação relativa a Raul Pompeia — embora preferisse que Capistrano, para não deixar nenhuma dúvida em nosso espírito, e uma vez que cometia a temeridade de escrever o adjetivo *maiores*, não houvesse esquecido uma ressalva em favor de Machado de Assis...

Outros julgamentos literários dos mais interessantes saídos de sua pena: o sobre Silvio Romero, cuja inteligência, segundo seu conceito, é *carnívora*; o sobre Ramos Paz, tão impregnado de simpatia e amizade.

É em sua correspondência íntima, nas cartas que enviou a João Lúcio de Azevedo e a outros amigos, — tôda ela modelo do que seja a pequena informação maliciosa, o disse-me-disse miúdo da cidade das letras — que encontramos agudíssimos julgamentos sobre os homens do seu tempo, sobre os fatos que aos seus olhos se vão desvendando...

A impressão de tudo — ver-se-á quando a maior parte dessa imensa coleção de cartas vier a lume, o que está perto a acontecer mercê dos devotados esforços de José Honório Rodrigues — é a de que o Brasil tem em Capistrano de Abreu o seu retratista moral inexcédível, o seu Saint-Simon. Pessimista, demasiado pessimista? Talvez. É preciso não esquecer que êsse imenso solilóquio tristíssimo, sussurrado aos ouvidos de poucos amigos, é o comentário daquele juiz inflexível que dizia que a única lei necessária ao nosso país era a que contivesse êste único artigo: «Todo brasileiro fica obrigado a ter vergonha».

## CAPISTRANO DE ABREU E RUI BARBOSA

Creio que dos contemporâneos o que lhe mereceu juízos mais severos foi Rui Barbosa. Conheceram-se apresentados por Machado de Assis, a pedido de Rui, em uma reunião em que ambos se encontravam. Foram, depois, como nos conta Luís Viana Filho, companheiros de estudo de grego, em uma aula que reuniu, além dêles, Macedo Soares e Raul Pompeia; o mestre era o Barão de Tauphoeus. Essa aproximação não parece ter tido nenhuma atenuação na antipatia de Capistrano...

Lembro dois dos pronunciamentos dêle sobre Rui. O primeiro é certo perfil, não de todo malicioso, que traçou em uma carta a João Lúcio de Azevedo, página que tem sido mais de uma vez divulgada pela imprensa. É um flagrante, um instantâneo, em que em poucas palavras, temos Rui em corpo e em alma.



Mas o escrúpulo de exatidão psicológica, que nessa página transparece, não é, por certo, o sentimento que predomina na outra passagem a que aludo, em que Capistrano trata do escritor, do jurista, do político, daquele potentíssimo espirito que durante cinquenta anos encheu o mundo mental do Brasil. Reporto-me a certo depoimento de Afrânio Peixoto. — Estão reunidos, um dia, alguns amigos, numa roda em que se conversavam temas políticos e literários. Chamam-se êsse amigos Severino Vieira, Leopoldo de Bulhões, Capistrano de Abreu, Afrânio Peixoto. Um dêles levanta um tema importante, que é do momento, como sempre o será : Rui Barbosa. E, curioso ou malicioso, deseja saber se certa opinião que corre sôbre o assunto como sendo de Capistrano de Abreu é verdadeira... O historiador parece estar no mundo da lua, e vai dizendo, como se falasse de outra coisa :

— Vocês já viram, pelo sertão ou nos subúrbios, êsses maçaquinhos de cheiro, prendados de arte, que exhibe um carcamano ? Joga-lhes o dono um casaquinho vermelho, e o bichinho se enfia nêle; um pandeiro, e rufa-o o mono; uma pistolinha, e o bugio atira com ela... O italiano agora é o Macedo Soares...

— Agora ?

— Sim, porque ainda há pouco era o Antônio Azeredo.

Anos depois, descia Capistrano as escadas da Biblioteca Nacional, quando aconteceu passar defronte do edificio, num taxi, Afrânio Peixoto. Vendo-o, fêz Afrânio parar o veículo, e acenou para o amigo, a fim de que viesse para a sua companhia. Capistrano recusou com um gesto a gentileza e gritou para Afrânio :

— O italiano agora é o Irineu Machado.

Essa má vontade no julgamento de Rui Barbosa é permanente, e Capistrano a expressa em vários lugares e de vária maneira. Pessoa que viu os originaes de suas cartas conta-me que tôda a vez que nelas ocorre, o nome de Rui Barbosa vem cercado de pequeninas flores desenhadas e coloridas — maneira talvez de mostrar o crítico o quanto considera vaidoso ou orgulhoso o criticado.

## O CULTO DA AMIZADE

Em um homem assim estranho, cheio de tanta hispidez, e às vêzes de tamanha agressividade, há um traço tocante de emoção: é o culto da amizade que êle tem. Poucos terão sabido ser amigos como êle o foi; poucos terão inspirado as amizades profundíssimas que êle inspirou. O grupo dos seus amigos íntimos reúne alguns dos valores mais altos do nosso país nos fins do século passado, e nos começos dêste século. Chamam-se José de Alencar, Rocha

Lima, Domingos Jaguaribe, Machado de Assis, Raimundo Correia, Raul Pompeia, Mário de Alencar, Alberto de Oliveira, José Veríssimo, João Ribeiro, Pandiá Calógeras, Eduardo Prado, Pires Brandão, Leopoldo de Bulhões, Assis Brasil, Guimarães Natal, Paulo Prado, Pedro Lessa, Martim Francisco, Domício da Gama, Arrojado Lisboa, Eugênio de Castro, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia, Afonso de Taunay, Assis Chateaubriand.

Galeria de rútilos espíritos, escritores ou homens públicos que deixaram inapagável traço na evolução do nosso país. Ao lado desses grandes nomes poderíamos colocar alguns outros, os dos amigos mais obscuros, daqueles que não se coroaram de êxito nas lutas literárias nem nas lutas políticas, porém que mereceram de Capistrano o mesmo carinhoso desvelo que os primeiros : o Coronel Joaquim José de Sousa Sombra, a quem êle oferecia um livro com esta dedicatória : «Ao Coronel Sombra, que me fêz historiador»; Martinho Rodrigues e Francisco de Oliveira Conde, seus companheiros da redação do *Maranguapense*; Tomé Mota, em cuja casa, que semanalmente visitava, tinha as honras de um avô adorado pela criançada; Luís Sombra, que teve uma utilidade tão real em seus estudos, pois foi quem lhe arranjou os índios necessários para a reconstituição da vida e da linguagem dos caxinauás.

A José de Alencar tivera ocasião de conhecer ainda no Ceará. Fôra o criador de *Iracema* à terra em que nascera, no propósito de realizar certas pesquisas, e ali aproximou-se dêle o jovem Capistrano, cheio já de inquietações, cheio já do amor ao estudo e à ciência. É em carta a Bruno Seabra que Alencar transmite a impressão que recebeu do moço estudioso : «Nas minhas pesquisas fui auxiliado por um jovem patricio meu, Sr. João Capistrano de Abreu, notável por seu talento, entre tantos que pululam da seiva exuberante desta nossa terra, que Deus fêz ainda mais rica de inteligência do que de ouro. Êsse moço que já é fácil e elegante escritor, aspira ao estágio da imprensa desta côrte. Creio eu que, além de grangear nêle um prestante colaborador, teria o jornalismo fluminense a fortuna de franquear a um homem de futuro o caminho da glória, que lhe estão obstruindo uns acidentes mínimos».

Alencar conserva o carinho pelo seu jovem patricio e colaborador em pesquisas : é êle quem apresenta Capistrano a tantos escritores em voga no Rio de Janeiro.

Capistrano, por seu lado, conserva vivo o culto por José de Alencar : conta-se que todos os anos, no mesmo dia, êle ia fazer uma visita a Mário de Alencar. Era a perpetuação do dia em que, no distante Ceará e num ano remoto, tivera pela primeira vez a felicidade de aproximar-se do romancista...

Na defesa de algum dêsses amigos, que tenha sido ferido, êle vai aos extremos. Rompeu relações com José do Patrocínio por motivo de uma polêmica em que o grande jornalista enfrentou Raimundo Correia. É curioso referir a continuação do episódio. Surdira o 13 de maio, e, na expansão da vitória da causa incomparável, José do Patrocínio enchera-se de esplêndida euforia. Encontrando Capistrano, com quem não trocava cumprimentos havia anos, a êle se dirigiu, dizendo que naquele dia não deveria haver mais ressentimentos entre os dois, e propondo uma reconciliação completa. Capistrano limitou-se a responder, com secura:

— Não tenho obrigação nenhuma de concorrer para o seu júbilo de abolicionista, porque você não me alforriou.

De alguns dos seus amigos mais diletos teve a tristeza de se afastar. Um dêles foi Raul Pompeia. Era outro estranhíssimo sujeito, dono de uma sensibilidade doentiamente delicada. Embora houvesse entre êle e Capistrano uma diferença de dez anos de idade, os dois se ligaram em amizade profunda. Juntos fizeram parte daquele famoso Clube Rabelais, no qual os escritores cariocas se congregavam, de vez em quando, em tórno de uma mesa de jantar.

Sócrates daquele Alcebiades, Capistrano era em geral quem falava: Pompeia limitava-se a ouvir, atento, apreendendo em tantos terrenos o mundo de idéias e de informações que enchia o cérebro de seu companheiro de longas caminhadas. Certo dia, sem que jamais se soubesse a razão, Pompeia afastou-se de Capistrano. Mas, em 1895, por ocasião do suicidio do romancista, puderam os amigos dos dois verificar, nas expressões de saudade e ternura de Capistrano, que aquela amizade que tanto unira os dois grandes espíritos nunca desaparecera de todo.

A delicadeza, a ternura, dons que eram próprios à sua alma, levavam Capistrano de Abreu a cultivar as amizades femininas. São suas grandes amigas as espôsas e as filhas dos seus amigos. E para elas que extremos de carinho sabe ter êsse tabareu desajeitado!

A uma de suas amigas — D. Maria José Sombra, espôsa do General José Sombra — êle manda, num dia de aniversário, um postal em que se contêm apenas estas duas palavras poéticas: *Ave, Maria*. A outra senhora, que lhe merece a mesma consideração e amizade, costuma saudar chamando-lhe *Minha Alegria*. Estava estendido no leito em que dali a horas ia falecer, quando o foi visitar uma de suas amigas diletas, D. Maria Luísa Mota

Cunha Freire, neta de Tomé Mota. E quando os seus olhos de moribundo viram a moça entrar no quarto, o velho Capistrano encontrou para saudá-la êste madrigal encantador : «Sentai-vos, carícia».

Não bastarão êsses traços para mostrar que subsistia, escondida no hispido físico daquele velho, uma alma ainda comovida de poeta ?

## A GLORIFICAÇÃO ATUAL

Em 1923, nas vésperas da passagem do setuagésimo aniversário natalício de Capistrano, tiveram os amigos do escritor a idéia de que se devia comemorar o acontecimento com uma festa nacional. Isso feriu fundamentalmente os escrúpulos daquela fina e delicadíssima modéstia. E Capistrano, recusando aceitar aquilo que êle chamava «patuléa, poliantéa ou coisa pior», escreveu aos promotores da homenagem uma carta feroz, na qual dizia que iria ao rompimento de relações com quem de tal maneira procurasse desmoralizá-lo...

Respeitaram-lhe os amigos êsse pudor e essa indignação, e a idéia da homenagem morreu naqueles corações afetuosos.

Sim : deixou de ser celebrada, naquela ocasião, a festa unânime projetada em honra ao grande brasileiro que então fazia setenta anos. Mas essa festa ficou apenas adiada — ficou transferida para o dia em que transcorresse o centenário do escritor, para o momento que estamos vivendo hoje. Já agora o desabusado Capistrano não nos pode impedir, a nós, os amigos carinhosos de sua memória, de contar o que êle foi, de dizer o muito que êle significa para a vida e para a inteligência do Brasil.

O que êle foi, o que êle significa, é muita coisa, vemo-lo no depoimento de três gerações — no daquela a que êle pertenceu, no das duas que estão hoje vivendo e pensando, e que já representam para êle a posteridade.

É em uma voz que todos proclamam a grandeza excepcional dêsse homem inacreditável. Proclamam-no, pela pena de um Silvio Romero, que vê em Capistrano de Abreu o maior erudito que o Brasil teve em todos os tempos. Proclamam-no pela pena de um João Ribeiro, que nêle vê o maior historiador do nosso país. Proclamam-no todos os que estudam a nossa história literária ou a nossa história geral, e que a cada momento verificam que



estão pisando os terrenos já palmilhados — e de que maneira!  
— pelo infatigável Capistrano.

Ele é, com efeito, um dos motivos de orgulho de nossa nacionalidade. E o seu exemplo — que é o da honestidade, o da pureza, o da autenticidade, o da dedicação ao estudo, o do devotamento ao trabalho obscuro e constante — é um daqueles que mais nos enobrecem, um daqueles que em nossos momentos de desalento mais nos server de consôlo, fazendo-nos acreditar de novo nas redenções da al na brasileira.

## CAPISTRANO DE ABREU E A HISTORIO- GRAFIA BRASILEIRA

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

A 7 de fevereiro de 1876, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, historiador e membro do Instituto Histórico, pronunciava uma conferência, *Como cumpre escrever a História Pátria*, que bem serve para caracterizar e fixar a posição da historiografia brasileira quase um ano depois da chegada do jovem historiador João Capistrano de Abreu ao Rio de Janeiro. Dizia Alencar Araripe que só dois historiadores, desde Rocha Pita, haviam sabido desempenhar com acêrto sua missão: Robert Southey e o Conselheiro Pereira da Silva. Sobre Varnhagen, que já então renovara com sua obra imensa a historiografia brasileira e preparava a segunda edição de sua *História Geral do Brasil* a sair no ano próximo, êle expende êste juízo sêco, média geral da opinião presente e corrente: «Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu sem critica e sem estímulo, consumindo largas páginas com fatos de somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos dignos de mais desenvolvida noticia. Ê porêr autor de grandes serviços de investigação de antigos documentos em bem da história nacional. Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras *História Geral do Brasil* e *Holandeses no Brasil* o não realçam».

Uma reviravolta no pensamento histórico opera-se dois anos depois, promovida e realizada por um jovem de 25 anos, acabado de chegar da província, com uma formação teórica atual, um conhecimento incomum dos fatos, um novo ideal de história do Brasil e uma gana incurável de saber. João Capistrano de Abreu, no necrológio de Varnhagen publicado no *Jornal do Comércio* (16 e 20 de dezembro de 1878) assim analisava a obra do pai da historiografia brasileira: «Ê difficil exagerar os serviços prestados pelo Visconde de Pôrto Seguro à história nacional, assim como os esforços que fêz para elevar-lhe o tipo. Não se limitou a dar o rol dos reis, governadores, capitães-mores e generais, a lista das batalhas, a crônica das questiúnculas e intrigas que re-

ferviam no período colonial. Atendeu sem dúvida a êstes aspectos, a uns porque dão meio útil e empirico de grupar os acontecimentos, a outros, porque rememoram datas que são doces ao orgulho nacional, ou melhor esclarecem as molas que atuam sob diferentes ações. Fêz mais. As explorações do interior, a cruzada cruenta contra os tupis, o aumento da população, os começos da indústria, as descobertas das minas, as obras e associações literárias, as comunicações com outras nações, assumem lugar importante em sua obra».

Era o comêço da reabilitação de Varnhagen, agora reputado o maior historiador brasileiro. Não era estranho que essa visão rápida e de conjunto fôsse um moço quem a tivesse, ainda sem aquela autoridade com que Nabuco, aos 49 anos, falando no Instituto Histórico em 1898, atribuiria a Pereira da Silva um lugar provisório na historiografia brasileira, por que em seu trabalho não há critica nem critério certo? Fôra, aliás, Capistrano quem começara a desfazer a reputação de Pereira da Silva, quando, em artigo sôbre a *História da Fundação do Império Brasileiro*, em 1877 (publicado no *O Globo*, de 10 de março e a êle atribuído), dizia não ser raro achar o seu autor diferentes vêzes em contradição numa só página.

A verdadeira compreensão das tarefas da historiografia brasileira cumpridas ou a cumprir, de seus feitos e achados, do estado atual das questões, ninguém revelou tão cedo, num descortínio claro, lógico e exato, como êste jovem em seus ensaios de 1878 a 1882, os melhores que até hoje se escreveram. Capistrano aí define as contribuições de Varnhagen, aponta suas realizações, compara-as com as de seus predecessores e contemporâneos e conclui que nenhum brasileiro se lhe podia comparar naquela época. Mas não se limita a indicar o que fizera o Mestre, o guia, o senhor da geração do século XIX; examina as deficiências, aponta as lacunas, resume o estado da historiografia brasileira, nomeia os estudiosos e enumera os trabalhos que iam adiantando os estudos históricos no Brasil depois da passagem de Varnhagen.

Quem começa assim começa bem. Sabe o que está fazendo, o que é preciso fazer, onde o caminho cessa e onde se deve retomá-lo. Os artigos sôbre Rocha Pita (23-3-80). Melo Moraes (30-10-80), Oliveira Martins (19 e 22-10-80) e as *Efemérides* de Teixeira Mendes (8-4-81) evidenciam seu conhecimento da historiografia brasileira anterior e de sua época.

Em «Uma grande idéia», em 1880, êle discute como cumpria escrever a história do Brasil segundo o plano esboçado por Beaurepaire Rohan na *Organização da história física e política do Brasil*, publicada em 77. Não lhe faltavam o conhecimento dos fatos, a formação teórica, o método. Neste artigo êle é implacável

com historiadores como Pereira da Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Moreira de Azevedo, César Marques, indulgente com outros e admirador de estudiosos, por exemplo, como Capanema, Beaupaire Rohan, Ramiz Galvão, Vale Cabral e Sílvio Romero.

Sua idéia de uma História do Brasil variou com o tempo, os estudos e as pesquisas. Em 1874, aos 21 anos, depois de ler Taine, Buckle e Agassiz, planejava uma História que deveria mostrar as influências permanentes da natureza sobre a civilização. Lia muito nessa época Stuart Mill, Spencer, Buckle, Taine. Conhecia bem o francês, o inglês e o seu latim. «Quando vim do Ceará», é ele mesmo quem conta, «escrevia bem regularmente a língua inglesa, depois de ter convivido um ano com Shakespeare e Dickens». Até a época dos artigos da *Gazeta de Notícias* e no *O Globo*, as duas maiores influências que sofreu foram as de Taine e Buckle. Ainda em 74, no Ceará, procurava, seguindo Taine, o germe primordial de Casimiro de Abreu e comparava o ovo ao herói, do mesmo modo que aquêle estabelecia paralelos entre a virtude e o vício, o açúcar e o vitríolo.

Em 25 de abril de 1875 chega ao Rio, animado das melhores aspirações, cheio de ideais, convencido de que era possível conseguir na Côrte, com seus estudos, uma posição intelectual e social de relêvo. Ainda não estava contaminado por aquêle pessimismo que reduziria, nos últimos anos de sua vida, suas aspirações a sair dêste mundo como nêle entrara, sem escândalo seu nem dos seus, e o levaria a assinar suas cartas aos amigos como «João Ninguém». Ensina no Colégio Aquino entre 1876 e 1879 e estréia no *O Globo* em 75, publicando suas conferências pronunciadas na Escola Popular do Ceará. Logo a seguir, em 76, escreve dois artigos sobre «O caráter nacional e as origens do povo brasileiro», de crítica a Sílvio Romero. O magistério particular e a crítica literária e histórica, feita à luz da doutrina positivista e evolucionista, resumem suas atividades.

Em 79 entra para a Biblioteca Nacional, onde teve oportunidade de exercitar-se em tôdas as disciplinas auxiliares e especialmente no conhecimento direto das fontes e da bibliografia histórica. A Biblioteca Nacional era o seu laboratório científico e lá participou do maior empreendimento bibliográfico jamais realizado no Brasil: o Catálogo da Exposição de História do Brasil. Ela e o jornalismo estimulam suas ambições intelectuais. Desde então Capistrano começa a almejar a cátedra do Colégio Pedro II e a eleição para o Instituto Histórico.

Seu ideal de professorado manifestava-se em 1880 no artigo da *Gazeta de Notícias* em que comentava e desaprovava a *História do Brasil* de seu futuro examinador, o Professor Matoso Maia. Depois de denunciar vários erros, incorreções e inexatidões do lente



do Colégio Pedro II, observava que êste dissera que êle, Capistrano, embirrava com o Visconde de Pôrto Seguro. «Era exato», replicava com ironia, «tanto que quando morreu o Visconde a única voz que se ergueu para memorar os seus serviços e reconhecer a dívida que com êle todos contraímos foi a nossa». E para concluir, respondendo ao professor que dizia estar pronto a aceitar uma errata, afirmava «não poder satisfazê-lo, entre outros motivos porque muito provavelmente ainda nos havemos de encontrar frente a frente e resarvamos para então o prazer um pouco malicioso de dar-lhe alguns quinaus».

Seria esta a única aspiração de Capistrano nesta quadra? Em 79, depois de contar que Sua Majestade fizera um dia a filosofia do caráter brasileiro dizendo que entre nós as aspirações limitavam-se a duas: ser senador ou lente do Colégio Pedro II, e de afirmar secamente que de modo algum aspirava à senatória, escrevia: «A cadeira do Colégio Pedro II pode ser que tenhamos aspirado, mas, para isso, são necessárias várias condições: a secularização do Colégio, a liberdade de opinião e a impossibilidade de reproduzirem-se julgamentos como o do concurso de filosofia. Mas não vão por isso alegar o nosso desinteresse. Pretendemos posição mais elevada: a de membro do Instituto Histórico». A ironia e o tom zombeteiro não conseguem esconder, como as restrições ao Colégio Pedro II, para o qual se candidata em 1883, o desejo de ser admitido como sócio do Instituto Histórico, como realmente o foi em 1887. Professor de meninos, quando, pela sua formação, deveria dirigir seminários de investigação em escolas de nível superior, Capistrano sofreu sua primeira desilusão. Pôsto em disponibilidade em 99, ficou, na sua própria expressão, «dispensado de alunos ignorantes e desatentos».

Os seus artigos de 79, alguns ainda não reunidos e reproduzidos pela Sociedade Capistrano de Abreu, revelam a decisiva influência da escola positivista, não só na investigação como na interpretação dos fatos da história do Brasil. N'«O Brasil durante o primeiro século de nossa história», a sociedade brasileira é apresentada como um organismo de tipo inferior. «Era pouca a massa, não definida a estrutura, não diferenciadas as funções, não extremados os órgãos». As leituras positivistas que ouvia aos domingos, a partir de 1881, no Centro e a amizade de Teixeira Mendes e Miguel Lemos robusteciam sua formação teórica iniciada no Ceará.

Mas as pesquisas e os estudos na Biblioteca Nacional, a leitura constante de Varnhagen e o convívio continuado dos autores alemães, que agora freqüentava desembaraçadamente, começavam a produzir seus efeitos. Na *Gazeta de Notícias* de junho de 1880 êle já traduz um artigo da *Gazeta de Colônia*, jornal onde iniciara

seus trabalhos Friedrich Ratzel, o futuro chefe da escola antropogeográfica. O fato é que, a partir dessa época, Capistrano começa a aferrar-se com tôdas suas forças à realidade da história, ou, como disse muito bem o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, inicia a procura obstinada das realidades, a missão mais importante do historiador, segundo ideais alemães e não positivistas.

Continua ainda a divulgar teòricamente as concepções positivistas, mas é evidente nos seus artigos de história que não deduz nem generaliza mais com a mesma facilidade com que o fazia antes de sua entrada para a Biblioteca e de suas leituras alemães. É naturalmente difícil marcar precisamente o ponto de uma reviravolta de seu pensamento. Não há isso. Os germes de suas influências novas e de seus caminhos novos observam-se quando êle ainda era um militante do positivismo, em 1881-82. Há artigos de 79, como o estudo sobre «A indústria brasileira no século XVI», onde trata das profissões existentes naquela época de modo objetivo e em que, a rigor, a realidade é representada sem as formas simples com que o positivismo manejava os fatos da história, e há artigos posteriores em que os fatos estão simplificados às leis naturais com que o positivismo quis reduzir o conhecimento histórico. A verdade é que os fatos históricos não nos são dados, mas pesquisados à luz dos documentos. A pesquisa dos fatos na Biblioteca Nacional e a influência da antropogeografia e dos métodos critico-históricos do pensamento alemão, onde a repercussão do positivismo foi quase nenhuma, orientaram-no para outro rumo e são vários os artigos dessa época que já revelam um realismo histórico em lugar de um positivismo histórico. Os artigos vão se tornando mais objetivos, despindo-se do aparato e da linguagem positivistas.

A historiografia crítica iniciada por Niebuhr, Ranke e Humboldt criara um novo instrumento do saber histórico: a pesquisa e edição dos documentos limpos de tôda suspeita. Só a arte da interpretação e a crítica podem dar bons resultados no manejo dos antigos textos. Agora não se buscavam mais leis e fatos sujeitos a leis, mas a compreensão baseada na segurança dos dados. A prova é a edição, entre 1880-86, do *Clima do Brasil* de Cardim, dos textos de Anchieta e de Nóbrega, da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, textos e mais textos, seguros, fidedignos, autênticos, íntegros. Êste é o seu programa, programa que evidencia o rumo crítico-histórico alemão, na colheita dos fatos e na pesquisa dos documentos, embora ainda se note, como na tese de concurso de 83, a influência de Spencer na interpretação, sobretudo quando trata da evolução da família, da religião, da indústria e das profissões.

Por volta de 1900 são ainda mais evidentes os estímulos da literatura histórica germânica. Agora é nos métodos de seminário de Ranke e na doutrina ântropo-geográfica de Ratzel que êle vai buscar os elementos de investigação e interpretação dos fatos. Êle quer seguir o método crítico-filológico, pesar o valor do testemunho, pesquisar as fontes, sua autenticidade e credibilidade. Começa a abandonar o positivismo, do qual dirá mais tarde que é uma camisa de força, e depois de várias viagens por São Paulo e Minas, ao ver o domínio do homem sôbre a natureza, exclama : «Como isto quadra mal com as afirmações de Buckle!».

As traduções de Wappaeus (1884), Sellin (1889) e Kirchhoff (1909) e as leituras de Ratzel, Peschel, Ernst Friedrich, Wagner, Semple e Maull mostram a decisiva orientação geográfica e encaminham seu espírito para quadros teórico-práticos mais concretos, que não reduzem o conhecimento histórico ao conhecimento próprio da ciência natural, nem submetem a vida histórica a uma assombrosa simplificação dos problemas, como haviam feito Taine com a sua teoria da raça, meio e momento, e Buckle, que não fôra êle próprio um grande historiador, mas exercera sôbre as novas gerações um efeito estimulante, com a tese da inteira subordinação do homem à natureza. Taine queria compreender as almas e as paixões que animaram a humanidade e sua história é uma anatomia psicológica. Êle pretendia descobrir a *faculté maîtresse* e talvez explicasse tudo no grande homem, exceto sua grandeza, pois as molas do gênio escapam a tôdas as supersimplificações.

A plenitude da vida e o mistério da personalidade pedem, às vêzes, um tratamento mais sutil e diferenciador. Os estudos iniciais de Capistrano de Abreu sôbre a história íntima e externa, sôbre os festejos, sôbre a família, a busca desesperada por um traço diferenciador e individual da nossa história, pelos pequenos fatos significativos, evidenciam a tentativa de reduzir os fatos àquilo que é típico, regular, constante.

O atual positivismo lógico, do Círculo de Viena, filho espúrio de Comte, não quer que o trabalho científico do historiador consista nessa redução e na concepção de juízos gerais sôbre os quais ela se baseia? O historiador sabe que não pode reduzir as ações humanas a regras naturais, porque assim não veremos a vida real, o drama da história. Os fatos reconstruídos, percebem-no todos que exercitam a história, não se enquadram nas causas amplas e gerais com que o positivismo quis explicar o curso da humanidade.

Se compararmos a escola positivista, a que esteve ligado Capistrano até sua aprendizagem do alemão, com os historiadores do

realismo histórico, a que passou a filiar-se, vê-se imediatamente como os resultados daquela foram notavelmente simplistas e precisamente no ponto de partida, isto é, na obtenção dos fatos. Não se distinguem as fontes, nem sua credibilidade, autenticidade e integridade. Foi só depois de germanizar seu espírito que êle se voltou para a pesquisa das fontes, na base crítico-filológica, para a edição crítica, para o exame da fidedignidade e interpretação das fontes. Não é qualquer texto, qualquer testemunho que deve servir ao historiador; é só aquêlê que passou pelo exame rigoroso da crítica histórica. Em 1900 êle sustenta em carta ao Barão de Studart uma das teses mais importantes da edição crítica: a interpretação é o elemento fundamental dêste gênero de edição. E em 1904 vemos Rankê aparecer, enfaticamente, ainda em carta ao Barão de Studart. Falando-lhe da necessidade imprescindível de indicar precisamente as fontes utilizadas, perguntava-lhe Capistrano: «Por que não dás a procedência dos documentos que publicas?... Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica de fontes criada por Leopold von Ranke na Alemanha, foi renovada a fisionomia da história?»

Ao lado das anotações à *História Geral* de Varnhagen, Capistrano preparava-se, então, para escrever o seu belo livro *Os Capítulos de História Colonial*, reunindo não só elementos de fato como teóricos. Em 1901 o encontramos estudando ao lado da história, economia e psicologia. Dizia numa carta: «Tenho estado lendo coisas diversas, um livro de Wundt sobre psicologia, necessário para se entender sua grande obra sobre psicologia dos povos, de que já tenho dois volumes; um livro de Breysig sobre a história da civilização dos tempos modernos, em que espero aprender alguma coisa aplicável à história do Brasil, uma história universal de Helmott... Tenho lido também Carlyle». Noutra carta escreve: «Estou lendo economia política de Schmoller, que é um livro monumental. Quando me lembro que por certas críticas fideígnas, como hoje reconheço, passei tantos anos sem fazer conhecimento com um espírito superior e luminoso, com cuja privança podia ter adiantado anos, fico triste». Em 1903 dirá ainda a Studart: «Estou metido em economia política até os olhos, e agora encontrei o livro de um professor da Politécnica de Zurique, que junto ao Bücher, hoje traduzido em francês e que muito lhe recomendo, me tem ajudado bastante».

Em resumo, pode dizer-se sobre as etapas de sua formação teórica que o estágio na Biblioteca Nacional ensinara-lhe a pesquisa das fontes e a descoberta dos fatos; a metodologia histórica alemã guiara-o no exame rigoroso dos documentos: os conhe-



cimentos geográficos e econômicos focalizavam a visão na estrutura real dos acontecimentos históricos; a psicologia de Wundt, início da psicologia experimental, fazia-o abandonar a vaga anatomia psicológica, impedindo-o de cair no factualismo pela compreensão da vida dos povos. Essas influências causam uma reviravolta no seu espírito num sentido realista. Agora sua concepção é o realismo histórico, dos teóricos alemães, e sua tarefa narrar o que realmente aconteceu. Uma única peça parece sobrar, sem perigo de perder sua organização mental a severidade lógica: os restos de Spencer, tão influente no próprio Schmoller. O importante é que a realidade não deve mais amoldar-se aos quadros teóricos preestabelecidos. Ela é pesquisada e revelada tal como é, ajuste-se ou não às concepções preconcebidas. Um realismo histórico que se nutre na observação dos fatos, apurados em fontes autênticas e fidedignas, que busca na terra e na economia seus fundamentos de estrutura, sem comparação com os processos naturais, e que procura compreender o fim e o sentido histórico e a imprevisível criação de valores.

Justamente agora a Alemanha é o pão da vida de um espírito forte como o de Capistrano. Seu entusiasmo refletia-se na vida familiar e êle interna, em 1905, sua filha Matilde na Escola Alemã recém-fundada. Ao sair, nos Estados Unidos, um novo livro sobre Washington, feito na base da crítica histórica, com excelentes resultados, comenta para João Lúcio de Azevedo: «É a prova de que os métodos alemães implantados nos seminários produzem frutos».

Capistrano traduziu tudo desde sua aprendizagem do alemão com Carlos Jansen, no grupo de que faziam parte Ferreira de Araújo e Machado de Assis: geografia, medicina, história natural, viagens e direito. Sim, traduziu a *Introdução à Ciência do Direito* de Kohler, tradução que não foi publicada, como se vê na autobiografia que fez para Studart. Sua biblioteca revela a predominância da formação alemã; não são só os historiadores e geógrafos alemães que ali figuram, como Ranke, Mommsen, Meyer, G. Friederici, o Dicionário das Ciências Sociais, Sombart e outros; são os teóricos como Kemmerich e Riess, os psicólogos, filósofos e antropólogos, como Wundt, os juristas como Puchta, Liszt e Kohler. Êle próprio explica por que estudara o alemão: «Fi-lo porque certos livros alemães satisfaziam-me algumas curiosidades de meu espírito, e esperar que fôssem traduzidos importava na melhor hipótese uma demora de anos».

Era o que havia de melhor a leitura de Capistrano. Na sua maioria os autores que frequentou são ainda hoje reputados e lidos. Êles lhe serviram para, sob nova luz, interpretar a história do Brasil, a que se dedicava todo de corpo e espírito, em 1901.

E por isso êle podia falar a Mário de Alencar, aconselhando-o, que «era possível dar uma direção nova à vida, como gato que se vira no ar e cai sôbre os pés; em nosso tempo, Goethe fêz isto, depois da viagem da Itália; Comte fêz isto depois de conhecer Clotilde; anteriormente Dante tivera a idéia da *vita nuova*; precedentes não faltam; falta é quem se inspire nêles e aumente o número». E embora acrescentasse que êle infelizmente não o conseguira e já dera de mão a tais ambições, o certo é que também se applicava a êle, restaurado da crise dolorosa da perda da mulher em 91, refeito pelas novas leituras, tocado de novo pela paixão de comunicar ao presente as contas do passado. E agora começa uma obra nova, monumental, que lhe acrescentará o nome de uma reputação extraordinária.

Desde 1900 vinha Capistrano preparando a nova edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Ao sair o 1º volume, em 1907, José Carlos Rodrigues o saúda como uma contribuição notável à historiografia brasileira. «Cremos não errar garantindo que o trabalho do editor não foi menor que o do Autor». E ajuizava com razão que «podendo êle mesmo prender-nos com uma história, modelada em formas novas, se êle quisesse vencer a tal ou qual repugnância que tem por escrever, o Sr. Capistrano de Abreu preferiu dar-nos esta terceira edição do Mestre, reproduzindo-lhe fielmente o texto e as notas».

Não podemos apreciar particularmente, nesta oportunidade, as suas contribuições especiais à periodização, à crítica histórica, à pesquisa, o que aliás já fizemos em livros publicados. Seu papel na historiografia brasileira, a significação de sua obra, os caminhos novos que aponta podem ser bem avaliados no estudo dos *Capítulos de História Colonial*, dos seus ideais e conceitos e no exame de suas contribuições à história colonial.

Êste homem que nunca certificou coisa senão de muitos aprovada e por documentos que mereciam fé, nem recontou mais largo que devia, antepondo a simples verdade à formosa falsidade, teve a mais austera dúvida de republicar seus *Capítulos de História Colonial*, obra única, exemplar e modelar como síntese e composição, um livro que respondia às incertezas, satisfazia as dificuldades, colhia, informava, concluía e resumia o que de melhor se sabia da nossa formação colonial. Não é um livro que se compara; é um livro que se distingue na historiografia brasileira, escrito numa linguagem simples, branda, enxuta, onde havia doutrina que persuadia, compreensão que se fazia perceber e novidade apertada, colhida na vastidão sem fim de suas pesquisas. Não acumulava só fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recontamento.

A história não é só fato: é também a emoção, o sentimento e o pensamento dos que viveram — a parte mais difícil de captar dos negócios humanos. Capistrano não observara o desdém com que caracterizara o período transoceânico, desdém pela terra, desdém pelos naturais? Não percebera a revolução psicológica que se operara no terceiro período de nossa história, nos primeiros anos do século XVIII? Não queria captar a sensação interior dos cronistas? Não considerava a nossa independência como a tradução da consciência de superioridade a Portugal? Os sentimentos, as especulações, os pensamentos do povo, suas aspirações são uma coisa que nunca se repetirá, que viveu e que interessa ao historiador tanto quanto os fatos materiais.

Apreciando a metodologia de Ranke, como se verá em sua correspondência, seria incapaz de adotar aquela atitude e estilo objetivos que apagavam todo o eu, para poder ver os acontecimentos tal como aconteceram. Nunca seus adversários, como os de Ranke, poderiam comparar seu comportamento ao das esfinges da segunda parte do Fausto:

«Sentados diante das pirâmides  
Contemplamos a vida dos povos,  
Inundações, guerras e paz,  
Sem pestanejar».

Ninguém lerá os *Capítulos* sem ver de imediato que Capistrano se preocupa com o «povo durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado». Por isso eles são uma síntese social e econômica limpa e enxuta, que evita transformar-se, como tantos outros livros de história, numa conversa entre eruditos. Capistrano conhecia muito bem este tipo de palestra, sabia quando e como usá-la, mas não a queria agora que seu livro pretendia ensinar simplesmente o segredo do Brasil aos brasileiros, numa época em que, como escrevia José Veríssimo, a história nacional era tão prodigiosamente desprezada que, com exceção da obra de Varnhagen, uma conversa só para eruditos, era com os estrangeiros que teríamos de ir aprender a história de nosso país.

O livro nascia do desejo de divulgar e atualizar, em forma simples, mas não erudita, sem pedantismo, o conhecimento de nossa história, mais social e econômica que política, liberta o mais possível da seriação de datas e nomes, livre da cronologia dos vice-reis e governadores, que sufocaram ou ajudaram os anseios do povo brasileiro em sua luta trissecular pela independência.

Não era o inédito que o preocupava, mas sim a clara certidão da verdade, buscada e colhida nos arquivos e bibliotecas, apertada e resumida em poucas linhas, exposta com razões próprias

que esclareciam e convenciam. Capistrano foi sempre o homem da síntese e basta ler sua correspondência para logo se ver que êle admitia de mau grado os estudos em vários e grossos volumes. Mas para compor esta síntese era necessário proceder a uma imensa atividade investigadora que o precipitava como um nadador num mar sem limites. Os *Capítulos* eram uma síntese da pesquisa realizada para anotar a *História Geral* de Varnhagen e preparar a edição de textos históricos fundamentais; eram o filho legítimo de uma análise demorada, cuidadosa e ilimitada. Em várias partes dêste livro logo se notará a compreensão e não a simples descrição, o entendimento e não só os fatos.

E por que não incluiu nesse livro a Inconfidência Mineira, recentemente considerada como o mais importante movimento precursor da Independência? O fato é que entre 1878, quando criticava Varnhagen por considerar a Conjuração mineira como uma cabeçada e um conluio, e 1903, quando se intrigava com as honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos Mascates e dos Republicanos de 17, êle parece ter se convencido de que a Conjuração realmente não tivera a importância que começavam a atribuir-lhe. Muito mais importantes eram as lutas dos Emboabas e dos Mascates, a consciência da riqueza do país, as proezas dos bandeirantes, os atritos armados e sangrentos, as lutas dos Republicanos, de 17. Êle mesmo dirá, em carta a Mário de Alencar, que «na Suíça é proibido, hoje, nas escolas públicas introduzir a história de Guilherme Tell, depois da crítica histórica ter demonstrado sua inanidade. Por que, tendo estudado o depoimento de Tiradentes e a sentença da alçada, sou obrigado a repetir a versão corrente e a colocá-lo no Panteon? Nunca escrevi sôbre êle: nos *Capítulos*, dada a escala, não entrou porque não cabia: tenho emitido minha opinião em conversa».

Vê-se que Capistrano não valorizava o movimento da Inconfidência nem lhe dava a importância que, nesta época, começavam a conferir-lhe. E mais. Não entrara nos *Capítulos* porque não cabia, não só dadas as proporções da obra — uma síntese, como porque não escrevia uma história das idéias e dos movimentos ideológicos. A Inconfidência não foi um fato, um acontecimento: foi um pensamento quase sem ação e, como tal, pertence à história das idéias formadoras da consciência nacional. Capistrano nunca foi subjetivista para considerar a história não como o que realmente aconteceu, mas o que uma minoria intelectual pensou ou sentiu quando a história estava *in statu nascendi*. Queria, isto sim, como bom historiador, colocar-se em simpática comunhão com o espírito dos atores e autores do drama, reconstruir o processo do pensamento, penetrar as conclusões e motivos que ditaram a ação e fizeram acontecer o acontecimento. Mas o que só esteve no es-



pírito dos homens e veio a influí-los mais tarde, como exemplo e virtude para reaver força na força dos grandes homens, pertence a outra história, ou pelo menos não cabe àquela história que êle concluía no período colonial.

O suplicio de Tiradentes não é só um ato físico, mas um ato simbólico. É a expressão de um grande caráter, é dos primeiros protestos da mentalidade republicana brasileira em face dos desmandos da Metrópole. Mas para o realismo histórico que se agarra com tôdas suas forças ao mundo, à realidade da história, a sublevação realmente não aconteceu. O historiador de 1906 não podia contentar-se com pensamentos conscientes que não chegaram a agir, que não se transformaram em ação, ou cuja ação, de tão tênue, não afetou o povo. Porque o *dramatis personae* agiu era importante: mas se não se chegou à ação? Se seu pensamento foi violado e sua ação impedida? O que aquela minoria intelectual pensou, sentiu e agiu numa pequena roda só aconteceu na história intelectual, e não na história social e econômica que Capistrano escrevia. Aquilo que não foi só conspiração, mas rebeldia e revolução, os Emboabas e Mascates, as lutas entre colonos e jesuítas, a história social e econômica do povo, sua vida e alimentação, seus tipos étnicos, as condições geográficas, as estruturas econômicas dos vários grupos, o povoamento, os caminhos, as feiras, as formas psicológicas, os escravos, seu comportamento e papel, a educação, os divertimentos, os costumes, as crenças religiosas, as profissões, as ideologias que se refletem na prática, as diferenças sociais, a posição da mulher, o comércio e os comerciantes, as palestras, a vida urbana e rural, tudo tem lugar nesta síntese, que é a mais condensada e a mais viva história colonial do Brasil. Não era a gente de ficção que andava em suas páginas, mas a gente real e concreta, que vivera e trabalhara. Êle dava, assim, carne, vida e sangue à sua história e, como historiador, achava a verdade mais bela, que a novela.

Os ideais variam tanto de século a século que era natural que nos *Capítulos de História* fôsse agora o povo a personagem principal. Sim, aqui se vê o povo capado e recapado, sangrado e ressangrado. Mas, para vê-lo assim era preciso ter tido a formação que o próprio Capistrano se dera, ler o que êle lera, os clássicos, os liberais, os socialistas, os radicais, e viver livre de interesses e proveitos.

Seu ideal de história do Brasil, sua concepção historiográfica variou muito, desde o primeiro esbôço de 74. Em 90 êle transmite a Rio Branco seus novos planos: «Estou resolvido a escrever a história do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida — uma história modesta, a grandes

traços e largas malhas até 1807». Esperava reunir muita coisa esparsa, encadear melhor certos fatos e chamar atenção para certos aspectos até então menosprezados. «Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen, que introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II são ainda hoje a base do nosso ensino». Queria, como fez primeiro que todos, sugerir os novos caminhos que tanto modificaram o nosso conhecimento histórico, estudar as bandeiras, as minas, as entradas, a criação de gado, desconhecidas até então.

Em 1903 seu projeto adquire novas formas. «Pretendo acompanhar cada volume de Varnhagen (serão três, o primeiro acaba na conquista do Maranhão) de uma introdução de cem páginas fazendo a síntese do período correspondente. Se levar isto ao cabo fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume do formato de um romance francês». O resultado foram os *Capítulos de História Colonial*.

Capistrano, como um verdadeiro historiador, era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato, ela exige imaginação que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção já sentida, que viva o orgulho ou a humilhação já provadas. Ser desapassionado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram. Não é a conquista da Colônia do Sacramento só que o interessava; não é só a coisa, é o espírito da coisa. Por isso diria que o «Regimento de Manuel Lôbo é um dos documentos que maior prazer me tem causado no estudo da nossa história, porque mostrou-me que o Regente estava de boa fé, coisa de que eu duvidava».

A formação teórica, a pesquisa incansável, a imaginação criadora, as qualidades especiais, as faculdades novas e o estilo deram a êste homem um destaque incomparável na sua época e entre os de sua geração. Seu papel na historiografia brasileira entre 1878 e 1927 não se exprime só com os *Capítulos*. Seguindo a linha de Varnhagen, Cândido Mendes de Almeida, João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva, Capistrano de Abreu foi um erudito e um incansável pesquisador dos fatos novos ou por esclarecer. Fêz pesquisa documental, aquisição de fatos, edição crítica de textos históricos. Era a primeira orientação a seguir para quem quisesse trazer uma contribuição nova. É evidente que na pesquisa, como na interpretação, o preparo teórico joga o mesmo papel importante. Quem não sabe o que perguntar, o que formular, não encontra nos textos as respostas. Ele próprio não escreveria a João Lúcio de Azevedo que «no seu processo de trabalho, o documento devia confirmar a adivinhação?» Sim, porque é preciso levar bem formuladas as perguntas que se originam

de uma leitura incansável e de um extraordinário poder de intuição. O historiador não cria, como na ficção, antes recria um mundo realmente vivido, sofrido, aproveitado ou perdido. E nesta recriação é guiado pelas teorias, concepções ideológicas do mundo, que variam segundo os interesses presentes, enquanto o documento é a única coisa permanente na mudança contínua.

Para acrescentar ao mundo dos fatos mais fatos, a pesquisa e a adição dos textos eram o primeiro caminho, que a escola da crítica histórica de Ranke o faria seguir obstinadamente. E neste sentido a identificação do «Nono» da *Gazeta Alemã* com D. Nuno Manuel, a de Antonil com Andreoni, a da Brandônio com Ambrósio Fernandes Brandão, a do Padre de Ouro com o Padre Gouveia, as edições de Anchieta, Frei Vicente do Salvador, Fernão Cardim, dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, dos *Materiais e Achêgas para a História e Geografia do Brasil*, os estudos sobre os jesuítas, sobre Pero de Magalhães Gandavo, sobre os processos da Inquisição, a «Coleção para melhor conhecer o Brasil», acrescentaram muito ao estudo dos séculos XVI e XVII.

O próprio Capistrano supriu muitas das deficiências notadas na historiografia brasileira da época de Varnhagen e apontadas no seu artigo de 82. Nas anotações de Varnhagen e de Frei Vicente esclareceu tôda a jornada do Maranhão e os anos escuros de 1590 a 1607 e, baseado nas pesquisas de Guilherme Studart, explicou o período pouco conhecido de 1600 a 1630. Suas contribuições à história das minas e das bandeiras, pequenas na extensão mas valiosas nos caminhos que indicou, serviram muito aos que o sucederam. Ainda nos *Capítulos de História Colonial* êle declarava que faltavam documentos para redigir-se a história das bandeiras. A publicação documental e a pesquisa de Afonso d'E. Taunay não são frutos das indicações de Capistrano de Abreu?

A edição das Cartas Jesuíticas, das quais a de Anchieta é obra sua e a de Nóbrega feita com sua ajuda, iluminou a história dos primeiros anos; a edição de Frei Vicente esclareceu a história até 1627; os *Diálogos das Grandezas do Brasil* e especialmente seu prefácio chamaram atenção para a história econômica, social e os costumes, que nenhum livro elucidou como êste; os processos da Inquisição de 1591-95 trouxeram uma contribuição definitiva à história social e dos judeus no século XVI; seu prefácio às *Denúncias da Bahia* relatam, numa síntese admirável, a melhor que conheço, a vida social e familiar do Brasil quinhentista. Foi aí que êle definiu a vida da família brasileira nesta síntese: Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados; no prefácio às *Confissões da Bahia* esclareceu as relações da Bahia e de Pernambuco com o Rio São Francisco. A contribuição de fato e interpretativa

que nos deu Capistrano para o conhecimento dos séculos XVI e XVII não é pequena na extensão, como se pode imaginar à primeira vista, e ilumina como nenhuma outra aquela história social tão abandonada até seu aparecimento.

Falta ainda um aspecto para pôr em relêvo seu papel exato na historiografia brasileira. Já acentuamos, em trabalho anterior, que como todo grande historiador, Capistrano periodizou mas não dividiu a matéria histórica, que flui sem cessar. Tentou, nos seus ensaios e livros, reunir os elementos estruturais e os objetivos espirituais que marcam uma fase característica. Não deformou a realidade do sucedido dedicando-se exclusivamente à vida econômica, política, administrativa ou biográfica. Praticou todo gênero histórico, procurando apreender a vida humana na multilateralidade dos seus aspectos fundamentais. Nunca mutilou a unidade do sucesso histórico, conjunto complexo de fatos de estrutura e de fenômenos ideais, mesmo ao dedicar-se ao período colonial. O historiador dos períodos recria a vida integralmente, embora faça um finito no infinito da história. O historiador econômico, administrativo, político, religioso e o biógrafo ferem a vida histórica pela unilateralidade da visão, pela incapacidade de realizar a missão própria do historiador que é a compreensão total e criadora do curso histórico. Nisto não pecou Capistrano de Abreu, antes salvou-se pela graça de ver o homem todo.

Ele pagara sua dívida ao solo com a divulgação de Wappaeus e Sellin; ao elemento ocidental, com o estudo da história; e aos indígenas, com o estudo dos caxinauás e bakaeris. Quem examinar a lista de problemas obscuros que, em 1882, aos 29 anos, ele apontava à mocidade estudiosa, há de notar que este seu conhecimento preciso da situação da historiografia brasileira no século passado foi um dos fatores decisivos para a radical transformação que se operou no nosso saber histórico. A história das sesmarias, das municipalidades, dos bandeirantes, dos jesuítas, das minas são capítulos que sofreram grande alargamento de perspectivas e de conhecimento.

A historiografia brasileira enriqueceu-se, graças à sua formação, de novos conceitos. O conceito de cultura substitui o de raça; seus estudos indígenas renovaram nossa etnografia; a importância da história social e dos costumes aparece pela primeira vez nos *Capítulos*; e o próprio sistema da casa grande e da senzala e sua importância no Norte viu-o pela primeira vez em 1910. Em carta a Pandiá Calógeras, de 22 de fevereiro de 1910, escreveu: «A situação do norte me aparece assim: população muito escassa; na Casa Grande, muita fartura, graças à economia naturista ou caseira, em que o produto e o consumo se ultimam no mesmo âmbito limitado; pouco dinheiro. Como objeto de comércio o



gado vaccum ou cavalari. Quando êste se vendia no Recife ou na Bahia, o retôrno era quase todo em gêneros. Dinheiro imobilizado em jóias : varas de condão; também escravos decorativos. Pelos meados de 700 a cultura súbitamente desenvolvida de algodão deve ter modificado as coisas; não conheço particulares».

Em resumo pode dizer-se que na obra de Capistrano de Abreu quatro estudos se distinguem : Os *Capítulos de História Colonial*, os *Caminhos antigos e o povoamento* e as edições críticas da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador e da *História Geral do Brasil* de Varnhagen.

Os *Capítulos de História Colonial* são a mais perfeita síntese jamais realizada na historiografia brasileira. É um livro para todos, que todos podem e devem ler mais de uma vez.

Os *Caminhos antigos e o povoamento* definiram os roteiros da época colonial, explicaram a articulação das várias capitânias, mostraram um campo novo na historiografia. Ninguém atribuíra, como Capistrano, desde o fim do século, tanta importância à conquista e ao povoamento do sertão; ninguém estudara como êle com tanto afincio e com tanta base documental êste tema de nossa história; não seria uma mixórdia de dados históricos, antropológicos, geográficos e fatos contemporâneos, como Os *Sertões* de Euclides da Cunha, livro de 1902. Seria um desenvolvimento sucinto e legível daquele capítulo da tese de 1883 ou dos *Caminhos* de 1889, com a base histórica, geográfica e antropológica que ninguém conhecia em particular e em conjunto como êle nessa época. Os *Caminhos antigos e o povoamento* são, para a historiografia brasileira, o que *The Frontier in American History* de F. Turner é para a historiografia americana.

Quando Capistrano de Abreu apareceu na historiografia brasileira, esta centralizava seu interesse especialmente nas comunidades do litoral. Êle viu o sertão e o caminho como processo de incorporação e dilatação da fronteira ocidental : era um campo novo, um método de investigação e interpretação original da formação colonial do Brasil. O sertão e os caminhos são um fator de criação da vida brasileira. Insatisfeito com as histórias puramente políticas que mutilam a unidade humana, êle não divide com sua geografia e economia aprendidas dos alemães o suceder histórico. Ao estudar a ocidentalização do Brasil, estava particularmente interessado em achar aquilo que a distinguia da velha civilização européia. O sertão e o caminho são ilustrações dos processos de desenvolvimento da história brasileira. O verdadeiro ponto de vista da história do Brasil não é a costa atlântica, mas o sertão e o caminho que a êle conduzem e o articulam com o Governo Geral. No processo de transformar o sertão, o colono a principio se barbariza e depois êle próprio e o sertão se alteram e, nesta

mudança, cria-se uma nova personalidade, que é distintamente brasileira. O papel do sertão e dos caminhos, entrevisto agora pela primeira vez, modificou profundamente o escrito e a metodologia histórica no Brasil. A história do Brasil colonial não era só a da colonização da costa atlântica, mas a expansão pela terra, livre ou ocupada por bárbaros.

Capistrano nunca foi um historiador regional. Pelo contrário, sempre soube valorizar as contribuições de cada região ao todo da formação do Brasil. Desde cedo compreendeu que a nossa história é um ato de incorporação e dilatação. Em 94, numa crítica ao livro de Oliveira Lima, *Pernambuco. Seu desenvolvimento histórico*, depois de várias observações e críticas, concorda com o autor que cabe a Pernambuco a hegemonia do Brasil no século XVI e continua: «Se quiséssemos designar cada século da nossa história por um epíteto aproximado, caberia o de pernambucano ao XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII, como o de fluminense ao que breve terminará».

Os *Caminhos antigos* e o *povoamento do Brasil* são de 1899. *A Fronteira na História Americana* é de 1893. Capistrano, como Turner, com um ensaio, renovou todo o método e o espírito da historiografia brasileira. Enquanto os *Caminhos antigos* representavam um livro para estudiosos, a edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen e a da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador são uma conversa para eruditos, o mais sério e o mais perfeito exemplo de crítica histórica, com todo o rigor da metodologia alemã. Em 1907, quando já haviam sido publicados os *Caminhos antigos*, os *Capítulos de História Colonial* e a 3ª edição da *História Geral* de Varnhagen (1º vol.), Capistrano de Abreu era reputado a mais incontestável autoridade na história pátria.

Será realmente modesto seu espólio literário diante de tantas contribuições definitivas, de ensaios tão originais, da seriedade e novidade do método e do fato, das perspectivas novas que abriu aos caminhos da historiografia? Poderia ter sido maior a contribuição de Capistrano, mas não nos parece que tenha sido pequena. Estaremos sempre satisfeitos com o que nos legou, mas ele próprio disse que «Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte e fui punido». Ele que escolhera como epígrafe de sua tese de concurso a frase de Goethe, que a minúcia obscurece a visão, esclareceu como ninguém a historiografia brasileira. Projetos, idéias, conhecimentos nunca lhe faltaram. A correspondência que vai ser agora publicada revelará quantos planos nutriu e quanto guiou e orientou seus

amigos e os que o procuravam para a solução dos problemas da historiografia brasileira.

Quando se estudar exatamente sua herança científica, com a publicação da correspondência e dos ensaios ainda não reproduzidos, ver-se-á os novos problemas e teses que êle sugeriu e indicou aos seus amigos. É preciso escrever uma história do regime de terra no Brasil, dizia; é necessário estudar e escrever a história do Direito e da legislação; a história das Côrtes constitucionais; a história dos partidos; a história do Parlamento; um dicionário de história; é preciso olhar definitivamente a documentação existente na Europa e publicar mais textos históricos; é indispensável fazer o Atlas histórico, pelo qual tanto trabalhou entre 1916 e 1920. Seu engano foi pensar que não teria, como Goethe, o livro lido por aquêles que mais quisesa, um verso do prólogo do *Fausto* que sempre o comoveu. Os *Capítulos de História Colonial* há cinquenta anos são lidos e relidos pelos que estudam o Brasil e admiram a devotada paixão com que Capistrano de Abreu quis descobrir o segredo do Brasil aos brasileiros.

Clareza e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição completam e formam as qualidades do seu espírito e de seus trabalhos. Não importam os grossos volumes; devemos fixar-nos não só no que Capistrano realizou como historiador, mas no que aspirava realizar, no que queria, no que postulava. É na novidade dêste princípio e na estranha energia com que soube mantê-lo que reside seu mérito essencial e incomparável.

Diante de tudo isso, novamente se impõe a pergunta: onde repousa o valor permanente de Capistrano? Na interpretação. Êle foi um grande intérprete, porque foi um grande humanista. Que significa isto? Que êle, como historiador, se preparou para conhecer tudo o que a espécie e o destino humanos podem realizar no mundo, neste mundo que é o Brasil. Tudo que é humano tem interesse, exatamente porque é humano; o bom e o mau, o nobre e o comum, o gosto e o desgosto pela vida, o titanismo da mocidade e o desespero da maturidade, as belezas da vida e os temores da morte, a proximidade e o afastamento de Deus, tudo cai no âmbito do humano.

Pode-se desde logo notar o contraste entre a estima que lhe devotavam e a lição que ensinou. Capistrano de Abreu tornou-se uma legenda no campo da historiografia, onde todos prestam seu culto ao Mestre. Esteve na moda louvá-lo, mas desprezou-se seu conselho. A razão para o contraste é fácil de achar. Êle é uma companhia desagradável para quem procura o êxito imediato, pois combinava uma espécie de ironia socrática com uma intolerância puritana contra a presunção.

Como disse recentemente Eduard Spranger, em artigo publicado o ano passado na *Revista de História Alemã*, no volume dedicado ao 90º aniversário do maior historiador europeu, Friedrich Meinecke, a consciência histórica é uma forma alta e própria de genialidade. Ela é a mais valiosa criação do espírito europeu. «Não reconheceríamos sua força se a considerássemos apenas como essencialmente reprodutiva. Muito mais do que isso, o grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nêle de maneira indissolúvel. A vida, de cuja compreensão êle se apropriou, torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro. Pois só o que é explicado e compreendido torna livre o homem. Assim, o verdadeiro historiador liberta seus contemporâneos da pressão de um passado que simplesmente pesa sobre êles».

A história é, dêste modo, catarse, mas é também relembração do legado espiritual, daquele bem que participa do eterno, que é a única coisa que não nos pode ser roubada, pois pertence individual e humanamente a cada um e a todos. Assim, quem diz consciência histórica significa e insinua duas coisas, dois sentimentos ambivalentes: livrar-se do mal que padecemos ou nos ameaça, e conseguir um bem ou conservar o que já se possuía. Duas salvaçãoes, uma só compreensão — a consciência histórica que presta contas e nos diz o tesouro espiritual que nos coube e que, ao superar o passado, participa da criação do futuro.

Animado de patriotismo, «amo, admiro o Brasil e espero dêle», Capistrano foi a mais lúcida consciência da historiografia brasileira.



## CAPISTRANO — GEÓGRAFO (\*)

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Capistrano era modesto e sábio. Conheci-o em 1924. Viera eu para o Rio cursar a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Brasil. José de Castro Monte, presentemente magistrado aposentado do Acre, amigo de Capistrano, foi a mão que me levou ao mestre, então vivendo à Travessa Honorina, Botafogo. Capistrano, sempre de pé atrás para com os conhecimentos novos, recebeu-me reservado. Observou-me, fez-me perguntas e, como de seu hábito, procurou parecer um ingênuo, fingindo tatear, saber pouco. Seria mesmo aquele o Capistrano, de que me habituara a ouvir falar como sendo o mestre dos mestres, indaguei de mim?

Passei a frequentar-lhe a casa. E aos poucos fui encontrando o Capistrano eminente, sábio e modesto que passei a admirar sem restrições. Emprestou-me livros. Indicava-me leituras. Propunha-me questões. Insistia em que estudasse alemão, sem o que, dizia sempre, pouco avançaria no conhecimento das coisas. A ciência alemã, considerava-a essencial a quem quisesse estar em dia com a cultura universal. Ao indagar de certos temas da formação nacional, ouvia-lhe informações e esclarecimentos preciosos: na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico, seção de manuscritos, no Arquivo Nacional, encontraria êste ou aquele documento que me seria útil. Tôda uma imensa e equilibrada soma de notícias, de reflexões, de pontos de referência êle me proporcionava, sem espetacularidade, mansamente, cordialmente, como que satisfeito em tudo me facilitar para que eu, um dia, dizia-me em tom amigo, pudesse escrever alguma coisa nova, útil à revelação justa do Brasil.

Capistrano disciplinou-me, no particular dos assuntos brasileiros, o conhecimento, o estudo, a curiosidade intelectual e, por que não dizer também, o cívico. Sim porque Capistrano, ao me

---

(\*) Conferência do Curso Capistrano de Abreu, realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1953.

falar dos temas do passado, procurava nêle a raiz dos nossos males, das nossas virtudes, das nossas esperanças por uma nacionalidade sadia. Era assim o professor de civismo. Aquêlê pessimismo que todos proclamam como uma de suas pintas mais vivas, eu não o senti. O amargo de suas observações a propósito de situações difíceis em que se afundava o país, êle as proferia sem descrença nas nossas condições sociais e econômicas. Capistrano compreendia bem o Brasil! no seu esforço por tornar-se uma potência. E percebia que tudo quanto podia parecer sinal de desagregação, era fruto da celeridade por que começávamos a enfrentar o futuro e a caminhar em renovação incessante.

Capistrano, amadurecido para a análise do fenômeno brasileiro, sabedor como ninguém do que representava o patrimônio do passado, cujas minúcias êle conhecia pelo trabalho diário de investigação dos textos e dos depoimentos que encontrava nos arquivos, por tudo isso fizera-se o analista profundo de tôdas as nossas características, exegeta ilustre e brasileiro consciente do que valíamos e do que iríamos representar num mundo que êle sabia não distante. As grandes particularidades sociológicas, os altos e baixos de nosso processo econômico e os fundamentos físicos de nossa realidade, constituindo seu campo permanente de meditação, asseguravam-lhe essa certeza sôbre o Brasil que estava sendo estruturado.

Os fundamentos físicos, representados nos quadros fisiográficos, êsses, particularmente, estavam nas suas preferências. Porque, sente-se em tôdas as páginas de sua obra, cedo se apercebera de que é pelo conhecimento do meio físico que se pode pretender passar ao conhecimento do processo social, do processo histórico, do processo econômico, do processo cultural, portanto.

Se na leitura que fizemos da obra do mestre encontramos um Capistrano que nos revela a evolução econômica e as constantes sociológicas que nos distinguem, permitindo, inclusive, nesse particular, uma lição sôbre Capistrano sociólogo ou sociógrafo e Capistrano e a interpretação econômica do Brasil, no tocante às características geográficas, essa lição pode ser dada com a mesma objetividade, uma vez que em todos os seus grandes estudos e ensaios aquelas bases estão presentes, afirmando a importância que lhes reconheceu para o exato entendimento dos passos históricos.

Evidentemente, Capistrano não foi um geógrafo profissional. Não realizou operações de campo. Vivendo no Rio, conhecendo mais diretamente o seu Ceará e o sul do país, nem por tal podemos considerá-lo o geógrafo que tivesse se acercado mais intimamente desta ou daquela região para nela especializar-se ou

que delas soubesse apenas pela informação transmitida por outros. Teria sido então o geógrafo de gabinete, como tantos o foram entre nós, geógrafo de um tipo a que nos habituamos e só agora vai perdendo sua razão de ser? Mas, cabe logo aqui a pergunta: Capistrano foi realmente um geógrafo? A contribuição científica que o país lhe deve, no campo geográfico, apresentou alguma importância, ofereceu algum relêvo?

\* \* \*

A geografia do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, foi uma geografia de instantâneos, de aspectos, de indicações soltas apresentados ao sabor das informações colhidas nas andanças dos missionários, dos sertanistas e das autoridades civis e militares que se embrenharam pelos sertões e dêles voltaram, cheios os ouvidos e os olhos de um mundo de novidades sensacionalistas que nem sempre resultaram da própria observação direta ou escaparam aos ardores da imaginação tropicalizada. Num ensaio magnífico sobre *Viejas ponencias sobre el Nuevo Mundo*, Antonello Gerbi passou em revista a exegese da realidade socio-fisiográfica que os doutores da Europa faziam, de seiscentos ao novecentos, exaltando-se, negando, compreendendo sem realismo o que era a natureza, a paisagem selvagem ou a que o conquistador e o colono procuravam humanizar pela ordenação dessa natureza bravia. Os elementos de que se serviam aquêles doutores eram justamente os elementos proporcionados pelos geógrafos e naturalistas dos primeiros instantes da América, geógrafos e naturalistas que elaboraram os seus epitônels ou os seus infolios dominados pela exuberância do meio a que se procuravam afeiçoar, vítimas que se constituíam da tremenda força telúrica que encontravam.

O estudo dos aspectos geográficos do Brasil, como é óbvio, fez-se também, à influência poderosa dessa força telúrica: jesuitas, bandeirantes, funcionários do Estado não puderam eximir-se dela. E toda a literatura que se escreveu, se é certo que foi autorizando um domínio menos precário do que era a realidade geográfica, domínio que se precisava ter para a própria segurança da soberania portuguesa, nem por isso deixou de ser uma literatura a que não pudéssemos chamar de pre-geográfica. Fantasiada, refletia mais a ardência a que se submetiam os autores. Por certo dava uma idéia do país, mas uma idéia apressada, pouco nítida, mais um arrolamento de nomes, de acidentes, que um levantamento elaborado com rigor técnico, impossível de exigir-se na época. Com ela, os levantamentos cartográficos, organizados sigilosamente para uso oficial e nunca para a divulgação ecumênica.

É certo que nessa tarefa de indagação, procedida com os instrumentos de que era possível dispor para operações que cobrissem a extensão quase imensurável de colônia em crescimento, o Estado andava sempre atento, ordenando-as e cercando-as das necessárias cautelas. Os imperativos políticos que mostravam as pesquisas, as tomadas de contato, pesavam, fortemente, sobrepondo-se ao interesse puramente científico. O que ia sendo apurado, em consequência, não circulava, permanecendo trancado aos olhares estranhos.

Quando, no século XVIII, por motivo dos Tratados de 1750 e 1777, constituíram-se as comissões encarregadas de, no campo, efetuar a execução do que se assentara nos dois diplomas, coube-lhes proceder a uma verdadeira revolução no conhecimento das bases físicas do território imperial. Aos relatos meio ingênuos ou exuberantes demais dos Pero de Magalhães Gandavo, dos Fernão Cardim, do próprio Gabriel Soares de Sousa que possuía grandes qualidades de observador, ia suceder um rigoroso inventário da orla de fronteira, ponto de partida para o conhecimento interior do país.

Os levantamentos parciais das Capitanias, levantamentos geográficos e cartográficos, anteriores ou posteriores, não eram melhores ou menos primários, o que não significa que em todos eles não houvesse o dado certo, a informação merecedora de fé, a observação objetiva que, pelos séculos adiante, seria confirmada através do olho mais penetrante dos geógrafos de campo, estrangeiros e nacionais. Ayres do Casal, bem pesadas as suas notícias, foi já um fruto de toda aquela massa apreciável de estudos e de constatações dos três primeiros séculos. Capistrano que tanto o admirava, considerava-o mesmo merecedor do título de geógrafo, que não reconhecia nos que o haviam antecedido. Falando dêle em 1907, em artigo no Almanack Garnier, dizia: «tinha a intuição do geógrafo, sabia que os terrenos têm uma fisionomia, lia a ação da natureza em fenômenos da natureza descurados por outros como, por exemplo, a persistência de certos ventos na inclinação das árvores do sertão da Paraíba. Ainda hoje, em nossa língua, não saiu obra original que se lhe avantajasse».

Sob o Império, a renovação dos conhecimentos geográficos começou a ser dinamizada. Os geógrafos de gabinete foram cedendo lugar aos geógrafos de campo. É certo que êsses geógrafos de campo não abundavam nos quadros profissionais brasileiros. Encontramo-los, preferentemente, no campo estrangeiro. Entre os nossos, distinguira-se, para exemplificar, um João Martins da Silva Coutinho, o Major Coutinho que guiava os naturalistas e geógrafos europeus e americanos. Exploraram-se, com olhos de inda-



gação científica, os vales do Amazonas e do São Francisco. Procedeu-se ao levantamento do potencial geográfico. Inventariaram-se particularidades fisiográficas e climéricas, numa volumosa e nervosa devassa que visava dar à nação o conhecimento de seus fundamentos geográficos. Expedições científicas percorreram o Império cercados de facilidades oficiais. Em 1881, coletara-se, por todos os municípios, através de um questionário interessantíssimo, o material necessário à proposição do que econômica e socialmente representava a vida nacional. Por ocasião da grande exposição promovida pela Biblioteca Nacional em 1881, o material de natureza geográfica que foi apresentado ao país, verdadeiramente notável, pela riqueza em peças e valor dessas mesmas peças, já podia dar uma impressão do que estaria apurado sobre o país.

Os geógrafos de gabinete, do tipo do Senador Pompeu e de Moreira Pinto, seguramente já se valiam de alguns dos resultados das operações de campo. Em seus escritos parece-nos, entretanto, ainda preferiam servir-se do que apuravam no convívio com os moradores da hinterlândia e do litoral, por lhes parecerem mais autorizados pela experiência diária que tinham das regiões onde viviam. Com todos os defeitos que lhes descobrimos ao apreciá-los à luz das concepções de nossos dias, não podemos, contudo, deixar de louvá-los pelo que realizaram.

Capistrano iniciou suas atividades de ordem cultural justamente nessa fase de renovação. Sua curiosidade pelos temas nacionais ia despontando ao contato com as novidades que chegavam ao meio cearense onde atuava. Suas leituras nessa fase seriam leituras naturalmente realizadas com a sofreguidão de quem desejava esclarecer-se de tudo, abarrotando-se de conhecimentos, obtidos sem disciplina, sem método, sob o desejo insofrido de saber rapidamente, o mais rapidamente possível. Escrevia crítica literária. No meio em que ia formando o espírito, na sua Fortaleza, as preocupações pelos motivos brasileiros eram, porém, intensas. Ali estavam figuras como Rodolfo Teófilo, Domingos Olímpio, Araripe Júnior, Rocha Lima, Tomás Pompeu, alguns dos quais compunham, com Capistrano, o que eles chamavam pomposamente de «escola francesa». E se as cogitações de natureza literária constituíam o laço mais apertado que os solidarizava espiritualmente, as cogitações sobre as questões relativas à estrutura brasileira sob qualquer ângulo por que a propuséssemos, não perdiam substância. Porque, realmente, elas se confundiam com aquelas atividades literárias. E tanto assim que vários do grupo se credenciaram, pelos tempos adiante, pelo que legaram especialmente sobre os motivos nacionais.

Capistrano, fazendo crítica literária, já a essa altura tinha a consciência do que representavam as forças da natureza para exaltar a vida social. E tanto assim que ao proferir uma série de conferências sobre a literatura brasileira contemporânea, ano de 1875, tendo então apenas 21 anos de idade, deu um realce particular ao que êle chamava de forças físicas, isto é, clima, alimento e solo, para que fôsse possível compreender a evolução literária que se propunha estudar. Não era possível acompanhar a marcha de civilização, e a literatura era um aspecto dessa civilização, sem antes atentar para aquêles imperativos, uma vez que êles é que a explicavam e a autorizavam.

Martius, Buckle, Taine, Spencer, Stuart Glennie, Rendu, Oliveira Martins, Teófilo Braga haviam-lhe proporcionado todo um vasto e espantoso acervo científico, que sabia utilizar com o equilíbrio necessário, tirando dêles o essencial ou o fundamental para o entendimento da vida brasileira. Como ninguém o fizera até aquêle momento, aplicando a lição dos nomes universais a cuja leitura se entregara, procurara analisar a evolução cultural do Império como nos nossos dias os sociólogos, os etnólogos e os geógrafos o fazem.

As páginas em que recolheu aquelas aulas memoráveis, lidas hoje, são páginas de atualidade como método de trabalho, como a análise aguda, como conclusão objetiva. E Capistrano tinha, então, 21 anos! Despontava o geógrafo, despontava o historiador? Evidentemente podemos considerá-lo ao ministrar aquêlê curso de extensão universitária, como lhe chamaríamos agora, não unicamente o crítico literário, mas a inteligência perfeitamente a vontade com os temas da melhor brasilidade, com o pensamento voltado para êles. A Província dera-lhe muito, mas não era tudo.

Capistrano, no Rio de Janeiro, para onde se trasladou em 1875, com a bagagem de conhecimentos de que aquelas conferências valiam como amostragem succulenta, encontrou o que faltava. E como era natural, absorvido pela interpretação do passado, empolgou-se também pelo estudo das bases geográficas de nossa formação.

Assim, prosseguindo na sistemática que adotara, logo no primeiro trabalho dessa natureza, aquêlê com que se propôs à cátedra do Imperial Colégio de Pedro Segundo, ao examinar o episódio do descobrimento de nossa pátria e de seu desenvolvimento no decorrer do primeiro século, apreciou, como devia, os fatores geográficos dos momentos vividos entre a chegada do descobridor e o fim da centúria inicial. O quadro físico e o quadro humano, social talvez seja mais acertado dizer, estão ali explicando a presença dos que vieram revelar a terra, penetrá-la, percorrê-la ao

longo do litoral, criar os primeiros núcleos, fixar as bases do sistema econômico da colonização e orientar os fundamentos da sociedade mestiçada que cedo se foi constituindo como única força capaz de vencer a hostilidade do ambiente agressivo. O sentido revolucionário da tese não o devemos buscar nas inovações por que dispôs o assunto, manejando a documentação disponível e fazendo uma exegese exaustiva e definitiva da matéria. Esse sentido revolucionário consiste justamente na proposição dos aspectos geográficos, desprezados até então pelos que tentavam esclarecer e compreender nossos cem anos de vida inicial. A caracterização da costa, explicando a ocupação, a marcha da expansão, as condições do hinterland, o papel dos rios motivando melhor a penetração e conhecimento do interior, são, naquelas páginas de excepcional valia, em nosso entender, o revolucionário, sem esquecer que há ali igualmente páginas de geografia social, de geografia econômica verdadeiramente modelares servindo à exegese do Brasil que despontava e se propunha ao mundo com tôdas aquelas peculiaridades.

\* \* \*

A obra de Capistrano de Abreu, começada a agrupar e a reeditar pela ação bemfazeja da Sociedade que lhe leva o nome, não é grande. Tampouco apresenta unidade. A impressão que se colhe é a de que o autor não possuía as qualidades de um trabalhador organizado, disciplinado ou constante. Escrevia o resultado de suas pesquisas. Não me cabe, porém, examinar aqui essa faceta de seu espírito. O que devemos procurar é o que há nessa obra que nos permita ver, no sábio, o geógrafo ou o operário que reuniu materiais para facilitar à nação um menor desconhecimento acerca de sua realidade geográfica. Nesse particular, além do que já referimos, há que assinalar: em sua obra encontramos material suficiente para que possamos chegar a uma conclusão, respondendo à pergunta que lançamos atrás.

Esse material está disperso nos pequenos ensaios ou nas monografias que escreveu, nos prefácios e nas traduções que fez, nos artigos que publicou na imprensa. Não lhe devemos um trabalho mais sistemático, mais denso, mais incisivo, como sucedeu no tocante à história. Ensaios ou monografias como os *Capítulos de História Colonial*, o *Rã-txa-uni-kuin*, os *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*; prefácios como os que constam das *Notas sobre o Paraíba*, de Irineu Joffily; traduções como as que nos propiciou da *Geografia do Brasil*, de Selin, da *Geografia do Brasil*, de Wappaeus, dos artigos, reunidos posteriormente em livro sob o título de *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, da autoria de Herbert

Smith, do *Clima do Pará*, de Emilio Goeldi, de *O homem e a terra*, de Kirchoff; artigos como aquêlê sôbre *A Geografia do Brasil*, em que sumariou com a segurança de sempre o que vinha sendo o trabalho de revelação geográfica do país pela contribuição específica dos pre-geógrafos, dos geógrafos de gabinete e dos geógrafos de campo.

A leitura de todo êsse acervo, até bem pouco de difícil conhecimento, deixa-nos, de logo, cientes de que Capistrano, intimo dos grandes mestres da ciência geográfica de seu tempo, a par das concepções revolucionárias que modificavam o processo do trabalho geográfico e da importância da geografia e suas divisões, admirador de Humboldt, de Ritter, de Preschel, de Albert Penckt, de Alexandre Supan, de tôda, portanto, a geografia alemã que comandava a renovação dos estudos e das concepções geográficas, não podia ver com bons olhos o que se teimava em realizar naquele ramo de atividade entre nós. Para êle, que aprendia nas melhores fontes renovadoras, a geografia não era o catálogo enfadonho de nomes de acidentes, fôssem rios, lagos, cabos, montanhas, etc., nomenclatura que levava a uma geografia de memorização ou de mero fichamento de indicações. A geografia, êle a entendia, e nisso seguia a lição do núcleo alemão, a frente dêle o eminente Oscar Preschel, como «medição», «em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, a estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste com a animalidade que o cobre, e o homem que domina sôbre a criação aparecessem, todos, nas correlações que os prendem e penetram». O geógrafo, afirmava, devia ler a lição da natureza» e saber «que os terrenos têm uma fisionomia».

A influência do meio, sôbre que desde cedo se pronunciara, adotando o pensamento dos deterministas, parecia-lhe substancial. Impressionado com a falta de obra de conjunto que proporcionasse um quadro do que representávamos nas nossas bases geográficas, mais de uma vez concitou os que se dedicaram àquêlê campo de atividade para a tarefa memorável. Não foi ouvido. Capistrano, professor de geografia no Colégio de Pedro Segundo, seguramente insatisfeito com os textos que se adotam, não elaborou no entanto, o livro que se podia exigir de sua inteligência e de sua cultura. Aquela incapacidade para a obra disciplinada de que devemos acusá-lo, não lhe permitia a feitura do manual didático. Suas aulas seguramente já constituiriam qualquer coisa de mais movimentado, de mais em contato com a vida. A geografia que ensinou deve ter sido uma geografia em que espaço e sociedade em atuação nesse espaço seriam apresentados sem a melancolia daquelas referências nominais que tanto desamor criaram



para a disciplina nos meios escolares. Natureza e homem seguramente seriam propostos nas suas relações, na sua variedade, no condicionamento que ambos se imporiam definindo-se como forças e como resultantes dessas forças.

Mas era preciso fazer mais alguma coisa. E Capistrano no interesse da cultura, da dignidade da cultura, visando igualmente o meio escolar, realizou, não a obra original que devia ter realizado, mas as traduções e adaptações das páginas estrangeiras que melhor, à época, revelavam o país. As traduções do livro de Selin e de Wappaeus, de certo modo significando um protesto ante o indiferentismo local, valeram, de outro lado, como uma contribuição que oferecia para que saíssemos da situação que se lhe afigurava vergonhosa. Selin já era um passo largo. No livro, rompia-se com o estilo morto em que se vasavam as obras nacionais na espécie. Apresentava-se ali uma geografia do Brasil diferente, muito diferente: geografia econômica, social, cultural.

No livro de Wappaeus, recorreu, é certo, à colaboração de uma equipe. Foi, aliás, no gênero, o primeiro trabalho que se elaborou. E que equipe a que mobilizou.

Com ela atenta à sua direção, fez uma geografia nova. Da primitiva, do autor estrangeiro, extraiu o essencial para manter-lhe o nome na lombada. Na verdade, o volume I, único publicado, preencheu claros, animou ângulos do facies da pátria, informou com abundância de detalhes mostrando a paisagem em estado de natureza e em suas modificações promovidas pelo dinamismo humano.

A geografia de Wappeus, na tradução, correção e ampliação de Capistrano e da equipe que dirigia, constituiu, evidentemente, uma renovação na época.

Com *O homem e a terra*, de Alfredo Kirchoff, propôs-se à divulgação do que chamamos hoje de geografia humana. O mestre alemão, dirigente de uma coleção famosa, professor da Universidade de Halle, era uma das figuras eminentes do movimento alemão por uma geografia que fôsse interpretação do meio físico e da ação disciplinadora e criadora do homem. Divulgando-lhe a obra, Capistrano cooperava naquele desideratum.

Mas não se pode reduzir a isso a contribuição de Capistrano.

Lido nos mestres europeus, alemães de preferência, que revolucionavam a ciência geográfica, Capistrano, como no campo da história, trouxe uma contribuição magnífica à renovação da atividade geográfica brasileira. A geografia histórica, como podemos verificar nos prefácios a Gandavo, a Cardim, a Gabriel Soares de Souza, a Irineu Joffily, nos *Capítulos de História Colonial*, no

*Descobrimento do Brasil e sua evolução no século XVI*. nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, foi êle quem a começou a escrever, destacando a contribuição dos pre-geógrafos e assinalando os aspectos mais distintos.

A geografia regional, com a indicação dos aspectos mais distintos que a distinguiram e isso se pode verificar nos *Capítulos de História Colonial* e nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, quando assinalou a diversidade do quadro físico e a ação que os homens desenvolveram para estabelecer as relações necessárias entre as partes distintas e distantes do território nacional, foi também êle quem a propôs com mais aguda lucidez, confirmando a assertiva graciosa de Frei Vicente do Salvador ao referir-se à existência, não de um Brasil uniforme, homogêneo, mas, a de vários brasis, as ilhas que compõem o arquipélago social, econômico e cultural de que nos falam, enfáticos, os mestres da nossa atualidade.

Quem, por exemplo, mais bem informado que êle sôbre a Amazônia, como conjunto geográfico, social, econômico e histórico? O próprio Rio Grande, cujo papel na vida nacional parece não ter compreendido ou ter encarado sob evidente má vontade, a ponto de julgá-lo desnecessário à nossa composição política, o próprio Rio Grande, Capistrano caracterizou-o geograficamente com acentuada segurança, em traços incisivos e essenciais, como era de seu feitio, naquele estilo objetivo, sêco, sincero que tanto lhe refletia a personalidade.

Nos *Capítulos de História Colonial*, sem favor nenhum sua obra prima, a síntese geográfica por que os inicia afigura-se-nos uma síntese perfeita. Há naqueles periodos o essencial para que se possa compreender o espaço que foi teatro da empresa colonial dos portugueses. O essencial e o fundamental.

Nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* é que nos parece, porém, que Capistrano revelou melhor o sentido do geográfico que possuía. Partindo da variedade do quadro físico e examinando a expansão que os sertanistas da Paulicéia, da Bahia, de Pernambuco, da Amazônia, realizaram, cedo se apercebera da importância dos caminhos, fôssem os naturais, os caminhos líquidos, os rios das grandes e pequenas bacias hidrográficas, fôssem os que o conquistador ia abrindo na trilha do gentio, na marcha vagarosa dos rebanhos, no esforço material para estabelecer contatos entre os pontos mais distantes da colônia. Atentando convenientemente para o papel dos rios e dêsses caminhos abertos a fogo ou à custa de uma internação perigosa, propô-los como um dos pontos básicos de nossa formação e da nossa caracterização. O sentido social e econômico dos caminhos

explicando o povoamento e assegurando características às civilizações, no passado e no presente, tinham sido propostas ao entendimento dos centros universais de cultura, por Edmond Demolins em *Comment la route crê le type social*. Capistrano de certo modo seguiu-lhe a lição: o estudo dos caminhos permitia ver melhor, entender mais à vontade a obra de civilização, de ocupação dos espaços internos e como tal levar à característica mais forte do nosso processo de estruturação e de solidariedade.

Sem render vassalagem a Leon Metchnikoff, que emprestara aos caminhos líquidos, aos grandes rios, um papel fundamental no florescimento da civilização, o que importaria em nos atribuir a posse de perspectivas para comandar a civilização do futuro, uma vez que dispúnhamos de bacias do porto da amazônica, da do S. Francisco e da do Paraná, Capistrano soube ver nos rios e nos caminhos criados pelas andanças do homem, como capítulos de geografia física e de geografia social, capítulos essenciais para a explicação da realidade geográfica, seja nos seus aspectos de natureza em gênese, seja nos seus aspectos de natureza humanizada. Examinando com olhos de ver o processo de penetração e de fixação do colono nas áreas molhadas da Amazônia, nos campos e terras áridas do nordeste, nas coxilhas do sul, nos chapadões interiores, por todo o amplo território que se fôra ampliando e incorporando, Capistrano constatou a importância dos fatores geográficos. Compreendeu-os e indicou-os com precisão. A unidade brasileira resultante do esforço colonial êle a propôs seguramente, realisticamente, nos aspectos geográficos que surpreendera na verificação do episódio da expansão territorial.

Não será demais, por fim, recordar, nestas notas apressadas que lemos neste curso, que visa antes pedir a atenção nacional para a que representou o mestre no panorama de cultura que, propriamente, fixá-lo em definitivo nas múltiplas facetas da sua personalidade, o quanto Capistrano se esforçou por que se divulgassem os roteiros de viagens coloniais de bandeirantes e missionários e se animassem os estudos de campo, dos trabalhadores escoteiros ou em equipes. O aplauso que dispensou a Orville Derby e a Herbert Smith não são suficientemente elucidativos? Para êle era fundamental essa divulgação e essa pesquisa de campo, pois viriam permitir o conhecimento mais pormenorizado da generosa atividade de antepassados heroicos no reconhecimento do hinterland e portanto, interessando ambos ao progresso do trabalho geográfico.

Não podemos, na base das considerações que estamos fazendo um tanto a vôo de pássaro, atribuir a Capistrano o título de geógrafo de campo. A contribuição de Capistrano para a reno-

vação de estudos geográficos no Brasil foi, no entanto, evidente. Antes do esforço que realizou, fazíamos apenas a catalogação dos acidentes, o que não significa que a geografia de campo estivesse descurada. As obras-síntese, o livro didático, o texto divulgativo, êsse, na verdade, era catalogação irritante, nomenclatura, descritivo sêco, desinteressante; inútil ao conhecimento do que eram as nossas bases físicas e humanas. Capistrano condenou a geografia realizada por êsse processo. Liderou o movimento de atualização, de modernização dos métodos.

Membro desta Casa, em cuja revista gloriosa divulgaram-se textos de cronistas, de viajantes, de pre-geógrafos, de sociólogos de etnólogos, de sertanistas e missionários, de homens de govêrno, de autoridades que percorreram o país desvendando-o e concorrendo assim para que fôsse menos desconhecido, numa contribuição exaustiva à feitura do retrato em corpo inteiro de nossa pátria, Capistrano de Abreu, sábio e modesto, mostrou-se um trabalhador insatisfeito com a obra própria e com a obra alheia.

Sem ter sido um geógrafo na acepção mais vigorosa da expressão, de vez que em seus trabalhos não visava diretamente a atividade geográfica, Capistrano afigura-se-nos um animador das operações de campo, um filiado às correntes européias de renovação, tendo utilizado, com evidente êxito, como pioneiro, o exame dos fatores geográficos para interpretar a vida brasileira. Essa a posição que lhe devemos atribuir. Essa a conclusão a que chegamos, respondendo à tese que nos foi proposta. Capistrano geógrafo? Não, Capistrano animador da renovação dos estudos geográficos.



## CURSO CAPISTRANO DE ABREU (\*)

Professor MOZART MONTEIRO

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico

Ilustres consócios

Minhas senhoras

Meus senhores

Hoje, esta aula, nesta solenidade, é diferente.

Começarei por falar de mim mesmo. É pena, é mesmo estranho; mas é necessário.

Antes de tudo, cumpre observar que este Curso termina agora, e que este professor, que vai encerrá-lo, não assistiu, — como devia, como queria e como precisava, — às aulas dos ilustres colegas que o precederam.

Contando com a vossa indulgência, direi porque.

Ainda na Europa, onde passei alguns meses, recebi, do preclaro presidente desta Casa, o ilustre historiador José Carlos de Macedo Soares, honroso convite para realizar neste recinto uma das conferências do Curso Capistrano de Abreu, com que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ia comemorar o centenário desse grande vulto da cultura nacional, e que se distinguiu, especialmente, no campo da História pátria.

Vários motivos me levaram a aceitar, com redobrado prazer, o convite. Além de admirador de Capistrano de Abreu, — como são os cultores das nossas letras históricas, — pertencço às duas únicas sociedades culturais em que Capistrano, em toda sua vida, consentiu figurar: o Instituto do Ceará, sua terra natal, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Travei relações pessoais com Capistrano por intermédio de Calógeras, cuja casa, à rua

---

(\*) Conferência realizada em 23 de outubro de 1953, data do centenário do grande historiador. A conferência teve por tema *Considerações sobre Capistrano de Abreu*, e com ela se encerrou o Curso levado a efeito pelo Instituto.

dos Voluntários, ambos frequentávamos. Com os conselhos e a colaboração assinada de Capistrano, o autor de *A política exterior do Império* e eu, — por incumbência de Assis Chateaubriand, — organizamos a edição com que *O Jornal* comemorou, em 1925, o centenário de Pedro II; obra coletiva, em que tomaram parte os mais distintos historiadores e cronistas daquele tempo, e que foi depois enfeixada em volume por êste benemérito Instituto. Fui, algumas vezes, com Calógeras, à casa de Capistrano, à antiga Travessa Honorina, que ficava perto; tão perto que, partindo de Voluntários, nós iam a pé. Com Chateaubriand, em 1927, fui ao enterro de Capistrano e, no mesmo dia, na redação de *O Jornal*, onde eu também trabalhava, ambos escrevemos artigos assinados sobre a morte do mestre; artigos que saíram na manhã seguinte e que, hoje, são citados na bibliografia capistraneana de Pinto do Carmo; e alhures. Fiz parte, — com Chateaubriand, Calógeras, Afonso Celso, José Carlos de Macedo Soares, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro, Rodrigo Otávio, Basílio de Magalhães, Gustavo Barroso, Ronald de Carvalho e outros, — da Sociedade Capistrano de Abreu, fundada dias depois do falecimento de seu patrono. Foi nas colunas de *O Jornal*, onde então eu escrevia sobre política e sobre História, que Capistrano publicou, um mês antes de morrer, o seu último artigo, *A obra de Anchieta no Brasil*; e estava o mestre elaborando um estudo para aquêlê órgão da imprensa brasileira, — trabalho destinado à edição comemorativa do 2º centenário da introdução do café no nosso país, — quando teve de partir, e partiu, «para as regiões de onde ninguém volta», — para usar de antigas palavras suas, em carta ao Barão de Studart.

E é nesse mesmo *O Jornal* que agora, 26 anos depois do falecimento do príncipe dos historiadores brasileiros, redijo a seção «Letras Históricas», na qual, dentro das minhas limitações, procuro ventilar, entre problemas teóricos e concretos, tudo o que possa interessar à História humana, especialmente à do Brasil.

Mas, além de tôdas estas razões, — que me animaram a aceitar o convite, com que fui honrado, para falar aqui, no Instituto Histórico, — há uma que domina as outras, há uma que me domina a mim mesmo. É que, minhas senhoras e meus senhores, eu sou também cearense: nasci em Fortaleza, bem perto de Maranguape, onde nasceu Capistrano; e foi Maranguape, — tão modesta e tão simpática! — a primeira cidade que, depois da minha querida cidade natal, eu conheci. Lembro-me ainda. Já era adolescente. Já sentia, como cearense, desejo de viajar. Não sei porque isso, em geral, acontece com os que nascem na «terra de sol» e dos «verdes mares bravios». Não sei. Trago, até hoje, dentro de

mim, êste desejo de correr e observar o mundo, para, depois de conhecer, como conheço, fora da pátria, cidades da América, da África e da Europa, só ter, afinal, uma cidade que me não sai do coração: a cidade onde nasci, e de onde trouxe, ainda jovem, as esperanças e as ilusões que a vida, mundo fora, vai matando.

\* \* \*

Se, de um lado, eu tinha tantos motivos para colaborar, aqui, com os meus nobres consócios do Instituto, na realização do Curso Capistrano de Abreu, de outro lado, logo após a aceitação do convite, enfrentei um obstáculo: já não dispunha, completamente, de meus olhos. Foi nessa conjuntura que regressei ao Rio. A data da conferência estava marcada; o prazo que eu tinha, para prepará-la, era curto e, dentro dêle, eu deveria sofrer a incerteza de uma intervenção cirúrgica, que, mesmo bem sucedida, me privaria de ler e escrever, durante algumas semanas, — justamente as mais próximas da data prefixada para o desempenho da minha incumbência.

Se eu fôsse romancista, escreveria, pelo menos, uma novela sôbre a vida dos olhos: como êles nascem, como êles vivem, como êles amam, como êles sofrem, como êles morrem. Como, porém, eu não seja romancista, falo apenas como historiógrafo.

Escrevendo certa vez ao Barão de Studart, que estava enfermo dos olhos, — aquêles olhos investigadores, que eu tanto conheci e cuja luz, pelo resto de sua vida, se foi, a pouco e pouco, apagando, — disse Capistrano, em carta mandada do Rio: «Teus olhos são necessários ao Ceará». É um grande elogio, partindo de quem partiu.

Nossos olhos, os olhos de tôda gente, são necessários. Cada um de nós, num momento de solidão, mergulhando em sua própria alma, poderá perguntar a si mesmo: — Além de mim, a quem, afinal, são meus olhos necessários?

E aguarde, em consciência, a resposta; porque, então, um problema, talvez por nós jamais formulado, começa a levantar-se, e começa a sorrir. Sorrir, como? Depende. Depende muito. Êsse sorriso só pode ser visto pelos olhos d'alma.

\* \* \*

Quanto ao meu caso, no campo da História, já me sinto de novo feliz; porque, entre outras coisas, posso reler e meditar a obra notável dêsses dois cearenses, — o Barão de Studart e Capistrano de Abreu, — um, o maior historiador do Ceará; o outro, o maior historiador do Brasil.

Studart e Capistrano eram amigos íntimos, desde a infância, — nos bancos escolares, — até a velhice e a morte.

Dolorosamente belo foi o destino do Barão de Studart, o primeiro historiador com quem entretive relações de amizade (eu, na primavera da vida, êle já no outono): dolorosamente belo, porque, dedicando sua longa existência à busca e à utilização de documentos antigos, o Barão de Studart foi perdendo, e perdeu afinal, a luz de seus olhos, para que, com ela, se rasgassem as trevas que ainda envolviam o passado memorável da província amada, — isto é, para que se erguesse, sôbre alicerces eternos, a História do Ceará. E como se o Destino fizesse ironia diante dessa vida gloriosa, o Ceará, por fôrça da Natureza, é a Terra de Sol e, por amor da liberdade humana, é a Terra da Luz.

\* \* \*

Nas circunstâncias em que tive de fazer êste trabalho, não posso desenvolver, aqui, algumas considerações nêle aduzidas. Procurarei, tanto quanto possível, resumí-las. Questões e dúvidas, — sôbre a vida, a obra e a história de Capistrano de Abreu, — serão sômente levantadas, ou apenas sugeridas. Falando, como falo, depois de todos os meus eminentes confrades, que professaram êste Curso, e ignorando ainda as altas lições que deram, côrro o risco de repetir, sem o saber, o que êles já ensinaram, com aquela autoridade que me falta.

Na sincera humildade desta confissão, — com que inicio esta conferência ou esta aula, quebrando moldes tradicionais da oratória no encerramento solene de um curso tão notável, — espero contar com a generosidade dos que me ouvem, para as faltas que porventura cometer.

\* \* \*

Entremos agora no tema: *Considerações sôbre Capistrano de Abreu*.

De uma pobre casa rural do Ceará, a um porão pobríssimo do Rio, transcorreu a vida de um dos homens mais modestos e, ao mesmo tempo, mais ilustres que ainda floresceram no Brasil — Capistrano de Abreu.

Diante das riquezas e vaidades do mundo, viveu como um filósofo da Grécia antiga, e morreu como um frade mendicante da Idade Média.



## REVELAÇÃO DE CAPISTRANO COMO HISTORIADOR

Capistrano cultivou várias ciências; mas era, acima de tudo, historiador. Foi na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que se manifestou concretamente a sua vocação para os estudos históricos. É interessante observar a formação de um grande historiador. À luz de documentos e não por meras conjecturas, — como, sobre casos dêste gênero, se costuma fazer no terreno da crítica literária, e mesmo da História da Literatura, — parece-nos possível mostrar quando se revelou em Capistrano de Abreu a vocação de historiógrafo. Há mais momentos decisivos na história dos homens ilustres, do que na História dos povos. Como quer que a Biografia, — considerada como ciência, como obra de arte ou como meio de expressão, — seja, no fim de contas, a História de alguém, uma das principais tarefas do biógrafo será procurar, através de tôda a vida de seu herói, os fatos culminantes, muita vez determinados pelo acaso. Não raro, na estrada da vida, cujo fim ninguém vê, um homem chega à encruzilhada, — a encruzilhada que surge na vida de todo homem, — e, sem saber como, nem porque, levado pela Providência, pelo Destino ou pelo Acaso, consoante as doutrinas e teorias que a respeito existem, toma o rumo que o conduz ao triunfo, em vez de seguir o caminho da derrota.

Um dos pontos capitais da História dos homens ilustres é conhecer o momento exato em que a sua vocação se revela. Sim, êsse momento existe; a questão, para o biógrafo, é poder fixá-lo. É assim que se há-de saber como nasceu, — não à luz da Natureza mas da História, — um homem de ciência, um homem de Estado, um homem de letras, ou qualquer outro homem cuja vida se projete no campo histórico, isto é, na memória coletiva da posteridade.

\* \* \*

Em 1907, apreciando o livro de Capistrano que acabava de ser dado à estampa, *Capítulos de História Colonial*, Mário de Alencar, amigo íntimo do grande historiador, assinalou o fato de ter sido na Biblioteca Nacional que se manifestou, clara e definitivamente, a vocação de Capistrano de Abreu para os estudos históricos. «O acaso de um emprêgo, — diz Mário de Alencar, — determinou a preferência do gênero literário» a que o jovem cearense, — acrescento eu, — até então interessado em crítica literária, se ia consagrar por tôda a vida.

Êste é o depoimento de Mário de Alencar, publicado ainda ao tempo de Capistrano de Abreu. Tudo então indicava que êle

aí reproduzisse o pensamento do mestre. Só por isso, o testemunho já era valioso.

Mas, neste assunto, de natureza tão pessoal, e de caráter tão psicológico, ninguém falaria com tanta autoridade quanto o próprio Capistrano de Abreu. E ele, — via de regra, sóbrio em falar publicamente de si mesmo, — teria, alguma vez, ensejo de o fazer? Sim; teve essa oportunidade e, superiormente, prevaleceu-se dela, não só para declarar que foi na Biblioteca Nacional que se fez historiador, como também para dizer que foi Ramiz Galvão, diretor daquela Casa, quem ali o acolheu, e quem lhe acompanhou os primeiros passos no terreno dos estudos históricos. Não transcrevo, desde já, palavras dêsse documento, — que é uma carta dirigida por Capistrano de Abreu, em 1917, ao presidente do Instituto Histórico, a propósito do «Prêmio D. Pedro II», que lhe foi concedido, — não transcrevo, desde já, frases dessa missiva, porque, pela sua excepcional importância, ela será, mais adiante, reproduzida na íntegra.

E, como se tudo isso não bastasse, acêrca da oportunidade em que Capistrano se revelou, definitivamente, historiador, temos outro documento, da mais alta relevância para o estudo desta questão biográfica. É o discurso em que Ramiz Galvão, orador perpétuo do Instituto Histórico, pronunciou aqui mesmo, desta tribuna, em outubro de 1927, fazendo o elogio dos consócios falecidos naquele ano. Morrerá Capistrano de Abreu dois meses antes.

«Atraído certamente pela paixão dos livros — diz o orador, — apareceu-me, uma noite, na Biblioteca Nacional, que naquela época se achava sob minha direção. São decorridos quase cinquenta anos, senhores, e guardo ainda na memória a viva impressão que me produziu aquêlê encontro: revelou-se logo Capistrano um espírito culto, uma ambição extraordinária de saber, inteligência fora do comum. Discreteámos sobre os trabalhos que já fizera, sobre o movimento literário que se desenhava no seu Estado e sobre os novos poetas que ali surgiam».

Interrompendo, por um instante, esta preciosa reminiscência de Ramiz Galvão, desejo acentuar que Capistrano, ao tempo dêsse encontro memorável, que tanto decidiu do seu futuro, contava cêrca de 25 anos de idade. Residia no Rio desde os 22, e cultivava na Côrte, como antes o fizera na província do Ceará, a crítica literária.

Continua Ramiz: «O momento era, aliás, propício para aproveitar aquêles dotes excepcionais: estava feita a reforma da Biblioteca Nacional, e abria-se uma vaga de oficial, que devia ser

provida por concurso. Animei-o sem demora a inscrever-se, e facultei-lhe a consulta de obras sôbre Iconografia, única disciplina do programa que lhe era desconhecida. E o concurso se realizou». Acentua o antigo diretor da Biblioteca Nacional que, sem embargo do valor dos outros candidatos, a classificação do joven cearense, em 1.<sup>o</sup> lugar, era «indiscutível». Capistrano foi nomeado.

E prossegue o discurso de Ramiz Galvão, como se fôsse um depoimento para a História, — sobretudo para a História de Capistrano de Abreu: — «Estava ganho o primeiro ciclo da jornada e abriam-se para o estudioso cearense as portas da cidade dos livros. É fácil imaginar o seu imenso júbilo. As pepitas de ouro se empilhavam sôbre a mesa do mineiro, sedento de riqueza».

E o orador do Instituto, querendo deixar o seu depoimento ainda mais completo, acentuava, com segurança: «O que é fato, senhores, é que ali se despertou a sua ânsia de investigar os problemas ainda obscuros dos primórdios da nossa História; e como não faltassem os elementos, opulentou-se por tal forma o cabedal do investigador, que, logo em 1883, se julgou apto para pleitear a cadeira de História e Corografia do Brasil no Colégio Pedro II».

Aqui termina o depoimento de Ramiz, favorável à tese por mim suscitada, para a futura História de Capistrano de Abreu, — isto é, para quando fôr possível escrever, por completo, a biografia do mestre.

Cumpre-me, por fim, acrescentar que foi quando exercia o cargo de oficial da Biblioteca, que publicou Capistrano os seus primeiros trabalhos sôbre assuntos de História do Brasil. Quando se inscreveu no concurso do Colégio Pedro II, já era, portanto, historiógrafo.

\* \* \*

O concurso feito por Capistrano, naquele estabelecimento de ensino, — cuja importância era aumentada pelo prestígio que lhe dava o próprio Imperador, — realizou-se, como é sabido, em 1883. A vitória de Capistrano foi um dos fatos mais notáveis de toda a existência daquela Casa. Entretanto, quem compulsar o livro de Escragnolle Dória — *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*, publicação oficial, sob os auspícios do Ministério da Educação, e comemorativa do centenário do estabelecimento em 1937, — livro em que se expõem, ou citam, cronologicamente, ano a ano, os fatos mais interessantes ou memoráveis da existência daquela Casa, observará que, entre as coisas que se passaram em 1883, não figura o concurso de Capistrano de Abreu. Releva notar que o livro é a história do Colégio; que o concurso

foi de História; e que o autor dessa interessante *Memória*, além de catedrático da disciplina no mesmo estabelecimento, era, dentro e fora d'ele, um distinto trabalhador da História pátria.

Não compreendo essa lacuna. E, quando me fôr possível, vou reler todo o livro, para verificar se ela, com efeito, existe.

## A DISPONIBILIDADE NO COLÉGIO PEDRO II

Depois de haver trabalhado, cêrca de quinze anos, no Colégio Pedro II, Capistrano foi posto em disponibilidade.

Eis aqui uma questão assaz curiosa, que envolve algumas dúvidas. Em que ano foi posto o mestre em disponibilidade? Qual a verdadeira razão dêsse fato? Deixou de lecionar, porque o quisesse, ou porque a isso o forçasse o Govêrno? É certo, — como diz, no citado livro, Escragnolle Dória, — que, depois de alguns anos em disponibilidade, e de haver examinado em concurso para catedrático da mesma disciplina, se escusou Capistrano de reger a cadeira de História Universal, da América e do Brasil, vaga no Externato pela transferência de João Ribeiro, para o Internato do Colégio?

Quanto ao ano em que foi colocado em disponibilidade, os autores que consultei, com exceção de Escragnolle Dória, são acordes em dizer que foi o de 1898. Êsses autores são: — o Barão de Studart, no *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*; Pinto do Carmo, na *Bibliografia de Capistrano de Abreu*; e Pedro Gomes de Matos, no recente, valioso e oportuno livro, *Capistrano de Abreu — Vida e obra do grande historiador*, a mais copiosa contribuição, que ainda se editou, para a biografia do mestre, — aliás impossível de ser agora escrita, porque importante porção do material necessário ao biógrafo continua desconhecida, embora se saiba onde está.

Informa Escragnolle Dória que a disponibilidade foi decretada em 1899 — e, ao que me parece, é êle que tem razão. }

E, por que digo «ao que me parece»? É porque, nas circunstâncias em que elaborei êste trabalho, não pude, ainda, resolver certas pequenas questões que aqui suscito, e que, no dia mesmo do centenário de Capistrano, são oportunas, — sobretudo nesta aula, que é a última do Curso.

\* \* \*

Não dou importância, neste assunto, à questão da data. Assinalo-a, porque os autores divergem. O próprio Capistrano, em carta que dirigiu ao Barão de Studart, acompanhada de dados



auto-biográficos que o barão lhe pedira, não se refere sequer a essa disponibilidade, em cujo gozo, desde longo tempo, se encontrava.

O que interessa é conhecer a verdadeira razão da disponibilidade. Não é conhecer, apenas, o fundamento legal; que este visivelmente se acha na Reforma Epitácio. Essa disponibilidade, — como poderá observar o futuro biógrafo, — tem muita significação, na vida, na obra e na história de Capistrano de Abreu. Não é possível compreender ou interpretar esse grande homem sem aprofundar esse fato, que alterou consideravelmente o seu modo de viver e, por conseguinte, de trabalhar, no terreno puro da erudição.

\* \* \*

Impossibilitado de ler, e até impedido de sair de casa durante as semanas em que deveria proceder a pesquisas para esta conferência, ou melhor, para esta aula, investiuei um pouco, em arquivos e bibliotecas, por meio da gentil cooperação de amigos: no Instituto Histórico, por intermédio da senhorita Maria Carolina Fleiuss, secretária da presidência desta Casa, autora de trabalhos bio-bibliográficos e filha do ilustre e saudoso Max Fleiuss, que foi, em História nacional, um trabalhador incansável; no Colégio Pedro II, graças à boa vontade do Dr. Otacilio Álvares Pereira, secretário daquele estabelecimento há mais de quarenta anos; e no Arquivo Nacional, mercê da colaboração do nosso prezado consócio Dr. Vilhena de Moraes, diretor daquela repartição e um dos maiores reveladores da história do Duque de Caxias, o patrono do Exército.

\* \* \*

Este caso da disponibilidade de Capistrano é mais interessante do que, à primeira vista, parece.

Quando Ramiz Galvão, no citado necrológio, proferido nesta Casa, em 1927, aludiu ao concurso de Capistrano no Colégio Pedro II, acrescentou: «Regeu Capistrano de Abreu a sua cadeira com amor, até o ano em que uma reforma infeliz a suprimiu no programa de estudos do nosso grande instituto oficial de ensino secundário». E esse notável e venerando erudito, a quem Capistrano, como veremos adiante, chamou «mestre», aduziu, com certa veemência, fortes palavras, com que desejava estigmatizar, quase trinta anos depois, a medida governamental que pusera em disponibilidade (suponho que, desde logo, remunerada) o abalissado catedrático de Corografia e História do Brasil. «Dispensa cmentários, — verbera Ramiz, — esse ato inqualificável do Go-

vêrno brasileiro de então, que deixou em disponibilidade forçada o eminente professor, e a História da Pátria relegada para um simples capítulo da História Universal».

Qual é a verdade sôbre êste ponto essencial da biografia de Capistrano de Abreu? Qual foi a verdadeira razão da sua disponibilidade? Era êle forçado a aceitá-la, — como afirma Ramiz Galvão, — ou foi êle, pelo contrário, quem a impôs, ou propôs, ao Govêrno?

Se êle, além de História do Brasil, concordasse em ensinar História Universal, não teria continuado em exercício? E por que não concordou?

Disponibilidade, naquele tempo, naquelas condições, seria, em última análise, um castigo, ou seria, afinal, um prêmio?

Êste caso, da disponibilidade de Capistrano de Abreu, vem sendo lembrado, até hoje, pela tradição oral. Citam-no sobretudo os professôres, quando argumentam que nenhum catedrático, nomeado por concurso, é obrigado a lecionar, em tempo algum, outra disciplina que não seja exatamente a mesma para a qual se habilitou; e que, por conseguinte, se uma reforma de ensino lhe suprime, desmembra ou, de qualquer modo, altera a cadeira de que é titular, êle, o catedrático que se enquadra nessas condições, é livre de aceitar ou não a reforma, isto é, de continuar ou não no exercício do magistério. E o antigo exemplo de Capistrano costuma ser decisivo, em qualquer discussão. Quando a reforma Epitácio Pessoa, — recordam êsses docentes, — uniu, na mesma disciplina, o ensino de História Pátria ao de História Universal, Capistrano, convidado a reger a nova cadeira, teria declarado que o que sabia, para ensinar, era, apenas, História do Brasil. Ora, — raciocinam, afinal, os que costumam citar êste exemplo, — se Capistrano, que era Capistrano, teve a coragem incrível de dizer que não sabia História Universal, para lecionar no Colégio Pedro II, quem é que, em situação parecida com a dêle, não terá, depois dêle, maior coragem?

Esta é a tradição oral, ainda hoje viva, sôbre a antiga disponibilidade de Capistrano de Abreu. Parece que jamais se procurou apurar até que ponto será verdadeira. Como sôe acontecer na tradição oral, existe, neste caso, um fundo de verdade; mas não tôda a verdade. Eu mesmo, nas circunstâncias desfavoráveis em que a investiguei nesses últimos dias, ainda não pude encontrá-la.

Com efeito, nas rápidas pesquisas que empreendi, com os amáveis colaboradores acima citados, não encontrei nenhum documento em que se consigne a explicação dêste caso, isto é, que diga, oficial ou oficiosamente, como e porque foi Capistrano posto

em disponibilidade; se a situação em que êle ficou, — com os vencimentos e sem trabalhar para o Estado — era obrigatória ou voluntária; se êle, espontâneamente ou não, declarou, por escrito ou verbalmente, que, como professor, só sabia História do Brasil e que não estava em condições de ensinar História Universal; e porque se negou, anos depois, a preencher a vaga de João Ribeiro.

Não encontrei, até agora, nenhum documento sôbre êste assunto, isto é, que elucide a questão e as dúvidas que a envolvem. História só se escreve com documento. Sem documento, — como ensinam os metodólogos, — não há História; e a História de Capistrano, a saber, a sua biografia, precisa de documento para êste ponto.

Depois de não haver encontrado nenhuma fonte (está claro que me não refiro ao simples decreto de disponibilidade) sôbre a verdadeira razão do afastamento de Capistrano do Colégio Pedro II, li que, — consoante declaração do Professor Fernando Raja Gabaglia, — o grande mestre fôra colocado em inatividade «por se julgar apenas especialista em História e Geografia do Brasil».

Perguntei ao Professor Raja Gabaglia se conhecia documento sôbre o assunto. Respondeu-me negativamente. Baseava-se, também êle, na tradição oral, — com a circunstância de que Capistrano, colega e amigo de seu pai, Professor Eugenio Raja Gabaglia, lhe frequentou, por muito tempo, a casa.

Está persuadido o Professor Gabaglia de que, decretada a reforma de ensino que modificava (ao que parece, não suprimia, pois que a História do Brasil seria lecionada no 6º ano, e a História Universal no 4º, ambas com três horas semanais) que modificava, repito, a cadeira de que era titular, Capistrano de Abreu, ou porque houvesse sido convidado, ou espontâneamente, teria procurado o Ministro Epitácio Pessoa para lhe declarar que, no tocante ao ensino de História, só se especializara em História do Brasil. Não se julgava, portanto, em condições de lecionar História geral.

\* \* \*

Depois de posto em disponibilidade, Capistrano jamais tornou ao exercício da cátedra. Havia trabalhado quinze anos, e contava, então, 45 de sua idade.

Em 1923, o Govêrno concedeu-lhe 60% de adicionais, por haver êle completado quarenta anos de efetivo exercício. O emérito professor já era septuagenário e, todavia, não estava jubilado. Faleceu em 1927. Ainda não tive o ensejo de verificar se a dis-

ponibilidade, por esquecimento do poder público, o acompanhou até o túmulo, sem ser substituída, afinal, pela jubilação.

Cumprе observar que, durante a sua disponibilidade, em 1906, Capistrano tomou parte, como examinador, no concurso para catedrático de História Universal, da América e do Brasil, no qual foram candidatos, entre outros, José Veríssimo, Rocha Pombo, Osório Duque Estrada, e Escragnolle Dória, cabendo a êste o 1º lugar, e a nomeação. José Veríssimo, o notável historiador literário, entre os nove candidatos aprovados, ficou no 5º lugar. O seu juízo, muito citado, sôbre a obra de Capistrano de Abreu, é daquele tempo. Fora do aspecto puramente literário, estaria Veríssimo em condições de julgar a obra historiográfica de Capistrano? Embora ainda o pareça a muita gente, alheia ou pouco afeita a êsses estudos, História, como deve ser concebida, escrita e interpretada no século atual, — não é literatura.

Outros, menos entendidos, ou menos criteriosos que José Veríssimo, fingem que criticam a obra do mestre, chegando a nela ver teoria e filosofia, que não existem. Salvo honrosas exceções, êsses críticos andam à vontade, porque não são, por sua vez, criticados. Sem terem assimilado nenhuma destas matérias, e aparentando solenemente que as conhecem, misturam e baralham Teoria da História, Metodologia da História e Filosofia da História. Aplicam isso à obra de Capistrano, sem saber o que estão fazendo. Só não são de todo censuráveis, porque o seu intuito é elogiar o mestre, e o mestre nada perde com isso.

Quando fôr possível escrever a biografia de Capistrano de Abreu, o seu biógrafo, depois de apurar inteiramente êsse fato da disponibilidade, poderá considerar que, não podendo ou não querendo Capistrano lecionar outra História que não fôsse a nacional, foi contudo examinador num concurso para catedrático de História Universal, da América e do Brasil.

Justamente por não haver dúvida de que o excepcional erudito sabia tudo isso, é que a questão do verdadeiro motivo (e não apenas o fundamento legal) de sua disponibilidade se torna interessante.

### FATÔRES A CONSIDERAR NA BIOGRAFIA DE CAPISTRANO

Esta questão é curiosa: — primeiro, porque não se sabe, ao certo, a razão total (e não apenas o fundamento legal) dessa disponibilidade; depois, porque tal disponibilidade proporcionou a Capistrano o modo de vida de que êle precisava, — para mer-



gulhar, por completo, em seus estudos, especialmente em suas pesquisas eruditas, no campo próprio da História, ou em terrenos visinhos.

Para fazer, como historiador ou como erudito, investigações históricas, é mister, — consoante me dizia Calógeras, que foi autoridade no assunto. — ter paciência e dispor de tempo: ser diplomata, como Varnhagen e como Oliveira Lima; ou ser rico, como Tobias Monteiro e como Paulo Prado; ter emprêgo em bibliotecas ou arquivos, ou estar em inatividade remunerada, de cargo público. Foi o caso de Capistrano. O próprio Calógeras só podia dedicar-se demoradamente ao trabalho histórico, sobretudo no setor da investigação das fontes, quando se encontrava à margem de funções públicas.

Fora das hipóteses acima aventadas, é difícil consagrar-se alguém, durante muitos anos consecutivos, a pesquisas históricas, feitas por conta própria.

Capistrano esteve em disponibilidade remunerada, durante 28 anos ininterruptos, isto é, desde 1899 até 1927, quando faleceu (não sei se jubilado ou não, o que, aliás, não tem importância); mas, fora do Colégio Pedro II, e como se o Brasil fôsse uma escola, trabalhava, dia e noite, em prol da cultura nacional, que, se fôra disciplina, teria nêlo o maior catedrático.

Discordo, pois, do egrégio Ramiz Galvão, quando censura o Governo por haver posto em inatividade remunerada a Capistrano de Abreu. Sem esta disponibilidade, é evidente que a vida e a obra de Capistrano teriam sido um tanto diferentes.

Assim, êle teve inteira liberdade, e tôdas as horas de seus dias, para estudar e produzir, tornando-se, como se tornou, um dos brasileiros mais cultos de seu tempo, e o maior historiador do país.

Dou importância a essa disponibilidade — e bendigo-a. Qualquer que tenha sido a razão em que se baseasse o Governo, e qualquer que tenha sido a alegação (escrita ou verbal) feita por Capistrano para não aceitar a reforma Epitácio, no tocante à cadeira de História, — essa disponibilidade, agradável ou não ao Governo da época, foi a única contribuição que o Estado afinal lhe concedeu, para que êle servisse e honrasse a Pátria, no campo geral da cultura, e no terreno particular da História.

★ ★ ★

Uma paixão sublime dominava Capistrano: a paixão da leitura. Sem ela, não poderia ter acumulado o saber excepcional que acumulou. Professor em disponibilidade, viveu os últimos 28 anos

de sua vida exclusivamente para ler e escrever, dedicando-se, porém, mil vezes mais, à leitura do que à escrita.

Antes da disponibilidade, quer como funcionário da Biblioteca Nacional, quer como lente do Colégio Pedro II, dispunha, — para o culto à Erudição, — de uma parte, apenas, do seu tempo. Depois, dispunha do tempo todo, dia e noite. Lia em toda a parte: em casa, no bonde, nas bibliotecas e arquivos públicos, onde quer que se demorasse tendo à mão um jornal, uma revista ou um livro. E não lia só História: lia tudo. Tudo, não: tudo o que merecesse a leitura de um homem culto.

Correm anedotas sôbre a paixão da leitura em Capistrano de Abreu. Cumpre observar que anedotas acêrca de um historiador, isto é, de um pesquisador da verdade, devem ser autênticas. Releva ainda assinalar que aqui se emprega a palavra «anedota» com o significado que lhe é atribuído na terminologia da ciência histórica.

A anedota, que vou citar, foi escrita por Antônio Sales, que a ouviu a Virgílio Brígido. Foram dois cearenses ilustres, ambos homens de letras, e amigos de Capistrano de Abreu.

Certa vez, viajando de trem para a fazenda de Virgílio Brígido, a «Fazenda Paraíso», situada a uma légua da cidade de Porto Novo do Cunha, no Estado do Rio, — Capistrano, ao chegar à estação, desceu do carro, entregou a maleta ao moleque, e montou a cavalo. O animal, cuidadosamente escolhido, era manso e calmo. Capistrano largou as rédeas e, como se continuasse no trem, abriu um livro. O cavalo andava tranqüilamente, passo a passo. De onde em onde, parava para comer. De quando em quando, se detinha para beber. E o cavaleiro, indiferente a isso, continuava mergulhado na leitura. Ia tudo assim, sem novidade, quando a cabeça de Capistrano bateu num galho de árvore. O cavaleiro caiu.

Quando o moleque da maleta, caminhando para a fazenda, passou pelo local do acidente, viu Capistrano, deitado no chão, de bruços, a ler um livro.

Assustado, perguntou: — «E o cavalo, «seu» Capistrano?» E o mestre, sem dar importância ao caso, nem ao moleque, respondeu: «Vai ali adiante».

E continuou a ler, tranqüilamente.

\* \* \*

Aceito esta anedota como autêntica. A casa de Virgílio Brígido, no Cosme Velho, foi a que mais freqüentei ao chegar ao Rio, recomendado a êle por seu tio e chefe político, João Brí-

gido, notável historiador e jornalista do Ceará, em cuja folha, *Unitário*, trabalhei como redator, até o dia em que saí da minha província, continuando, nesta capital, como seu colaborador e correspondente. Conheci, de perto, Virgílio Brígido: era um homem, de todo em todo, fidedigno. Não tive ensejo de conhecer pessoalmente a Antônio Sales; mas dêle faço o mesmo conceito. Isto importa; porque História só se escreve com a verdade.

Com êsses dois testemunhos, reputo autêntica a aludida anedota. De outras, concernentes a Capistrano de Abreu, não tenho as mesmas provas, nem elementos de convicção. Nunca passaram pela crítica de credibilidade, exigida pela metodologia histórica.

Com as características de autenticidade da anedota anterior, existe outra historieta, que ilustra o tema da paixão da leitura, em Capistrano.

O fato ocorreu na referida fazenda, a fazenda «Paraíso», que aparece várias vezes na biografia do príncipe dos nossos historiadores; porque, entre outras coisas, ali trabalhou Capistrano, com dois índios, para escrever a gramática da língua dos Caxinauás. Aliás, êsse livro é muito cearense. Com efeito, na fazenda do cearense Virgílio Brígido, o cearense Capistrano de Abreu se utilizava de dois índios Caxinauás, arrançados, para êle, no Amazonas, pelo cearense Luís Sombra. Esta é, portanto, uma contribuição do Ceará aos estudos contemporâneos da linguística brasileira.

\* \* \*

Passemos, porém, à segunda anedota, também narrada por Antônio Sales. O narrador e Capistrano eram, então, hóspedes da fazenda «Paraíso».

Naquela tarde, desencadeou-se uma tempestade. Um raio caiu sobre a casa; cortou a trave-mestra da cumieira. Parte do telhado, e do vigamento, desabou sobre o fôrro do quarto, em que o poeta cearense e a espôsa se encontravam. O fôrro já estava descendo. Antônio Sales, conduzindo pela mão sua senhora, saiu, precipitadamente, do aposento. Foi o bastante. O fôrro desabou. Tombaram telhas e caibros. Atônitos, o poeta e a espôsa foram ao encontro das outras pessoas da casa. Uma das filhinhas de Virgílio, atingida por um fragmento de parede, caíra por terra. Todos os moradores, agrupados, na varanda, e transidos de susto, falavam do perigo, a que acabavam de escapar.

Naquele estado de espírito, nem se lembravam do sempre arredo Capistrano de Abreu. De súbito, alguém observou que êle não estava ali. Estaria vivo? estaria morto? Como estaria?

Sobressaltados, correram todos para o quarto do querido hóspede.

E, agora, dou a palavra, textualmente, a Antônio Sales:

«Estirado na rêde, Capistrano lia e, ouvindo os nossos passos, fitou os olhos do livro, e disse, calmamente:

— Que trovão danado, hein?! »

\* \* \*

Esta ilimitada paixão pela leitura é um dos elementos que poderão ser considerados pelos futuros biógrafos de Capistrano, — cuja biografia ainda não foi, nem pode ser, condignamente escrita, conforme, logo adiante, mostrarei. Esse elemento é necessário à interpretação de sua vida e de sua obra.

No entanto, esse elemento deve ser apreciado em face de outro: a pouca disposição de Capistrano para escrever. Dir-se-ia que estudava: mais para aprender, do que para ensinar; mais para conhecer, que para divulgar; mais para saber, que para transmitir. Tinha, profundamente, a curiosidade dos sábios. E foi assim, lendo assim, estudando assim, que se tornou, a juízo dos contemporâneos, o homem mais culto do país, acêrca de assuntos nacionais; e foi, portanto, assim que acumulou, sozinho, num dos mais admiráveis exemplos de auto-didaxia ainda verificados no Brasil, uma verdadeira montanha de saber.

É, porém, certo que Capistrano sentia pouca disposição para escrever?

Mário de Alencar, seu íntimo, escrevendo a respeito do mestre, e ainda em vida dêste, alude à paixão da leitura. Diz: «a sua curiosidade é infinita»; mas acrescenta: «esquiva-se quanto pode ao trabalho de produzir».

É valioso êste depoimento de Mário de Alencar; entretanto, mais valioso ainda é o depoimento do próprio Capistrano.

Em carta ao Barão de Studart, datada do Rio, a 13 de novembro de 1906 (a data, no caso, tem importância), dizia o autor de *Caminhos Antigos*: «Penso às vêzes em escrever uma monografia sobre o Conde de Sabugosa, para satisfazer o desejo de um amigo falecido, Vale Cabral; mas o tempo passa, a vida corre, e cada vez gosto menos de escrever, e tenho tanta coisa ainda que ler, antes de partir para as regiões de onde ninguém volta».

Esta confissão, feita, por escrito, a um amigo de infância, seu eminente confrade em letras históricas, é de 1906. Estava Capistrano em pleno apogeu de sua atividade intelectual; tanto



que publicava, no ano seguinte, o seu livro *Capitulos de História Colonial*, geralmente colocado no teto do seu talento e da sua cultura. Considere-se também que Capistrano, depois desta preciosa confiança, ainda viveu e produziu, durante vinte anos. Ela explica, até certo ponto, porque Capistrano não criou uma obra mais vasta, e porque não chegou a escrever uma História do Brasil.

Nesta ordem de idéias, o 3º elemento a ser considerado por quem, mais tarde, fizer a história ou a biografia do eminente historiador, é que, depois de escrever a muito custo, Capistrano não tinha pressa em publicar o que escrevia. Evitando levar a efeito obras de largo fôlego, quase sempre se limitava a artigos, ensaios e estudos, — por via de regra, mais profundos que amplos, — trabalhos que em geral apareciam em publicações efêmeras, isto é, na imprensa diária, ou na periódica.

Surge aqui o 4º elemento ou fator a considerar: e é que Capistrano não se preocupava em publicar volumes, nem cuidava de organizá-los com seus escritos esparsos, já divulgados na imprensa.

No citado livro de Pedro Gomes de Matos, há uma anedota, cuja autenticidade não está provada, mas que é verossímil. Vai, portanto, sob tôdas as reservas.

Perguntado, certa vez, porque não enfeixava em volumes os seus escritos dispersos, respondeu Capistrano: «Meu amigo, a galinha não junta os ovos que vai pondo...»

É verossímil, não só porque a displicência de Capistrano, a êste respeito, era visível, como também porque êle mesmo nos oferece êste documento interessante. É u'a missiva dirigida ao Barão de Studart, em 1894, na qual dizia: «Você pede as minhas monografias. Geralmente só tenho escrito em jornais, e não só não guardo os artigos, como nem sei o número em que saíram. Da minha tese, não tenho um só exemplar...»

Refere-se, com certeza, à tese que apresentou ao concurso de catedrático, no Colégio Pedro II.

Como é possível escrever condignamente a história de Capistrano sem considerar bastante todos êsses fatos? e, — como, dentro em pouco, mostrarei, — sem conhecer ainda tôda a sua obra? Sim; porque a sua obra, integral, ainda não foi publicada. E a parte, que continua inédita, é preciosa e indispensável.

## DESAMBIÇÃO E MODÉSTIA

A desambição de Capistrano de Abreu era um dos traços mais vivos de sua personalidade.

Em 1917, estando êle em disponibilidade no Colégio Pedro II, deu-se a vaga de diretor, com a exoneração solicitada por Araújo Lima. Era no Governo Wenceslau Braz, um homem que poderá ficar na nossa História como um exemplo de amor à Justiça, — a Justiça em todos os sentidos, inclusive a justiça ao mérito. Aliás, é o caso em apêço.

O Ministro Carlos Maximiliano mandou convidar Capistrano de Abreu para o cargo de diretor do Colégio. O portador do convite foi o secretário do estabelecimento, Dr. Otacílio Álvares Pereira, que se avistou com Capistrano no paupérrimo porão da Travessa Honorina. O catedrático em disponibilidade, sem precisar de tempo para responder, recusou amavelmente a honrosa comissão, dizendo, a sorrir, que preferia ficar ali mesmo, entre os livros. Diante de sua recusa, a direção do tradicional instituto foi confiada a outro catedrático, aliás muito ilustre: Carlos de Laet.

Êsse gesto de Capistrano é significativo, para uma interpretação biográfica do grande professor.

Era, ao que me parece, desconhecido até êste momento, em que vos falo. Estava eu a fazer investigações sôbre Capistrano, no Colégio Pedro II, quando o Dr. Otacílio Pereira, que é ali secretário há mais de oito lustros, me fez a revelação, — já agora, por alvitre meu, referida em carta, a mim dirigida. Essa missiva passa a constituir um documento, indispensável à futura História de Capistrano de Abreu.

\* \* \*

A modéstia de Capistrano, ao que parece, não tinha fronteiras. João Ribeiro disse textualmente: «Nêle, que o conheço há quarenta anos, não admiro apenas o sábio, mas o homem despido de tôdas as vaidades». Calógeras dá o seu testemunho de que Capistrano «tinha horror à bajulação» e não compreendia «que o seu incomparável saber, a serviço de talento tão singular, pudesse ser alvo da admiração do país inteiro».

Pondo de lado as anedotas aplicáveis a êste assunto, mas cuja credibilidade ainda ignoro, citarei três fatos, que merecem ser lembrados.

Em artigo publicado em *O Jornal*, no dia seguinte ao da morte de Capistrano, revelava Assis Chateaubriand: «Ainda há dias, Rodolfo Garcia, que está anotando a obra de Varnhagen, contava que êle (Capistrano) lhe fornecia diáriamente um material de primeira ordem, e zangava-se tôda vez que o amigo marcava a procedência das notas que recebia».

A respeito da modéstia de Capistrano, vou citar outro caso, confirmado por um documento autêntico, e tão significativo, — quanto a outros aspectos da personalidade do egrégio historiador. — que vale ser transcrito na íntegra.

Por proposta de Max Fleiuss, secretário perpétuo desta gloriosa Casa, — à qual prestou, durante cêrca de quarenta anos, memoráveis serviços, — conferiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Prêmio «D. Pedro II» a Capistrano de Abreu. O que se premiava, com medalha de ouro, era a sua obra *A língua dos Caxinauás*, publicada em 1914. O prêmio era tão importante, que, desde 1847, não se outorgara a ninguém.

Ao ter conhecimento da altíssima distinção que acabava de lhe ser conferida, Capistrano, a 8 de outubro de 1917, enviou ao presidente do Instituto a seguinte missiva:

«Sei, pela imprensa diária, que a sociedade que V. Excia. tão sãbiamente dirige houve por bem premiar, com uma medalha de ouro, o meu imperfeito ensaio sôbre a língua dos Caxinauás. Esta distinção, tão superior a meus fracos méritos e até às minhas ambições, fundou-se, para maior realce, no parecer do meu antigo e venerando mestre Dr. Ramiz Galvão, que, passa de quarenta anos, acolheu paternalmente o provinciano bisonho e, com o exemplo, com a convivência dos admiráveis colaboradores, hoje todos mortos, que soube reunir na Biblioteca Nacional, acompanhou-me os primeiros passos nos estudos a que o Instituto Histórico tem dado impulso e direção, desde 1838. — Muito grato pela imerecida prova de aprêço, socorro-me do precedente aberto pelo benemérito Francisco Adolfo de Varnhagen, glória da Pátria e lustre desta Casa, para rogar ao Instituto, com os reiterados respeitos, a oferta que faço da medalha dêste prêmio, que a sua benignidade me confere, para propor como assunto novo, em outro concurso».

Logo à primeira leitura, nota-se que esta carta, além de constituir mais uma prova da ilimitada modéstia do grande brasileiro, mostra, com todo o valor de um documento histórico, que foi na Biblioteca Nacional que Capistrano, acolhido e orientado pelo Barão de Ramiz Galvão, se armou historiador. Recorda que Ramiz Galvão, «antigo e venerando mestre», «acolheu paternalmente o provinciano bisonho», acompanhando-lhe em seguida «os primeiros passos» nos estudos históricos.

Ao tempo desta missiva, encontrava-se Capistrano no apogeu de sua vida intelectual. Veja-se como se refere a Varnhagen, — de quem fôra discípulo em *Historiografia*, de quem discordara mais tarde nalguns pontos, e a quem, afinal, sucedera, como prin-

cipe dos historiadores brasileiros. Aludindo ao Visconde de Porto Seguro, como historiador, Capistrano de Abreu diz aí a sua última palavra sobre Varnhagen, chamando-lhe tudo isto, e apenas isto: — «glória da Pátria». Este é o definitivo conceito de Capistrano sobre «o Pai da História Nacional». Na evolução da Historiografia brasileira, Capistrano e Varnhagen não se hostilizam: completam-se.

Mas, esta carta, como fonte histórica, mostra ainda que Capistrano de Abreu, com inigualável autoridade no assunto, declara que o Instituto Histórico vem dando «impulso e direção», desde 1838, — isto é, desde que se fundou, e desde que se começou a fazer e a escrever a História do Brasil independente, — impulso e direção aos estudos de História, e aos outros estudos a que se consagra.

Este Instituto, minhas senhoras e meus senhores, é, com efeito, no Brasil, a Casa da História. Em razão disso, foi que Capistrano de Abreu, — excetuando apenas o Instituto do Ceará, do qual era sócio honorário e em cuja revista colaborou, — não quis pertencer a nenhuma outra instituição cultural, que não fôsse esta em que nos encontramos.

\* \* \*

A modéstia, em Capistrano, era tão sincera e tão forte, que, ferida, se mostrava, por vezes, selvagem.

Circula, a propósito, aquela anedota, em que se conta que Capistrano, certa vez, na livraria Garnier, se irritou com um joven literato que, conversando com êle, o tratava de «Mestre»; ao que o historiador teria respondido, em tom áspero: «Mestre é sapateiro, pedreiro ou carpinteiro». Ignoro qualquer prova de autenticidade desta historieta.

O fato, que passo a citar, é inconcusso. É o historiador Calógeras, íntimo de Capistrano, quem o refere. Assis Chateaubriand, testemunha presencial, o confirma.

Ia o mestre completar setenta anos de idade. Um grupo de amigos e admiradores seus, desejando homenageá-lo publicamente, projetava escrever e imprimir um folheto, ou obra maior, em que vários colaborassem. A coisa ia em segredo. Era — digo eu — uma conspiração de corações. Mas, um dia, transpirou. Calógeras, que não era estranho a ela, diz ignorar como transpirou a cordial conjura.

Ao saber do que se preparava, Capistrano, em carta dirigida a um só dos conspiradores, mas extensiva aos demais, escreveu o seguinte: — «Segundo sou informado, trama-se, para meu pró-



ximo aniversário, uma patuléia, poliantéia ou coisa pior e mais ridícula, se fôr possível. Aos meus amigos previno que considero a tramoia como profundamente inamistosa. Não poderei manter relações com quem assim tenta demoralizar-me». E, braviamente, — diz ainda Calógeras, — Capistrano acrescentou e datou: «Custe o que custar. — Rio, dia do Corpo de Deus, 1923».

Como exemplo de modéstia de um grande homem de letras, não conheço, neste país, coisa igual.

## POR QUE NÃO ESCREVEU CAPISTRANO A HISTÓRIA DO BRASIL?

A questão que mais se levanta, a respeito da obra de Capistrano, é esta: — por que não escreveu a História do Brasil?

Várias explicações têm sido tentadas; algumas hipóteses têm sido sugeridas. Recorda Tristão de Athayde que Capistrano dissera que, «enquanto não possuíssemos uma História dos Jesuítas, seria presunção querer escrever a do Brasil». Observa ainda o ilustre escritor que o mestre, preocupando-se com as pesquisas originais, não se interessou bastante por elaborar uma síntese da nossa História.

Aliás, sôbre a obra de Capistrano, vem a pêlo outra questão, a que se refere o mesmo escritor. É o caso de o grande historiador, citando o seu próprio livro *Capítulos de História Colonial*, haver declarado a alguém: «... a única coisa que eu tive mesmo em vista foi o seguinte: mostrar que se pode escrever tôda a História colonial do Brasil sem mencionar sequer o nome de Tiradentes!»

Pergunto eu: — Quem foi que disse que Capistrano escreveu «tôda» a História colonial do Brasil? Por falta de fontes históricas, não esgotou sequer o capítulo do Descobrimento, deixando de pé questões e dúvidas essenciais. Não esgotou o capítulo dos Jesuítas. Não esgotou o capítulo das Bandeiras. Não o fez, por que não dispunha de elementos materiais para isso, inclusive tempo para pesquisar tudo isso. Quantos longos anos foram necessários para que o Padre Serafim Leite realizasse a sua obra sôbre os Jesuítas, e para que Afonso d'Escragnoille Taunay construísse a sua, sôbre as Bandeiras! Capistrano fez o que pôde.

Tristão de Athayde é um dos mais altos e cultos espíritos dêste país. Com a devida vênia, duvido da autenticidade dessa declaração, atribuída a Capistrano de Abreu. Ao que parece, o próprio Tristão de Athayde não garante que seja autêntica. A

quem, afinal, foi feita? É uma declaração bastante grave; porque dela dependeria, em parte, a crítica que se tivesse de fazer à obra de Capistrano.

O ilustre Otto Maria Carpeaux, na sua *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, editada, há dois anos, pelo Ministério da Educação, referindo-se a Capistrano de Abreu, diz, textualmente: «o homem que pretendeu escrever a História do Brasil sem aludir a Tiradentes». Está certo?

Examinarei noutra ocasião este assunto, bem como outros de que trato nesta palestra. É assunto relevante. Capistrano não foi, de certo, «o homem que pretendeu escrever a História do Brasil sem aludir a Tiradentes».

Desde já antecipo que ele não pretendeu isso, nem cometeu essa falta, no seu livro *Capítulos de História Colonial*. «Capítulos» de História Colonial não são a História colonial do Brasil. São «capítulos». Capistrano, sem cometer falta, poderia ter tratado dos fatos que entendesse, dentro daquele período, que ele demarcou, que ia de 1500 a 1800 e que, portanto, nem sequer abrangia toda a evolução do Brasil-colônia. Nesse livro, Capistrano escreveu «capítulos», isto é, monografias. O primeiro título que ele dera à obra revelava o seu verdadeiro intuito: *Breves Traços da História do Brasil Colonial*.

Em «breves traços» ou em «capítulos» da História do Brasil colonial, Capistrano de Abreu não era obrigado a falar do Tiradentes. Se, porém, tivesse escrito a História do Brasil-Colônia, seria obrigado a tratar do proto-martir da nossa Independência, fôsse qual fôsse o seu juízo acêrca da Conjuração Mineira. O historiador tem direitos; mas também tem deveres.

\* \* \*

Agora, voltemos à questão principal, isto é, porque não escreveu Capistrano a História do Brasil.

Diz Mário de Alencar que esta era uma pergunta reiterada, que os amigos faziam ao grande historiador. Este sempre respondia que «não era chegado o tempo, ainda lhe faltava muita coisa».

O filho de José de Alencar escrevia isso em vida de Capistrano, em 1907, ao apreciar o livro *Capítulos de História Colonial*, aparecido naquele ano. Considerando esse livro, — aliás sem razão, — o começo da obra prometida, isto é, da História integral do Brasil, conclui Alencar o seu artigo com um apêlo a Capistrano: «Se vale alguma coisa a minha palavra, peço ao meu

mestre Capistrano de Abreu que não interrompa mais a conclusão da sua obra...» É o pedido de quem não entendia muito do assunto.

Silvio Romero, quando já estava de relações cortadas com Capistrano, disse que o ilustre historiador não escrevia a História do Brasil, porque não tinha, para isso, «capacidade filosófica». É um tema a estudar, o da alegada incapacidade filosófica de Capistrano; mas não aqui, nesta aula, que já vai longa. Adianto, todavia, que esta razão, a meu ver, não procede. Podia Capistrano ser dotado de «capacidade filosófica» e não escrever a História do Brasil; como também poderia escrevê-la sem possuir essa capacidade. A questão, em teoria, é complexa.

No caso em apêço, que é concreto, discordo do ilustre Romero.

\* \* \*

Pretendeu Capistrano escrever a História do Brasil? Sim. Em carta sua, a José Veríssimo, publicada na Revista da Academia Brasileira de Letras, disse: «Quando pensei em consagrar-me à História do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar tôda a História. Mais tarde, reconheci que era necessário incluir a época contemporânea, mas a minha curiosidade dispersou-me a atenção por tôda a parte, e agora posso dizer com Monte-Alverne: é tarde; é muito tarde!»

Quando Capistrano, influenciado pela leitura de Taine, Buckle e Agassiz, pensou em escrever, à sombra das idéias daqueles autores, a História do Brasil, — era cedo demais. Ele não tinha ainda saber para tanto.

Muito depois, já possuidor de profundos conhecimentos de História colonial, pretendeu, de novo, escrever a História do Brasil; mas considerou que se não dedicara suficientemente à nossa História contemporânea. Não se dispunha a mergulhar nesse largo e profundo estudo, capaz de atrair e tragar vidas inteiras, como a de Tobias Monteiro ou como a de Calógeras. Não teria forças, nem vida, para tanto. E foi assim que desistiu, pela segunda vez, do seu projeto.

É o próprio Capistrano que confessa, em missiva de 19 de junho de 1902 (quando já era proclamado, por Silvio Romero, «o maior erudito em assuntos brasileiros que até hoje tem existido»): «Infelizmente, eduquei mal meu espírito: desinteressei-me de História contemporânea. Agora é tarde. Inês é morta».

Esta confidência de Capistrano ao Barão de Studart prova, mais uma vez, o seu pouco interesse pela História contemporânea. Era uma lacuna em sua vasta e profunda erudição. Onde se vê

tal lacuna? Em sua obra. Quem o diz? Ele mesmo. Quem quererá demonstrar o contrário?

Esta é uma das razões por que nunca fez, nem pretendeu fazer, uma periodização de toda a História do Brasil. Era tal a sua displicência neste terreno, que, até em títulos de estudos seus, referindo-se ao 1º e 2º Reinados, deu a esses períodos a denominação de «1º e 2º Império».

Entretanto, o mestre sabia, melhor do que ninguém, que no Brasil só houve um Império. Na França, sim, houve dois.

\* \* \*

Sem embargo de suas citadas declarações, tenho razão para acreditar que Capistrano começou a escrever «uma» História do Brasil. Eu disse, propositadamente, «uma» História do Brasil, e não «a» História do Brasil, — como lhe pediam os amigos. Não há tempo, nem espaço, para que eu mostre aqui essa distinção. O caso, porém, é que Capistrano principiou a escrever uma síntese, num só volume, da História pátria.

Como podemos sabê-lo? É ele próprio quem o diz.

Em carta dirigida ao Barão de Studart, a 18 de agosto de ... (esqueceu-se de pôr o ano ou este está ilegível; mas é provável que seja de 1909; e é seguro que depois da fundação da Academia de Letras, porque já se refere a esta sociedade) ... em carta ao Barão de Studart, dizia eu, fornece Capistrano, ao amigo e confrade, alguns dados auto-biográficos. A missiva está publicada no Boletim nº 6 da Revista do Instituto do Ceará, edição de 1942.

Aludindo a si mesmo, nesses apontamentos, informa Capistrano, textualmente: «Trabalha numa História do Brasil — de que o livro sobre o descobrimento dos portugueses — Rio 1900 — contém as primeiras páginas; se, como é possível, a obra chegar ao fim, não passará de 400 a 500 (páginas). — Dela foram publicados, sob o título *Revistas históricas*, no *Jornal do Comércio* de 1899, os capítulos relativos ao povoamento do sertão (2 ou 3 artigos)».

Como se vê, depois de ter hesitado durante muitos anos, começou o mestre a escrever uma História do Brasil, num só volume, que deveria ter 400 a 500 páginas. E, não só principiou a escrever esse livro: chegou a publicar os primeiros capítulos.

Não chegou, entretanto, a elaborar toda a síntese.

\* \* \*

Devia Capistrano escrever a História Geral do Brasil, — como fez o grande Varnhagen?



Não. Não devia. Além de outros motivos, porque, no terreno das fontes da nossa História, ainda se encontra, desconhecido ou inédito, um material imenso. Nenhum período ou fase da História nacional tem tôdas as suas fontes já conhecidas, ou suficientemente preparadas.

Capistrano foi o homem que mais estudou a História colonial do nosso país. Pois bem, importando à História do Brasil-Colônia, existe, só no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, nada menos de meio milhão de documentos, que Capistrano não chegou a conhecer e cujo exame lhe tomaria tôda a vida.

Esse arquivo de Lisboa foi fundado em 1931, quatro anos depois do falecimento de Capistrano de Abreu.

E milhares de outros documentos, pertinentes à História do Brasil-Colônia, se encontram inéditos noutros arquivos, nacionais e estrangeiros, inclusive no de Sevilha e no de Simancas, os quais visitei há pouco. Releva notar que só aludo à nossa História colonial. E a do Império? E a da República?

A História do Brasil só poderá ser inteiramente escrita, depois de conhecidas e organizadas as necessárias fontes. E, mesmo depois disso, a vida de um só homem não seria bastante para examinar êsse material imenso, nem tampouco para, utilizando-se também dêle, escrever a História pátria.

Cumpre considerar que Capistrano não escrevia sôbre assunto que não conhecesse profundamente. Ora, isto seria impossível a respeito de todos os acontecimentos, episódios ou mesmo fases, da História nacional. A História do Brasil, graças sobretudo a Varnhagen e a Capistrano, já tem bons alicerces. Entretanto, nenhum homem, sôzinho, poderá construir o resto do edificio. Os próprios alicerces estão inacabados.

Devia Capistrano ter escrito a História Geral do Brasil? Não.

Quando os amigos lhe faziam êste pedido, não sabiam, com certeza, o que pediam.

A síntese, que o mestre começou a fazer, não era o que êles queriam. E nem essa, afinal, fôï terminada.

## PORQUE NÃO SE PODE, AINDA, ESCREVER A HISTÓRIA DE CAPISTRANO DE ABREU

A obra de Capistrano ainda não pode ser, de todo, apreciada; porque uma parte, muito importante, continua inédita.

Já vimos porque Capistrano não escreveu a História do Brasil. Vamos agora ver porque, até hoje, isto é, 26 anos depois de sua morte, não é possível escrever a História de Capistrano.

A História de Capistrano de Abreu será, evidentemente, a sua biografia; mas não a biografia como obra de arte ou como meio de expressão; e sim como ciência, ramo direto da História. A biografia, neste sentido, — que é o mais alto e o mais legítimo, — é a História de uma vida humana.

Desde fins do século passado, quando foi sistematizada a Metodologia da História e quando se começou a elaborar, como corpo de doutrina, a Teoria da História Universal, — e não a Teoria da História de cada país, porque isso não teria fundamento científico, nem tampouco filosófico, — existe um preceito, uma lei, um dogma, diante do qual se curvam todos os trabalhadores da História humana: — Não há História sem documento. Sem documento, não há História. Nada supre, nada pode suprir a falta de documento.

Ninguém no Brasil honrou mais este princípio e esta norma, de Teoria e de Metodologia da História, que Capistrano de Abreu. Chegou ao ponto de dizer, numa de suas cartas a João Lúcio de Azevedo: «No Brasil não precisamos de História, precisamos de documentos». E, no mesmo ano, isto é, em 1920, noutra missiva ao ilustre historiador português, fazia esta asserção, de grande porte: «A História do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo tôda a grampiola».

Êstes conceitos dão idéia da importância dessas duas cartas. Quando li, em livro, essas afirmações, assim isoladas, e com a referência de que as duas referidas missivas se encontravam na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, procurei conhecer as epístolas na íntegra, inclusive para verificar se Capistrano escrevera realmente a palavra «grampiola», que eu não conseguira achar em nenhum léxico da língua portuguesa.

Foi-me impossível ver as duas mencionadas cartas. Não estavam na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Encontravam-se naquela casa; mas, não eram acessíveis ao público, nem aos pesquisadores, nacionais ou estrangeiros.

Já tive ensejo de referir este fato, desta mesma tribuna, em conferência que realizei no Instituto Histórico em junho de 1952 e que foi, logo em seguida, publicada na minha seção «Letras Históricas», de *O Jornal*.

Devo fazer agora uma revelação: já antes disso, estando eu em visita à minha amada província, ilustres consócios meus, do

Instituto do Ceará, me deram a honra de sugerir que escrevesse um livro sôbre Capistrano; livro que se publicasse antes do centenário, porém a tempo de figurar entre os fatos diretamente relacionados com as comemorações.

Quando tratei de escrever essa obra, encontrei, desde logo, uma barreira intransponível. Soube que, em vez daquelas duas preciosas cartas, de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, o que havia, oculto, na Biblioteca Nacional, era muito mais que isso: era um tesouro: eram 267 cartas, do maior historiador do Brasil ao mais notável historiador de Portugal naquele tempo. E êsse tesouro me era vedado, — não só a mim, mas ao público e, portanto, a todos os pesquisadores, do Brasil e do estrangeiro.

Diante disso, e depois disso, — atenta ainda a necessidade de o lançar antes do centenário, — eu, por falta de 267 documentos, 267 fontes históricas, do mais alto interesse biográfico, não poderia, nem deveria, escrever o projetado livro. Nenhum historiógrafo, nenhum historiador digno dêste nome, — sabendo da existência dêsse rico epistolário e não podendo vê-lo de perto, nem tampouco explorá-lo, — ousaria escrever a História de Capistrano de Abreu.

\* \* \*

Como seja esta a última aula do Curso, pareceu-me oportuno dizer porque Capistrano não escreveu a História do Brasil, e porque, ainda agora, 26 anos depois de sua morte, e na comemoração do seu centenário, não é possível escrever a História do mestre.

Meses depois do falecimento de Capistrano, João Lúcio de Azevedo, — que residiu muitos anos no Brasil e que aqui se fez historiador, — teve um gesto magnífico para com a cultura brasileira: doou à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tôda a riquíssima coleção de cartas que recebera do príncipe dos nossos historiadores. A carta de doação é datada de 7 de março de 1928. Quer dizer que êsse tesouro capistraneano voltou à pátria há nada menos de 25 anos — um quarto de século. A não ser logo após a sua chegada, quando foi visto ligeiramente por curiosos, nunca mais foi acessível a pessoas estranhas à Biblioteca. Nunca, durante cinco lustros, desde 1928 até o dia do centenário de Capistrano, — hoje, 23 de outubro de 1953, — foi colocado ao alcance dos historiadores, nem nacionais, nem estrangeiros.

No entanto, *O Globo* de 15 de maio de 1928, isto é, dez meses após a morte de Capistrano, já noticiava a chegada das cartas do mestre ao Brasil e o sigilo que desde logo se estabeleceu em tôrno delas, na Biblioteca Nacional. A nota editorial

da 1ª página, ilustrada com um retrato do historiador brasileiro. tinha o título: «Surpresas da História...»; e o sub-título «As cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo consideradas documentos secretos!...»

Apesar dessa revelação, dessa denúncia, dêsse protesto, feito, em nome da cultura brasileira, por um dos grandes jornais do Rio, o tesouro epistolar capistraneano continuou escondido até hoje, exceto, naturalmente, para os funcionários da Biblioteca Nacional incumbidos de o guardar. E é o caso de se perguntar: — Para que existem, em qualquer país do mundo, os arquivos históricos? Qual é a missão desses arquivos? Para que serve a Seção de Manuscritos das bibliotecas públicas? Qual é o dever dos funcionários a quem são confiados esses tesouros? Para que é que o Estado os mantém? Para servirem ao público, ou para serem servidos, na utilização dos documentos que se encontram sob a sua guarda?

Apesar da revelação feita pelo *O Globo*, a inestimável coleção de missivas continuou em segredo, durante vinte anos. Chegou a cair no esquecimento. Só a 7 de janeiro de 1949, foi feito, na Seção de Manuscritos, o registo de aquisição, aliás sob o número 49-18-32.

Depois de vinte anos de mistério, e até de falta do competente registo, pareceu que o tesouro ia, afinal, ser aberto ao público, especialmente aos historiadores, nacionais e estrangeiros. Engano: embora já registado na Seção de Manuscritos, continuou proibido, a qualquer investigador, que o procurasse na Biblioteca.

É este o fato, o injustificável fato, o lamentável e estranho fato, que atenta claramente contra a cultura nacional: o motivo, pouco importa.

Já não interessaria a este centenário, mas ao outro.

E a História pode esperar.

\* \* \*

Como documentos históricos, que são, para serem utilizados pelos historiadores, as cartas de Capistrano de Abreu ao Barão de Studart têm sido amplamente divulgadas, inclusive em 1942, no Boletim nº 6 do Instituto do Ceará. Já mostrei, nesta mesma aula, quanto elas contribuem para o conhecimento da vida e obra do ilustre brasileiro.

As missivas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção, — escritor e historiógrafo português, que viveu muito tempo em nossa terra, — foram publicadas várias vezes em Portugal, notadamente no volume prefaciado por Luís Silveira. Esse volume,



destinado àquêle epistolário, traz um título que, desde logo, revela o valor e o significado dessa correspondência — *Fontes da História do Brasil*. Essas «fontes» da nossa História foram editadas em 1946.

Como se vê, cartas dessa natureza são documentos, são fontes históricas. Não são a própria História. Nos arquivos, devem elas estar ao alcance dos pesquisadores, — até porque não é outra a missão dos arquivos históricos, inclusive seções de manuscritos em bibliotecas públicas. Como fontes históricas, como documentos que são, as cartas que se relacionem com a celebração de qualquer centenário devem ser acessíveis aos historiógrafos, inéditas ou já impressas, muito antes do próprio centenário, a fim de que os trabalhadores da História, nacionais e estrangeiros, tenham bastante tempo para utilizá-las.

\* \* \*

As cartas de Capistrano ao Barão de Studart são 38; a Lino de Assunção, 32. A João Lúcio, escreveu o mestre, como já disse, 267 epístolas, pelo menos. Parece que escreveu mais; entretanto, são 267 as que se acham na Biblioteca Nacional, assim distribuídas, ano a ano: em 1916, 9 cartas; em 1917, 27; em 1918, 15; em 1919, 16; em 1920, 32; em 1921, 31; em 1922, 28; em 1923, 17; em 1924, 24; em 1925, 33; em 1926, 24; e em 1927, quando faleceu Capistrano, 11 cartas.

Esta coleção de missivas, a João Lúcio de Azevedo, é de valor inestimável para a biografia ou história de Capistrano de Abreu: — 1º, porque foram dirigidas pelo maior historiador do Brasil ao maior de Portugal, naquele tempo; 2º, pela variedade e importância dos assuntos, que devem de ser aí versados; 3º, pelo número de epístolas ou peças; 4º, porque abrange doze anos consecutivos; 5º, porque foram escritas quando Capistrano se encontrava no cume de sua vida intelectual, até o derradeiro ano de sua existência; 6º, porque há-de refletir observações e idéias do grande historiador brasileiro sobre a História da República, período de que êle mesmo foi testemunho e sobre o qual não escreveu nenhum livro nem, — que eu saiba, — nenhum estudo, nem nenhum ensaio.

\* \* \*

A maior restrição que se faz, por aí, à obra de Capistrano é que ela é pouco vasta em relação à imensa cultura que êle possuía. Também por êsse motivo, tudo o que Capistrano escreveu, e esteja inédito, é hoje precioso. A sua correspondência com João Lúcio de Azevedo é o seu último e grande livro, —

até este momento inédito e, o que é pior, desconhecido. Tudo indica que esse livro (que é também uma coleção de documentos, culturais e psicológicos) fornecerá copiosos e diferentes elementos com que se possa escrever, mais tarde, condignamente, a história do mestre.

Dez dias depois da morte de Capistrano, um grupo de amigos e admiradores, entre os quais se encontravam Paulo Prado, Calógeras, Rodolfo Garcia e Afonso d'Escragnolle Taunay, — subcreveu uma circular em que lançava a idéia da fundação da Sociedade Capistrano de Abreu. Entre os objetivos da então projetada agremiação cultural, figurava a publicação da correspondência, ativa e passiva, do eminente patrono.

A circular dizia textualmente: «Os valiosos documentos que são as cartas por ele escritas, e as que recebeu, precioso manancial de estudo destes últimos trinta anos, principalmente em suas manifestações intelectuais, viriam à luz».

Como acentuava a aludida circular, essas missivas são «valiosos documentos», «precioso manancial de estudos».

Era em 1927.

Já passou um quarto de século. O tesouro capistraneano, a que me tenho referido, continua oculto, em detrimento da cultura nacional.

★ ★ ★

Agora, devo perguntar o que talvez não tenha sido ainda perguntado, no Brasil: — Dessa ininterrupta correspondência de doze anos, entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo, onde se encontram as cartas do historiador português? Devem ser tantas, ou quase tantas, quantas as que recebeu de Capistrano. Teria o maior historiador do Brasil inutilizado as missivas que, até as vésperas de sua morte, recebia de seu amigo, o maior historiador de Portugal?

Não me foi fácil obter as informações que já dei sobre as cartas de Capistrano a João Lúcio, guardadas secretamente, há 25 anos, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nas especiais condições em que tive de elaborar este trabalho, cheguei ao dia do centenário de Capistrano, o dia de hoje, sem poder saber, com segurança, onde se acham as missivas que João Lúcio lhe dirigiu. Não só essas epistolas, como fontes históricas, interessam a Portugal, como também são necessárias à interpretação das cartas de Capistrano a João Lúcio. Tudo faz crer que as missivas dos dois ilustres historiadores se entrelacem, se conjuguem e se completem.

É incompreensível o mistério que se tem feito, há um quarto de século, em torno desse duplo tesouro, composto, provavelmente, de mais de quinhentas peças. O segredo que se tem guardado acêrca dessas fontes históricas, que também constituem produções literárias de Capistrano e João Lúcio, prejudica os estudos históricos, e a cultura geral, dos dois países.

Na passagem do centenário de Capistrano, eu, por todos os motivos, notadamente pelos que já expus, não poderia, nem deveria, silenciar sobre fato de tanta relevância.

Os historiadores que morreram nesses últimos 25 anos, inclusive amigos de Capistrano, — como Calógeras, como Tobias Monteiro, como Alberto Rangel e como vários outros, — não tiveram a ventura de conhecer essa preciosíssima correspondência, e observar, através dela, grande parte do pensamento e da obra do mestre.

Se não tivesse permanecido em sigilo durante este quarto de século, muita gente já se teria utilizado desse opulento epistolário para escrever sobre Capistrano de Abreu.

\* \* \*

Minhas senhoras e meus senhores:

A aula está terminada.

Um professor de História, um trabalhador da História humana, — sobretudo quando se trata da História pátria, — não pode fugir ao culto do dever, que, neste caso, é o culto da verdade. Capistrano de Abreu, — que se não curvava diante de ninguém (talvez para que ninguém se curvasse diante dele), e que se não dobrava em face do próprio Deus, — ajoelhava-se, entretanto, profundamente, diante da verdade histórica.

Consoante declarei no início desta aula, realizada em circunstâncias tão especiais, desejo e espero que me tolerem, ou que me perdoem, as faltas que, ao serviço da verdade histórica, tiver aqui cometido; que eu, de minha parte, já perdoei a qualquer pessoa, viva ou morta, que, através dos assuntos aqui tratados, tiver merecido a minha divergência, a minha estranheza ou a minha censura.

Em História, como em qualquer outra ciência, é indispensável a cooperação entre os trabalhadores; porque, a final, o que todos queremos, na Biblioteca Nacional, no Instituto do Ceará, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou onde quer que, seguindo o caminho de Capistrano de Abreu, se procure estudar honestamente o passado deste país, é, — com a alma, com o coração e com o cérebro, — amar e servir o Brasil.

## O AVÔ QUE EU CONHECI

HONORINA DE ABREU MONTEIRO

Senhor presidente :

Minhas palavras são de agradecimento da família Capistrano de Abreu : Primeiro ao venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que organizou tão notável série de conferências em torno da personalidade de meu avô; depois aos eminentes conferencistas, entre os quais se encontram seis antigos presidentes da Academia Brasileira de Letras; e também aos que se inscreveram no Curso, ávidos por melhor conhecerem o grande historiador brasileiro.

Já que estou na tribuna, desejo, Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, vos falar sobre Capistrano de Abreu visto por sua neta.

### O AVÔ QUE EU CONHECI

A morte colheu Adriano de Abreu, meu pai, quando êste era todo pensamento e ação em pesquisar e recolher tudo o que se referisse a meu avô, Capistrano de Abreu. E como herdou do genitor o dom de pesquisar, a exatidão nos fatos, a minúcia, teria feito, estou certa, uma biografia dentro de todos êsses princípios, acrescidas, ainda, das informações preciosas de Sebastião, irmão mais moço de Capistrano. Isto é, na parte referente ao Ceará, porque a respeito do que se passara aqui, meu pai, melhor do que ninguém, poderia falar; dotes de escritor também os possuía, tanto assim que, a conselho paterno, publicou, certa vez, um romance de ficção e costumes, intitulado *Dias de Maio*.

Em carta ao tio Sebastião, cuja cópia conservo, anunciava meu pai o propósito de dividir o trabalho em cinco partes, a saber:

1853-1875 — Infância e juventude de Capistrano.

1875-1894 — Destacando 31 de dezembro data esta da morte de sua mãe;



1894-1911 — Assinalando 10 de janeiro de 1911, entrada de Honorina para o Convento;

1911-1918 — Fixando 24 de outubro dêste ano, quando morreu Abril, seu irmão;

1918-1927 — A parte final.

«A primeira parte, pôsto que abrangendo maior espaço de tempo, será mais curta que as outras e chamar-se-á «Onde canta a jandaia» — dizia meu pai na referida carta. A expressão pertence a José de Alencar, porém isso não importa, porque, no meu caso, o título não compreenderá todo o livro, mas apenas uma de suas partes. Sob o patrocínio daquele escritor patricio desejo pôr o volume desde a soleira da porta. Logo haja terminado essa parte, remeter-lha-ei, para corrigendas e suprimentos».

Nenhum dos presentes decerto ignora o carinho e a gratidão de meu avô por José de Alencar que tanto o ajudou em sua vinda para o Rio, que o orientou e mesmo o encaminhou.

Que tamanha responsabilidade para uma neta escrever sôbre um avô, cuja obra já foi estudada por Rodrigo Otávio Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Múcio Leão, Gustavo Barroso, José Honório Rodrigues, Mozart Monteiro, Artur Reis e outros nomes não menos brilhantes e ilustres.

Quando meu avô faleceu, nós, suas netas, em número de três (não havia varões), éramos meninotas. A mais velha, Jônia, a netinha cega que êle recomendara ao seu grande e leal amigo, Professor Fernandes Figueira, orgulho da Pediatria brasileira, e que se meu avô pediu, melhor o fez, desvelando-se pela ceguinha que teria seus 15 anos. Se fôsem vivos, hoje, meu pai e meu avô, estariam chorando conosco a perda de minha irmã, perda irreparável que acaba de nos ferir profundamente.

Eu, vinha em seguida à Jônia. Meu avô, com seu espírito acurado de observação, às vêzes nos entristecia e desapontava, a mim e à Jônia, o que chamávamos, magoadas — *diferenças*. Por exemplo, à Jônia quando êle lhe pedia para fazer uma ligação telefônica, ao ouvi-la transmitir o recado recebido, ficava aborrecido e dizia: «Menina, você fala muito depressa, parece uma quitandeira». Quanto a mim que sempre fui gorda e forte e, acreditem ou não, isto lhe causava sério desgosto, observava, não raro: — «Menina, onde é que essa gordura vai parar? Se você não tomar cuidado, ficará como a tia Filomena lá do Ceará. Olhe que quando ela morreu foi preciso reforçar-lhe o caixão. Ande, faça exercício e não coma demais...» A terceira menina: «Isa, hoje Madre Maria Teresa do Espírito Santo, a menor, a mais ousada e, por que não dizer, desabusada, vingáva-nos largamente,

sem nunca ser castigada : Puxava a barba do avô, amarrava-lhe fitas à cabeça, deitava-se em sua rede, de que era êle tão cioso, e até mexia naquela «papelada», na qual ninguém se atrevia a tocar. Era evidentemente a neta predileta. Só havia uma restrição, não quanto a ela propriamente, mas a quem lhe pusera o nome de Isa. «Isa não é o nome, repetia. É diminutivo de Heloisa, Luisa, etc. Menina, eu só lhe chamo de Isabel». E com toda ênfase pronunciava o nome à inglesa.

Uma vez procurava meu avô um *Jornal do Comércio* em meio àquela desordem em que vivia. Isa teria três anos e perguntou ao avô o que estava procurando. — «Não adianta, respondeu êle, você não sabe ler». Isa entrega-lhe o jornal procurado. Meu avô satisfeito, falou-lhe : «É isto mesmo». E a caçula, brejeira, retrucou-lhe : «Quem não sabe ler é você»... Meu avô riu-se, orgulhoso, e não se cansava de repetir a seus amigos, as *tiradas* da netinha mais jovem.

Os passeios, fazia-os comigo e Isa. Levava-nos a visitar os amigos : Bulhões, Guimarães Natal, Tomé Mota e outros tantos. Em casa de Tomé Mota, certa vez, Isa e eu metemo-nos com nossos melhores vestidos, dentro de uma banheira. Salvei-me da reprimenda. Tinha as costas quentes da caçula...

Meu avô queria que conhecêssemos seus amigos e que êstes também se familiarizassem conosco. Não é demais dizer que a sua preocupação máxima era congregar em torno de si todos aquêles que lhe eram caros, assim como sofria intensamente quando um de seus amigos não se davam entre si. Quando acontecia estar com uma das partes querelantes era só para dizer bem da outra; fazia assim, por outros caminhos, a boa intriga.

O que me assombra em meu avô é que sendo um homem rude, esquisitão, de psicologia difícil de ser equacionada, era, ao mesmo tempo, por mais paradoxal que pareça, «um príncipe em boas maneiras». Possuía uma fonte inesgotável de ternura a serviço dos seus íntimos: unir os desafetos constituía uma glória para êle. Não conseguia seu fito, muitas vêzes e por isso sofria. Ê que os homens daquela época tinham também sua têmpera... Não se acomodavam facilmente. A maleabilidade veio com o tempo, e eu a considero um fator de progresso, desde que esta maleabilidade não seja por demais aquiescente. Quando exercida com moderação, chega a ser uma arte. A franqueza rude é, a meu ver, deslelgância de espírito e, se meu avô usava êste tipo de franqueza, sabia temperá-la com essas armas que fizeram dêle aquêle príncipe de boas maneiras, atenuando-lhe as arestas. De fato as boas maneiras o preocupavam. Uma vez deu à Honorina, quando esta ainda menina, um folheto chamado *Don't*, regras de bem viver em sociedade. Um manual de etiqueta. Não permitia que um filho

pusesse os cotovelos à mesa ou se apoiasse em algum móvel. Muitas vêzes nos dizia : quem fala alto e se entrega a alterações é semelhante às vendedoras de tripas nos mercados.

Tinha delicadezas de encantar. Despedindo-se de minha mãe, certa vez, por ter esta de acompanhar o marido a São Paulo, deu-lhe uma quantia para que comprasse uma lembrança na Paulicéia e fêz mais, telegrafou aos amigos a fim de que dispensassem ao casal tôdas as atenções possíveis. Eram êstes, entre outros, os amigos a quem se dirigiu : Paulo Prado, os Jaguaribe e os Macedo Bittencourt, nossos parentes. Meus pais foram tão bem recebidos que não tiveram um só minuto de seu, livre.

Entretanto, êsse homem generoso para com os seus, era, pode-se dizer, ávaro consigo : achava que não podia gastar 200 mil réis naquela época, para comprar um remédio.

Diz minha tia Honorina (Madre Maria José de Jesus) que se espanta hoje ao imaginar como se ataria meu avô com as despesas que não eram poucas, ao pensar no modo pelo qual mantinha êle o padrão da família — ela e os irmãos freqüentando os melhores colégios daquele tempo como o Imaculada Conceição, o Alfredo Gomes, o Anchieta, em Friburgo, e a Escola Alemã, apresentando-se sempre corretamente vestidos, freqüentando bom meio social. Meu pai, diz ela, tendo recursos limitados, como podia fazer tanto ? E ainda dava aos filhos professores de línguas estrangeiras: Explicava-se o caso — é que consigo mesmo não gastava quase nada. Sua filosofia, sua superioridade de espírito permitiam-lhe liberdades no trajar modesto, na vida simples que levava. De quando em vez Colombo Portela fazia, a seu pedido, um suprimimento modesto de roupas da antiga Casa Colombo. Morava numa pensão e o pouco que possuía destinava exclusivamente aos filhos.

Após a morte da espôsa teve de fazer a separação dos filhos. Honorina e Matilde, esta última recém-nascida, e Henrique que só viveu até três anos e meio de idade, ficaram com os avós. Os outros dois levaram a vida errante do pai. Passaram, de uma feita, dois anos na fazenda Bananal, em Barra Mansa, em casa de Sancho Berenguer, cuja espôsa, Matilde era sua comadre e prima, e havia sido a melhor amiga de sua mulher, quando estudaram juntas na Bahia. Adelaide de Sousa Leão foi também comadre do historiador e, apesar de madrinha de Matilde, dedicou-se mais à Honorina pelo fato de ser esta da idade de suas filhas : Maroquinha, hoje Sra. Américo Ludolf e Zizi. Abençoadas comadres que muito auxiliaram a Capistrano no trabalho com os filhos ! Uma certa vez, Capistrano reuniu todos os filhos e mais o índio Irineu, na Fazenda Alpina, em Teresópolis. Lembro-me sempre de meu avô e meu pai contarem reminiscências dessa estada que

durou cêrca de três meses. Meu avô praticava com o índio Irineu o «bacaeri». Foi isso em 1891.

Quando Honorina sentiu o primeiro chamado para o Carmelo, ao contrário de que diz a lenda, não ocultou o seu desejo ao pai, e muito menos fugiu de casa para o Convento. Antes, amadureceu bem a sua vocação, passando oito anos em vida secular, vivendo exclusivamente para a Igreja. Anteriormente havia sido, sim, moça de sociedade. Inteligente, culta, poetisa, era admirada e cortejada. Quando, porém, sua vocação se fêz sentir, quis pesquisar seus pensamentos, fazer um «test» com os sentimentos, talentosa como era. E o fêz. Ao ver que havia atingido o limite da idade para a entrada no Carmelo, escreveu ao pai que nessa época se encontrava em Barra do Piraí, e, na volta do Correio, recebeu um cartão simples, dêsses que não contêm recusa, mas sim um conselho: que esperasse pela morte da avó, alegando o elemento de longevidade que ela poderia ser para a velhinha, que êle jamais se opusera à sua vocação tão logo se convencera da realidade. E bordava atenuantes aos seus conselhos: Qual a ordem que escolheria? Ajuda ou Santa Teresa? Ao responder-lhe Honorina que preferiria Santa Teresa, retorquiu-lhe o historiador que fazia bem em escolher esta ordem, pois em Santa Teresa os ares eram melhores, acrescentando, jocosamente, que Matilde, que nenhuma vocação revelara para o claustro, iria para a Ajuda. Fazia tais brincadeiras para ocultar a verdade que lhe dilacerava o coração. — Alguns dias depois de ter escrito a Honorina a resposta de sua carta pedindo consentimento, eis que meu avô chega de chofre, e mal ocultando suas emoções, a voz embargada, diz-lhe: «Então, minha filha, vai judiar conosco?» E na sala de visitas tiveram, pai e filha, uma conversa de uma hora, a maior, a mais animada, a mais íntima, ou, para melhor dizer, a primeira e última, a única e verdadeira conversa da vida de ambos. Êle repetia-lhe, de vez em quando: «Sua avó morre, sua avó morre», e ela respondia com insistência: «Não morre, meu pai, não morre».

E para disfarçar a emoção, lá vinha meu avô com um de seus apartes oportuníssimos: «É... umas são professôras, outras costureiras, outras religiosas. É uma profissão como outra qualquer, Concordo».

Honorina, firme e inabalável em sua resolução, propõe, finalmente, ao pai, sua partida para Friburgo, para casa de umas amigas, temporariamente. Diria à avó que iria passar o verão fora. A velhinha, aos poucos, acostumar-se-ia à sua ausência e, no fim de algum tempo, entraria para o Carmelo. Capistrano aceitou bem a idéia e partem juntos para a cidade fluminense, mais o índio Tuxinin, passam dois ou três dias, descem, e ela ingressa, finalmente, a 10 de janeiro de 1911, no Carmelo. Em Santa



Teresa, no Convento, vê a filha pela última vez; abraçam-se, beijam-se as mãos repetidas vêzes. Capistrano vê sua filha se encaminhar para o claustro com os passos e a elegância de uma rainha; fecha-se a porta, e meu avô deixa-se ficar até o fim da solenidade. Sai. Desce de Santa Teresa e quando chega à cidade, envia à sua sogra um bilhete pelo rápido, dando-lhe a notícia. E não volta mais a Santa Teresa — não queria perder a visão da noiva a caminhar com passos de rainha — diria êle mais tarde, numa carta, à filha.

Correspondeu-se com Honorina assiduamente. Enviava-lhe biscoitos e chocolates usados pela fundadora Santa Teresa D'Avila. Estudou a história do Convento desde os primórdios e fez vir documentos originais do Tombo, em Portugal; copiou documentos também originais na Biblioteca Nacional e ainda conseguiu emprestar ao Carmelo o VII tomo dos Anais do Rio de Janeiro, de Baltazar da Silva Lisboa, para que as religiosas copiassem a vida de sua fundadora no Brasil, Madre Jacinta de São José. Êle próprio lê a vida de Santa Teresa D'Avila para formar um juízo; entretanto, não transmite à filha sua opinião. Disse-lhe, certa vez, que havia sido mais religioso do que ela — onde e quando, ocorre-nos perguntar : Referir-se-ia a alguma influência de sua espôsa ?

Certa vez levava sua filha a visitar a igreja das Neves, lá pelos lados de Paula Matos. Em sua participação de casamento há um endereço da Rua Paula Matos. Esta capelinha, dizia êle, era objeto de suas recordações, porque, não se explicava, pois não foi ali que se casou, disso estou certa. O casamento de meu avô foi realizado na Igreja de Santo Antônio dos Pobres, na Rua dos Inválidos, e o civil em casa da família Caminhôa, bisavô do jornalista Carlos Lacerda. Que misteriosa e enleante lembrança, pois, ligava Capistrano à romântica casinha religiosa ?

Já em seus últimos dias de vida, naquele leito que seria o seu de morte, recebia as cartas líricas e sentidas de Honorina, nas quais a filha querida manifestava seu desejo de querer ser a enfermeira de seu amado pai, que sua maior aspiração seria, então, vê-lo aproximar-se de Jesus, na hora suprema. Pedia resposta ao apêlo que lhe fizera no soneto famoso que há tempos lhe enviara e que deixo de repetir aqui por ser demais conhecido e citado em obras mesmo internacionais.

Enviava-lhe as visitas dos Padres Franca, Madureira a quem êle certa vez levava Calógeras reconduzindo-o à Igreja, do Padre Nabuco hoje Monsenhor, mas, não obteve o que desejava — a conversão total, a aproximação divina.

Na vida familiar os fatos mais marcantes foram — primeiro, a perda da espôsa, deixando na orfandade cinco crianças, tendo

a filhinha mais velha apenas dez anos e a mais moça, Matilde, 12 dias.

Extinguiu-se, assim, a companheira do historiador, com apenas 31 anos de idade, no último dia do ano de 1891.

Perdeu Capistrano sua mulher e companheira inseparável, compreensiva e boa, de repente, como uma traição do destino. Maria José Castro Fonseca de Abreu era moça, alegre e comunicativa. Tocava bem piano, compartilhava dos gostos do marido, era poliglota, copiava-lhe os artigos com letra redonda, clara e bonita.

Aos três anos e meio de idade faleceu de tifo Henrique que vinha acima de Matilde, o que mais sentiu a orfandade : ficava, às vezes, caladinho, parado, e dizia : «Estou vendo minha mãe».

Capistrano era homem de têmpera forte — outro não resistiria a tais golpes. Encontrara em Maria José um apoio e um esteio — o carinho que ambicionara, o talento de que compartilhava. Maria José, aliás, era descendente de nobre família, os Castro Fonseca e sua mãe D. Adélia Josefina de Castro Rebelo, foi uma poetisa de lavra, baiana de nascimento.

Após êsses dois golpes quase seguidos, passaram-se uns 20 anos, mais ou menos, sem alteração anormal na vida dos Abreu. Capistrano estudava, trabalhava, e os filhos completavam sua educação bem orientada.

Em 1911, a entrada da filha para o Convento, conforme já descrevemos, trouxe-lhe uma tristeza profunda — passava noites a fio andando pelo quarto, em silêncio, a meditar, de um lado para outro. Deixou de procurar os amigos. Voltando ao jantar dos Werneck, muito caros seus, após a interrupção de um mês, disse : «Estive em casa mudando de pele, perdendo a casca». E quando se aludiu à vocação da filha, respondeu calmamente, como se não houvesse vivido em pouco tempo, um drama inteiro : «Já não se governa, é uma alma desapropriada a bem da Igreja».

Em 1918, a perda de seu filho Fernando, a quem chamava meigamente de Abril por ter nascido neste mês, (no norte do Brasil) considerado como o mês florido, trouxe-lhe um abalo terrível, deixando-o completamente desorientado. Abril era-lhe dedicado e talentoso. É, ainda, Carlos Leoni Werneck quem nos conta os últimos momentos de Abril !

— Fôra chamado para atender ao doente. Achou grave o seu estado. Não sendo clínico, foi buscar Joaquim Nicolau — seu colega muito competente e que ainda hoje clinica. Meu tio estava com uma pneumonia dupla e delirava sem cessar. Meu avô, sentado à beira da cama, procurava suavisar o sofrimento do filho. Werneck e Nicolau agem, então, com presteza, porém é

muito tarde... O filho de Capistrano não resiste e, conta-nos Werneck — assiste-se a um espetáculo tristíssimo, o mais triste que presenciou o grande médico, segundo sua própria afirmativa. O velho, sentado no leito como que petrificado diante da brutalidade do momento, as lágrimas rolando-lhe pelas faces maceradas, e enquanto os dois médicos vestiam-lhe o filho, êle falava, lamentava-se, chorava e evocava momentos da vida de Abril, de tudo, de seus estudos, de sua infância, de seu casamento com Cecília sua prima adorada, da enfermidade traidora que lhe levava o filho adorado, tão de repente como da primeira traição — a do falecimento da esposa. E dizia baixinho como se estivesse falando consigo mesmo : «Eu estava na Fazenda. Disseram-me que Abril reclamava porque eu não lhe escrevia. Escrever ? Pois Abril sabe ler ? — Meu filho retrucava : «Escreva sempre, tôda criança gosta de receber cartas». Escrevi-lhe duas vêzes, duas linhas. Dois anos depois, eu estava deitado na rêde, quando êle se chegou a mim com um papelinho na mão, risonho : «Olhe aqui, disse-me, vitorioso — esta é a carta que você me mandou».

Não era de admirar que êsse filho fôsse tão grato ao seu coração. Conservou-se sempre bom, obediente e com um espírito afetuoso, diferente dos outros irmãos. Sempre serviu a seu pai com prazer e jamais discutiu uma ordem nem em criança nem depois, já homem e casado. Repetia, obstinadamente : «Ordem de meu pai», como se uma ordem de pai fôsse indiscutível, abso-luta, irrevogável, mesmo a mais banal.

Após a morte de Abril, pedia Capistrano à filha Honorina que escrevesse uma imitação das duas célebres estrofes de Goethe que começa : «Wer nie sein Bwt mit Thränen ass.» — Quem nunca comeu seu pão com lágrimas ?»

Honorina enviou-lhe, então :

- 1 — *Quem nunca viu morrer seu filho estremecido  
Quem nunca viu à mesa um lugar suprimido,  
No lar ontem festivo e agora solitário,  
Êsse ignora, ó meu Deus, como sois necessário !*
- 2 — *O homem vos foge e em vão o chamais com carinho  
Por fim mandais-lhe a dor e a vós torna-o mesquinho  
Porque há de haver remédio a todo mal na terra ?  
E o remédio da dor sòmente em Vós se encerra.*

Capistrano não revelou à filha o seu parecer. Nem lhe disse se gostara ou não, apenas lhe escreveu uma linha, a guiza de resposta : «Porque há de haver remédio a todo mal na terra ?»

Por ocasião da morte de Abril disse a alguns que sentira mais a ida de Honorina para o convento do que a morte do filho. É bem possível assim tenha acontecido. A partida de Abril dera-se por um determinismo biológico, um fato inexorável — a de Honorina não. Tinha-o deixado espontâneamente para atender a um chamado de Deus e levar uma vida na qual êle não acreditava.

Dedicou-se, então, muito a seu modo, aos dois que ficaram. Matilde, que se casara com um médico cearense Dr. Aprígio Nogueira e que havia iniciado sua vida em Machado, no Sul de Minas, vivendo ainda hoje o casal naquela cidade onde se radicou, e Adriano, meu pai, falecido há dois anos apenas.

Meu avô visitava, periódicamente, a filha que morava no Sul de Minas. E sempre rememorava o pedido de casamento de Matilde quando respondera a seu pretendente: «Peça à avó de Matilde, foi a mãe que ela conheceu. Ela, melhor do que eu, poderá decidir. E tome um conselho: Se lhe quiser cair nas boas graças, beije-lhe a mão cerimoniosamente, como no tempo das justas, e use pastilhas de hortelã pimenta».

Certa vez perguntou-lhe D. Olga Sá, sua grande amiga: «Capistrano, e o casamento de Matilde?» — «Não sei. Casamento é um bilhete de loteria — há os premiados, há os em branco e há os que recebem o mesmo dinheiro».

Passado algum tempo, faz-lhe D. Olga a mesma pergunta. Responde êle, então, orgulhoso: «Premiado».

Vovó Adélia também era da opinião de Capistrano — achava que Matilde possuía o bilhete premiado. E fazia-lhe os mais belos poemas. Fazer versos era tão de seu hábito que já velhinha, quando nos mandava presentes, vinham êles sempre acompanhados de estrofes, as mais belas e espontâneas.

Capistrano não escondia sua admiração pelo genro e com razão, admiração esta que se estendia a suas noras. Por ocasião da moléstia de meu avô o casal veio de Minas e meu tio foi-lhe extremamente dedicado. Se não lhe faltaram dedicação e devotamento dos amigos, também os filhos, o genro e as noras desdobraram-se em desvêlo e carinho. Nada faltou ao enfêrmo querido.

E não poderia terminar êste estudo sem focalizar algumas cenas que presenciei naquele porão da antiga Travessa Honorina, hoje Capistrano de Abreu, sem relembrar algumas lembranças tantas vêzes evocadas em família. Por exemplo, a inspiração de minha tia Honorina, já freira, naquele soneto a que já me referi e que se tornou célebre. Estava ela enferma, em sua cela paupérrima. Através da vidraça via o céu que lhe pareceu aquêlê outro céu azul de Barra Mansa que fitara ao lado do pai. E relembrando a figura amada de seu genitor a quem tanto devia, a



quem tanto amava, a quem tanto admirava, começou a escrever. A freira coadjutora trouxera-lhe a refeição e ela, apenas com um gesto, pedira-lhe que esperasse. Não falou para não interromper o fio da inspiração. E terminou, aliviada, satisfeita, o último terceto.

Outra recordação que me ocorre é a de vovó Adélia, já velhinha, distribuindo inspiração a tórto e a direito, evocando sua vaidade ao ouvir a comparação de Gonçalves Dias que a chamara de «Sapho Cristã».

Outras cenas que ficaram na lembrança foram as daqueles dias que precederam a morte de meu avô, naquele porão da antiga Travessa Honorina, a vigília dos amigos estou vendo-os a desfilar entre outros: o General Rondon que acompanha assiduamente o Curso Capistrano de Abreu, os Castro Rebelo, Otávio Sousa Leão, os Ludolf, família Gabáglia, Amarante, Said Ali, Tobias Monteiro, Tasso Fragoso, Rodrigo Otávio, Jaime Coelho, José de Mendonça, Virgílio Brígido, Cassius Berlink, Assis Chateaubriand, Leôncio Correia, Paulo Filho, Gustavo Sá Lessa (o médico e amigo dedicado que passou o atestado de óbito do historiador).

Iseu de Almeida e Silva — genro do Arrojado Lisboa — a quem Capistrano adotou com carinho paternal. Lembro-me que em 1926, quando Iseu, recém-formado, exercia a medicina com proficiência, Capistrano, que não se cansava de vaticinar, brilhante carreira para o jovem médico, aconselhou, insistiu mesmo com Matilde para que se operasse com ele — dizia-lhe, que não escolhesse outro. *Frizo* êste fato para que se possa aquilatar do entusiasmo e da dedicação de meu avô quando queria a alguém, de sua confiança ilimitada nos amigos, da firmeza nas análises que costumava fazer dos caracteres ou das tendências dos que com êle conviviam, mesmo dos sentimentos ou das possibilidades morais ou não. Uma grande amizade o ligava a Arrojado Lisboa, a D. Hermínia, a Maria Elisa e a Bebê, mulher de Iseu. Nunca mais me esqueci da cena pungente a que assisti naquela tarde inesquecível de 13 de agosto de 1927 — até então, jamais havia visto um cadáver, não fazia a menor idéia de que fôsse um velório e, de repente, depara-se-me Bebê chorando convulsivamente. Numa das recentes aulas do Curso Capistrano de Abreu, encontrei-a e ela disse-me: «Honorina, Capistrano foi das pessoas que mais quis e a primeira que vi desaparecer». Relembrou, então, saudosamente, Bebê, episódios das idas de meu avô à casa de Arrojado, as aulas que lhe ministrava, com carinho e doçura, a ela e à sua irmã. Quando meu avô saía, deixava-as ternamente saudosas, com seus conhecimentos aprimorados, e grandemente satisfeitas, com essa satisfação interior tão completa que para ela não encontramos tradução, nem expressão.

Também encontrei no Curso, com grande prazer, um outro ex-aluno de Capistrano — Maurício de Castro, filho do Comandante Eugênio de Castro, historiador e a quem meu avô dispensava grande amizade. Foi seu aluno de latim e meu avô sempre a êle se referia com admiração. Seu pai lhe foi dos amigos mais dedicados e acompanhou tôdas as etapas da moléstia que o vitimou. Foi êsse amigo quem levou à nossa casa Murtinho Nobre, para tentar a homeopatia, a fim de ver se conseguia uma reação no organismo já combalido demais, de meu avô, que com saúde jamais acreditara nesta modalidade da medicina e que então aceitara, ansiosamente, a sugestão da vinda de Murtinho, tanto apêgo tinha à vida. Não queria morrer: tudo desejava tentar para evitar o desfêcho fatal.

Daqui vejo meu padrinho Carlos de Aguiar Moreira que vem seguindo, interessado, as conferências em companhia de sua irmã Ester. Que grande amizade unia meu avô ao Dr. Marciano de Aguiar Moreira, amizade esta que vem vindo de três gerações!

Vêm-me à lembrança as visitas sucessivas dessa família a meu avô — amigos dedicados, de coração, que sabem fazer-se querer e que o tempo não separa.

Vejo, como se fôsse hoje, a aflição do Dr. Aguiar Moreira, aquêle enfermeiro dócil e bom que êle mandou ao amigo moribundo, e leito «fowler», e balão de oxigênio, tudo iniciativa sua, tudo vindo de suas mãos serenas e boas que não conheciam a ingratidão nem o esquecimento. Lembro-me, ainda, de quando meu avô deixou sua amada rêde pela cama, sua grande amiga a quem êle chamou de «homem de bem» e que lhe punha cada dia uma nova medalhinha no paletó de pijama, no travesseiro, em tôda parte como a pedir aos santos o doce milagre de sua conversão. Soa a meus ouvidos a ternura, a doçura com que D. Olga já perguntava: «Capistrano, você não quer comungar? Hoje comunguei por você e me senti tão bem!» como soa também a resposta rispida de meu avô «Faça bom proveito». Essas e outras cenas aqui me ficaram no cérebro, tal como uma chama vívida e inapagável.

Se o nosso prezado Rodrigo Otávio Filho me permitisse uma inclusão no grupo dos amigos de meu avô, eu diria: «Não deixe de colocar o de Francisco Sá, Olga Acioli de Sá, Francisco de Sá Filho, e todos os filhos do casal. E ainda a Rodrigo Otávio Filho que, em sua conferência, estudou o tipo físico de Capistrano, eu diria que êste tinha em Olga Maria, neta dos Sá, uma admiradora entusiasta que espontâneamente dizia à sua avó: Acho Capistrano tão bonito!».

Também me recordo, como se fôsse hoje, de Maria Luísa Mota da Cunha Freire, neta de seu amigo de infância Tomé Mota, a quem Múcio Leão já se referiu — visitando meu avô em

companhia da saudosa D. Julieta sempre acompanhada pela governanta alemã Ana — que também não escapava aos amores de Capistrano. Quando meu avô devotava amizade a uma pessoa determinada, toda sua família, mesmo a mais remota, lhe era querida, estendendo-se essa afeição pelos serviçais e até aos xerimbabos da casa.

A figura de D. Maria Sombra, substituindo seu marido na tesouraria da Sociedade Capistrano de Abreu, me é particularmente grata — pois muito me orgulham as lembranças vividas que meu avô deixou na terra, as dedicações que inspirou, conservadas por sua memória. É ou não é um banho lustral para todas as penas da vida?

Com que pesar evoco os nomes de Paulo Prado, Rodolfo Garcia, Eugênio de Castro, Calógeras que circundam as minhas recordações que se referem a Capistrano de Abreu como uma auréola cintilante, imensamente bela!

Assisti, por diversas vezes, na Sociedade Capistrano de Abreu, aos planos para os festejos na comemoração do centenário de meu avô, por eles feitos, com devotado carinho. Deus não permitiu que os concretizassem mas, sãbiamente, como acontece com todos os seus grandes designios, deu elementos de valor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que organizou brilhantemente o Curso Capistrano de Abreu, congregando elementos da mais alta expressão intelectual do país como Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, Rodrigo Otávio Filho, Barbosa Lima Sobrinho, Gustavo Barroso, José Honório Rodrigues, Artur César Ferreira Reis, Múcio Leão, Mozart Monteiro e Aníbal Freire.

Terminando, quero aqui consignar, em meu nome e no de minha família, profundos e sinceros agradecimentos ao Embaixador Macedo Soares, pela seleção acurada dos oradores escolhidos, pelo brilho dos festejos deste centenário que também considero como nota de destaque na história das letras brasileiras, e pelo lugar que ocupa meu avô na ala dos brasileiros cujos centenários foram também glorificados com magnificência invulgar: Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

E foi assim, senhores, que fora de meus hábitos, por gratidão, por colaboração, mesmo por cooperação e, principalmente, pelo convite que me foi feito gentil e atenciosamente por nosso ilustre Embaixador em nome do Instituto Histórico, que, descortinando o tesouro de minhas lembranças, aqui vos trouxe, sem pretensões literárias e em linguagem despida de floreios, traços ligeiros do avô que eu conheci.

## CAPISTRANO DE ABREU (\*)

AFFONSO DE E. TAUNAY

### I

Comentando o pensamento de um brasileiro ilustre, com quem tivera largas relações, escreveu o grande geógrafo que se chamou Eliseu Reclus, estas belas palavras :

«Tenho a impressão de que lá longe, naquele distante e tão luminoso Brasil extinguiu-se um dos seus mais poderosos fanais».

A notícia da morte de Capistrano, que me colheu na cidade do Salvador, em agosto de 1927, trouxe-me à mente, em immediata evocação, a nobre imagem do autor de *A Terra e os Homens*.

Apagara-se, com o seu desaparecimento, o foco iluminador da pesquisa histórica em nosso país. Magnífico sabedor das coisas brasílicas de cuja intimidade conquistara prodigioso cabedal de conhecimentos, revelado a cada passo pela facilidade, pela naturalidade do oferecimento dos tesouros amealhados.

E recordei-me, ainda, do conceito emitido por Alberto Rangel, a transmitir-me as impressões de leitura dos prolongamentos capistraneanos aos diversos livros de *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador.

«Mas como êste homem sabe ! Como sabe e ressabe ! !».

E realmente assim era : quase não há um só parágrafo daquelas páginas que não venha — peça de opulentíssimo mosaico — a ser o assinalador de alguma descoberta do mosaísta. E tal a sua profusão que cada página se converte num feixe de novidades, entrosadas do modo mais harmoniosamente lógico, como resultante único das componentes da erudição e da verdade.

Só mesmo profundíssimo saber é capaz de realizar tão eloquente conjugação.

---

(\*) Oração proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por ocasião da sessão comemorativa da passagem do primeiro centenário natalício de Capistrano de Abreu.



Querer recordar o que significava a sabedoria de Capistrano em matéria de nossa história é pretender menoscabar dos conhecimentos dos meus cultos leitores.

Quem ignora o que seja avaliar dos *Capítulos de história colonial? do descobrimento do Brasil? da Paulística* e das anotações à *História Geral* de Varnhagen? Qual dentre nós desconhece a grandeza destes padrões da nossa historiografia?

Quem não está a par da contribuição capistraneana ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em 1881, dos tesouros de erudição anônima derramados na confecção do catálogo da *Brasiliana* de José Carlos Rodrigues, da argúcia do mestre no desvendar misteriosos problemas de nossas letras como êsse da identificação do autor da *Cultura e Opulência do Brasil*? Quem não sabe quanto o nome de Capistrano é hoje inseparável do de Fernão Cardim cuja obra revelou em edição exemplar? do de Anchieta pela publicação das *Informações e Fragmentos*? Quem desconhece a presença do seu sinete aposto às páginas *Visitações e Confissões* de Pernambuco, dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*?

Quem ignora os seus famosos aforismos refertos de justeza como por exemplo a imperiosa necessidade de uma grande história da Companhia de Jesus no Brasil como prefácio à do próprio país ou a célebre apreciação dos méritos, em confronto, de Anchieta e de Nóbrega.

Quem não se acha a par do interesse pelo qual sempre pugnou em favor da divulgação das fontes documentais? de quanto louvou a Manuel Cicero quando promoveu vultoso catálogo das peças brasileiras do então chamado Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa?

Como testemunho pessoal posso aduzir quanto aplaudir, calorosamente a minha iniciativa de fazer copiar os documentos bandeirantes paulistas existentes no Arquivo General de Índias em Sevilha.

Quando publiquei a primeira série destes papéis sevilhanos escreveu-me imediatamente.

«Não hesito em dizer-lhe: continui! E abraço-o gostosamente».

Ficou sobremodo satisfeito ainda com a impressão nos Anais do Museu Paulista do *Diário da Navegação* de Juzarte, que considerava da maior relevância, assim como mais tarde elogiou, de modo desvanecedor, a publicação do *Livro Segundo do Governo do Brasil* (1615-1628) o precioso códice que pertencera a Eduar-

do Prado e ainda a de outro código da mesma fonte *Govêrno da Índia e Ultramar* e mais a *Documentação paulista da procedência baiana*. Por indicação sua obtive e designei papéis de notável valia como por exemplo a *Demonstração dos diversos caminhos de São Paulo para o Cuiabá e Província do Cochiporé* e a *Descrição da fazenda que o colégio de Santo Antônio tem no Brasil* (1635) um dos mais velhos documentos de nossa história econômica.

A ânsia de divulgar as fontes de nossa história fazia com que multiplicassem as advertências e os conselhos a todos os amigos.

«O mal das Revistas» de nossos Institutos é dar tão pouco abrigo aos documentos, dizia e redizia. «Imprimem em seu lugar inúmeros discursos, logorrêia que quase sempre não passa de verdadeira mixórdia sem valor algum. Ainda é bom quando, nesta verborragia, limitam-se os discursadores a repetir o que os velhos autores escreveram não se metendo a divagar e sobretudo inventar. Ah! se os nossos Institutos, a exemplo do que fez Studart no Ceará, reservassem espaço à divulgação dos documentos! Quantos milhares de páginas teríamos hoje, páginas úteis, em vez daquilo que existe tendo consumido tantos contos de réis empregados na propagação de babozeiras...

Em contato, seguido e estreito, com eruditos portugueses, sobretudo com o seu amigo João Lúcio d'Azevedo e Antônio Baião, chegavam-lhe as notícias da existência de papéis brasileiros interessantes e esforçava-se por lhes obter as cópias para as imprimir aqui. Assim sucedeu por exemplo com os autos de atestação de serviços de Fernão Dias Paes, remetidos a seu amigo, o probo Teófilo Feu de Carvalho, então, diretor do Arquivo Público Mineiro, se me não engano.

Quando Washington Luís escreveu os memoráveis primeiros artigos de análise dos inventários, quinhentistas e seiscentistas, de São Paulo, ficou Capistrano literalmente entusiasmado.

Com expansividade diversa do feitio habitual escreveu ao pesquisador em jubilosos termos: «Valem alguns destes autos mais do que pilhas de documentos administrativos oficiais!

Ao fazer quando prefeito municipal, encetar-se a publicação das *Atas do Registro Geral da Câmara de São Paulo* novamente dele recebeu Washington Luís, os mais vivos aplausos.

Devem-se-lhe, pela persuasão a Paulo Prado, a divulgação dos códigos da valia dos *Denúncias* e *das confissões*. Assim também Afrânio Peixoto muito acoroçoou ao lançamento de preciosa série de velhos livros brasileiros a que tão justamente deu a Academia Brasileira o nome do autor ilustre de *Maria Bonita*.

Quanto se interessou para que Eugênio Teixeira de Castro levasse a cabo a análise percuciente e douta do *Diário da Navegação* de Pero Lopes? Quanto acompanhou, de perto, a confecção da parte histórica da obra monumental do insigne Calógeras sobre *As Minas do Brasil e sua legislação?* a fornecer-lhe indicações e sugestões, nascidas do maravilhoso conhecimento da imensa mina dos manuscritos da nossa Biblioteca Nacional?

Ledor infatigável em Capistrano a instigação de escrever ficava muito aquém da ânsia da leitura. Quando encetou o trabalho de anotação da *História Geral do Brasil* dispunha de prodigioso cabedal de novidades a escrever ao texto varnhageniano.

A fatalidade do incêndio devorador de seus originais tendo o primeiro tomo comentado da obra de Pôrto Seguro já impresso, tal calamidade não o fez esmorecer.

Triunfante demonstração da opulência do cabedal acumulado lhe proporcionaria algum tempo mais tarde o ensejo de comentar a *História* de Frei Vicente.

Os anos lhe trariam contínuo transbordamento do já enorme acervo e o ensejo compensador de vir a ter um companheiro de faina, a altitude do chefe de tão pesada empresa: Rodolfo Garcia. Poucas vezes ocorreu tão perfeita associação de esforços por parte de um par como o dêsses grandes colaboradores, a quem só não se applicava a integridade do virgiliano *Arcades ambo* porque duas décadas lhes separava o cômputo dos anos de vida.

A portada do tomo I reimpresso da *História Geral*, entendeu Garcia lembrar quanto a êste volume, por ambos anotado, incorporava-se o rico manancial de notas e comentários da edição capistraneana, de 1906, acrescido da majoração de numerosas outras inéditas.

Era a imprescindível declaração do *jus auctoris*, partida do íntegro colaborador.

Mas já a se imprimir o segundo tomo da série dos cinco da terceira edição integral não estaria Capistrano presente e Garcia recordava, em termos comovidos, que malfazejo fado como se obstinava em impedir o término de tão necessária obra, fazendo tombar no túmulo o seu mestre e companheiro.

Caber-lhe-ia continuar a ingente tarefa e todos sabem como graças a êle, alteou-se o conceito de que desfrutava como insigne insigne sabedor da *Gesta Brasiliæ*.

Encontrava Varnhagen comentadores de sua estatura, inexoráveis perquirentes de suas palavras. A de suas frases, esmiuçadores, argutíssimos e incontentáveis, das afirmações de um autor cujo pendor incluía não o da indicação das fontes utilizadas, muito embora as respeitasse integralmente.

Impunhando o guião do comando que a morte arrebatara às mãos de Capistrano recolheria Rodolfo Garcia o principal quinhão do grande triunfo alcançado.

De Varnhagen dissera Capistrano que fôra o magno derribador dos jequitibás da floresta histórica do Brasil.

Mas a área visitada pelo grande sorocabano era por demais dilatada para que se houvesse realizado a plenitude daquilo que a benevolência de Capistrano lhe concedia. Imponentes madeiros subsistiam escapos ao machado do formidável lenhador. E muitos dêstes caíram sob os golpes dos seus comentadores e dos alargadores de sua obra.

## II

Um dos maiores méritos de Capistrano foi apontar e encarcerar, do modo mais lúcido e persistente, a necessidade de se realizarem largos estudos esclarecedores e ampliadores de vários dos mais importantes setores de nossa história nacional imperfeitamente analisados, ainda e por vêzes muito imperfeitamente até.

Até os dias de sua atuação fecunda, à testa da cátedra de História do Brasil, no Colégio de D. Pedro II, após o memorável concurso que lhe valera o encargo professoral, voltara-se a atenção geral dos nossos historiadores e ensaistas, sobretudo, ou antes, quase exclusivamente, para os fastos militares e os da história administrativa.

As questões essenciais da devassa e conquista do território, do povoamento, as da interpenetração das diversas regiões, os assuntos econômicos, haviam sido relegados a segundo plano ou antes a distante plano, se é que ainda os começaram a esboçar os descritores de nossa vida nacional progressa.

Era esta diretriz arcaica do ensino nos programas de humanidades. Estudava-se, assaz bem a repulsa às invasões estrangeiras e fazia-se por exemplo grande, enorme cabedal de se inculcar a série dos atos administrativos das autoridades principais da Colônia. E essa ausência do lado social da formação da nacionalidade, da perquirição do espírito da sociedade brasileira, o des-caso pela consulta à xenobibliografia, sobretudo a dos grandes viajantes, levava os alunos a considerar o estudo da história do Brasil como uma das mais enfadonhas tarefas de seus deveres escolares.

Quantas vêzes ouvi, em menino e adolescente, emitirem pessoas cultas o conceito de quanto era a história do Brasil «uma das mais enfraquentes coisas do mundo», inteiramente tediosa em sua insignificância.



Alegavam os reclamadores a secura das resenhas das autoridades coloniais, agravadas pela extensão dos nomes portugueses, a ausência de qualquer lado anedótico, a monotonia extraordinária da repetição dos lances desinteressantes. Assim ao passo que havia numerosos sabedores, por vêzes eruditos até, dos fastos gregos e romanos, franceses e dêles se encontravam numerosos, meia dúzia vinham a ser os que se interessavam pelo passado brasileiro em suas diversas faces. Ao ensino da época dominava então o feitio da «história-batalha», e reinava grande interêsse pelas proezas napoleônicas, traduzido na famosa ode de Gonçalves de Magalhães a correr prestigiosíssima ainda na última década imperial.

Também impressionavam muito aos amantes da leitura de como as passadas, os episódios da Revolução Francesa e as desgraças dos reis guilhotinados.

Muito raramente, quer-me parecer, ocorriam mostras positivas de interêsse pelas particularidades do nosso passado.

Não ousou, aliás, estender a arriscada generalização o que era pertinente à larga roda das relações de meus pais, que aliás conviviam com a gente mais culta do Rio de Janeiro, e ao que ouvia eu de meus professores e colegas.

Mas penso que há seguro índice do desaprêço a que me refiro no exame da produção jornalística e literária da época.

Quem folhear as páginas dos nossos velhos jornais e dos nossos velhos livros encontrará, de longe em longe, contribuições referentes ao estudo dos nossos anais. E se acaso aparecem, esporadicamente, são quase sempre deficientes senão, a cada passo, dignas de se incluírem na bibliografia vultosa da história do Brasil, pelo método confuso.

O romance histórico brasileiro era por assim dizer inexistente, e em geral de mediocre quilate, até que José de Alencar viesse dar a demonstração de quanto em nossa tradição há muitos e bons elementos para a fundamentação de novelas de gênero scottiano e cooperiano.

Mas o público não se interessava pela espécie cultivada pelo Conselheiro Pereira da Silva e outros. E *As minas de prata* não lograram o enorme (para o tempo) êxito de *O Guarany* onde o argumento histórico tão tênue se mostra, se é que existe, a não ser como vestígio de intercorrência ocasional.

*As Histórias do Brasil* realmente dignas de aprêço não estavam ao alcance do público. A de Southey, traduzida assaz recentemente, saía das prateleiras de seu editor como nota de pinga-gotas; o mesmo ocorria com a *História Geral* de Varnhagen.

E os compêndios postos às mãos dos estudantes mostravam-se tudo quanto havia de menos atraente. Examinados à luz do

critério moderno não passam de verdadeiros panos de crivo revelando os intervalos enormes das lacunas de sua deficiência e da incompreensão da relatividade dos valores. Assim por exemplo da atuação dos paulistas na campanha do alargamento do território o que se apontava como coisa máxima era a extinção do quilombo palmarense.

Fugazes referências se faziam às entradas e bandeiras ao apossamento das enormes áreas ocidentais desacompanhadas de um único comentário recordando os obstáculos opostos a tão árdua conquista. Era o capítulo da mineração do ouro tudo quanto havia de mais insignificante: o dos albores do desenvolvimento cultural do país reduzia-se à citação dos títulos de uma ou duas das academias literárias setentistas. E assim por diante...

Atribui-se a D. Pedro II um aforisma sintético de apreciação do conjunto de nossos fastos: «a história do Brasil é modesta mas honesta». Entretanto, assim e de dois de seus máximos episódios não pensava, um dos mais lúcidos primeiros exploradores estrangeiros de nosso país, Augusto de Saint Hilaire, quando já em 1820 se assombrava ante as jornadas bandeirantes, atribuídas a uma raça de gigantes e ante o prodigioso desprendimento de energia exigido pela gigantesca navegação fluvial das monções expendia que os europeus, «acostumados à dos seus mesquinhos rios não estavam à altura de o avaliar».

Êstes episódios da penetração do Continente traziam ao estudo a história do Brasil uma altitude de originalidade refutadora do primeiro qualificativo empregado pelo mal informado Imperador Magnânimo.

A intimidade por Capistrano, haurida do contato com o acervo da Biblioteca Nacional, assim como a convivência de mestres e eruditos como Vale Cabral, Batista Caetano e Ramiz Galvão, trouxeram-lhe ao acustíssimo espírito a possibilidade de legislar, com sabedoria, sobre as necessidades do renascimento do estudo, até então primário, da nossa história didática.

Sincero por índole, apaixonado da verdade, infatigável estudioso de assuntos, examinados com prodigiosa atenção, levaram-no tais predicados a uma série de convicções sobre a importância do esclarecimento de certos temas, a seu ver capitais.

Daí o seu célebre axioma sobre a impossibilidade do estudo dos nossos fastos primevos sem o largo conhecimento das passadas da Companhia de Jesus.

Outro e grande problema o preocupava: o dos caminhamentos liames dos territórios e isto o levou a um levantamento de bibliografia realmente extraordinária e ao acurado exame da mais larga cartografia.

Intercorrentemente outros fatos lhe prendiam a atenção, os da história econômica, tôda por se fazer ainda, sistematizada. Conduziram-no ao interesse pela descoberta dos mais velhos documentos dêste setor de capital e crescente interesse em nossos dias. Daí o aprêço pela obra notabilíssima de Antonil e a imensa curiosidade pelo desvendamento do criptônimo do seu autor. Culminou pelo triunfo da descoberta do enigma, fato que lhe causou a mais extraordinária alegria e celebrado em companhia do seu amigo Vale Cabral do modo mais fraternalmente jubiloso.

Com verdadeira lucidez e exação assinalou José Honório Rodrigues o papel de Capistrano na evolução dos estudos da História do Brasil. Foi o grande apontador de rumos, o grande abridor de perspectivas inéditas ao público e aos historiadores.

Quando ao assumir a direção do Museu Paulista, lhe contei que pensava em escrever uma História dos Capitães Generais de São Paulo, vi-o irritado, insurgir-se contra êste propósito. Deixasse eu de lado tão trivial assunto: o grande século dos paulistas era o décimo-sétimo prolongado até a bandeira de Anhanguera.

Seria o resto fazer «história do govêrno» através da avalanche das cartas régias, alvarás e portarias familiares às demais regiões brasileiras.

A volúpia da leitura em Capistrano constituia verdadeiro estôrvo ao pendor pelo uso da pena. E êste decorria da consciência lenta da assimilação dos assuntos infatigavelmente esquadriñhados. Daí a hesitação, a timidez operando a modo da incontabilidade flaubertiana quanto ao aprimoramento do estilo.

Era o homem do incansável quintessenciamento. Também se volumoso não é o acervo de seu *reliquat* pode-se afirmar que êle se constitui de gemas da mais pura água.

Horror verdadeiro consagrava aos repetidores e como êstes entre nós formam legião, avessos à investigação documental, sôbre êles expendia: «são verdadeira tiririca invasora das nossas revistas, em detrimento dos trabalhadores sérios».

A Capistrano conheci quando me preparava, em 1889, para o exame de história e corografia do Brasil. Minha boa mãe empenhada em me dar os melhores explicadores existentes no Rio de Janeiro, convidou-o a lecionar-me em aulas particulares, por indicação de meu tio Leopoldo Teixeira Leite, amigo do ilustre cearense. Fui durante seis meses, seu explicando e ao mesmo tempo o de Moreira Pinto o nosso grande corógrafo.

Daí em diante mantive sempre relações com o meu professor de 1889, a princípio espaçadamente, depois quando já homem, cada vez mais freqüente.

Valeu-me isto o recebimento de centenas de cartas que constituem um repositório de ensinamentos leais os mais proveitosos e, ao mesmo tempo, a demonstração de honrosa cordialidade e interesse pelo antigo aluno.

O fato de morarmos longe um do outro fez com que não muito nos avistássemos. Mas sempre que ia ao Rio de Janeiro visitava eu ao mestre. E o mesmo se dava embora muito mais raramente, quando ele vinha ter a São Paulo.

Hóspede do terceiro Martim Francisco em São Bernardo, de Júlio Conceição em Santos, de Domingos Jaguaribe em São Paulo e São Vicente, tais oportunidades me proporcionaram repetidos e, por vezes, demorados encontros com o mestre.

Dias das mais agradáveis reminiscências me trouxeram os encontros de suas diversas estadas em casa do terceiro Martim Francisco, ouvindo eu as longas controvérsias, por vezes muito acaloradas desses dois insignes sabedores dos nossos anais, cada qual mais especializado no setor de sua preferência.

Assim Martin, apesar dos grandes conhecimentos dos anais do Império e dos paulistas não dispunha da espantosa ciência de Capistrano em matéria da história colonial. Por sua vez não podia Capistrano enfrentá-lo vantajosamente, quando o debate se deslocava para a era imperial, terreno que o Andrada conhecia palmo a palmo e em extraordinária profundidade.

Horas e horas passavam a discorrer e a discutir de modo elevado, mas por vezes intransigente sem que contudo daí proviesse estremecimento de relações muito decenais entre amigos que reciprocamente se admiravam. Mas, como todos sabemos, não foi só a História o grande campo de Capistrano. Ninguém ignora o que fez pela etnografia e a lingüística brasileiras, o afã que o levou a estudar a localização dos nossos aborígenes, a ciência que adquiriu da língua geral. Nem lhe esqueçamos a contribuição primorosa à bibliografia de nossa lingüística onde avulta o tão conhecido *Ra-txá-hu-ni kui*, o exaustivo estudo sobre idioma dos caxinauás, monografia esplêndida que o consagrou mestre no rol dos grandes americanistas.

Tinha aliás Capistrano verdadeiro pendor poliglótico. Além de haver estudado muito bem o latim e o francês possuía grande conhecimento do inglês que constantemente lia e já homem, aprendera o alemão, idioma do qual chegou a alcançar perfeita posse, a ponto de se abalarçar a traduzir obras de grande autoridade como as de Wappaeus e Sellin.

O que conseguira acumular em matéria de cultura geral era simplesmente espantoso. A extraordinária capacidade retentiva tornara-o senhor de assuntos filosóficos, dos quais fizera enorme



leitura, pois os sistemas dos grandes pensadores nêle excitavam intensa curiosidade.

Cultuando a efeméride centenária de 23 de outubro de 1953, nada mais fêz a opinião pública nacional do que prestar a mais justa das oblações à memória de um dos grandes filhos do Brasil. A Pátria dignificou pela ciência a independência do caráter e o desabusado das opiniões sinceras, a integridade da vida, o des-caso absoluto de vantagens pecuniárias, a aversão a qualquer concessão envolvendo o mais leve afastamento da trilha da retidão e da liberdade de atitudes, em altivez e desprendimento diogênicos.

Era um original, diziam os que não o compreendiam, ignorando o que representava aquela existência consagrada ao *impendere vero*, em diversos ramos do saber nos exemplos do chefe de família, do cidadão e do amigo; do homem a quem causava horror a prática do *video meliora proboque*.

E cujos êrros nasceriam da paixão, pelo resguardo de verdade, quando com boa fé induzido a engano, mal informado acêrca de tortuosidades que lhe apontavam e supunha reais.

Associando-se às comemorações da efeméride centenária natalícia do grande historiador sente-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo feliz por se agregar à grande corrente nacional dos aclamadores da glória de João Capistrano de Abreu.

E neste momento de jubilosa saudade é muito grato a quem exprime os sentimentos de sua agremiação, recordar quanto ao vulto das oblações de hoje extraordinariamente contribuiu o Instituto Histórico Brasileiro, em nome de todos os seus congêneres brasileiros, graças à atuação principal de José Carlos de Macedo Soares. Instituiu o *Curso Capistrano de Abreu*, em cujas preleções se fizeram ouvir muitas das vozes das mais autorizadas e eloqüentes de nossas letras, emitidas ante auditórios constituídos por centenas de pessoas. E fêz cunhar a linda e imprescindível medalha, comemorativa do fausto 23 de outubro, peça devida à arte magnífica de Augusto Girardet.

Paralelamente ao Instituto Histórico Brasileiro movimentou-se o Ministério da Educação por intermédio da Biblioteca Nacional e do Instituto do Livro. Prepara-se o lançamento da reedição de obra total do historiador e outra oblação da maior altitude testemunho da competência e do entusiasmo de José Honório Rodrigues um *In Memoriam*, como padrões do reconhecimento nacional à memória do grande e lúcido espírito impertérrito cultivador do *vitam impendere vero*, em imarcescível exemplo de saber extraordinário e prática de bravía probidade.

## CAPISTRANO DE ABREU (\*)

PROFESSOR E. DE CASTRO REBELLO

O longo período de paz que se estende em nossa história, da terminação da guerra com o Paraguai, em 1870, aos dias que antecedem imediatamente a queda do Império, suscitou, entre nós, a afirmação de grandes espíritos, formados sob a influência direta da cultura européia, que, já então, achava prolongamento natural no pensamento brasileiro, de que eram eles expressão. Alguns transpuseram o século e chegaram à maturidade, já envoltos na admiração de seus contemporâneos. O mais singular, pelo rumo particular que deu aos estudos, em que viria logo a alçar-se com indisputável autoridade, e pelo comportamento intelectual que manteve durante toda a existência, João Capistrano de Abreu, primogênito de um casal de agricultores cearenses, com ascendência, em parte, pernambucana, distinguiu-se pela posse de predicados contraditórios, em que não é, talvez, temerário reconhecer-se a confluência de predisposições ancestrais, contrariadas na infância ou na adolescência pela educação paterna, ou incompreendidas, então, do meio social a que teve de ajustar-se.

Nascido em 23 de outubro de 1853, em Columinjuba, sítio de seus pais, no município cearense de Maranguape, viu decorrerem ali os primeiros anos de existência. Coube ao mestre-escola de um povoado vizinho iniciá-lo nas primeiras letras. Passou, depois, a Fortaleza, cidade capital da província, onde freqüentou, sucessivamente o Colégio dos Educandos, o Ateneu Cearense, e, em 1865 e 1866, o Seminário Episcopal. A respeito de sua passagem por este, pôde Gomes de Matos extrair do livro de matrículas o seguinte assentamento: «Em julho de 1866, foi aconselhado ao pai do referido aluno que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação».

---

(\*) Conferência lida no dia 22 de outubro de 1953, no auditório do Ministério da Educação e Cultura.

Antes, o Padre Antônio da Bravesa, de quem havia recebido o batismo no dia seguinte ao do nascimento, e que dirigia o primeiro daqueles estabelecimentos de instrução, havia escrito ao major Abreu, seu pai. «A comadre tem-se descuidado muito da educação cristã do João, que nem sequer sabe fazer o sinal da Cruz». Justificado era, assim, o receio que o adolescente inspirava ao reitor do Seminário, o Padre Chevalier, de quem contava-se, teria dito a alguém: «Tenho medo de que esse menino venha ainda a fazer muito mal à Igreja».

Complemento dêsses traços é o que achamos no testemunho de Rodolpho Theóphilo, seu condiscípulo no Ateneu Cearense, e que, a êle referindo-se, escreveu: «Sempre pelos cantos, isolado, mal amanhado...» E acrescentava: «Lendo, sempre lendo». Miope, muito miope, enquanto os colegas, em passeio com êle, no morro do Coroatá, se agitavam, alegres, deixava ficar-se de bruços sobre a areia, absorto na leitura.

Em 1869, os pais, tentados pela perspectiva de o verem matricular-se na Faculdade de Direito, no Recife, a fim de encareirar-se, despacharam-no para aquela cidade. Frustrada a esperança, fizeram-no, depois de algum tempo, volver a Maranguape, de onde, baldada a tentativa de o afeiçoarem aos trabalhos do campo, tornou a Fortaleza. Incorporou-se, então, ao grupo de estudiosos, que, entre 1871 e 1874, em plena mocidade, tinham ali o império das letras.

Recorde-se o que, a respeito dêsse grupo, escreveu Araripe Júnior: «A reconstituição de minhas idéias data de 1873., Foi neste ano que li pela primeira vez as obras de Spencer, a *História da Civilização da Inglaterra*, de Buckle e os trabalhos críticos de Taine. Residia eu na província do Ceará, quando aí formou-se um círculo de moços estudiosos, do qual constituiu-se centro o falecido Raimundo da Rocha Lima, discípulo fervoroso de Conte. Neste círculo passaram-se em revista, quanto permitiam as forças de cada um, tôdas as idéias do século. Como era de esperar, não tardou que as conversações se fizessem jornal e o jornal tribuna. A questão religiosa ia em seu auge. Organizaram-se conferências contra o clero, e êsse movimento chegou a operar tão grande abalo na opinião católica, que um ilustrado desembargador não recebeu dar a Fortaleza o nome de Tubingen brasileira. Ao lado de Capistrano de Abreu, de Tomás Pompeu, e de outros fortes do círculo entrei nesses ensaios.

Referia-se Araripe Júnior à agitação provocada pelo processo dos bispos de Olinda e do Pará, afinal condenados e, depois, anistiados, consequência da luta que haviam sustentado contra a *Maçonaria*.

O próprio Capistrano, ao escrever, em 1878, o sentido ne-crológico de Rocha Lima, reportara-se àquêles tempos e aludira, com saudade, à criação da Escola Popular, fundada em Fortaleza por João Lopes, Rocha Lima e outros. Depois de lembrar como havia sido grande sua influência, «não só sobre as classes a que se destinava, como sobre a sociedade cearense em geral, por intermédio de conferências ali feitas, em que o ideal moderno era apregoadado por pessoas altamente convencidas de sua excelência», escreveu: «maior ainda foi a influência da Escola, sobre os espíritos audazes e juvenis que congregou, reuniu e fecundou. Era em casa de Rocha Lima que se reuniam os membros do que chamávamos «Academia Francesa». Quanta ilusão! Quanta força! Quanta mocidade!»

Naquela mesma Escola fez Capistrano, em 1875, mais de uma conferência, sobre a *Literatura brasileira contemporânea*. Sua estréia na crítica literária data, no entanto, do ano anterior, quando, sob o título *Perfis juvenis*, fez estampar num semanário da província, o *Maranguapense*, dois estudos originais, — um, sobre Casimiro de Abreu, e o outro, sobre Junqueira Freire, ambos, como as conferências do ano seguinte, inspirados no critério crítico de Taine.

Contava Capistrano de Abreu, nesse tempo, vinte anos de idade. Com 22, mudou-se para a Côrte, onde se casou e constituiu família.

Quando vim a conhecê-lo, aqui, em 1902, já o seguia a reputação de erudito. No próprio exercício de sua atividade jornalística, deslocara-se progressivamente para o campo dos estudos de história, e sua produção nesse campo garantira-lhe, já, destacada notoriedade.

A tese, de sabor spenceriano, com que, em 1883, se apresentara em concurso para a cátedra de história do Brasil do Colégio de Pedro II e a conquistara ruidosamente. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, não obstante algum erro que, hoje, se lhe possa notar, patenteara a segurança de seus estudos, e não só o distanciara consideravelmente dos outros concorrentes, como o revelara superior a seus arguidores. A firmeza do estilo, a sobriedade da linguagem e a simplicidade da narrativa são tais nessa Tese, seduzem de tal maneira o leitor, que a gravidade do assunto se esvanece. O tema entrara-lhe no coração, e de tal modo, que a êle voltou de forma vária, em épocas diferentes, sempre novo, preciso e penetrante.

Já outros trabalhos seus, da mesma natureza, e importância maior ou menor, iam sucedendo àquela Tese, esparsos em jornais



e outras publicações periódicas, todos estimáveis pelo que significavam como síntese ou pesquisa, alguns indispensáveis à compreensão de nossa história colonial, como o referente aos *Primeiros descobridores de minas* e o relativo aos *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, ou ao conhecimento seguro dos primeiros dias de nossa história, como os quatro reunidos com a *Tese* pela Sociedade Capistrano de Abreu, no volume publicado sob o título *O descobrimento do Brasil*.

Achado estava pelo historiador o caminho que o levaria à glória.

\* \* \*

A que móveis ou impulsos terá cedido o antigo colaborador do *Maranguapense* e conferencista da Escola Popular de Fortaleza, no trocar o gosto da crítica literária e dos estudos de caráter sociológico, em que tão galhardamente se exercitara nos primeiros anos de atividade cultural, pela severidade dos estudos históricos, agora dominantes em sua produção?

Mesmo perdido o aspecto de enigma biográfico, a pergunta impõe-se inevitavelmente à curiosidade de todos os que procurem chegar ao conhecimento integral da vida do historiador e, mesmo, à interpretação de sua obra. O Sr. Barbosa Lima Sobrinho teve de enfrentá-la na conferência sãbiamente trabalhada que lhe coube fazer como parte do curso comemorativo do centenário natalício de Capistrano de Abreu, promovido pelo Instituto Histórico, e a resposta que lhe deu, calcada em declarações do próprio Capistrano, é de excepcional valia, pelas considerações a que facilmente conduz e em que pode achar-se a solução de um problema biográfico de capital importância, este sim, ainda não satisfatoriamente apreciado.

No exemplar de sua *Tese*, oferecido ao Coronel Joaquim de Souza Sombra, primeiro intendente municipal de Maranguape, inseriu Capistrano a seguinte dedicatória: «Ao Coronel Sombra, que me fez historiador». Trinta e um anos depois, escrevia, em carta a José Veríssimo, que o pensamento de consagrar-se à história do Brasil, fôra «resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle, e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará...» E, em 1917, repetia, em carta a João Lúcio de Azevedo: «Tenho presente a primeira vez em que me veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo convívio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, lia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz».

Os dois passos, a meu ver, conciliam-se perfeitamente com o que dissera naquela dedicatória. O *pensamento* de consagrar-se à história do Brasil, a *idéia* de escrevê-la advieram-lhe da leitura de Buckle, de Taine, de Agassiz; essa história jamais foi escrita. Fez-se, no entanto, historiador, e do Coronel Sombra terá recebido, para isto, o estímulo necessário, a sugestão decisiva, talvez.

E por que não escreveu a história que a leitura indicada lhe sugerira?

Já em 1890, em carta ao Barão do Rio Branco, dizia-se Capistrano de Abreu resolvido a não mais escrever a história do Brasil, com que sonhara, ainda no Ceará, «depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura», sim outra, «modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807».

Que nesta resolução se deva remotamente filiar o plano de que resultariam, mais tarde, os *Capítulos de história colonial*, sua obra magna, é o que me parece ter demonstrado do melhor modo o Sr. José Honório Rodrigues. Não vejo, entretanto, naquela carta, na resolução comunicada a Rio Branco, nada de que se possa inferir mudança de «concepção historiográfica», idéia que parece transluzir nas asserções daquele exímio conhecedor de nossa historiografia.

História «modesta, a grandes traços e largas malhas», por oposição à história primeiro idealizada, não é o mesmo que história concebida de outro modo, nem história concebida filosófica ou sociologicamente sob outras inspirações. É, sim, apenas, história de menores proporções e menor profundidade.

Tão pouco me parece possível assinalar-se em qualquer dos trabalhos de Capistrano, posteriores ao conhecimento direto que veio a travar com os historiadores alemães quando os pôde ler no original, qualquer sinal indicativo de tal mudança. Esse conhecimento ter-lhe-á sugerido maior severidade no trato das fontes, sua escolha, sua interpretação, sentido em que a própria experiência o deve ter encaminhado, depois de se ter afeito aos trabalhos de pesquisa, graças aos quais pôde chegar ao achado de verdadeiros tesouros.

As exigências dessa diretriz inspirada, ou não, pelo exemplo da historiografia germânica ter-lhe-ão contido possíveis arrebatamentos; não mais permitiram, talvez, que aparecessem em seus trabalhos as generalizações fáceis dos primeiros tempos.

Dêle, entretanto, não se conhece passo nenhum em que se tenha retratado ou penitenciado da crítica feita à obra de Varnhagen, da falta, de que a acusa, de uma concepção orgânica da vida social, da carência de «uma intuição do conjunto», em que

se mostre no todo a «convergência das partes»; da ignorância ou desdém da sociologia. Queria Capistrano que, em lugar da história deixada por Varnhagen, a despeito dos grandes méritos nela apontados, outra viesse a ser escrita «inspirada na lei da evolução» e em que se mostrasse «a unidade que ata os três séculos» decorridos. Para êle, sem o auxílio da sociologia, seria impossível a Varnhagen ver desenharem-se em seu espírito os momentos sucessivos da vida do povo brasileiro, onde as diferentes feições da ordem social e seus fatores se pudessem reciprocamente esclarecer. Não bastava que tivesse Varnhagen escavado documentos, demonstrado sua autenticidade, solvido enigmas, desvendado mistérios, sem deixar o que fazer a seus sucessores, no terreno dos fatos; era preciso ter compreendido tais fatos em suas origens, «em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes a teoria; representá-los como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares»; é o que, em sua opinião, Varnhagen não conseguiu, «nem conseguiu-lo-ia». Capistrano tinha por fundamental a «lei do consensus».

O caráter genético, determinístico, é dominante na obra de Capistrano de Abreu, qualquer que seja a fase de sua vida a que ela corresponda. Como conclui êle, nos *Capítulos*, a magistral narrativa das guerras flamengas? — «Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinos quiseram reassumir a sua atitude de superioridade e proteção. Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses».

Como explica, nos estudos de *História pátria*, publicados em 1905 as conseqüências imediatas da exploração da terra brasileira, no primeiro século de nossa história?

— «Durante todo o século XVI as duas seções do litoral ficaram segregadas, e assim continuaram de fato enquanto não houve navegação a vapor».

«Estas explorações tôdas provaram que o Brasil era impróprio para ser logo trafegado. A população indígena, rala e rude, não apresentava centros de consumo nem de produção. Não era terra para comércio, mas para agricultura; a colheita exigia prévia sementeira.

«Fernão de Noronha e seus sócios começaram a cortar pau brasil, e cortaram em tanta quantidade, que com pouco trocou o nome de Vera Cruz ou Santa Cruz pelo que ainda conserva. Descobriu-se que os brasís, como os africanos bem podiam servir de escravos. Animais vivos como saguís, macacos, araras (algum tempo chamou-se ao Brasil terra dos Papagaios), peles, algodão pimenta completaram os carregamentos. Provavelmente foram aqui

deixados alguns animais como galinhas, porcos e cabritos, e talvez tentadas algumas plantações. Se tiverem razão os que combatem o indigenato da bananeira, esta planta deve ter vindo desde as primeiras expedições, tão vasta é a área em que geograficamente se distribui. Talvez se refira a estas eras um vago boato sobre a proibição da cultura do gengibre. Também a cana de açúcar foi introduzido desde o comêço.

«Navios destinados ao Oriente aqui passaram a fazer aguada e lenha, a refrescar ou a aguardar melhor tempo para dobrar o cabo da Boa Esperança, sempre tormentoso. Soldados desertaram induzidos pelas seduções de vida livre, degradados remeteram-se do reino e até da Índia. Náufragos, freqüentes na costa desconhecida, forneceram outros contingentes. Para facilitar as cargas de navios, de uma a outra viagem, ficaram feitores que, com espelhos, avelórios e sobretudo objetos metálicos, obtiveram dos retardatários homens da idade de pedra entrassem no sertão à procura de pau vermelho, transportando-o a ombros para o litoral. Estampas quase contemporâneas representam êste espetáculo.

«Fundaram-se feitorias...

«As relações entre indígenas e alienígenas variaram com as latitudes...

«A anarquia sobreveio naturalmente, pela notabilização dos instintos sociais dos imigrados, e pela atração da massa de selvajaria alastrando por tôdas as regiões acessíveis. As relações com cunhãs de que logo nasceram filhos chamados mamelucos; a presença e ajuda em guerra de umas tribus contra outras; de assistência aos festins antropófagos marcam o processo regressivo dos colonos. Houve alguns que mataram gente no terreiro ataviados à moda dos Índios, segundo seus ritos, informam os jesuítas; houve-os que trincaram carne humana, confirma Levy; um, no Rio Grande do Norte, furou o beijo e as orelhas, afirma Gabriel Soares. Albuns raros, sobrehomens, dominaram as visinhanças: João Ramalho, o bacharel de Cananéia, e, com muito menos força, Caramuru.

«A anarquia fermentou com mais violência quando apareceram os franceses...»

Tôdas as qualidades superiores da obra historiográfica de Capistrano de Abreu aparecem neste longo trecho dos *Capítulos*: absoluta falta do a que Duskheim chamou o preconceito dualista, objetividade, determinismo social, e, quanto à forma, simplicidade de descrição, fluência, tudo dominado pelo impressionante poder de síntese do autor. O bastante, mais do que o bastante, para lhe assegurar posição de inigualável relêvo em nossa historiografia,



e justificar o preito que, um século após seu nascimento, rendemos aqui a sua memória.

O propósito constante de *objetividade* que se observa em seus trabalhos decorre, em grande parte, de sua fidelidade aos princípios que, desde seus estudos iniciais, o nortearam. Suponha-se, ao contrário, que, em lugar de se ter inicialmente inspirado em Buckle, Spencer ou Taine, no positivismo, em geral, houvesse sofrido a influência da subfilosofia de Bergson ou do antinaturalismo acientífico de Dilthey, por exemplo: sua obra seria necessariamente outra.

Apresentou sempre a história, como um tecido de fatos, que se explicam uns pelos outros. «Nada existe fortuito: tudo é regular, tudo é necessário», dizia em 1875 num trabalho de crítica literária, e concluía: «modificar uma parcela é modificar o total». O 7 de setembro de 1822 foi, para êle, tentativa fecunda por ter sido temporânea, ao passo que as outras, haviam sido precoces. Com referência à passagem da civilização portuguesa para o Brasil, notava no mesmo trabalho, de modo expressivo: «Com o meio físico se deslocaram os centros econômicos, mentais, governativos, o meio social em suma».

Dêste modo de compreender os fatos históricos jamais se apartou. Veja-se, por exemplo, como explica nos *Capítulos de história colonial*, escritos trinta e dois anos depois, o estabelecimento do regime de capitanias no Brasil. O estabelecimento e a abolição.

A impessoalidade é, pode dizer-se, traço comum a todos os seus estudos; inseparável de sua própria concepção histórica.

Sua produção mais fraca está, por tudo isto, em alguns trabalhos, pouquíssimos, onde a narrativa descamba para a história psicológica: *O Duque de Caxias*, *Fases do segundo império*, *O Brasil no século XIX*, algum mais.

Mesmo quando escreve história de feição predominantemente narrativa, vai, na medida em que esta é feita, levantando questões pertinentes ao assunto ou conexas com êle, e solvendo-as, sem prejuízo da exposição que corre fluente até o fim. É o caso do magnífico artigo sobre *Solis e primeiras explorações*, publicado em 1900 no *Jornal do Comércio*, e que abre, hoje, o volume editado pela *Sociedade Capistrano de Abreu*, sob o título *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*.

A mudança considerável que se pode notar em sua obra, confrontada a produção dos primeiros anos com a dos últimos, está, antes, no estilo. A linguagem torna-se menos imaginosa, menos colorida, a frase menos plástica, resultado naturalmente da

preocupação de torná-la, cada vez mais, concisa. Comparem-se o abandono agradável com que escreveu, em 1874 os *Perfis juvenis* ou, em 1878, o necrológio de Raimundo Antônio da Rocha Lima, literariamente modelar, com a disciplina estreita a que submeteu, em 1917, as proposições assertivas de sua crítica em *Um livro sobre a Marquesa de Santos*.

\* \* \*

Cedo se apercebeu Capistrano de que o segredo da produção historiográfica está primacialmente no domínio das fontes; no Brasil, — na necessidade imperativa de documentação. Atirou-se, com decisão e constância à pesquisa, ao vasculhamento dos arquivos. Sua sêde de documentos tornou-se insaciável, sua voracidade enorme. Não se contentava com o que ia descobrindo aqui, ou aqui desenterrava do esquecimento; queria que lhe viessem de fora novos testemunhos. Custeava a obtenção de cópias, fazia, para isto, sacrifícios. Mobilizava amigos, procurava interessá-los em sua fúria de pesquisador. Sua correspondência com Lino de Assunção, já publicada; com José Lúcio de Azevedo, em vésperas de publicação; com outros, são instrutivas, a respeito dessa atividade; reveladoras de seu instinto, de sua perspicácia, de seu faro, pode dizer-se.

Excetuados os *Capítulos de história colonial*, jóia de nossa historiografia dado à estampa pela primeira vez em 1907, sem recurso aos quais não mais é possível escrever-se nossa história relativa aos três primeiros séculos, sua produção foi, toda ela, monográfica. São de acrescentar-se-lhe, pelo enriquecimento que trouxeram também à cultura histórica do país, os prefácios, os prólogos que escreveu para trabalhos de outros, e as notas em geral suculentas e, por vês vezes eruditas, com que ilustrou alguns ou os esclareceu.

Leiam-se de preferência, no gênero, o prólogo escrito para a *História topográfica e bélica da Colônia do Sacramento*, de Simão Pereira de Sá, editada pelo *Liceu Literário Português*, perfeito pela fluência da narrativa e a síntese que realiza; o prefácio erudito com que fez aparecer em reprodução fac-similar, de tiragem limitada, a *História da missão dos padres capuchinhos*, de Claude d'Abbeville, cuja impressão tanta dor de cabeça lhe deu; as notas insertas na terceira edição integral da *História geral*, de Varnhagen e os prolegômenos antepostos a cada um dos livros da *História do Brasil*, de Vicente do Salvador.

Não circunscrevia Capistrano de Abreu sua atividade científica ao campo da história; deixou que se espraiasse sobre domínios confinantes, como a geografia e a etnografia. Pela pri-

meira, que considerava ciência «tão bela como difícil», chegou a apaixonar-se; a segunda abriu-lhe perspectivas de que soube aproveitar-se com vantagem e lhe permitiram realizar nesse terreno investigações notáveis, como seus estudos sobre os *Bacareis* do Tapajós e do Xingu, e, sobretudo, o trabalho a que deu, primeiro, publicidade, em 1914, sobre a *Lingua dos Caxinauás do Rio Ibaçu*, (textos, gramática e vocabulário), já reeditado pela Sociedade Capistrano de Abreu, com emendas deixadas pelo autor e estudo crítico do Professor Theodor Koch-Grunberg.

As traduções, que fez, de alguns livros, integrais ou condensadas, como a da *Geografia física do Brasil*, de Wappaeus, em que teve por colaborador Valle Cabral, então seu companheiro de trabalho na Biblioteca Nacional, podem considerar-se complemento de seu acervo cultural.

Sua curiosidade era onímoda; estendia-se, mesmo, a esferas estranhas a seus estudos preferidos. Envolveia a própria literatura de ficção. Por seu intermédio fiz o conhecimento de Freud. Os primeiros artigos de Lenin, que li, achei-os em números, que me deu, da *Labor Week*, de que, suponho, era assinante.

De memória invulgar, dela se socorriam, não raro, os amigos, sem receio de se verem decepcionados.

Sua produção foi extensa. Se não foi maior, deve-se, talvez, a essa como que boemia do espírito, notada por todos os que o conhecemos de perto; a essa relativa indolência, para que muito devem ter concorrido uma viuvez prematura e uma disponibilidade funcional intempestiva, e de que a rede em que dormia ou se balouçava para ler era símbolo. Daí essa tal ou qual aversão a qualquer forma de disciplina mental e conseqüente antipatia votada às inteligências de «feição prussiana». Mais de uma vez lhe ouvi esta expressão. Esse feitio pessoal seu seria bastante a explicar, porque nunca chegou a escrever essa história do Brasil completa, integral, que todos queriam e com que êle próprio, uma vez, chegou a sonhar.

Pôde, em compensação, imprimir a todos os seus trabalhos a maior espontaneidade.

Aliado pelo casamento a minha família, pude beneficiar-me largamente de seu convívio. Era fisicamente sólido. Viveu cerca de 74 anos. O perfil que dêle nos deixou Antônio Sales, na indicação de alguns traços morais, parece-me fiel. «Desconfiado e afetivo, modesto e ao mesmo tempo autoritário, ora meigo, ora rispido até a impolidez, intolerante com muitas coisas, tolerante com outras, pessimista e capaz de fanatizar-se por uma pessoa ou por uma idéia...» Acrescente-se a êstes traços a relativa indolência que assinalai e ter-se-á o homem singular que conheci.

## CAPISTRANO DE ABREU (\*)

PROF. JAYME COELHO

Capistrano de Abreu foi, dos meus amigos, um dos mais queridos, e, em se tratando de estudos históricos, mestre incomparável.

Jamais me será possível devidamente significar a amizade que lhe consagrei e que intangível permanece, nem tão pouco dar conta do que lhe devo em ensinamentos preciosos.

Um mês após o desaparecimento desse grande amigo e mestre insigne, tive ensejo, em breve artigo, de aludir à dificuldade extrema que ofereceria o exame cuidadoso da sua tão notável quanto variada contribuição.

Essa tarefa árdua, evidentemente exigiria pesquisa demorada e aprofundado saber, a ponto de amedrontar os mais afoitos, determinou, que, decorridos 26 anos, trabalho algum de monta mereça ser apontado.

As contribuições, assaz numerosas, que vêm aparecendo, cogitam, essencialmente, de registo de traços biográficos e de história anedótica, descurando, assim, quase por completo, justamente o que mais cumpre ser ventilado: *sentido* e *valor* da grandiosa produção de Capistrano de Abreu.

Capistrano de Abreu despertou amizades sinceras, e bem numerosos podem ser contados aqueles que lhe consagraram franca admiração. Infelizmente, entretanto, cada vez se tornam mais escassos os *discípulos*, no sentido preciso do termo.

Alguns, de justificado renome, e que devem ser considerados como pertencentes ao seu círculo, produziram o melhor das suas obras, quando ainda em vida o nosso sábio mestre. Não raro souberam aproveitar os seus ensinamentos com inteligência e correção,

---

(\*) Palavras pronunciadas, na Sociedade Capistrano de Abreu, em 23 de outubro, dia do centenário do seu nascimento.



mas, com o andar dos tempos, as pegadas de Capistrano de Abreu sendo menos seguidas, embora sua obra continue a ser das mais estimadas e aproveitadas, não é menos certo que a carência de discípulos se manifesta de maneira sensível e lastimável.

Por outro lado, não tardou que se formassem em tórno da personalidade singular de Capistrano de Abreu opiniões menos avisadas, e que, se o enaltecem como historiador, deixam à margem ou dão menor atenção a outros atributos que lhe são evidentemente devidos, e, sem o conhecimento dos quais, fica sobremaneira prejudicada a idéia justa que a seu respeito se impõe.

Assim é que não se insiste, ou mesmo silencia-se a respeito da sua tão variada cultura, em domínios outros que não a história do Brasil e assuntos afins, e, no tocante ao seu estilo primoroso, em que a correção de forma, a riqueza de vocabulário, a extrema concisão e a clareza sempre harmoniosamente se entrelaçam.

Aludirei também a um dos *mal entendidos* mais correntes: estranha-se que Capistrano de Abreu não tenha elaborado uma História Geral do Brasil de alentado tomo.

Àquêles que assim se manifestam, e ainda a outros que chegam a apontar tal fato como uma grande falha do seu labor intenso, escapa que a Capistrano de Abreu jamais ocorreria fazê-lo, e por dois motivos que para êle eram capitais: o estado da documentação não ser ainda favorável à tentativa de uma larga síntese, e que não lhe sobraria tempo para levar a bom têrmo as pesquisas que julgava imprescindíveis a tal empreendimento.

Em determinados setores, Capistrano de Abreu foi um verdadeiro pioneiro; em outros, a sua contribuição veio a figurar como indispensável complemento, e, mesmo em se tratando de terreno fartamente desbravado, soube, via de regra, emprestar feição quase original.

Foi das mais largas e eficientes a sua contribuição no domínio da heurística e, no que se relaciona com a síntese histórica, acredito que historiador algum brasileiro lhe levou a melhor.

Apegado desde cedo a rigoroso método histórico, soube Capistrano de Abreu manter-se independente de quaisquer correntes doutrinárias, ao contrário do que tão freqüentemente acontece e prejudica, em todo, ou em parte, a contribuição de muitos dos melhores autores, privando-os justamente da qualidade máxima de Capistrano de Abreu: *a objetividade*.

Conseguiu assim Capistrano de Abreu atingir o clima mais propício à serena interpretação dos fatos, o que, evidentemente, representa para o verdadeiro historiador a fase mais difícil da sua complexa tarefa.

NOTA

O Professor Jaime Coelho estava convidado para realizar a conferência da noite de 23 de outubro, dia do centenário de nascimento de Capistrano de Abreu. O acidente de uma fratura de braço impediu-lhe a mão direita de escrever as palavras que pronunciaria na casa em que, tendo sido residência de Capistrano, viveu o mestre, no aposento térreo entre os seus livros. Disse pois as que chegou a grafar, e estão acima impressas.

Pedimo-las para publicar. Adverte êle que eram apenas o preito de saudade, que vinha prestar onde se rememora o amigo. Entretanto não foram só isso, e houve ensejo de logo apontarem o que com elas afirmou.

Com aquelas palavras viu-se que êle enquadrara as qualidades que tornaram Capistrano sumamente expressivo.

Não fez uma conferência, mas deixou pública uma opinião a que se voltaram e a que se referiram logo os que, naquela noite, tiveram de falar.

É uma opinião que veio a propósito, colhida na convivência com a pessoa, ratificada no conhecimento das suas qualidades de coração e superioridade de um espírito prendado com o dom da ironia. Dom porque não deprimia a ninguém e era antes um meio excepcional de exprimir deficiências e afastar falhas.

Capistrano limpava assim o caminho por onde deviam seguir todos.

Mas aquelas palavras eram a comovente recordação a respeito do grande amigo e eram como que o passado a reaparecer.

Jaime Coelho emitiu uma opinião no momento em que se quer caracterizar os altos de uma grande inteligência. É uma opinião que é preciso ficar entre as outras. Uma prova de como foi Capistrano, dada por aquêle que o viu de perto. Poucas as palavras ditas; mas para ficarem com as muitas que afluíram em tórno da memória de uma personalidade de sumo valor incontestável, historiador dominante no país, e em uma época significativa.

## CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE CAPISTRANO DE ABREU

Como se referiu à personalidade do grande historiador brasileiro, da tribuna do Senado Federal, o Senador Onofre Gomes

Focalizando a personalidade de Capistrano de Abreu, o Senador Onofre Gomes proferiu a seguinte oração a propósito da passagem do centenário do grande historiador brasileiro :

Raros homens têm atingido o amplo e elevado nível de cultura e erudição a que alcançou Capistrano de Abreu, mercê de seus privilegiados dotes de inteligência e de caráter. Sua arguta e ágil compreensão, servida por excepcional memória, permitiu-lhe colher e reter tal acervo de conhecimentos de vários e árduos assuntos que bem se compreende o alto conceito de sábio em que era tido por muitos dos nossos maiores valores culturais. Seu caráter cujos traços marcantes eram a bondade, a franqueza — às vêzes rude, a lealdade e desprendimento de tudo — mesmo dos frutos de seu incessante e porfiado labor — forrou-o de tal couraça contra as setas penetrantes da vaidade, de que poucos vultos ilustres se têm livrado, que lhe abriu lugar de inconfundível relêvo na galeria dos grandes brasileiros de todos os tempos, onde certo permanecerá cercado da veneração e do carinho de seus compatriotas agradecidos, cônscios do muito que lhe devem pela luz com que lhes iluminou o espírito, desde o verdor de sua juventude.

Dominando mais de seis idiomas vivos e mortos, eram-lhe realmente muito amplas as possibilidades de investigação e de coleta de seguros conhecimentos que, guardados como que vivos em sua privilegiada retentiva, formaram o sólido embasamento do inesgotável cabedal de sua sabedoria, tão vasta quanto minuciosa.

Mas o traço dominante da personalidade tão definida, desde a meninice, de Capistrano, foi a indefectível lealdade à verdade e talvez a que se deva seu desvio da carreira sacerdotal, para que cedo deve ter reconhecido a incompatibilidade de seu temperamento com o sagrado mister da obediência e devoção a uma fé que certo

reconhecia não lhe haver tocado o espírito e o coração. Deve ter-se convencido ainda imaturo, porém já fiel a sua consciência — e não será essa uma demonstração de verdadeira religiosidade? — de que, submetendo-se aos desejos paternos de vê-lo professor, iria ser insincero para consigo e desleal aos límpidos anseios dos pais, comprometendo talvez de maneira irreparável seu destino, pela fraqueza de conformar-se a seguir um caminho falso para si, de vez que carecente de pendores e sobretudo de funda convicção. E mais sensato que os genitores, arrimou-se à doutrina da igreja que expõe seus futuros servidores e rudes, contínuas e repetidas provas, para que se reconheçam a si mesmos antes de ingressarem no áspero caminho em que só se pode servir bem e ao bem e portanto, incompatível com qualquer falsidade, particularmente com a mais comprometedora — aquela com que se tenta iludir à própria consciência. E salvou as doces ilusões paternas do ruidoso desmoroamento em que as sepultaria seu inevitável fracasso sacerdotal, mantendo-se fiel à sua consciência, firmada com os anos na devoção pela verdade, que o susteve na prática da probidade que resume o desenrolar-se de sua afanosa vida, tão proveitosa à cultura brasileira.

Tais observações induzem a precatar-mo-nos acêrca da irreligiosidade de Capistrano, freqüentemente confundida com o aparente ateísmo em que morreu.

Será verdadeiramente irreligioso quem não professa de público qualquer culto, mas que vive ou se esforça por viver em harmonia com a verdade e portanto com a justiça — dois atributos eminentemente divinos?

Talvez não.

Certo que Capistrano faleceu sem comunhão com os Sacramentos da Igreja. Fato que bem pode reafirmar, na hora extrema sua religiosidade. Ainda o não iluminara a centelha da Fé. Permaneceu respeitoso, esperando-a até o último momento. Se não chegou, finou-se normalmente, sem confissão é verdade, mas também sem blasfêmias ou vitupérios, atos que jamais, mesmo indiretamente, praticou contra a Igreja — a que nunca atacou — apesar de ter vivido na juventude cercado de pedantes que se supunham incrêus e por isso impensadamente a investirem, conservando-se uma silenciosa exceção na sua geração de moços intelectuais cearenses, todos encandeados pelas lantejolas das fatuidades materialistas sob suas múltiplas formas, inclusive do positivismo científico e filosófico de Comte.

E por que?

Certo porque a passagem pelo Seminário de Fortaleza, de que se afastou por se reconhecer incapaz de vir a ser um vero



sacerdote, lhe plantou para sempre no coração e na inteligência a boa semente da verdadeira religiosidade — não mentir à consciência, despertando-lhe ao mesmo tempo na compreensão instintiva a lealdade da Igreja a seus elevados ideais de servir a Deus através dos homens, pela doutrinação e prática do bem, a favor do aprimoramento e da salvação dos atributos divinos da pessoa humana.

Se não teve a felicidade de ser tocado pela Fé, Deus concedeu-lhe esclarecimentos para que não compromettesse seu espírito, contribuindo na estiolação da crença nos corações que pudessem vir a merecer esta santa felicidade.

Será se haja Capistrano afastado realmente dos preceitos da Igreja ?

Não.

Por isso que foi um homem de bem em todos os sentidos da palavra : bom chefe de família; espôso e pai amoroso e devotado, tanto assim que todos os filhos se encaminharam bem, particularmente Irmã Maria José de Jesus, contemplada com a graça de merecer do céu o dom de crer, para se fazer seu anjo da guarda na terra; trabalhador incansável foi bem um servo de Deus na sementeira do fecundo labor de esclarecer a inteligência dos compatriotas e um discípulo de Cristo no desprendimento com que doava a todos — ilustres ou modestos — os frutos de suas afanosas indagações e de seus estudos, sempre subordinados ao princípio eminentemente religioso de buscar e apresentar a verdade, apenas a verdade ou o que dela mais racional, filosófica, científica ou moralmente se aproximasse, desde os dados basilares de partida até as conclusões a que o desenvolvimento do pensamento ou da pesquisa conduzisse.

Como poderá ser ateu, salvo na aparência, quem serve por tal forma à procura e à exposição da verdade, se essa é ontologicamente a própria essência de Deus ?

Capistrano não foi, sem qualquer dúvida, um católico proficiente, mas a verdade é que viveu, realmente, agindo e procedendo em conformidade com a Lei de Cristo: verdadeiro, laborioso, honesto, despido de qualquer vaidade, leal e sincero aos amigos e sobretudo a êle mesmo, amante do próximo — particularmente dos humildes e de sua Pátria que queria bem colocada no cenário da cultura e por isso devotou quase todo o seu tempo a estudar-lhe a História, em cuja busca de fundamentos, para aproximá-la o máximo da verdade, foi singularmente inigualável.

Tentar compreendê-lo pelos chistes ou espirituosas anedotas — com que possivelmente condescendia para humanizar seus inevitáveis contatos com os homens e amenizar a impressão de

exotismo e aridez que, certo, pressentia causar-lhes, de preferência a julgá-lo pelo incorruptível critério com que gizou sua atividade intelectual, fecundou sua obra inconfundível e definiu a firmeza de sua atitude moral, é uma deformação tão injustificável pela perversidade que encerra, que não poderá aflorar pela prévia condenação que a fulmina.

Poucas pessoas viveram com a insuperável dignidade mental e moral de Capistrano. Tão superior que nem sua pobreza conseguiu impressioná-lo; não a sentiu, tal a riqueza de sua vida interior, integralmente absorvida com problemas da cultura, sob múltiplos aspectos, particularmente, a do estabelecimento das bases verdadeiras da nossa História.

Há quem o censure — e suponha apequená-lo — por não haver escrito a História Geral do Brasil, atribuindo a falha à razão de minuar-lhe lastro filosófico que lhe facultasse tracejar semelhante síntese. Em verdade são poucos. E entre eles se permitiu alinhar nosso ilustrado conterrâneo Dolor Barreira que vem de brindar o Ceará e o Brasil com sua metódica e aprofundada história da literatura cearense, já no Segundo Tomo (1ª parte) e que, segundo pontos de vista de abalizados críticos literários, está destinada a ser o paradigma para as monografias literárias, provinciais, sobre as quais se haverá de erigir em boas bases a História da Literatura Brasileira, em complementação e aprimoramento do genial esforço que produziu a obra já monumental do grande Silvio Romero.

Dolor Barreira corrobora o conceito de Nelson Werneck, com quem deixou de tomar na devida consideração as boas e sólidas razões com que Capistrano clara e honestamente, como era do seu sisudo feitio, justificou não se ter decidido a enfrentar a tarefa, para que todos os valores da cultura brasileira, sem exceção, principalmente os Historiadores ou estudiosos da História, o reconheçam o mais e talvez o único abalizado para tratá-la com a maior segurança conceitual e metodológica.

Não se compadece com a verdade o juízo de Werneck, endossado por Barreira. Embora na aparência tenha sido de aspecto predominantemente analítico o trabalho de Capistrano com referência às questões de nossa História, na realidade todos eles são verdadeiras sínteses parciais ou capitulares se assim é permitido dizer, das fases iniciais do fenômeno geográfico e histórico brasileiro, até então tratado sem substanciais fundamentos, de que resultava a impressão de imprecisão em choque, portanto, com a moderna concepção do conceito da História.

Embora soubesse Capistrano e conheçam os ilustrados senadores quanto ainda é inseguro o terreno histórico, pela indefinição até nossos dias dos elementos fundamentais da História :

sua natureza — ciência? filosofia? ambas as coisas? conhecimentos apenas, sem características de qualquer delas? a admissão ou não de causalidade histórica; a instabilidade dos conceitos de sua teoria, doutrina, metodologia e mesmo de seu objetivo, noções tôdas, como a do próprio fato ou acontecimento histórico, envolvidas em controvérsias as mais surpreendentes e mesmo desconcertantes; êle, Capistrano, por intuição ou conclusões de sua experiência no estudo do assunto, já compreendera a essencial significação do fator «documento» na elaboração da História e daí traçar o rumo que seguiria até morrer, em seus nunca interrompidos labores no domínio dela e assentar a firme orientação de antes de tudo descobri-los, identificá-los, estudá-los e interpretá-los com o mínimo de dúvidas, para então — e só então — baseado nêles tentar estabelecer a influência que tiveram na ação e conseqüentemente na vida dos povos ou de qualquer povo em particular. Por isso sua intransigente probidade fê-lo incansável pesquisador e ativo impulsionador de quantos conseguia acionar na busca e estudo de documentos referentes à História do Brasil, com o alto propósito de escoimá-la de imprecisão com que vinha sendo elaborada.

Afligia-o ter de confessar ser ela «uma casa construída sôbre areia, tão frágil que desmoronaria se alguém se lhe encostasse em qualquer parede». E porfiou, quanto esteve em si, consolidar-lhe os alicerces e as paredes mestras, para tornar viável e possível pensar no assentamento da cúpula que devia ir sendo paralelamente preparada.

Subordinado a essa clara compreensão e ajustado critério, ocupou-se em fundamentar da melhor forma, com documentação segura e lógica interpretação as fases iniciais mergulhadas na maior confusão da origem, do Descobrimento ao fim do Século XVIII e princípios do XIX, isto é, o período realmente árduo, no qual a cada passo se topava com inúmeras e graves dificuldades que se esforçou ao máximo por vencê-las.

Foi, portanto, por funda convicção que não se lançou ao trabalho de escrever a História Geral, já escrita por Varnhagen e por êle, Capistrano, elucidado nas várias e principais distorções, e que sabia, de experiência própria, insuperável, sem que se elaborasse com proficiência e sobretudo exatidão a História da Companhia de Jesus no Brasil.

São palavras textuais dêle :

«Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuirmos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil».

Eis a razão em sua meridiana clareza.

Como poderia Capistrano — que não era presunçoso — lançar-se a tão sério empreendimento, se de antemão o sabia irrealizável, sem o embasar na História das atividades dos Jesuítas entre nós?

Como tentar explicar por outro motivo, não haver Capistrano se decidido à tarefa? Maximé por se lhe atribuir insuficiência de senso ou conhecimento filosófico, se tôda a sua vida comprovou possuí-los de sobejo, nas atividades que desenvolveu como lingüista, etnólogo, sociólogo, geógrafo, historiador, estilista e crítico literário, em cujos trabalhos se impôs sempre como arguto pesquisador e interpretador, orientado e conduzido por perfeito raciocínio inteireza lógica e agudo espírito crítico?

Sabe-se hoje que azedume momentâneo foi o motivo por que Silvio Romero, em *Severíssimas Ineptas da Crítica* (1909) — o próprio título evidencia o estado bilioso em que se encontrava Romero — surgiu por forma tão injusta e inverídica o grande, desprentensioso e seguro polígrafo cearense. E se por ingratidão, maldade ou mania de originalidade se houver na boa técnica da Historiografia, de registrar o injusto juízo de Romero, há inúmeros outros, de quase todos os altos valores culturais brasileiros, corrigindo-o e desfazendo-o, como é da mais estrita justiça, como expressão da verdade, que o são. Relembremos alguns :

De Calógeras, na oração fúnebre que pronunciou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro :

«Durante quarenta e três anos ligou-me a Capistrano de Abreu a mais perfeita amizade, sem uma nuvem, sem um desfalecimento, no mais elevado convívio de espírito que se possa imaginar.

«Sentimento profundo, complexo, no qual disputavam primazia o afeto pelo homem de coração, o respeito pelo caráter imaculado, a ilimitada admiração pelo sábio».

«... Todo o interesse ia concentrar-se na irradiação de luz mental que emanava da fronte larga dêsse beneditino das letras, artista e pensador.

«E não mais cessava o encanto, tal a ciência onímoda, cuja vastidão nem sequer impressionava tão natural parecia nessa enciclopédia viva».

«Conhecia e trabalhava sôbre textos espanhóis, latinos, alemães, holandeses, italianos, inglêses. Tudo em sua memória, catalogado e no devido lugar acudia ao mais leve aceno. Sôbre qualquer ponto, respondia precisa e minuciosamente e sempre negando conhecer o caso».



«... Pensador para elites; mestre para mestre».

«Antes de Capistrano, havia monografias históricas, crônicas mais ou menos interessantes, memórias e anais sem grande nexo e com escassa crítica, nem sempre objetiva, sem o devido aproveitamento do material existente».

«Ao próprio Varnhagen tão grande, entretanto, precursor em tanta coisa, não se pode negar parcialidade nas conclusões, insuficiente aparelho crítico, dificuldades em averiguar suas fontes informantes, egoísmo incompreensível no partilhar seu saber. E, no entanto, é merecidamente conhecido como o grande Varnhagen».

«Como o Mestre, cuja memória procuramos honrar, aparecem virtudes novas, ou com mais relêvo postas em destaque: o respeito ritual pelo documento; a facilidade de verificação das origens; o *agrupamento filosófico dos sucessos* (o grifo é do orador); as correntes formadoras do determinismo econômico e dos conceitos espirituais; a análise mais precisa dos fatos; a ampliação do campo devedado; a pesquisa de depoimentos mais abundantes e mais seguros; o *impessoalismo da psicologia* (o grifo é do orador); o apuro na preocupação de narrar e nunca de provar; a mais absoluta probidade de citar e concluir; a redação *sine ira ao studio*».

«Os *Capítulos de História Colonial* já são e cada vez mais constituirão modelo de orientação honesta, de beleza literária e de crítica construtora. E há tantos outros, filhos do mesmo conceito superior».

«Feito o cômputo dos escritos, e esta vai ser a tarefa da recém-fundada *Sociedade Capistrano de Abreu* se verá quão vasto foi seu influxo e a injustiça da lenda que corre sobre a escassez e dispersividade de sua produção literária».

«Talvez o afetuoso reparo, homenagem, entretanto, à excepcional valia do autor, se transforme em elogio máximo, por então se lhe revelarem a unidade de pensamento, o constante progredir, o alentado volume, a insuperada beleza e prodigiosa ciência. E, contudo, tais a inteligência e os conhecimentos do sábio, que ainda assim nos lastimaremos não tivesse sido para proveito geral, dez vezes maior o legado espiritual».

«Nada quis ser senão o que foi: um cérebro possante, uma alma cheia de ternura. Nisto havia pôsto seu tesouro, aí demonstrava seu coração no perfeito dizer do Sermão da Montanha».

«Para que e por que desperdiçar energias e tempo em correr atrás de fúteis e insignificantes vaidades ou gloriolas?» Quão inútil também... A seu modo, cumpria sua missão de servir a seus semelhantes, poderosamente e à sombra de invencível modéstia».

Pouco antes do falecimento de Capistrano, Calógeras ofereceu-lhe o 1º volume de sua notável obra *A política exterior do Império*, com a dedicatória :

«A Capistrano de Abreu — Mestre e amigo».

Pondere-se no valor dêste preito de admiração ao talento e ao grande saber de Capistrano, por um vulto da alta estatura de Calógeras e se perceberá o real e desmesurado valimento do grande cearense.

De João Ribeiro :

«Nêle, que o conheço há quarenta anos, não admiro apenas o *sábio* (o grifo é do orador), mas o homem despido de tôdas as vaidades».

«Desde que o conheci, há quarenta anos, aprendi a venerá-lo com a mais entranhada admiração. E nêle não admirava apenas o *sábio mestre* (o grifo é do orador), mas o próprio homem despido de tôdas as vaidades e de tôdas as preocupações de interêsse material».

«Devia ser hoje um dia de luto nacional». (O do falecimento de Capistrano).

Do americanista Rudolf Schuller : «Capistrano é o homem mais notável que tenho encontrado».

De Roquete :

«... data de Capistrano de Abreu a sistematização científica dos estudos de etnografia indígena».

«Se hoje o Brasil pode apresentar ao mundo uma escola etnográfica notável, que tem sido condignamente recebida no estrangeiro — cabe, inicialmente, a Capistrano a glória dêsse êxito».

De José Veríssimo :

«Desde 1843, aliás, um estrangeiro de grande inteligência e saber, o Dr. Martius, que pelos anos de 1817 a 1820 viajava o nosso país e o estudara, muito e simpaticamente nos ensinara como lhe devíamos escrever a história, segundo um *critério mais científico e filosófico*, (o grifo é do orador). Só muito modernamente começou a sua voz a ser, confessada ou tácitamente ouvida. Deram-se, entretanto, como originais idéias do bom e sábio alemão. Dos livros que, aliás declaradamente se inspiraram do pensamento de Martius, o mais notável é o compêndio do Sr. João Ribeiro, feito a uma melhor luz e conforme os nossos melhores estudos históricos. Não sei, porém, se nesta reação contra os velhos moldes dêsse ensino aqui, não teria o autor ido demasiado longe e se o

seu livro não é algumas vezes por demais sintético e até pobre. *Entre os estudos a que aludi, não há nenhum que pela segurança da investigação, vasteza da informação, profundidade do saber e inteligência do assunto, sobrelevem aos do Sr. Capistrano de Abreu.* (O grifo é do orador).

«O que êle agora publica, com o título despretensioso, como êle próprio, de *Capítulos de História Colonial*, não é insuficiente ainda a obra completa e definitiva (quanto uma história o pode ser), que só talvez os seus longos, constantes e aproveitados estudos da matéria e seguro saber dela, nos podiam dar, e que tanta falta faz a nossa cultura. Entretanto pelo volume, e como último resultado dêsses estudos e saber, é a principal e mais considerável publicação do Sr. Capistrano de Abreu, a *síntese* (o grifo é do orador), como, só talvez estava aqui no caso de fazer (e verificá-lo é bem triste para nós), de estudos que têm já perto de trinta anos».

É bem claro nossa longa citação — que se impunha — o reconhecimento, por um dos mais altos valores da cultura brasileira possuir Capistrano a faculdade de síntese que deriva da capacidade filosófica. Conclusão confirmada pela seguinte apreciação do mesmo José Veríssimo :

«Êstes rapazes (refere-se aos da Academia Francesa, cearense) eram principalmente influídos pela crítica e *renovação filosófica* (o grifo é do orador) de Taine, Comte, Spencer, e outros mestres de idêntico pensamento. Dêsses três, Taine e Spencer, foram os que mais notadamente influíram no Sr. Capistrano de Abreu, não fazendo dêle um discípulo submisso, que êle não seria jamais de ninguém, porém dando um estímulo e uma direção (filosófica, portanto. O parêntesis é do orador) à sua capacidade e gôsto das idéias gerais, e um critério aos seus estudos históricos».

E ainda de Veríssimo :

«Aquela sua tese estudava principalmente a prioridade do descobrimento do Brasil reclamado por franceses, espanhóis e portugueses, na primeira parte, na segunda as explorações da costa, dos índios e abordava o sertão, nos limites do século XVI e finalmente, um resumo, a evolução geral do país naquele período. Nem tudo certamente seria nela novo e inédito, mas tudo — e isto era aqui pode dizer-se novo — era estudado e verificado nas fontes como exige tôda investigação histórica séria e *tudo concluía por uma exposição e apreciação s'ntética da evolução da primeira época da nossa história inspirada nas teorias Spencerianas, applicadas com a segurança do seu inteiro conhecimento do assunto*» (o grifo é do orador).

«Não era demais esta volta ocasional aos seus primitivos estudos, porque aquêles primeiros opúsculos, mesmo após Varnhagen, Caetano da Silva e Cândido Mendes, renovavam a história das origens do Brasil. Tomando os resultados ainda incertos dos estudos dêstes algumas suas opiniões ou conjecturas, analisando-as, discutindo-as, submetendo-as a severo exame e crítica (o grifo é do orador), chegara o Sr. Capistrano de Abreu a conclusões que podemos chamar suas pelo muito que de seu lhes pôs e do seu próprio estudo apurou. Não só verificou os monumentos e fontes onde haviam êles bebido, mas descobriu ou aproveitou novas, como daquelas mesmas tirou o que a êles escapou. E é êsse trabalho de crítica, preliminar indispensável a tôda construção histórica, o que desde o principio seria principalmente o seu, que assinala proeminentemente o lugar e o papel do Senhor Capistrano de Abreu na nossa cultura histórica. Êle é sobretudo um crítico *histórico* ou um historiador crítico, mas crítico com capacidade construtora...» (portanto filosóficas. A conclusão lógica do parêntese e os grifos são do orador).

«Os que preferem em história as fáceis generalizações infundadas, as conclusões de palpito e as imaginações retóricas, mais ou menos brilhantes, em geral inspiradas das suas próprias opiniões preconcebidas, e até dos seus sentimentos pessoais, poderão achar demasiado trabalhoso e pichoso o processo do Sr. Capistrano de Abreu aplicado a casos tão insignificantes. Mas sôbre quase não haver casos insignificantes em história, e ser da soma dos que nos parecem tais que, bem apurados, podemos tirar conclusões certas, o fato que citamos prova o escrupuloso cuidado, que é probidade do historiador, pôsto pelo Sr. Capistrano de Abreu nas suas investigações, tanto mais de apreciar e louvar quando êle não faz seus estudos *históricos* sôbre estudos já feitos, se não de principio originalmente, remontando novamente às fontes e submetendo a obra dos seus predecessores a uma crítica, (o grifo é do orador) muitas vêzes indireta mas rigorosa».

E finaliza Veríssimo :

«A História do Brasil analítica e completa, como todos desejávamos que êle houvesse escrito, e como só êle talvez contemporaneamente a poderia fazer, (o grifo é do orador) não a escreveu, não escreverá talvez jamais, o Sr. Capistrano de Abreu.

«Não lhe reprochemos, senão como uma homenagem à sua capacidade de o fazer, e mostra de pesar de não a têmos. Dessa obra êle fez justamente o mais difícil — aquilo de que tentei dar neste desalinhavado e incompleto estudo uma imperfeita noção. E se não nos deu aquela História qual a imaginávamos, deu-nos neste seus Capítulos de História Colonial a síntese mais completa,



*mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica naquele período»* (o grifo é do orador).

As repetidas referências ao agudo espírito crítico e de síntese que tanto marcou a personalidade de escol de Capistrano de Abreu, da autoria de um tão alto valor qual o de José Veríssimo, opõem-se admita a opinião de escassearem ao grande cearense historiador e polígrafo capacidade ou cabedais filosóficos.

De Said Ali, no Prefácio da «primeira edição de sua excelente Lexicologia do Português Histórico»:

«O meu colega Capistrano de Abreu, não lhe bastando pôr à minha disposição os tesouros de sua biblioteca, auxiliou-me ainda na penosa tarefa de rever provas, *sugerindo-me o seu saber opulento, proveitosos acréscimos e modificações*».

É a faceta de filólogo e humanista de Capistrano reconhecida e proclamada pelo eminente glotólogo que era o Professor Said Ali que por tantos anos, com desprendido devotamento e polimorfo saber se deu de corpo e alma à tarefa sublime de esclarecer e formar a inteligência da juventude brasileira.

Do professor cearense Joaquim Alves, orador na solenidade da inauguração do Monumento a Capistrano, em Maranguape :

«Com êsses artigos Capistrano de Abreu apresenta-se no Rio, revelando de início o seu *poder de crítica, sua orientação filosófica e científica*» (o grifo é do orador).

«Capistrano foi o iniciador, entre nós, de uma nova fase nos estudos da História do Brasil. O método descritivo, enfadonho, com intermináveis enumerações de datas, *de nomes anônimos foi substituído pela interpretação social dos fatos históricos*, pelas investigações diretas, nos arquivos, pela análise dos documentos antigos. *Capistrano foi o primeiro a traçar uma orientação científica para o estudo da nossa formação social*». (os grifos são do orador).

É claro não ser possível traçar tal orientação sem capacidade filosófica.

E Agripino Grieco :

«Não obstante as pilhérias e os epitáfios maldosos com que as comadres linguarudas de porta de livraria procuraram cobri-lo de ridículo, seu nome resistiu e é hoje uma das honras da nossa cultura. A tudo se sobrepôs a obra realizada ou em projeto, *do historiógrafo, do etnógrafo, do filólogo que, se não foi mestre de elegância, foi mestre na arte de refletir e concluir*. Nenhum grotesco atingira, o maior dos conhecedores da nossa história aquêles que, embora só levasse a cabo trabalhos episódicos, fragmentários,

*dominava como ninguém o nosso passado, penetrando-o com uma aguda visão de conjunto*». (os grifos são do orador).

Como possível, ser mestre na arte de refletir e concluir e dominar como ninguém o nosso passado, penetrando-o com uma aguda visão de conjunto, sem intuição, senso ou capacidade filosófica».

De Tristão de Ataíde :

«Sendo, portanto, o mais pessoal dos homens, foi o mais impessoal dos historiadores. O mais realista de todos os nossos historiadores. Aquêlê que possuiu como nenhum outro o faro do fato, o senso incomparável do concreto. E nas suas investigações desconhecia simpatias ou antipatias, evitava todo e qualquer julgamento de valor, procurava sempre moldar-se ao objeto, à realidade em suas fontes mais vivas e autênticas.

«Capistrano de Abreu foi o criador, aqui entre nós, do que se pode chamar a história radicular, isto é, aquela que procura as folhas nas raízes e não as raízes nas folhas... . . . Êle foi o iniciador da nossa embriogenia histórica, para falar como se falava no tempo em que êle surgiu na Padaria Espiritual de Ceará, logo depois de finda a guerra do Paraguai e quando o romantismo descia de cena para dar lugar ao naturalismo.

«... Praticou sempre a história crítica, a história por amor à verdade e não por gôsto artístico ou paixão de romancista da realidade... Foi sempre um embriogenista. O que lhe interessou acima de tudo foi a nossa formação, o mistério da nossa elaboração.

«Capistrano, portanto, representou em nossa historiografia uma orientação inteiramente original. Pois abandonando tôda generalidade, *tôda síntese precipitada*, (o grifo é do orador), tôda especulação vaga, como era tanto de agrado nosso, foi deliberadamente às raízes e fêz-nos assistir assim, passo a passo, o mistério de nossa formação primitiva. E êsse contato constante com a realidade, despido de todo preconceito, de todo julgamento prévio de valor, de todo plano que prejudicasse a submissão ao objeto, é que torna o seu esforço benemérito e precioso.

«Não chegou, entretanto, a ser um defeito essa preferência que sempre deu aos fatos sôbre os homens. Preferência, aliás, muito bem medida e que não o impediu, por exemplo, de prestar à ação dos Jesuítas a mais extraordinária das homenagens, na pena de quem sempre foi tão sóbrio de louvores, quando escreveu o seguinte : «Uma história dos Jesuítas é obra urgente, enquanto não a possuírmos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil». Talvez por essas e outras é que nunca se decidiu a escrever a grande história do Brasil que todos esperavam que êle nos

desse. Não podendo fazer causa completa, a seu jeito, preferiu pesquisar, desbastar, revelar e explicar o maior número de «fontes» possível para que o futuro possa vir a fazer o que êle julgava ainda prematuro — «no atual estado dos nossos conhecimentos».

Exata e honestamente, e não por falta de capacidade filosófica como se tenta, infundadamente, interpretar.

Capistrano, probamente, tinha duas posições a assumir, em face da premissa verdadeira que estabeleceu : escrever a História Geral, depois de escrita uma completa e verídica da ação da Companhia de Jesus no Brasil, mesmo fôsse êle próprio o autor; ou não escrever a grande História e continuar cooperando na elaboração dos judiciosos elementos que tornem possível escrevê-la depois de elaborada a dos Jesuítas. Do que nos aproximamos, de vez que acaba de ser publicada, a substanciosa obra do eminente Jesuíta Padre Serafim Leite.

Como sempre, agiu Capistrano como homem de bem e só o fêz por não ser um «presunçoso», influenciado por vaidades, sempre superficiais.

Do Professor Jônatas Serrano :

«Depois de Varnhagen — embora seja possível citar muitos nomes — e alguns notáveis (Joaquim Nabuco. Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Rio Branco, Oliveira Viana...) — *nenhum se pode apresentar com o valor excepcional que teve Capistrano de Abreu*. Dêle se pode afirmar que jamais escreveu compilações nem superficialidades. *Do que nos legou, tudo é digno de aprêço e revelador de um conhecimento da história pátria levado às raízes do inverossímil*. Num estilo pessoal, conciso, às vèzes como apressado, mas sempre correto e não raro de elegância distinta *Capistrano de Abreu expunha o fruto de suas pesquisas e de sua crítica penetrante com uma riqueza de informação bibliográfica de pascar*. Pena é que não levasse a cabo uma História do Brasil de largas proporções segundo um plano pessoal. Anotador e comentador incomparável, seus prefácios, memórias e artigos são todo de se ler e meditar», (os grifos são do orador).

Depoimento êsse de alta significação, dadas as reconhecidas qualidades de ponderação, sensatez, serenidade e probidez cultural, que definiram a personalidade do erudito Professor Jônatas Serrano.

De Humberto de Campos, espírito irrequieto e muitas vèzes irreverente, sempre picado por atormentante curiosidade intelectual, porém marcado de acentuada preocupação do juízo justo, apesar de suas decantadas «blagues» e anedotas :

«Entre quantos, porém, se têm consagrado a essa missão, que é, a um mesmo tempo, encanto e tormento, avulta, em nossos

dias, Capistrano de Abreu. Não que nos tivesse êle deixado uma obra intensa e copiosa; não que houvesse levantado um vasto monumento uniforme, não que se tivesse êle voltado, disciplinadamente, com o pensamento na recompensa imediata ou póstuma, à feitura de uma grande História do Brasil; *mas pelo seu tacto; mas pela sua acuidade; mas pela finura surpreendente com que interpretava velhos textos e, conferindo-os, confrontando-os tirava, dêles conclusões novas e imprevistas*» (Os grifos são do orador).

Atributos, todos, confirmadores de possuir Capistrano intuição, senso, acuidade filosófica, conseqüentemente capacidade filosófica, o que apressadamente, se lhe pretende negar.

«Capistrano de Abreu foi, efetivamente, a inteligência mais aguda, e pronta, que as letras brasileiras já tiveram a seu serviço, no domínio da História. A verdade acudia-lhe por intuição, por instinto; e era servido por essas qualidades que êle mergulhava a cara barbuda e miope nos alfarábios seculares, buscando a ratificação precisa de que adivinhara...

Ao contrário dos outros historiadores, que chegam ao conhecimento pela cultura, êle atingiu o máximo da cultura partindo da adivinhação. Quando abria um livro sabia já o que estava lá dentro. Nos mares misteriosos das letras históricas, êle não navegava como Cabral das antigas tradições, para descobrir por acaso, mas como Colombo, para confirmar a previsão.

«Tôda a sua obra revela, demonstra, patentea êsse dom da inteligência. Antes dêle duas ou três dezenas de estudiosos haviam já revistado os arquivos, manuseando documentos. Êle passa por onde haviam passado, já, três ou quatro gerações de pesquisadores. Mas é êle que descobre, entre papéis revistos, a História do Brasil, de Frei Vicente. É êle que identifica a monografia sôbre o princípio e origem dos Índios, Fernão Cardim. É êle que decide, enfim, confrontando documentos, analisando-os, revalidando os textos de acôrdo com a época em que foram escritos, uma infinidade de questões até então controvertidas assentando o edifício da nossa história nos seus pilares definitivos.» (Os grifos são do orador).

Como é possível negar capacidade filosófica a essa inteligência, a um espírito tão bem dotado dela?

Quem a terá então?

«Onde, porém, Capistrano se revela o mestre máximo da nossa história é no estudo do desbravamento da terra, e do seu povoamento. Êle foi, pode-se dizer, o primeiro a tomar em consideração, aqui, os fatores naturais para explicação dos fenômenos sociais e os fenômenos sociais como fatores de limites geográficos». (os grifos são do orador).



«... A sua argumentação cerrada, a precisão das suas conclusões, fazem dê-lo um juiz irrecorrível nas matérias em que se especializou. A aposição da sua assinatura sob um artigo esclarecendo um ponto controverso tinha o valor de um selo lacrando uma carta. O seu nome, por si, encerrava uma discussão». (os grifos são do orador).

Como é possível, criatura dotada de tão peregrinos predicados, alcançando tão alto conceito no julgamento de homens da acuidade de um Humberto de Campos, ser destituído de capacidade filosófica?

De José Honório Rodrigues :

Não é atoa que o maior historiador brasileiro, não pela contribuição material mas pela agudeza e capacidade crítica, tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos de nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas, singulares. Sua periodização não é só objetiva, empiricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica. As construções periódicas passam a ser mais autônomas e completamente libertadas do esquematismo ou simples distribuição da matéria. Pela primeira vez se põe em relêvo as formas e os motivos fundamentais, econômico-sociológicos de cada período individual e se deixa em aberto as relações de comportamento entre esses fundamentos e as superestruturas ideais. Capistrano de Abreu primeiro decompõe e analisa os componentes sócio-econômicos e políticos para, então, estudar as várias conexões culturais. É das últimas camadas dessas raízes econômicas, nas circunstâncias geográficas e naturais e nas suas transformações e contraversões em cada período que nasce a verdadeira periodização de Capistrano de Abreu.

«Não será exagêro dizer que Capistrano de Abreu, soube, com essas poucas páginas, (refere-se José Honório às que Capistrano escreveu, a propósito do Visconde de Pôrto Seguro, sobre a periodização em nossa História), elevar-se a uma altura ainda não atingida por nenhum outro historiador brasileiro. E é aqui, então que êle anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. E é aqui, ao adotar estas grandes cesuras, ao caracterizá-las e ligá-las que êle mostra o elemento prôpriamente filosófico da história do Brasil, e demonstra sua penetrante capacidade teórica, — que o distingue de qualquer pedante, de qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível de um verdadeiro historiador.

«Como se vê dêste exame da história da periodização no Brasil, Capistrano de Abreu é a principal figura, e de acôrdo

com Troeltsch, o mais notável pensador, porque grande periodizador. Ele pôde desenvolver uma classificação mais concretamente exata que melhor satisfaz aos historiadores, podendo ver num detalhe, num fato o espírito de uma época. Como ninguém êle levou longe e aprofundou a relação de comportamento entre a estrutura e a superestrutura. Seu trabalho nos possibilitou uma melhor compreensão, uma melhor fixação entre a imensa multidão de conexões causais e a divisão dos grupos históricos do suceder brasileiro. Capistrano como iniciador e pioneiro, mestre e guia, representa o que de mais alto produziu a historiografia brasileira, não só material como filosoficamente.

«... A falta de razões filosóficas, que tanto definhou a obra de Varnhagen, ou insatisfez aos seus leitores mais espertos, foi superada pelo Mestre Capistrano. Êsse possuía mais do que aquêlê, a capacidade de domínio sobre o texto, a adequada aplicação teórica e o valor literário da narração.

«Certamente a anotação é um trabalho que revela modéstia, humildade, renúncia, mostrando-se o autor capaz de sacrificar seu tempo, esforço e faculdade pelo aperfeiçoamento de obra já realizada por outro. Esta não foi a lição de Varnhagen, que sempre foi soberbo e orgulhoso, mas de quem se assinava «João Ninguém» e era o maior historiador que o Brasil já produziu.

«Dedicar-se inteiramente à anotação, é uma tarefa que oferece quase sempre o perigo de esterilizar o pensamento histórico. A subjugação ao puro trabalho da instância documental e de seu exame crítico é uma das influências mais trágicas do industrialismo e da divisão do trabalho sobre o pensamento histórico. Mas é força reconhecer que é preciso muito preparo metodológico, muita segurança crítica e excelente formação cultural para que alguém possa (como foi o caso de Capistrano) dirigir com competência a edição de documentos, anotar obras importantes, empreender a crítica de autenticidade, atribuição e fidedignidade». (Os grifos são do orador).

Como admissível, depois do documento juízo de José Honório Rodrigues, de que Capistrano «representa o que de mais alto produziu a historiografia brasileira, não só material como filosoficamente», pretender-se negar ao grande historiador cearense capacidade filosófica?

Não. É inadmissível,

Capistrano deu, êle próprio, a verdadeira razão por que não empreendeu a tão árdua tarefa de escrever a grande História do Brasil, embora reconhecido por todas as altas e abalizadas testemunhas, cujos depoimentos acima invocamos, fôsse o único na sua época, com cabedais de conhecimentos para realizá-la.

Atribuir a outra causa que não a por êle exposta e fundamentada será uma condenável distorção histórica que cumpre evitar a bem da verdade — sem a qual não há realmente História — verdade cujo encontro ou aproximação foi sua maior preocupação e História à que devotou tôdas as energias de sua honesta e laboriosa vida.

Estas, Senhores Senhores, a par de nosso imorredouro reconhecimento de cearense e também de brasileiro ao incomparável devotamento de Capistrano a nossa cultura, as duas principais homenagens que lhe queremos tributar na transcorrência da efeméride do centenário de seu nascimento, com o superior intuito de evitar-lhe a injustiça de se lhe deformar, mesmo de leve, a insigne personalidade de homem sábio».

Não posso e não devo encerrar essa oração sem a declaração de que as razões de minhas desvaliosas arguições, como seus fundamentos que os conhecia esparsos — encontrei-os enfeixados no excelente trabalho, em que me apoiei *Capistrano de Abreu*, da lavra de meu coestaduano Pedro Gomes de Matos, — que com pensamentos e palavras levanta outro merecido monumento ao Grande Capistrano, na augusta data de seu primeiro centenário.

*Jornal do Brasil, 25-10-953.*

# CENTENÁRIO DE CAPISTRANO DE ABREU

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Sessão de 23 de outubro de 1953)

O Sr. OTÁVIO LOBO (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, comemora-se, hoje, o centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu.

Quem, da altura de tão longa distância, lhe estude a personalidade e a obra, pode, em visão de conjunto, perceber-lhe a grandeza, como o observador que abraça, com o olhar, o contorno global de montanha que, ao longe, se projeta azul. Para medir-lhe a altitude, só o compasso de um século.

Debuxemos-lhe em largos traços a personalidade e analisemos, de relance, a obra dêsse brasileiro de cujo berço se orgulha a terra cearense.

A nota característica que o define é a originalidade. Do gesto à postura, da excentricidade à simpatia, da idéia à ação, do indumento ao psiquismo, tudo se mede nesse homem paradoxal, pelo diapasão da originalidade. Tudo que lhe vibra no peito ou lhe ferve no cérebro traz o mesmo timbre. E para acentuar essa originalidade apresenta-se-nos, sempre, como jôgo de contrastes: Miope até a leitura rente ao papel, vivendo a vida inteira, de pálpebras fechadas, na atitude de quem deseja permanecer na sombra da modéstia ou na penumbra do esquecimento, foi pensador de larga visão, ultrapassando seu nome as fronteiras do país. Tipo legítimo de cearense, em que se estampam, na fisionomia, as linhas de ascendentes luso-tabajaras, despido das vaidades do mundo, qual penitente antigo, assemelhando-se no desajeitado do traje, no desalinho do cabelo e da barba a matuto bisonho, era enciclopédia onde se agitavam todos os ramos do conhecimento, e, de modo especial, no verno de Américo Facó, *vivo dicionário da história pátria, mal encadernado*. Agreste, como a flora das caatingas, disparando, sempre em gestos ríspidos, como mola descomprimida, contra o ridículo, o convencional, a vanglória e



a lisonja, êsse misantropo do anedotário cultivava amizades e dedicações, fechando-se em tristeza, com sensibilidade de mimosa pudica, à notícia longinqua, descoberta em velhos alfarrábios, de que a genitora de Frei Vicente do Salvador, que viveu pelos idos de mil seiscentos e trinta e tantos, seu amigo não em Cristo, mas em Heródoto, não soubera respeitar o nome do honrado frade.

Viveu, quase subterrâneamente, no porão da casa da travessa Honorina, em Botafogo. Lá, êsse novo Diógenes era centro de atração das altas esferas da política, das ciências e das artes; Rio Branco, Calógeras, Machado de Assis, Silvio Romero, Domício da Gama, Assis Brasil, Coelho Neto, Francisco Sá, Afonso Celso, Ramiz Galvão, Eduardo Prado e tantos outros. Nessa roda de escol em que primava a linha elegantíssima da casaca do *senhor do Brejão*, o desengonçado cearense sempre afinava, em espírito.

Nasceu em Columinjuba (e era-lhe um prazer ouvir êste nome arrevezado), sítio no município de Maranguape, no Ceará.

Mestres, pròpriamente, não os teve. Foi um autodidata.

Passando pelo Seminário de Fortaleza, algum tempo, não encontrou forma para seu temperamento. Não a encontrou, também, no Ateneu Cearense e nem nos colégios de Recife. Os moldes de educação e ensino não se lhe ajustavam, com precisão. E era difícil. Ninguém como êle, frisou João Ribeiro, parecia um índio que houvesse perfurado a civilização e subido a tona da nossa cultura, com arco e flecha, seminu, e indomável. Criou, porém, êle mesmo os seus moldes, ou, antes, já os trazia inatos, como as idéias de Rosmini. Estudante, no Recife, demonstrava, irresistível vocação de farejar papel, engolfando-se em bibliotecas e arquivos. Não fêz exames preparatórios. Não se bacharelou. Voltou ao Ceará.

Naquele tempo, borbulhava em Fortaleza, ao calor tropical, forte movimento literário — a «Escola Popular», dinamizado pela inteligência de espíritos juvenis e audazes». Capistrano de Abreu, jovem ainda, e já forrado de sólida cultura, ensaiava a crítica. «França Leite advogava os direitos do comitismo puro e sustentava que o *Systheme de la Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. Melo descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão do sábio e o estro do poeta. Pompeu Filho dissertava sôbre a filosofia alemã e sôbre a índia, citava Laurent e combatia Taine. Varela o garboso paladino enristava lanças em favor do racionalismo. Araripe Jurent combatia Taine. Varela o gartaff a alma dolorida de Rene. Filino falava da revolução francesa com o arrebatamento de Camilo Desmoulins Lopes, ora candente como um raio de sol, ora lóbrego como uma noite de Walpurgis, dava asas ao seu humor colossal. Por vêzes, das margens do

Amazonas chegava o eco de uma voz, doce como a poesia de suas águas sem fim — a de Xilderico Farias. . . » (Capistrano de Abreu, *apud* Pedro Abreu). Rocha Lima, enfim, cujo espirito se alevantara nas mais altas concepções da filosofia e da crítica.

Foi sob êsse signo que Capistrano ensaiou a crítica. Aos vinte e um anos, idade em que as imagens toldam a limpidez dos conceitos apresenta-nos, em contraste, *crítica sintética, impessoal e positiva*. Ao seu juízo crítico, tôda obra literária deve refletir a paisagem social vista pelo prisma de cada autor. Confronta a realidade do ambiente com a concepção do artista. Sem reajustamento harmônico entre êsses dois polos, todo trabalho literário é uma contrafação. «No Brasil, afirma, onde as emoções são ainda contraditórias e pessoais, a concepção e execução do belo de alguma forma são viciadas. . . Nossos romancistas não têm visto que o romance é apenas um ramo da psicologia; que os personagens são apenas parte de um problema». Na psicologia da sociedade da colônia, descobre essa emoção de inferioridade a Portugal cuja expressão literária se afere, nos escritores do primeiro grupo baiano, não pelos moldes da terra, mas pelas medidas do reino. Vislumbra no indianismo do núcleo literário mineiro o despertar dessa «consciência da superioridade a Portugal que se viera lentamente elaborando através de vitória sôbre os holandeses em boa parte devida aos nativos, da epopéia das bandeiras, da guerra dos mascates e outras revoltas sangrentas, e explode, afinal, no Sete de Setembro. Quando diz que o estado mental de um povo depende de seu estado econômico, ainda podemos imaginar que o jovem cearense já tivesse conhecimento de Marx, mas é certo que falava em sentimento de inferioridade e superioridade muito antes de Freud haver pôsto em circulação os complexos». (Lucia Miguel Pereira, *apud* Pedro Gomes de Matos em *Capistrano de Abreu*).

Capistrano foi, sobretudo, historiador. Não o colecionador de documentos, o relacionador de cartas, o narrador de fatos. Não o cronista, mas o historiador, na acepção do termo, o crítico, o filósofo da história. Da história que se constrói a custa de paciência beneditina, com olho de microscopista na pesquisa e visão telescópica do conjunto. A história monumento. «Uma hora de síntese exige anos de análise», disse Fustel de Coulanges. A história é síntese e *síntese de tudo no tempo*. Uma vida inteira de estudos não basta, às vezes, para lhe escrever um capítulo.

Historiador sê-lo-á quem, aparelhado de conhecimentos, mergulhe no passado.

E recompor o período dêsse passado em que, com precisão, se retrate, sob todos os aspectos, a verdade histórica, é tarefa, sobre-modo, complexa.

E o historiador hã de ser, simultâneamente, geólogo, geógrafo e antropólogo. Ter-se-á de inteirar da etnografia, da arqueologia e da sociologia. Deverá ser biólogo e filósofo e conhecer da língua, da arte, da ciência e da moral do grupo humano que estude, no espaço e no tempo.

Sob esta feição, Capistrano de Abreu foi o tipo completo do historiador. Polimático, no sentido verdadeiro do termo, versou a ornitologia, a fauna e flora indígenas. Analisou o homem precolombiano e estudou o tipo fóssil da Lagoa Santa. Sistematizou a etnografia indígena e escreveu caxinauás e bakaeris. Encarou a geografia em relação e interdependência com outras ciências. Paliglotas, aí do alemão ao vocabulário dos tuxims. Tornou-se, assim, na opinião de Silvio Romero o *maior erudito em assuntos brasileiros, sobrepujando assaz Varnhagen, João Lisboa, Joaquim Caetano, Silva Paranhos e Cândio Mendes, os melhores sabedores de nossas coisas.*

Com Capistrano, começa a história do Brasil. E José Veríssimo que considerava a obra de Varnhagen mais enciclopédia do que história, chama-o *criador* da nossa história. Não é que Capistrano tivesse escrito a história completa do Brasil, aliás, capaz de fazê-lo, com mestria. Mas lançou-lhe os alicerces e traçou-lhe a armadura. Foi, na expressão de Raquel de Queiroz, uma espécie de homem chave de nossos estudos históricos. Pegou da história do Brasil, despiu-a de tôda traparia de lendas, alegorias, anedotas, patriotadas e suposições com que a enfaixavam secularmente, pacientemente descobriu em gigantesco esforço de pesquisa e interpretação a nudez e a pureza do fato histórico, tornando-se, como o disse com grande felicidade Tristão de Ataíde: «o criador, aqui, entre nós, do que se pode chamar a história radicular, isto é, aquela que procura as folhas nas raízes e não as raízes nas folhas», na história. Martius, Buckle, Teó.

Foi assim o anátomo-fisiologista da filo Braga, Oliveira Martins, Teixeira Mendes e Aníbal Falcão arquitetaram teorias sobre a evolução histórica do Brasil. Mas, emenda Alba Canizares Nascimento, se a teoria de Buckle e Martius demasiadamente *etnológica*, exageradamente *cosmológica* e a dos discípulos de Comte é exageradamente *social*.

«A teoria da evolução histórica do Brasil deve elucidar a ação do me'o físico, estudar as qualidades etnológicas constituintes, assinalar as condições biológicas, econômicas e morais dos

povos para aqui emigrados, acompanhar o crescimento das populações cruzadas, surpreender o nexo causal dos acontecimentos, fazer a tóricos, e concluir a psicologia nacional» (Alba Cañizares Nascimento, interpretação filosófica dos fatos *bis* — *Capistrano de Abreu, o homem e a obra*).

Capistrano de Abreu assim o fez. De Fernão Cardim e Frei Vicente do Salvador, passando por Rocha Pita, Baltazar Lisboa, Aires de Casal até Varnhagen, houve crônicas, biografias, memórias, anais, descrições corográficas, tudo sem esse cimento que liga os fatos, dando-lhes o sentido vivo da história. Depois de Varnhagen, diz Jônatas Serrano, embora seja possível citar muitos nomes e alguns notáveis (Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Euclides da Cunha, Rio Branco, Oliveira Vianna) nenhum se pode apresentar com o valor excepcional que teve Capistrano de Abreu. Do que nos legou, tudo é digno de aprêço e revelador de um conhecimento da história pátria levado às raias do inverossímil.

Foi com essa paixão de pesquisa que o arrasta às origens dos fatos, que esse São Tomé da nossa história construiu-lhe, consoante Humberto de Campos, os pilares definitivos.

Contudo, esse Capistrano — o autor de *Capítulos de História Colonial*, do *Descobrimento do Brasil*, dos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, o descobridor da História de Frei Vicente do Salvador, o organizador de *Rã-tax-hu-ni-ku-i*, o comentador da *História Geral* de Varnhagen e escritor de tantas outras publicações esparsas, o doutrinador de muita coisa que não escreveu, mas disse entre amigos e discípulos, como filósofo da Grécia Antiga — esse Capistrano, contudo, não escreveu a história completa do Brasil. Não lhe faltou, por certo, nem *capacidade filosófica e sintética*, nem *amplitude generalizadora* como lhe atribuem, entre alguns críticos, Silvio Romero e Nelson Werneck Sodré. Quem definiu, com tanta acuidade e justeza, os vários períodos de nossa história, caracterizando, com perfeita interdependência os diferentes fatores geográficos, econômicos, culturais e sociais, possuía, por sem dúvida, senso filosófico e capacidade de síntese. Que bastem as anotações e comentários à *História Geral* de Varnhagen, em que o senso crítico-sintético do historiador cearense supre a deficiência de sentido filosófico do Visconde de Pôrto Seguro.

Mas, Capistrano — um dos mais profundos sabedores das nossas coisas, como disse Ronald de Carvalho, — não escreveu, afinal, a história do Brasil...

O motivo não foi, certamente, a falta da história dos jesuítas, que essa êle também não a escreveu. Nem a satisfação de ler *por vício*, sem deixar margem ao escritor, justificando-se, com



malícia: «mas, em compensação, há muita gente por aí que foi a excentricidade, nem a falta de não saber nada e escrever muito». Não sendo filósofico. Foi, sim, a modéstia do sábio.

«Quando pensei, escreveu êle, em consagrar-me à história do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar tôda a história. Mais tarde reconheci que era necessário incluir a época contemporânea, mas a minha curiosidade dispersou-me a atenção por tôda a parte, e agora posso dizer com Monte Alverne: «ê tarde, é muito tarde» (*Dolor Barreira, em Porque não escreveu Capistrano de Abreu a história do Brasil, apud Pedro Gomes de Matos*).

Foi curiosidade do sábio, a visão de filósofo, eternamente insatisfeitas, em busca da razão dos fenômenos, ante o efêmero das coisas.

Foi a tortura da perfeição: Eis o motivo.

Sr. Presidente. Neste momento expresso as homenagens da maioria ao grande brasileiro e intérprete, especialmente, os sentimentos do povo cearense. Ao evocar-lhe a memória, apresenta-se, como nota tônica de sua vida, o amor que dedicou com vero patriotismo ao estudo de nossas coisas e de nossa gente.

É um simbolo de devotamento à pesquisa, de probidade científica, de imparcialidade de julgamento.

A mocidade universitária do Brasil, o Ceará cuja votação tem sido recuperar terras ao patrimônio nacional, apresenta-lhe êsse simbolo, cujo sentido é o aprimoramento da cultura da juventude e, por êste meio, a recuperação da grandeza nacional. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

---

O Sr. ADAHIL BARRETO (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. presidente. Srs. deputados: A 23 de outubro de 1853 nascia João Capistrano de Abreu, o nosso maior historiador. Columinjuba, o sítio do «Menino Amarelo», onde lhe veio a luz da vida, na serra de Maranguape, fica no limite exterior do sertão de fora, e desde os primeiros dias da conquista do território cearense se ligou às praias do Mar. Martins Soares, na perseguição de suas múltiplas Iracemas e na busca de bons lugares para fábricas de açúcar, talvez lhe haja freqüentado as paragens; e, sem dúvida, os fugazes holandeses que o sucederam por ali andaram na miragem das minas de prata de Itarema, «que se dizia haver em abundância».

Há cem anos, a sociedade da Província padecia, ainda, a sujeição das estradas mediterrâneas, que lhe tinham formado o peculiar caráter particularista, fechado, sonso e desconfiado vindo dos horizontes terrestres e dos interesses que se não situam além do alcance dos olhos. Nascendo praticamente à beira mar, e quando o telégrafo e a navegação a vapor começavam a dilatar as possibilidades de intercâmbio, — Capistrano de Abreu teve as vantagens e as servidões de seu berço. Se, por um lado, desde logo sofreu o influxo das idéias novas das passageiras verdades científicas que, pelo jornal e pelo livro, fecundavam as inteligências moças da Fortaleza, — de outro nunca logrou se assenhorear integralmente dos valores do vivo, forte, e independente mundo sertanejo dos chefes de *gentes* e dos senados das Câmaras.

Pesquisador incansável, elucidador de pontos controversos, amante insaciável do detalhe, talvez Capistrano tenha se perdido nos caminhos do pormenor, e a tal ponto que jamais se teria julgado em condições de escrever a História que o seu gênio devia ao Brasil. Seu amor à verdade o terá escravizado às angústias e dúvidas da abundância dos documentos que ressuscitou; pois, «quando um fato não é conhecido senão através de um único depoimento, é êle admitido sem maior hesitação. As perplexidades começam quando os acontecimentos são relatados por duas ou várias testemunhas; porque seus testemunhos são sempre contraditórios e sempre inconciliáveis».

Introdutor, nos nossos estudos históricos, dos valores proporcionados pela base física da geografia, o grande autor de *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, usufruindo e padecendo, simultaneamente, os favores e limitações do ambiente de sua própria formação — fez avultar a importância das vias naturais de comunicação, e cujos padrões objetivos tudo subordinou, negligenciando ou dando pouca importância às condições políticas que dão conteúdo e sentido aos fatos históricos.

É certo que de Piratininga as vias fluviais correm para o oeste, e por êsses caminhos móveis entraram «os violadores de sertões e plantadores de cidades». Mas, também é muito certo que, ao levarem os bandeirantes nos ombros a linha de Tordesilhas, esta ficção papal já não existia, porquanto tôda a América do Sul era, então, uma só e única possessão filipina. O «peru-leiro», que assombrava Lima com a narrativa de sua viagem através do continente, era tão súdito da Casa de Áustria quanto os herdeiros de Francisco Pizarro. Mais tarde, rompida a unidade política continental pela restauração portuguesa, as bandeiras se desviarão para o norte, ou fracassarão irremediavelmente nas colinas do Uruguai. E não será vã imaginação pensar que, se

houvesse persistido o domínio espanhol, até, pelo menos, o advento dos Bourbons no trono de Madri, o território brasileiro não findaria, agora, no apêndice vermiforme do Rio Grande do Sul, duramente conquistado no século 18, mas se espelharia, em tôda a fronteira sul, nas águas do Paraguai, atingidas pelas *bandeiras* desde o início da décima sétima centúria.

Capistrano, porventura influenciado pela perenidade dêsses nossos «felizes morubixabas de ambições astutas, que em desgraçadas e mesquinhas lutas desgovernam misérrimos países», — não terá podido realizar todo o significado da constante, e cansativa luta dos senados das câmaras sertanejas, sempre a braços com a prepotência do Reino, a insolência dos capitães-mores e a venalidade dos ouvidores. Sôlidamente plantados na propriedade territorial, protegidos pela distância, acolitados pelos exércitos particulares dos chefes de *gentes*, os senados municipais mais do que ninguém criaram êsse sentimento de fôrça e independência que, vindo do estravasado do seu meio ambiente e se estendendo como uma rêde de malhas frouxas por todo o território nacional, tornou possível, por fim, o fato consumado do Sete de Setembro.

Essa consumação de um duro e lento processo evolutivo, o historiador cearense soube muito bem fixar, pôsto quase fizesse caso omisso da participação, nêle, dos orgulhosos chefes sertanejos. Escreveu o autor de *Capítulos da História Colonial*: «Elevam-se estátuas, falam em patriarca, adulteram ou desconhecem a história. A esta tendência apenas oporei uma consideração: Sete de Setembro não criou, consagrou. Quando o movimento é tão geral e persistente não se improvisa, não se encomenda; surge lentamente, como o banco de coral ao arquitetar secular do povo».

Tôda a obra de João Capistrano de Abreu é, assim, animada pela forte e indestrutível crença de que os chamados grandes homens são, sempre, um assunto local e efêmero. Os heróis, os patriarcas, patronos, padroeiros, e santidades paternalísticas — êle os viu como criações artificiais e passageiras de sentimentos dirigidos.

Terá sido essa convicção produto do realismo com que examinava os fatos, ou ao contrário é filha da sua preocupação desconfiada de não exagerar, de não endeusar, de não apreciar falsamente preocupações que às vêzes o levaram por sua vez ao exagêro?

Meus senhores:

Vindo de Columinjuba, o sítio paterno nunca mais esquecido de Capistrano talvez pelas recordações da infância, talvez por que fôsse de designação tão estranho e complicado aquêle que o tornou célebre, o jovem historiador, fiel à vocação de sua gente,

aportou no Rio de Janeiro, como já o fizeram tantos coestaduanos despidos de recursos materiais, mas rico de disposição para o trabalho intelectual e cheio de idéias nobres.

Sobre sua vinda para o Rio contam-se duas versões. O livro já consagrado pela crítica, e realmente grande livro, de Pedro Gomes de Matos diz que em virtude de tremendo castigo corporal que lhe infligiu o austero genitor, desgostoso fugiu do lar paterno. Capistrano — diz-se — quebrando tôda uma tradição de respeito místico dos seus ancestrais pelos padres da igreja católica escreveu numa prova, referindo-se ao queixo muito saliente do professor, motivo de constante mangofa dos alunos: «Se Sansão com uma queixada de burro matou mil filisteus quantos poderíamos matar com a respeitável queixada do padre X».

A versão porém é contestada pelo único irmão sobrevivente de Capistrano, o velho servidor público que tão bons serviços há prestado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas ao Nordeste, o engenheiro prático e homem de bem a tôda prova — Sebastião de Abreu. Em carta que dirigiu a um jornal de Fortaleza contestou veementemente o fato, esclarecendo que Capistrano emigrou para o Rio espontâneamente com a aprovação dos pais e a convite de José de Alencar, então em visita à terra natal. O que é fato incontestável é que, revoltado ou não com o rigor do castigo paterno, incentivado ou não pela admiração de Alencar, Capistrano viria mais cedo ou mais tarde para o grande centro. A sua personalidade esquisita e a sêde de saber e de estudar que o devorava não permitiam que continuasse prêso às limitações de tôda sorte da província.

Na Capital Federal teve a bela vida, útil e nobre, que hoje se comemora. Esquivo e desprendido de tudo pelo temperamento próprio dos sábios, com as esquisitices e os altos e baixos que caracterizam os gênios, Capistrano na sua simplicidade cotidiana, viveu «uma existência espontânea e correntia».

Avêssô às seduições dos «vastos e estêreis, ocos e sonoros», homem de mais amigos entre os mortos do que entre os vivos seu desprezo pelas convenções e pelas exterioridades fê-lo personagem central duma série de episódios hilariantes e bizarros, na verdade quase todos apócrifos. Quer tenha sido a história de ter penetrado o Pedro II pulando uma janela, quando compareceu ao concurso para a cátedra de Geografia e História do Brasil, pois o bedel lhe impedira a entrada de tão desalinhado e maltrapilho se apresentara; quer fôsse a restituição por parte da tinturaria onde mandava lavar o terno que usava há doze anos de apenas um pequeno embrulho, com os botões da roupa, a verdade é que os episódios anedóticos, embora sem consistência real, não lhe vio-



lentavam a psicologia, nem o comportamento: não eram verdadeiros, mas... eram possíveis.

O Sr. Afonso Arinos — V. Excia. me permite um aparte?

O Sr. ADAHIL BARRETO — Com muita honra.

O Sr. Afonso Arinos — Queria, em primeiro lugar, manifestar a minha admiração pelo magnífico trabalho que V. Excia., em nome da União Democrática Nacional, está lendo sobre o nosso grande historiador, e desejava trazer apenas uma pequena contribuição a esse trabalho através dum depoimento muito interessante do escritor germano-brasileiro Carl von Koseritz, que tem no seu livro *Bildern aus Brasilien — Imagens do Brasil* — uma reportagem verdadeiramente sensacional sobre a entrada de Capistrano de Abreu no Colégio Pedro II. Por aí V. Excia. terá elementos para verificar que, nem no sentido material nem no sentido figurado, *êle entrou pela janela*, porque o seu concurso para a cátedra de História do Brasil, naquele velho educandário nacional, é uma das páginas mais admiráveis da nossa tradição intelectual.

O Sr. ADAHIL BARRETO — Sou muito grato a V. Excia. Sr. Deputado Afonso Arinos, pela contribuição erudita que emprestou ao meu modesto discurso.

E com isso, uma modéstia extrema, à medida que avançava em anos e em saber.

Criador de nossa primeira Escola de História, procurado por discípulos, consultado por mestres, o cearense de Columinjuba voluntariamente se desligava de todo brilho, de toda ostentação de uma autoridade que ninguém lhe poderia negar, recolhido à beneditina penumbra criadora dos seus trabalhos e investigações.

Isso não acontecia, porém, porque quisesse se isolar do mundo, ou porque tivesse aversão aos contemporâneos. Ao contrário, como lembrou Paulo Prado, um dos seus mais queridos amigos, «o mundo inteiro o interessava, tanto como a própria Pátria. Lia assiduamente a *Nation* de Nova York, o *Manchester Guardian* e os jornais extremistas de Paris. Eram-lhe o alimento cotidiano para o seu liberalismo exaltado, quase revolucionário, apesar do caticismo próprio do homem de pensamento, infenso às contingências da ação».

E noutro ensejo: «Ninguém se dirigiu a esse Mestre sem dêle receber generosamente informações, conselhos, idéias, encorajamentos. Corregia provas dos outros, anotava-as com rude franqueza, acompanhava com interesse e simpatia qualquer tentativa que lhe parecesse aproveitável, promovia intercâmbio de livros

raros, investigava arquivos e bibliotecas por conta alheia, era realmente — êle só — tôda uma Academia, tôda uma biblioteca, um Curso vivo de saber e erudição. Dava assim aos discípulos a ilusão de que eram colaboradores numa obra comum».

O intenso sentimento de simpatia humana, mal occulto por uma misantropia de encomenda e de defesa, sentimento que o fazia sofrer quando descobriu, por exemplo, a má vida da mãe de Frei Vicente do Salvador — evitava que se desvinculasse do seu meio e do seu tempo.

Sem impecilhos de linguagem, antes com aquela desabusada mordacidade que lhe marcaria o estilo, sem paixões mas sem gratuidade, soube Capistrano nas suas cartas situar com independência e justiça os homens e fatos da República sua contemporânea.

As missivas, por exemplo, que dirigiu a João Lúcio de Azevedo, historiador português, foram incluídas na nossa biblioteca nacional no rol dos documentos secretos — tão desagradáveis pareceram aos poderosos do dia.

Por tudo isso é que afirmou o autor de *Paulística*: «Capistrano foi a encarnação do que se nomeia hoje — a nossa brasilidade. Mais do que ninguém. Integralmente. E sem nunca ter batido no peito para exclamar furibundo: eu sou brasileiro. Amava a sua terra desde as pequenas coisas — a rêde, a pimenta, os banhos de cachoeira, o andar descalço, os mexericos — até a preocupação filosófica da política, dos homens públicos e tôdas as manifestações da nossa esporádica e incerta vida intelectual. Brasileiro do Brasil, interessavam-no tanto a Ilha de Marajó, no extremo norte, como as caatingas do seu calcinado Nordeste, as velhas cidades mineiras, e os vestígios das reduções jesuíticas, nos pampas da banda oriental».

Tal foi o homem cujo centenário o país inteiro hoje comemora. É indubitável que a sua vida gloriosa constituiu um marco nas nossas pesquisas históricas, agora divididas em dois períodos, antes e depois de Capistrano.

Srs. deputados:

O Ceará se envaidece do seu grande filho e podia jactar-se de ter dado ao país o seu maior historiador. Mas não o faz, mas não pensa assim em termos de um orgulhoso regionalismo intelectual.

Capistrano, como Alencar, Beviláqua, Farias Brito, Moura Brasil, Domingos Olímpio e Franklin Távora, para citar apenas alguns nomes do passado, são antes de tudo brasileiros, pela

extensão da obra que nos legaram e pelo amor indivisível que dedicaram a êste grande país de que todos nós nos orgulhamos.

E a Câmara dos Deputados do Brasil agiu com muito acêrto reservando a primeira parte dos seus trabalhos de hoje para homenagear a memória do insigne mestre.

Capistrano, um daqueles «monarcas da inteligência» de que falava Latino Coelho, merece a consagração agradecida do povo brasileiro pelo muito que fez no campo da inteligência. Foi êle um sábio, foi êle um bom. Foi, antes de tudo, um homem que, se desprendendo das glórias mundanas, soube, através de uma longa vida de desprendimentos, adquirir conhecimentos e saber, não para gôzo pessoal mas para dedicá-los ao serviço da pátria a que tanto amou.

Capistrano foi um símbolo. Símbolo do homem simples e despretensioso dedicado a uma causa nobre.

Honra, pois, ao mais erudito desbravador dos fastos de nossa história, honra ao homem comum — João Capistrano de Abreu. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

## DISCURSO

### COMEMORAÇÃO DO SEU 115.<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO (\*)

ORAÇÃO DO PROF. PEDRO CALMON, ORADOR OFICIAL, DE ELOGIO AOS SÓCIOS FALECIDOS DURANTE O ANO

Estabeleceu-se um vínculo de solidariedade íntima entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — cujas galas cívicas reverdescem na sua data aniversária — e a cultura nacional, nêlê extensamente representada. A oportuna celebração do centenário de Capistrano de Abreu, num mês de eruditas conferências em que, sob a presidência de Macedo Soares, eminentes ensaístas interpretaram um momento ilustre da vida do País, evidenciou com farto brilho esta circunstância. Não é uma casa de historiadores friamente fiéis à especialidade, um grêmio de austera pesquisa ou estudos invariáveis que se não abra às sugestões de outras letras, aos conselhos de outras análises, à inquietação de outros motivos, às razões de diferentes e nobres assuntos. Na realidade, nunca se fechou a tôdas as manifestações da inteligência, que tivessem como objeto e diretiva o destino da Pátria. Fundado em 1838, a idéia original foi consagrá-la à memória dos tempos, graças ao douto convívio de homens de pensamento e de ação, estadistas, professôres, tribunos, mestres da pena e da palavra, políticos que vinham da batalha parlamentar, eclesiásticos que baixavam das glórias do púlpito, magistrados exímios na ciência de julgar, veteranos das lutas patrióticas, a quem, pela diversidade dos ofícios na sabedoria da experiência, se pedia o justo conceito das coisas brasileiras. Alguns envelheciam no trato dos livros, outros nêles deviam figurar como personagens de controvertida fama, êstes com autoridade para narrar, aquêles com direito ao testemunho ou a obrigação de corrigi-lo, encanecidos no serviço público, e, com isto, habilitados para os misteres honrados de crônica, para as luminosas apologias do passado, para a lição das gerações. Não tínhamos, como em França, Es-

---

(\*) *Jornal do Comércio* de 21-10-953.



panha e Itália, academias de língua e literatura: o Instituto lhes fêz as vêzes. Carecíamos de uma associação de letrados a emprestar à côrte o esplendor dos serões, nos amenos requintes do verbo: o Instituto supriu-a. Faltava-nos o gôsto velho das Assembléias do espírito, disciplinadas pela majestade do poder: e o Instituto cumpriu modestamente esta tarefa com o patrocínio do monarca que foi, tôda a vida, o seu mentor desvelado. Tinha de ser por tanto uma coletividade de expoentes que exprimisse tôdas as tendências de uma civilização rude, incipiente e atrevida, interpretando-lhe as desencontradas inspirações abstratas e humanas, tradicionais e presentes, vivas e simbólicas, bárbaras e helênicas. Por isto a nominata dos seus sócios, através de 115 anos, resume a história intelectual do Brasil, ostentando, em ordem cronológica, os seus mais límpidos valores: e é de tal monta a riqueza dessa vasta galeria, que apostamos poder escrever, sem sair dela, a história sistemática dos estilos e das correntes literárias, da evolução mental e política, dos acontecimentos e das crises sociais que, a partir da Regência, até aqui, se desdobraram no plano nacional. O catálogo biográfico, neste caso, coincide com o melhor, e o mais intenso, da existência da Nação: e percorrendo-o, como quem segue o roteiro dos períodos e dos sucessos na marcha inflexível do tempo, revê-se a trajetória larga dos regimes e das idéias, a enorme parábola da vida brasileira.

A mesma policromia de vocações e caracteres se repete nas figuras notáveis que nos compete hoje recordar, enaltecendo-lhes a conduta e os títulos, quando, para os deveres do preito, na sua comemoração anual, se reúne respeitosamente o Instituto. Destaca-se de início o contraste dessas personalidades nos mais distintos campos de atividade pública: o político, Cincinato Braga, três marinheiros, Raul Tavares, Didio Costa e Radler de Aquino, um geógrafo, Joaquim Bensaude, um linhagista, Armando de Matos, um santo, Frei Pedro Sinzig.

### FREI PEDRO SINZIG

Aquêlê franciscano que tinha um temperamento de apóstolo, a alma de artista, chegara muito moço ao Brasil. Renano, de boa cepa católica, missionário por devoção, começou a destacar-se na família conventual pelo amor da música, pelo sentimento literário. Palmilhou, com a sua alpacarta de frade, os sertões da Bahia. Viu, no seu relêvo de Ilíada Sinistra, a luta de Canudos. Ligou-se estranhamente à terra, à gente. Nos claustros da velha cidade, que foi como a segunda pátria, meditou e escreveu as mais belas páginas da sua copiosa coleção de novelas, de ensaios, de

partituras, de místicas e amáveis melodias, de missas solenes. Transferiu-se para o Rio de Janeiro. As *Vozes de Petrópolis* proclamaram-lhe repetidamente o nome, divulgando, mês após mês, as suas mensagens líricas e as platéias o aplaudiram — esplêndido maestro — a reger a sua orquestra com doçura e autoridade. Um volume da revista do Instituto — alentado e sábio — contém o seu livro capital: *Maravilhas da religião e da arte*. Assim chamou o suntuoso conjunto das coisas ricas que fulguram, com o ouro barroco, ou esmalteam, com os painéis de azulejos, os muros veneráveis do seu convento de São Francisco da Bahia, milagre do velho artesanato instalado, com uma basílica de sonho, no coração do antigo Brasil. Durante a conflagração mundial Frei Pedro, indignado com as atrocidades cometidas na Alemanha contra o seu credo e a sua cultura, falou alto e forte. O seu anátema o tom bíblico da profecia; e na sua sagrada cólera vibrava o horror evangélico da intolerância e do erro. Mas o seu furor pastoral tinha a breve duração de uma tempestade. Reco-lhia-se a uma discrição abstrata, de pobre músico embalado pelas misteriosas sinfonias do seu espírito sem maldade, da sua fé sem rancor, da sua ingênua e suave inspiração, em que se abraçavam, abençoadas, as divinas sugestões da Beleza e da Bondade: e continuava a sorrir às crianças com os seus olhos mansos, hercúleo pastor da Igreja. Quiz voltar à sua montanha bávara, já fraco de pernas, ocultando os achaques da velhice numa resignação macia, de quem pacientemente espera de Deus o aceno amigo, na hora certa. Faleceu em Dusseldorf, pensando no Brasil. Raros homens atravessaram a vida com uma noção tão vigorosa da caridade, da harmonia social, da dignidade humana, das heroicas virtudes. Dentro daquele surrado burel desleixadamente atado pelo cordão da Ordem, pulsava, cheio de música, o melhor coração do mundo. Se tivesse nascido na Alemanha, no século XIX, com aqueles olhos azuis, com aquela fronte escampa, com aquele gesto meigo de professor de meninos, e Bach, e Hayndt, e Strauss nos ouvidos — São Francisco de Assis seria provavelmente assim . . .

## ARMANDO DE MATOS E JOAQUIM BENSAÚDE

Dois correspondentes portugueses perdeu o Instituto em 1952: o heraldista Armando de Matos, o erudito Joaquim Bensaúde. Ambos enalteceram a Raça honrando-lhe os padrões gloriosos: o primeiro, a esmiuçar armas e braços, no estudo metódico da genealogia, da tradição, das insígnias arcaicas, das floridas relíquias nacionais; e o outro, em exaustivo exame das prioridades portuguesas. Preocupou a Bensaúde a geografia dos descobrimentos.

Nela versado, depois de perseverantes análises, que continuam as de Santarém e de Varnhagen, contrapôs à historiografia antilusiana os seus formidáveis argumentos, provando a anterioridade da náutica, a primazia científica, a maravilha dos conhecimentos práticos da marinhagem do Infante D. Henrique e de D. João II. Deu-se ao trabalho, Mecenas dessa literatura reivindicatória, de reeditar alguns incunábulos tais como o Regimento do Estrolábio, de Évora, e o Almanaque Perpetuum, de Zacuto, cujas regras serviram a Gama e Cabral. Desfechou, em seguida, a sua batalha contra os detratores dos seus heróis: e em várias monografias (a mais importante, *Les légendes allemandes sur d'histoire des découvertes*) os refutou, iluminando, ao mesmo tempo, o cenário obscuro das navegações quinhentistas.

Sem Armando de Matos não se poderá retrair o florilégio português. Sem Joaquim Bensaúde ficaria incompleta a sua epopéia marítima. Tinham ambos o sentido arqueológico da difícil verdade, apurado no gênio da indagação laboriosa e da honesta pesquisa. Lavraram o terreno pedregoso das antiguidades subjacentes, nessa tarefa árdua de reaprumar sobre os destroços pulverizados um fragmento de coluna, um pedaço de muralha, um venerável tijolo que valesse — palpitante retalho das eras extintas — por toda a arquitetura dissipada. E na realidade isto conseguiram.

## RAUL TAVARES

Nascido no Rio de Janeiro em 1876, iniciou Raul Tavares a sua bela carreira de marinheiro sob o signo de Saldanha. Era em 1893. Com os seus colegas de Escola Naval, seguiu, desassombrado, o destino do mestre fascinante. Sob o signo do seu glorioso infortúnio conheceu «grandezas e misérias» da profissão numa desastrada fase de desesperos infaustos: e ao retornar, com a anistia, ao curso interrompido, tinha corpo e alma temperados para todas as provações do seu ofício. Jaceguai foi o seu segundo mentor. Serviu às suas ordens. Conquistou o prêmio de seu nome, concedido pelo Clube Naval. Recebeu-lhe, direta e benéfica, a influência do entusiasmo invariável e das reminiscências heróicas. Por intermédio desse chefe ilustre se uniu espiritualmente à Marinha de outrora: e de «aspirante a almirante» — como êle continuou firmemente uma tradição, impregnou-se de história, ouvindo-a a quem na paz e na guerra a testemunhara, e vivera, sobrevivente de clara memória da epopéia paraguaia, que tanto gostava de ensinar aos moços a sua experiência e o seu idealismo. Por sua mão ingressou nos domínios da história marítima. Prefaciou-lhe o livro póstumo de suas recor-

dações de campanha. E deu ao Instituto — a que pertenceu desde 1911 — as monografias valiosas: *O papel da marinha na Independência* e o *Combate naval de Monte Santiago*. Interessado sobretudo na sorte da armada, diligentemente a observou nas águas estrangeiras, escrevendo — em forma de aula para a nossa oficialidade — os exemplos das guerras de Cuba e do Japão. Com o mesmo espirito — e alta proficiência produziu duas obras notáveis: *Curso superior de artilharia* e *Teoria da guerra e operações navais*. Subiu todos os postos da hierarquia, até o de comandante em chefe da esquadra e ministro do Supremo Tribunal Militar, que presidiu de 1942 a 44. Cultura poliforma, iluminada por uma universal curiosidade dos problemas e das angústias da inteligência (de que é documento o seu volume *Na história da filosofia*, de 1937), patriotismo intransigente, aguçado pela intuição das realidades nacionais, a que juntava o seu velho zelo do prestígio e da defesa da pátria, temperamento combativo, que na idade provecta, conservava muito da sua vivacidade juvenil, da época em que os guarda-marinhas procuravam imitar o cavalheirismo romântico de Saldanha e o sentido poético da luta os desvairava — Raul Tavares resumia na sua robusta individualidade as inquietações e os desenganos, as dúvidas e as surpresas, as afirmações e os protestos principalmente as esperanças do mais dramático dos períodos que atravessou a marinha do Brasil. Na parábola biográfica desse almirante de boa fama o que vemos é o declínio, o reerguimento, a permanência e o êxito da vocação marinheira do país, nos sucessivos escalões de uma profissão atraindo pelos acontecimentos, reabilitada por suas íntimas energias, recomposta e restaurada na sua importância nacional pelos homens que — sobreexistindo a Saldanha — seguiram Jaceguai.

## DÍDIO COSTA

A mesma fidelidade à marinha, realçada pelos deveres do cargo — pois dirigiu proficientemente o seu Serviço de Documentação — recomenda a memória do Almirante Didio Iratim Afonso da Costa. Desejou este dar à armada o definitivo monumento literário, que fôsse, integral, a imagem da sua corporação, tal como se projetou na civilização do País. Preocupava-o a História Naval. Em livros emocionado biografou Tamandaré e Marcílio Dias, o Almirante Noronha — a reconstrução — e o Almirante Saldanha — a epopéia da frota brasileira. Eram só problemas da dignidade cívica na pureza das intenções, na serena superioridade, no cumprimento inexorável dos compromissos, a que o espirito profissional transmitia o alento forte da aventura



marinheira. Esculpindo essas figuras de proa para os barcos do futuro, esmerou-se na sinceridade dos traços, condições evidentes da imortalidade dos heróis; e foi como se restituísse ao patrimônio da Nação dois *leaders* impolutos da sua defesa Didio Costa, como Raul Tavares, era uma organização acadêmica sentimentalmente aliada ao oceano, um poeta espontâneo dos vastos mares, um apóstolo do poder náutico, que cria veementemente na «lição das esquadras». Não compreendia a Pátria confinada nas praias sem o domínio ufano das águas que o circundam. Não concebia o desarmamento renunciatório das soberanias que se desaparelharam, o desembarque, o esquecimento das velhas fragatas, no lodo dos portos pacíficos, onde morrem os navios inúteis, apodrecendo embaladamente ao sol, relíquias tristes de um passado silencioso. Almejava pela renascença da marinha, herdeira privilegiada das tradições da raça na sua imperial expansão, queria-a moderna, conhecida, eficiente, estandarte a drapejar nas altas vergas, aproveitando para os luminosos horizontes, no seu triunfo patriótico... Os densos tomos dos seus *Subsídios para a História Marítima* são os arautos dessa campanha, os clarins dessa alvorada, os sinais alviçareiros desta retomada de caminho no prosseguimento de uma travessia — em que Tamandaré continua a comandar os barcos invencíveis!...

## RADLER DE AQUINO

Ainda há poucos dias baixou ao túmulo outro almirante de imaculado renome: Francisco Radler de Aquino. Este mais longamente conviveu no Instituto com os seus confrades, dando-lhes a assistência inesquecível dos seus conselhos, dos seus préstimos, da sua sabedoria, da sua inabalável confiança nas associações intelectuais postas a serviço da nacionalidade. Foi integralmente homem do mar, sendo ao mesmo tempo um brilhante técnico cuja reputação alcançou as altitudes internacionais a que dificilmente chegam os valores sul-americanos. Ninguém dominou como ele a ciência da navegação, a cujo propósito publicou trabalhos originais estimados como os mais sábios da espécie, assim *Tipos de cálculos para o método de Marcq Saint Hilaire* (ou seja, a determinação da posição no mar com as respectivas tábuas); o estudo e prática dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin, causas da instabilidade do caráter magnético de um navio, tábuas para achar altura e almutes, navegação sem logaritmos... Tais estudos o fizeram conhecido das grandes marinhas, com o nome incluído entre as autoridades correntes na bibliografia mundial da náutica, membro da Sociedade de Navegação de Londres, honra de sua

classe e expoente da sua eficiência profissional. O fato de ter nascido em New York, quando o pai ali servia ao Brasil, deu-lhe inicialmente, com a língua inglesa, o cunho «yankee» de sua primeira formação, e marcou decisivamente na sua cultura os traços de uma consciência continental, salientes sobretudo no seu estilo de conhecimentos, na sua visão larga de inter-americanismo, naquele penetrante ensaio sobre a *política naval dos Estados Unidos e os seus princípios*, no gosto de traduzir para o vernáculo o que de melhor naquele idioma se escreveu sobre os problemas marítimos. A sua correção pessoal, a dignidade de suas atitudes, a fidelidade consagrada à sua pátria nos altos comandos e na diuturnidade desambiciosa da vida confinada nestes encargos, lhe realçaram as qualidades fortes de chefe sublinhada pela compreensão dos deveres. Distinguiu-se na primeira guerra mundial fazendo bravamente as travessias do Atlântico, nas águas infestadas de submarinos, com a luzida coragem de um lobo do mar insensível ao perigo, superior a ameaça das máquinas e a conjuração dos elementos. O seu último comando foi do couraçado *São Paulo*, às vésperas do segundo conflito. Ambos se retiraram do efetivo serviço, quando já não podiam fisicamente com as suas exigências: o almirante e a sua belonave. No caso desta, há o simbolismo de um naufrágio misterioso, que poderiam inspirar a poesia hugoana num poema de divina rebeldia, de renúncia final, de sacrifício supremo, o velho barco destinado às rendas da glória solto e desgovernado na tempestade, fantasma de «dreadnought» a carregar nas torres vazias o seu lastro de história, subitamente envolto nos clarões sidéreos como em peleja com as forças do céu, e a mergulhar, fulminado nos abismos do Atlântico, levando para as profundezas insondáveis, onde jazem os destroços de mil batalhas, a estrutura de aço que tão ufanamente carregou pelos itinerários do oceano a bandeira do Brasil! Ele refugiou-se no silêncio de uma inatividade em que permanentemente resplandecia a inquietação cívica, e por nenhum instante deixou de pensar na sua terra, na sua marinha, no futuro e na segurança de seu país.

### CINCINATO BRAGA

Político de sólida formação universitária, Cincinato Braga podia vangloriar-se de ser um dos mais abalizados economistas do Brasil invariavelmente atento as realidades ambientes, na sua experiência austera e na sua vigilante sensibilidade. Possuía como ninguém a intuição dos problemas nacionais: e por que lhes consagrou o talento calmo, o civismo incorruptível, a consciência jurídica, foi em certa época — na verdade — um oráculo da Re-

pública. Bacharel em São Paulo, sua província, em 1886, republicano histórico, constituinte em 91, a seguir deputado federal, a sua existência, desde a fundação do regime, com êste se confunde, e de tal arte se identificou com as instituições, que à margem de sua resenha biográfica poderíamos recapitular todos os transe da história contemporânea — de 15 de novembro para cá. A sua biografia é por si só um itinerário: *História da Cidade de São Carlos* (1890), *O Câmbio* (1910), *Questões econômico-financeiras* (1915), *Intensificação econômica do Brasil* (1918), *Emissão de papel moeda* (1915), *Secas do Nordeste* (1919), *Siderurgia* (1919), *Magnos problemas econômicos de São Paulo* (1921), *O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã* (1921), *O Brasil novo* (1930-1931), *Trabalhos na Constituinte de 1934*, *Situação da lavoura do café* (1935). Muito moço, já a sua influência era decisiva nas crises partidárias de 1897 e 1902. Devese-lhe a política da valorização do café, formidável antecipação do intervencionismo corretivo ou dirigente — de 1906. Foi em 1909 o destemeroso atleta do civilismo, em desafio largo à violência e à opressão, encarnando a resistência paulista; e jamais faltou à convocatória da terra natal, nos dias tranqüilos ou nos piores dias. Encouraçava-o uma simplicidade rústica, de homem do campo, a quem as ilusões urbanas não lograram converter ao convencionalismo verbal ou às galantes atitudes do «Grande mundo». Tinha a sobriedade sertaneja dos prudentes rijamente protegida pela sagacidade e pela energia dos chefes, qualidades mestras que ressaltavam da sua palavra medida, de seu gesto «fleugmático», da sua modéstia taciturna. Sem exuberâncias temperamentais nem vozes estridentes, dir-se-ia predisposto à meditação filosófica, nos estoicos retraimentos em que se refugiava, evadindo-se das pobres ambições da vida. A essa luz o seu vulto considerável, de pensador e realizador, adquire proporções majestosas. Animava-o a fé inabalável no seu País. Não descreu das liberdades públicas, do funcionamento virtuoso das instituições republicanas, dos direitos do povo num regime de opinião e de justiça, das forças criadoras de uma prosperidade sistemática, no quadro da nossa civilização material. Poder-se-á porventura equipará-lo — na linha reta da continuidade histórica — aqueles paulistas hercúleos da primeira década da República, que ao lado de sensatos homens de Estado (a plêiade de Rodrigues Alves, Campos Sales, Bernardino de Campos) constituíram uma nova forma de trabalho e de progresso nos climas excitantes da controvérsia liberal e da organização democrática. Vinha da propaganda e da consolidação do regime, com uma idéia combativa das suas necessidades e das suas imposições, sem ódios retrospec-

tivos e sem utopias impertinentes, alheio a todos os excessos, no equilíbrio orgânico da sua política sem paixão e da sua ideologia sem facciosismo. Paixão teve, mas irrenunciável e clamorosa, pela sua terra, pela felicidade e pela prosperidade da sua terra, pela grandeza e pela boa fama de sua terra. Serviu-a com intransigente dedicação. Neste encômio o Instituto se revê e se reencontra. Outra não é a sua própria obstinação. A coerência de um longo século de inteligência e devoção, no culto de todos os dias, no imperturbável amor da Pátria — seu objeto e sua cruzada.



## POSSE DO SÓCIO DESEMBARGADOR FLORÊNCIO DE ABREU

Em 16 de novembro de 1953, às 17 horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico, para, em sessão solene, dar posse ao Desembargador Florêncio de Abreu, que foi eleito sócio honorário em 24 de junho de 1953.

Designado para recebê-lo, o seu coestadano e sócio efetivo do Instituto, Dr. Herbert Canabarro Reichardt, pronunciou a seguinte oração:

### DISCURSO DO DR. CANABARRO REICHARDT

Ocupando a tribuna o Dr. Canabarro Reichardt pronunciou a seguinte oração:

«O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem a honra de acolher seu novo sócio titular, Desembargador Florêncio de Abreu, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Natural do Rio Grande do Sul, de tradicional família riograndense, algumas de cujas figuras recordei, na saudade dos bons tempos de estudante de Porto Alegre.

De seu pai perpetua-se o nome na Praça Senador Florêncio de Abreu; brilhante espírito de sua geração; ardoroso militante do Partido Liberal, ao lado do inolvidável tribuno Gaspar Silveira Martins.

Figura na plêiade de moços que mantiveram acesas polémicas pelas colunas da *Reforma* com os adversários políticos que apoiavam o gabinete conservador de 1869.

Eleito deputado geral em 1872, distinguiu-se pela oposição que sustentou aos gabinetes de Rio Branco e Duque de Caxias, cuja política combateu com veemência.

Com a morte de Caxias, entra seu nome na lista tríplice, vindo a ser o senador mais moço de seu tempo.

Presidente da Província de São Paulo em 1881, falecia ano e pouco depois, nesta cidade do Rio de Janeiro. Perdia o Estado

natal um filho ilustre, no momento em que ascendia às mais altas posições e a família mais carecia de seu amparo.

Portador do nome de seu progenitor, órfão ao despontar da vida, o nosso recipiendário fêz em Porto Alegre os preparatórios que lhe permitiram o ingresso na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

De volta ao Rio Grande, enceta sua carreira de magistrado: primeiro, como juiz distrital do município de Mundo-Novo (Taquara); depois, por concurso, como juiz de direito da comarca de São Borja.

Aos anelos da progenitora, inconformada com a ausência do filho em longinquas terras fronteiriças, onde homens destemidos levam a vida rude do campo e, na política guardavam fundos ressentimentos de recentes prêlios sangrentos, era forçoso contrariá-los, ali permanecendo pelo espaço de cinco anos, em atendimento a pedidos da população local.

Convidado pelo Dr. Borges de Medeiros para reorganizar o Arquivo Público do Estado, interrompe a magistratura para dedicar-se às novas funções, reclamadas pelo crescente desenvolvimento do serviço público.

É na direção desse importante serviço, que maior relêvo assume a personalidade do recipiendário, pois nêle se aprimoram suas brilhantes qualidades de historiador, geógrafo e estatístico. Organiza os serviços, faz a catalogação dos documentos históricos, publica a *Revista do Arquivo*, cria a Seção de História.

Percorrendo-se as páginas da Revista que então fêz publicar, números 8 e 9, com que comemora o centenário de nossa Independência, encontrarão estudiosos do passado, com o *Retrospecto Econômico e Financeiro do Rio Grande do Sul, anos de 1822 a 1922*, a mais valiosa documentação para a história daquele Estado sulino.

Em exposição sucinta fica-se sabendo como, na repartição do Brasil em capitanias hereditárias, aquelas terras mereciam tão pouco aprêço de D. João III, que não as distribuira a nenhum de seus súditos: «as oitenta léguas doadas a Pedro Lopes de Sousa, findavam na ilha de Santa Catarina e, pelo sul, não lhe atingiam as largas sesmarias que a munificência de D. Pedro fizera mercê ao Visconde de Asséca e a seu irmão, João Corrêa de Sá, nas terras de São Gabriel, contíguas ao estuário do Prata».

Modestíssimo o começo da vida política daquela província, tendo tido como ponto de partida a administração militar, exercida pelo Brigadeiro José da Silva Pais, fundador do presidio e povoação do Rio Grande de São Pedro, no porto desse nome, em

19 de fevereiro de 1737. Destinava-se, sobretudo, a defender a Colônia de Sacramento, «guarda avançada de Portugal no extremo sul de seus domínios na América».

Os dados colhidos no *Retrospecto*, são os mais interessantes. A instrução primária particular, precedeu à pública: «Exerceu-a, primeiro, Manuel Ximenes Xavier, na vila do Rio Grande. Transferindo-se depois para Porto Alegre, ali se instalava Ximenes, no ano de 1778, com a sua escola de primeiras letras, para o sexo masculino, sob a proteção do governador José Marcelino de Figueiredo.

O primeiro professor de instrução secundária foi Vitorino Pereira Coelho, nomeado em 19 de junho de 1790, para a cadeira de latim, com o ordenado anual de 240\$000.

No capítulo *Colonização*, lê-se: «sem falar na grande imigração açoriana do século XVIII e que foi um dos fatores fundamentais do povoamento e da raça — o que hoje se chama «colonização» começou no Rio Grande do Sul no ano de 1824, com o estabelecimento dos primeiros imigrantes nas terras da «Real Feitoria do Linho Cãnhamo» à margem direita do Rio dos Sinos, depois colônia São Leopoldo» (em homenagem à Imperatriz Leopoldina).

«Dois sistemas de colonização disputavam então a primasia no Império: o de parceria e o da pequena propriedade.

«Pelo primeiro, o proprietário contrata e transporta colonos para trabalharem em sua fazenda, dividindo-se o produto da exploração da propriedade em certa proporção entre o proprietário e o colono. Tal sistema, iniciado pelo Senador Vergueiro, em São Paulo, e seguido por outros fazendeiros da mesma província e da do Rio de Janeiro, foi ali aplicado com vantagens, porquanto as fazendas de café e os grandes engenhos de açúcar demandam reunião de braços e o valor da produção suporta a partilha dos lucros».

«Nesta então província, êsse sistema, que é sem dúvida um sistema de transição para o da pequena propriedade, não podia ser aplicado iniciando-se o segundo sistema social e economicamente mais vantajoso, e que foi uma das causas do maravilhoso incremento da colonização do Rio Grande do Sul. Transformando-se desde logo em pequeno proprietário, o colono adquire condições de fixidez normal, sente-se feliz, radicando-se ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão e lhe assegura o bem estar da família. Com o sistema da pequena propriedade, desaparece o problema social do pauperismo».

De seus variados capítulos, o mais interessante, sem dúvida, é o que, acompanhando a criação e o desenvolvimento das antigas

colônias de imigração, sua população inicial, cultura do solo, rendimento do trabalho, ordem pública e aumento demográfico, transformou-as em pouco mais de século, nos mais importantes centros econômicos e culturais daquela unidade federativa.

Sobre viação, é interessante o que informa: «Em princípios do século XVIII não havia traços de estradas carroçáveis no Rio Grande do Sul. Apenas existiam êsses caminhos primitivos abertos na mata pelo silvícola, ao mando do jesuíta ou por instinto, para a satisfação do seu pendor ambulatório».

«Com o estabelecimento da Colônia do Sacramento, em 1680, surgira a necessidade de comunicar, por terra, a extremadura meridional do domínio português com o território das antigas capitanias de Santo Amaro e São Vicente».

«A travessia da Colônia à vila de Santos ou vice-versa, era penosa e requeria, no mínimo, dois meses de viagem sem descanso. Pelo roteiro de Domingos da Filgueira, traçado em 1730, a viagem era feita costeando o Atlântico. De Castilhos, na Cisplatina, ao Rio Grande gastavam-se dezesseis dias. O rio era transposto por meio de jangadas, meia légua acima da barra e em ocasião de baixa-mar. Do Rio Grande, prosseguia-se na jornada sempre pela praia, passando-se o Tramandai e o Mampituba a vau «com água pela cinta», em tempo de vasante».

Descreve o *Retrospecto* a abertura dos primeiros caminhos; os nomes dos empreiteiros, as despesas efetuadas, no ano de 1848; em que foram gastos 68:334\$000. Daí subindo, lentamente, até 1920 em que se despenderam 29.387:151\$378. O desenvolvimento, nesse ramo da administração, só tomou verdadeiro impulso no período republicano.

No capítulo sobre *Estradas de Ferro*, fornece-nos dados curiosos sobre a primeira estrada construída que foi a de Pôrto Alegre a Novo Hamburgo. Essa «estrada», com apenas 33.756 metros de extensão e bitola de 1.067, foi construída por um empreiteiro inglês de nome John Mac Genity, com o capital de 292.500 libras, equivalente a 2.600:000\$000 e garantia de juros de 7% ouro, pagáveis semestralmente, ao câmbio do dia. De 1872 a 1904, os juros pagos pelos cofres públicos, somavam ..... 7.400:000\$000. Considerando extremamente lesivo o contrato, foi a estradinha desapropriada em 1905 pelo govêrno da União pelo preço de 1.800:000\$000, ouro!

Discorrendo sobre «Produção», lê-se as linhas que se seguem: «Antes do movimento emancipacionista dos povos platinos, no alvorecer do século XIX, constituíam Montevidéu e Buenos Aires os grandes empórios sul americanos do comércio de pro-



dutos bovinos. As dificuldades de navegação pela barra do Rio Grande e a superioridade do produto platino depreciavam de tal sorte o produto riograndense, que êste não podia competir com aquêle no comércio exterior da Capitania. O couro, sem lograr cotação, era aplicado na fatura de «surrões», para o acondicionamento do trigo. Em virtude, porém, das desordens oriundas da insurreição das colônias espanholas do Prata, acarretando profundas perturbações nas suas relações de comércio durante alguns anos, operou-se até certo ponto, o deslocamento do centro do comércio dos produtos bovinos para o porto do Rio Grande, que se tornara, sob êsse aspecto, «um ponto de alta importância para o Brasil» (Saint Hilaire).

«O abuso das concessões de sesmarias e a grande abundância de gado em estado selvagem, espalhado por todo o território, imprimiram então um novo rumo à atividade do povo, desviando-o da lavoura para a vida fácil dos campos de criação que lhe proporcionavam, quase sem trabalho, resultados remuneradores».

«Dai em diante, quase que inteiramente abandonada a lavoura por alguns decênios, a indústria pastoril passou a constituir o principal fator da nossa riqueza».

Não se limitava o *Retrospecto*, ao tempo da direção do recipiendário, à parte administrativa e econômica.

Inseria copiosa documentação histórica, relativa a campanha de 1811-1812; documentos, observa seu diretor, «que se referem ao movimento e aos designios da mobilização do exército intitulado «pacificador» nas fronteiras meridionais do Brasil».

Dá-nos cópias autênticas esclarecedoras de uma correspondência entre o presidente da Junta Governativa do Paraguai e o Vice-Rei Javier Elio, sobre uma junção de tropas paraguaias e argentinas à margem do Taquari, visando, sem dúvida, a conquista do Rio Grande para o domínio espanhol.

O manuseio dos documentos, foi revelando ao nosso recipiendário um grande manancial para a história do Rio Grande do Sul e que era mister divulgar para uso dos estudiosos. Surgiu assim a idéia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi fundador e presidente até 1934.

Os relevantes serviços prestados por êsse Instituto à história e geografia nacionais, acham-se fartamente patenteados por sua *Revista*, pelos dois congressos já realizados e pela publicação dos respectivos *Anais*.

Pode-se dizer, com segurança, que, graças a essa patriótica iniciativa, os estudos históricos e geográficos lograram surto extra-

ordinário, descobrindo uma plêiade notável de historiadores. Para só citar alguns: Sousa Docca, Borges Fortes, Rego Monteiro, Otelo Rosa, Álvaro de Alencastro, De Paranhos Antunes, Walter Spalding, Eduardo Duarte, Aurélio Porto, Dante de Laytano, Fernando Luís Osório, Padre Luís Gonzaga Jeager, Desembargador Florêncio de Abreu e tantos outros que a memória não recorda no momento.

Alfredo Varela, que reuniu maior documentação sobre o Rio Grande, e que é de considerar-se um mestre, pertencia à geração que antecedeu àquela.

Quero referir-me agora a alguns trabalhos com que o Desembargador Florêncio de Abreu se apresenta como escritor e historiador.

Muitos de seus trabalhos estão desaparecidos no anonimato das publicações oficiais. Como d retor, orientava, escolhia, redigia notas; seu esforço ficou nos bastidores; num mundo em que muitos trabalham e poucos aparecem.

No 3º volume dos *Anais do II Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense*, encontra-se um trabalho sobre José Marcelino de Figueiredo, que tão grandes serviços prestou ao Rio Grande, entre 1769 e 1780. Pode considerar-se o verdadeiro fundador da cidade de Porto Alegre, pois, por iniciativa sua, transferiu para aquêl local, à margem do Guaíba, a antiga capital de Viamão.

Estranho personagem êsse, cujo verdadeiro nome era Manuel Jorge Gomes Sepulveda, de alta linhagem lusitana.

Por um dêsses inesperados eventos da vida, viu-se na contingência, em defesa de seu rei insultado e da própria honra, de matar um oficial da Marinha inglêsa que, em companhia de dois outros, se encontrava libando num botequim de Lisboa.

Privado de seu nome honrado, em satisfação à Inglaterra, exilado no Brasil, prestou assinalados serviços, quer como esclarecido e probo administrador, quer como militar, em defesa da Capitania de São Pedro, governando-a ao tempo das devastadoras incursões espanhoias, que assim respondiam à ousadia lusitana de estabelecer-se na embocadura do Prata, em dasafio a Buenos Aires.

O trabalho apresentado pelo recipiendário, é uma reabilitação de José Marcelino de Figueiredo, contra calúnias e intrigas de que foi alvo, pela inteireza e firmeza de seu caráter.

O tomo do III trimestre da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (1921) publica do Desembargador Florêncio um estudo sobre *A Constituinte e o projeto de Constituição da República Riograndense*.

Estampando na íntegra aquêlê diploma legal, fêz-lhe a análise e crítica do pensamento que o orientou.

Os historiadores do movimento revolucionário que estalou em Porto Alegre, na noite de 20 de setembro de 1835, conhecido por «Revolução Farroupilha», e durante um decênio devastou a campina riograndense e pôs em sério perigo a unidade nacional, não são unânimes na apreciação dos intuitos políticos que o animaram.

Os termos da proclamação da Constituinte, reunida em Piratini, propondo: estabelecer a independência da Província, sob a forma republicana, com a cláusula, porém, de poder o novo Estado «ligar-se pelos laços da federação àquelas das províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema de governo», parece desautorizar uma interpretação de completo separatismo da comunidade brasileira.

Estuda o autor a mentalidade do povo riograndense, sobretudo o da fronteira, em mais estreito contato com as repúblicas platinas, de cujo ideal republicano se contaminou, supondo dêle resultasse a felicidade do Brasil.

Havia também, por parte de emissários platinos, acentuado interesse em alianças e grandiosos planos de engrandecimento territorial. Bafejava o caudilho uruguaio Lavalleja o plano que denominara de «quadrilátero» a constituir-se pela federação do Uruguai, Rio Grande e das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes.

Pugnavam os farroupilhas por dois ideais: o republicano e o federativo.

A idéia federativa, notou Oliveira Lima, tinha raízes profundas entre nós, inspirada no grande exemplo da república do norte. «Útil e necessariamente imolada à unidade nacional em 1822, nota com agudeza, ressurgiu em 1834 com vitalidade bastante para impor o ato adicional à Constituição de 1835».

Defendera-a também Bernardo de Vasconcelos mas recuara em tempo dando as razões com bom senso admirável, que vale recordar: «fui liberal, então, a liberdade era nova no país; estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias políticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade, os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre

agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, de sua fraqueza, deixo-a no dia em que tão seguro é o sentimento que até o excesso a compromete».

O tempo lhe confirmaria os temores. As revoluções rebentam em séries, nota Euclides da Cunha: No Ceará, 1831-1832; em Pernambuco 1832-1835; no Pará, 1835-1837; na Bahia, 1837-1838, no Maranhão, 1838-1841; no Rio Grande do Sul, 1835-1845.

Foram quinze anos críticos, em que o Brasil esteve a pique de esfacelar-se!

«Tudo induz assim à convicção, conclui o autor do estudo em apêço, de que o desmembramento não seduzia os revolucionários como definitiva situação do Rio Grande entre as nações americanas. Tudo leva a acreditar que o seu verdadeiro ideal era banir o trono cravado no seio da grande pátria como uma excrescência política de importação, no solo da América. A República era a aspiração máxima; a República a todo custo, mesmo à custa do desmembramento».

Como se iludiam então aquêles nobres patriotas sôbre os ideais da Pátria! Dentre os fatores que mais contribuíram para a unidade nacional, foi, sem dúvida, o do benfazejo reinado de D. Pedro II. Serenando paixões políticas, criando a notável galeria dos estadistas do Império, verdadeiros varões de Plutarco alguns, governando com brandura e elevado padrão moral, a monarquia modelou a nacionalidade, fortaleceu-a para os futuros embates da república, nem sempre à altura do ideal em que a tinham os propagandistas exaltados, inferior à monarquia sôbre certos aspectos.

No discurso pronunciado em outubro de 1945, na recepção à Academia Sul-Riograndense de Letras, fazendo o elogio do patrono de sua cadeira, do geógrafo e estatista Otávio Augusto de Faria Corrêa, fazia o Desembargador Florêncio estas considerações, que merecem ser citadas: «Já deve considerar de todo banida a época em que a geografia não passava de simples nomenclatura sem vida, matéria como que inventada para torturar a memória. Observa justamente Palan Vieira, no prólogo à tradução castelhana da *Geografia Humana*, de Henderson, que o espírito moderno, impregnado de um profundo sentido do ser humano, exige algo mais do que listas de cidades e cabos ou de áridas colunas de números. Precisamos saber o que hão de significar para nós, homens, essas cordilheiras que nos detêm, êsses mares que nos atraem, essas regiões remotas e exóticas que co-



nhecemos pelo seu aspecto pitoresco, êsses grandes rios a cujas margens se levantam enormes cidades. Queremos indagar as causas que mantêm a uns povos na miséria e que elevam outros às culminâncias da opulência e do progresso. Queremos conhecer o que deve a vida de um povo ao ambiente em que se desenvolveu e o que devemos atribuir ao seu livre esforço; em uma palavra: a exigência estriba-se no conhecimento das relações existentes entre a atividade humana e os fenômenos da geografia física».

Ressaltando o alto valor da geografia, no quadro das necessidades culturais, cita Alfredo Ellis Júnior, para quem, aquela disciplina, indispensável ao verdadeiro estadista, que faz da política uma verdadeira ciência, sistematizada num conjunto de conhecimentos que se denomina de geopolítica.

No último de seus trabalhos, «O gado na antropogeografia do Rio Grande do Sul» aborda um dos mais interessantes temas abrangendo o que Aurélio Porto chama o «ciclo do pago», a formar um dos ciclos da economia do Brasil colonial. Foram êles: ciclo do pau-brasil, ciclo da cana, ciclo do gado, ciclo do ouro, da borracha, do café. Mesmo, encerrados, ainda proporcionam à economia brasileira os frutos da riqueza de nosso solo.

«A geografia do gado realiza a unidade nacional. Os currais e as estâncias são elos dessa corrente que vai prendendo rincão a rincão por tôda vasta extensão territorial do Brasil. No extremo sul, após a conquista dos valores econômicos, campos e gados sem dono, que ali encontrou, o campeiro do laço e às balas junta a lança e a carabina. Cada estancieiro, cada agregado, cada peão, pelo imperativo da defesa de seus próprios interesses, torna-se o vanguardeiro da integridade da Pátria, sentinela avançada das fronteiras, em cujos sulcos, abertos à pata de seu gado, deixou como padrão indelével de posse, borbotões de sangue generoso».

Mas é tempo de concluir.

Os estudos históricos já ultrapassaram a fase em que a história era apenas crônica. Taine, Niebuhr, Momsen, Buckle, os elevaram à altura de uma ciência, por isso que o historiador, na análise dos fatos históricos, tanto precisa de senso crítico quanto de senso filosófico.

A crítica extrai dos fatos, o essencial: o espírito filosófico tira dêsses fatos o pensamento atuante de uma época.

Não basta ir aos arquivos, desenterrar leis, discursos, tratados; abrir caminho através do cipoal quase indecifrável dos

documentos, ouvir a própria voz da antiguidade. A crítica sabe que os homens têm a faculdade de mentir e a usam não só deliberadamente, senão, também, com parcialidade involuntária e sem clara consciência da mentira.

Eis por que o historiador, observa Taine, avança pelos caminhos escorregadios, com precauções minuciosas, tato e sensibilidade escrupulosa; resolução ardente de que nada deixará ao êrro ou à incerteza daquilo que possa arrancar pelo instinto do verdadeiro, pela paciência e pela paixão.

Poderá parecer paradoxo afirmar-se que vivemos às apalpa-delas a despeito de estarmos de olhos abertos e assistirmos à plena luz do dia o desenrolar dos fatos quotidianos.

É, porém, essa a realidade. Os acontecimentos tumultuam-se à nossa vista, parecendo-nos dispersos e incoerentes; em vão procuramos detê-los na marcha, para descobrir as cadeias invisíveis que os enlaçam.

Um govêrno secreto conduz os acontecimentos que nos surpreendem cada dia. E aqui, deixo a Taine a explanação: «o mundo é como um campo de batalha, no qual a confusão e o tumulto obedecem à vontade de um chefe único e marcham para um ponto de antemão fixado. É uma sorte e uma necessidade descobrir-se êsse plano oculto, não sòmente porque é bela a ordem, senão porque o fato, cuja causa se ignora, torna-se incerto, flu-tuante no ar».

«O historiador sabe, enfim, que um fato separado de sua lei é incompleto, e tudo se encadeia numa sucessão lógica, obedecendo ao que se poderia chamar: o «plano da história».

Descobrir êsse «plano», eis a função da filosofia, no estudo da história. Não é uma novidade a que aqui se anuncia. Dela serviu-se Capistrano, na interpretação da nossa história. Eis por que a compreendeu tão bem e, nesse centenário de seu nascimento, o saudamos como o maior de nossos historiadores.

Sr. Desembargador Florêncio de Abreu.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem a honra de o receber nesta casa, certo de que, V. Excia., pela sua cultura, comprovada competência, amor e probidade em seus estudos, lhe haverá de prestar assinalados serviços.

Terminada a aplaudida saudação ao recipiendário, foi dada a palavra a êste que pronunciou a seguinte oração:

## ORAÇÃO DO SR. DESEMBARGADOR FLORENCIO DE ABREU

Cessados os aplausos dispensados ao orador, assomou, sob vibrante salva de palmas, a tribuna o Sr. Desembargador Florencio de Abreu, cujo discurso transcrevemos a seguir:

Sem deslize de consciência, sem estulta pretensão, não poderia eu atribuir a predicações intrínsecos, somente, a minha elevação à mais alta e mais nobre hierarquia das letras histórico-geográficas do meu país. Fácilmente se depreende que se trata de prestar, na minha pessoa, alta homenagem a duas grandes instituições pátrias — uma, de âmbito nacional, como o seu próprio nome indica, o Conselho Nacional de Geografia, que tenho a honra de dirigir na qualidade de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: outra, de caráter regional, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de que fui um dos fundadores e sou hoje, por nimia generosidade dos meus confrades, presidente honorário.

O Conselho Nacional de Geografia, como o sabeis, tem por objeto, em suas linhas gerais, incentivar e coordenar as atividades de caráter geográfico dentro do país, mediante o estabelecimento da cooperação geral para o conhecimento metódico e sistemático do território brasileiro; e passou a constituir, não só um centro de estudos geográficos, mas ainda de pesquisa e elaboração geográficas. É basta considerar-se a amplitude territorial do país, na ordem de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, em que terá êle de irradiar as suas relevantes atividades, para fazer-se desde logo uma idéia da alta e árdua missão que lhe está reservada e cumpre desempenhar.

Surgiu o Conselho Nacional de Geografia no momento em que, noutros países de elevado nível cultural, os estudos geográficos, especialmente os atinentes à geografia humana, haviam superado definitivamente a fase puramente especulativa do ecúmeno e das sociedades humanas, como objetos do conhecimento, e passavam a interessar muito de perto à política, por considerá-los

meios de previsão e elemento de programas de ação social, administrativa, ou política. Aos geógrafos atribuir-se-ia, necessariamente, a responsabilidade de colaborar na reconstrução da malbaratada área ecumênica. Afora os desvarios hanshoferianos no campo da geopolítica, a geografia, especialmente a antropogeografia, em verdade, no preciso conceito do antropogeógrafo Max Sorre, ilustre discípulo e continuador de De La Blache, constitui um instrumento de meditação da vida, que nos põe em presença dos mais agudos problemas da atualidade. Em frente dêles, «é mister tomar posição». Sob êsse aspecto, a utilidade da geografia sobe de ponto, menos pelos materiais que reúne do que, — como observa o eminente autor de «Les fondements de la géographie humaine», — pelo hábito que nos dá de considerar os fenômenos de conjunto, em sua conexidade especial. É força convir, assim, em que essas tendências sintéticas constituem um guia seguro aos que exercem a grave missão de governar os negócios humanos.

Fundado em 1937, aquêle grande centro polarizador de pesquisas e coordenador das atividades geográficas no país, tornou-se um grande propulsor de estudos especializados, que tomaram desde então novo alento e novos rumos, atualizando-se em harmonia com os novos métodos, as novas aquisições, os novos horizontes da moderna ciência geográfica. É um arguto observador, o notável geógrafo patricio, Professor Everardo Backheuser, quem, há dez anos, afirmava que em razão da criação do Conselho Nacional de Geografia, de par com a instalação dos cursos especiais de geografia e história das Faculdades de Filosofia, — aos quais imprime, aliás, o Conselho vivificante estímulo, — a geografia estava atravessando no Brasil uma fase eufórica, «de extravasamento, de incandescente entusiasmo e de infiltração nas diversas camadas sociais do país». E acrescentava que tôda gente já estava, de fato, dando a essa ciência um pouco de atenção. «A geografia se havia desmoralizado pelas próprias mãos, dizia êle com a sua habitual franqueza. Eram os seus mesmos cultores ou os que se presumiam tais, os que menos atenção concediam ao lado científico e sedutor que ela encerra. Ainda atravessava, há umas duas décadas, o fagueiro período *descritivo* e, quando muito, o desbravamento de terras desconhecidas... Hoje, não. Há em tôrno dos legítimos assuntos geográficos, de ciência pura e de ciência aplicada, forte borbórinho. Há gente nova, cheia de ardor, e gente velha que, já descrente, estava prestes a empacotar a tralha, mas que volta também entusiasmada às fileiras. Fora do âmbito dos indiciados, que agora, ao contrário de antes, já são muitos, as *pessoas do mundo elegante* compreendem que ser pesquisador de geografia ou sequer professor da matéria quando essa cátedra é



exercida à altura, tem seu *quê* de dignificante e não é coisa de fazer decorar listas de nomes em compêndios abarrotados dêles».

Feita neste augusto recinto esta justa e oportuna referência ao grande laboratório geográfico, que, juntamente com o importante laboratório estatístico, formam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma outra referência se impõe naturalmente — a do nome do nosso excelso presidente perpétuo Sua Excelência o Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, paradigma de dignidade intelectual e cívica, que presidiu à sua instalação e organização, logrou imprimir-lhe vitalidade, assegurou a realização efetiva de seus severos e importantes objetivos e grangeou-lhe alto e merecido prestígio, dentro e fora de nossas fronteiras. Em meio da constelação cintilante de tantos e tão assinalados serviços prestados por S. Excia. ao Brasil e à América, quer no campo da cultura, quer no da política interna ou externa, seria suficiente o que especialmente mencionei acima para que S. Excia. merecesse a consagração dos brasileiros. Na presidência daquele conspicuo Instituto, sentir-me-ei sobremodo feliz se puder realizar a minha aspiração, que é precisamente esta de conseguir preservar e consolidar o trabalho admirável do seu primeiro presidente.

A vossa homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul não é menos meritória. Fundado em 5 de agosto de 1920, conta, assim, trinta e três anos da vida útil e fecunda, publicando a sua *Revista*, — espelho da sua fértil operosidade, — promovendo a realização de conferências públicas e congressos de história, com resultados brilhantes e proveitosos. Foram seus membros fundadores, além do confrade que tem a honra de ocupar a tribuna, nomes consagrados nos domínios da história e da geografia — Souza Docca, Aurélio Porto, Octávio Augusto de Faria, os Padres Carlos Teschauer, João Baptista Hafkmeyer e João Lutgen, Eduardo Duarte, Alcides Lima, Assis Brasil, Alfredo Rodrigues, José Paulo Ribeiro, Oscar Miranda, Fernando Osorio (filho), Afonso Guerreiro Lima, Delfino Riet, José Vieira de Rezende e Silva, Augusto Porto Alegre — e nos domínios da cultura geral Borges de Medeiros, seu presidente benemérito, Protasio Alves, Alcides Maya, Antão de Faria, Adroaldo Mesquita da Costa, Francisco de Leonardo Truda, Lindolfo Collor, Padre Landell de Moura, Leopoldo de Freitas, Homero e Amaro Baptista, João Pinto da Silva, João Maia, Joaquim Luís Osório, Francisco Rodolfo Simch, Alfredo Clemente Pinto, Roque Callage, Tancredo Fernandes de Mello, Monsenhor Mariano da Rocha, Armando de Azevedo, Alberto Juvenal do Rego Lins, Manuel de Faria Corrêa, Artur Candal, Augusto Sampaio,

Olavo Godoy, Benjamin Flores e Augusto Daisson. Foram considerados fundadores honorários os Srs. Demétrio Ribeiro, Álvaro Baptista e General Barreto Viana, por haverem alguns anos antes, em comunhão de esforços com Amaro Baptista e José Paulo Ribeiro, tentado fundar uma instituição congênere.

A idéia da fundação do Instituto sul-riograndense partira de Souza Docca, Aurélio Porto, saudosos membros dêste ilustre sodalício, e Octávio Augusto de Faria, autor do *Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul*, premiado com medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908. Fui, então, procurado por êsses três idealistas, por ter tido o ensejo de, como diretor do Arquivo Público estadual, instalado e organizado o arquivo histórico daquela repartição e dado início à publicação de uma *Revista*, que ainda hoje se edita, para a divulgação dos documentos interessantes para a história da nossa estremadura meridional. Aderi, com entusiasmo, àquela feliz iniciativa tendo a ventura de ver dentro em pouco realizado o nosso esplendente ideal. E, sem falsa modéstia, reconheço terem sido êsses porventura os serviços realmente de algum mérito, que teria prestado à cultura histórica e geográfica de nossa pátria. Custar-me-iam em verdade, muito esforço, muita pertinácia e idealismo.

E tendo me referido aos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, seja-me permitido evocar algumas das figuras rio-grandenses que sobremodo honradas com o ingresso nos quadros sociais desta venerável Casa, sobremodo também a dignificaram com a projeção de suas personalidades ilustres nos domínios da cultura e nos próprios acontecimentos históricos, — Joaquim Caetano da Silva, um dos seus fundadores, Manuel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo), Magalhães Calvet, Cândido Batista de Oliveira, Antônio Alves Pereira Corujo, Pedro Rodrigues Chaves (Barão de Quaraí), Desembargador Luís de Oliveira Bello, Araujo Ribeiro (Visconde do Rio Grande), José Martins da Cruz Jobim, João da Silva Machado (Barão de Antonina), Francisco Ferreira de Abreu (Barão de Terezópolis), Ramiz Galvão, Manuel Luís Osório (Marquês do Herval), Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), Luís Rodrigues de Oliveira, Feliciano Pinheiro Bittencourt, Manuel Vicente Lisboa, Evaristo Nunes Pires, Fernando Osório, Conselheiro José Francisco Viana, João Damasceno Vieira Fernandes, João Vicente Leite de Castro, o Visconde Ferreira de Almeida, Bispo D. João Braga, Marechal Hermes da Fonseca, Romaguera e Rivadávia Corrêa, Enéas Galvão, Pinto da Rocha, Homero Batista, Marechal José Bernardino Bormann, Souza Docca, General Francisco José Pinto,

Aurélio Porto — para sômente referir-me aos que desapareceram do mundo dos vivos, porém que, por suas obras ou seus feitos, transpuseram as fronteiras do seu tempo para se projetarem na immortalidade. Entre êles poder-se-iam incluir, a justo título, dois notáveis historiadores — Carlos Teschauer, pois êle mesmo o disse — «trabalhando no Brasil, naturalizei-me brasileiro, escrevendo a — *História do Rio Grande do Sul* — naturalizei-me sulriograndense»; e o Visconde de São Leopoldo, que, posto natural de Santos, foi muito moço desempenhar na então capitania de São Pedro as funções de juiz da Alfândega, passando a viver em Porto Alegre, onde casou, nasceu-lhe numerosa prole, escreveu os famosos *Anais*, presidiu a Província, foi por ela duas vezes eleito deputado e depois senador, embora optasse pela senatória de São Paulo, e lá terminou os bem vividos dias de sua nobre e grande vida.

Dos vivos, permitam-me destacar o nome ilustre de Canabarro Reichardt, expoente da cultura do meu Estado, autor, — afora obras de ciência jurídica, — das excelentes biografias históricas de Bento Gonçalves e David Canabarro e dêsse percuciente ensaio que é *A geopolítica e a consciência nacional*, para agradecer-lhe a generosidade de ter aceito a penosa missão de saudar-me, entendendo a tarefa sobrehumana de tirar do nada alguma coisa.

Aos eminentes membros desta ilustre Casa, muito bem classificada, aliás por preclara voz alienígena, como a «associação científica que mais alto se levantara na América do Sul», estendo meus mais sinceros agradecimentos pela alta distinção que me conferiram e que muito me conforta no declive da minha vida, pautada no sentido de servir, na medida das possibilidades a meu alcance, aos interesses superiores do meu país — o mais precioso patrimônio que qualquer de nós poderá legar aos filhos como símbolos das novas gerações de brasileiros.

Pertencemos, ambos, Sr. Canabarro Reichardt, a uma Província malsinada por superficial interpretação de algumas fases de sua história, ou por incompreensão da filosofia que presidira à implantação de alguns de seus institutos políticos. Havia obtido foros de cidade, Sr. presidente, o conceito da índole separatista do povo riograndense como infenso à comunhão brasileira — conceito decorrente da errônea apreciação histórica do movimento revolucionário de 35. Na elaboração de meu trabalho sôbre *A constituinte e o projeto de constituição da República Rio-grandense*, detive-me no exame específico dos fundamentos daquela conceituação; e, convencendo-me de que fôra o regime federativo sob a forma republicana o ideal inspirador e propulsor da Revolução, rompi com a falsa doutrina em voga. Era manifesto que se tratava

de implantar o regime *federativo brasileiro* e não a constituição do famigerado «quadrilátero», compreendendo o Uruguai, Entre-Rios, Corrientes e Rio Grande, federação essa proposta por Lavalleja quando viu perdida a sua preponderância política na Banda Oriental. Relativamente a este problema histórico, os documentos exibidos pelo exímio historiador Antônio Diaz, na sua *História Política e Militar de las Repúblicas del Plata*, não deixam pairar a menor dúvida. Esse insuspeito autor uruguaio anunciava uma verdade histórica ao escrever que «Bento Gonçalves como brasileiro no pensó jamas en otra politica que la que dirigia al punto objectivo exclusivamente brasileiro republicano».

Sabemos todos quanto foram inequívocas as expressões, neste particular, do pensamento dos próceres da mais alta responsabilidade no memorável prélio. É a Câmara de Piratini, que em sessão preparatória, nas vésperas da eleição do primeiro presidente da República, resolve estabelecer a independência da Província, sob a cláusula expressa de poder o novo Estado ligar-se, pelos laços da federação, àquelas das Províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema de governo; é Bento Gonçalves, presidente eleito, que em manifesto de 28 de agosto declara que «os rio-grandenses proclamaram e juraram a sua independência política debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos todavia a federarem-se, quando nisso acordarem as Províncias irmãs que venham a adotar o nosso sistema»; em sua fala perante a Assembléa Constituinte, em 1842, auspiciaava solenemente a aproximação do dia em que, «banida a realza da terra de Santa Cruz», os rio-grandenses se haveriam de reunir por estreitos laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio os chamava *a natureza* e os *seus mais caros interesses*; a própria Assembléa Constituinte, genuína representante dos sentimentos populares, responde a Bento Gonçalves, anelando que «raia então o dia da glória, em que possa verificar-se a lisonjeira idéia de nossa união à grande família brasileira, pelos laços da mais estreita federação».

Muitos filhos de outras Províncias participaram da epopéia, ocupando os mais altos postos da República, — generais, vice-presidentes, ministros de Estado, ministro diplomático. E tive o ensejo em outro estudo, — esse sobre os recursos econômicos e financeiros que permitiram ao efêmero Estado enfrentar as forças do Império durante dez anos, — de pôr em alto relêvo a figura singular de um mineiro, natural de Diamantina, considerado o «cérebro da Revolução» — Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda, organizador das finanças, regulador da cobrança da dívida pública, inspirador do recenseamento da população, a que se procedeu em 1840, «enquanto nas cochilhas estrondava o



tropel das guerrilhas». Dois intelectuais farroupilhas, Antônio Alves Pereira Coruja e José de Paiva Magalhães Calvet, êste denunciado oficialmente como «separatista», foram, logo depois de anistiados, acolhidos como dignos consócios por êste augusto grêmio, que então era, é e será sempre, sem dúvida, imponente expressão da unidade mental brasileira, porque aqui se cultuam religiosamente a História pátria, as nossas mais caras tradições e os nomes que lançaram ou vão consolidando os alicerces da nacionalidade.

Observou muito bem Felisbello Freire, na sua *História Constitucional da República*, que a Revolução de 1835, com a *República de Piratini*, e a de 1824, com a *Confederação do Equador*, não oferecem a menor diferença, no sentido de que ambas representaram o esforço de riograndenses e pernambucanos na conquista do governo local em nome da república federativa. O desmembramento, conclui eu, fôra medida extrema para atingirem os sul-riograndenses o seu ideal político supremo: a República. Esta era o fim: a separação o meio, que as circunstâncias impunham, na luta titânica contra o Império.

Tive a fortuna de ver que, após a publicação daquele ensaio, em 1921, os historiôgrafos que se ocuparam do movimento de 35 proclamaram em geral essa verdade histórica, em consonância com aquela alta expressão de brasilidade gaúcha, consubstanciada na famosa proclamação firmada como chefe do exército dos Farrapos pelo avoengo do nosso ilustre confrade Canabarro Reichardt, o General David Canabarro, referindo-se à ameaça de Rosas: «Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão insólita ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades e partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral da nação». E seis anos depois, a 2 de fevereiro de 1851, Canabarro, à frente de grande número daqueles antigos revolucionários, comandava a vanguarda do exército brasileiro que em Caseros jugulava pelas armas a tirania de Rosas

O brilhante escritor Fernando Osório (filho), no prefácio de *Sangue e alma do Rio Grande*, e em nota à *Sociogênese do pampa brasileiro*, aludindo a essas regiões escarpadas das deturpações históricas, deplora as falsas apreciações de Capistrano de Abreu, relativamente ao Rio Grande do Sul, quando, em estudo sobre a Colônia do Sacramento, declarou preferir vê-lo desmembrado do Brasil juntamente com a Cisplatina, para dêsse modo livrar-se o Brasil da contagiosa gangrena, do «artiguismo», que, — dizia — assolava o Rio Grande. A benemérita Sociedade Capistrano de Abreu, ao reeditar em 1938 o referido estudo, observa, porém

em nota, que o próprio *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*, referindo-se a êsse passo do excelso historiador, informa ter Capistrano, depois de visitar aquêlê Estado e em penhor de sua honestidade intelectual, modificado por completo o seu infundado juízo.

Uma outra excentricidade dessa espécie, que alhures já focalizei, chocara-me o espirito por inserir-se no Livro I da *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero. O grande filósofo e crítico literário afirma, vagamente, que o *verdadeiro* Brasil é o tropical. Se o verdadeiro Brasil é êsse, haverá um outro Brasil não brasileiro, um falso Brasil?... Capistrano, levava, em verdade, alguns anos para desfazer o seu equívoco, mas Silvio Romero, felizmente logo adiante, no mesmo volume, capítulo IV, retifica o seu juízo. Depois de explicar que o corpo do país não é desagregado como o da «esparsa» América espanhola, «que já nasceu desunida», e de se referir aos contatos das grandes bacias dos nossos grandes rios, escreve que «a União brasileira, antes de ser uma dádiva da história e da política, era já uma exigência da natureza», aditando que «essa unidade não é incompatível com a variedade que a própria extensão do país, dividido em trinta ou quarenta zonas geográficas diversas, é a primeira a indicar e impor».

A unidade, a indivisibilidade brasileira provém do fundo das mesmas origens étnicas; das entranhas da mesma história e das mesmas tradições; da força polarizadora da religião e da língua comuns; da compartilha das mesmas instituições jurídicas e políticas fundamentais. Creio no Brasil perenemente uno e indivisível, porque êle não é um produto da razão, nem oriundo dos artificialismos dos congressos diplomáticos. Origina-se a sua unidade de uma força mais vigorosa e mais profunda e incoercível, pois nasceu e se nutre de um sentimento, que se radicou e palpita no coração de todos os brasileiros e se vai transmitindo, como herança psicológica sagrada, através das gerações.

Aos meus ilustres confrades, mais uma vez muito obrigado''.

# ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

## SEU 115º ANIVERSÁRIO

Em 21 de outubro de 1838, na Capital do Império, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi o resultado da iniciativa tomada no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pelo Marechal José Raimundo da Cunha Matos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa. Iniciativa que encontrou imediata adesão dos membros daquela organização do escol de nossa gente de então, formada sob o entusiasmo patriótico das lutas da Independência visando propugnar pelo progresso brasileiro. Vê-se bem, apenas, por esse fato, quanto a idéia de Indústria transcendia então do significado particular que hoje vulgarmente lhe emprestamos; quanto significava pugna pelo progresso geral do Brasil, mal entrado no desfrute do pleno gozo de suas responsabilidades de nação autônoma. Do Brasil bafejado pelos reflexos da Revolução Industrial que naquela época já acentuava as novas modalidades impressas para o sistema de vida humana; que abandonava o longuíssimo período de existência surgido com o que chamamos idade *neolítica*, modelada pela agricultura e manufatura, para enveredar pela da *maquinofatura*, que hoje já domina por completo o complexo da vida universal. É o que registra John Geise em sua obra *Man and Western World*: «*The neolithic age was one of two great periods of social revolution that mankind has experienced, the other being of the First Industrial Revolution of 1750-1850*».

Não exageramos. Conforta recordar o influxo e bem ajustado das idéias de nossa elite naquela época, elite que nem sempre predominou, vencida pelas resistências dos que têm limitados horizontes, dos em que os seus interesses imediatos e restritos prevalecem na vida social. É um fenômeno, de resto, observável em todas as épocas e em todos os lugares. É um fato que persistirá enquanto a cultura das grandes massas humanas não se desenvolver até ascender bastante para dominar os impulsos dos penhores egoístas e sujeitar espontaneamente os individualismos aos conjuntos cívicos em que mais ou menos se enquadram.

O tomo LXIII — 2ª parte — volume CII desta revista publica documentos interessantíssimos, a tal respeito, cuja leitura nos

sugere as reflexões que fazemos acima, documentos concernentes à fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Vê-se por eles quanto já no lustro de 1820 a 1825, os efeitos repercutentes da Revolução Industrial em nossa pátria impressionavam a elite brasileira, levando-a a pugnar pela introdução e desenvolvimento aqui da *maquinaçatura* em substituição a *manufatura* até então soberbamente preponderante. Não se pode deixar de admirar a justeza e nitidez dos conceitos nêles emitidos, ainda hoje verdadeiros, e que se não desviavam das realidades pátrias daquela época, como hoje as vêzes acontece por nossa excitação febril na ânsia de progresso.

É o que transluz, não sòmente do documento subscrito por Inácio Alves Pinto de Almeida solicitando autorização, em 1825, para efetivar a organização da Sociedade cujos fundamentos lançara em 1820, documentos onde bem vê compreendida a importância da *máquina* na civilização moderna, como também dos pareceres de João Silveira Caldeira, notadamente o dêste último, firmados com vistas largas e seguras, por êle, Saraiva, Velho da Silva, Pereira Alves, José Antônio Lisboa, José Caetano Gomes, e Estevão de Resende.

Tudo isto mostra que a anarquia e tumultuosidade de nosso progredir, levado sempre por diante através de crises sucessivas, mais ou menos agudas, não resulta da ausência de clarividentes das características novas da vida das sociedades humanas, senão da deficiência prática dos dominadores da política, e de causas acentuadas no predomínio de amestrалidades parentes, em consócio com as realidades insopitáveis da terra, do solo e do subsolo. Progrediu desordenado, sem dúvida, mas progresso incontestável que vimos realizando, o que atesta pujantes energias e capacidades realizadoras em nossa gente. Capacidades as vêzes mal apreciadas, quando se lhe negam qualidades comparando o que se tem feito aqui com o realizado em outros países, atribuindo ao *homem* o que resulta essencialmente da *base física*, da terra em que vive.

Muitas iniciativas, e entre elas, outrora, a da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria, donde derivou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, são testemunho de que não nos tem faltado gente de escol, gente capaz de compreender e sentir as características novas que presidem a evolução humana. Vê-se o bem do que se diz nos pareceres acima referidos principalmente o de José da Silva Caldeira, quando pugna pela criação de outras instituições destinadas ao cultivo das «Artes e Ofícios» e a valorização das indústrias baseadas nos produtos de nossa terra, tal qual lembram os nossos modernos Institutos do Café, do Açúcar, do Mate, etc., cujas vistas, porém, não menos amplas que as



imaginadas por Silva Caldeira, e mesmo menos eficientemente práticas.

A amplitude da concepção que os propugnadores de então, pelo nosso desenvolvimento, tinham a respeito do significado da indústria na civilização moderna bem se atesta pelo fato de nas atividades da Sociedade então fundada para *promover a indústria nacional* deverem cooperar os *proprietários, os sábios, e geralmente tôdas as pessoas mais distintas da Ordem Eclesiástica, Militar, ou Civil*, capazes de compreenderem seu interêsse, *seja pelo amor das artes, ou por patriotismo.*

\* \* \*

A iniciativa de Cunha Matos e Januário Barbosa e sua rápida adoção pelos seus consócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria, dão boa medida da larga compreensão que havia dos fatos humanos, pois com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostravam quanto bem sabiam ficar qualquer progresso na dependência dos fatores geográficos e ser justo derivado dos fatos do passado. Era mistér pesquisar e meditar uma e outros para bem compreender as condicionantes da existência brasileira, ao que a nova instituição se destinava satisfazer.

Desde logo se fez a instituição cultural assim surgida, hoje decana, das congêneres existentes em nosso país, verdadeiramente uma organização prestante, contando não só com o apoio da nossa elite, mas também com o do Imperador Pedro II.

Reuniu em seus quadros elementos do mais alto significado na sociedade de então, personalidades que Feijó Bittencourt tão bem delineia e nos apresenta em ser *Os Fundadores*: Cunha Matos, Januário Barbosa, Torres e Alvim, Fernandes Pinheiro, Araújo Viana, Jacob Niemeyer, Alcântara Bellegarde, Caetano da Silva, E. M. Silva Maia, J. A. Silva Maia, Lopes Gama, José Clemente, Aureliano Coutinho, Silva Pontes, Montezuma, Silva Lisboa (o *Cairu*), Francisco Viana, Guedes de Andrade, Mariz Sarmiento, Pinto de Almeida, Fernandes Tavares, J. Antônio Lisboa, Rocha Cabral, T. Maria da Fonseca, Lino Moura; nomes de significação nas forças armadas, no clero, na indústria, na medicina, na engenharia, na jurisprudência, na agricultura, no comércio, no banco, em suma, em todos os campos em que se edifica a nacionalidade.

Apenas fundada, entra a novel instituição em plena atividade, testemunhando as personalidades que a constituíram o seu valor, por suas obras. Não tardam a produzir conjugadamente, como se vê dos registros de suas reuniões e das publicações de sua *Re-*

*vista* trimestral vinda a lume a partir do ano subsequente à fundação da Sociedade.

No decorrer do tempo, jamais desmereceu dos intuitos dos seus fundadores o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e jamais decaiu o valor dos seus quadros, bastando considerar-se, para fazer justa idéia a respeito, o que representam os que foram nêle ingressando à medida que se abriam vagas, tais como, entre muitos outros : Varnhagen, Manoel de Macedo, Orville Derby, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Tasso Fragoso, Max Fleiuss, Ramiz Galvão, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Henri Raffard, Ladislau Monteiro Baena, Rodolfo Garcia, Afrânio Peixoto, Araújo Pôrto Alegre, Couto de Magalhães, etc., etc.

Hoje, ainda se mantem prestigioso, como outrora, bastando ponderar-se sôbre os nomes que constituem os seus quadros sociais, nas suas diversas classes de sócios, para se bem julgar a respeito. E, mais ainda, o interêsse que desperta em nossa elite intelectual. Nos seus quadros constituídos de cinco grandes beneméritos, 15 beneméritos, 40 efetivos, 40 correspondentes e 50 honorários, há apenas uma vaga de honorário, para cujo preenchimento estão feitas cêrca de 20 propostas, bem documentadas com títulos demonstrativos, pelo que já produziram, do valor dos que aspiram pertencer-lhe.

Isto bem mostra quanto corresponde ainda a um interêsse real, positivo, em nossa vida cultural, não obstante as vêzes o acusarem de *manter uma fisionomia monárquica*. Há uma confusão em tal modo de ver, resultante do contraste entre evolução e revolução, aspecto êste último mais flagrante ao espírito inovador. O que há efetivamente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma *mentalidade eminentemente conservadora* como se vê de sua organização e de seu funcionamento, mas isto não significa antagonismo com o *progresso*. Ao contrário, resulta da aspiração de progredir sem abandono da idéia de ordem, por transformações sucessivas da que existe, dando-se bastante dinamismo aos procedimentos, e evitando-se qualquer tumulto, ou *perda de energias*. O espírito conservador, que, no seu seio predomina, para o que basta examinar o que significa o concurso de anciãos e jovens que subsiste nêle, quer dizer *conservar melhorando*, progredir por evolução e não revolucionariamente, modificando, apenas na ordem existente, o que deve ser modificado, sem chocar os ensinamentos das próprias leis da natureza.

Nem outra poderia ser a mentalidade dos que cultivam a história e a geografia, onde se aprendem a conhecer as reações fatais do meio físico sôbre a vida social e as amarrações sucessivas e inexoráveis, do presente e do futuro ao passado dos grupamentos humanos, no conjunto universal. Para êstes, progredir é avançar

sem destruir, para não retrogradar, a fim de que se não repitam erros que o passado mostra evidentes, considerando que o que a história mais ensina é justamente a evitá-los, e de que raramente se dão conta os homens porque a desconhecem.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não se abjura do passado nem se fica fossilizado nêle, como muito bem se vê de suas atividades em pleno concurso com a vida moderna nacional e internacional, como testemunham as relações que mantém com as agremiações culturais do Continente e européias, e também por certas iniciativas suas, tais como os cursos que tem feito para o conhecimento de personalidades eminentes, com livres manifestações de julgamento a tal respeito. Que outra coisa significam os seus cursos sôbre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e, este ano, Capistrano de Abreu?

\* \* \*

Que pode significar o nome dos que têm presidido :

— José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) (21 de outubro de 1838 a 6 de julho de 1847).

— Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí) (12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1875).

— Luís Pedreira do Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro) (21 de dezembro de 1875 a 12 de agosto de 1886).

— Joaquim Norberto de Sousa e Silva (21 de dezembro de 1886 a 14 de maio de 1891).

— Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro (26 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906).

— João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês do Paranaguá) (21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907).

— José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) (21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912).

— Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Afonso Celso) (17 de fevereiro de 1912 a 13 de julho de 1938).

— Manuel Cícero Peregrino da Silva (27 de julho de 1938 a 8 de maio de 1939).

— Embaixador José Carlos de Macedo Soares, desde 5 de maio de 1939, quando assumia, como vice-presidente, o cargo em que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, sendo declarado presidente perpétuo a 16 de dezembro de 1941.

Não é tudo, porém. Os serviços de ordem cultural, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vem prestando ao país, bem se traduzem também no intercâmbio de informações e na coope-

ração que exerce com organizações análogas do nosso país e, principalmente, estrangeiras tais como :

- Academia Chilena de la Historia — Chile.
- Academia Dominicana de la Historia — Ciudad Trujillo
- República Dominicana.
- Academia Nacional de la Historia — Ecuador.
- American Geographical Society — New York.
- Arquivo Histórico Colonial — Portugal.
- Arquivo Nacional de Caracas.
- Biblioteca Apostólica Vaticana — Itália.
- Biblioteca da Universidade Central de Venezuela.
- Biblioteca de El Colégio de Mexico.
- Biblioteca del Congreso de la Union — Mexico.
- Biblioteca Nacional y Archivo General de la Nacion —
- El Salvador.
- Biblioteca Oliveira Lima — The Catholic University of America — Washington.
- Centro Histórico Larense — Venezuela.
- Facultad de Derecho y Ciencias Sociales — Buenos Aires.
- International Geographic Research Society — Washington.
- Institute of Historical Research — University of London.
- Institute of International Education — New York.
- Instituto de Historia y Antigüedades de Bogotá.
- Instituto Etnológico — Serviço de Arqueologia — Ministerio de Educacion Nacional — Bogotá.
- Instituto Panamericano de Geografia e História — República Mexicana.
- Instituto Veneto di Science Lettere ed Arti Campo Francesco Morosini — Italia.
- Lateinamerikanische Bibliothek — Alemanha.
- Museu Argentino de Ciências Naturales «Bernardino Rivadavia» — Buenos Aires.
- Museu de Entre Rios — Argentina.
- Museu de História e Belas Artes — Guatemala.
- Ponteficio Colégio Pio Brasileiro — Itália.
- Revista Nacional — Ministério de Instrucción Publica
- Montevideu.
- Rutgers University Library — New Jersey.



— Sociedad Colombista Panamericana — Biblioteca Publica Panamericana «Havana» — Cuba.

— Sociedad Geografica de Lima — Peru.

— Sociedade de Geografia de Lisboa — Portugal.

— Sociedad Geografica de La Paz — Bolivia.

— Stadtbibliothek Bern (Stadt-Und Universitätsbibliothek) — Bern.

— Société Suisse des Americanistes — Genève.

— State Geological Survey — University of Illinois Library — U.S.A.

— The Geographical Journal — Royal Geographical Society — London.

— The Library of Congress — Washington.

— The Rockefeller Foundation — New York.

— The New York Public Library — New York.

— União Panamericana — Washington.

— Universidad Católica Bolivariana — Colômbia.

— Universidad de Chile — Instituto de Investigaciones Historico Culturales.

— Universidad Nacional de La Plata — Facultad de Ciencias Juridicas y Sociales.

— Universidad Nacional de Tucuman — Facultad de Ciencias Exactas y Tecnologia.

— Universidad Nacional de Bellas Artes — Facultad de Filosofia y Letras — Buenos Aires.

— University of California — California.

— University of North Caroline — U.S.A.

Êle tem ainda em abono de suas atividades, atestando quanto são elas úteis aos interesses do progresso nacional, os Congressos de História realizados sob os seus auspícios, cujos ricos Anais aí estão à disposição dos estudiosos, perfazendo um total de 45 volumes, a saber :

I Congresso de História Nacional .....	4 volumes
II Congresso de História Nacional .....	5 volumes
III Congresso de História Nacional .....	10 volumes
IV Congresso de História Nacional .....	13 volumes
Congresso Internacional de História da América	9 volumes
Congresso Pan-Americano de Geografia e História	4 volumes

Os serviços, porém, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem prestando ao nosso progresso cultural, são fácil e fartamente testemunhados, bastando citar a multiplicação de instituições análogas que se criaram em tôdas as províncias de nossa organização política, com a mesma finalidade da dêle, em relação aos aspectos regionais consolidando, fortalecendo e facilitando sua própria tarefa no âmbito preferentemente nacional.

Nada, porém, melhor que a sua *Revista* trimestral, onde se registram as vibrações do seu viver, traduz o que êle vale como contribuinte eficiente do progresso brasileiro, fiel à sua divisa : «*pacifica scientiae occupatio*».

A *Revista* cujo primeiro número veio à luz da publicidade em 1839, forma manancial preciosíssimo de informações indispensáveis aos estudiosos de nossa história e geografia, às vêzes, o único de que pode dispor, na elucidação de certos assuntos. Constitui hoje uma coleção de 217 volumes — *in* 8.<sup>o</sup> de cêrca de 300 páginas em média, achando-se retardada sua publicação apenas de poucos trimestres, tudo levando, porém, a crer, à vista do ritmo que os seus atuais responsáveis imprimiram aos respectivos trabalhos, ficará em dia muito brevemente.

Compulsando-se a sua preciosa coleção, tem-se boa idéia do pulsar da vida do Instituto, o que foi e ainda é; das crises e dificuldades que tem vencido em sua existência de mais de século.

Não sômente serve êle porém à cultura nacional por suas atividades que a *Revista* registra. Serve-a também oferecendo à consulta de quaisquer interessados, em sua sala pública de leitura, o acervo de documentos, livros e mapas que possui, afora os objetos de museu nêle guardados. A frequência dos consulentes é da ordem de 5 a 6.000 pessoas anualmente, reclamando o exame de mais de 120.000 livros, documentos. O acervo que possui é valioso. Nada desprezível por sua qualidade e o seu volume, como se pode constatar dos seguintes dados. Existem na sua biblioteca, cêrca de 180.000 volumes; sua coleção de documentos e manuscritos compreende cêrca de 80.000 peças acondicionadas em 390 caixas de metal; a sua mapoteca reúne cêrca de 15.000 mapas diversos; o seu museu guarda mais de 500 objetos e 30.000 fichas de retratos catalogados.

Consignemos, também, para que se possa melhor aquilatar do valor dêsse inestimável patrimônio, constituir-se êle em parte com as coleções de livros e documentos que pertenceram a José Bonifácio, Osório, Caxias, Cotegipe, Paraná, Alencar Araripe, Loreto, S. Borja, Conde d'Eu, Saraiva, Sousa Pitanga, Azambuja, Francisco Belisário, Macedo Costa, Porciúncula, Bormann, Lima Drumond, Aleixo Boulanger, Cavalcante e Albuquerque, Macedo Soares, Manuel Barata, Marechal Andréa, Marechal Solon,

Marquês de Olinda, Martim Francisco, Max Fleiuss, Padre Gay, Ramiz Galvão, Senador Nabuco, Varnhagen, Vautier, Vieira da Silva, Visconde de Caravelas, Visconde de Maracaju, Visconde de Ourém, Ouro Preto e Werneck.

\* \* \*

Tôda essa riqueza, está confiada à guarda e zêlo de um exíguo quadro de funcionários, cuja dedicação exemplar não basta, porém o defender de ruínas inevitáveis causadas pelo tempo, a deficiência das instalações e a falta de outros recursos indispensáveis a sua integral manutenção. É o que fâcilmente constatam os freqüentadores do Instituto.

O seu pessoal administrativo não excede uma dezena de servidores de várias categorias, cujos vencimentos anuais não atingem Cr\$ 500.000,00. As despesas de ordem material, muito abaixo do que seria necessário, cêrca do duplo, alcançam também cifra mais ou menos igual a do pessoal, o que tudo mostra a precariedade de sua situação, não obstante dispor agora de um subsídio anual de um milhão de cruzeiros. Conta ainda com alguma renda resultante da venda da Revista, mas esta pouco lhe presta.

\* \* \*

A crise mais grave que o assoberba é, além do mencionado, que não é destituído de importância, resulta da impropriedade de suas instalações, onde não pode bem acondicionar nem conservar convenientemente as suas coleções.

Jamais possuiu uma sede realmente confortável. Veio vivendo ora aqui ora ali, em meio de sérias dificuldades, até que por iniciativa de Rio Branco, uma concessão de 200 contos anuais feita pelo Govêrno Federal, viria permitir, ao cabo de cinco anos, instalar-se adequadamente. Tal concessão, porém, só se efetivou quanto à primeira prestação, o que se lhe permitiu desafogar-se um pouco, não resolveu, porém, o seu problema.

Há agora, em curso no Congresso Nacional, um projeto de lei provendo a dotação inicial de cinco milhões de cruzeiros para a construção de um edificio para a sua sede, em boas condições técnicas modernas. Se bem que isto valha menos que o *seu real patrimônio*, certos embaraços burocráticos parecem retardar a marcha da solução dêsse problema que, convêm frisar, não é de caráter privado mas de transcendente significação pública, como se constata pelo que acima ficou exposto.

\* \* \*

Ao se comemorar o 115º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja sobrevivência sempre

ativa, através das suas crises e dificuldades próprias, e dos reflexos dos nacionais sempre incidentes fortemente sobre elle, é um testemunho lisonjeiro de nossas virtudes raciais, faremos votos para que vença os obstáculos que ainda entravam sua vida material. Fazemos votos para que melhor o ampare os poderes públicos tal qual merecem o esforço dos que o formaram, conservaram, e mantêm, e a importância dos interesses culturais que representa, para o nosso melhor progresso nacional.



# ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

(RELATÓRIO DO 1º SECRETÁRIO)

Ao considerar os acontecimentos registrados no período, que lhe assinala o 115º aniversário, pode o Instituto Histórico ufanar-se de estar seguindo a luminosa trajetória apontada pelos seus fundadores.

Embora permaneçam precárias as condições materiais da sede, conforme se tornou público, em notícias divulgadas pela imprensa, suavisaram-se-lhe as aperturas financeiras, mercê da Lei número 1.778-B, de 20 de dezembro de 1952. Atendendo superiormente à justa solicitação que lhe fazia o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares e o Primeiro Secretário, em memorial de 3 de setembro de 1952, houve por bem o eminente Deputado Eurico Sales, Presidente da Comissão de Cultura, providenciar para que a centenária instituição pudesse bem desempenhar a sua missão benemérita, enaltecida por quantos lhe atentam nas realizações que lhe constituem o admirável patrimônio moral e cultural.

Acordes com a sua iniciativa, os dignos colegas da Comissão aprovaram a proposição, que, apresentada em sessão de 7 de setembro de 1952, começou a ser objeto de exame de todos que se interessam pelo engrandecimento cultural do Brasil, do qual é o Instituto Histórico, na opinião dos doutos, uma das componentes mais expressivas. Sem maiores empecos, percorreu os trâmites regulamentares, aplaudida pelos patrióticos deputados, que bem compreenderam a conveniência, para o país, de amparar a tradicional agremiação que não mais poderia manter o seu ritmo de trabalho fecundo, iniciado ainda na era da Regência.

De igual forma procedeu o conspicuo Senado, onde não se manifestou voz divergente. Prontamente ultimado pelo Senhor

Vice-Presidente da República, o projeto converteu-se na Lei n.º 1.778-B, de 20 de dezembro, que assim reza:

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei :

Art. 1º A subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela Lei nº 720, de 28 de maio de 1949, passa a ser de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) anuais, a partir do exercício de 1952.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1952. —  
*João Café Filho.*

Também a Câmara Municipal do Distrito Federal, aprovando a proposição da preclara Vereadora Lígia Lessa Bastos, votou auxílio de Cr\$ 100.000,00, ao Instituto Histórico, por bem lhe aquilatar a influência educativa dos empreendimentos culturais desenvolvidos por mais de um século.

Este aumento de subvenção, indispensável à vida do Instituto, somente visa, porém, a melhorar o andamento dos trabalhos, sem influir apreciavelmente na transformação do ambiente, cujas deficiências se exibem à mais rápida observação.

Neste mesmo recinto augusto, que se reserva às sessões solenes, os estragos patenteiam-se flagrantemente no teto, cujo estuque, já fendilhado, ameaça desabar, nas paredes, manchadas de umidade, em consequência de goteiras resistentes aos consertos parciais do telhado, que necessitam substituição completa, nas esquadrias externas, deterioradas pelas intempéries. Ao lado, a varanda inclina-se, enfraquecida pela ferrugem, que lhe diminui a resistência das vigotas e gradil, do qual é prudente não se aproximar pessoa alguma, despreocupadamente. Se tal acontece no Salão de Honra, é bem de ver que mais graves se apresentam as ruínas do edificio em outros lugares, como lhe denuncia a própria entrada. A porta principal exhibe gretas, onde opera o voraz cupim, que se espalha pelo soalho e madeiramento, do andar térreo ao telhado, em progressiva ação destruidora.

Maior concentração oculta-se nos esconderijos do porão, ao alcance do depósito de livros, contra os quais investe de contínuo, exigindo vigilância defensiva, que lhe atenua as investidas danificadoras.

Por acompanhar de perto a destruição do Silogeu, em que se abriga, juntamente com outras entidades, o Instituto Histórico solicitou à Diretoria do Serviço do Patrimônio da União a quem pertence o edificio, a presença de um dos seus competentes técnicos, para efetuar a necessária vistoria, que lhe permitisse emprehender as medidas adequadas a evitar completa ruína do imóvel arrolado entre os seus bens.

«Exmo. Sr. Diretor do Serviço do Patrimônio da União :

Entre os edificios construídos pelo govêrno federal, durante a presidência Rodrigues Alves, avulta o Silogeu Brasileiro, à Avenida Augusto Severo nº 4, para sede de associações culturais, como lhe indica o nome. Em uma de suas alas funcionou a Academia Brasileira de Letras, até se mudar para a atual sede, e ainda permanecem, entre outras, a Academia Nacional de Medicina, o Instituto dos Advogados, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Tôdas essas entidades possuem as suas bibliotecas ameaçadas de destruição, caso não sejam tomadas providências eficazes.

O grau de deterioração do prédio patenteia-se desde a porta da entrada, cujos marcos se afistulam de cavernas e labirintos, abertos pelo cupim.

No saguão, fêz-se mister alterar-lhe as linhas arquitetônicas, com a colocação de duas colunas de madeira, para sustentar o piso superior, que ameaçava desabar, também carcomido pelos vorazes dendrófagos.

A cobertura do salão de honra do Instituto Histórico já se fendilha em goteiras inúmeras, prejudicando o estuque do teto, que apresenta sinais indicativos de graves lesões.

Aliás, o telhado em tôda a extensão revela os mesmos defeitos, que a administração do Instituto Histórico se esforça por sanar, com minguido êxito, por meio de freqüentes consertos permitidos pelas suas diminutas verbas.

No pavimento térreo, onde se acha o seu depósito de livros, o terreno em que se apoiam as estantes está cedendo, com recalque desigual, causando depressões na camada superficial do concreto.

Em tais condições, solicito a V. S. a gentileza de verificar, por meio de vistoria, confiada a algum dos seus competentes engenheiros, a procedência dos fatos aqui por alto mencionados, e outros, de igual relevância para a conservação do edificio, e determinar que sejam efetuadas as obras aconselháveis no caso.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V.S. os protestos de aprêço e consideração. — *José Carlos de Macedo Soares, Presidente*».

Nenhuma providência resultou do pedido, que, transcrito no Relatório de 1951, permanece ainda sem solução.

Em boa hora, porém, o Deputado José Augusto Bezerra de Menezes, justamente alarmado pelas impressionantes descrições dos estragos, difundidas pelos mais conceituados diários cariocas, apresentou à consideração dos seus pares a proposição que de futuro proporcionará melhores condições. Acolhida com simpatia pelos seus doutos pares, graças à alta significação cultural rompen-  
te dos seus artigos, determina:

«O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu à Avenida Augusto Severo nº 4, com a obrigação de permitir o recuo exigido pelo planos urbanísticos municipais.

Art. 2º O Governo Federal auxiliará com a quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) a construção da futura sede do Instituto no terreno a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito de Cr\$ 5.000.000,00, para a execução da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário».

Durante a discussão, que proporcionou ensejo a mais de um deputado de expressar a sua opinião fundamentada, o insigne Professor Aliomar Baleeiro, embora não a contrariasse, apresentou restrições que definiam o Instituto como devedor de documentação desviada, até a data, da Bahia, que merecidamente o exalta como um dos seus mais fervorosos paladinos. Certo, o eminente representante baiano não pretendia cometer injustiça alguma, e para que não pairasse dúvida acerca da lisura do procedimento da associação acusada, o seu secretário formulou a carta de 17 de março, com os necessários esclarecimentos.

Exmo. Sr. Deputado Aliomar Baleeiro.

Rio, 17 de março de 1953.

Eminente Amigo :

Admirador constante da eloquência do amigo eminente, que se fundamenta em peregrina cultura, pronta sempre a iluminar



os debates parlamentares com os fulgores da sua palavra de mestre acatado, por isso mesmo lamentei não poder aplaudir, com o entusiasmo de sempre, o aparte à formosa alocução do Deputado Afonso Arinos, publicada no *Diário do Congresso*, de 3 do corrente.

Defendia o representante mineiro o Projeto nº 2.473-A, de auxílio ao Instituto Histórico, para a construção da nova sede, quando rompeu a declaração, que não seria tomada em conta se não viesse de origem tão prestigiosa.

«Meu voto será dado, assegurou V. Excia., com a condição de que o Instituto Histórico transfira sua sede e suas coleções para o Estado da Bahia, devolvendo, inclusive, os documentos baianos que dali foram retirados».

Explicável por simples arroubo de momento, tais conceitos não encontram apoio na realidade.

Com efeito, prescrevem os Estatutos em seu art. 1º :

«O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado a 21 de outubro de 1838 nesta cidade do Rio de Janeiro, onde tem sua sede social e domicílio, é uma associação civil, científica, de duração ilimitada».

Adstrita a êsse pensamento, que agremiou os seus fundadores, a entidade completou o primeiro centenário de sua existência fecunda, já ultrapassada por década e meia de serviços memoráveis prestados à cultura nacional.

Qual o consócio que tomaria a iniciativa de promover-lhe a transplantação da sede para outra localidade, ainda que para a gloriosa capital fundada por Tomé de Sousa, a título de alguma recompensa pecuniária? E tradicionalistas como devem ser, quantos consócios aplaudiriam a proposta contrária aos Estatutos, aos objetivos do grêmio, e às suas tradições mais que centenárias?

Não é, porém, para tratar dêsse aspecto do debate que me animei a dirigir-lhe estas descosidas linhas, que pretendem isentar o Instituto da condenação com que o fulminou o período final do seu aparte.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não pode, em hipótese alguma, devolver «os documentos baianos que dali foram retirados», pela simples razão de não os possuir. Jamais os teve sob sua guarda.

A propósito, informa em *Bahia Epigráfica e Iconográfica* Sílio Boccanera Júnior, escritor insuspeito, por defender com ardor os interesses da Bahia, na recuperação dos seus documen-

tos trazidos para o Rio, que foram, em grande parte, parar na Biblioteca Nacional. O «erudito Dr. Francisco Vicente Viana, em rigoroso exame que fez dêsses documentos e livros, afiançamos que não menos de 160 dos livros mencionados no Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Nacional (1878 — 2º tomo) como propriedade desta, deviam de ter pertencido aos arquivos da Bahia».

Aliás, a Biblioteca Nacional poderá atestar quantos volumes já devolveu. Não obstante, vem dedicando mais de um número dos seus valiosos «Anais» à publicação de tais papéis, a exemplo do vol. 68, que trata do «Catálogo de Documentos sôbre a Bahia existentes na Biblioteca Nacional».

Contam-se por 1990 verbetes, distribuídos por 343 páginas. Bem vê V. Excia. que não lhe prestaram exatas informações a respeito, e por isso, com o fervor de baiano, cujo amor ao bêrço natal não conhece limites, pleitea uma decisão inexequível, para obter que uma associação civil devolva, ao seu proprietário antigo, a documentação arquivada em estabelecimento nacional, que o agasalhou e lhe está dando a merecida divulgação.

Desculpe-me o egrégio parlamentar estas ligeiras observações, alinhadas apenas com o intuito de esclarecer um episódio que poderia causar dúvidas futuras.

Aproveito o ensejo para lhe apresentar os meus protestos de alto aprêço e crescente admiração.

Virgílio Corrêa Filho, 1.º secretário

\* \* \*

Aprovado pela Câmara, o projeto mereceu o mesmo carinhoso acolhimento no Senado, onde prestigiosos representantes lhe acen-  
tuaram, não só a valia, como a oportunidade da iniciativa, que visa a resguardar, em sede condigna, o incomparável patrimônio cultural confiado à guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mercê da contribuição de estudiosos que se revezam, por mais de uma centúria, sempre devotados aos mesmos sadios ideais.

As gerações passam, mas a flama permanece viva, a serviço do Brasil.

Atualmente, acha-se ameaçado de aniquilamento por minúsculos insetos, aos quais as paredes e madeiras carcomidas franqueiam esconderijos propícios à fácil multiplicação, donde saem para os seus assaltos noturnos, aliados à bicharia bibliófaga.

## EXPOSIÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS

Por ocasião do 150º aniversário de nascimento do Duque de Caxias, houve por bem o Ministério da Guerra promover signi-

ficativas homenagens, entre as quais sobrelevou a Exposição, a que o Teatro Municipal proporcionou adequado ambiente.

Solicitado pelo Coronel Deoclécio de Paranhos Antunes, Secretário da Comissão, que a organizou, com fervor patriótico, o Instituto Histórico de bom grado concorreu com insubstituíveis peças do seu Museu e do Arquivo.

Aliás, por parte do Instituto, não faltaram jamais as provas de aprêço e admiração ao invicto Marechal, tanto no decurso da vida gloriosa, ao acolhê-lo em seu grêmio, como igualmente à sua memória, inspiradora de tocante culto cívico de que é prova a sua escolha para Patrono do Exército Brasileiro. Basta lembrar que, sob seus auspícios, se fundou, em agosto, o Instituto Duque de Caxias, inaugurado solenemente a 5 de setembro de 1936, sob a presidência do Conde de Afonso Celso, do qual proveio, mais tarde, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

## CONFERÊNCIAS

Ao iniciar as suas atividades, no corrente período, o Instituto, como de costume, abriu a série de conferências, a 14 de abril, quando o Ministro Renato de Mendonça versou tema de suas contínuas cogitações. Por ser dia consagrado ao Panamericanismo, dissertou acêrca das «Novas formas da cooperação Interamericana».

Ao mudar de nome, o organismo que principiara modestamente em Washington, ao tempo de Blaine, como simples escritório de informações, coordenador de sentimentos de cordialidade, embora ansioso de tratar de assuntos relevantes, transformou-se na Organização dos Estados Americanos, pujante de iniciativas fecundas. A problemas culturais, econômicos, políticos, e de outras modalidades, destinam-se institutos especiais, articulados com a O. E. A., a quem cabe promover consultas, de altos propósitos, conforme estipulou o art. 13 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, resultante da reunião de Petrópolis, de 1947. Depois das questões panamericanas, consideradas pelo aspecto da harmonia continental e solidariedade na maneira de resolvê-las, coube a Marcos de Mendonça explanar tema de suas preferências, em *O Marquês de Pombal e a Unidade Brasileira*. Possuidor de vasta documentação referente ao período em que dominou o Ministro de D. José I, soube valer-se da sua opulenta coleção de manuscritos, para evocar o estadista português e a sua contribuição para a unidade da colônia imensa, que tenderia a desagregar-se, mercê de fatores políticos, econômicos, geográficos.

Mas a coesão manteve-se, cada vez maior, graças, em boa parte, aos esforços de Pombal, que sòmente considerava o Brasil no seu conjunto.

A divergência que separa os eruditos em dois campos, a respeito da participação de Martim Behaim no descobrimento do Brasil, levou à tribuna, a 27 de maio, o Desembargador Vieira Ferreira, que enalteceu a glória do famoso cosmógrafo alemão.

De maneira diversa manifestou-se o Almirante Gago Coutinho, que, depois de ter perlustrado várias regiões do globo, como explorador, e navegado pelos mares, que os seus ancestrais descobriram, dedicou o seu saber a realçar-lhe os méritos e feitos assinalados.

Não há, na atualidade, quem mais se devote ao estudo das navegações portuguesas, no ciclo heróico, baseado especialmente em sua experiência de nauta consagrado, que envelheceu no manejo de instrumentos de observação dos astros e dos fenômenos, que ora auxiliam, ora contrariam as travessias dos oceanos, como as correntes eolêas e as marítimas. Na mesma sessão, o Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, para justificar o voto de saudade à memória de Dom Gerardo Van Caloen, por ocasião do centenário de seu nascimento, recordou o perfil do monge belga, a quem coube reorganizar a vida monástica beneditina no Brasil.

Lembrou que, levantada a proibição do noviciado nas Ordens Religiosas, pelo decreto de 7 de janeiro de 1890, os monges capitulares da Congregação brasileira solicitaram ao pontífice Leão XIII designação de missionários para a restauração dos conventos brasileiros.

Em cumprimento das recomendações, que para êsse fim recebeu, D. Gerardo salta, a 19 de agosto de 1895, em Pernambuco. Primeiramente, reabre, com os seus parceiros, a Abadia de Olinda, que se fechara, por falta de monges.

Depois, à Bahia alonga a sua atividade, para organizar noviciado, como também em São Paulo, no Rio de Janeiro, onde se achava, quando lhe coube os encargos de Abade Geral do Brasil, a que renunciou em 1915, para se consagrar à catequese, no Acre.

Leprólogo insigne, cujo renome se dilatou aos centros especializados do estrangeiro, ao Dr. Heraclides de Sousa Araújo coube apreciar a contribuição dos *Pioneiros do Combate à Lepra no Brasil Colonial*.

Autor de exaustiva *História da Lepra no Brasil*, fartamente documentada, era de prever que a sua conferência não destoasse



da mesma segurança de conceitos, que tornaram clássica, no assunto, a sua obra magistral.

Os esforços aplicados a aliviar os sofrimentos dos leprosos foram então recordados a preceito, por quem dedicou a sua competência profissional a análogos objetivos, de tornar menos penosa a vida dos que tiveram a desventura de contrair o mal de Hansen.

Nem ao menos foi esquecido um dos últimos episódios da luta incessante, que, já no crepúsculo do regime colonial, dignificou a administração do Capitão General de Mato Grosso, João Carlos de Oeynhausén, o criador do Hospital de São João dos Lázaros em Cuiabá.

De «Anchieta no passado, no presente e no futuro», tratou o Professor E. Vilhena de Moraes, a 13 de julho.

É tema que não lhe sai das cogitações, como evidencia a série de contribuições apresentadas ao Instituto, ou em oportunidades estranhas ao seu âmbito, como ocorreu por ocasião dos «Centenários de Portugal», quando promoveu a publicação do célebre poema à Virgem, escrito em circunstâncias memoráveis. Desde, pelo menos, 1914, figura entre os signatários de proposta ao Primeiro Congresso de História Nacional, reunido no Rio, a 7 de setembro de 1914, referente à Companhia de Jesus, cujo nome «se acha indissolúvelmente ligado à História do Brasil».

Individualmente, firmara a de 17 de abril de 1933, pela qual, «considerando que a 19 de março do ano próximo futuro se comemora o quarto centenário do nascimento do venerável Padre José de Anchieta, o Apóstolo do Novo Mundo» propôs que o Instituto «promova, desde já, sobre Anchieta e a sua obra uma série de conferências especiais».

Assim, o conferencista possui autoridade incontestável de convicto propugnador de louvores ao Padre Anchieta, como também de conhecedor admirável da sua vida e feitos, como evidenciou em sua formosa alocução.

A 12 de agosto, o historiador Jaime Cortesão anuiu em revelar quanto examinou a «Cartografia do Brasil nos Arquivos Portugueses».

Comissionado pelo Itamaratí, regressara, pouco antes, de Portugal, onde tivera ocasião de manusear opulenta documentação cartográfica, arquivada não somente nas instituições oficiais, como em fidalgos solares, que ainda conservam as peças reunidas pelos seus ancestrais, mercê das funções governativas exercidas aqui e alhures.

Nem tôdas se revestirão dos requisitos técnicos, de que se orgulhava a cartografia portuguesa na época das descobertas. Muitas derivariam da intuição dos sertanistas, cujas boas inten-

ções não supriam a deficiência profissional. Todavia, proporcionavam excelentes subsídios para os historiadores, além de servirem de elementos informativos aos cartógrafos, como bem frisou o douto conferencista.

## CURSO CAPISTRANO DE ABREU

Por último, desde 3 de setembro, o «Curso Capistrano de Abreu», em boa hora instituído pelo presidente perpétuo, a quem cabe, de justiça, a glória de tê-lo ideado e garantir-lhe o êxito admirável, vem atraindo ao Salão de Honra, não somente sabedores consagrados, como atenta e numerosa assistência, empenhada em conhecer a vida e a obra literária do insigne historiador.

Na inauguração, coube a «abertura do Curso» ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, e a «Apresentação» ao Professor Pedro Calmon, orador de impressionantes recursos.

Da explanação, acêrca da «Vida de Capistrano de Abreu», incumbiu-se nesse dia Rodrigo Otávio Filho, o primeiro da série dos brilhantes conferencistas, que se sucederiam semanalmente na tribuna tradicional.

Com análogo saber, dissertaram, por sua vez, os também acadêmicos Barbosa Lima Sobrinho, Múcio Leão, Gustavo Barroso, que escolheram respectivamente para seus temas: *Capistrano historiador*, *Capistrano e a Cultura Nacional*, *Capistrano e a interpretação do Brasil*.

Ainda evidenciaram quanto conhecem a bibliografia capistraneana os historiadores — José Honório Rodrigues e Artur César Ferreira Reis, ao versarem *Capistrano e a historiografia brasileira* e *Capistrano Geógrafo*.

Como ocorrência lamentável, assinalou-se apenas a supressão da conferência que, sob o título de *Capistrano Etnógrafo*, competiria ao sábio E. Roquette Pinto proferir. O seu estado de saúde, porém, à última hora causou a supressão da aula, que teria permitido ao sagaz etnógrafo apreciar os esforços e saber do autor da *Lingua dos Caxinauas*, na especialidade em que ambos adquiriram merecida fama de sabedores perspicazes.

## QUADRO SOCIAL

Instituição viva, que se renova de contínuo, em elementos, para melhormente desempenhar as mais altas missões, o Instituto Histórico registrou, no período último, não só o desaparecimento de alguns dos seus mais competentes membros, como a admissão

de substitutos, cuja individualidade adquiriu merecido realce na lista dos subedores.

Entre os primeiros, seis deixaram de freqüentá-lo, a saber :

### JOAQUIM BENSAÚDE

Ilhéu de Ponta Delgada, onde nasceu por volta de 1859, não tardou em partir da terra natal para empreender estudos, continuados na Alemanha.

Engenheiro civil pela Escola Superior de Hanover, deixou-se atrair pela investigação histórica, especialmente em relação à ciência náutica portuguesa, na era dos descobrimentos.

Com os propósitos de reivindicar para os seus patrícios as origens da astronomia náutica aplicada pelos navegantes peninsulares, elaborou obras eruditas, que os especialistas enaltecera.

Convicto da valia profissional dos nautas lusitanos, levou aos prelos de Berne, em 1912, *L'astronomie nautique en Portugal à l'époque des grandes découvertes*, a que logo seguiram :

— *Histoire de la science nautique portugaise, Résumé* (1917).

— *Les legendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises* (1917-1920).

— *Origine du plan des Indes* (1929).

— *Regimento de Estrolabio* (exemplar de Munich).

— *Regimento de Estrolábio* (exemplar de Évora).

— *Almanack perpetuum de Zacut* (1946).

— *Arte de marear de Faleiro* (de 1535).

O Roteiro de Flandres e D. João II — 1944.

Estudos sobre D. João II — 1946.

Em seus escritos, contestou a opinião dos especialistas que atribuíam a Martim de Behaim e Regiomontano a primasia da iniciação dos portugueses na prática navegatória por processos científicos.

E o renome que grangeou, de conhecedor abalizado da evolução náutica portuguesa, justificou-lhe a admissão no Instituto Histórico a 22 de agosto de 1931, como sócio honorário.

### FREI PEDRO SINZIG

O casal formado por Johann Sinzig e Helene Meffort residia em Linz no Reno, quando festejou o nascimento, a 29 de janeiro de 1876, do filho, que se tornaria mais tarde sacerdote franciscano.

Seguindo a vocação, iniciou o noviciado no Colégio de Harreveld, na Holanda, ao entrar no quarto lustro de existência.

E quando a Província Franciscana Saxônia recebeu ordem para enviar, em 1893, frades ao Brasil, frei Pedro se incluiu no primeiro grupo, que saltou em Salvador. Depois de servir na Bahia, ao tempo da revolta de Canudos, foi transferido para o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, onde se lhe deparou ambiente propício à expansão dos seus pendores. Embora fervoroso em seu apostolado, não se lhe restringiam as atividades apenas ao culto religioso.

Escritor e musicista inspirado, também o propagava por ensaios e composições melodiosas, cujas simples referência avulta sobremaneira, desde opus 1 (*Benedicite* — *ma de cânticos sacros*) até opus 67 (*Pelos Falecidos*, cantos sacros a uma voz com acompanhamento de órgão). Na lista predomina, como seria de esperar, a inspiração religiosa em Missa (op. 3.4-11-12-13-21-57, oratório (op. 25-38), Marchas de Procissão (op. 20, 34) *Te Deum Laudamus* (op. 58), *Ladainha* (op. 63). Mas, também, abrange *Minha terra* (op. 28), com variações sobre modinhas brasileiras para piano, o *Brasil cantando* (op. 66), em que se enfeixaram «canções, modinhas e outros cantares para uma ou duas vozes orfeônicas ou com acompanhamento do piano». Ao mesmo tempo, compôs o *Organista* (op. 56), tratado teórico-prático de aprender harmonium e órgãos.

Depois desta relação, que datou de 21 de dezembro de 1940, ainda continuou Frei Pedro a aumentar a sua bagagem musical, coroada pela ópera *Santo Antônio*, que ultimou quando a velhice lhe aprimorara a devoção e a arte.

Obreiro infatigável, as suas contribuições espalharam-se pelo Brasil inteiro, levadas pelos jornais, em que longamente colaborou, por livros e pelas composições musicais.

Admirável conhecedor da música sacra, dedicou-lhe revista especial, gabada pelos sabedores, além do *Dicionário Musical*. Organizador da «Exposição de Arte Religiosa Alemã», em 1922, no Rio, evidenciou, por essa época, não se limitar a sua apreciação artística somente à música.

E no tocante às letras, além de romances a cujo respeito publicou edificante «Guia para as consciências», opulento de «notas sobre 21.553 livros e 6.657 autores», publicou :

- *Santo Antônio* — História de seu convento no Rio.
- *A caricatura na Imprensa Brasileira*.
- *São Francisco de Assis e seu culto no Brasil*.



— *Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Bahia.*

— *O Taumaturgo Santo Antônio na História, na Lenda e na Arte.*

Eram obras indicativas de capacidade investigadora, que justificaram a admissão do seu autor ao Instituto Histórico, a 15 de dezembro de 1939, como sócio honorário.

Diretor do Curso de Música Sacra do Conservatório Brasileiro de Música, professor de Canto Gregoriano e Harmonia, continuou a trabalhar, até que se viu tolhido pela doença.

Para combatê-la, partiu em fevereiro de 1951, para a Alemanha, onde já poderia penetrar, após a derrota do nazismo, contra o qual lutara intrèpidamente.

Recolhido a hospital de Dusseldorf, ali passou os últimos meses de vida, até succumbir a 8 de dezembro de 1952.

## ALMIRANTE RAUL TAVARES

A 23 de agosto de 1912, o Instituto Histórico aprovou a proposta, subscrita por Afonso Celso, Max Fleiuss, J. P. Rego Filho, Radler de Aquino, para admissão do Capitão Tenente Raul Tavares, que se apresentava com as obras:

— *De Croite a Santiago de Cuba* (Guerra Hispano-Americana).

— *Comentários da Guerra Russo-Japonesa*, além de ensaios avulsos.

Elogioso, o parecer da Comissão de História, de 12 de julho, que teve como relator L. G. d'Escragnolle Doria, mereceu o endosso de seus parceiros e do plenário, a 23 de agosto.

Desde essa época, ingressou Raul Tavares no quadro social do Instituto, que o elevou a benemérito, a 26 de junho de 1940.

Nesse longo período, continuou com brilho a sua trajetória, iniciada a 8 de março de 1876, quando nasceu nesta Capital, filho do Professor Rubem Tavares e D. Virgínia Corte Real Tavares.

Sentindo-se atraído pela vida incerta do mar, freqüentou a Escola Naval, ao tempo de Saldanha da Gama.

Por acompanhar o chefe estimado, na revolta, desligou-se da farda, a que tornou mais tarde, para dignificá-la, em várias comissões.

Ajudante de ordens do Almirante Jaceguai, adido naval em Espanha e Itália, comandante do cruzador *Rio Grande do Sul*, do encouraçado *Minas Gerais*, e de outras unidades e, por fim, da Esquadra, chefe da Casa Militar, diretor da Escola Naval de Guerra, ministro do Supremo Tribunal Militar, já almirante, em tôda as ocasiões se revelava o mesmo oficial, que mereceu frequentes elogios dos seus superiores.

Reformado, a 8 de março de 1944, dedicou-se aos estudos que de contínuo se misturavam às suas cogitações profissionais.

E, então, elaborou *De volta a revolução*, ainda inédito, *Um ano de guerra — Campanha da Bélgica e de França — Molke e a missão histórica da Rússia*, além dos trabalhos dedicados a problemas navais e filosóficos.

Faleceu a 19 de fevereiro de 1953.

## ARMANDO DE MATOS

Subscrita pelo Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss, Oliveira Vianna, Alexandre Sommer, Leão Teixeira Filho, L. F. Vieira Souto, a proposta de 2 de julho de 1934, que indicava para sócio correspondente o Dr. Armando de Matos, apontou-lhe parte da bibliografia: *O que é o ex-libris* (1927) — *A flôr de lis na heráldica portuguesa* (1928) — *O brasão de João das Regras* (1929) — *As armas da cidade do Pôrto* (1929) — *A heráldica e a genealogia* (1930) — *A Casa de Mateus* (1930) — *As armas da Capela dos Coimbras* (1931) — *Uma reliquia sigilar* (1931) — *O brasão* (1931) — *A Mercê nova de Lopo Rodrigues Camelo* (1931) — *As pedras de armas do Museu Municipal do Pôrto* (1931) — *A tradição popular do trevo* (1932) — *Tombo heráldico de Viseu* (1932) — *A varonia real portuguesa* (1932) — *As quinas na representação heráldica das famílias de origem real* (1932).

Apreciou-lhe com justiça, os méritos a Comissão de História, cujo relator, Basílio de Magalhães, lhe realçou a fama, «graças aos belos, pacientes e eruditos estudos realizados em tão difíceis departamentos da heurística lusitana».

De igual maneira se pronunciou a Comissão de Admissão, a 15 de dezembro, quando teve ingresso no quadro social do Instituto Histórico.

Depois dessa data, ainda mais avultou a sua bibliografia, com a publicação das obras mencionadas na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, entre as quais sobressaem: *Comentários heráldicos* (1934); *Notas heráldicas* (1934), *Brasonário de Portugal*

(1934); *Manual da História Portuguesa* (1936); *A Heráldica dos bastardos reais* (1940), *A arte dos jugos e cangas do Douro Litoral* (1942); *Arqueologia artística* (1945). Reconhecida a sua autoridade em tais assuntos, empreendeu a publicação de luxo, de *Pedras de Armas de Portugal*, sob o patrocínio do Instituto para a Alta Cultura.

Inúmeras contribuições que elaborou evidenciaram-lhe a competência na especialidade a que se devotou, quando frequentava, como aluno voluntário, a Faculdade de Letras de Coimbra, depois de diplomado no Curso Superior de Ciências Económicas e Políticas, de Lisboa.

Nascera a 14 de abril de 1899 em Viseu, onde ultimara os estudos secundários.

Em pouco mais de meio século de existência, não sòmente compôs ensaios valiosos acêrca da História, Etnografia, Arqueologia e Heráldica, mas ainda desempenhou vários cargos em museus, organizou em Coimbra, na Exposição de Arte Popular, a representação etnográfica do Conselho de Gaia, e a Exposição Etnográfica do Douro Litoral.

Membro efetivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia e da Academia Internacional para a História de Ciências, e de várias outras associações culturais, era professor de História da Arte e da Arqueologia Artística na Escola de Belas Artes do Pôrto, desde 1945, quando deixou a diretoria da Biblioteca de Gaia. Faleceu a 11 de maio de 1953, no Pôrto.

## DÍDIO IRATIN AFONSO DA COSTA

Era capitão de mar e guerra quando o propuseram, a 13 de setembro de 1943, para sócio honorário do Instituto Histórico.

Dos que lhe indicaram o nome à consideração dos pares, já não existem J. A. Figueira de Melo, o primeiro da lista, Nelson de Senna, Alfredo Nascimento, Carvalho Mourão, Jonathas Serano, Frei Pedro Sinzig, Souza Docca.

Bastavam êsses opinantes, quando outros não se manifestassem, em número total de 22, para evidenciar o alto conceito em que era tido o diretor do Serviço de Documentação da Marinha, que já tinha publicado vários ensaios.

- *Aspectos — Terras do Paraná* — 1912;
- *Barroso, Tamandaré e Inhauma* — 1922;
- *O Litoral e a Riba do Paraná*;

— *Elogio do Patrono — Marechal José Bernardino Bormann* — 1924;

— *Os Portuguezes na Marinha de Guerra do Brasil* — 1940;

— *O Brasil e o Ciclo das Grandes Navegações* — 1940;

Outras obras ainda lhe opulentaram a bibliografia, a saber:

— *As famosas armadas portuguezas*;

— *História marítima do Rio de Janeiro*;

— *Os centenários portuguezes*;

— *Subsídios para a História Marítima do Brasil* (4 vols.);

— *Noronha*;

— *Saldanha*.

E continuaria a comprovar, em valiosos ensaios, os resultados de suas pesquisas, se não sucumbisse a 23 de março último.

## CINCINATO CESAR DA SILVA BRAGA

Na lista dos sócios honorários, figurava em primeiro lugar, por antigüidade, o paulista, que nascera em Piracicaba, a 7 de julho de 1864, filho do Major Domingos José da Silva Braga e D. Bárbara Augusta de Matos Braga. Ultimados os preparatórios no Colégio Culto a Ciências, de Campinas, matriculou-se na Escola de Direito de São Paulo, onde obteve o diploma de bacharel a 6 de março de 1886.

Promotor público da comarca de S. Carlos do Pinhal, no mês seguinte, apenas permaneceu no cargo até findar 1887, quando se demitiu, para se dedicar inteiramente à advocacia.

E à política, a êsse tempo agitada pela campanha abolicionista e propaganda republicana.

De ambas participou com fervor, aplaudido pelos conterrâneos, que o elegeram para o Congresso Constituinte de São Paulo, em que tomou posse a 6 de junho de 1891.

De tal maneira se distinguiu entre os colegas, que não lhe tardou o mandato de deputado ao Congresso Nacional, desde 1892, para preencher a vaga aberta pela nomeação de Rodrigues Alves, a quem Floriano Peixoto confiou a pasta da Fazenda.

Reeleito seguidamente, tornou-se a voz acatada, que os seus pares designaram para a Comissão de Diplomacia e Tratados, Comissão de Constituição e Justiça e por fim, Comissão de Finanças.



Era o assunto das suas preferências, a que dedicaria estudos de inequívoca influência entre os especialistas, como:

- *O Câmbio* — 1910;
- *Questões econômico-financeiras* — 1915;
- *Intensificação econômica do Brasil* — 1918;
- *Emissão de Papel Moeda — Caixas de Convenção Indústria Pastoril* — 1915;
- *Situação financeira do Brasil* — 1935.

Não os tinha ainda empreendido, quando o Instituto Histórico o acolheu, a 25 de agosto de 1895, em seu quadro de correspondentes.

Como credencial, porém, trazia o *Histórico da Cidade de São Carlos*, 1890, além de outros ensaios, em que evidenciava penhores a investigações, à procura de assunto.

Os problemas de economia e finanças, porém, empolgaram-lhe a peregrina inteligência, que iluminava os debates parlamentares, quando vinham à baila questões de interesse nacional. O problema das sêcas, dos transportes, a siderurgia, a pecuária, foram temas de suas penetrantes cogitações, como documentam os seus pareceres e discursos.

Apesar de ter exercido apenas um cargo executivo, como presidente do Banco do Brasil, no quadriênio de Artur Bernardes, as suas idéias a respeito e os projetos de reformas em todos os ramos administrativos, espelharam-se nas páginas de:

- *Magnos Problemas Econômicos de São Paulo*, 1921;
- *O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã*, 1921;
- *O Brasil Novo* (4 volumes), 1930-1931.

São contribuições que merecem exame atento, para utilização proveitosa de sadias sugestões expostas em linguagem clara e convincente.

Lutador resolutivo, mais de uma vez estadeou intrepidez, como republicano e abolicionista, desde a quadra acadêmica, na reação contra o golpe de Estado de 3 de novembro de 1897, na campanha civilista, ao lado de Rui Barbosa, e na Constituinte de 1934.

Encerradas, então, as suas atividades políticas, deixaria assinalado o seu concurso em *Trabalhos na Constituinte de 1934*, que, ainda uma vez, demonstravam a sua sagacidade de parlamentar, embora não lhe fôsse propício o ambiente, como outrora.

Recolhido à vida particular, poderia ufanar-se de ter contribuído como poucos para apontar rumos certos do engrandecimento do Brasil, a que se devotou carinhosamente, até emudecer a 12 de agosto último.

## FRANCISCO RADLER DE AQUINO

Em Nova York, onde se achava o casal José Herculano Tomás de Aquino e D. Maria Francisca Radler de Aquino, de quem proveio, nasceu, a 23 de janeiro de 1878, o filho, que o mar atrairia.

Engenheiro geógrafo, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, dedicar-se-ia, porém, à profissão naval, como oficial de marinha, que não se contentava com as obrigações de rotina.

Empenhado em aprofundar os seus conhecimentos técnicos, tornou-se colaborador da *Revista Marítima Brasileira*, que lhe publicou, desde novembro de 1899, *O método de Marcq Saint Hilaire para um observador determinar a sua posição no mar, com tábuas para sua aplicação*.

Decorridos alguns meses, entregou-lhe os originais do *Estudo teórico e prático dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin — Descrição e teoria da agulha de Lord Kelvin — Magnetismo dos navios. Teoria geral dos desvios das agulhas e da sua composição* (R.M.B., setembro de 1900).

Ainda trataria das *Causas da instabilidade do caráter magnético de um navio — Prisma azimutal de Lord Kelvin e Compensação e regulação das agulhas sem azimutes — Defletor de Lord Kelvin*.

Contemporaneamente, organizou tábuas para achar alturas e azimutes, assunto em que pontificaria mais tarde, *A navegação sem logarítimos* (1903), *Navegação simplificada pelas novas tábuas gráficas de Littlehales — Abaco polar fracional* (1904). Afastou-se por essa época do país, para servir na Embaixada do Brasil, como adido naval, por longo periodo, que lhe permitiu elaborar contribuições de valor, coroadas pelas *Tábuas náuticas University — Soluções uniformes e universais ultra-simplificadas* (1943), que o Ministério da Marinha oficialmente premiou, por lhe reconhecer o mérito científico, já proclamado pelos especialistas da Inglaterra e do Japão.

Apesar da nomeada que merecidamente grangeou e do concurso aplicado ao engrandecimento da Marinha brasileira, viu-se inesperadamente afastado da atividade, increpado de faltas, de que jamais teve conhecimento.

Por mais que insistisse em conhecer a acusação para se defender, não lhe foi dado ver o processo, a que serviu de remate a sua reforma, que lhe interrompeu a brilhante carreira no posto de capitão de mar e guerra.

Com o seu ostracismo, lucrou o Instituto, a cujo quadro pertencia desde 26 de agosto de 1911, para se tornar benemérito a 4 de dezembro de 1936, como dedicado tesoureiro.

Freqüentando-lhe a sede, não somente nos dias de sessões, evidenciou as suas primorosas qualidades de cavalheiro e técnico admirável, cujas obras os navegantes estrangeiros manuseavam com proveito, gabando-lhe o saber. Só deixou de comparecer, quando não mais lhe permitiu o organismo enfraquecido, embora lhe acompanhasse com desvelada atenção os trabalhos.

Ainda viveria, todavia, o suficiente para assistir ao reconhecimento oficial de sua correção de proceder, proclamada pela sua promoção ao almirantado, cujas honras lhe couberam, até falecer a 9 de outubro de 1953.

## ADMISSÕES

Em substituição aos doutos consócios emudecidos, a Assembléia Geral, realizada a 24 de junho, elegeu seus dignos sucessores.

Para a classe de benemérito foi escolhido Hélio Lobo, que já teria há muito alcançado esse título, a que fez jus pelos seus trabalhos em prol do Instituto, se não fôsem as suas prolongadas ausências, a serviço do Brasil, no estrangeiro.

A vaga de efetivo, preencheu-se com a indicação do nome de Ivolino de Vasconcelos, fundador e presidente do Instituto Brasileiro de História da Medicina.

Para sócios honorários, foram eleitos o Desembargador Florêncio de Abreu, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao qual apresentou ensaios históricos de alto valor, e atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, dedicado aos estudos de genealogia, Dr. Antônio de Sampaio Dória, cuja nomeada transbordou do ambiente universitário para a vida pública, Alberto Iria, conspícuo diretor do Arquivo Colonial Português.

São individualidades, que já evidenciaram, em contribuições eruditas, qualidades peculiares aos pesquisadores, que muito poderão concorrer para maior realce cultural do Instituto Histórico.

## PUBLICAÇÕES

Merece especial referência o êxito conseguido pela competente Comissão Diretora da Revista, constituída pelo General Estêvão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns e Feijó Bittencourt.

Em correspondência com os esforços de tão operosos consócios, a Imprensa Nacional empenhou-se ativamente na campanha memorável de pôr em dia a publicação prestígio, de maneira que ao principiar o ano corrente, veio a lume o número 210, relativo ao trimestre janeiro a março de 1951, precedido, com diminuto intervalo, pelos números 208 e 209, que surgiram após a derradeira sessão magna, e sem maior demora, foram aparecendo os imediatos, até que, há poucos dias, o Instituto recebeu o número 217, o derradeiro de 1952.

Estão no prelo, a sair antes de findar dezembro, o 218, de janeiro último e possivelmente o 219, relativo ao segundo trimestre.

O imediato já se acha também em composição, de sorte que só faltará a organização do último, que tratará do trimestre em curso. Ao assinalar a vitória alcançada pelos laborosos membros da Comissão Diretora, mercedores das homenagens de reconhecimento dos colegas, cabem também especiais elogios aos técnicos da Imprensa Nacional, sem cujo auxílio prestante e boa vontade não se teria obtido o resultado de que pode ufanar-se o Instituto. Especialmente a Divisão de Produção, a quem o esforçado d'retor Dr. Brito Pereira cometeu a incumbência de sanar o atrazo na publicação da Revista, superiormente interpretada pelos seus diligentes auxiliares, a começar do diretor de Divisão, Julio de Cacio e seu eficiente secretário, Ormino da Rocha Santos, e quantos participaram dos trabalhos de impressão da Revista, aos quais cabem os agradecimentos do Instituto.

De igual modo, contribuíram para o magnífico resultado, cada qual conforme lhe competia, os funcionários do Instituto, admiravelmente dirigidos por Adelaide Morosini Alba, que lhes dá o exemplo, não sòmente de incansável dedicação ao serviço, mas também de eficiência merecedora de elogios.

Coube-lhes, de mais a mais, atender aos freqüentadores da Sala de Leitura, onde registraram o movimento abaixo:

### Consultas:

Biblioteca .....	56.934
Jornais .....	22.108
Revistas .....	26.832
Mapas .....	12.039



Arquivo:

Manuscritos .....	28.023
-------------------	--------

Museu:

Visitantes .....	395
------------------	-----

Obras oferecidas:

Livros .....	284
Documentos .....	24
Mapas .....	98
Revistas .....	882
Jornais .....	447
Catálogos .....	42

A Secretaria, por sua vez, anotou:

Ofícios, cartas e telegramas recebidos	1.814
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	3.350

No mesmo período, da revisão e catalogação das obras da Biblioteca resultou a distribuição no fichário das fichas desdobradas por assunto, autor e referências. Iniciou-se, também, a catalogação das *Miscelâneas*, acondicionadas em 450 latas, e dos retratos, estampas, e ultimou-se a catalogação de 320 documentos, guardados em 10 latas no Arquivo.

Desta maneira, continua o Instituto a cumprir a sua missão patriótica, empenhado em contribuir para o engrandecimento cultural do Brasil.

## ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO «DIA PANAMERICANO» EM 14 DE ABRIL DE 1953

(Sessão nº 1.827)

CONFERENCIA DO DR. RENATO DE MENDONÇA — NOVAS FORMAS DA COOPERAÇÃO INTER-AMERICANA — IV CENTENARIO DA CHEGADA DE ANCHIETA AO BRASIL.

*Presidência:* José Carlos de Macedo Soares.

Aos dias 14 de abril de 1953 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se para comemorar o «Dia da América», tendo sido convidado para usar da palavra o sócio correspondente Dr. Renato de Mendonça.

Às 17 horas, o presidente perpétuo do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, abriu a sessão, convidando para tomarem lugar na mesa os Srs. Dr. Afonso Pena Júnior; Dr. Garcia Vinolas, pelo embaixador da Espanha; General Cândido Rondon; Embaixador Hildebrando Accioly; Dr. Barbosa Lima Sobrinho; presidente da Academia Brasileira de Letras; Comandante Mário Collazo Pitaluga, pelo embaixador do Uruguai; Desembargador Florêncio de Abreu; Senador Onofre Gomes Lima, Dr. Júlio Ortega Otálora, 1º secretário de Embaixada da Colômbia, Sr. Virgílio Corrêa Filho, secretário do Instituto.

Comunicou o Sr. presidente o falecimento dos sócios do Instituto, Frei Pedro Sinzig, eleito honorário a 15 de dezembro de 1934; Almirante Raul Tavares — eleito sócio efetivo em 23 de agosto de 1912, passando a benemérito a 26 de julho de 1940; do Comandante Dídio Iratin Afonso da Costa — eleito sócio honorário em 24 de dezembro de 1943.

Em seguida usou da palavra para ler as efemérides do Barão do Rio Branco relativas ao dia, o primeiro secretário.

O Sr. presidente convidou o Dr. Renato de Mendonça para pronunciar a sua conferência sobre formas da Cooperação Inter-Americana.

O orador, considerando o quadro político atual e estendendo-se às conferências internacionais realizadas anteriormente acerca do pan-americanismo, com o desenvolvimento que elas foram tendo até chegar-se à atualidade, mostrou a expressão que esses órgãos de política internacional e democracia passaram a ter.

Referiu-se à amplitude dos assuntos que vieram a ser tratados, e deixou evidente a significação dessas reuniões de políticos e especialistas em questões sociais.

A carreira de diplomata do conferencista levou-o a sentir muito de perto as diretrizes políticas internacionais em que estavam se lançando as nações americanas, para que se veja a significação cada vez maior de uma afirmação internacional, aliás explanada através do brilho das palavras ouvidas com tanto interesse e muito aplaudidas com o agrado manifestado.

Foi lida e apresentada a seguinte proposta que o Sr. presidente submeteu a aprovação, e foi unânimemente aprovada.

«Considerando que, no dia 13 do próximo mês de julho, ocorre a data do 4º centenário da chegada do venerável Padre José de Anchieta, S.J., a Bahia, juntamente com o II Governador D. Duarte da Costa;

Considerando que representa essa efeméride um acontecimento de capital importância na história político-religiosa, social, cultural da nação brasileira:

Considerando haver sido, *ab initio* a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a preciosa e mais antiga fonte da reconstituição histórica da Companhia de Jesus no Brasil após a sua extinção pelo Marquês de Pombal;

Considerando que os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros se devem as primeiras cópias autênticas dos trabalhos poéticos de vaticanarino existentes nos arquivos romanos d'onde, extraídos pela diligência de José Franklin Massena foram depois dados a publicidade em revistas esparsas por diversos eruditos e mais tarde em edição própria pela Academia Brasileira de Letras;

Considerando que do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, partiu no referido ano de 1934 formal e instantane apelo ao então vice-provincial da Companhia de Jesus no Brasil, no sentido de serem abertos os Arquivos Históricos da Companhia de Jesus em Roma a investigação dos estudiosos brasileiros para melhor conhecimento da história da Companhia de Jesus, trabalho executado posteriormente com tanta proficiência pelo notável historiador Padre Serafim Leite, S.J.;

Considerando que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro secundou, com seu valioso amparo, expressivas moções, successivamente aprovadas por diversos congressos de história, um dos quais internacional, de aplauso e reconhecimento à obra dos jesuítas no Brasil e na América em geral;

Considerando que pediu o Instituto, por ocasião da demolição do morro do Castelo uma estátua no mesmo sítio ao Padre Manuel da Nóbrega;

Considerando que se unindo o Instituto à Academia de Letras, dirigiu ainda formal apêlo ao Sumo Pontífice Pio XII, gloriosamente reinante, no sentido de serem reativados os processos competentes, para que se ultime a canonização do já venerável Padre José de Anchieta;

Considerando que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vem comemorando, zelosamente uma por uma, as datas centenárias referentes a inclita sociedade, a que deveu o nosso país os primeiros germes da sua civilização moral e da sua cultura intelectual, particularmente no que se refere ao extraordinário vulto do venerável Padre José de Anchieta, por ocasião do 4º centenário do seu nascimento, comemorado a 19 de março de 1934, com uma série de valiosas conferências especiais já compaginadas em volume especial;

Considerando, por último, que a chegada do infatigável missionário à Bahia, se acha diretamente vinculada a história da fundação de São Paulo e da fundação da cidade do Rio de Janeiro, acontecimentos êsses dos quais foi por mais de um título *magna pars* o taumaturgo do novo mundo;

Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo de que vão executar os mais importantes centros culturais de todo o país, comemore com uma sessão especial a realizar-se pela forma e em dia a critério do seu ilustre presidente perpétuo, solenemente a referida data de tão grande relêvo em nossos anais.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1953. — *E. Vilhena de Moraes e José Carlos de Macedo Soares*.

Comemorando-se em outubro do corrente ano, o centenário de nascimento do grande historiador Capistrano de Abreu, o Sr. presidente do Instituto propôs a realização de um curso que será oportunamente programado.

A proposta foi unânimemente aprovada.

Foi lido o seguinte telegrama: «Tenho honra pedir eminente amigo primeira sessão egrégia instituição consigne em ata um voto de profundo pesar falecimento erudito escritor A. Xavier de Oli-



veira autor notáveis trabalhos sobre territórios e Divisão territorial Brasil. Sinceros agradecimentos. (a) *Thiers Fleming*».

Submetido a votos foi aprovado.

Agradeceu, em seguida, o Sr. presidente o comparecimento das autoridades dos representantes diplomáticos e das pessoas presentes, declarando encerrada a sessão.

Enviaram telegramas os Srs. Dr. Café Filho, Vice-presidente da República, Dr. Maurício Filchtmann, secretário geral do Conselho Nacional de Estatística; Dr. Murilo Almeida dos Reis, diretor do Departamento de Educação de Adultos da Prefeitura do Distrito Federal; Dr. Gileno de Carli, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Diretoria do Real Gabinete Português de Leitura e Associação Brasileira de Imprensa.

Justificaram a ausência os sócios: Dr. Vilhena de Moraes e Almirante Gago Coutinho.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Feijó Bittencourt; Desembargador Vieira Ferreira; Lucas A. Boiteux; José Honório Rodrigues; Afonso Costa; José Antônio Soares de Sousa; Afonso Pena Júnior; General Estevão Leitão de Carvalho; Ministro Hildebrando Accioly; Hélio Viana; Renato de Mendonça; João Baptista Magalhães; Cândido Mariano da Silva Rondon; Heraclides C. de Sousa Araújo; Adolfo Morales de Los Rios Filho; Barbosa Lima Sobrinho; Francisco Marques dos Santos; Américo Jacobina Lacombe; Hélio Lobo; Jaime Cortesão; Agnello Bittencourt; Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa; Ordival Cassiano Gomes; Arthur Cesar Ferreira Reis; Roberto Macedo.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

*Feijó Bittencourt*

2º secretário

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 8 DE MAIO DE 1953

(Sessão nº 1.828)

CONFERENCIA DO DR. MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA SOBRE: «O MARQUES DE POMBAL E A UNIDADE BRASILEIRA» E ORAÇÃO DO ORADOR OFICIAL DR. PEDRO CALMON.

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos oito dias de maio de mil novecentos e cinquenta e três, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se para ouvir

a conferência do Dr. Marcos Carneiro de Mendonça, sobre *O Marquês de Pombal e a Unidade Brasileira* e a oração do orador oficial Dr. Pedro Calmon.

Aberta a sessão, às 17 horas, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto, convidou para tomarem lugar na mesa os Srs. Coronel Sérgio Marinho, representante do Sr. Vice-presidente da República; embaixador de Portugal Dr. Antônio de Faria, General Cândido Mariano Rondon, General I. Regueira, Conde das Galvêas; Austregésilo de Ataíde e Virgílio Corrêa Filho, 1º secretário do Instituto.

Em seguida, usou da palavra para ler as efemérides do Barão do Rio Branco, relativas ao dia, o 1º secretário.

Convidado pelo Sr. presidente o orador oficial, Professor Pedro Calmon, pronunciou a sua oração, para comentar o acontecimento de que resultou o acréscimo especial da documentação trazida para o Brasil pelo conferencista. Em Portugal, teve ensejo de acompanhar as pesquisas do Sr. Marcos de Mendonça, e podia testemunhar o acerto com que escolhia os manuscritos que adquiriu, por bem lhes aquilatar a valia.

Dessa maneira, tornou-se possuidor de opulento arquivo, que lhe permitiu empreender ensaios históricos para cuja elaboração já manifestara pendores naturais, ao traçar excelente biografia do Intendente Câmara, como iria verificar a assistência depois de lhe ouvir a bem documentada conferência.

Em seguida o presidente convidou para ir à tribuna o senhor Marcos de Mendonça.

As primeiras palavras do conferencista marcaram logo a elegância da sua linguagem, enquanto, como historiador, manifestou o grande interesse do seu tema, que era o século XVIII, ao qual não pode deixar de se mostrar radicado pelos estudos que fizera e pela documentação que coligiu, estudada, organizada, através de uma vida votada à história do Brasil lhe parecia reveladora.

Naquele século patentearam-se os seguintes aspectos históricos: expressão social própria que se evidenciava no Brasil; posição internacional, ou melhor, interesses nacionais, que o Brasil começava a provocar, e, sendo assim, uma questão política que se lançava no mundo; enfim a ação do Estado português. Cada aspecto destes pesou no destino do Brasil e o conjunto formado pelos três deixa ver a dificuldade que há para o historiador em tecer o trama que eles formaram.

Começou o conferencista por examinar a questão internacional, colhendo-a na letra dos tratados, mas na verdade solucionada através de quatro elementos que se foram firmando como

argumentos inafastáveis. De começo, valera o pacto, o contratado, a letra dos tratados, mas depois começou a influir o social, com que se passou a contar, sendo êle uma expressão real que não era mais possível pôr de lado. Neste caso está a doutrina do *uti possidetis*, por fim aceita.

Finalmente a ação do Estado, que importa no aparecimento do estadista, deu ao conferencista ensejo de traçar o perfil de Pombal, fazendo ver o que era o século XVIII e o vulto excepcional de estadista português, que sobressaiu de corpo inteiro.

Passando o Sr. Marcos de Mendonça a tratar de Pombal, assunto da conferência realizada na data comemorativa do falecimento de quem foi ministro do rei de Portugal e titulado Conde de Oeiras, começou-se a ver a diferença que há entre o diplomata e o estadista. Este pode partir da questão diplomática, mas, no que empreende, surge uma obra de uma amplitude e importância incomparável.

Visou o Sr. Marcos de Mendonça o aspecto administrativo e político do governo de Pombal.

Na administração, deixou ver o movimento de armas e que confirmou saber muito documentadamente, e eram forças que se organizavam para uma atitude pronta a que Pombal estava disposto, uma vez que talvez fôsse esta a consequência de disputa pela posse das terras americanas.

Adiantou o Sr. Marcos de Medonça conclusões políticas tiradas da maneira de Pombal organizar o Brasil militarmente, estabelecendo em cada capitania uma força militar própria para se reunirem todas em caso de uma luta travada em defesa do Brasil.

A federação estava assim esboçada, afirmou o orador e com razão. De fato tudo concorreu no Brasil para essa forma de Estado. Não se diga que já fôsse a federação, mas o conferencista de fato apontava um remoto elemento de sua formação.

Justificaram a ausência os sócios ministros Tavares de Lira, Almirante Thiers Fleming, Almirante Carlos da Silveira Carneiro, Dr. Sousa Araújo e Dr. Teixeira de Freitas.

Enviaram officios e telegramas os Srs. ministro da Guerra, da Aeronáutica, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, a diretora do Instituto Benjamin Constant e o Sr. presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Hélio Lobo, Afonso Costa, Luís de Oliveira Belo, Herbert Canabarro Reichardt, Feijó Bittencourt, João Batista Magalhães, Cândido Mariano da Silva Rondon, Jorge

Dodsworth Martins, Valentim Benício da Silva, Cláudio Ganns, Estevão Leitão de Carvalho, Hildebrando Accioly, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Pedro Calmon, Roberto Macedo, Jaime Cortesão, Hélio Viana, Cristovam Leite de Castro, Artur Cesar Ferreira Reis, Francisco Marques dos Santos, José Antônio Soares de Sousa, Julião Rangel de Macedo Soares e José Honório Rodrigues, Mucio Leão.

Encerrou-se a sessão às 18,30 horas.

*Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.*

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 27 DE MAIO DE 1953  
(Sessão nº 1.829)

CONFERENCIA DO SÓCIO BENEMÉRITO DESEMBARGADOR FERNANDO LUIS VIEIRA FERREIRA SOBRE O TEMA: «O COSMÓGRAFO MARTIM BEHAIM E O DESCOBRIMENTO DO BRASIL.

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos vinte sete dias de maio do corrente ano reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a conferência do sócio benemérito Desembargador Fernando Luis Vieira Ferreira sobre o tema: *O Cosmógrafo Martin Behaim e o descobrimento do Brasil.*

As dezessete horas o presidente perpétuo do Instituto Embaixador José Carlos de Macedo Soares assumiu a presidência da sessão, convidando para ocupar lugar na mesa de que dirigiu os trabalhos, os Srs. Almirante Gago Coutinho, Capitão Sampaio Espellet representando S. Excia. o ministro da Marinha; Almirante Washington Perry de Almeida, Capitão de Mar e Guerra Pedro Paulo Suzano, Comandante do C.I. Almirante Wandenkolk, e o 1º secretário, Virgílio Corrêa Filho.

Foi dada a palavra ao primeiro secretário o Sr. Virgílio Corrêa Filho que leu as efemérides do dia coligidas pelo Barão do Rio Branco e em seguida o sócio D. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa propôs que se inserisse em ata uma referência elogiativa a Dom Gerardo van Caloen, abade da Abadia de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro, cujo centenário de nascimento transcorre no presente ano. O proposto foi aprovado unanimemente.

Coube ao sócio benemérito Desembargador Vieira Ferreira pronunciar a erudita oração que será publicada oportunamente.



Após os aplausos da assistência, fêz o Almirante Gago Coutinho uma apreciação de grande interesse sobre o mesmo assunto.

## JUSTIFICAÇÃO DE VOTO PELO SÓCIO MANUEL XAVIER DE VASCONCELOS PEDROSA A PROPÓSITO DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE DOM GERARDO VAN CALOEN.

Exmo. Senhor Presidente Macedo Soares.

Meus senhores.

Todos os meus prezados consócios sabem que a proclamação da República no Brasil foi a salvação das Ordens Religiosas estioladas e quase extintas pela rigidez da legislação vigente no Império.

O decreto de 7 de janeiro de 1890 levantando a proibição do noviciado nas Ordens Religiosas, permitiu-lhes receber do estrangeiro sacerdotes os mais ilustres e mais virtuosos que em pouco foi alcançada a transfiguração dos conventos que se achavam quase inteiramente despovoados.

Entre os monges beneditinos que vieram para o Brasil avulta a nobre figura de Dom Gerardo van Caloen, cujo centenário de nascimento ocorre no ano corrente.

Tais os serviços prestados à cultura e à espiritualidade brasileiras pelo eminente monge beneditino que sou levado a propor que na ata da presente sessão seja lançado um voto de profunda saudade em recordação do grande reorganizador da vida monástica beneditina no Brasil.

Em poucas palavras, meus prezados confrades, poderemos justificar nossa proposta.

A vinda de Dom Gerardo para o Brasil foi precedida de uma solicitação endereçada a Leão XIII pelo Abade Geral Dom Domingos Machado, subscrita pelos monges capitulares da Congregação brasileira, para que fôsem mandados frades missionários para a restauração dos conventos brasileiros.

A visão profunda do papa esperado na profecia de São Malaquias como *Lumen in celo*, dístico amplamente justificado pela transcendente e brilhantíssima luz que iluminou tão glorioso pontificado, descobriu um monge belga nascido de família nobilíssima, na religiosa cidade de Bruges, Dom Gerardo van Caloen, predestinado para realizar a delicada missão de reorganizar a vida monacal beneditina no Brasil.

Dom Gerardo desembarca em Pernambuco a 19 de agosto de 1895, com alguns companheiros religiosos. É recebido pelo abade geral, Dom Domingos, e por Dom José de Santa Júlia Botelho, Abade de Olinda, que receberam os novos irmãos com grande demonstração de carinho. A abadia de Olinda foi a primeira a ser restaurada em sua vida monástica, de portas cerradas havia 10 anos por falta de monges.

Todos os recém chegados pediram imediatamente a cidadania brasileira a fim de facilitar a obra de restauração, principal objetivo de sua vinda.

Em 1896 o Mosteiro de Olinda abria suas portas ao Noviciado. Neste mesmo ano foi Dom Gerardo eleito por três anos, Abade de Olinda. Reeleito em 1899, foi nomeado pelo Santo Padre Leão XIII vigário geral de Dom Domingos da Transfiguração Machado, com direito de sucessão no cargo de abade geral do Brasil.

A segunda abadia que se restaurou foi a da Bahia. Para lá foram enviados alguns monges e irmãos conversos, procedentes de Olinda e da Bélgica. Em 1900 abre-se o noviciado da Bahia.

A abadia de S. Paulo possuía apenas um religioso, o Abade Dom Pedro da Ascensão Moreira, cujo estado de saúde exigia a assistência de outro beneditino. Esta lhe foi dada na pessoa de D. Miguel Kruse, enviado pelo abade geral da Bahia. Em julho morre o velho abade. Em setembro chega a São Paulo Dom Gerardo Van Caloen acompanhado de monges sendo desde então restabelecida a vida monástica na Abadia de São Paulo, onde perlustrou eficientemente como abade o ilustre Dom Miguel Kruse.

A 4ª Abadia a ser restaurada foi a do Rio de Janeiro. Era seu abade Dom João das Mercês Ramos que mal inspirado quis opor-se à restauração. Para obviar a dificuldade, o abade geral, Dom Domingos da Transfiguração Machado, obteve de Leão XIII, por *motu proprio*, a transferência da sede da Abadia Geral de S. Sebastião na Bahia para a de N. Senhora do Monte Serrat no Rio de Janeiro.

Autorizado por esta forma marcou Dom Domingos o Capítulo Geral da Ordem, para o mês de maio de 1903, na abadia do Rio de Janeiro. Os capitulares ao desembarcarem souberam que o abade, Dom João das Mercês Ramos não estava de acôrdo com esta reunião e negava-se a hospedar no Mosteiro os convocados, alegando serem eles religiosos estrangeiros, obrigando-os a apelar para a Justiça que lhes deferiu favoravelmente.

O noviciado foi aberto em julho de 1903, com a presença de quatro noviços, dentre os quais não deve ser esquecido o monge

Dom Joaquim de Luna, ilustre biógrafo de Dom Gerardo Van Caloen.

Ficou à frente da abadia do Rio de Janeiro, Dom Gerardo como vigário geral de Dom Domingos da Transfiguração Machado. Em 1905 a Santa Sé o transfere de Olinda para a abadia do Rio de Janeiro, com os encargos da administração dos outros Mosteiros, salvo o da Bahia.

Em 1905, recebeu Dom Gerardo de D. José Lourenço da Costa Aguiar, Bispo do Amazonas, a oferta de um grande território na bacia do Rio Branco para nêle ser fundada uma missão entre os índios, oferta esta que calhou magnificamente na sua alma de missionário.

Em Roma foi recebido por Sua Santidade o Papa Pio X, a quem informou a respeito da restauração das abadias beneditinas do Brasil, da boa marcha em que ela prosseguia, e consultou Sua Santidade a respeito da possibilidade de abrir no Amazonas uma missão beneditina. Teve a honra de ouvir textualmente de Sua Santidade estas palavras: — «Se eu não tivesse o govêrno de tôda a Igreja, partiria convosco para ir converter êstes pobres indígenas».

Depois dêste contato pessoal com o Papa Pio X, foi Dom Gerardo honrado com vários títulos e designações. Em 1906 é eleito bispo titular de Phocêa. Em 1907, a 17 de agosto, o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro é elevado a categoria de Abadia Nulius, com jurisdição sobre o território do Rio Branco, desde então livre da jurisdição da diocese do Amazonas.

A morte do abade geral, Dom Domingos da Transfiguração Machado, ocorrida em julho de 1908, na Bahia, aos 84 anos de idade, permitiu a Dom Gerardo atingir o cargo de abade geral do Brasil. Com a sucessão ganhou o título de arquiabade logo confirmado pela Santa Sé.

Após tantas preocupações de tôda a ordem à frente da Ordem Beneditina no Brasil, a sua saúde se abalou, obrigando-o a viagem para a Alemanha em tratamento nas águas de Nauheim.

A ocorrência da grande guerra de 1914, foi para Dom Gerardo motivo de grandes aflições. A situação financeira do Mosteiro do Rio de Janeiro apresentava-se em situação grave decorrente de empréstimo feito em moeda estrangeira. Em 1915, na reunião do Capítulo da Congregação em Roma, depois de apresentar relatório cabal a respeito de sua Abadia e do estado da Congregação no Brasil, teve uma entrevista com o Santo Padre Bento XV, em mão de quem deixou o pedido de renúncia do cargo de abade do Rio de Janeiro e arquiabade da Congregação.

Já não era Dom Gerardo abade do Rio de Janeiro quando, em 1915, regressou ao Brasil para ser missionário no território do Rio Branco, onde chegou em novembro do mesmo ano. De 1915 a 1918 viveu no Acre; tendo apanhado febre palustre, veio para o Rio de Janeiro em busca de tratamento. Desaconselhado de voltar ao Amazonas por causa de sua saúde, resolve deixar o Brasil onde vivera 25 anos de uma vida laboriosa e benfazeja. Faleceu em 16 de janeiro de 1932, em Cap d'Antibes, no sul da França, onde o visitou em 1930 o nosso saudoso consócio, o Cardeal Dom Sebastião Leme, alegando motivo para essa homenagem especial ao velho abade do Rio de Janeiro os grandes serviços que havia prestado à nossa Pátria.

«Virtus impavida» era o lema das armas prelatícias de Dom Gerardo Van Caloen.

«Virtus impavida» foi a suma de sua vida, bem vivida para a igreja e utilíssima para a comunidade brasileira.

Bem merece, portanto, o saudoso Dom Gerardo Van Caloen uma referência elogiativa na ata da sessão de hoje do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Tenho dito».

Os sócios beneméritos, Feijó Bittencourt e Cláudio Ganns propuseram, para sócios do Instituto, os Srs. Marcos Carneiro de Mendonça e Eustáquio Duarte.

Justificaram, por telegrama, o seu não comparecimento o General Leitão de Carvalho, que se acha gripado, aguardando o leito; Dr. Afonso Pena Júnior, Ministro Augusto Tavares de Lira.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Fernando Luís Vieira Ferreira; Afonso Costa; Thiers Fleming; Gago Coutinho; Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Julião Rangel de Macedo Soares; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt e Cláudio Ganns.

Notavam-se entre a assistência os Srs. Almirante Washington Perry de Almeida, Cap. de Mar e Guerra Pedro Paulo Suzano, Oscar Lucena e senhora, Beatriz Nascimento Silva, Celuta Duarte, Maria Vieira Ferreira, Silo Meireles, Silvestre San Filipo, Francisco Miselão, Miguel Leitão de Carvalho, Leite Ferreira e muitas outras pessoas cujos nomes nos escaparam.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

*Feijó Bittencourt*

2º secretário



## ASSEMBLÉIA GERAL EM 24 DE JUNHO DE 1953

(Sessão nº 1.830)

OS NOVOS SÓCIOS BENEMÉRITOS, EFETIVOS E HONORARIOS

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo.

Às 16 horas do dia 24 de junho de 1953, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Assembléia Geral, segunda convocação devidamente anunciada.

O Sr. Presidente Embaixador José Carlos de Macedo Soares, declarando aberta a sessão, deu a palavra ao 1º Secretário senhor Virgílio Corrêa Filho para apresentar o balanço de receita e despesas do Instituto relativo ao ano de 1952 acompanhado dos comprovantes e que sobre a mesa que presidia a sessão ficou à disposição dos sócios que o quisessem examinar. Em seguida o 1º secretário leu o seguinte parecer:

«A Comissão de Fundos e Orçamentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro após examinar o balanço relativo ao ano de 1952, apresentado pelo tesoureiro, com os documentos comprobatórios das despesas realizadas, tanto em relação ao material quanto ao pessoal, é de parecer que seja o mesmo aprovado, com um voto de louvor ao digno tesoureiro Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1953 — *Artur Cesar Ferreira Reis. — José Antônio Soares de Sousa e Mario Augusto Teixeira de Freitas*».

Pôs o presidente em discussão o balanço e o parecer apresentados, e, como ninguém pediu a palavra, submeteu à votação, tendo sido ambos unânimemente aprovados.

Declarou o Sr. presidente encontrar-se sobre a mesa o Catálogo dos Documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizado pelo sócio Dr. José Pedro Leite Cordeiro, como contribuição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para as comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo. De modo especial referiu-se S. Excia., ao fazer a apresentação, à Nota explicativa em que há especiais referências à contribuição do sodalicio sob a sua presidência.

Prosseguindo-se no expediente, leu o 1º secretário a seguinte proposta, acompanhada de parecer:

«Proposta — Para preencher a vaga aberta na classe dos sócios beneméritos pelo desaparecimento do Almirante Raul Tavares, indicamos o sócio efetivo, Ministro Hélio Lobo que ingressou no quadro social do Instituto a 6 de junho de 1912.

Desde essa época, veio cooperando para o prestígio da associação e participando dos seus trabalhos, em comissão, sempre que lhe permitiam as exigências da diplomacia, em cujo serviço longamente se ausentou do Brasil para bem o representar perante várias nações estrangeiras.

Longe, embora, jamais deixou de atender ao programa do Instituto, como evidenciam os livros que elaborou, acêrca de assuntos da história brasileira, como, entre vários outros: — *O Brasil e seus princípios de neutralidade* (1914) — *Antes da Guerra (A Missão Saraiva)* (1914) — *Cousas Americanas e Brasileiras* (1923) — *Um Varão da República* (1937) — *Pan-Americanismo e o Brasil* (1939).

E ainda quando o título se afigurasse inteiramente estranho, em *O Domínio do Canadá*, não perderia oportunidade de cotejá-lo com o Brasil, para assinalar semelhanças e contrastes sugestivos.

A intervalos, a permanência no país lhe proporciona ensejo de frequentar o Instituto, a cujo engrandecimento consagra a sua culta inteligência e a dedicação a nobres idéias patrióticas, assim merecendo inscrever-se entre os beneméritos, de acôrdo com o art. 8º dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1953. — José Carlos de Macedo Soares. — Augusto Tavares de Lyra. — Herbert Canabarro Reichardt. — João B. Magalhães. — Valentim Benício da Silva. — Feijó Bittencourt. — Virgílio Corrêa Filho. — José Honório Rodrigues. — Christovam Leite de Castro. — Ordival Cassiano Gomes. — Afonso Costa. — José Antonio Soares de Sousa. — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

*Parecer da Comissão de Admissão de Sócios* — O Ministro Hélio Lobo, tendo ingressado no Instituto Histórico em 1912 e sempre tendo concorrido com a sua colaboração, que valiosa se tornou pelo que representa a sua cultura, reúne pois as qualidades e condições exigidas para ser elevado a sócio benemérito conforme a proposta apresentada, merecedora de aprovação.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1953. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. — Christovam Leite de Castro. — João Baptista Magalhães.

Não tendo ninguém pedido a palavra para discutir proposta e parecer, o Sr. presidente submeteu-os à votação, para, na apuração, verificar-se terem sido favoráveis todos os votos, havendo uma abstenção. Ao ser declarado o resultado, a assistência prorrompeu numa salva de palmas e o Ministro Hélio Lobo, que estava presente, pediu a palavra para se dirigir a assembléia, que, reconhecendo-lhe os altos méritos, lhe conferiu o título de sócio benemérito do Instituto de que pertence há 41 anos. Pediu o Sr. Ministro Hélio Lobo para continuar com a palavra, apresentando a seguinte proposta:

«*Emílio Rodrigues Mendoza* — Eleito para o Instituto Histórico como sócio correspondente em 6 de dezembro de 1906, por proposta de Max Fleiuss, Afonso Celso e Melo Rego. Serviu de título para sua eleição dentre outras obras *Últimos dias de la Administración Halmaceda*.

É um grande amigo do Brasil, tendo sido o Barão do Rio Branco seu padrinho de casamento.

Por motivo de festejar-se seu 80º aniversário, venho propor que na ata desta reunião seja consignado um voto de congratulações e que seja enviado ao homenageado um ofício comunicando a manifestação do Instituto Histórico».

Submetido à discussão e votação foram os votos de congratulações e proposta de ofício comunicando a manifestação do Instituto, unânimemente aprovados.

O 1º secretário reportou-se à proposta do Dr. Ivolino de Vasconcelos para sócio efetivo do Instituto, que já foi publicada e inserida na ata da Assembléia Geral de dezembro de 1951, acompanhada dos seguintes pareceres:

*Parecer da Comissão de História* — O Dr. Ivolino de Vasconcelos, proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem demonstrou o seu pendor à História e à Medicina, ao promover a fundação do Instituto Brasileiro de História da Medicina e da Revista que lhe divulgara as atividades.

Assim envolveu em uma só entidade, a que se consagrou com fervor, as duas maiores solicitações de sua curiosidade intelectual.

E organizou o cenário a que leva de continuo os resultados de suas pesquisas, que lhe permitiram elaborar a memória — *Observações médicas de Simão de Vasconcelos*, apresentada ao IV Congresso de História Nacional, além de outras contribuições.

Entre as demais, avulta a *Biografia de Francisco de Castro*, premiada pela Academia Brasileira de Letras.

Para evocar o vulto insigne do amigo de Ruy Barbosa, que lhe dedicou magistral artigo, recorda o autor a transplantação da Família Real para o Brasil a fim de se libertar das garras de Junot.

Em sua comitiva, também viria o Dr. José Corrêa Picanço, que obteve do príncipe regente a criação, por decreto de 18 de fevereiro, de «uma Escola de Cirurgia, no velho Hospital Militar da Bahia», ancestral da Faculdade de Medicina, constituída em 1832.

Lá iniciou Francisco de Castro os seus estudos, continuados no Rio de Janeiro, onde lhe cresceu a fama de aluno distinto, professor insigne, orador e humanista de ampla cultura, além de clínico sagaz e benevolente.

Ao escolher tão peregrina individualidade para as suas indagações, evidenciou o biógrafo quanto o seduzem os temas das cumiadas da medicina, a que associa o preceito as solicitações da história, assim merecendo ingressar no quadro social do Instituto Histórico. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1953. — *Valentim Benicio da Silva*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Herbert Canabarro Reichardt*.

*Parecer da Comissão de Admissão de Sócios* — Ao Instituto Brasileiro de História da Medicina dedicou o Dr. Ivolino de Vasconcelos, como presidente, o seu entusiasmo criador e a capacidade admirável de trabalho que lhe garantiu o êxito.

Além de professor do «Curso de História da Medicina», na Faculdade Nacional respectiva, dirige a *Revista Brasileira de História da Medicina*, sem prejuízo dos ensaios que elabora acêrca de assuntos correlatos.

A Comissão de Admissão de Sócios, de acôrdo com a de História, é de parecer que seja o Dr. Ivolino de Vasconcelos acolhido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para cujo engrandecimento poderá contribuir eficientemente. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1953. — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*. — *Christovam Leite de Castro*. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Alfredo Valladão*. — *J. Baptista Magalhães*.

Posta em discussão, ninguém pediu a palavra, sendo então submetida a votação que, apurada pela maioria da assembléia, trouxe dois votos contra.

Em seguida, foi lida a seguinte proposta com o respectivo parecer:

«Propomos para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Florêncio de Abreu, cujas atividades culturais se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul. Lá, ini-



ciou a sua carreira profissional na administração pública e na magistratura, culminada no Tribunal de Apelação do Estado.

Diretor do Arquivo Público, apaixonou-se pelos estudos históricos de tal maneira que lhe organizou a seção de História e iniciou a publicação da Revista, cujas páginas se opulentaram com a sua douda contribuição.

Mercê do entusiasmo que despertou entre os especialistas, não tardou a fundação, à sombra do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, promovida por Emilio Fernandes de Sousa Docca, primeiro tenente na época, Aurélio Porto e Otávio Augusto de Faria.

A sessão preparatória, realizada a 20 de agosto de 1920, antecedeu de seis meses apenas o desaparecimento de Otávio de Faria, o mais fervoroso dos companheiros, que entregaram, com justiça, ao Dr. Florêncio de Abreu, a presidência da nascente instituição, exercida com dedicação e inteligência.

Ao deixar Porto Alegre, já aposentado, conservou o título, conferido pelos consócios, de presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Também o acolheu a Academia Riograndense de Letras, que lhe conferiu o mandato de seu representante na Federação das Academias de Letras, cuja presidência exerce atualmente.

Por ocasião de sua posse, proferiu admirável discurso, em que analisou a contribuição de Otávio de Faria, seu patrono, nos domínios da história, geografia e estatística, especialmente do Rio Grande do Sul. Também na conferência acêrca de Gaspar da Silveira Martins, explanou com proficiência tema de seu agrado, para evocar o mais famoso tribuno da época.

Fora da Academia, elaborou, em 1922, o *Retrospecto Económico e Financeiro*, de consulta indispensável aos estudiosos da evolução sul-riograndense, e, em 1952, o *Gado bovino e sua influência na Antropogeografia do Rio Grande do Sul*. Simultaneamente de história e sociologia, bastaria êste ensaio, em que se espelha a realidade gaucha, para lhe justificar o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, independente dos títulos que evidenciam o alto aprêço em que é tido pelos contemporâneos como presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presidente da Federação das Academias de Letras, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De mais a mais, participou dos trabalhos do IV Congresso de História Nacional, na 7ª Comissão, que tratou das «Instituições Políticas e Jurídicas — Evolução das cidades». Com a sua colaboração douda, certamente muito lucrará o Instituto».

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1953. — José Carlos de Macedo Soares. — Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt. — Virgílio Corrêa Filho. — Helio Lobo. — H. Canabarro Reichardt. — Jorge Dods-worth Martins. — Estevão Leitão de Carvalho. — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. — Luiz de Oliveira Bello. — Afonso Costa. — Francisco Marques dos Santos. — João Baptista Magalhães. — Jaime Cortesão. — José Antonio Soares de Souza. — Arthur Cesar Ferreira Reis. — José Honório Rodrigues.

*Parecer da Comissão de Admissão de Sócios* — «Refere-se a proposta, que nos foi submetida à aprovação, ao desembargador Florêncio de Abreu, que tanto satisfaz a uma como a outra das condições prescritas pelo art. 7º dos Estatutos, que reza: «Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia».

Ora, o indicado, depois de exercer os mais altos cargos administrativos e na magistratura do Rio Grande do Sul, até se aposentar, quando atuava judiciosamente no Tribunal de Apelação, transferiu a sua residência para esta Capital. Aqui lhe coube a Presidência da «Federação das Academias de Letras do Brasil», que lhe evidencia o prestígio entre os consócios e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de âmbito nacional. Como se não lhe bastassem tais credenciais, para o incluir na categoria referida, ainda lhe atesta os méritos de historiador, valiosa bibliografia, parte da qual a proposta menciona, como *Retrospecto Econômico e Financeiro*, o *Gado bovino e sua influência na Antropogeografia do Rio Grande do Sul*, alocuções na Academia Sul Rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que lhe conferiu a presidência, a princípio efetiva e mais tarde honorária.

Principalmente os elogios de Gaspar da Silveira Martins e de Otávio Faria constituem contribuições excelentes para o estudo das atividades dessas preclaras individualidades, e do ambiente cultural em que viveram.

Pelas razões expostas, somos de parecer que seja aprovada a proposta para admissão do Desembargador Florêncio de Abreu como sócio honorário do Instituto. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1953. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. — Christovam Leite de Castro. — João Baptista Magalhães.»

Submetida a discussão e ninguém usando da palavra, foi submetida à votação que, apurada, verificou-se ter sido aceita pela maioria de votos, havendo um voto contra.

Foi submetida à discussão a proposta do Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, já publicada na ata da Assembléia de 17 de dezembro de 1951 e que veio a ser lida bem como o seguinte parecer abaixo subscrito. Havendo vaga de sócio honorário para ela se propôs a eleição do Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão. Submetida à votação, compulsou-se a maioria de votos favoráveis, apenas tendo sido dado um contra.

*Parecer da Comissão de Admissão de Sócios* — O Engenheiro Antônio de Araújo de Aragão Bulcão é nome sobejamente conhecido e que se recomenda pelos cargos e merecimento de historiador que o notabilizam para que seja membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1953. — *Augusto Tavares de Lyra.* — *Alfredo Valladão.* — *Christovam Leite de Castro.* — *João Baptista Magalhães.* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa*».

Em seguida, foi posta em discussão e votação a proposta e parecer do Professor Antônio Sampaio Dória a qual se verificou ter sido aceita pela maioria de votos:

«Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Dr. A. de Sampaio Dória, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, publicista notável, escritor de altos méritos, que tem ocupado no país as mais altas posições de governo, tendo sido ministro da Justiça do governo José Linhares.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1950. — *José Carlos de Macedo Soares.* — *Virgílio Corrêa Filho.* — *João Baptista Magalhães.* — *Feijó Bittencourt.* — *Vieira Ferreira.* — *Thiers Fleming.* — *A. Tavares de Lyra.* — *Herbert Canabarro Reichardt.* — *Valentim Benício da Silva.* — *Christovam Leite de Castro.* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.* — *Afonso Costa.*

*Parecer da Comissão de Admissão de Sócios* — É o Dr. Antônio Sampaio Dória professor catedrático da Faculdade de São Paulo, pelos seus títulos culturais, e posições políticas que tem exercido, um nome de grande projeção para que o Instituto o receba na qualidade de sócio honorário. Merece pois aprovação a proposta apresentada.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1953. — *Augusto Tavares de Lyra.* — *Alfredo Valladão.* — *Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.* — *Christovam Leite de Castro.* — *J. Baptista Magalhães.*

Ainda para sócio honorário, foi eleito o Dr. Alberto Iria, mediante a proposta seguinte:

«Propomos para sócio do Instituto Histórico o Dr. Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa.

Quantos visitam Portugal, interessados em assuntos de história do nosso país, sabem do acolhimento cordial que ali lhes faz, quem tem sob a sua guarda tão rico acervo de preciosidades inéditas, relativas aos fastos dos nossos tempos coloniais.

Alberto Iria esteve no Brasil em 1949, quando do 4º Centenário da Fundação da Cidade do Salvador e aqui tomou parte ativa no 4º Congresso de História Nacional — para a qual correu com duas teses sobre a *Bahia* e a *Fundação do Govêrno Geral do Brasil* — ambos apoiados em documentação daquele valioso arquivo (Ver: *Anais*, vol. 2º, págs. 1-30 e 21-110). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1953. — José Carlos de Macedo Soares. — Claudio Ganns. — Arthur Cesar Ferreira Reis. — Virgílio Corrêa Filho. — João Baptista Magalhães. — Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt. — Afonso Costa. — Vieira Ferreira. — Thiers Fleming. — Augusto Tavares de Lyra. — José Antonio Soares de Souza. — Mario A. Teixeira de Freitas. — Christovam Leite de Castro.

O 1º secretário leu a proposta, bem como o parecer abaixo transcrito, que, submetidos à votação, foram aprovados:

«Da Comissão de Admissão de Sócios: «O Sr. Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, é portador de título que o recomenda muito e que merece grande acatamento principalmente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que dêle faça parte como sócio. Merece a proposta aprovação da Comissão de Admissão de Sócios, que vem assim apresentá-la à aprovação da Assembléia Geral.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1953. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. — João Baptista Magalhães. — Christovam Leite de Castro».

O sócio Feijó Bittencourt pediu a palavra, que lhe foi dada. Reportou-se à notícia publicada pelo *Correio da Manhã* acerca do centenário de nascimento de José Eduardo Macedo Soares, que, em vida, foi nobre professor. Fazendo referências às merecidas homenagens que serão prestadas, no dia 26 de agosto próximo, data do aniversário de nascimento de quem ficará condignamente lembrado com a colocação de uma placa de bronze na via pública com o seu nome, e com a inauguração da herma do ilustre educador, o orador referiu-se ao programa de homenagem elaborado por comissão constituída de nomes tão ilustres e disse da gratidão



do Estado de São Paulo por aquêle que se dedicou à formação intelectual e moral dos seus filhos. Pedindo que fôsse incluído na ata da sessão um voto, em que o Instituto se associa às homenagens indicadas, a sua proposta foi recebida sob uma salva de palmas, e em seguida aprovada por unanimidade. Continuando com a palavra, o orador propôs um voto de congratulações pela publicação do Catálogo dos Documentos sôbre São Paulo, existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, prefaciado pelo sócio do Instituto José Pedro Leite Cordeiro, e devido à benemerência do presidente perpétuo do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a expensas de quem se elaborou a valiosa contribuição. Acrescentou o orador que esta era mais uma das muitas contribuições devidas ao ilustre sócio, e incluiu no seu pedido que por telegrama se comunicasse o voto proposto, caso merecesse a aprovação da assembléia. Submetido à votação, a assembléia unânimemente se manifestou de acôrdo.

Assinaram a lista de presença os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Batista Magalhães, José Antônio Soares de Sousa, Hélio Lobo, Afonso Costa, Estevão Leitão de Carvalho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Valentim Benício da Silva, Julião Rangel de Macedo Soares, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Luís Felipe Vieira Souto, Elmano Cardim, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Hélio Viana, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Ordival Cassiano Gomes, Luís de Oliveira Belo, Herbert Canabarro Reichardt, Heraclides César de Sousa Araújo.

Sôbre a mesa achavam-se à disposição dos sócios os documentos referentes ao aumento da subvenção do Governo Federal ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Encerrou-se a sessão de Assembléia Geral às 17 horas.

*Feijó Bittencourt*

2º secretário

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 24 DE JUNHO DE 1953

(Sessão nº 1.831)

CONFERÊNCIA DO DR. HERACLIDES CÉSAR DE SOUSA ARAÚJO, SÔBRE O TEMA:  
«OS PIONEIROS DO COMBATE A LEPRO NO BRASIL COLONIAL»

*Presidência:* José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se, no dia 24 de junho último p.p. para ouvir a conferência do sócio Dr. Heraclides César de Sousa Araújo, sobre o tema: *Os Pioneiros do combate à lepra no Brasil Colonial*.

Às 17 horas, o Sr. Presidente Embaixador José Carlos de Macedo Soares assumiu a presidência da sessão, convidando para ocupar lugar na mesa que dirigiu os trabalhos o Dr. Cumplido de Sant'Ana, presidente da Academia Nacional de Medicina.

Leu o primeiro secretário as efemérides do Barão do Rio Branco relativas ao dia.

Em seguida foi dada a palavra ao sócio efetivo Dr. Heraclides de Sousa Araújo, para pronunciar a conferência.

O conferencista, consagrado nome da ciência, veio mostrar o interesse que a história oferece ao cientista, ao relemburar a contribuição das gerações passadas na luta contra o mal de Hansen. Revelou ao auditório que acompanhou interessado a sua conferência, a significação da ciência para a História, uma vez que ela é um dos elementos principais da formação social.

Terminada a conferência com expressiva salva de palmas, tomou a palavra o sócio Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, para lhe exaltar a valia da contribuição. E acrescentou aos nomes referidos pelo orador, de combate à lepra no período colonial, os que modernamente se dedicam à mesma campanha humanitária.

Entre outros, lembrava a cooperação do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a quem deve São Paulo mais de um empreendimento destinado ao tratamento da lepra, como de Santo Ângelo.

Por não querer ninguém mais usar da palavra o presidente declarou encerrada a sessão, após agradecer ao conferencista e ao auditório a sua presença.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Batista Magalhães, José Antônio Soares de Sousa, Hélio Lobo, Afonso Costa, Estevão Leitão de Carvalho, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Valentim Benício da Silva, Julião Rangel de Macedo Soares, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Luís Felipe Vieira Souto, Elmano Cardim, Leão Teixeira Filho, Hélio Viana, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Ordival Cassiano Gomes, Luís de Oliveira Belo, Herbert Canabarro Reichardt, Heraclides de Sousa Araújo.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

*Feijó Bittencourt*

2º secretário

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 13 DE JULHO DE 1953

(Sessão nº 1.832)

CONFERÊNCIA DO SÓCIO BENEMÉRITO E. VILHENA DE MORAIS, ACERCA DE:  
«ANCHIETA, NO PASSADO E NO FUTURO»

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

No dia 13 do corrente ano, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para ouvir a conferência do sócio benemérito Dr. Eugênio Vilhena de Moraes sobre: *Anchieta no passado e no futuro*.

O Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumindo a presidência, convidou para tomarem lugar na mesa de que dirigiu os trabalhos, os Srs. General Cândido Mariano da Silva Rondon, D. Rosalvo da Costa Rego, Padre João Bosco Rocha, provincial do Brasil Central, Padre José Coelho de Sousa, Padre Walter Hofer, reitor do Colégio Anchieta de Porto Alegre, Dr. Cláudio Neto Reis, representante do Sr. ministro da Educação, Almirante Braz Veloso, e Padre João de Castro e Costa, reitor do Colégio São Luís de São Paulo.

Para o recinto foram convidados os Srs. Padre Provincial Costa Gentil, representando o Instituto Histórico de São Paulo, Dr. J. E. Pizarro Drumond, representando o Dr. Arízio Viana, diretor do DASP; Coronel João Ururahy Magalhães, da Polícia Militar do Distrito Federal, Benedito José de Sousa do Instituto Histórico de Minas Gerais; Desembargador Sílvio Fontes, do Instituto Histórico de Santa Catarina.

Depois de ler as efemérides do dia, o 1º secretário comunicou à Casa que, no dia 6 do corrente, a Comissão para êsse fim designada, pelo Sr. presidente perpétuo, reuniu-se na Praça Mauá, onde assistiu à organização do préstito, para a condução dos restos mortais da Princesa Isabel e Conde d'Eu. Depois do formoso discurso do seu orador oficial, Professor Pedro Calmon, a propósito do sugestivo acontecimento, teve início a marcha, a pé, até a Catedral, de que participaram os membros da Comissão, que assim cumpriram as incumbências recebidas.

Foi em seguida, dada a palavra ao conferencista da comemoração da grande data.

O Professor Eugênio Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, era o nome indicado para falar do grande vulto da História do Brasil, glória da Companhia de Jesus, e nome venerável na igreja, que mencionou, dizendo que talvez seja aquê

que há de subir aos altares, para ser o primeiro santo brasileiro a ser canonizado.

Mais de uma vez Anchieta tem sido apresentado em tôda a sua grandeza pelo conferencista, que se demorou no estudo da bibliografia hoje existente acêrca do taumaturgo brasileiro, para mostrar o destaque em que cada vez mais se evidencia eminente figura.

O Sr. Vilhena de Moraes encareceu o erudito, o poeta, o historiador, que o orador aponta ser Anchieta, mostrando-o como os que melhor se apoderaram da verdade e meticulosidade, para fazer a História, e do espirito da Renascença com que, em latim, na mais perfeita métrica de Ovidio, traçou o puríssimo poema à Virgem Maria, inspiração das mais elevadas e de que o Sr. Vilhena de Moraes se tornou um dos divulgadores com a publicação que promoveu.

Terminadas as palmas que aplaudiram as últimas palavras do orador, pediu a palavra o Príncipe D. Pedro, que em nome da Família Imperial agradeceu ao Instituto Histórico ter-se feito representar nas solenidades da transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e seu espôso, Conde d'Eu, que vieram repousar definitivamente em terra brasileira.

O sócio Coronel João Batista Magalhães dirigiu-se ao senhor presidente do Instituto para participar que, desempenhada a missão que lhe foi confiada de representar o Instituto Histórico e demais instituições culturais, relacionadas com o Conselho Nacional de Geografia, na sua décima terceira Assemblêia Geral, reunida êste ano, apresentará relatório a respeito.

Ninguém mais pedindo a palavra, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, dando por encerrada a sessão, agradeceu aos que vieram a comemoração, descriminadamente as pessoas gradas.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Vieira Ferreira, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, João Batista Magalhães, Feijó Bittencourt, Leão Teixeira Filho, H. Canabarro Reichardt, E. Vilhena de Moraes, Dom Pedro, José Antônio Soares de Sousa, Américo Jacobina Lacombe, Valentim Benício da Silva, Estevão Leitão de Carvalho, Ivolino de Vasconcelos, Mário Carneiro do Rego Melo, Cláudio Ganns, Cândido Mariano da Silva Rondon, H. César de Sousa Araújo, L. Felipe Vieira Souto, Cristovam Leite de Castro, Francisco Marques dos Santos, Haroldo Valadão, Julião Rangel de Macedo Soares, Renato de Mendonça e Luís Viana.



Notavam-se entre a numerosa assistência a Sra. Alice Isnard Távora, os Srs. João Ribeiro Mendes, Henrique da Silva Fontes, as senhorinhas Dulce Rodrigues de Queirós Vieira, Neuza Baima, Vitorina Pinto de Castro, Geraldo Martinelli, Dora Passos Feijó, Olga de Carvalho Cordeiro, Lavinia de Gusmão, Rute do Amaral Silva, Isa Gomiche de Abreu, Elvira Fagaglio, os Srs. Geraldo Martinelli, Alberto B. de Almeida, Ernesto Feijó, Orcival Barbosa Filho, as Sras. Arlete Saint Martins, Isabel Pereira Bezerra, Julieta de Siqueira, os Srs. José da Frota Gentil, Hercílio Campos, João Ururahy de Magalhães, J. E. Pizarro Drumond, as senhoras Vera Bermann, Otávia Corrêa dos Santos Oliveira, os Srs. Roberto Americano, Joaquim Ribeiro, Artur Reis Filho, Aristóteles Gusmão Câmara, a senhorinha Maria da Conceição Gusmão Câmara, os Srs. Jorge de S. Franklin Sampaio, Ademar Rocha, César Salgado, Coronel Adalardo Fialho, Hélio Viotti, Bernardo V. Soares.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Augusto Tavares de Lira e Almirante Thiers Fleming.

*Feijó Bittencourt*

2º secretário

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 12 DE AGOSTO DE 1953

(Sessão nº 1.833)

CONFERÊNCIA DO PROF. JAIME CORTESÃO SOBRE «CARTOGRAFIA DO BRASIL EM ARQUIVOS PORTUGUESES» — O 150º ANIVERSÁRIO DO DUQUE DE CAXIAS

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos doze dias do corrente mês, às 17 horas, esteve reunido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão pública, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo, para ouvir o sócio honorário Professor Jaime Cortesão acerca de *Cartografia do Brasil em arquivos portugueses*.

Convidados pelo Sr. presidente os Srs. Ministro Hélio Lobo, General Cândido Mariano da Silva Rondon, Dr. Afonso Pena Júnior, tomaram parte da mesa que dirigiu os trabalhos, tendo em seguida dado a palavra ao 1º secretário que leu as Efemérides do Barão do Rio Branco relativas ao dia.

Em seguida convidou S. Excia. Embaixador Macedo Soares, o Professor Jaime Cortesão a pronunciar a sua conferência, o qual

em grande visão do assunto, se referiu a cartografia e seu desenvolvimento com a história de Portugal, um dos três grandes países que mais se adiantaram nessa ciência. Disse como a navegação já foi motivo dêsse desenvolvimento, e, em seguida, com a sua consumada arte de classificar, passou a estruturar a história do país sobre a sua cartografia, o que vem a ser um novo capítulo de história.

Demorou-se nas referências a Dom João V rei, cuja memória foi tão depreciada por Oliveira Martins com os olhos fitos na censura política portuguesa contemporânea, explicável em um político que tomava posição na sociedade portuguesa e atitude jamais própria de um historiador, a quem se reconhecem méritos extraordinários.

A fase política de Dom João V na História de Portugal é a de demarcação de fronteiras do Brasil porque se destendeu até Pombal.

O conferencista desenhou um quadro histórico em que os cartógrafos tomaram as posições necessárias a essa demarcação das terras brasileiras. A história foi o cartógrafo. O cartógrafo pôsto em primeiro lugar. Os direitos de Portugal ao que descobrira estavam assim visados. A disputa de fronteiras era a questão viva, dramática, complexa. A ciência da demarcação passava a trazer em evidência os seus técnicos, os seus sábios. Porém, mais ainda, a cartografia bandeirante.

O Sr. Jaime Cortesão apresentou essa cartografia sob uma nova luz, pelas referências que a ela encontrou nos arquivos portugueses. É de cartas, diz êle, rudemente marcadas, por mãos que nada têm do traço e da arte de cobrir dos cartógrafos portugueses. Mas são cartas conjugadas às que em Portugal se compuseram, referidas quando se traçavam aquelas como revela a documentação.

Faltou-lhe encontrá-las ali onde esteve em visita a umas três dezenas de arquivos, cuja riqueza descreveu.

Mas, na Biblioteca Nacional, descobriu-as, identificou-as no esquecimento em que estavam, recompôs mesmo a Carta que estava em pedaços dispersos.

Não ocultou e declarou mesmo a sensação que experimentara ao encontrar o que o passado oferecia para que as gerações vindouras desvendassem. e foi então que afirmou ter tido a impressão de um momento criado, de uma ocorrência criadora, da qual vinha e estava ainda emocionado. Saudou-o uma grande salva de palmas da assistência.

Usou da palavra o sócio Feijó Bittencourt para dizer que vinha aquele dia ao Instituto, após a inauguração da sede da

Casa do Advogado, cuja finalidade encareceu, para propor um voto de congratulação e de prosperidade com essa instituição. A Assembléia aprovou por unanimidade.

O primeiro secretário Dr. Virgílio Corrêa Filho propôs um voto de congratulação por ter sido o sócio, Professor Artur César Ferreira Reis, nomeado superintendente do Plano de Valorização da região Amazônica.

O Sr. General Valentim Benício da Silva relembrando o 150º aniversário do Duque de Caxias, proferiu a seguinte allocução:

«Movimentam-se as forças cívicas nacionais para celebrar condignamente a memória do Marechal Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

É uma convergência espontânea, altamente significativa, esta que se processa em tórno da relevante e multiforme personalidade nacional, no transcurso do seu 150º aniversário natalício.

O ambiente cívico e político, social e doméstico, espiritual e militar em que estamos vivendo (arrastados pelo que vai pelo mundo), está exigindo que se não olvidem os paradigmas das nossas virtudes latentes, sempre à espera de imperativos que as convoquem, nas oportunidades que elas nunca desertaram. E Caxias, que atuou durante mais de meio século, em amplas e várias regiões, já nos limites de nosso território, já além de nossas fronteiras, é bem o exemplo que responde a angustioso apêlo, pois êle viveu e sempre venceu em momentos e ambientes muito mais tempestuosos do que os da atualidade brasileira. É preciso que nos reportemos àqueles tempos para melhor apreciar aquela personalidade singular e inconfundível: Brasil pouco mais do que colônia, Brasil independência, Brasil primeiro império, Brasil regência, Brasil segundo império e quase Brasil república, foi êsse tempo (1803 a 1880) que êle viveu e durante o qual, deduzidas a infância e a senectude, êle foi chamado a operar, de cadete a marechal, de colegial a senador e conde, da mocidade à velhice.

Não nos propomos apresentar mais uma biografia de Luis Alves de Lima e Silva, pois outros já o tem feito com maestria, em obras completas (como o Padre Joaquim Pinto de Campos na *Vida do Grande Cidadão Brasileiro* e o General Francisco Afonso de Carvalho no seu magnífico *Caxias*) ou em trabalhos parcelados, sob feições particulares, neste ou naquele aspecto (como Vilhena de Moraes e Oliveira Belo, em livros, em conferências e em vários estudos críticos ou verbais). Nos estreitos limites destas considerações citaremos alguns estudos que de Caxias se ocuparam, facilitando a outros os elementos para obra de conjunto ou para apreciações singulares. As novas gerações

encontrarão nas que passaram e nas que vão passando, o culto do civismo e o amor aos fastos que engalanam a história do Brasil, em torno do grande cidadão, soldado, político, administrador, exemplar em tudo.

Nos domínios da Guerra do Paraguai Caxias é figura primordial, pois foi sob seu comando que se desenrolaram feitos decisivos da maior campanha travada na América do Sul. Nêles a bibliografia é volumosa.

A começar pelo próprio Caxias no seu plano de operações, cuja execução a política partidária retardou; a seguir Emilio Carlos Jourdan, cujos trabalhos foram feitos nos próprio campos de batalha (*Album Histórico da Guerra do Paraguai*) e colecionados no mesmo ano em que a guerra terminou; passando pelo Marechal José Bernardino Bormann na sua *História da Guerra do Paraguai* (obra completa sobre os acontecimentos que se desenrolaram de 1864 a 1870); chegaremos a Augusto Tasso Fragoso, nesse modelar monumento que é a *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*.

Mas outros também sobre ela escreveram. Limitando-nos aos que estão mais ao nosso alcance, citaremos: Torres Homem (*Anais das Guerras do Brasil*); Dionísio Cerqueira (*Reminiscências da Campanha do Paraguai*); Maracaju (*Campanha do Paraguai — 1867 e 1868*); Danton Teixeira (*Resumo da Guerra do Paraguai*); Marques dos Santos (*A Guerra do Paraguai na Medalhística Brasileira*); Jaceguai (*Reminiscências da Guerra do Paraguai*); Gustavo Barroso (*História Militar do Brasil, A Guerra do Lopez, etc.*); Fernando e Joaquim Luis Osório (*História do General Osório*); Schneider (*A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, anotada pelo Barão do Rio Branco*); Genserico de Vasconcelos (*História Militar do Brasil*); e, finalmente, o valiosíssimo curso de História Militar professado na Escola Militar pelo General Pedro Cordolino. E, note-se, nesta enumeração citamos apenas trabalhos em vernáculo, pois longe iríamos se recorrêssemos a outras fontes.

No que tange exclusivamente a Caxias é abundante a bibliografia. Além dos principais, já citados, mencionaremos mais alguns cujos títulos traduzem as feições que atraíram estudiosos na vida do grande brasileiro: Vilhena de Moraes (*O Duque de Caxias, Caxias em São Paulo, etc.*); Silvio Romero (*O Duque de Caxias na Integridade do Brasil*); Raimundo Seidl (*O Duque de Caxias*); Luso Torres (*O Duque de Caxias no Maranhão*); Astolfo Serra (*Caxias e o seu Governo Civil na Província do Maranhão*); Eurico Rodrigues (*Caxias — conferência*); João Batista de Magalhães (*Comemoração de Caxias*); Darci Azambuja (*Caxias — confe-*



rência); Frederico Trota (*História do Duque de Caxias*); publicações oficiais (*Diário do Exército*, *Homenagem póstuma ao Duque de Caxias*, *Ofícios do Barão de Caxias — 1842-1845*, *Reflexões sobre o generalato de Caxias*); N. R. de Carvalho (*Duque de Caxias — Sainete radiofônico*). E acrescentamos a estes Tasso Fragoso, com sua magnífica *Revolução Farroupilha*, revolução que Caxias venceu, pacificando o Rio Grande do Sul de maneira honrosa para legalistas e revolucionários.

Nas obras citadas e em muitos outros trabalhos e documentos que os pesquisadores de arquivos oficiais e particulares vão aos poucos divulgando, ressalta brilhante a figura de Caxias.

Nascido em 25 de agosto de 1803, embalsamam-lhe o berço tradições de família ilustre, com raízes na nobreza ibérica.

Acalentaram-lhe a vida em começo a honra e o amor que eram próprios de seus progenitores, o casal Francisco de Lima e Silva e Maria Cândida de Oliveira Belo, de cujo solar campestre restam apenas alicerces, uma tapera, no município de Duque de Caxias (Estado do Rio de Janeiro), vestígios da sede da Fazenda São Paulo que passou à propriedade de Custódia Vieira Cardoso (consoante informações de Manuel da Silva Pereira, nascido na região em 1878 e até agora nela residente), cujas terras estão sendo vendidas em pequenos lotes. Assinala o histórico local um marco de granito à beira da rodovia Rio-Petrópolis (estrada velha, hoje denominada Automóvel Clube), chamando a atenção do transeunte para a tapera dêle distante cerca de 50 metros, a meia encosta do terreno que próximo se eleva. Nesse marco há uma placa de bronze com as seguintes inscrições:

*«Saúda, viandante, o berço de Caxias, sentinela da Pátria, Mandado erigir pelo Gen. João Gomes Ribeiro Filho, Ministro da Guerra, em nome do Exército, no dia 25 de Agosto de 1936».*

Dêsse modesto recanto projetou-se para o Brasil, para a América e para o Mundo o predestinado que, aos 19 anos, recebe de Pedro I a bandeira do Brasil independente, bandeira que êle faz passear gloriosa, do norte ao sul da Pátria, pacificando-a e consolidando-a; bandeira que êle conduz, aos ventos das batalhas, por terras uruguaias, argentinas e paraguaias, nas mais nobres missões em que o Brasil foi levado a pelejar.

Finda sua trajetória militar em 1869, suas energias restantes são consagradas a *«sã política, filha da moral e da razão»*.

Falecido em 8 de maio de 1880, na Fazenda Santa Mônica, perto de Vassouras, na então Província do Rio de Janeiro, continua, redivivo, pois «os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos».

E a confirmação dêsse incontestável aforismo é a Fôrça Expedicionária que o Brasil manda ao Velho Mundo em 1944, legítima expressão de nossas energias latentes, mas sempre des-pertas ao primeiro apêlo, e que de lá volta em 1945, deixando mortos queridos no Cemitério de Pistóia e trazendo altaneira e coberta de glórias a bandeira do Brasil, a mesma bandeira que o Primeiro Tenente Luís Alves de Lima e Silva recebeu do nosso primeiro imperador, o auriverde pendão que êle fez passear ufano, de 1822 a 1870, pelo Brasil e por terras vizinhas, a serviço de causas sacrossantas, sempre vitoriosa, ostentando sempre imar-cessíveis glórias.

E «é esta a bandeira que as gerações atuais e as que vierem depois delas saberão honrar e cada vez mais glorificar.

É pensando nelas e nelas confiando, que me atrevo a dirigir esta sugestão a Vossa Excelência, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja pena, cuja palavra e cujas idéias e energias sempre estiveram a serviço do Brasil — é com o pen-samento voltado para as novas gerações que ousou sugerir a organização de uma Bibliografia de Caxias, na qual, ampliando a Biblioteca de Caxias, instituída pelo saudoso Max Fleiuss, o Ins-tituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a valiosa e impres-cindível contribuição de instituições congêneres, comemorando êste 150º aniversário natalício, comprometa-se a organizar ou dê co-mêço à organização de uma bibliografia, com uma monografia em que sejam consignados, com indicações características, autores e estudos consagrados à vida e à obra do cidadão preclaro, o Ma-rechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, o patrono do Exército Brasileiro.

E assim, o egrégio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fiel a suas tradições, colaborará, de maneira concreta, no des-pertar de energias cívicas em que outros já se vêm empenhando».

O Sr. General Jaguaribe de Matos, usando da palavra, disse da sua satisfação de ver como o Professor Jaime Cortesão voltava aos arquivos portugueses em que se pode dizer passara o seu tempo de exilado. Lembra-se de que um funcionário da repartição certa vez lhe perguntou para que todo o trabalho que estava tendo, e se era, apontando para cima, para levar para o além. Ver o que via era um conforto para êle. Era encontrar-se com alguém que prosseguia no mesmo amor às pesquisas. A essas palavras seguiram-se os seus agradecimentos às referências pres-tadas pelo Professor Jaime Cortesão ao Sr. General Cândido Rondon, então presente, e ao Sr. General Jaguaribe de Matos,

dois nomes na história da cartografia brasileira, foram agraciados pelos homenageados.

O sócio Renato de Mendonça, também conhecedor dos arquivos de Portugal e Espanha, cujas riquezas cartográficas examinara, propôs que o Instituto se interessasse na publicação dêsse manancial de documentos.

Achavam-se sobre a mesa duas propostas para sócio dos Srs. Drs. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão e José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho.

Enviaram telegramas o Sr. Vice-Presidente da República Dr. Café Filho, o Sr. Ministro do Trabalho Dr. João Goulart. Enviaram ofícios os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa, Touring Club, Associação Comercial.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício da Silva, José Antônio Soares de Sousa, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Jorge Dodsworth Martins, Florêncio de Abreu, João Batista Magalhães, Rodrigo Otávio Filho, Luís de Oliveira Belo, Luís Felipe Vieira Souto, Lucas Boiteux, Hélio Lobo, Herbert Canabarro Reichardt, Cristovam Leite de Castro, Hélio Viana, Cândido Mariano da Silva Rondon, Afonso Pena Júnior, Renato de Mendonça, Ivolino de Vasconcelos e Jaime Cortesão.

Justificaram a ausência os Srs. Ministro Augusto Tavares de Lira, Almirante Radler de Aquino.

Encerrou-se a sessão às 19 horas e meia.

*Feijó Bittencourt*  
2º secretário

## ATA DA SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 115º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO EM 21 DE OUTUBRO DE 1953

(Sessão nº 1.834)

## HOMENAGEM À MEMÓRIA DO MONSENHOR PIZARRO O 126º ANIVERSÁRIO DO «JORNAL DO COMÉRCIO»

Presidência : Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e três, realizou-se a sessão magna comemorativa do centésimo décimo quinto aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Presidiu ao ato, que teve início às 17 horas, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo da instituição, tendo êle convidado para tomarem lugar na mesa o General Cândido Mariano da Silva Rondon, S. Eminência D. Francisco de Aquino, o Magnifico Reitor da Universidade, Professor Pedro Calmon, Dr. Américo Jacobina Lacombe, representando o Sr. Ministro da Educação; Deputados Federal Dr. José Augusto, Dr. Afonso Arinos, Luís Viana Filho, Ministro Augusto Tavares de Lira, Ministro Alfredo Valadão, General Jaguaribe de Matos, pelo Instituto da História das Ciências.

Achavam-se presentes os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lira, Afonso Costa, Afonso Arinos, Rubem Rosa, João Batista Magalhães, Lucas Alexandre Boiteux, José Antônio Soares de Sousa, Ordival Cassiano Gomes, Américo Jacobina Lacombe, Estevão Leitão de Carvalho, Hélio Lôbo, José Luís Batista, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Alfredo Valadão, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Afonso Bandeira de Melo, Elmano Cardim, Valentim Benício da Silva, Cândido Mariano da Silva Rondon; Cláudio Ganns, Carlos Carneiro, Francisco Marques dos Santos, Ivolino de Vasconcelos, Jorge Dodsworth Martins, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Pedro Calmon, Francisco, Arcebispo de Cuiabá; Alfredo Valadão, Luís Viana.

Usou da palavra o Sr. Embaixador Macedo Soares referindo-se ao ano social transcorrido, às realizações do Instituto, entre as quais está o Curso dado a respeito de Capistrano de Abreu para comemorar o centenário do seu nascimento. Homenageando os sócios que desapareceram, fez referências ao valor de cada um dêles assinalando a perda do Instituto.

Usou o 1.º Secretário da palavra para ler as efemérides do dia compendiadas pelo Barão do Rio Branco, passando em seguida à leitura do relatório concernente ao ano social encerrado.

Foi dada a palavra ao sócio Afonso Costa, que propôs um voto de congratulações pelo aniversário da fundação do tradicional e mais antigo dos órgãos existentes da imprensa brasileira, *Jornal do Comércio*, tendo usado da palavra o sócio do Instituto e diretor desta fôlha, o Dr. Elmano Cardim, que agradeceu a homenagem. A proposta foi unânimemente aprovada.

Em seguida, o sócio Ivolino de Vasconcelos referiu-se ao Congresso de História da Medicina, reunido ultimamente no Recife em nome do qual ofereceu um diploma ao Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, que o animou com o seu apoio.

O sócio Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, leu o seguinte voto de homenagem à memória do Monsenhor Pizarro:



«Em nosso sodalício, no ano de 1930, na sessão de 28 de abril, sob a presidência do saudoso Conde de Afonso Celso, o inesquecível confrade Sr. Max Fleiuss, a propósito da passagem do 1º centenário da morte de Monsenhor Pizarro, pronunciou um discurso ao autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, dizendo não ser lícito ao Instituto Histórico desinteressar-se daquela data, que marcava o passamento dessa grande figura da nossa historiografia.

Neste momento, Sr. Presidente, parodiando Max Fleiuss, eu vos digo que não é lícito a esta Casa deixar passar o 2º Centenário do nascimento do grande cronista da cidade, sem uma palavra de evocação à sua memória.

São conhecidos de todos os meus confrades os traços biográficos de Monsenhor Pizarro, não é porém descabido que se faça neste instante em torno de sua pessoa e de sua obra breves considerações.

Viveu José de Sousa Azevedo Pizarro de Araújo 77 anos, pois nasceu nesta cidade a 12 de outubro de 1753 e faleceu a 14 de maio de 1830, vítima de um ataque de apoplexia que o acometeu súbitamente durante um passeio, *pos prandium*, que fazia através das alamedas do Jardim Botânico.

Pizarro fez seus primeiros estudos aqui no Rio. Formou-se em cânones pela Universidade de Coimbra e recebeu a Ordem do Presbiterato em 1780 na Catedral do Rio de Janeiro.

Cêdo deu início às suas pesquisas sobre a história do Bispado fluminense, já iniciada antes dêle graças às providências que desde 1729 o douto Bispo, Dom Frei Antônio Guadalupe tomara, ordenando que o Secretário do Capitulo anotasse em um livro tôdas as notícias referentes à Sé, à fundação e criação da Catedral, às Dignidades — Cônegos, Meio-Cônegos, e demais pessoas que trabalhavam a seu serviço.

Sua atividade de pesquisador se prolongou por quase 40 anos, pois começando em 1871 com a confecção do catálogo dos dignatários e clérigos da Catedral, desde 1688, só acabou com a publicação das *Memórias* em nove volumes, quatro dêles impressos em 1820 e o restante em 1822, tendo os acontecimentos políticos do ano perturbado os trabalhos gráficos, fazendo-os sair de duas tipografias diferentes.

Da Catedral passou a sua pesquisa para os livros da Secretaria do Bispado e da Câmara, onde achou «socorros utilíssimos — como êle diz, — que não se encontram em qualquer outro lugar». *Memórias*, ed. 1945, 1º vol., pág. 11).

Leu todos os livros da Provedoria Geral e dos Arquivos dos Conventos.

Teve conhecimento de um trabalho de Frei Gaspar da Madre de Deus sobre os Governadores Fluminenses, quando foi conventual do Mosteiro beneditino do Rio de Janeiro. Do cotejo dêste catálogo da lavra de Frei Gaspar, com as notas que possuía, colhidas nos seus trabalhos, achou que o melhor era corrigir o já feito e acrescentá-lo depois.

E como das suas leituras muitas notícias relativas a acontecimentos passados no Rio de Janeiro envolviam referências a outras províncias sem que até então nenhuma divulgação houvesse sido feita, prontificou-se Pizarro a sanar esta falta, ultrapassando desta forma o seu primitivo plano de escrever as suas *Memórias* apenas sobre o rincão fluminense. Há três ou quatro volumes que são dedicados à história da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas, Cuiabá, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande, São Pedro e Colônia do Sacramento.

A *Revista* do Instituto Histórico, encerra várias referências à obra de Monsenhor Pizarro. Os maiores nomes da nossa literatura manifestaram sobre ela, uns de modo desabrido como o grande Varnhagen, outros mais comedidos, ou melhor justificando seu ponto de vista como Pôrto Alegre, Pereira da Silva, Antônio Álvaro Pereira Coruja, Silvio Romero e outros.

A posteridade não deixou de fazer justiça as intenções e à obra de Monsenhor Pizarro, afirma com justeza Rubens Borba de Moraes. Os modernos historiadores são cada vez mais benevolentes para com os defeitos e falhas contidas na obra do grande cronista do século XIX e cada vez mais ávidos dos conhecimentos que a sua leitura permite aos que dela se abeberaram. «Manancial poderoso para os que desejam cultivar os estudos históricos», disse das *Memórias* de Monsenhor Pizarro o Barão de Santo Ângelo.

Não foi outra coisa o que afirmou Max Fleiuss no discurso que comentamos, chamando a Pizarro historiador da cidade, cujo trabalho resistiu ao tempo, sendo hoje consulta obrigatória para os que estudam a história do Rio de Janeiro.

José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo não foi somente cronista do seu tempo. Teve grande atuação no reinado de Dom João VI e na época da Independência.

Foram inúmeros os cargos que ocupou como eclesiástico e como cidadão. Não somente no Brasil como em Portugal, onde passou sete anos de 1801 a 1808, regressando na comitiva de D. João VI. Foi agraciado com a Ordem da Torre e da Espada e foi Comendador de Cristo. Deputado da Mesa de Consciência, Conselheiro honorário do Tribunal de Justiça, Procurador Geral das Três Ordens Militares. Fêz parte da 1ª Legislatura de 1828, ocupando por algum tempo a Curul Presidencial.

No tomo 1º da *Revista do Instituto Histórico* se encontram as palavras com que o primeiro da série dos grandes secretários que tem tido esta casa, o Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa, sintetizou a vida de Monsenhor Pizarro, dizendo ter sido êle um sacerdote respeitável, um juiz íntegro e um escritor severo.

Êste, Senhor Presidente, o conceito que deve prevalecer entre nós, para que 200 anos após seu nascimento lhe rendamos justas homenagens».

As homenagens propostas receberam a aprovação unânime dos sócios do Instituto.

Em seguida, ocupou a tribuna o orador oficial, Professor Pedro Calmon para discurso de comemoração da data e elogio dos sócios falecidos. As suas palavras terminaram sob os aplausos da assistência.

O Sr. Presidente do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, recebeu os seguintes telegramas :

Do Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas : — Senhor Presidente da República incumbiu-me agradecer seu amável convite comparecer sessão magna comemorativa aniversário benemérito Instituto Pt Cordiais cumprimentos *Lourival Fontes*, Secretário da Presidência da República.

— Em nome Senhor Ministro vg agradeço gentileza seu amável convite comemoração 115 aniversário fundação êsse Instituto solicitando relevar impossibilidade comparecimento S. Excia. virtude mesmo encontrar-se ausente esta capital pt cordiais saudações pt *Cailar Ferreira* vg Secretário Ministro do Trabalho.

— Tenho honra levar seu conhecimento Câmara Distrito Federal sessão vinte um corrente aprovou requerimento vereadora Lígia Lessa Bastos sentido constar da ata voto congratulações passagem centésimo décimo quinto aniversário dêsse tradicional Instituto. Saudações atenciosas *Paschoal Carlos Magno* 1º Secretário.

— Designada na própria sessão dia 21 integrar comissão representar Câmara Distrito Federal solenidade comemorativa aniversário Instituto Histórico não me foi possível cumprir tão agradável missão consequência audiências intransferíveis. Saudações, *Lygia Lessa Bastos*.

— Qualidade Presidente Instituto Brasileiro Geografia e Estatística e em meu próprio envio cordeais cumprimentos eminente amigo demais ilustres consócios pela passagem 115º aniversário fundação nossa tradicional Instituição pt *Desembargador Florêncio de Abreu*.

— Pelo transcurso mais um aniversário benemérito Instituto Histórico Geográfico Brasileiro sob digna presidência ilustre pa-

trício vg envio-lhe minhas efusivas felicitações pt *Tenente Coronel De Paranhos Antunes* vg Secretário Geral do Conselho Nacional Geografia.

— Queira o eminente consócio honra muito digno Presidente Perpétuo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro receber as homenagens da Sociedade Brasileira Geografia com os votos que formula para a continuação da sua proveitosa e patriótica existência cultural. — Almirante *Jorge Dodsworth Martins*, Presidente.

Recebeu ainda o Presidente do Instituto os seguintes ofícios:

«Ao transcorrer o 115º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Associação Brasileira de Imprensa, refletindo o sentimento dos jornais e jornalistas, apresenta-lhe as mais efusivas felicitações e os votos de continuos sucessos, aos quais se associa prazerosamente *Herbert Moses*, Presidente».

— Excelentíssimo Senhor Presidente Perpétuo: Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que da ata da sessão do dia vinte e dois do corrente, da Academia Nacional de Medicina, consta o seguinte: «O Senhor Presidente, no expediente, referiu-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que na véspera comemorou o seu 115º aniversário de fundação. Disse da grande soma de serviços que o Instituto tem prestado ao país, principalmente sob a direção do Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, seu presidente perpétuo, e que, nestas condições, faria constar da ata dos trabalhos o regozijo da Academia pelo transcurso da data aniversária assim comemorada, se a isso anuisse o plenário, o que se verificou».

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as expressões do meu grande apreço e elevada consideração.

Acadêmico *Alvaro Cumplido de Sant'Anna*, Presidente.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

*Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º Secretário.

## ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 16 DE NOVEMBRO DE 1953

(Sessão nº 1.835)

*Presidência*: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas do dia dezesseis de novembro de mil novecentos e cinquenta e três, sob a presidência do Embaixador



José Carlos de Macedo Soares, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a sessão solene em que tomou posse de sócio membro honorário, o Desembargador Florêncio de Abreu.

Tomaram assento à mesa que presidiu os trabalhos a convite do Presidente Macedo Soares os Srs. Capitão Pires Rego, representante do Presidente da República; Deputado Nereu Ramos, presidente da Câmara dos Deputados; Vice-Almirante Renato Guillobel, ministro da Marinha; General Cândido Rondon; Professor Caleiro Bonfim, representante do ministro da Educação e Saúde; representante do Sr. ministro da Justiça; Capitão José Figueiredo, representante do Sr. General Caiado de Castro, chefe da Casa Militar da Presidência da República; Ismael Cavalcanti, representante do Sr. Ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal; Ministro Armando Trompowsky; Ministro Macedo Ludolf, Ministro Rocha Lagoa, Ministro Ataulfo de Paiva, Don Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá; Ministro Rubem Rosa, Ministro Ranulfo Bocaiuva Cunha, Marechal Boanerges Lopes de Sousa, General Angelo Mendes de Moraes, General Francisco Escobar, Desembargadores Oliveira Sobrinho, José Duarte, Toscano Espínola, Milton Barcelos, Dr. Fernando Maximiliano, procurador geral do Distrito Federal, Deputados Armando Falcão e Augusto do Amaral Peixoto, Professor A. Cumplido de Santana, Professor Antônio Austregésilo, Coronel De Paranhos Antunes, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia e o Dr. Mauricio Filchner, secretário geral do Conselho Nacional de Estatística.

O sócio efetivo Herbert Canabarro Reichardt pronunciou o discurso recebendo o ilustre historiador membro do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, que já presidiu, e magistrado sul-riograndense, assumindo êste em seguida a tribuna para pronunciar a oração com que veio falar ao sodalicio que o acolhia como seu sócio.

Pedindo a palavra, o sócio benemérito Dr. E. Vilhena de Moraes começou por declarar que breves instantes apenas ocuparia a atenção do auditório, ainda vibrante dos aplausos que coroaram a bela oração inaugural proferida pelo Sr. Desembargador Florêncio de Abreu, novo consócio que, pelos seus méritos, já dava anteriormente a impressão de pertencer de há muito ao quadro social do Instituto.

As suas últimas palavras referentes às características essenciais da formação da unidade brasileira coadunavam-se perfeitamente com o objeto da moção que pretendia apresentar à aprovação da casa.

Poucas horas antes, continuou o orador, de realizar-se aquela festiva sessão, celebrava-se no Palácio Itamarati um ato que já passava, por assim dizer, ao domínio da História: a solene assinatura do tratado de amizade e consulta entre Portugal e o Brasil.

Rememorando-se, numa rápida visão panorâmica, os principais tratados que no decurso dos tempos assinalam as convenções humanas na ordem internacional, vê-se que muitos dêles foram firmados com penas que logo a seguir se transformaram em agudas espadas e com tintas que se converteram em caudais de sangue vertido, em lutas encarniçadas que se seguiram a êsses ajustes em que não raro cabia ao leão a sua parte mais larga.

Do pacto que se acabava de firmar podia-se também de certa maneira dizer que fôra assinado com uma espada mas aquela que brandia a raça luso-brasileira na manutenção da integridade do território e na repulsa do invasor estrangeiro, inimigo da crença. Assinado com sangue, mas com sangue generoso que nos pulsa nas veias e que é o sangue de irmão. O pergaminho em que se lavrou o pacto poder-se-ia dizer que foi a própria carne da nacionalidade e que não corre por isso o perigo de romper-se como tantos outros para reduzir-se afinal a um simples farrapo de papel.

Na conquista da unidade territorial, da integridade e da unidade nacional, o esforço brasileiro derrubou os marcos limitrofes do meridiano de Tordesilhas. O novo tratado representa também, no vasto âmbito das relações sociais e de intercâmbio utilitário e cultural, a remoção e a transposição das últimas fronteiras que pudesse ainda diferenciar e dividir as duas repúblicas atlânticas.

Após essas justificativas feitas de improviso, apresentou o Dr. Vilhena de Moraes à mesa a seguinte moção que o Sr. presidente perpétuo sob calorosos aplausos declarou unânimemente aprovada:

«Considerando que, na data de hoje, foi, no Palácio Itamarati assinado entre o Brasil e Portugal, um tratado de amizade e consulta, o qual, pelo alcance do seu objetivo social e político e amplitude dos seus termos, se inscreve desde logo entre os mais importantes atos da diplomacia universal contemporânea;

Considerando que, no momento atual da vida dos povos, após os terríveis abalos de toda ordem trazidos pelas últimas conflagrações mundiais e em meio às ameaças da infiltração de subversivas ideologias que comprometem a cada instante o suspirado advento da paz, acabam as duas Repúblicas irmãs de dar um grande passo para o fortalecimento da verdadeira política internacional de concórdia e fraternidade cristã;

Considerando que êsse auspicioso pacto foi recebido entre nós pela opinião pública com indisfarçáveis demonstrações de apoio e contentamento;

Considerando que, na conclusão do referido tratado se afirma com acêrto que as razões de ser dessa aliança são as «afinidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas, que, após mais de quatro séculos de história comum, continua a ligar a nação brasileira e a nação portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos»;

Considerando que nenhum testemunho da realidade dessa afirmativa quanto ao passado, se poderia sobrepor ao do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nas páginas de cuja revista mais que secular, se amiudam os fastos do Brasil e de Portugal, unidos em estreita conexão na marcha do progresso material, moral e social, a que hoje ostenta a nossa Pátria;

Proponho que se insira, na ata da sessão de hoje, um voto de congratulações com o Sr. Professor Dr. Vicente Rão, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e o Sr. Dr. Antônio de Faria, embaixador de Portugal junto ao nosso país, pela assinatura dêsse diploma em tudo digno de servir de exemplo aos povos cultos e que passará a figurar como um dos luminosos marcos de gloriosa História comum em que, há mais de quatro séculos, se entrelaça a vida de Portugal e do Brasil».

O Sr. Almirante Jorge Dodsworth Martins referindo-se à presença na presidência da reunião do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fundador e antigo presidente do I.B.G.E., bem como do Sr. Desembargador Florêncio de Abreu atual presidente dessa instituição e do Sr. General Cândido Rondon o mais renomado geógrafo nacional, fêz largas considerações sobre a situação do I.B.G.E. em face da reforma administrativa ora em curso na Câmara dos Deputados, terminando por enviar a seguinte proposição à Mesa, que foi unânimemente aprovada:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, integrado no sistema estatístico-geográfico nacional, resolve apresentar à consideração da Egrégia Câmara dos Deputados o seu parecer no sentido de que, em face da reforma administrativa, ora em curso no Congresso, seja resguardada a autonomia de que atualmente goza para as suas atividades o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A gloriosa instituição, que desde sua criação sempre esteve subordinada administrativamente à Presidência da República, vem obtendo o mais alto conceito nos meios culturais e administrativos do país e no estrangeiro.

A brilhante e substanciosa argumentação do ilustre Dr. M. A. Teixeira de Freitas, divulgada amplamente pela imprensa, enumera as razões que justificam a continuação do I.B.G.E. desligado de qualquer Ministério.

Rendendo nesta oportunidade as merecidas homenagens aos ilustres membros do Poder Legislativo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encarece dispensa acolhida a esta moção que reflete o nosso interesse pelo desenvolvimento, cada vez maior, dos estudos geográficos e da elaboração da estatística brasileira».

O Sr. Ministro Rubem Rosa fêz, a seguir, uma sucinta oração sobre as atividades culturais do historiador Afonso de E. Taunay, enaltecendo a sua obra, referindo-se particularmente à última contribuição dêsse consagrado historiador a qual lhe possibilitou a obtenção do prêmio Capistrano de Abreu. Ao fim de sua oração, solicitou que a Casa aprovasse um voto de louvor ao Sr. Afonso de E. Taunay, sendo essa proposta aprovada sob vibrantes aplausos.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Vieira Ferreira, Estevão Leitão de Carvalho, João Batista Magalhães, Lucas Alexandre Boiteux, Herbert Canabarro Reichardt, Ataulfo de Paiva, Jorge Dodsworth Martins, Thiers Fleming, José Antônio Soares de Sousa, Julião Rangel de Macedo Soares, Valentim Benício da Silva, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Ruben Rosa, Cândido Mariano da Silva Rondon, Cristovam Leite de Castro, Cláudio Ganns, Alfredo Valadão, José Honório Rodrigues, Ivolino de Vasconcelos, Eugênio Vilhena de Moraes.

O Sr. presidente agradece o comparecimento das autoridades e das pessoas presentes e declara encerrada a sessão.

*Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*  
2º secretário

## ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES NO BIÊNIO 1954-1955 (2ª Convocação)

Em 15 de dezembro de 1953

(Sessão nº 1.836)

*Presidência:* Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos quinze dias de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Sala Varnhagen da sua sede à Avenida Augusto Severo,



número quatro; em Assembléia Geral convocada pela publicação feita no *Jornal do Comércio* dos dias vinte cinco de novembro do corrente ano, publicação esta repetida por diversas vêzes no mesmo órgão da imprensa. Não havendo número suficiente de sócios para deliberar na convocação marcada para as quatorze horas, a sessão se realizou em segunda convocação, com número de sócios presentes conforme fôra anunciado no edital publicado.

Aberta a sessão, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto, verificou-se a presença dos seguintes sócios, em número de quatorze: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Augusto Tavares de Lira, Thiers Fleming, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Herbert Canabarro Reichardt, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Ivolino de Vasconcelos, Hélio Viana, Afonso Costa, Ordival Cassiano Gomes, Américo Jacobina Lacombe, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, com assinatura no livro de presenças, na página referente à segunda convocação, e mais Estevão Leitão de Carvalho, que não tomou parte na votação, realizada antes da sua chegada.

Tomaram lugar na mesa que presidiu à sessão, o 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho e o Professor Hélio Viana. Declarou o Sr. presidente, logo que deu início aos trabalhos, destinar-se aquela assembléia à eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1954-1955.

Procedendo-se à votação obtiveram: para primeiro vice-presidente: Ministro Augusto Tavares de Lira, treze votos; para segundo vice-presidente, Ministro Dr. Alfredo Valadão, quatorze votos; para terceiro vice-presidente, Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho, quatorze votos; para primeiro secretário, Virgílio Corrêa Filho, treze votos; para segundo secretário, doutor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, treze votos; para orador, Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, quatorze votos; para tesoureiro, Almirante Carlos da Silva Carneiro, quatorze votos. Para primeiro vice-presidente recebeu um voto, Ministro Alfredo Valadão, e para os cargos de primeiro e segundo secretário teve o Professor Dr. Hélio Viana, respectivamente, um voto para cada um.

Proclamados eleitos os mais votados, pelo Sr. Presidente Embaixador José Carlos de Macedo Soares, passou-se à eleição das Comissões, tendo sido os seguintes os votos apurados em número de quatorze, com exceção do Sr. Feijó Bittencourt e Canabarro Reichardt, na Comissão de História, Virgílio Corrêa Filho, de Geografia, Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe, Afonso Costa,

na de Bibliografia; A. Tavares de Lira, Xavier Pedrosa, na de Admissão de Sócios, que obtiveram treze votos, cada um.

Ficou assim constituída a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as Comissões Permanentes para o biênio 1954-1955:

Presidente perpétuo: Embaixador José Carlos de Macedo Soares;

1º vice-presidente — Ministro Augusto Tavares de Lira;

2º vice-presidente — Ministro Alfredo Valadão;

3º vice-presidente — Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho;

1º secretário — Virgílio Corrêa Filho;

2º secretário — Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt;

Orador — Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt;

Tesoureiro — Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

### COMISSÕES PERMANENTES

História — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Basílio de Magalhães, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt e Valentim Benício da Silva.

Fundos e Orçamentos — Afonso Pena Júnior, Artur César Ferreira Reis, J. P. Soares de Sousa, Virgílio Corrêa Filho e Lucas Boiteux.

Fundos e Orçamentos — Afonso Pena Júnior, Artur César Ferreira Reis, J. P. Soares de Sousa, M. A. Teixeira de Freitas e Cláudio Ganns.

Geografia — F. Raja Gabaglia, Adolfo Morales de los Rios Filho, Carlos da Silveira Carneiro, Virgílio Corrêa Filho e Lucas Boiteux.

Arqueologia e Etnografia — Rodrigo Melo Franco de Andrade, Francisco Marques dos Santos, Roquete Pinto, José Luís Batista e Gustavo Barroso.

Bibliografia — Hélio Viana, Américo Jacobina Lacombe, Afonso Costa, Vieira Ferreira, Eugênio Vilhena de Moraes.

Estatutos — Levi Carneiro, Estevão Leitão de Carvalho, Rodrigo Otávio Filho, Pedro Calmon e Edmundo da Luz Pinto.

Admissão de Sócios — Augusto Tavares de Lira, Alfredo Valadão, João Batista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa e Cristovam Leite de Castro.

Declarados eleitos pelo presidente perpétuo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, os mais votados, ficaram por êles constituídas as referidas comissões.

O Sr. presidente anunciou o aparecimento do nº 219 da Revista, correspondente ao segundo trimestre de 1953. A propósito de tão auspiciosa notícia o presidente agradeceu de público ao Dr. Brito Pereira, diretor da Imprensa Nacional que não tem poupado esforços para que a Revista esteja atualizada, bem como ao Sr. Ormindo da Rocha Santos, ligação entre a Imprensa Nacional e o Instituto Histórico e que dedicadamente tem se esforçado para que a referida publicação esteja em dia.

Propôs, então, o Sr. Coronel João Batista Magalhães, um voto de louvor à Direção da Revista e à Imprensa Nacional que foi unânimemente aprovado.

Pelo Dr. Canabarro Reichardt, foi proposto um voto de louvor pelo êxito do Curso Capistrano de Abreu, o qual também recebeu os aplausos unânimes da assembléia.

Comunicou ainda o Sr. presidente o pedido do «Centro de Derecho y Ciencias Sociales Argentino» no sentido do apoio do Instituto ao nome de Ricardo Rojas para o Prêmio Nobel.

O Sr. Coronel João Batista Magalhães propôs que se fôrmasse a comissão especial para examinar o assunto e dar parecer. Falaram, a respeito, os Srs. Américo Lacombe e Barbosa Lima Sobrinho. Aprovada a indicação, foram nomeados os sócios Barbosa Lima Sobrinho, Múcio Leão e Coronel J. Batista Magalhães.

Propôs o sócio Ivolino de Vasconcelos um voto de congratulações com o Professor Adolfo Morales de los Rios Filho pela sua inclusão na Ordem Nacional do Mérito. Pediu apoio às propostas do II Congresso de História da Medicina e outras entidades no sentido de ser incluído na Ordem do Mérito o Dr. Pirajá da Silva, pelos seus grandes serviços prestados à medicina brasileira. Postas em votação, foram ambas as propostas aprovadas unânimemente.

A sessão foi encerrada às 17,30 horas.

*Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*

2º secretário

# HOMENAGEM PÓSTUMA A RADLER DE AQUINO

## RADLER DE AQUINO

Alto, de feições deladoras de perfeito equilíbrio mental, a revelar saúde em seu rosto sanguíneo, era Francisco Radler de Aquino capitão de mar e guerra, quando se acostumou a frequentar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o acolhera em seu quadro social, muito antes, desde 26 de agosto de 1911, graças aos seus trabalhos científicos, que já lhe tinham franqueado o ingresso em várias associações culturais.

Era apenas trintão, mas a madureza intelectual, expressa em obras de suma valia, já o equiparava aos mais doutos profissionais em sua especialidade.

Por singular ocorrência, nascera em Nova York a 23 de janeiro de 1878, e trazia no sangue a componente racial do norte, como filho do casal José Herculano Tomás de Aquino e D. Maria Francisca Radler de Aquino.

Não se demoraria, porém, na cidade natal, oportunamente e substituída pela terra paterna, onde a Marinha lhe empolgou o entusiasmo de moço encantado pela lida náutica.

Todavia, decidiu frequentar também a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde fortaleceu os conhecimentos do que havia mister para as pesquisas que por ventura já pretendesse empreender.

Antes que raiasse o novo século, em que se expandiria a sua iniciativa, a *Revista Marítima Brasileira* estampou-lhe, em novembro de 1899, o *Método de Marcq Saint-Hilaire para um observador determinar a sua posição no mar, com tábuas para a sua aplicação*.

A estréia denotava saber profundo, na especialidade não assás preferida.

E como a provar que não pretendia desprezar as suas investigações, não tardou nova contribuição, igualmente encaminhada à R.M.B., que a publicou em dezembro de 1901: *Tipos de cálculo para o método de Marcq Saint-Hilaire pela modificação do Dr. Otto Fulst, de Hamburgo*.



Simultâneamente, explana tema relacionado com a matéria de suas cogitações em *Estudo teórico e prático dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin. Descrição e teoria da agulha de Lord Kelvin. Magnetismo dos navios. Teoria geral dos desvios das agulhas e da sua compensação*, e, com breve intervalo, ainda trataria de *Causas da instabilidade do caráter magnético de um navio. Prisma azimutal de Lord Kelvin. Regulação das agulhas por meio de azimutes. Determinação do caráter magnético de um navio. Compensação horizontal das agulhas com azimutes. Balança magnética de Lord Kelvin. Compensação vertical do desvio de banda. Máquina de manejo prático*.

Breves meses eram decorridos, quando a mesma revista divulgou a *Compensação e regulação das agulhas sem azimutes. Defletor de Lord Kelvin. Teoria e manejo prático. Método do Captain Clausen*.

Erraria, porém, quem deduzisse de tais ensaios, inspirados pelos aparelhos do famoso físico, que mudara de rumo o seu comentador, para se afastar das suas preferências iniciais.

Ao contrário, perseveraria nos esforços anteriores, que lhe permitiram apresentar, para a edição de outubro de 1902: *Tábuas para achar alturas e azimutes — Estudo elementar de Trigonometria esférica e algumas das suas aplicações à Astronomia Esférica, Navegação e Geografia e A navegação sem logaritmos*, cuja publicação o Ministério da Marinha determinou em 1903.

*Limites de coincidência da reta Marcq Saint-Hilaire, com a curva da posição correspondente — Navegação simplificada pelas novas tábuas gráficas do Littehafess: abaco polar fracional (1907)*.

Cogitava de suas questões técnicas, quando se afastou do país para servir na Embaixada do Brasil em Washington, como adido naval, por longo período, em que não lhe foi reduzida a atividade intelectual, favorecida pelas circunstâncias.

Assim, editada por United States Naval Institut Proceedings, traz a lume, em 1908: *Nomograms for Deducing Altitude and Azimuth and for Star Identification and Finding course and Distance in Great Circle Salling*.

De outra feita, na mesma série de ensaios, surge nova contribuição: *Altitude and Azimuth Table for Facilitating the Determination of Position at Sea. The simplest and Readest in Solution*.

Tais ensaios, que também apareceram traduzidos na Revista Marítima Brasileira, serviram de credenciais ao seu autor, para a justificativa da proposta de admissão ao Instituto, onde versou a *Questão da Hora Legal no Brasil*, em agosto de 1911.

De regresso a Washington continua os trabalhos a que se consagrara, e edita:

— *The Determination of a fix from Two Lines of Position. Dr. Fulst's Table. A New «Protractor Diagram» and T. «Square». A New Solution of and Old Problem* (1913).

— *Whinkles in Plane Chart Method* (1914).

— *The Newest Navigation and Aviation Altitude and Azimuths Tables*.

Esta obra, premiada pelo govêrno dos Estados Unidos da América, incluiu-se, sob o número 200, na série de publicações do United States Hydrographic Office, para uso a bordo dos navios da esquadra norte-americana.

A consagração, que destarte laureava a obra magistral do oficial da Armada Brasileira, teria ressonância na Inglaterra onde J. D. Potters publicou, já em 1924, *The Newest Navigation and Aviation Altitude and Azimuth Tables. Third edition enlarged and farther improved*, além da transcrição no *National Magazine of Glasgow*.

Afinal, em 1927, o U. S. Naval Institute, de Anápolis, U. S. A., e J. D. Potter, agente do almirantado inglês para a venda de cartas, ofereceram aos seus clientes:

*Aquino's Newest Sea and Air Navigation Tables for Solving All Problems by Inspection. The simplest and readlest in solution. The Safest and the most Exact by commander Radler de Aquino, Brazilian Navy.*

Se tivesse então encerrado as suas atividades, já disporia Radler de Aquino de fama suficiente para lhe imortalizar o nome de nauta insigne, cujos livros os navegantes ingleses, norte-americanos e japoneses manuseavam de continuo, para se guiarem em alto mar.

Todavia, o seu espirito investigador não se acomodaria com o repouso, embora merecido.

Além de traduções, que empreendeu, para propagar trabalhos merecedores de maior divulgação, quase sempre acêrca de assuntos profissionais, não perdia ensejo de manifestar a sua opinião referente a problemas relevantes, que viessem à discussão.

Ensaio sôbre *Tática Naval*. Relatórios, com propostas para remodelação parcial do encouraçado *São Paulo* (1930), remodelação da Torre Malakoff (1932), para aumentar a eficiência e economia dos farô's e faroletes, subordinados à Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco, 1932, sugestões para aumentar

a eficiência das Capitânicas dos Portos da República, anteprojeto de Regulamento para o Corpo de Práticos dos rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguai (em colaboração), sugestões para melhorar a situação militar, naval e econômica do Estado de Mato Grosso. Em tôdas as suas contribuições espelhava-se a decisão de deixar a marca de sua passagem por mais de uma Capitania de Portos, assinalada por indicações que mereciam atenção dos dirigentes.

Depois de temas técnicos, também cuidaria de outros, como ao escrever:

— *O que poderia ser a pesca no Brasil* (1933).

— *Vinte e duas sugestões para a organização da indústria de pesca e o comércio de pescado no Estado de Pernambuco* (1934).

— *O novo ecobatímetro — Registrado do Almirantado Inglês* (1934).

Assim atuava o Comandante Radler de Aquino, inteiramente dedicado à sua profissão para cujo engrandecimento cooperava com a sua inteligência esclarecida e cultura especializada, quando o surpreendeu inesperada condenação, que o impeliu à inatividade. Debalde se esforçou por saber o motivo da sua reforma, mediante petições em que solicitava ser ouvido, no decurso de processo regular. Não consta lhe fôsse algum dia deferido o requerimento, que lhe permittisse apresentar a sua defesa contra acusações, de origem ignorada.

Para se despicar dos agravos, cuja origem desconhecia, recolheu-se à sombra do Instituto Histórico, onde o seu concurso mereceu os mais elogiosos estímulos.

Eleito tesoureiro, teve de aplicar a sua habilidade no ajustar as disponibilidades da agremiação, ainda minguadas, às solicitações de despesas crescentes.

Freqüentando-lhe a sede, não sòmente em dias de sessão, evidenciou as suas primorosas qualidades de cavalheiro bem educado, que sabia comentar os fatos contemporâneos, sem entre-mostrar mágua pela injustiça que sofria. Por bem lhe apreciar a dedicação ao Instituto, a Assemblêia Geral conferiu-lhe o titulo de sócio benemêrto, a 4 de dezembro de 1936. Ainda se manteria em plena eficiência, até que o estado de saúde lhe vedou a continuação do sacrifício.

Com pesar, a Assemblêia Geral de 16 de dezembro de 1947, viu-se forçada a não mais o eleger para o cargo, em que se tinha revelado exemplar, merecendo a gratidão do Instituto, como acentuou o Professor Feijó Bittencourt. O substituto, Comandante

Carlos da Silveira Carneiro, também manifestou «o pesar de ver atingido pela enfermidade um ilustre nome da classe a que pertence».

E acrescentou: «que um oficial da Marinha Brasileira não pode referir-se ao Comandante Radler de Aquino sem lembrar que é autor da única solução científica do problema da tábua de dupla entrada para calcular a posição dos navios em alto mar, por determinação simultânea do ângulo horário e do azimute do sol».

Como oficial de Marinha, o orador destacou o orgulho de brasileiro, por mencionar quem era o ilustre oficial brasileiro autor das *Tabuas de navegação adotadas nas marinhas estrangeiras como a da Inglaterra e a dos Estados Unidos da América do Norte*.

Recolhido ao seu lar, apenas poderia acompanhar de longe os trabalhos do Instituto, onde sabia ter granjeado a simpatia e admiração dos consócios, que lhe exaltavam o cavalheirismo do procedimento e a cultura fecunda.

Embora afastado das atividades e até do cenário social, ainda viveu bastante para se alegrar com a reparação moral da injustiça que o molestara.

Embora tardiamente, o Almirantado a que foi promovido por fim, coroava-lhe a carreira triunfante, que prometia alcançar muito antes o apogeu, caso não o abatesse inesperadamente a reforma.

As suas obras científicas, o correto desempenho de comissões relevantes, no país e no exterior, a educação esmerada, garantiam-lhe o direito de alçar-se aos postos mais altos da Armada, que lhe consagrará, gloriosamente, o nome de oficial competente e trabalhador, conforme documentam as suas *Tabuas de Navegação*, manuseadas pelos nautas modernos.

Virgilio Corrêa Filho



# HOMENAGEM PÓSTUMA A JOSÉ ROBERTO DE MACEDO SOARES

## JOSÉ ROBERTO DE MACEDO SOARES

Na família daquele que preside o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tocou inexorável a mão do destino levando de entre os vivos, nestes poucos dias do fim dêste ano, a dois irmãos do Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Um desapareceu entre o pesar geral do meio paulista em que sempre viveu; o outro desaparece vítima de traiçoeiro mal que lhe não poupou a vida, sendo o mais moço dos irmãos.

Quem escreve estas palavras vem fazê-lo como expressão de pesar pela inesperada morte de José Roberto de Macedo Soares, o amigo desde os bancos da escola, aluno da mesma turma, moço quando eram moços, espírito capaz de tantas iniciativas com que naquele tempo praticava o jornalismo de notícias sagazes e sensacionais, mas depois diplomata prestante sabendo como fazer a diplomacia com as próprias mãos, a aproximar-se espontâneo e desembaraçado, como quando jornalista, dos meios sociais nos países em que serviu.

Encontrá-lo de passagem no Brasil era, para os velhos amigos dos tempos da academia, verem aquêles para êles sempre o mesmo e que conheciam de há muito, desde a mocidade.

E prestar esta sentida homenagem é traduzir o pesar com a morte de quem cedo encerrou uma existência com tão bons serviços prestados à pátria.

*Feijó Bittencourt*

## CRÍTICA DE LIVROS

### CRÍTICA DE LIVROS

F. A. Pereira da Costa — *Anais Pernambucanos*. Vol. I — 1493-1590. Recife, Secretaria do Interior e Justiça de Pernambuco, Arquivo Público Estadual, 1951; VIII-648, p., il.

Comemorando o centenário de nascimento do notável historiador Francisco Augusto Pereira da Costa, resolveu o governo de Pernambuco, mediante lei votada pela Assembléia Estadual, publicar sua grande obra que ainda se encontrava inédita, os *Anais Pernambucanos*, de excepcional importância para a História de toda a região Nordeste do Brasil. Iniciou-a no próprio ano daquela comemoração, 1951, com o aparecimento do primeiro volume de uma série de doze. Refere-se, este primeiro, ao período de 1493 a 1590.

Não será necessário assinalar o mérito dessa grande obra. É o resultado de toda uma existência dedicada ao esclarecimento do passado de uma das regiões mais importantes do Brasil. Se alguns pormenores foram modificados pelo posterior aparecimento de outros documentos e novas interpretações históricas, isto não diminui o interesse do gigantesco trabalho de F. A. Pereira da Costa, em boa hora editado pelo governo pernambucano, através do operoso Arquivo Público Estadual, dirigido pelo Professor Jordão Emerenciano.

*Helio Viana*

---

Pedro Cordolino F. de Azevedo — *História Militar*. 2 vols.: *História Militar Geral e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, 1950 a 1952; XVI-350 e 506 p., mapas e croquis.

O coronel, hoje general, Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, foi, durante muitos anos, professor de História Militar de nossa Escola Militar, quando ainda no Realengo, e posteriormente, como Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende.

Reunindo em dois volumes, enriquecidos de numerosos mapas e croquis, os cursos ministrados naqueles estabelecimentos de ensino do Exército, publicou, em 1950 e 1952, a *História Militar* que se subdivide em duas partes: História Militar Geral e História Militar do Brasil. Na primeira, estudou o autor as principais campanhas da Antiguidade e da Idade Moderna e Contemporânea. Na segunda, as campanhas sul-americanas da Colônia do Sacramento, da Banda Oriental e da Província Cisplatina, depois as lutas contra Oribe e Rosas e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai. Fazendo-o, estritamente do ponto de vista do historiador militar, demonstrou, o autor, profundo conhecimento da matéria, aliado a reais dotes de expositor, tratando-se de cursos ministrados a futuros oficiais do Exército.

*Helio Viana*

---

Cônego Raimundo Trindade — *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951; 526 p., ils. (Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 17).

Um dos mais belos templos barrocos do Brasil colonial é, certamente, a igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, em Minas Gerais. Embora já lhe tenham dedicado vários trabalhos, somente há pouco apareceu sua minuciosa crônica, escrita de acôrdo com os documentos da Ordem Terceira da Penitência da antiga Vila Rica. Fê-la quem estava amplamente indicado para a tarefa, o Cônego Raimundo Trindade, antigo organizador do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, hoje diretor do Museu da Inconfidência, de Ouro Preto. A documentação que reuniu e eruditamente comentou, esclarece, de modo definitivo, muitas questões da História Artística mineira.

*Helio Viana*

## NOTICIÁRIO

*Almirante Radler de Aquino* — O Instituto Histórico perdeu neste último trimestre do ano, a 9 de outubro, nesta cidade, esse ilustrado consócio benemérito.

Nascido em Nova York (a 28-1-1878), mas brasileiro, Francisco Radler de Aquino era um dos ornamentos mais preciosos, pelos seus títulos científicos da nossa marinha de guerra. Fez os seus estudos secundários no Colégio Aquino. Cursou com brilho a Escola Naval. Foi por três vêzes adido naval à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Comandou o couraçado *São Paulo* em 1938. Foi chefe do Estado Maior da Armada.

Radler de Aquino entrou para o Instituto Histórico, como sócio efetivo, a 28-8-1911 — para o qual foi proposto em 30-5 daquele ano por Max Fleiuss, Artur Guimarães e Norival Soares de Freitas. O parecer da Comissão de Geografia (relator A. Gomes Pereira) em data de 8-7-1917 — foi-lhe inteiramente favorável. O da de admissão de sócios de 26-8 confirmou-o. Em 28-8-1931 passou a sócio honorário e a benemérito por proposta de 14-XI-36 — aprovada na assembléia geral de 4-12-1936.

No Instituto Radler de Aquino prestou homenagem a memória de Afonso Celso (vol. 173 de 1938) e fêz a apresentação do escritor Philipp Guedala (vol. 174 — 1939).

Além do nosso Instituto, onde Radler de Aquino ocupou, por alguns anos o cargo de tesoureiro — fazia parte das seguintes instituições culturais: sócio do Instituto de Anápolis (Estados Unidos), da Academia de Ciências de Portugal, do Instituto Oceanográfico Brasileiro, do Instituto Técnico Naval, da Academia Brasileira de Ciências, da Associação Brasileira de Imprensa, do Instituto Duque de Caxias, da Sociedade Argentina de Estudos Geográficos (G.A.E.A.), do Instituto Argentino del Agua, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Conselheiro Técnico do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Histórico de Petrópolis, da Academia de Marinha da França, do Instituto Brasil-Estados Unidos (do qual foi presidente), do Clube Naval, presidente do Comité Brasileiro do Calendário Mundial.

Possuía as seguintes condecorações: medalha de ouro de 30 anos de bons serviços na Armada Brasileira. Medalha de ouro da *Revista Marítima Brasileira* conquistada em 1910. Medalha de prata como membro da Académie de Marine de France, oferecida em 1936.

De Radler de Aquino há detalhada bibliografia na *Revista do Instituto* (vol. 182 — jan.-março 1944 — págs. 188-199) de autoria da Srta. Maria Carolina Fleiuss.



## SÓCIOS FALECIDOS EM 1953

— Dr. Joaquim Bensaúde — Eleito sócio correspondente a 6-8-1921. Transferido para a classe de honorário em 22-8-1931. Faleceu a 7 de janeiro de 1952 em Lisboa.

— Almirante Raul Tavares — Eleito sócio efetivo em 23 de agosto de 1912, transferido para a classe de benemérito a 26-6-1940. Nasceu no Distrito Federal a 8-3-1876 e faleceu a 19 de fevereiro de 1953.

— Capitão de Mar e Guerra Didio Iratim Afonso da Costa — Eleito sócio honorário a 21 de dezembro de 1943. Nasceu no Paraná. Faleceu a 23 de março de 1953.

— Dr. Armando de Matos — Eleito sócio correspondente a 15-12-1934. Nasceu em Viseu (Portugal), a 14-4-1899. Faleceu a 11-5-1953 em Portugal.

— Dr. Cincinato César da Silva Braga — Eleito sócio correspondente a 25-8-1895, transferido para a classe de honorário a 4-12-1936. Nasceu em Piracicaba (São Paulo), a 7-7-1864. Faleceu a 12 de agosto de 1953 no Distrito Federal.

— Almirante Radler de Aquino — Eleito sócio efetivo em 26-8-1911, transferido para a classe de honorário a 22-8-1931 e para a de Benemérito em 4-12-1936. Nasceu a 23 de janeiro de 1878 em New York. Faleceu a 9-10-1953 no Distrito Federal.

## SÓCIOS ADMITIDOS

Dr. Alberto Iria .....	24-7-1953 — honorário
Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão	24-7-1953 — honorário
Dr. Antônio de Sampaio Dória .....	24-7-1953 — honorário
Desembargador Florêncio de Abreu ..	24-7-1953 — honorário
Dr. Ivolino de Vasconcelos .....	24-7-1953 — efetivo

## TRANSFERIDO PARA BENEMÉRITO

Ministro Hélio Lobo .....	24-7-1953 — benemérito
---------------------------	------------------------

# PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

## OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1953

- Santos noutros tempos* — Costa e Silva Sobrinho — Revista dos Tribunais — São Paulo, 1953.
- Caderno de História do Brasil* — Jayme Coelho — Gráfica Tupi Ltda., Rio de Janeiro, 1953.
- Bibliografía de las Islas Malvinas, obras, mapas y documentos* — José Torre Revello — Imprenta de la Universidad, Buenos Aires, 1953.
- 1810 — La Revolución de Mayo, segun amplia documentación de la epoca* — Pueyrredon (Carlos A.) Peuser, Buenos Aires, 1953.
- A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial* — Gal. E. Leitão de Carvalho — Edit. «A Noite», Rio de Janeiro, 1953.
- Clasificación General de los Dípteros* — Rafael Gonzalez Rincones — Edit. Sucre, Venezuela, 1953.
- A Margem da Filosofia das Ciências* — Castilhos Goycochêa — *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1953.
- Os Mitos Amazônicos da Tartaruga* — Charles Frederik Hartt — Arquivo Público Estadual, Recife, 1952.
- Ereção da Capela de N.S. da Guia de Xiririca* — A. Paulino de Almeida — Departamento de Cultura, São Paulo, 1947.
- Memórias da Câmara da Vila de Iguape* — A. Paulino de Almeida — Departamento de Cultura, São Paulo, 1952.
- O Litoral Norte* — A. Paulino de Almeida — Departamento de Cultura, São Paulo, 1947.
- Memória Histórica de Pariquêra-assú* — A. Paulino de Almeida — Departamento de Cultura, São Paulo, 1939.
- Fundação de Cananêia* — A. Paulino de Almeida — Departamento de Cultura, São Paulo, 1952.
- O Marco de Itacurussá* — A. Paulino de Almeida — Bignardi & Cia. Ltda., São Paulo, 1952.
- Nóbrega e a Fundação de São Paulo* — Serafim Leite, S.I. — Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1953.
- El Pensamiento Político del Dean Funes* — Roberto I. Peña — Imprenta Universidad de Córdoba, 1953.
- Lutz Figueiredo Leitão e sua descendência* — Jorge G. Felizardo e Paulo Xavier — Of. Gráf. Impr. Oficial, Porto Alegre, 1953.
- A Criação da Província do Paraná* — Oswaldo Pilotto — Gráf. Mundial Ltda., Curitiba, 1953.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República* — Engenheiro Alvaro de Sousa Lima — Gráf. Salvador, Rio de Janeiro, 1953.
- Palestra de Higiene, na Rádio Tupi* — 3ª série — 1941 — Savino Gasparini — Gráf. Barbero, Rio de Janeiro, 1945.

- Higiene da Mesa* (noções científicas) — Dr. Luiz Pereira Barreto — Ribeiro Preto, 1928.
- The Concept of Property in Modern Christian Thought* — Frank Grace — Board of Editors, Urbana, 1953.
- Memorias del Museo de Entre-Rios* — Nicolas Kusnezov — S.A.I.E.R., Paraná, 1951.
- Problems in Brazilian Geology and Géomorphology Suggested by Reconnaissance in Summer of 1951* — John Lyon Rich — São Paulo, 1953.
- Mesoamerica y Colombia* — Ignacio Bernal Dolmatoff — Editorial Fournier, México, D.F., 1953.
- O Conde de Bicalho e a Flora Medicinal* — Américo Pires de Lima — Lisboa, 1953.
- Para a História da Botânica e do Fomento da Ilha da Madeira* — Américo Pires de Lima — Tip. Alcobacense, Lt. Alcobaca, 1951.
- O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira* — Américo Pires de Lima — Ática Limitada, Lisboa, 1953.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1953

- José Toribio Medina — Antecedentes para el estudio de su vida y su alma* — Seleccion de Guillermo Feliu Cruz — Ministerio Relaciones Exteriores — Santiago de Chile, 1952.
- Ecuador — monumentos históricos y arqueológicos* — Fray José Maria Vargas, O.P. — Comisión de Historia — México, D.F., 1953.
- Guyanas* — Irving Rouse — Comisión de Historia — México, D.F., 1953.
- Zona Circuncaribe* — Miguel Acosta Saignes — Comision de Historia — México, D.F., 1953.
- Brasil* — José Honório Rodrigues — Comision de História — México, D.F., 1953.
- Uma Análise Estilística da Cerâmica de Santarém* — Frederico Barata — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1953.
- Pio XII no Brasil* (Oferta do Embaixador Macedo Soares) — Xavier de Oliveira — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.
- Fundação do Presidio de Miranda* — setembro 1953 — General Silveira de Mello — Rio de Janeiro, 1953.
- História do Brasil* — Tomos de I a V. Adquirido por compra — Francisco Adolfo de Varnhagen — Edições Melhoramentos, São Paulo, 1953.
- América e o Libertador* — nº 3 — Cristobal L. Mendoza — Cromotip., C.A., Caracas, 1953.
- Manuel Garcia de Sena y la Independencia de Hispano-américa* — nº 6 — Cristobal L. Mendoza — Cromotip., C.A., Caracas, 1953.
- O ensino de Português na Argentina* — Christovam de Camargo — I.A.B.C., Buenos Aires, 1953.
- Conferências e Discursos. Premissa: o que é liberdade* — Napoleão Lopes — Irmãos Di Giorgio & Cia., Rio de Janeiro, 1953.
- Bibliografía Selectiva de las Culturas Indígenas de America* — Juan Comas — Comision de Historia, México, 1953.
- Jesutas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)* — Jaime Cortesão — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1952.

- Cartas a Amigos* — vol. I-II — Joaquim Nabuco — Instituto Progresso Edit., S.A., São Paulo, 1953.
- Chile: Monumentos históricos y arqueológicos* — Roberto Montandon — Comision de Historia, México, 1952.
- The Members of the Brazilian Jewish Community (1648-1653)* — Arnold Wiznitzer — Maurice Jacobs, Philadelphia, 1953.
- Antônio Joaquim* (separata) — Alberto Augusto Gonçalves — Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1953.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1953

- América e o Libertador* — Cristobal L. Mendoza — Cromotip., C.A., Caracas, 1953.
- Manuel Garcia de Sena y la Independencia de Hispano-america* — Pedro Grases y Alberto Harkness — Cromotip., C.A., Caracas, 1953.
- O Sindicato no Brasil* — Segadas Viana — Gráf. Olimpica Editôra, Rio de Janeiro, 1953.
- Antologia* — Rui Barbosa — Gráf. Olimpica Editôra, Rio de Janeiro, 1953.
- O Centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro — 1829-1929. Primórdios e evolução da medicina no Brasil* — Alfredo Nascimento — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1929.
- Lauro Muller* (Ensaio Bibliográfico) — Marcos Konder — *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1953.
- La Constitucion del 33* — Luis Lagarrigue — Imp. «El Globo», Santiago, 1925.
- Diário da Viagem ao Surinam* — Francisco José Rodrigues Barata — Of. Gráf. Rev. da Veterinária, Belém, 1944.
- A Ascensão* (poema) — Alípio Bandeira — Tip. Henrique M. Sondermann, Rio de Janeiro, 1928.
- Uma viagem às guianas* (separata) — Cel. Joaquim de M. Cardoso Barata — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.
- Comentários despretensiosos sobre a organização judiciária do Estado de Mato Grosso* — Dr. Vicente Maurano — Tip. Progresso, Aquidauana, 1928.
- Guatemala: Monumentos Históricos y Arqueológicos* — Daniel F. Rubin de la Borbolla — Comision de Historia, México, 1953.
- Honduras: Monumentos Historicos y Arqueologicos* — Daniel F. Rubin de la Borbolla — Comision de Historia, México, 1953.
- United States* (Periodo Colonial) — Max Savelle — Comision de Historia, México, 1953.
- Suramerica* (Periodo Colonial) — Mariano Picón Salas — Comision de Historia, México, 1953.
- Contribución al conocimiento de los nautiloideos* — Eopaleozoicos argentinos, por Giovanni Cecioni. Santiago de Chile, 1953.
- Album «Navio Escola Almirante Saldanha» Marinha de Guerra do Brasil* — XII viagem de instrução. Rio, Poligráfica Nacional Ltda., 1953.
- Documentos Históricos* — Consultas do Conselho Ultramarino, Pernambuco e outras capitanias 1716-1727. Vol. XCIX — Biblioteca Nacional, 1953.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946* — Departamento Estadual de Informações, São Paulo.



- Constituição do Estado de São Paulo promulgada em 9 de julho de 1947* — Impr. oficial do Estado de São Paulo.
- O Ensino da História no Brasil* — Instituto Panamericano de Geografia e História — México, 1953.
- Tricentenário da Primeira Batalha dos Guararapes* — pelo Brigadeiro Lysias A. Rodrigues. Separata do vol. XIII — Ns. 13 e 14 da Revista do Instituto Geográfico e Histórico Militar do Brasil, 1948.
- O Negro no Rio de Janeiro* — Relações de Raça numa Sociedade em Mudança por L. A. da Costa Pinto. Brasileira, vol. 276. São Paulo Editora Nacional, 1953.
- Recenseamento Geral da População em 1950* — População civilizada. Província de Moçambique — Repartição Técnica de Estatística. Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, 1953.

#### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO

- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — tomo XXXIII — marzo de 1953. Caracas.
- Rodovia* — janeiro, 1953 — nº 155 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Brasília* — volume VII. Coimbra, 1952.
- Revista Nacional* — tomo LVIII — año XVI — abril de 1953 — nº 172. Montevideo.
- Nação Brasileira* — setembro de 1953 — nº 361 — ano XXX. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — outubro-dezembro de 1953 — nº 52 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Universitas* — nº 4 — 1953. Colombia.
- Da Índia Distante* — 1º de agosto de 1953 — Boletim nº 63. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — number 9 — vol. 57 — september, 1953, New York.
- Bolletino Civico Instituto Colombiano* — aprile-guigno 1953 — anno I — nº 2. Genova.
- Catalogo* — Brill's News — august 1953 — nº 6. Holland.
- Noticiário das Nações Unidas* — agosto, 1953 — nº 8 — ano 3. Rio de Janeiro.
- Revista de Portugal* — nº 116 — vol. XVIII — junho, 1953. Lisboa.
- O Rio São Francisco* — nº 222 — 7 de setembro de 1953 — ano V. Cidade da Barra, Bahia.
- Bulletin de L'Unesco à l'intention des bibliothèques* — vol. VII — nº 8-9 — aut.-septembre, 1953. France.
- Hora Azul* — agosto-setembro de 1953 — nº 4 — ano I. Rio de Janeiro.
- Endeavour* — julho, 1953 — nº 47 — vol. XII. Londres.
- Catálogo* — Iriffe Books, 1953. London.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle série nº 95 — 20 aut. 1953. Bruxelles.
- Boletim Mexicano* — ano XI — maio-junho, 1953 — ns. 136-137. México.
- Boletim Brasileiro* — ano XI — maio-junho, 1953 — ns. 136-137. México.
- Correio de Uberlândia* — 27 de setembro de 1953 — nº 3.758 — ano XVI. Minas Gerais.
- Saúde* — outubro, 1953 — nº 70 — ano VI. Rio de Janeiro.

- Revista Brasileira de Estatística* — janeiro-março de 1953 — nº 53 — ano XIV.  
Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — Boletim ns. 64 e 67 — 15 de agosto e 1º de outubro  
de 1953. Rio de Janeiro.
- O Bibliotecário* — nº 4 — ano II. Campos.
- A Verdade* — Rio de Janeiro.
- Saúde* — fevereiro, março de 1953 e setembro de 1951 — ns. 62, 63 e 45 —  
anos IV-VI. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — New Books — Macmillan — New York — january-june, 1953.  
New York.
- Cultura* — novembro de 1949 — nº 3 — ano I. Rio de Janeiro.
- Programas do Curso Ginásial* (Ensino Secundário) — Rio de Janeiro, 1942.
- Boletim* — Sociedade de Geografia de Lisboa — 5-6, 9-10, 11-12 — maio-  
junho — setembro-outubro — novembro-dezembro de 1951 — 69ª série.  
Lisboa.
- El Faro a Colon* — año III — nº VII — septiembre-diciembre de 1952.  
Ciudad Trujillo, R.D.
- Boletín de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Históricos* — abril-mayo-  
junio de 1953 — nº 3 — tomo VIII. México.
- Boletín de la Biblioteca Nacional* — diciembre de 1951 — nº 14 — año VIII.  
Lima.
- Manguinhos* — 31 de julho de 1953 — nº 9 — ano II. Rio de Janeiro.
- Noticias da Venezuela* — agosto, 14, 1953 — nº 202. Caracas.
- Catálogo* — Lista de Obras de Ocasión — Junio, 1953. México.
- União Cultural Brasil-Estados Unidos* — nº 1 — 1952. São Paulo.
- Revista Brasileira de Geografia* — janeiro-março/abril-junho de 1952 — ns. 1  
e 2 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — 2º semestre de 1952. Rio de Janeiro.
- Boletim Geográfico* — janeiro a junho de 1952 — ns. 106 a 108 — ano X.  
Rio de Janeiro.
- Boletim do Club Naval* — 1º e 2º semestres de 1952 — ns. 131 a 134 —  
ano XXXII. Rio de Janeiro.
- Catalogue of Books on Various Subjects* — nº 711. Hague.
- The Rockefeller Foundation* — Annual Report 1952. New York.
- Revista do Serviço Público* — ano XVI — vol. II — nº 1 — abril, 1953.  
Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — nº 203 — julho, 1953 — vol. XXVII.  
Rio de Janeiro.
- Em Marcha* — nº 11 — vol. II. Rio de Janeiro.
- Revista da Faculdade de Letras* — tomo III — 1ª série — ns. 1 e 2, 1952.  
Lisboa.
- Anais do Primeiro Congresso Brasileiro do Teatro* — 9 a 13 de julho de 1951.  
Rio de Janeiro.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — ns. 1-3 —  
tomo LXXIII — enero-junio de 1952. México, D.F.
- Brasil Açucareiro* — maio, 1953 — nº 5 — vol. XLI — ano XXI. Rio de  
Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — nouvelle serie nº 94 — 20 juillet, 1953. Bruxelles.

- IV Centenário* (Boletim Informativo da Comissão do) da Cidade de São Paulo — julho, 1953 — nº 3. São Paulo.
- Ecos Marianos da Basílica Nacional de N. Senhora da Aparecida* — 1945-1948. Aparecida.
- Anuário da Arquidiocese de Belém* — Pará, 1934. Pará.
- Boletín del Musco Nacional de Historia Natural* — tomo XXV — correspondientes a los años 1950-51. Santiago de Chile.
- The Catholic Historical Review* — july, 1953 — number 2 — volume XXXIX. Washington.
- Catalogue — les moissons de l'esprit* — été 1953. France.
- Educación Rural* — La Habana.
- Vozes de Petrópolis* — maio-junho de 1953 — fasc. 3 — vol. 11. Petrópolis.
- Estudios Americanos* — junio-julio, 1953 — vol. VI — nº 21. Sevilla.
- Revista Nacional* — enero de 1953 — nº 169 — año XVI — tomo LVII. Montevideo — Uruguay.

#### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1953

- Revista do Serviço Público* — ano XVI — vol. II — nº 2 — maio de 1953. Rio de Janeiro.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — novembro e dezembro de 1950 — ns. 11 e 12 — 68ª série — janeiro e fevereiro — março e abril — julho e agosto de 1951 — ns. 1-2, 3-4, 7-8 — 69ª série — janeiro-março de 1952 — ns. 1 a 3 — 70ª série. Lisboa.
- Acta Agronomica* — julio, 1953 — nº 3 — vol. III. Colombia.
- Annual Report of the American Historical Association for the year, 1951* — vol. I. Washington, D.C.
- State Geological Survey — Report of Investigations* — ns. 163-164-166 — Bulletin nº 68. Urbana, Illinois.
- Catalogo Arbor* — Madrid.
- Catalogo* — Unesco L.B.A. — List. 243 — 4 aout 1953. Paris.
- Gazeta de Mirassol* — nº 253 — 8 de setembro de 1953 — año 6. Mirassol.
- Sonderabdruck Aus Dem Gutenberg-jahrbuch* — 1953. Alemanha.
- Da Índia Distante* — 15 de setembro de 1953 — nº 66. Rio de Janeiro.
- Boletim E.N.B.A.* — abril-maio-junho — ano II — nº 2. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo* — agosto, 1953 — nº 4. São Paulo.
- Índice Cultural da Cidade do Rio de Janeiro* — ns. 22-23, 1953 — maio e junho. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — nº 5 — julio 1953 (Nuevos Libros). Madrid.
- Boletín de Informaciones* — nº 5 — ano II — junio 1953. I.A.B.C. Buenos Aires.
- Índice Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, 1952-1953* — ns. 17, 18, 19, 20 e 21. Rio de Janeiro.
- Américas* — novembro, 1952 — vol. 4 — nº 11. São Paulo.
- Brasil Açucareiro* — junho, 1953 — nº 6 — vol. XLI — ano XXI. Rio de Janeiro.

- Engenharia* — julho, 1953 — nº 131 — vol. XI — ano XI. São Paulo.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — nº 5 — junio, 1953. La Habana, Cuba.
- Das Deutsche Buch* — heft 2 — 1953 (Catálogo).
- Trabajos y Comunicaciones* — nº 3. Eva Peron.
- Cultura Universitaria* — enero a abril de 1953 — ns. 35-36. Venezuela.
- Ocidente* — nº 183 — volume XLV — julho, 1953. Lisboa.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar* — 21º volume — 1951. Lisboa.
- O Puritano* — 25 de julho e 25 de agosto de 1953 — ns. 2.036-2.038 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — julho, 1953 — nº 7 — ano 3. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Bottega d'Erasmus — nº 95. Torino, Itália.
- Correio de Uberlândia* — 13 e 15 de setembro de 1953 — ns. 3.748-49 — ano XVI. Minas Gerais.
- Antropologia e História de Guatemala* — junio, 1952 — nº 2 — vol. IV. Guatemala.
- Revista Shell* — nº 64. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — agosto e setembro de 1953 — ns. 122-123 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — agosto 1953. México, D.F.
- Boletín Cultural Mexicano* — junio e julio de 1953. — ns. 14-15. México.
- Panorama* — nº 1 — año I — abril, 1953. Asunción.
- Boletim Oficial* — 25 de junho de 1953 — nº 3 — vol. II. Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — nº 69 — año IX — 1953. Madrid.
- Catalogue de Livres Rares* — 1953. Paris.
- Revista de Turismo* — nº 38 — febrero, 1945. Asunción.
- Informação Bibliográfica* — julho 1953 — nº 4. Rio de Janeiro.
- Bibliografía de la Literatura Hispanica* — José Simón Diaz. México.
- Catálogo* — Edições «O Cruzeiro». Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 9, 11, 12, 15, 22, 25 e 26 de julho — 1, 5, 8, 11, 15 de agosto — 1, 3, 6, 27 de setembro de 1953 — ano XVI. Minas Gerais.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — septiembre-diciembre de 1952 — nº 3 — vol. II. Washington, D.C.
- Catálogo* — E. J. Brill. Holland — july, 25, 1953 — nº 60.
- Catalogue* — nº 580 — Books for the Reader and Collector. Liverpool.
- Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* — vol. XII — dezembro de 1952. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — nº 2 — vol. 25 — 30 de junho de 1953. Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — 20 septembre 1953 — nouvelle serie nº 96. Bruxelles.
- Catalogue of Publications (Classified)* — London.
- Lista Diplomática* — setembro, 1953. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — Some Essential Books. London.
- Da Índia Distante* — Boletim nº 68 — 15 de outubro de 1953. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural Mexicano* — nº 16 — agosto, 1953. México.



- Gazeta de Mirassol* — 15 de outubro de 1953 — nº 268 — ano 6. Mirassol.
- Boletim Bibliográfico* — nº 70 — año IX, 1953. México.
- O Puritano* — 10 de setembro de 1953 — nº 2.039 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — nº 736 — Early Science and Technology, 1953. London.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — outubro de 1953 — nº 124 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Boletim Municipal* — 15 de agosto de 1953 — ano I — nº II. Guantanamo.
- Boletim Informativo* — setembro, 1953 — nº 9 — ano IV. São Paulo.
- Accion Indigenista* — agosto, 1953 — nº 2. México.
- Correio de Uberlândia* — 1 a 30 de setembro de 1953. Minas Gerais.
- Catalogue Juan Pablos* — agosto, 1953. México.
- Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* — ano VI — volume VI — fascículos I, II. Aracaju, 1925. Col. Macedo Soares.
- Vida Doméstica* — ano XXXIV — agosto, 1953. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — volume L, 1953. São Paulo.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* — vol. 12º, 1953. Paraíba.
- Revista Nacional* — tomo LVIII — año XVI — mayo de 1953 — nº 173. Uruguay.
- Catalogue 198 (Miscelanea)* — Holland
- Engenharia* — agosto de 1953 — nº 132 — ano XI — vol. XI. São Paulo.
- Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* — vol. XII — dezembro de 1952. Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — nº 2 — vol. 25 — 30 de junho de 1953. Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — 20 septembre 1953 — nouvelle serie nº 96. Bruxelles.
- Catalogue of Publication (Classified)* — London.
- Lista Diplomática* — setembro, 1953. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — Some Essential Books, London.
- Da Índia Distante* — Boletim nº 68 — 15 de outubro de 1953. Rio de Janeiro.
- Boletim Cultural Mexicano* — nº 16 — agosto, 1953. México.
- Gazeta de Mirassol* — 15 de outubro de 1953 — nº 268 — ano 6. Mirassol.
- Boletim Bibliográfico* — nº 70 — año IX, 1953. México.
- O Puritano* — 10 de setembro de 1953 — nº 2.039 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Catalogue nº 736*. Early Science and Technology, 1953. London.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — outubro de 1953 — nº 124 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Boletim Municipal* — 15 de agosto de 1953 — ano I — nº II. Guantanamo.
- Boletim Informativo* — setembro, 1953 — nº 9 — ano V. São Paulo.
- Accion Indigenista* — agosto, 1953 — nº 2. México.
- Correio de Uberlândia* — 1 a 30 de setembro de 1953. Minas Gerais.
- Catalogue Juan Pablos* — agosto, 1953. México.
- Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* — ano VI — volume VI — fascículos I, II. Aracaju, 1925. Col. Macedo Soares.
- Vida Doméstica* — ano XXXIV — agosto, 1953. Rio de Janeiro.

- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — volume L, 1953. São Paulo.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* — vol. 12º — 1953. Paraíba.
- Revista Nacional* — tomo LVIII — año XVI — mayo de 1953 — nº 173. Uruguay.
- Catalogue 198* (Miscelanea) — Holland.
- Engenharia* — agosto de 1953 — nº 132 — ano XI — vol. XI. São Paulo.
- A Aspiração*, 1952. Rio de Janeiro.
- Escola Rural* — julio, agosto, 1953 — nº 8 — año II (segunda-epoca). La Habana.
- Estudio* — diciembre de 1952 e agosto de 1953 — ns. 226-230, 231-234 — anos XXI-XXII. Bucaramanga.
- Brasil Açucareiro* — ano XXI — vol. XLII — julho, 1953 — nº 1. Rio de Janeiro.
- Boletim de Geologia* nº 9 — Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 146. São Paulo.
- Boletim Bibliográfico do Livro Ibero-Americano* — nº 21 — setembro, 1953. Rio de Janeiro.
- Lista Classificada* — 1950-52. São Paulo.
- Lista de Assinantes* — 1950. Rio de Janeiro.
- Boletim Mensal do Pessoal Militar da Marinha* — março-setembro-dezembro. 1937 e fevereiro-novembro-dezembro, 1938. Rio de Janeiro.
- Boletim Mensal do Pessoal da Armada* — outubro, 1930.
- Boletim Mensal dos Oficiais da Armada* — maio, 1940. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo* — 4, 6 a 12 e 14 e 15 de outubro de 1953. Rio de Janeiro.
- Flan* de 23 a 29 de agosto e 14 a 20 de agosto de 1953. Rio de Janeiro.
- Diário Carioca* — 6 de outubro de 1953. Rio de Janeiro.
- Atas da Câmara Municipal de São Paulo* — vols. XII a XXX — XXXII a XLV — vol. anexo ao VI. São Paulo.
- Extrait des Cahiers de l'Information Geographique*, nº 2, 1952 (L'Habitat Rural en Suede). France.
- Rodovia* — março, 1953 — nº 157 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- IV Centenário da Cidade de São Paulo* — setembro, 1953 — nº 5 — São Paulo.
- Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* — volumes: XXI-XXII-XXVII a LI — LIV-LXI-LXIV. Rio de Janeiro.
- Publicações do Arquivo Público Nacional* — de 1 a 34 (Oferta do Conselho Nacional de Geografia). Rio de Janeiro.
- Anais do Museu Histórico Nacional* — vols. 1 e 2 — 1940-1941. Rio de Janeiro.
- Sul América* — abril-maio-junho, 1953 — ano 34 — nº 132. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — ano XXX — nº 362 — outubro, 1953. Rio de Janeiro.
- Revista Du Pont* — vol. II — nº 4 — agosto-setembro, 1953. Delaware.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* — ano de 1950. Porto Alegre — I a IV trimestres de 1950 — ns. 117 a 120 — ano XXIX. Rio Grande do Sul.
- Geographical Review* — october, 1953 — number 4 — vol. XLIII. New York.
- Acción Indigenista* — setembro, 1953 — nº 3. México.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1953

- Triangulo* — 20 de septiembre de 1953 — nº 1 — ano IV. La Habana.
- Américas* — outubro, 1952 — nº 10 — vol. IV. São Paulo.
- A Polônia de Hoje* — setembro, 1953 — nº 9 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Saúde* — novembro, 1953 — nº 71 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem*, apresentação ilustrada (quadros elucidativos). Bandeira das Nações Unidas (aniversário 24 de outubro de 1950). Rio de Janeiro.
- Bulletin* — *Société Suisse des Americanistes* (S.S.A.) — nº 7 — september 1953. Suisse.
- Bulletin of The New York Public Library* — october, 1953 — volume 57 — number 10. New York.
- Boletín de Informaciones* — septiembre-octubre, 1953 — nº 6 — ano II. I.A.B.C. Buenos Aires.
- State Geological Survey* — Report of Investigations — nº 167.
- Bulletin* nº 78. Urbana, Illinois.
- Unesco Bulletin for Libraries* — vol. VII — nº 10 — october, 1953. France.
- Compañeros* — setembro, 1953 — nº 82 — año XIII. Montevideo.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — nº 6. La Habana. Cuba.
- Correio de Uberlândia* — 1 e 10 de outubro de 1953 — ano XVI. Minas Gerais.
- Américas* — novembro, 1953 — vol. V — nº 11. São Paulo.
- Bulletin Bibliographique des publications périodique reçues pendant l'année 1952.* France.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — novembro, 1953 — nº 125 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — setembro, 1953 — ano 3 — nº 9. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — março, 1953 — nº 157 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Catálogo Unesco* — L.B.A. — List 258 — 15 octobre, 1953. Paris.
- Da Índia Distante* — 1º de novembro de 1953 — Boletim nº 69. Rio de Janeiro.
- Carta de Información Hispanica* — nº 7 (30 septiembre 1953). Madrid.
- Announcement of Barnard College for the winter and spring sessions* — 1953-1954 — september 5, 1953. New York.
- Diário Oficial de Sergipe* — 23 de outubro de 1953 — nº 11.864 — ano XXXV. Aracaju, Sergipe.
- Boletim Cultural Mexicano* — nº 17 — septiembre de 1953. México.
- Gazeta de Mirassol* — 5 de novembro de 1953 — ano 6 — nº 271. Mirassol.
- Correio de Uberlândia* — 4 de novembro de 1953. Minas Gerais.
- Revista da Academia Matogrossense de Letras* — 1952-53 — anos XX-XXI — tomos XXXIX-XLII. Cuiabá.
- Geologia e Metalurgia* — nº 9 — (Boletim) — ano 6, 1952. São Paulo.
- Documentos Históricos* — Consultas do Conselho Ultramarino — Rio de Janeiro-Bahia, 1721-1725 — Pernambuco e outras capitanias, 1712-1716 — vol. XCVIII. Rio de Janeiro.
- Anais* — volume IV — II série — 1953. Lisboa.

- Boletim* — décimo quinto ano — 1951. Lisboa, 1952.
- Catalogue 86 cultural and physical Anthropology* — Gé Nabrink. Holanda.
- Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution* — Publication 4.111 — 1952. Washington.
- Revista de História* — julho-setembro, 1953 — nº 15. São Paulo.
- Brasil Açucareiro* — ano XXI — vol. XLII — agosto, 1953 — nº 2. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — de 1 a 31 de outubro de 1953 — ano XVI. Minas Gerais.
- Boletim Informativo* — ano V — novembro, 1953 — nº 11. São Paulo.
- IV Curso de verano en Cadiz (España)* — 25 julio al 30 agosto, 1953. Universidad de Sevilla.
- Revista do Tribunal Superior do Trabalho* — janeiro-abril de 1953 — ns. 1-2 — ano XXVIII. Rio de Janeiro.
- Revista Marítima Brasileira* — janeiro-junho de 1953 — ns. 7-12 — ano LXXII. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* — ano XII — ns. 23-24 — 1º e 2º semestres de 1953 — vol. XVII. Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — outubro, 1953. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Das Deutsche Buch — heft 4-1953. Frankfurt.
- O Imparcial* — ns. 80 e 93 — 19 de julho e 18 de outubro, 1953 — ano II. Itaperuna.
- Antiquariato* — Katalog — nº 139. Helvetica. Stans, Schweiz.
- Catálogo* — Boletim Bibliográfico do Livro Ibero Americano — outubro, 1953 — nº 22. Rio de Janeiro.
- Boletim Universitário* — nº 1 — ano I — noviembre, 1949. Caracas.
- Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso* — nº 9 — dezembro de 1920 — tomo IV — ano II — 1940 — tomos XLIII-XLIV — ano XXII — 1945-46 — tomo LIII-LIV — ano XXVII-XXVIII. Cuiabá. Mato Grosso.
- O Puritano* — 25 de setembro de 1952 — nº 2.040 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Acta final del Tercer Congreso Interamericano Regional de Turismo* — septiembre, 1953. La Habana. Cuba.
- Bolletino della Società Geografica Italiana* — serie VIII — vol. VI — fasc. 3 — Maggio-Giugno, 1953. Roma.
- Revista do Clube de Engenharia* — setembro, 1953 — nº 205 — vol. 27. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — nº 29 — Bibliografia — 1953-1954. Itália.
- Tricentenário da restauração pernambucana* — Regimento do Congresso comemorativo. Pernambuco.
- Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil* — 1808-1946. Rio de Janeiro.
- Revista de Portugal* — nº 118 — vol. XVIII — outubro, 1953. Lisboa.
- Ocidente* — nº 187 — vol. XLV — novembro, 1953. Lisboa.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo* — 16, 29, 30 e 31 de outubro e 1, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28 de novembro de 1953. São Paulo.
- Flan* — ns. 26-27-28 e 29. Rio de Janeiro.
- Letras del Ecuador* — nº 82 — año VIII — enero-febrero de 1953. Quito.



- Boletim* n° 70 — Da Índia Distante — 15 de novembro, 1953. Rio de Janeiro.
- Boletín Brasileño* — septiembre, 1953 — n° 72 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Saúde* — dezembro, 1953 — n° 72 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo* — outubro, 1953 — n° 6. São Paulo.
- Catalogue* — les moissons de l'esprit — automne, 1953. France.
- Triangulo* — 20 de octubre de 1953 — n° 2 — año IV. La Habana.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n° 55 — junio y julio de 1953 — vol. VI. Quito.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 24, 25, 28, 30 de outubro e 4, 5 e 6 de novembro de 1953 — ano XXXV. Aracajú.
- Cultura de Café no Brasil* — II Levantamento de 1940 (Estado do Espírito Santo). Rio de Janeiro.
- Acta Agronomica* — octubre, 1953 — n° 4 — vol. III. Palmira.
- Boletín Indigenista* — septiembre, 1953 — n° 3 — vol. XIII. México.
- América Indígena* — octubre, 1953 — n° 4 — vol. XIII. México.
- Estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado* — Rio de Janeiro.
- Estatutos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais* — 1932. Minas Gerais.
- Regulamento do Tesouro do Estado de Mato Grosso* — Cuiabá.
- A Feira de Gado de Três Lagoas* — Criação e instalação. São Paulo.
- A Fátima Brasileira* — outubro, 1953 — n° 80 — ano XI. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — n° 818 — vol. 5 — part. III. Voyages and Travels. London.
- Belgique Amérique Latine* — nouvelle serie n° 97 — 20 octobre de 1953. Bruxelles.
- Boletín Cultural Mexicano* — n° 17 — septiembre, 1953. México.
- Bulletin des Etudes Portugaises et de L'Institut Français au Portugal* — tome seizième, 1952 — nouvelle serie. Coimbra.
- A Polônia de Hoje* — outubro de 1953 — n° 10 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Armenia Futura* — ns. 5, 6 e 7 — mayo, junio e julio. Armenia.

# ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1953

Trimestre	Out.	Nov.	Dez.	Total
Obras oferecidas .....	28	27	24	79
Revistas nacionais e estrangeiras	58	63	99	220
Catálogos recebidos .....	5	—	7	12
Documentos recebidos .....	4	—	—	4
Jornais recebidos .....	7	37	84	138
Mapas oferecidos .....	—	28	—	28
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados .....	2.952	2.896	1.684	7.532
<i>Museu</i>				
Visitantes .....	120	49	28	197
<i>Sala pública de leitura</i>				
Consultas:				
Obras .....	6.847	7.032	7.093	20.972
Jornais .....	4.559	4.458	4.579	13.596
Revistas .....	4.816	4.762	4.739	14.317
Mapas .....	1.797	1.672	2.854	6.322
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas recebidos .....	253	172	182	607
Ofícios, cartas, telegramas expedidos .....	457	386	230	1.072

# CADASTRO DE SÓCIOS

## Presidentes Honorários

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes .....	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2. Dr. Artur da Silva Bernardes	15-12-1923	Rua Valparaíso n.º 40 — Rio. Tel. 28-2458.
3. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa .....	18- 7-1927	São Paulo.
4. Dr. Getúlio Dorneles Vargas	9- 1-1934	Palácio do Catete, Rio.
5. General Eurico Gaspar Dutra	13- 5-1947	Rua Redentor n.º 317 (Ipanema) — Rio.

## Sócios Grandes Beneméritos (5)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva .....	21- 7-1905	Rua das Palmeiras n.º 54 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0740.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
2. Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra .....	16- 9-1907	Rua das Laranjeiras número 550, apt. 701 — Rio — Tel. 45-1484.
3. Professor Basilio de Magalhães	27- 8-1914	Rua Paulino Fernandes n.º 27 — Rio — Tel. 26-7815.
4. Embaixador José Carlos de Macedo Soares .....	6- 8-1921	Praia do Flamengo n.º 2 — Rio. Tel. 25-3311, ou: Rua São Luís n.º 234 (Consolação) — São Paulo.
5. Ministro Alfredo Valladão .	19- 7-1912	Regina Hotel — Rua Ferreira Viana n.º 29, Rio — Tel. 25-7280.

### Sócios Beneméritos (15) (B)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Afonso d'Escragolle Taunay .....	2- 9-1911	Rua Lupércio de Camargo n.º 74 (Jardim América), São Paulo.
2. Almirante Carlos da Silveira Carneiro .....	6- 8-1921	Rua Anibal de Mendonça n.º 151 (Ipanema) Rio — Tel. 27-4949.



Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
3. Arcebispo D. Francisco José de Aquino Corrêa .....	10- 7-1926	Cuiabá — Mato Grosso, ou: Colégio Santo Inácio — São Clemente n.º 226 — Rio.
4. D. Ricardo Levene .....	1-10-1928	Melo n.º 2.134 — Buenos Aires.
5. Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt .....	22- 8-1931	Rua Santa Clara n.º 415 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-4004.
6. Dr. José Wanderley de Araújo Pinho .....	22- 8-1931	Av. Pasteur n.º 415 (Praia Vermelha) — Rio — Tel. 26-1536, ou: 7 de Setembro n.º 379 — Cidade do Salvador — Bahia.
7. Eng. Virgílio Corrêa Filho .	22- 8-1931	Praça André Rebouças n.º 17 (Engenho Velho) — Rio. — Tel. 28-0864.
8. Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt .....	12- 5-1937	Rua Otávio Correia número 84 (Urca) — Rio — Tel. 26-1501.
9. Dr. Cláudio Ganns .....	15-12-1939	Avenida Copacabana número 99, apt. 501 — Rio — Tel. 37-0767.
10. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho .....	22- 8-1931	Rua São Clemente número 259-A, apt. 3 (Botafogo), Tel. 26-3421, ou: Teófilo Otoni, 15 (Sub-loja) — Tel. 22-2147.
11. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes .....	6- 8-1931	Arquivo Nacional — Praça da República — Rio — Tel. 22-4441.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
12. Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses Filho .....	22- 8-1931	Rua São Clemente número 421 — Rio — Tel. 26-0953.
13. Desembargador Fernando Luís Vleira Ferreira .....	22- 8-1931	Rua Moreira César número 66, Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-0526.
14. Ministro Hélio Lôbo .....	6- 7-1912	Praia do Russell n° 680, apt. 101 (Glória) — Rio — Tel. 25-5898.

### Sócios Efetivos (40) (C)

1. Embaixador Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva ....	15- 7-1911	Rua Voluntários da Pátria n.º 371 — Rio — Tel. 26-6076.
2. Dr. Edgar Roquete Pinto ..	4- 8-1913	Avenida Beira Mar número 406, apt. 504 — Rio. Tel. 42-3275.
3. Contra Almirante Thiers Fleming .....	10- 7-1918	Praia do Flamengo número 186, apt. 503 (5.º andar) — Rio — Tel. 25-2626.
4. Tenente-coronel Antônio Leônicio Pereira Feiraz .....	22- 8-1931	Rua Japeri n.º 32-A, apt. 1 (Rio Comprido) — Rio.
5. Dr. Gustavo Barroso .....	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira n.º 123 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-2895.
6. Dr. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio n.º 92 (Leme) — Rio — Tel. 37-2614.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
7. Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux .....	22- 8-1931	Rua Martins Pena n.º 49 — Rio. Tel. 28-4120
8. Dr. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Rua General Glicério n.º 400, apt. 802 — Rio — Tel. 26-1700.
9. Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa .....	22- 8-1931	Rua Gago Coutinho número 66, apt. 902 — Rio (Laranjeiras) — Tel. 45-2853.
10. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho .....	22- 8-1931	Rua da Assunção número 207 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-4861.
11. Dr. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Jardim Botânico número 305, apt. 302 — Tel. 26-5131 — Rio ou: Ministério do Trabalho — Tel. 42-8080 Ramal 614.
12. Dr. Herbert Canabarro Reichardt .....	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras número 29 — Rio — Tel. 25-0022.
13. Dr. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida n.º 36 (Laranjeiras) — Rio. Tel. 25-2684.
14. Dr. José Luís Batista .....	31- 5-1939	Rua Miguel Lemos número 21, apt. 701 — (Copacabana) — Rio. — Tel. 27-1014.
15. Dr. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Rua São Clemente número 243, c/XII (Botafogo) — Rio — Tel. 26-8895.
16. Ministro Ruben Rosa .....	29- 5-1941	Praia de Botafogo número 48, apt. 25 — Rio — Tel. 25-5800.
17. General Estevão Leitão de Carvalho .....	29- 9-1942	Rua Uruguai n.º 572 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-0432.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
18. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade .....	9- 7-1943	Rua Nascimento Silva n.º 190 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-2503.
19. General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque ..	19- 5-1944	Rua Uruguai n.º 526 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-4321.
20. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Travessa Soledade número 14 (Engenho Velho) — Rio — Tel. 28-5595.
21. Professor Hélio Vianna .....	27-12-1944	Avenida Alexandre Ferreira n.º 55 (Lagoa) Rio — Tel. 26-1980.
22. Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas .....	27-12-1944	Rua Dr. Satamini número 77 (Tijuca) — Rio Tel. 28-0804.
23. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Rua D. Mariana número 73 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-7914.
24. General Valentim Benício da Silva .....	17-12-1945	Praia do Flamengo número 144, apt. 201 — Rio — Tel. 25-1655.
25. Afonso Costa .....	13- 5-1947	Rua Figueiredo Magalhães, 415, apto. 803 — Copacabana.
26. Dr. Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro 20 (5.º andar) — Rio.
27. Coronel João Batista Magalhães .....	16-12-1947	Rua São José n.º 74, ou: Rua Joaquim Murtinho n.º 772, apt. 103 (Santa Teresa) — Rio.
28. Professor Fernando Raja Gabaglia .....	31- 8-1948	Avenida Pasteur n.º 419 (Urca) — Rio.
29. Dr. José Honório Rodrigues .	31- 8-1948	Avenida Melo Franco n.º 16, apt. 2 — Rio — Tel. 27-3346.



Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
30. Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho .....	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro n.º 159, apt. 602 — Rio — Tel. 45-3682.
31. Dr. Afonso Arinos de Melo Franco .....	15- 8-1949	Rua Anita Garibaldi número 19 (Copacabana) — Rio. — Tel. 37-5977.
32. Dr. Afonso Penna Junior ....	15- 8-1949	Rua Pereira da Silva n.º 220 (Copacabana) — Rio. Tel. 25-1973.
33. Prof. Francisco Mozart do Rego Monteiro .....	15- 8-1949	Rua General Glicério n.º 407, apt. 1.001 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-2104.
34. Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa .....	15- 8-1949	Rua Álvaro Ramos número 341 c/4 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-6157.
35. Dr. Edgardo Castro Rebelo .	20- 6-1951	Rua Álvares Borgeth número 22 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0495.
36. Dr. José Antônio Soares de Sousa .....	20- 6-1951	Rua Itaperuna n.º 66 — Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-2082.
37. Dr. Mucio Leão .....	20- 6-1951	Rua Fernando Mendes n.º 7, apt. 12 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-9527.
38. Dr. Roberto da Motta Macedo .....	14-10-1952	Rua Felisberto Meneses n.º 31, apt. 603 — Rio — Tel. 48-7674.
39. Dr. Ordival Cassiano Gomes	14-10-1952	Rua Otávio Correia número 420, apt. 8 — (Urca) — Rio — Tel. 26-5293.
40. Dr. Ivolino de Vasconcellos	24- 7-1953	Rua Antônio Vieira. 28 — Copacabana — Tel. 37-1323 — Consultório 42.4586.

# Sócios Correspondentes (40) (D)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Don Emilio Rodriguez Mendoza .....	6-12-1902	Calle Compania, 2.343 Santiago — Chile.
2. Prof. José Feliciano de Oliveira .....	19- 2-1904	Rue de Longchamp, 25 Paris — France.
3. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa .....	4- 5-1912	Haddock Lobo, 1.307. São Paulo.
4. Dr. Eugênio de Andrada Egas	28- 6-1913	Rua Bela Cintra n.º 801 — São Paulo.
5. Dr. Fidelino de Figueiredo .	28- 7-1913	Rua Duarte Lôbo, 32 (Alvalade) — Lisboa (Portugal) .
6. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo .....	31- 5-1917	Rua Santo Elias n.º 292 — Recife — Pernambuco.
7. Ministro Dr. Silvio Rangel de Castro .....	13- 9-1930	Legação do Brasil — Rue Bighilis, 15 — Atenas — Grécia.
8. Embaixador Dr. Carlos Maranhães de Azeredo .....	22- 8-1931	Via de Vila Emiliani, 9 — Parioli — Roma.
9. Dr. Djalma Forjaz .....	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio n.º 225 — São Paulo.
10. Embaixador Dr. Hildebrando Accioly .....	22- 8-1931	Rua Sousa Lima n.º 87 Rio — Tel. 27-7029.
11. Luis Enrique Azarola Gil ...	30- 7-1934	Frederico Lacroze, 2.100 — Buenos Aires.
12. Dr. Argeu de Segadas Machado Guimarães .....	30- 7-1934	Legação do Brasil — Na Zatorce 19 — Praga — Tchecoslováquia.
13. Dr. Luis da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Natal — Rio Grande do Norte.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
14. Embaixador Caio de Melo Franco .....	30- 7-1934	Ministério das Relações Exteriores — Rio — Tel. 45-4810 — Rua Paulo César Andrade, 70, apt. 702.
15. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo .....	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio n.º 118 — São Paulo.
16. Ministro Joaquim de Sousa Leão Filho .....	15-12-1934	Rua República do Peru n.º 193 (Copacabana) Rio — Tel. 37-2427.
17. Dr. Antônio Augusto Mendes Corrêa .....	15-12-1934	22 — 2.º, Avenida da República — Lisboa Portugal.
18. Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho .....	15-12-1934	Rua Esperança n.º 164 — Lisboa — Portugal.
19. Arcebispo D. Frederico Lunardi .....	28- 5-1935	Assunção — Paraguai.
20. Enrique de Gandia .....	4-12-1936	Calle Elflein, 3567 — La Lucila — Gran Buenos Aires — Argentina.
21. Desembargador José de Mesquita .....	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
22. Don Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
23. Desembargador Jorge Hurley	31- 5-1939	Avenida Nazaré n.º 189 — Belém — Pará.
24. Dr. Luís Norton de Matos	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa — Portugal.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
25. Padre Serafim Leite, S.J. ..	31- 5-1939	Borgo Santo Spirito, 5 — Roma — Itália.
26. Dr. Ernesto Sousa Campos .	21- 8-1939	Rua Bela Cintra número 1.768 — São Paulo.
27. Dr. Aureliano Leite .....	29- 9-1942	Rua Brigadeiro Luís An- tônio n.º 2.791 — São Paulo.
28. Dr. João Fernando de Almei- da Prado .....	27-12-1944	Avenida Brigadeiro Luís Antônio n.º 966 — São Paulo.
29. Dr. Luís Vianna Filho .....	27-12-1944	Rua Constante Ramos n.º 105, apt. 401 — Rio — Tel. 27-7269.
30. Dr. Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Conceição 573 — Na- tal — Rio Grande do Norte.
31. Professor Walter Spalding ..	28- 9-1945	Rua N. S. Medianeira n.º 70 (Glória) — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
32. Dr. Osvaldo R. Cabral ....	21-10-1946	Rua Esteves Júnior nú- mero 138 (Florianópo- lis — Santa Catarina.
33. Dr. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Rua Eugênio de Lima n.º 747 — São Paulo — Tel. 7-1211.
34. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira .....	21-10-1946	Rua Monte Alegre nú- mero 220 — São Pau- lo.
35. Dr. Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Rua Conde de Irajá n.º 439 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-2391.



Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
36. Dr. Renato Mendonça .....	16-12-1947	Avenida Eptácio Pessoa n.º 2.348 (Lagoa) — Tel. 46-1264.
37. Ministro Orlando Guerreiro de Castro .....	31- 8-1948	Rua Haddock Lobo número 220, ou: Embaixada do Brasil — Portugal.
38. Dr. Ariosto Gonzalez .....	31- 8-1949	Avenida Brasil número 2.826 — Montevideu, Uruguai.
39. Dr. Damião Peres .....	20- 6-1951	Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal.
40. Dr. Sérgio Corrêa da Costa .	20- 6-1951	Rua Samuel Morse, 12 apt. 1.002 (10.º) — Rio — Tel. 25-9850.

### Sócios Honorários (50) (E)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador José Manuel Cardoso .....	22- 5-1903	Rua General Dionísio n.º 64 — Rio — Tel. 26-1659.
2. Dr. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Rua São José n.º 33 — Rio — Tel. 22-6356, ou: Visconde de Itaboraí n.º 474 — Niterói, Estado do Rio.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
3. Henry R. Lang .....	22- 6-1911	New York, U.S.A.
4. Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva .....	6- 6-1912	Rua Valparaíso n.º 36 — Rio. Tel. 28-0416.
5. Francisco Agenor de Noronha Santos .....	6- 6-1912	Rua 24 de Maio n.º 161 (Meyer) — Rio — Tel. 28-8069.
6. Prof. Carlos Delgado de Carvalho .....	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos n.º 7 — Rio.
7. Ministro Dom Diego Carbone	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
8. Dom Pedro Dulanto .....	18- 7-1927	Lima — República do Peru.
9. Embaixador Luis Martins de Sousa Dantas .....	29- 6-1928	Embaixada do Brasil — Paris — França.
10. Professor Paul Rivet .....	13- 9-1930	Rue Buffon, 61 — Paris.
11. Padre Paul Coulet, S.J. ...	22- 6-1931	Paris.
12. Ministro Hubert Knipping .	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse, 3 — Hannover — Alemanha.
13. Cardeal Dom Miguel Gonçalves Cerejeira .....	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
14. Dr. Luis Pasteur Vallery Radot .....	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
15. Dr. Elmano Cardim .....	17-12-1937	Avenida Portugal n.º 38 (Urca) — Rio — Tel. 26-5595.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
16. Embaixador Martinho Nobre de Mello .....	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco número 11, apt. 850 (Copacabana) — Rio.
17. General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon .	14- 4-1939	Avenida Copacabana número 1.394, apt. 3 — Rio — Tel. 27-2318.
18. Prof. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Universidade de Harvard, Mas. U.S.A.
19. Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros .....	14- 4-1939	Rua Hermenegildo de Barros n.º 158 (Santa Teresa) — Rio — Tel. 22-7113.
20. Dr. Julio Dantas .....	14- 4-1939	Rua Castilho n.º 30 (2.º) — Lisboa — Portugal.
21. Prof. Nels Andrew Nelson Cleven .....	14- 4-1939	Universidade de Pittsburg. Pensilvania — U.S.A.
22. Dr. Ernesto Leme .....	21- 8-1939	Rua Tupi n.º 425 — São Paulo.
23. Dr. Waldo Gifford Leland ..	21- 8-1939	Washington, D.C. — U.S.A.
24. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha .....	15-12-1939	Rua Campo Belo n.º 199 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-1119.
25. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva .....	29- 6-1940	Alameda Itu n.º 911 — São Paulo.
26. Dr. Felix Guisard .....	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
27. Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland U.S.A.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
28. Dom Pedro de Orléans e Bragança .....	29- 8-1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis — Estado do Rio.
29. Capitão de Mar e Guerra Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro número 560 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-4439.
30. Coronel Laurênio Lago ....	9- 7-1943	Rua D. Pedrito n.º 379 apt. 204 (Leblon) — Rio.
31. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares .....	19- 5-1944	Rua Santo Amaro n.º 21, apt. 13 — Rio — Tel. 25-8070.
32. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara .....	5- 9-1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória número 106 — Rio — Tel. 42-0551.
33. Ministro Heitor Lira .....	9- 7-1945	Ministério das Relações Exteriores — Rio.
34. Almirante Alvaro Rodrigues de Vasconcelos .....	28- 9-1945	Avenida Portugal número 102 (Urca) — Rio — Tel. 26-1593.
35. Almirante Jorge Dodsworth Martins .....	17-12-1945	Avenida Atlântica número 3.892 — Rio.
36. Frei Basilio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio.
37. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Vergueiro n.º 45 — Rio — Tel. 25-2258.
38. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa .....	13- 8-1948	Rua Santa Clara n.º 8, apt. 903 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-1921.
39. Prof. Agnello Bittencourt ...	31- 8-1948	Rua Jardim Botânico número 228, apt. 7 — Rio — Tel. 26-6519.



Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
40. Capitão de Mar e Guerra Luís de Oliveira Belo .....	31- 8-1948	Rua Constante Ramos n.º 82, apt. 401 (Copacabana) — Rio — Tel. 47-7037.
41. Senador Aloisio de Carvalho Filho .....	31- 8-1949	Senado Federal, ou : Avenida Churchill número 60, apt. 42 — Rio.
42. Dr. Edgard Batista Pereira ..	20- 6-1951	Avenida Copacabana número 218, apt. 1.102 Rio — Tel. 37-5387.
43. Ministro Annibal Freire ....	14-10-1952	Rua das Laranjeiras número 144, apt. 501 Rio — Tel. 25-5939.
44. Dr. Heraclides Cesar de Sousa Araújo .....	14-10-1952	Rua Marquês de Penedo n.º 84 (Botafogo) Rio — Tel. 25-3443.
45. Prof. Jaime Cortesão .....	14-10-1952	Rua Paissandu n.º 200 Rio — Tel. 45-3752.
46. Dr. Florêncio de Abreu ....	24- 7-1953	Av. Alexandre Ferreira n.º 46 — Lagôa. Tel. 26-7062.
47. Dr. Antônio Sampaio Doria	24- 7-1953	Praia do Flamengo número 144-9º — Tel. 25-1663.
48. Dr. Alberto Iria .....	24- 7-1953	Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério Ultramar) Lisboa — Portugal.
49. Dr. Antônio de Araújo de Aarão Bulcão .....	24- 7-1953	Rua 7 de Setembro 300, apto. 13 — São Salvador (Bahia).

## Relação Cronológica

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
1. Emilio Rodriguez Mendoza .	6-12-1902	Correspondente.
2. José Manuel Cardoso de Oliveira .....	22- 5-1903	Honorário.
3. José Feliciano de Oliveira ..	19- 2-1904	Correspondente.
4. Manuel Cícero Peregrino da Silva .....	21- 7-1905	Grande Benemérito.
5. Augusto Tavares de Lyra ..	16- 9-1907	Grande Benemérito e 1.º Vice-Presidente.
6. Norival Soares de Freitas ..	5-10-1908	Honorário.
7. Henry R. Lang .....	26- 6-1911	Honorário.
8. José Bonifácio de Andrada e Silva .....	15- 7-1911	Efetivo.
9. Afonso d'Escragnolle Taunay	2- 9-1911	Benemérito.
10. Washington Luís Pereira de Sousa .....	4- 5-1912	Correspondente e Presidente Honorário.
11. Ataulfo Nápoles de Paiva ..	6- 6-1912	Honorário.
12. Francisco Agenor de Noronha Santos .....	6- 6-1912	Honorário.
13. Hélio Lôbo .....	6- 7-1912	Benemérito
14. Alfredo Valladão .....	19- 7-1912	Grande Benemérito e 2.º Vice-Presidente.
15. Eugênio de Andrada Egas ..	28- 7-1913	Correspondente.
16. Fidelino de Figueiredo .....	28- 7-1913	Correspondente.
17. Edgard Roquete Pinto .....	4- 8-1913	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
18. Basilio de Magalhães .....	27- 8-1914	Grande Benemérito.
19. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Correspondente.
20. Thiers Fleming .....	10- 7-1918	Efetivo.
21. Carlos Delgado de Carvalho .	6- 8-1921	Honorário.
22. Carlos da Silveira Carneiro .	6- 8-1921	Benemérito e Tesoureiro.
23. Eugênio Vilhena de Moraes ..	6- 8-1921	Benemérito.
24. José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande Benemérito e Presidente Perpétuo.
25. Diego Carbonell .....	20- 7-1923	Honorário.
26. Dom Francisco de Aquino Corrêa .....	10- 7-1926	Benemérito.
27. Pedro Dulanto .....	18- 7-1927	Honorário.
28. Luís Martins de Souza Dantas	26- 6-1928	Honorário.
29. Ricardo Levene .....	1- 1-1928	Benemérito.
30. Sílvio Rangel de Castro ....	13- 9-1930	Correspondente.
31. Paul Rivet .....	13- 9-1930	Honorário.
32. Paul Coulet .....	22- 8-1931	Honorário.
33. Antônio Leôncio Pereira Ferraz .....	22- 8-1931	Efetivo.
34. Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
35. Djalma Forjaz .....	22- 8-1931	Correspondente.
36. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Benemérito.
37. Gustavo Barroso .....	22- 8-1931	Efetivo.
38. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho .....	22- 8-1931	Benemérito.
39. Hildebrando Accioli .....	22- 8-1931	Correspondente.
40. Hubert Knipping .....	22- 8-1931	Honorário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
41. José Wanderley de Araújo Pinho .....	22- 8-1931	Benemérito e 3º Vice-Presidente.
42. Levi Fernandes Carneiro ....	22- 8-1931	Efetivo.
43. Lucas Alexandre Boiteux ....	22- 8-1931	Efetivo.
44. Luís Felipe Vieira Souto ....	22- 8-1931	Efetivo.
45. Otávio Tarquínio de Sousa ..	22- 8-1931	Efetivo.
46. Pedro Calmon Moniz de Bitencourt .....	22- 8-1931	Benemérito — Orador.
47. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho .....	22- 8-1931	Benemérito.
48. Virgílio Corrêa Filho .....	22- 8-1931	Benemérito e 1º Secretário.
49. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho .....	22- 8-1931	Efetivo.
50. Argeu de Segadas Machado Guimarães .....	30- 7-1934	Correspondente.
51. Caio de Melo Franco .....	30- 7-1934	Correspondente.
52. Luís da Câmara Cascudo ..	30- 7-1934	Correspondente.
53. Luís Enrique Azarola Gil ...	30- 7-1934	Correspondente.
54. Manuel Gonçalves Cerejeira .	27-10-1934	Honorário.
55. Antônio Augusto Mendes Corrêa .....	15-12-1934	Correspondente.
56. Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
57. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
58. Vicente de Paula Vicente de Azevedo .....	15-12-1934	Correspondente.
59. Frederico Lunárdi .....	28- 5-1935	Correspondente.
60. Artur César Ferreira Reis ..	4-12-1936	Efetivo.



Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
61. Enrique de Gandia .....	4-12-1936	Correspondente.
62. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Efetivo.
63. José de Mesquita .....	12- 5-1937	Correspondente.
64. Leopoldo Antônio Feijó Bitencourt .....	12- 5-1937	Benemérito — 2º Secretário.
65. Luís Pasteur Vallery Radot .	27- 8-1937	Honorário.
66. Elmano Cardim .....	17-12-1937	Honorário.
67. Henrique Pereira de Cerna- che (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente
68. Martinho Nobre de Melo ...	19-10-1938	Honorário.
69. Cândido Mariano da Silva Rondon .....	14- 4-1939	Honorário.
70. Clarence Henry Haring ....	14- 4-1939	Honorário.
71. Hermenegildo Rodrigues de Barros .....	14- 4-1939	Honorário.
72. Júlio Dantas .....	14- 4-1939	Honorário.
73. Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Honorário.
74. Edmundo da Luz Pinto ....	31- 5-1939	Efetivo.
75. Jorge Hurley .....	31- 5-1939	Correspondente.
76. José Luís Batista .....	31- 5-1939	Efetivo.
77. Luís Norton de Matos ....	31- 5-1939	Correspondente.
78. Serafim Leite .....	31- 5-1939	Correspondente.
79. Ernesto Leme .....	21- 8-1939	Honorário.
80. Ernesto de Sousa Campos ..	21- 8-1939	Correspondente.
81. Waldo Gifford Leland .....	21- 8-1939	Honorário.
82. Claudio Ganns .....	15-12-1939	Benemérito.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
83. Osvaldo Aranha .....	15-12-1939	Honorário.
84. Cristóvam Leite de Castro ..	26- 6-1940	Efetivo.
85. Manuel Augusto Pirajá da Silva .....	26- 6-1940	Honorário.
86. Ruben Rosa .....	29- 5-1941	Efetivo.
87. Aureliano Leite .....	29- 5-1942	Correspondente.
88. Estêvão Leitão de Carvalho .	29- 9-1942	Efetivo.
89. Félix Guisard .....	29- 9-1942	Honorário.
90. Joseph F. Thorning .....	29- 9-1942	Honorário.
91. Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Honorário.
92. Álvaro Alberto da Mota e Silva .....	9- 7-1943	Honorário.
93. Laurênio Lago .....	9- 7-1943	Honorário.
94. Rodrigo Melo Franco de Andrade .....	9- 7-1943	Efetivo.
95. Julião Rangel de Macedo Soares .....	19- 5-1944	Honorário.
96. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque .....	19- 5-1944	Efetivo.
97. Jaime de Barros Câmara ...	5- 9-1944	Honorário.
98. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Efetivo.
99. Hélio Vianna .....	27-10-1944	Efetivo.
100. Mário Augusto Teixeira de Freitas .....	27-12-1944	Efetivo.
101. João Fernando de Almeida Prado .....	27-12-1944	Correspondente.
102. Luís Vianna Filho .....	27-12-1944	Correspondente.
103. Nestor dos Santos Lima ....	27-12-1944	Correspondente.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
104. Heitor Lira .....	9- 7-1945	Honorário.
105. Américo Jacobina Lacombe ..	28- 9-1945	Efetivo.
106. Alvaro Rodrigues de Vasconcelos .....	28- 9-1945	Honorário.
107. Walter Spalding .....	28- 9-1945	Correspondente.
108. Jorge Dodsworth Martins ..	17-12-1945	Honorário.
109. Valentim Benício da Silva ..	17-12-1945	Efetivo.
110. Osvaldo R. Cabral .....	21-10-1946	Correspondente.
111. José Pedro Leite Cordeiro ..	21-10-1946	Correspondente.
112. José Carlos de Ataliba Nogueira .....	21-10-1946	Correspondente.
113. Afonso Costa .....	13- 5-1947	Efetivo.
114. Renato Costa de Almeida ...	13- 5-1947	Correspondente.
115. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Honorário.
116. Haroldo Teixeira Valladão ..	13- 5-1947	Efetivo.
117. Afonso Toledo Bandeira de Melo .....	13- 5-1947	Honorário.
118. Renato Mendonça .....	16-12-1947	Correspondente.
119. João Batista Magalhães .....	16-12-1947	Efetivo.
120. Fernando Raja Gabaglia ....	31- 8-1948	Efetivo.
121. José Honório Rodrigues ....	31- 8-1948	Efetivo.
122. Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.
123. Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
124. Agnello Bittencourt .....	31- 8-1948	Honorário.
125. Luís de Oliveira Belo .....	31- 8-1948	Honorário.
126. Adolfo Morales de los Rios Filho .....	31- 8-1948	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
127. Afonso Penna Junior .....	15- 8-1949	Efetivo.
128. Aloísio de Carvalho Filho ..	15- 8-1949	Honorário.
129. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Efetivo.
130. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro .....	15- 8-1949	Efetivo.
131. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa .....	15- 8-1949	Efetivo.
132. Ariosto Gonzalez .....	15- 8-1949	Correspondente.
133. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Efetivo.
134. Prof. Mucio Leão .....	20- 6-1951	Efetivo.
135. Edgardo Castro Rebelo .....	20- 6-1951	Efetivo.
136. Damião Peres .....	20- 6-1951	Correspondente.
137. Sergio Corrêa da Costa .....	20- 6-1951	Correspondente.
138. Edgard Batista Pereira .....	20- 6-1951	Honorário.
139. Roberto da Motta Macedo ..	14-10-1952	Efetivo.
140. Ordival Cassiano Gomes ....	14-10-1952	Efetivo.
141. Annibal Freire .....	14-10-1952	Honorário.
142. Heraclides César de Sousa Araújo .....	14-10-1952	Honorário.
143. Jaime Cortesão .....	14-10-1952	Honorário.
144. Florêncio de Abreu .....	24- 7-1953	Honorário.
145. Antônio de Sampaio Doria .	24- 7-1953	Honorário.
146. Alberto Iria .....	24- 7-1953	Honorário.
147. Ivolino de Vasconcellos ....	24- 7-1953	Efetivo.
148. Antônio de Araujo de Aragão Bulcão .....	24- 7-1953	Honorário.



## ORDEM ALFABÉTICA

- ABREU (Florêncio de) — Honorário.  
ACIOLI (Hildebrando) — Correspondente.  
ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.  
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.  
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.  
ARANHA (Osvaldo) — Honorário.  
ARAÚJO (Heraclides Cesar de Sousa) — Honorário.  
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.  
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.  
BATISTA (José Luís) — Efetivo.  
BARROS (Hermenegildo Rodrigues de) — Honorário.  
BARROSO (Gustavo) — Efetivo.  
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.  
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.  
BITTENCOURT (Leopoldo Antônio Feijó) — Benemérito — 2º Secretário.  
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo.  
BRAGANÇA (Pedro de Orléans e) — Honorário.  
BULÇÃO (Antônio de Araújo de Aragão) — Honorário.  
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.  
CALMON (Pedro Moniz de Bitencourt) — Benemérito — Orador.  
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.  
CAMPO (Ernesto de Sousa) — Correspondente.  
CARBONELL (Diego) — Honorário.  
CARDIM (Elmano) — Honorário.  
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito.  
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Efetivo.  
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.  
CARVALHO (Estêvão Leitão de) — Efetivo.  
CARVALHO FILHO (Aloísio de) — Honorário.  
CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente.  
CASTRO (Cristóvam Leite de) — Efetivo.  
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.  
CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente.  
CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.  
CERNACHE (Henrique Pereira de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.

- CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.  
CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.  
CORRÊA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente.  
CORRÊA (D. Francisco de Aquino) — Benemérito.  
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Benemérito — 1º Secretário.  
CORTESÃO (Jaime) — Honorário.  
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.  
COSTA (Afonso) — Efetivo.  
COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.  
COULET (Padre Paul) — Honorário.  
COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.  
DANTAS (Júlio) — Honorário.  
DANTAS (Luís Martins de Sousa) — Honorário.  
DÓRIA (Antônio de Sampaio) — Honorário.  
DULANTO (Pedro) — Honorário.  
EGAS (Eugênio de Andrada) — Correspondente.  
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.  
FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Benemérito.  
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.  
FLEMING (Thiers) — Efetivo.  
FORJAZ (Djalma) — Correspondente.  
FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.  
FRANCO (Caio de Melo) — Correspondente.  
FREIRE (Annibal) — Honorário.  
FREITAS (Mário Augusto Teixeira de) — Efetivo.  
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.  
GABAGLIA (Fernando Raja) — Efetivo.  
GANDIA (Henrique de) — Correspondente.  
GANNs (Cláudio) — Benemérito.  
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.  
GOMES (Ordival Cassiano) — Efetivo.  
GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.  
GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente.  
GUISARD (Félix) — Honorário.  
HARING (Clarence Henry) — Honorário.  
HURLEY (Jorge) — Correspondente.  
IRIA (Alberto) — Honorário.  
KNIPPING (Hubert) — Honorário.  
LACOMBE (Américo Lourenço Jacobina) — Efetivo.  
LAGO (Laurênio) — Honorário.  
LANG (Henry R.) — Honorário.  
LEÃO (Múcio) — Efetivo.  
LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente.  
LEITE (Aureliano) — Correspondente.  
LEITE (Serafim, padre) — Correspondente.

- LELAND (Waldo Gifford) Honorário.  
LEME (Ernesto) — Honorário.  
LEVENE (Ricardo) — Benemérito.  
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.  
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Efetivo.  
LIRA (Heitor) — Honorário.  
LÔBO (Hélio) — Benemérito.  
LUNARDI (Frederico, Monsenhor) — Correspondente.  
LYRA (Augusto Tavares de) — Grande Benemérito, 1º Vice-Presidente.  
MACEDO (Roberto da Mota) — Efetivo.  
MAGALHÃES (Basílio de) — Grande Benemérito.  
MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo.  
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.  
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.  
MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.  
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.  
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.  
MENDONÇA (Renato) — Correspondente.  
MENDOZA (Emilio Rodriguez) — Correspondente.  
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Benemérito.  
MESQUITA (José de) — Correspondente.  
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.  
MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.  
MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo.  
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.  
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.  
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.  
PAIVA (Ataulfo Nápoles de) — Honorário.  
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcelos) — Efetivo.  
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.  
PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.  
PERES (Damião) — Correspondente.  
PINHO (José Wanderley de Araújo) — Benemérito e 3º Vice-Presidente.  
PINTO (Edgard Roquete) — Efetivo.  
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.  
PRADO (João Fernando de Almeida) — Correspondente.  
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.  
REBELO (Edgardo Castro) — Efetivo.  
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.  
REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo.  
RIVET (Paul) — Honorário.  
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.  
RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário.  
ROSA (Ruben) — Efetivo.  
ROWER (O.F.M. — Frei Basílio) — Honorário.

- SANTOS (Francisco Agenor de Noronha) — Honorário.  
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.  
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.  
SILVA (José Bonifácio de Andrada e) — Efetivo.  
SILVA (Manuel Cícero Peregrino da) — Grande Benemérito.  
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.  
SILVA (Valentim Benicio da) — Efetivo.  
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.  
SOARES (Julio Rangel de Macedo) — Honorário.  
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.  
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.  
SOUSA (Washington Luís Pereira de) — Correspondente.  
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.  
SPALDING (Walter) — Correspondente.  
TAUNAY (Afonso d'Escragnolle) — Benemérito.  
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito.  
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.  
VALLADÃO (Alfredo) — Grande Benemérito — 2º Vice-Presidente.  
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Efetivo.  
VASCONCELOS (Álvaro Rodrigues de) — Honorário.  
VASCONCELLOS (Ivolino de) — Efetivo.  
VIANNA (Hélio) — Efetivo.  
VIANNA FILHO (Luís) — Correspondente.



# ÍNDICE

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1953

## I — TRABALHOS ORIGINAIS

- 1 — *A margem de uma política* — José Antônio Soares de Sousa ..... 3

## II — CURSO CAPISTRANO DE ABREU

Conferências no Instituto:

- 2 — *Abertura do Curso* — Embaixador J. C. de Macedo Soares ..... 44  
3 — *A vida de Capistrano de Abreu* — Rodrigo Otávio Filho ..... 46  
4 — *Capistrano de Abreu historiador* — Barbosa Lima Sobrinho ..... 67  
5 — *Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil* — Gustavo Barroso ..... 92  
6 — *Capistrano e a cultura nacional* — Dr. Mucio Leão .. 102  
7 — *Capistrano e a historiografia brasileira* — José Honório Rodrigues ..... 120  
8 — *Capistrano geógrafo* — Artur César Ferreira Reis .. 139  
9 — *Considerações sobre Capistrano de Abreu* — Mozart Monteiro ..... 151  
10 — *Recordando meu avô*, por Honorina de Abreu Monteiro ..... 182  
11 — *Capistrano de Abreu* — Afonso de E. Taunay ..... 194  
12 — *Capistrano de Abreu* — Edgard de Castro Rabelo .... 204  
13 — *Palavras do professor* — Jaime Coelho ..... 214  
14 — *Discurso no Senado* — Senador Onofre Gomes..... 217  
15 — (Câmara dos Deputados) — discurso do Deputado Otávio Lobo ..... 234

## III — DISCURSO

- 16 — *Elogio dos sócios falecidos*, proferido na Sessão magna de 21 de outubro de 1953 — Pedro Calmon ..... 246

## IV — POSSE DO SÓCIO DESEMBARGADOR FLORÊNCIO DE ABREU

- 17 — *Discurso do sócio* Herbert Canabarro Reichardt ..... 255  
18 — *Oração do Desembargador Florêncio de Abreu* ..... 265

V — ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO .....	273
19 — <i>Relatório do 1º secretário</i> — Virgílio Corrêa Filho ..	283
20 — <i>Atas das sessões realizadas no ano de 1953</i> .....	304
VI — HOMENAGEM PÓSTUMA A RADLER DE AQUINO .....	346
VII — HOMENAGEM PÓSTUMA A JOSÉ ROBERTO DE MACEDO SOARES ..	351
VIII — CRÍTICA DE LIVRO .....	352
IX — NOTICIÁRIO .....	354
X — SÓCIOS FALECIDOS .....	355
XI — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS .....	356
XII — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO .....	368
XIII — CADASTRO DOS SÓCIOS .....	369

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

## COMISSÕES PERMANENTES EM 1952-1953

HISTÓRIA: ..... { Henrique Carneiro Lcão Teixeira Filho  
Basilio de Magalhães  
Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt  
Herbert Canabarro Reichardt.  
Valentim Benicio da Silva

FUNDOS E ORÇAMENTOS: ... { .....  
Arthur Cesar Ferreira Reis  
José Antonio Soares de Souza  
M. A. Teixeira de Freitas  
Cláudio Ganns

GEOGRAFIA: ..... { .....  
Carlos da Silveira Carneiro  
Virgílio Corrêa Filho  
Lucas Boiteux.

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: { Rodrigo Melo Franco de Andrade  
.....  
Roquete Pinto  
José Luis Batista  
Gustavo Barroso.

BIBLIOGRAFIA: ..... { Helio Vianna  
Américo Jacobina Lacombe  
Afonso Costa  
Vieira Ferreira  
Eugênio Villhena de Moraes.

ESTATUTOS: ..... { Levi Carneiro  
Estevão Leitão de Carvalho  
Rodrigo Otávio Filho  
Pedro Calmon  
Edmundo da Luz Pinto.

ADMISSÃO DE SÓCIOS: ..... { Augusto Tavares de Lyra  
Alfredo Valadão  
João Baptista Magalhães  
Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa  
Christovam Leite de Castro



